JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 4
Camara Municipal de Araputanga 4
Camara Municipal de Cáceres 5
Camara Municipal de Canarana 5
Camara Municipal de Diamantino 6
Câmara Municipal de Nova Olímpia 6
Camara Municipal de Porto Esperidião 7
Camara Municipal de Poxoréu 7
Câmara Municipal de São José do Rio Claro 8
Camara Municipal de Tabaporã 8
Camara Municipal de Várzea Grande 8
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 10
Consórcio Intermunicipal de Saúde Região Centro Norte do Estado de Mato Grosso 10
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 11
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia 11
Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – Coress/MT 11
Prefeitura Municipal de Água Boa 12
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 13
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 23
Prefeitura Municipal de Apiacás 25
Prefeitura Municipal de Araguaiana 25
Prefeitura Municipal de Araguainha 28
Prefeitura Municipal de Araputanga 28
Prefeitura Municipal de Arenápolis 30
Prefeitura Municipal de Aripuanã 35
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 41
Prefeitura Municipal de Cáceres 42
Prefeitura Municipal de Campinápolis 57
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 58
Prefeitura Municipal de Campo Verde 65
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 76
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 80
Prefeitura Municipal de Canarana 80
Prefeitura Municipal de Carlinda 82
Prefeitura Municipal de Castanheira 83
Prefeitura Municipal de Cláudia 84
Prefeitura Municipal de Cocalinho 100
Prefeitura Municipal de Colíder 100
Prefeitura Municipal de Colniza 101
Prefeitura Municipal de Comodoro 124
Prefeitura Municipal de Confresa 124
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 125
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 126
Prefeitura Municipal de Cuiabá 138
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 138
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 139
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 141
Prefeitura Municipal de General Carneiro 146
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 147
Prefeitura Municipal de Indiavaí 147
Prefeitura Municipal de Itanhangá 147
Prefeitura Municipal de Itiquira 149

Prefeitura Municipal de Jaciara 154
Prefeitura Municipal de Juara 155
Prefeitura Municipal de Juína 159
Prefeitura Municipal de Juruena 160
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 160
Prefeitura Municipal de Marcelândia 162
Prefeitura Municipal de Matupá 172
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 174
Prefeitura Municipal de Nobres 180
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 181
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 185
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 189
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 193
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 194
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 195
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 196
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 196
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 197
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 197
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 213
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 218
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 262
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 262
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 264
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 282
Prefeitura Municipal de Paranatinga 285
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 287
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 289
Prefeitura Municipal de Poconé 289
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 290
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 290
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 291
Prefeitura Municipal de Poxoréu 293
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 295
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 296
Prefeitura Municipal de Rondolândia 297
Prefeitura Municipal de Rondonópolis 298
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 298
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 299
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 300
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 302
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 303
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 304
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 304
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 304
Prefeitura Municipal de São José do Povo 305
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 306
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 307
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 307
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 308
Prefeitura Municipal de Tabaporã 308
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 329
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 330
Prefeitura Municipal de Torixoréu 335
Prefeitura Municipal de União do Sul 335
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 336
Prefeitura Municipal de Vila Rica 339

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2021/2023

Presidente de Honra: José Eduardo Botelho

Presidente: Neurilan Fraga (PL) - Ex-prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite (Solidariedade) - prefeita de São Félix do Araguaia

Segundo Vice-Presidente: Marcelo de Aquino (PL) - prefeito de General Carneiro

Terceiro Vice-Presidente: Marilza Augusta de Oliveira (MDB)- prefeita de Nova Brasilândia

Quarto Vice-Presidente: Edu Laudi Pascoski (PL)- prefeito de Itanhangá

Quinto Vice-Presidente: Valdecio Luiz da Costa (PL)- prefeito de Dom Aquino

Secretário Geral: Daniel Rosa do Lago (PDT) - Prefeito de Porto Alegre do Norte

Primeiro Secretário: Leocir Hanel (PSDB) - prefeito de Nobres

Segundo Secretário: José Guedes de Souza (MDB) - prefeito de Rondolândia

Tesoureiro Geral: Silmar de Souza Gonçalves (DEM) - prefeito de Nossa Senhora do Livramento

Primeiro Tesoureiro: Alex Steves Berto (Solidariedade) - prefeito de Rosário Oeste

Segundo Tesoureiro: Altamir Kurten (PSDB) - prefeito de Cláudia

Conselho Fiscal:

1º Jacob Andre BringsKen (MDB) - prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade

2º Márcio Conceição Nunes de Aguiar (PSB) - prefeito de Cocalinho

3º Jadilson Alves de Souza (Republicanos) - prefeito de Curvelândia

Suplentes Fiscais:

1º Héctor Alvares Bezerra (PSL) - prefeito de Mirassol D'Oeste

2º Ederson Figueiredo (PP) - prefeito de Arenápolis

3º Julio Cesar dos Santos (MDB) - prefeito de Apiacás

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

(65) 9 9931-8446

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

LICITAÇÃO
ERRATA NA PUBLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO DA COMISSÃO DE JULGAMENTO DO CHAMAMENTO PUBLICO 001-2021.

ERRATA NA PUBLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO DA COMISSÃO DE JULGAMENTO DO CHAMAMENTO PUBLICO 001-2021.

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO da Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM, comunica a quem interessar a seguinte errata na publicação da resolução da comissão de julgamento do chamamento público 001-2021**,** publicado no dia 10/03/2021 Edição Nº 3.683 no jornal da AMM.

ONDE SE LÊ:

RESOLUÇÃO 008/2020

LEIA-SE

RESOLUÇÃO 008/2021

As demais permanecem inalteradas.

Cuiabá/MT, 12 de março de 2021.

Fábio Albuquerque da Silva

Presidente da comissão de Licitação

LICITAÇÃO
ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO – CONCURSO DE PROJETOS - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2021.

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO –

CONCURSO DE PROJETOS - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2021.

OBJETO: Seleção de entidade direito privado sem fins lucrativos, qualificadas como Organização de Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, para a formação de vínculo de cooperação, por meio de Termo de Parceria, visando o fomento e a realização de atividades, eventos, consultoria, cooperação técnica, serviços e assessoria administrativa de interesse público, assessoria em serviços de engenharia, com a confecção de projetos de engenharia, acompanhamento e execução em favor dos Municípios de MT, nos limites legais, com ações que possibilitem a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos aos associados.

Aos 12 (doze) dias do mês de marco de 2021 às 09 horas, reuniram-se a Comissão Permanente de Licitação nomeada por meio da Portaria nº 016/2021, sob a presidência da Senhor Fábio Albuquerque da Silva e apoio Marco Aurélio Alves de Sa e a Comissão de Julgamento de Concurso de Projetos, nomeada por meio da Resolução nº 008/2021 sob a presidência da Senhor Claudyney Cesar Vieira Silva, e membro Mariana Santana Carreiro, para o recebimento e análise dos envelopes de documentos e proposta das seguinte OSCIPS: ISO BRASIL – INSTITUTO SOCIAL E ORGANIZACIONAL DO BRASIL CNPJ – 20.949.690/0001-37 Representendo por Dionas Bassanezi duim RG 161.587.2-5 SSP/MT CPF – 019.231.401-75, IAD – INSTITUTO ASSSITENCIAL DE DESENVOLVIMENTO CNPJ – 14.605.689/0001-92 Representado por Thayane Barreto de Oliveira RG 701.574.5-8 SSP/PR CPF 067.374.349-75, INSTITUTO SAGEP – SAUDE, GESTAO E PROJETOS – CNPJ – 21.093.287/0001-11 Representado por Ediane Estela de Souza Dalbosco RG – 167.090.3-9 SSP/MT CPF 005165261-70 e a empresa INSTITUTO BLAISE PASCAL CNPJ 07. 787.415/0001-04 que protocolou os envelopes junto a esta comissão. Ato contínuo, após a abertura do envelope de documentação (invólucro 1), A Comissão Permanente de Licitação em conjunto com a Comissão de Julgamento de Concurso de Projetos. Verificaram que a OSCIP: INSTITUTO BLAISE PASCAL CNPJ 07. 787.415/0001-04, apresentou a proposta e os documentos em envelopes invertidos, tendo em vista os princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade bem como os que regem a lei das licitações segundo o qual deve buscar no processo de licitação a maior participação de interessados proporcionando a administração pública o menor preço e maior competividade bem como aliado ao fato que a mera inversão nos documentos dos envelopes não trazem qualquer prejuízo a análise do presente caso entendo pela abertura do envelope 02 onde estão os documentos de habilitação. Ato continuo foi aberto a habilitação da OSCIP INSTITUTO BLAISE PASCAL CNPJ 07. 787.415/0001-04 e foi verifica que os documentos da mesma não estavam autenticados e não foram apresentados os documentos originais conforme item 4.6.3 do edital. Assim, para análise jurídica fica suspensa a sessão por 3 dias uteis. Os Licitantes serão convocados via publicação no Diário oficial da AMM.

FÁBIO ALBUQUERQUE DA SILVA MARCO AURÉLIO ALVES DE SA

CLAUDYNEY CESAR VIEIRA SILVA MARIANA SANTANA CARREIRO

ISO BRASIL – INSTITUTO SOCIAL E ORGANIZACIONAL DO BRASIL

CNPJ – 20.949.690/0001-37

IAD – INSTITUTO ASSSITENCIAL DE DESENVOLVIMENTO

CNPJ – 14.605.689/0001-92

INSTITUTO SAGEP – SAUDE, GESTAO E PROJETOS –

CNPJ – 21.093.287/0001-11

INSTITUTO BLAISE PASCAL

CNPJ 07. 787.415/0001-04

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021

A Associação Mato-grossense dos Municípios, torna público o resultado do julgamento referente a Licitação na modalidade Pregão Presencial nº 002/2021, Tipo Menor Preço Global Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA NÃO ARMADA 24H00 ININTERRUPTAS, EM ESCALA 12X36, NOS SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS E NOS DIAS ÚTEIS, EQUIPADO COM RÁDIO (HT) COM COMUNICAÇÃO DIRETA COM A CENTRAL e UM POSTO DE 8 HORAS DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA, para atender a Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM. Após julgamento da proposta e análise documental, declara-se vencedora do certame a empresa: KONNTE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.- CNPJ Nº 11.090.084/0001-18

Cuiabá, 11 de MARÇO de 2021.

Fábio Albuquerque da Silva

PregoeirO

CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA
COVID-19: PORTARIA Nº 04/2021

Estabelece a suspensão do atendimento presencial na Câmara Municipal de Araputanga, como medida preventiva à propagação da COVID-19.

O Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - A partir de 15 de março de 2021 o atendimento presencial ao público na Câmara Municipal de Araputanga estará suspenso por período indeterminado, de modo que o atendimento será realizado apenas pelo telefone e endereço eletrônico.

§ 1º - O protocolo de documentos será feito através do e-mail: camara@araputanga.mt.gov.br.

§ 2º - Fica permitido o acesso da população às sessões legislativas até o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) da capacidade do Plenário da Câmara Municipal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Gabinete da Presidência, 12 de março de 2021.

Ronaldo de Jesus Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 087/2021

"*Dispõe sobre a nomeação da servidora POLIANI APARECIDA OTIL DA SILVA da função gratificada de Chefe do Departamento de Frotas e dá outras providências.*"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais e de acordo como Lei nº 2.766 de 24 de junho de 2019.

Considerando o que consta no referente Processo submetido ao Protocolo sob nº 0842, de 10 de março de 2021, deste Poder Legislativo Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a Senhora **POLIANI APARECIDA OTIL DA SILVA**, matrícula 619, para exercer temporariamente o cargo em função gratificada de Chefe do Departamento de Frotas da Câmara Municipal de Cáceres-MT, durante os dias 11 à 30 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 12 de março de 2021.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CAMARA MUNICIPAL DE CANARANA

PAUTA DA ORDEM DO DIA

Consta da Pauta da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de 15 de março de 2021, no horário das 15h00m:

ORDEM DO DIA:

Ø Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 14/2021.

Ø De 26 de fevereiro de 2021.

Ø Dispõe sobre a obrigatoriedade de premiação igual entre gêneros, nos eventos e competições esportivas e culturais, no âmbito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Ø Autoria: Legislativo

Ø Regime de Tramitação: Ordinário

Ø Quórum de Aprovação: Maioria Simples.

Ø Processo de Votação: Nominal

Ø Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Sala de Sessões, 12 de março de 2021.

Paulo José Gonçalves

Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 003/2021

DE 11 DE MARÇO 2021

DETERMINA HORÁRIO DE SESSÃO.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com base no que dispõe o Art. 19 do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º- Fica determinado que a Sessão Ordinária do dia 15 de março será realizada às 15h00m, em virtude do Decreto Municipal nº 3175/2021 de 02 de março de 2021.

Art. 2º - Este ato passa a vigorar da sua publicação.

Canarana/MT, 11 de março de 2021.

Paulo José Gonçalves

Presidente da Câmara Municipal

PORTARIA N° 15/2021

DE 10 DE MARÇO DE 2.021

"Dispõe sobre a concessão de férias a servidora Adailce Guimarães Silva. "

O Presidente da Câmara Municipal da Canarana, Estado do Mato Grosso, Paulo José Gonçalves, no uso de suas atribuições legais;

Considerando, ter cumprido o período aquisitivo e não ter registro de ocorrências que impeçam ou limitem o período regulamentar para o gozo das férias;

RESOLVE:

Art. 1º - *Conceder férias regulamentares e a Servidora* Adailce Guimarães Silva, matrícula nº 086, referente período aquisitivo compreendido de 24/05/2019 a 23/05/2020, que serão gozadas entre os dias 10/03/2021 à 19/03/2021 - 10 dias.

§ 1º – Fica a Contabilidade da Câmara Municipal autorizada a efetuar o pagamento de 1/3 (um terço) do salário normal do Servidor, em conformidade com o estabelecido no artigo 73 § 1º, da Lei Complementar nº 028/2002.

Art. 2º - *Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.*

Canarana-MT, 10 de março de 2.021.

Paulo José Gonçalves

Presidente

PORTARIA N° 16/2021

DE 10 DE MARÇO DE 2021

"Dispõe sobre a antecipação do 13º a servidora Adailce Guimarães Silva"

O Presidente da Câmara Municipal da Canarana, Estado do Mato Grosso, Sr. Paulo José Gonçalves, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica a Contabilidade da Câmara Municipal autorizada a adiantar o 13º salário da Servidora, Adailce Guimarães Silva, matrícula nº 86, conforme Lei Complementar 028/2002 de 23 dezembro de 2002.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canarana-MT, 10 de março de 2021.

Paulo José Gonçalves

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 04/2021

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº. 004/2021.

ALTERA O ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 003/2021.

O Presidente da Câmara Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, baixa o seguinte ATO:

Art. 1º - Fica regulamentado que, excepcionalmente, as Sessões Ordinárias, bem como a Sessão Solene alusiva ao Dia Internacional da Mulher, terão início às 14h00min (quatorze horas).

Parágrafo Único – Deverá ser observado o limite de 30% (trinta por cento) da capacidade máxima do Plenário, incluindo os Membros, servidores cuja a presença se faça necessária e a imprensa.

Art. 2º - Revoga-se o art. 2º do Ato da Presidência nº. 03/2021.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Diamantino-MT, 12 de março de 2021.

Ranielli Patrick Arruda Lima

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021

A Câmara Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso com sede à Rua Amazonas, 512, Centro, Cep: 78.370-000, Nova Olímpia-MT, por intermédio do Pregoeiro instituído pela portaria 021/2021 de 13 de janeiro de 2021 e pela Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria Nº 002/2021 de 05 de janeiro de 2021, **torna público** para conhecimento dos interessados que, realizará a licitação abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº 002/2021

PROCESSO: Processo Licitatório Nº 003/2021

TIPO: Menor Preço por item

OBJETO: fornecimento de combustíveis [gasolina e diesel] a serem utilizados pela frota de veículos da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT

VALOR: 100 litros Gasolina comum automotiva - valor unitário R$ 5,42 litro

7.000 litros Óleo Diesel S10 - valor unitário R$ 4,75 litro

DATA: 26 de março de 2021

HORÁRIO: 09 horas

LOCAL: Plenário da Câmara Municipal no endereço acima citado.

EDITAL: Disponível no site da entidade a partir de 15 de março de 2021.

Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT, 12 de março de 2021.

FABIO GIULLIAN DA SILVA MORAES

Pregoeiro

ELIENE GOMES DOS SANTOS

Presidente da CPL

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 039/2021

PORTARIA Nº 039/2021

Institui o Sistema de Registro de Ponto Eletrônico por Biometria e regulamenta o controle de frequência, horas extras, banco de horas, abonos e justificativas de faltas dos servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, VEREADOR EDSON NOEL DA SILVA, no uso das atribuições que lhes são legalmente conferidas,

CONSIDERANDO a busca de maior controle de assiduidade e garantia do cumprimento dos princípios básicos da administração pública como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Sistema de Registro de Ponto Eletrônico por Biometria e regulamenta o controle de frequência, horas extras, banco de horas, abonos e justificativas de faltas dos servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT.

§ 1º A frequência dos servidores da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT será apurada pelo registro eletrônico de ponto.

§ 2º Ficam obrigado ao registro de ponto eletrônico por biometria os servidores efetivos e comissionados.

§ 3º É dispensável do registro de ponto eletrônico os agentes políticos e os detentores dos cargos de Procurador, Assessor Jurídico, diante da natureza intelectual das atividades do trabalho técnico, dos prazos legais e peremptórios.

§ 4º os servidores mencionados no § 2º registrarão o ponto no início e no final da jornada de trabalho, conforme horário da entidade ou horário alterado por acordo coletivo; ou, horário especial.

Art. 2º Os servidores que cumprirem horários diferenciados para atender sessão ordinária, extraordinária, solene, reuniões com autoridades, audiências públicas, reunião das comissões permanentes deverá registrar a sua frequência no início e no final destes eventos.

§ 1º cada 06(seis) horas excedentes apontadas pelo relatório mensal, equivale a um dia de folga do trabalho que será concedido por requerimento do servidor e conveniência da entidade.

§ 2º As ausências registradas no relatório mensal, não justificadas dentro do mês de sua ocorrência, serão descontadas na folha de pagamento do mês subsequente.

§ 3º Aos servidores que atender a pedido oficial da Presidência, da Secretaria Geral e dos demais vereadores em horário fora do expediente ou em fim de semana e feriado é permitido registrar o ponto no início e no final para acumular em banco de horas e posterior compensação por dias de folga, por despacho do Presidente.

Art. 3º Somente será aceita a variação de horário de até 10(dez) minutos depois do início da jornada de trabalho, se justificado pelo servidor, respeitado o limite de 60 minutos no mês.

Art. 4º Ficam dispensados da obrigatoriedade do registro de ponto os servidores participantes de cursos, eventos, que justificarem por certificado ou cópia da nota de empenho do pagamento da inscrição ou da diária, suspendendo a presente dispensa a participação se der de forma online.

Art. 5º Ficam dispensados do registro de ponto as saídas ou ausências do servidor durante o horário de trabalho, porém estas saídas e ausências devem ser devidamente motivadas e posteriormente autorizadas pela autoridade superior hierárquica.

Art. 6º O esquecimento de registro de ponto por biometria na entrada ou saída da jornada de trabalho deverão ser justificada manualmente no se-

tor de recursos humanos da entidade, devendo ser advertido por escrito aquele que cometer tal ato por mais de 05(cinco) vezes no mês.

Art. 7º As justificativas às ausências motivadas por saúde serão comprovadas por atestado médico, e as motivadas por outros assuntos, por documentos pertinentes.

Art. 8º As ausências do servidor para acompanhar tratamento de saúde de cônjuge e dependentes serão justificadas e abonadas, sem prejuízo da apresentação do atestado médico.

Art. 9º A unidade de Controle Interno da entidade emitirá relatório mensal de frequência e encaminhará à Presidência.

Art. 10. Dúvidas oriundas da presente Portaria serão dirimidas pela Presidência.

Art. 11. A Presidência da Câmara no prazo de 90(noventa) dias deverá editar Instrução Normativa detalhando e ampliando as formas de procedimentos desta portaria.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, 11 de março de 2021.

EDSON NOEL DA SILVA

Presidente

Registrado nesta Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

VALDINO CARLOS RODRIGUES

Secretário-Geral

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 041/2021

Define horário de jornada de trabalho em dia de Sessão Plenária e Reunião das Comissões Permanentes aos servidores da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT e dá outras providencias.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, VEREADOR EDSON NOEL DA SILVA, no uso das atribuições que lhes são legalmente conferidas,

RESOLVE:

Art. 1º Definir horário de jornada de trabalho em dia de Sessão Plenária e Reunião das Comissões Permanentes aos servidores da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT, designados para trabalhar em tais eventos, no período matutino das 07 às 11 horas e no período vespertino das13 às 17 horas.

Art. 2º Ficam designados para trabalhar nos atos descritos no Art. 1º desta portaria, os servidores, Thiago Smaykel do Nascimento Melo e Jurandy Santana de Oliveira (imprensa), Raimunda Bento da Silva e Raquel Gonçalves de Souza (copa/cozinha), Luciano Lima Santos (legislativo), Ericah de Almeida Souza (recepção), Edson Luiz Chiarelli (sonorização), Valdino Carlos Rodrigues (secretaria-geral).

Art. 3º Os servidores não designados oficialmente por esta portaria, ficarão em suas residências de sobreaviso, devendo comparecer às sessões quando convocados.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, 12 de março de 2021.

EDSON NOEL DA SILVA

Presidente

Registrado nesta Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

VALDINO CARLOS RODRIGUES

Secretário-Geral

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

RATIFICAÇÃO

DISPENSA Nº. 02/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 03/2021

RATIFICAÇÃO

O Presidente da Câmara de Porto Esperidião-MT, no uso de suas atribuições legais, resolve RATIFICAR *a DISPENSA de Licitação nº* ***002/2021.*** **Objeto definido como**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PUBLICIDADE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E DE UTILIDADE PÚBLICA PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO, COMPREENDENDO COBERTURAS JORNALÍSTICAS DURANTE AS SESSÕES S E GRAVAÇÕES SONORAS E OUTROS.

RATIFICO em favor da empresa **JO MELO JORNAL - CNPJ: 05.659.496/0001-23, o valor total de: é de R$ R$:16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais)**, divididos em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas de R$ 1.400,00(mil e quatrocentos reais). Fundamento Legal: DECRETO Nº 9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018

Porto Esperidião MT, 12 de março de 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

CNPJ Nº. 01.327.964/0001.01

Aguinaldo Moura da Silva

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE POXORÉU

CÂMERA MUNICIPAL
EXTRATOS Nº 02,03 E 04

EXTRATO DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 02 – 2021. Câmara Municipal de Poxoréu e a empresa VÂNIA PORTO DE CARVALHO EIRELI, sito a Rua Cruzeiro, 24, Bairro Vila Cruzeiro, Poxoréu/MT, inscrita no CNPJ sob o nº 27.329.565/0001-73 Objeto: Prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção do Site (página) Oficial na Web (Internet) da CÂMARA MUNICIPAL DE POXORÉU (www.poxoreu.mt.leg.br), Valor do Contrato R$ 6.500,00 com vigência de 01de fevereiro a 31 de dezembro de 2021 Nota Empenho nº 45/2021. Código Orçamentário. 01.031.0001 3.3.90.39.00.00. modalidade de Licitação: Dispensa. Tipo de Licitação:

CONTRATO Nº 03 – 2021. Câmara Municipal de Poxoréu e a empresa Marmos & Marmos, sito a Santo Amaro, nº 272, Centro, Primavera do Leste/MT, inscrita no CNPJ sob o nº 13.749.182/0001/21 Objeto: Prestação de serviços de Telecomunicação via internet e comodato de equipamentos Valor do Contrato R$ 6.500,00 com vigência de 01de fevereiro a 31 de dezembro de 2021 Nota Empenho nº 65/2021. Código Orçamentário. 01.031.0001 3.3.90.39.00.00. modalidade de Licitação: Dispensa. Tipo de Licitação

CONTRATO Nº 04 – 2021. Câmara Municipal de Poxoréu A empresa J. D. A. FERREIRA – ME, estabelecida à rua Paraíba nº 199, sala comercial ,Bairro Centro – CEP 78.800.000 no município de Poxoréu – MT, inscrita no CNPJ sob nº 10.545.758/0001-69, Inscrição Estadual sob nº 13.365.364- 1, neste ato devidamente representada na forma de seus Atos Constitutivos pelo Sr. João Donizete Augusto Ferreira, portador da Cédula de Identidade RG. nº 0953767-8, inscrito no CPF/MF sob nº 535.877.741-53, Objeto do contrato: prestação de serviços, em caráter exclusivo, de sonorização de sonoplastia das Sessões Ordinária e Extraordinárias, Audiências Públicas e Sessões Solenes, realizada nas dependências do

Plenário “Tarquínio Soares Silva” e nas Sessões Ordinárias a realizar-se-á, nos distritos de Aparecida do Leste, Paraíso do Leste, e Jarudore, Valor do Contrato R$ 14.500,00 com vigência de 02 de março a 31 de dezembro de 2021 Nota Empenho nº 66/2021. Código Orçamentário. nº. 3.3.90.39. 00.00.00.0999, . modalidade de Licitação: Dispensa. Tipo de Licitação.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/2021

DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/2021

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE SESSÃO ORDINÁRIA POR VIDEOCONFERÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

INEZ CAETANO LOPES, Presidente da Câmara Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO as novas medidas do Decreto Estadual de nº 836 de 01 de março de 2021, e Municipal nº 027/2021, que atualiza as medidas restritivas para conter a disseminação do Covid-19.

CONSIDERANDO a existência atualmente de parlamentar e servidores cumprindo isolamento social em face da contaminação pelo COVID-19.

CONSIDERANDO a existência de parlamentares integrantes do grupo de risco;

CONSIDERANDO a orientação médica recebida por esta Presidência;

CONSIDERANDO o poder geral de cautela e de adoção de medidas no combate à contaminação do COVID-19.

DECRETA :

Artigo 1°- As Sessão Ordinária do dia 15 de março de 2021 será realizada por videoconferência usando a plataforma Meet, e a transmissão será feita através da rede social facebook.

Parágrafo Único – Os parlamentares receberão link de acesso podendo participar da Sessão através do aparelho celular ou notebook.

Art. 2º - A Sessão será realizada das 20:00 às 22:00 horas.

Artigo 3°- Este Decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, de São José do Rio Claro-MT, 12 de março de 2021.

INEZ CAETANO LOPES

Presidente/2021

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ - MT
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº005/2021

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 005/2021

O Presidente da Câmara Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso Senhor Marco Antonio Oliveira, atendendo a determinação da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, torna público que estão à disposição na Câmara Municipal, no horário das 07:00 as 12:00, a quem interessar possa o Balancete de Verificação Plano **PCASP/MT FEVEREIRO DE 2021** do Poder Legislativo do Município de Tabaporã Estado de Mato Grosso.

Tabaporã - MT, 15 de Março de 2021.

MARCO ANTONIO OLIVEIRA

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 183/2021

ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR a senhora MARCELLY BUSTAMANTE DE CAMPOS, CPF:063.100.711-30, para Cargo de Assessora de Gabinete do Vereador Bruno Lins Rios.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir de 11/03/2021.

Gabinete da Presidência, 12 de Março de 2021.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereador BRUNO LINS RIOS

1ª Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
LEI N.º 4.677/2020

Fica proibida a instalação de equipamentos de fiscalização fotográfico eletrônico móvel, na zona urbana do município, permitindo somente lombadas eletrônicas elevadas.

FABIO JOSÉ TARDIN, Presidente da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei Municipal:

Art.1º Fica proibida, na zona urbana do munícipio de Várzea Grande, a instalação de equipamentos de fiscalização fotográfico eletrônico móvel.

Art.2º Fica permitida somente a colocação de lombadas eletrônicas e faixas elevadas, nas vias de trânsito rápido.

Art.3º Obriga-se ao Município à colocação de sinalizações verticais e horizontais de alerta no prolongamento de duzentos metros antes das lombadas eletrônicas e faixas elevadas.

Art.4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Benedito Gomes, Várzea Grande 12 de março de 2021.

FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 181/2021

ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR a servidora THAYSA LAURA RIBEIRO DA COSTA, CPF: 935.862.721-20, para o cargo de Chefe do Cerimonial.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir da presente data.

Gabinete da Presidência, 12 de Março de 2021.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereador BRUNO LINS RIOS

1ª Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2020, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2020

A Presidente da Comissão de Teste Seletivo, KARINY ALMEIDA PEREIRA DA SILVA, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria n.º 13/2020, informa que revendo o resultado Parcial do Processo Seletivo n.º 001/2020, de 05 de fevereiro de 2020, publicado no Diário Oficial do Município que circulou na data de 11/03/2021, foi constatado por esta Comissão erro material constante na tabela de classificação **pertinente ao cargo de Vigilante**, que prescinde de regularização, cuja tabela segue em anexo a este Edital.

KARINY ALMEIDA PEREIRA DA SILVA

Presidente da Comissão

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2020, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE/MT, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020, de 05 de fevereiro de 2020, torna público o Resultado Parcial do certame, de acordo com o Anexo deste Edital.

Várzea Grande/MT, 12 de março de 2021.

FÁBIO JOSÉ TARDIN

Presidente da Câmara Municipal de Várzea Grande

ANEXO DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2020, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2020

RESULTADO PARCIAL

CARGO					**SERVIÇOS GERAIS**
NÍVEL					**FUNDAMENTAL**
TIPO DE VAGA					**AMPLA CONCORRÊNCIA**
CLASSIFICAÇÃO	**N.º Inscrição**	**Nome**	**Documento de Identificação**	**Pontuação**	**Situação**
01	01	RITA JULIANA DE CAMPOS	15080650 SSP/MT	12	Classificado
02	130	GONÇALINA RITA DE CAMPOS	0836319-6 SSP/MT	10	Classificado
03	115	MARIA LÚCIA PEREIRA SANTANA	1325156-2 SSP/MT	9,0	Classificado
04	101	ADRIANE RIBEIRO PINTO FARIAS	1908749-7 SSP/MT	9,0	Classificado
05	19	FABIANI PIRES MARQUES ROSSETE	1671307-9 SSP/MT	8,0	Classificado
06	106	SUZANA GOMES DA SILVA MARTINS	0519116-5 SSP/MT	8,0	Classificado
07	07	EDENILSON DE AMORIM QUEIROZ	0559683-1 SSP/MT	8,0	Classificado
08	117	ELIZINA ENEDINA DE OLIVEIRA	909738 SSP/MT	7,0	Classificado
09	148	FRANCISCA DA SILVA	0300865-7 SSP/MT	7,0	Classificado
10	13	EDIANE AUXILIADORA DE MORAIS	1552402-7 SSP/MT	6,0	Classificado
11	92	GEICIANE CAROLINE DA SILVA ROCHA SUMEIRA	1977773-6 SSP/MT	6,0	Classificado
12	129	SONIA ELZA DA SILVA	1484301-3 SSP/MT	5,0	Classificado
13	109	ROZIELY MARIA DA SILVA	2282450-2 SSP/MT	5,0	Classificado
14	06	MARILZA BORGES CARLOS	1737208-9 SSP/MT	5,0	Classificado
15	28	NINIVI ELIABY DOS SANTOS DE ALMEIDA	1801062-8 SSP/MT	5,0	Classificado
16	155	MARIA LUZIA DA SILVA	1365013-0 SSP/MT	5,0	Classificado
17	154	MANOEL AVILA SILVA SCHWARZ	2225792-6 SSP/MT	5,0	Classificado
18	72	JOCILENE MARIA LEMES MARTINS	0666540-3 SSP/MT	5,0	Classificado
19	73	ADENIR SANTANA DE CAMPOS	0468232-7 SSP/MT	5,0	Classificado
20	81	ANAISE DE ALMEIDA ESPIRITO SANTO	1199523-8 SSP/MT	5,0	Classificado
21	59	CASSIA KISS DIAS GOMES GAMA	20695608 SSP/MT	5,0	Classificado
22	157	CATIANE LEITE DA SILVA	2056245-4 SSP/MT	5,0	Classificado
23	05	MARIANY BEATRIZ DE ANUNCIAÇÃO	2313880-7 SSP/MT	5,0	Classificado
24	112	ROSE MARI DE ALMEIDA MARTINS	17166470 SSP/MT	5,0	Classificado
25	98	CRISTIANE PATRICIA DA SILVA	940355 SSP/MT	5,0	Classificado
26	165	NAYARA DOS SANTOS COSTA	1807809-5 SSP/MT	5,0	Classificado
27	172	JULIETE LACERDA SOUZA FERNANDES	889.884 SSP/TO	5,0	Classificado
28	180	ROSEMARY SOARES FERREIRA	1481008-5 SSP/MT	5,0	Classificado
29	182	IVANEIDE GONÇALINA DOS SANTOS DE CAMPOS	1337429-0 SSP/MT	5,0	Classificado
30	146	GONÇALINA SANTANA DE ALMEIDA CORRÊA	1547788-6 SSP/MT	5,0	Classificado
31	124	NATHALIA YASMIN DUBAL BRAGANÇA ROSA	62499727-3 SSP/MT	5,0	Classificado

CARGO					**GARÇOM**
NÍVEL					**FUNDAMENTAL**
TIPO DE VAGA					**AMPLA CONCORRÊNCIA**
Classificação	**N.º Inscrição**	**Nome**	**Documento de Identificação**	**Pontuação**	**Situação**
01	118	EDSON BEZERRA GOMES	16132289 SSP/MT	12	Classificado
02	67	MIRIA MACHADO DOS SANTOS	1812548-4 SSP/MT	11	Classificado
03	111	RAFAEL SAVA LEVENTI RAMOS DA COSTA	266115-7 SSP/MT	7,0	Classificado
04	65	AGUIMAR PEREIRA DOS REIS	0798575-4 SSP/MT	5,0	Classificado
05	87	LIDIANE VIEIRA DOS SANTOS	1825974-0 SSP/MT	5,0	Classificado
06	121	EVERTON ECKENER TROUY DO NASCIMENTO	2338472-7 SSP/MT	5,0	Classificado
07	144	MICHELE SOARES SILVA	1864679-4 SSP/MT	5,0	Classificado
08	145	LIGINARA LUCIA DE FIGUEIREDO	2525674-2 SSP/MT	5,0	Classificado
09	170	TACIANE RIBEIRO FRANCEZ PINHEIRO	1994996-0 SSP/MT	5,0	Classificado

CARGO					VIGILANTE	
NÍVEL					FUNDAMENTAL	
TIPO DE VAGA					AMPLA CONCORRÊNCIA	
Classificação	N.º Inscrição	Nome	Documento de Identificação	Pontuação	Situação	
01	126	MAURICIO TEODORO JUNIOR	15969487 SSP/MT	20	Classificado	
02	94	FERNANDO MAMEDES ALMEIDA DE MORAES	13328441 SSP/MT	19	Classificado	
03	147	ANTONIO JESUS DE CAMPOS FILHO	807969 SSP/MT	18	Classificado	
04	86	GEREMIAS PEREIRA SILVA	08663025 SEJUSP/MT	18	Classificado	
05	125	HELENO ARRUDA PEREIRA	10937110 SJ/MT	17	Classificado	
06	41	JOSÉ RODRIGUES DE MAGALHÃES	0214219-8 SSP/MT	17	Classificado	
07	22	JOSÉ BALBINO DE ALMEIDA	01780190 SSP/MT	16	Classificado	
08	36	PEDRO LUIZ PEREIRA MOREIRA	12847437 SEJUSP/MT	14	Classificado	
09	137	JOAQUIM SAVIO DE CAMPOS	0823878-2 SSP/MT	13	Classificado	
10	10	ALCIDES MONTEIRO DA SILVA	08103992 SEJUSP/MT	10	Classificado	
11	85	RONAILSON RODRIGUES	1892208-2 SSP/MT	10	Classificado	
12	74	VALDECI JESUS MACIEL	0806859-3 SJ/MT	10	Classificado	
13	11	RENATO DA SILVA	1569821-1 SSP/MT	7,0	Classificado	
14	153	LAURINEI DE ALMEIDA LIMA	1580241-8 SSP/MT	6,0	Classificado	
15	162	PAULO LUIS DUARTE DA SILVA	0888689-0 SSP/MT	6,0	Classificado	
16	66	EVA MARIA DE FIGUEIREDO SANTOS	1361864-4 SSP/MT	6,0	Classificado	
17	176	JOSE SERGIO DA SILVA GOMES	1307838-0	5,0	Classificado	
18	186	ELIEL REZENDE ERNESTO	2167592-9 SSP/MT	5,0	Classificado	
19	68	MANOEL ANTONIO SENE	1500745-6 SSP/MT	5,0	Classificado	
20	161	IGOR CAMPOS RONDON	1748229-1 SSP/MT	5,0	Classificado	
21	113	DEYVSON SILVA SANTOS	1737816-8 SSP/MT	5,0	Classificado	
22	79	SANDRO PIO DE SIQUEIRA	1463723-5 SSP/MT	5,0	Classificado	
23	113	LACAN KLEIN VIEIRA DO AMARAL	1776930-2 SSP/MT	5,0	Classificado	
24	62	MARCOLINA IMACULADA DA SILVA	1659385-5 SSP/MT	5,0	Classificado	
25	107	VANDERLEI ROBERTO DE ARRUDA	18747019 SESP/MT	5,0	Classificado	
26	99	SILVIA GOMES AMADO	1115339-3 SSP/MT	5,0	Classificado	
27	104	MARTA DE OLIVEIRA	0699794-5 SSP/MT	5,0	Classificado	
28	128	KELVIN DÉRICK SOUZA DO NASCIMENTO	2496558-8 SSP/MT	5,0	Classificado	
29	150	JOSÉ EDIVALDO MARCULINO DE OLIVEIRA	481042 SSP/MT	5,0	Classificado	
30	97	JOSE ELISNALDO GOMES SANTANA	1953396-9 SSP/MT	5,0	Classificado	
31	88	MATTHEUS DA SILVA CERQUEIRA	24269646 SSP/MT	5,0	Classificado	

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 182/2021

ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR a servidora THAYSA LAURA RIBEIRO DA COSTA, CPF: 935.862.721-20, do cargo de Chefe do Gabinete do Vereador Fabio José Tardin.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir da presente data.

Gabinete da Presidência, 12 de Março de 2021.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereador BRUNO LINS RIOS

1ª Secretário

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

ATO DE PESSOAL 12/2021 - TERMO DE POSSE

Aos onze (12) dias do mês de Março (03) do ano de dois mil e vinte e um (2.021), na Secretaria Executiva do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, eu **GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO,** presidente, no uso das atribuições a mim conferidas pelo Contrato Consórcio, **dou POSSE** a **Sr. JOSÉ DE SOUZA, casado**, portador carteira de identidade RG. Nº 73515-8 SSP/MT, do CPF: 594.231.881-68, nomeado para o **Empre-go Público,** através da **PORTARIA Nº 25/2021 do dia 26 de Fevereiro de 2021**, no cargo de **GERENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO,** Conforme assumindo, a mesmo compromisso de fielmente exercer e cumprir os deveres do CARGO e os constantes da legislação e resoluções pertinentes. A nomeada comprova neste ATO, através de inspeção médica estar apta, física e mentalmente para o exercício do cargo bem como DECLARA que não exerce outro CARGO, EMPREGO ou FUNÇÃO PÚBLICA, remunerada na Administração Direta ou Autarquia, Sociedade de Economia Mista, Fundação ou Empresa Pública.

São José dos Quatro Marcos - MT, em 12 de Março de 2021

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Presidente

De Acordo:

JOSÉ DE SOUZA

TESTEMUNHAS:

1ª DANILO RICARDO PIVETTA

2ª RICARDO SANTOS DELA CRUZ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE REGIÃO CENTRO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO

RESOLUÇÃO Nº. 206/2021 - CISCN

RESOLUÇÃO Nº. 206/2021

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Centro Norte de Mato Grosso, Prefeita de Alto Paraguai - MT, Sr. Adair José Alves Moreira, CPF 604.418.441-20, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Senhora Andréia Barros Figueiró, CPF sob número 918.837.331-20, RG 1422195-0 SSP/MT do cargo de Secretária Executiva.

Art. 2º - Revoga-se a Resolução nº 200/2020 e demais disposições em contrário.

Alto Paraguai – MT, 10 de março de 2021.

Adair José Alves Moreira

Presidente do Consórcio

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 003/2021

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO**, através da Equipe do Pregoeiro, torna público que realizou no dia **12 de março de 2021, às 08h00**, na Sala de licitações do CISVP em Peixoto de Azevedo-MT, o **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 003/2021,** com objeto de **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA NO FORNECIMENTO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E LAVANDERIA HOSPITALAR, a fim de suprir as necessidades do Hospital Regional de Peixoto de Azevedo, constantes no termo de referência, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos,** conforme **EDITAL Nº 004/2021 DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 003/2021**,onde sagraram-se vencedoras as empresas: **ARENA MIX COMERCIO E SERVIÇOS - EIRELI**, inscrita no **CNPJ n° 15.337.202/0001-09**, sagrou-se vencedora nos itens 76, 5401, 5327, 5331, 5333, 5404, 5405, 5406, 5353, 5354, 577, 578 e 5357 no valor de **R$ 307.237,20** (Trezentos e Sete Mil e Duzentos e Trinta e Sete Reais e Vinte Centavos) e a Empresa **PRODETER MATO GROSSO PRODUTOS PARA HIGIENIZAÇÃO LTDA**, inscrita no **CNPJ n° 09.089.367/0001-06**, sagrou-se vencedora nos itens 5394, 5395, 5396, 5397, 5398, 5399 e 5402 no valor de **R$ 332.379,50** (Trezentos e Trinta e Dois Mil e Trezentos e Setenta e Nove Reais e Cinquenta Centavos). Demais informações poderão ser solicitadas diretamente na sede do Consórcio, localizado na Rua Teotônio Vilela, nº 645, Salas 2 e 3, Bairro Centro, CEP: 78.530-000, Peixoto de Azevedo/MT, e-mail: cisvaledopeixoto@gmail.com.

Peixoto de Azevedo MT, 12 de março de 2021.

GENIFER KAISER

Pregoeira Oficial do CISVP

12º TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2021

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, pelo seu Presidente, ratifica a contratação direta das empresas: **DISTRIBUIDORA BRASIL COML. DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 07.640.617/0001-10, no valor de R$ 26.000,00 (VINTE E SEIS MIL REAIS)**.

Tudo com fundamento no artigo 24, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.666/93, tendo como objeto o CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA AQUISIÇÃO DE 500 AMPOLAS DE ENOXAPARINA DE 60MG, VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT.

Peixoto de Azevedo/MT, 12 de março de 2021.

RAFAEL SOUZA BARROS

Secretário Executivo–CISRVP

11º TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2021

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, pelo seu Presidente, ratifica a contratação direta das empresas: **INSTALADORA VIANNA EIRELI, CNPJ 21.376.047/0001-24**, no valor de **R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS)**.

Tudo com fundamento no artigo 24, inciso I e II, da Lei Federal n.º 8.666/93, tendo como objeto o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MONTAGEM DE ESTRUTURA PARA REDE DE ALTA TENSÃO NO POSTO, VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT.

Peixoto de Azevedo/MT, 12 de março de 2021.

RAFAEL SOUZA BARROS

Secretário Executivo–CISRVP

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGAO PRESENCIAL Nº 001/2021

PROCESSO 002/2021

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia – CISA/MT, por meio de sua Pregoeira designada pela Resolução nº 016/2021, no uso de suas atribuições, torna público aos interessados, o resultado da Licitação que realizou na data de 12/03/2021, para Registro de Preço, na modalidade de Pregão na forma Presencial do tipo menor preço por item, cujo objeto é o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Material de Expediente Diversos, com entrega fracionada de acordo com as necessidades do Consórcio Municipal de Saúde do Araguaia – CISA**.** Cujo certame teve como vencedora a empresa **EDIVALDO NUNES DE CIRQUEIRA** - ME-CNPJ sob o Nº02.556.926/0001-93- valor R$ **56.739,80** (cinquenta e seis mil, setecentos e trinta e nove reais e oitenta centavos).

São Félix do Araguaia - MT, 12/03/2021.

Lídia Barbosa de Brito

Pregoeira.

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001 DE 20121

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001 DE 2021

Na publicação da Edital do Pregão Presencial nº 001/2.021 , verificou-se erro de digitação, dessa forma, o Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – CORESS/MT torna público que:

ONDE SE LÊ: Item 11 : Tomografia de Córnea

LEIA-SE: item 11: Topografia de Córnea

Rondonópolis/MT, 12 de março de 2.021.

_____

NELSON ANTONIO PAIM

Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ADMINISTRAÇÃO
COVID-19: INSTRUÇÃO NORMATIVA SEMED Nº 002, DE 12 DE MARÇO DE 2021.

"ATUALIZA MEDIDAS EXCEPCIONAIS DE CARÁTER TEMPORÁRIO, PARA A PREVENÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO DO CORONAVÍRUS (COVID-19), NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO".

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, neste ato representada pela sua Secretária Municipal, professora ***Núbia Rosana Reinher Foschiera***, nomeada pala Portaria Municipal nº 010, de 04 de janeiro de 2021, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e,

CONSIDERANDO queé dever do Estado, em conjunto com a família, assegurar a permanência de crianças e de adolescentes na escola e garantir o direito de aprendizagem de todos.

CONSIDERANDO o Guia de Implementação de Protocolos de retorno das atividades presenciais de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC);

CONSIDERANDO o Parecer do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP) nº 11/2020 com oorientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia.

CONSIDERANDO que a administração deve planejar o trabalho de sua unidade, de maneira isenta e responsável;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 3586, que atualiza as medidas restritivas para conter a disseminação da covid-19 em concordância com o Decreto Estadual Nº 837 publicado no Diário Oficial no dia 1º de março;

CONSIDERANDO o parecer CNE/CEB nº 5, de 7 de maio de 1997, que indica não ser apenas os limites da sala de aula propriamente dita que caracterizam com exclusividade a atividade escolar. Está se caracterizar por toda e qualquer programação incluída na proposta pedagógica da instituição, com frequência exigível e efetiva orientação por professores habilitados;

CONSIDERANDO o Plano de Volta às aulas das Escolas Municipais do ano letivo de 2021;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa SEMEC, nº 001, de 11 de fevereiro de 2021;

CONSIDERANDO a PORTARIA Nº 164/2021/GS/SEDUC/MT, de 2 de março de 2021, que atualiza as medidas excepcionais, de caráter temporário, para a prevenção dos riscos de disseminação do coronavírus (COVID-19;

RESOLVE:

ORIENTAÇÕES PARA O TRABALHO REMOTO

Art. 1º. Estabelecer diretrizes de organização e assiduidade dos Profissionais de Educação com manutenção temporária dos regimes de teletrabalho e presencial, bem como outras medidas para a redução dos riscos de disseminação do coronavírus (Covid-19).

Art. 2º. Cada Unidade Escolar deve orientar e dar suporte aos pais e/ou responsáveis quanto à realização de atividades relacionadas aos objetos de conhecimento/conteúdos e possibilidades de experiências de acordo com a proposta curricular do município disponibilizando o material pedagógico impresso.

Art. 3º. As aulas não presenciais deverão ser feitas através de "grupos de WhatsApp" com suporte para realização das atividades e interação frequente entre famílias e alunos, avaliando e mediando o aprendizado dos alunos com devolutiva aos pais.

GRUPO DE RISCO

Art. 4º. No que se refere aos Profissionais de Educação que se enquadrem nos grupos de risco relacionado ao COVID-19, deverão executar suas atividades em regime de atividades remotas enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), os servidores que se enquadrem nos seguintes grupos:

I. os Profissionais de Educação com mais de 60 (sessenta) anos; II. diabetes insulino dependentes ou conforme justificado juízo clínico; III. com insuficiência renal crônica; IV. com doença respiratória crônica; V. com doença cardiovascular crônica; VI. com câncer; VII. com doença autoimune ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico; VIII. gestação em curso ou lactantes para amamentação do próprio filho até 12 (doze) meses. IX. Os profissionais que se encontram no grupo de risco para a COVID-19 e estiverem realizando teletrabalho deverão exercer atividades como: a) Acompanhamento remoto (em um espaço reservado na Unidade Escolar e/ou residência) de estudantes que optaram em não participar das aulas presenciais; b) Produção e correção de atividades a serem enviadas para os estudantes; c) Contato com as famílias e alunos através do WhatsApp.

Parágrafo Único: Os profissionais que se encontram no grupo de risco para a COVID-19, apoio/ infraestrutura poderão realizar seu trabalho em horários que não haja a presença de alunos na unidade escolar.

DA COMPETÊNCIA DO PROFESSOR

Art. 5º. O professor deverá:

§ 1º - Organizar os grupos de WhatsApp da turma conforme escalonamento, para efetiva comunicação com a comunidade escolar;

§ 2º - Planejar as atividades conforme diagnóstico de sua turma, com enunciado sucinto, claro e explicativo em consonância com as orientações da Coordenação Pedagógica da Unidade Escolar;

§ 3º - Disponibilizar material pedagógico necessário para realização das atividades remotas;

§ 4º - Realizar registro de conteúdos no Sistema Ômega;

§ 5º - Manter planejamento e atividades para o ensino presencial e remoto;

§ 6º - Acompanhar as atividades remotas dos alunos, cujos pais não sintam-se seguros em encaminhá-los à escola e/ou alunos do grupo de risco;

§ 7º - Para superar as fragilidades de aprendizagens identificadas durante a Pandemia da Covid 19, o professor deverá retomar às habilidades essenciais e realizar o continuum curricular 2020/2021;

§ 8º - Elaborar relatório da participação dos alunos que participam das aulas tanto presencial quanto on-line.

Art. 6º. O Profissional da Educação deverá:

§ 1º - estar acessível durante toda sua jornada de trabalho, respeitando o isolamento social estabelecido pelos órgãos governamentais de saúde pública;

§ 2º - dar ciência aos Gestores do andamento dos trabalhos e apontar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar o cumprimento das atividades sob sua responsabilidade;

§ 3º - O profissional da Educação em trabalho remoto e em regime de revezamento deve, obrigatoriamente, sujeitar-se às medidas de restrição social e demais orientações emanadas pelos órgãos sanitários federais, estaduais e municipais que não conflitem com a presente Portaria sujeito a penalidades;

§ 4º - O Profissional da Educação em cumprimento de jornada semanal de trabalho observará os horários determinados para o funcionamento da Unidade Escolar devendo cumprir 2/3 em sala de aula e 1/3 (hora atividade) em casa;

§ 5º - Cada Unidade Escolar deverá organizar-se para as atividades nas quartas-feiras para que não haja aglomeração.

Art. 7º A Gestão Escolar será responsável por estabelecer quais atividades são compatíveis para o trabalho remoto a serem exercidas pelo profissional da Educação, definindo entregas e prazos a serem cumpridos, bem como manter o monitoramento das atividades a serem executadas por meio de telefone, e-mail institucional, aplicativos de mensagens instantâneas ou outras ferramentas de tecnologia da informação.

DA COMPETÊNCIA DOS ESTUDANTES

Art. 8º Os alunos devem realizar as atividades propostas pelos professores nas aulas remotas, com material apostilado, através de grupos de WhatsApp, orientações individuais por ligação ou vídeo chamada cumprindo os prazos estabelecidos.

DA INCUMBÊNCIA DOS PAIS E/OU RESPONSÁVEIS

Art. 9º Para que haja efetividade das atividades não presenciais, os pais e/ou responsáveis devem respeitar o plano de contingenciamento da unidade escolar, bem como acompanhar as atividades remotas e ou tarefas de casa. Acompanhar a rotina de atividades diárias, recados enviados nas agendas dos alunos e/ou aplicativos de mensagens instantâneas e outros (WhatsApp/SMS).

§ 1º - Os pais ou responsáveis, deverão assinar Termo de Responsabilidade constando a opção de frequência quanto ao retorno ou não das aulas presenciais;

§ 2º - Os atendimentos ao público externo serão realizados por meio telefônico, e-mail, aplicativos de mensagens instantâneas ou qualquer outro meio que resguarde, de modo efetiva e segura, a segurança do servidor e a qualidade no serviço.

Art.10º. As medidas nesta Portaria Normativa poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município e decretos específicos.

Art. 11º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

NUBIA ROSANA REINHER FOSCHIERA

Secretária Municipal de Educação

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Educação de Água Boa, em 12 de março de 2021.

TÂNIA BEATRIZ SICHIERSKI

Assessora Pedagógica

PLANEJAMENTO E FINANCAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº. 006/2021

RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº. 006/2021

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto Nº. 3.535/2021, torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 12/03/2021, licitação na modalidade de Pregão Eletrônico Para Registro de Preços, cujo objeto e Futura e Eventual Aquisição de (1) uma ambulância tipo furgão, Emenda Parlamentar nº 17/2020 e (1) um veículo tipo passeio, Emenda Parlamentar nº 38050001, Proposta nº 11802.719000/1200-01, para a Secretaria de Saúde da Prefeitura de Água Boa-MT, teve como vencedoras as empresa: CUSTOMIZAR COMERCIO E LOCACAO DE VEICULOS ESPECIAIS LTDTA, CNPJ: 07.975.278/0001-23 e MRRC LICITACOES E SERVICOS LTDA,, CNPJ: 35.774.957/0001-70.

Água Boa M/T, 12 de março de 2021.

Marcos da Silva

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO/RH
PORTARIA 095/2021

PORTARIA 095/2021

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º - **Dar Posse a 1° Suplente- MARICEIA MENDES DE ARRUDAportadora do RG N°19720920 SSP/MT e do CPF N°030.151.621.95 -** cargo eletivo de **CONSELHEIRA TUTELAR**, em substituição conselheira ELI REGINA DA COSTA, de férias, por um período de 30 (Trinta) dias.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, eficácia a partir de 01 de Março de 2021, revogada a contrário.

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Mun. de Alto Paraguai – MT, 03 de Março de 2021

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

JURIDICO
PORTARIA 114/2021 - FISCAL DE CONTRATOS

PORTARIA 114/2021

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT.,**ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor **WANDERLEY LEITE DA SILVA , portador do RG n. 292.069 SSP/MT, CPF n. 106.749.691.20,**para exercer a função de **FISCAL DO CONTRATO abaixo mencionado, QUE TEM POR OBJETO AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA UTILIZAÇÃO NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA NA UNIDADE DO MUNICÍPIO (E.T.A), conforme registrado na Ata do Pregão Presencial n. 010/2021.**

CONTRATO 96/21 - INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA, CNPJ sob n. 10.717.170/0009-00

Art. 2º. O servidor, ora designado por esta portaria ficará com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta execução do objeto aos termos contratuais, assim como é obrigado a comunicar a Administração de todas as ocorrências relacionadas com a execução do presente contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único– As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao gestor em tempo hábil para a adoção das medidas observadas.

Art. 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. Publica-se;Registra-se;Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, 12 de março de 2021.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

JURIDICO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N°.097/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°.097/2021

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI ESTADO DE MATO GROSSO,** por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 03. 648.532/0001-28, com sede na Rua Presidente Médici, 470, bairro Planalto, Alto Paraguai - MT, neste ato, representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL,** o Excelentíssimo Senhor **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA, do**ravante denominado **CONTRATANTE, e de** outro lado, a Empresa **SÓ PESADO COMERCIO DE PEÇAS LTDA -ME**, inscrita sob o **CNPJ: 24. 717.067/0001-00** , situada na **RUA SÃO FRANCISCO (ROD. IMIGRANTES), QUADRA 41, LOTE 08, BAIRRO SÃO MATHEUS EM VARZEA GRANDE-MT, CEP 78300-000, deno**minado **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato Administrativo com base Lei Federal n.º 8.666/93, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE OLEO E LUBRIFICANTE, GRAXA, FLUÍDOS PARA FREIO E RADIADOR DE ACORDO COM O TERMO DE REFERENCIA, Adesão N. 015/2021, DO Pregão Presencial n° 019/2020 da Ata de registro de Preço n. 033/2020 da Prefeitura Municipal de GAÚCHA DO NORTE– MT.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O preço global do presente contrato, referente ao processo de REGISTRO DE PREÇOS PARA **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE OLEO E LUBRIFICANTE, GRAXA, FLUÍDOS PARA FREIO E RADIADOR DE ACORDO COM O TERMO DE REFERENCIA, Adesão N. 015/2021, DO Pregão Presencial n° 019/2020 da Ata de registro de Preço n. 033/2020 da Prefeitura Municipal de GAÚCHA DO NORTE– MT.**

3.2. Este instrumento tem o valor global de **R$ 484.612,90 (quatrocentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e doze reais e noventa centavos).**

3.3. O pagamento será efetuado em até 30(trinta) dias após apresentação da Nota Fiscal, discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue e atestado pelo fiscal do contrato (nota fiscal), feita através de ordem bancária e de acordo com as informações repassadas pela empresa vencedora indicando a agência e conta corrente em nome da proponente do banco a ser depositado;

3.4. Caso constado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

3.5. Estão inclusas no valor acima todas as despesas necessárias, tais como: mão-de-obra, tributos, emolumentos, despesas indiretas, encargos fiscais, trabalhistas previdenciários e comerciais e, ainda os gastos diversos.

3.6. ***Como condição para pagamento, a CONTRATADA deverá***apresentar a Certidão Negativa de Débitos com a Previdência Social, FGTS e CNDT.; Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada, observando que no caso do Estado de Mato Grosso, deverá ser especifica para participação em licitações públicas, bem como as Certidões de Dívida Ativa e Débitos Gerais junto ao Município de Alto Paraguai/MT, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1. Os preços fixados neste Contrato não serão reajustados no período de vigência do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do mesmo, sendo 12**/03/2021 a 12/03/2022**.

5.2. O presente contrato poderá ser prorrogado, se houver interesse público e conveniência administrativa, conforme preceitua o artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

5.3. O termo aditivo para a prorrogação de prazo deverá ser firmado, quando houver interesse por parte do CONTRATANTE, no máximo, até 05 (cinco) dias da data do seu vencimento.

5.4. O presente contrato NÃO OBRIGA a CONTRATANTE a realizar a aquisição de todo o material, o qual poderá ser adquirido em conformidade com as necessidades/demandas das Secretárias Municipais desta Municipalidade.

CLÁUSULA SEXTA – DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

1.2. **6.1.** Os recursos financeiros necessários para a execução deste Contrato são oriundos das classificação orçamentárias constantes as fls.23/24 do PROCESSO PREGÃO ADESÃO 15/2020.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1.1. *E de total responsabilidade da Contratada à entrega do objeto contratado, não podendo ser transferido a terceiros, nem mesmo parcialmente, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada.*

7.1.2. *Iniciar, as entregas na data estipulada no Contrato/Ordem de Fornecimento, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.*

7.1.3. *Responsabilizar-se pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como todos os impostos, taxas, seguros e quaisquer outras despesas resultantes da execução do contrato.*

7.1.4. *Responsabilizar-se pela entrega dos produtos dentro dos padrões de qualidade, segurança e demais quesitos previstos na Lei nº 8078/90, no Código Civil e na Lei nº 8666/93.*

7.1.5. *Dispor-se somente a fiscalização do contrato, no tocante na entrega dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Contrato definido e conforme especificações constantes no Termo de Referência;*

7.1.6. *Deverá estar pronto para entrega dos produtos no prazo máximo determinado no contrato, a partir da Ordem de Fornecimento emitida pela CONTRATANTE, sob pena da configuração da hipótese disposta no inciso IV do art. 78 da Lei 8666/93;*

7.1.7. *Os produtos com defeitos deverão ser substituídos no prazo de 05(cinco) dias determinado no contrato, a partir da notificação emitida pela contratante, sob pena da configuração da hipótese disposta o inciso Iv do art. 78 da Lei 8666/93;*

7.1.8. *Comunicar ao fiscal do contrato qualquer irregularidade detectada;*

7.1.9. *Acatar as determinações do fiscal do contrato, exceto as manifestamente ilegais;*

7.1.10. *Observar rigorosamente o cronograma de entrega ou outras condições estabelecidas entre as partes;*

7.1.11. *Executar a entrega do objeto do Contrato conforme Ordem de fornecimento da Proposta Comercial, e toda documentação constante no Processo que lhe deu origem;*

7.1.12. *Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na execução do objeto da presente contratação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do ob-*

jeto contratado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes, sob pena de ilegalidade.

7.1.13. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou ao CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir.

7.2. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.2.1. São responsabilidades do Contratado:

I- Todo e qualquer dano que causar ao Órgão ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo FISCAL DO CONTRATO;

II- Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III- toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Prefeitura Municipal de Alto Paraguai por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas pela mesma ao Órgão/Entidade, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

IV - A falta de quaisquer dos serviços cuja execução incumbe ao detentor do contrato, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste contrato, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

Parágrafo Primeiro - a CONTRATADA autoriza o Município de Alto Paraguai, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa;

Parágrafo Segundo – a ausência ou omissão da fiscalização do fiscal, não eximirá CONTRATADA das responsabilidades previstas neste contrato.

7.2.2. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e no PROCESSO **Adesão N. 015/2021, DO Pregão Presencial n° 019/2020 da Ata de registro de Preço n. 033/2020 da Prefeitura Municipal de GAÚCHA DO NORTE– MT.**

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste Instrumento;

8.2. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada, a quem compete também proceder às advertências, multas e demais cominações;

8.3. Emitir o Termo de Recebimento Provisório por intermédio do Fiscal do Contrato;

8.4. Comunicar por escrito e tempestivamente ao Contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução deste contrato;

8.5. Comunicar à empresa sobre possíveis irregularidades observadas na entrega dos produtos, para imediata correção.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem a justificativa aceita pelo Município e resguardadas as disposições dos arts. 86 a 88 da Lei n.8.666/93 acarretarão a aplicação das seguintes sanções administrativas:

9.1. ADVERTÊNCIA, nos casos de desatendimentos das determinações regulares dos engenheiros fiscais do contrato, assim como a de seus superiores, ou nos casos de descumprimento, doloso ou culposo do cronograma físico financeiro, e nos demais casos de inexecução parcial do contrato;

9.1.1. MULTA, nos seguintes valores:

a) de 0,33% (zero vírgula trinta e três) por cento, ao dia, incidente sobre o valor da parcela da obra ou serviço em atraso, em até 30 (trinta) dias;

b) de 10% (dez) por cento, sobre o valor da parcela da obra ou do serviço em atraso por período superior ao previsto no item anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) de 15% (quinze) por cento, calculada sobre o valor da contratação, em casos de subcontratação não autorizada pelo MUNICÍPIO;

d) de 20% (vinte) por cento, calculada sobre o valor da contratação, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

e) de 0,5% (zero vírgula cinco) por cento, calculada sobre o valor da contratação, por infração a qualquer das demais cláusulas ou condições previstas no edital, no contrato, ou na legislação que disciplina a contratação, exceto quando for objeto das sanções previstas nos itens seguintes.

9.1.2. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, nos seguintes casos:

a) Subcontratar, total ou parcialmente, a obra ou serviço contratado, associar-se com outrem, ceder ou transferir, total ou parcial o objeto do contrato, bem assim a sua fusão, cisão ou incorporação, em todos os casos sem que ocorra a prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO, formalizada por meio de termo de aditamento ao contrato;

b) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

c) Afastar ou procurar afastar licitantes, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo, se sujeita à mesma penalidade, o licitante que se abstém ou desiste de licitar em razão de vantagem oferecida;

9.1.3. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE pelo período de até 5 (cinco) anos para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos seguintes casos:

a) Obter vantagem indevida ou se beneficiar, injustamente, das alterações ou modificações contratuais, inclusive prorrogações contratuais em prejuízo ao erário público; e,

b) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

9.2 A aplicação das sanções previstas neste edital ou no contrato não exclui a possibilidade de responsabilização do licitante ou da contratada por eventuais perdas e danos causados à Administração;

9.3. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação da aplicação da penalidade;

9.3.1. O valor da multa poderá ser descontado do valor total da nota fiscal ou do crédito existente no MUNICÍPIO, em favor da CONTRATADA, desde que figure como contratado exclusivamente a mesma CONTRATADA, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei;

9.4. As multas e outras sanções aplicadas pelo MUNICÍPIO, só poderão ser revistas ou afastadas, por ato motivado do Fiscal do Contrato, ratificado pela Prefeita Municipal;

9.5. As sanções previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, desde que, para cada sanção, tenha sido apurada uma conduta individualizada e específica, vedada a aplicação de sanções cumulativas para uma mesma conduta, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

9.6. Em quaisquer das hipóteses previstas nos itens anteriores deverá ser assegurado ao licitante ou à contratada o contraditório e a ampla defesa.

9.7. Constatado pelo MUNICÍPIO quaisquer das situações acima previstas para aplicação das sanções de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, o licitante ou a contratada deverá ser notificado, por escrito, sobre as irregularidades em que incorreram, sendo-lhes assegurado vista do processo o qual foram produzidas as provas das irregularidades, bem assim facultada à apresentação de defesa, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme disposto no artigo 190 da Lei n.8.666/93.

CLÁUSULA DECIMA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. Os casos de rescisão são os previstos nos art. 78,79 e 80 da Lei n° 8.666/93, bem como os previstos neste contrato, e ainda o presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de ambas as partes, com aviso de antecedência, de no mínimo 30(trinta) dias, por escrito com recibo das partes.

10.2. Ficam reconhecido os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista na Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO, LEGISLAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. O presente instrumento resulta da Licitação PROCESSO **Adesão N. 015/2021, DO Pregão Presencial n° 019/2020 da Ata de registro de Preço n. 033/2020 da Prefeitura Municipal de GAÚCHA DO NORTE– MT,** sujeitam-se os Contratantes supra mencionados as cláusulas contratuais e as normas das Leis nº. 8.666 de 21/06/93 e Lei n° 8.883 de 08/06/94 e alterações posteriores.

11.2. Para a execução do presente Contrato e especialmente aos casos omissos, aplicam-se os dispostos na Lei n° 8.666/93 e alterações seguintes, e ainda, os princípios gerais de direito.

11.3. Qualquer mudança nos dispostos deste instrumento que possa surgir e houver comum acordo entre as partes, para que a mesma possa ter valor, deverá ser lavrado por termo aditivo.

11.4. São prerrogativas da CONTRATANTE as previstas no Art. 58 da Lei n° 8.666/93, que as exercerá de acordo com as normas referidas no preâmbulo deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. O acompanhamento da efetivação desse contrato ficará a cargo da CONTRATANTE, mediante nomeação dos servidores especialmente designados para este fim, nos termos do Art. 67 da Lei n. 8.666/93.

12.2. A fiscalização será realizada pelo servidor **GEDEONE BRANDAO MODESTO**, brasileiro, Servidor Público na função de COORDENADOR GERENCIAL DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTRUA E SANEAMENTO, portador do CPF n. 468.413.001.06

12.3. A contratante deverá fiscalizar, através do Gestor do Contrato, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições contratadas, registrando as deficiências porventura existentes e comunicar, por escrito diretamente à contratada, todas e quaisquer irregularidades ocorridas com os empregados desta, afim de que sejam tomadas as devidas providências.

12.4 Caberá ao fiscal do contrato as seguintes atribuições:

a) Realizar conferências das notas fiscais atestadas pelo Fiscal do contrato, e posteriormente efetuar o pagamento, b) Atentar aos valores a serem pagos, tomando cuidado para que os pagamentos não ultrapassem o valor do contrato, c) Acompanhar e analisar os relatórios que por ventura venham a ser emitidos pelo Fiscal do contrato. Havendo qualquer apontamento que acuse atraso ou descumprimento da aquisição/serviço, o gestor devera notificar a contratada solicitando justificativa e o cumprimento no prazo estabelecido pela Secretaria demandante, d) Quaisquer outras ao qual a Administração julgar necessárias e convenientes para o excelente andamento do contrato. e) Orientar: estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do contrato; f) Fiscalizar: verificar o serviço prestado e a forma de execução do objeto do contrato, confirmando o cumprimento das obrigações; g) Interditar: paralisar a execução do contrato por estar em desacordo com o pactuado; h) Informa: a Administração o cometimento de falhas e irregularidades detectadas pela Contratada que implique comprometimento da aquisição e/ou aplicação de penalidades previstas; e noticiar os casos de afastamento em virtude de férias, licenças ou outros motivos, para que o substituto (suplente) possa assumir a gestão do contrato, evitando prejuízos, interrupções e suspensão das atividades de fiscalização; i) Ter total conhecimento do contrato e suas clausulas; j) Solicitar a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, decisões e providencias que ultrapassarem a sua competência; k) Zelar pelo bom relacionamento com a contratada, mantendo um comportamento ético, probo e cortes; l) Conferir os dados das faturas antes de atestá-las, promovendo as correções devidas e arquivando copia junto aos demais documentos pertinentes; m) Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, informando ao Gestor do Contrato aquelas que dependem de providencias, com vistas á regularização das faltas ou defeitos observados; n) Formalizar, sempre, os entendimentos com a Contratada ou seu Preposto, adotado todas as medidas que permitem compatibilizar as obrigações bilaterais; o) Avaliar constantemente a qualidade da execução contratual, propondo, sempre que cabíveis medidas que visem reduzir gastos e racionalizar os serviços; p) Observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes as suas atribuições, agindo com transparências no desempenho das suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ILÍCITOS PENAIS

13.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ANTICORRUPÇÃO

14.1. **Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores**.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DO FORO

15.1. As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Diamantino – MT, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação será considerado fora de sua jurisdição.

15.2. E assim por estarem justos e contratados, na forma acima, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes que a tudo presenciaram, comprometendo-se por si e seus sucessores legais ao fiel cumprimento de todos dos dispositivos.

ALTO PARAGUAI - MT, 12 de março de 2021.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA PREFEITA MUNICIPAL	**SÓ PESADO COMERCIO DE PEÇAS LTDA -ME**, **CNPJ: 24.717.067/0001-00**

Fiscal de Contrato: **GEDEONE B. MODESTO** **CPF 468.413.001.06**	**CONTRATADA**
Testemunhas:	
YHURI RAYAN ARRUDA DE ALMEIDA CPF: 037.765.051-09	**LUCIANO O. FONTES** CPF: 899.836.701.78

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°.097/2021

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI ESTADO DE MATO GROSSO,** por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 03. 648.532/0001-28, com sede na Rua Presidente Médici, 470, bairro Planalto, Alto Paraguai - MT, neste ato, representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL,** o Excelentíssimo Senhor **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA, do**ravante denominado **CONTRATANTE, e de** outro lado, a Empresa **SÓ PESADO COMERCIO DE PEÇAS LTDA -ME**, inscrita sob o **CNPJ: 24. 717.067/0001-00** , situada na **RUA SÃO FRANCISCO (ROD. IMIGRANTES), QUADRA 41, LOTE 08, BAIRRO SÃO MATHEUS EM VARZEA GRANDE-MT, CEP 78300-000, deno**minado **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato Administrativo com base Lei Federal n.º 8.666/93, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE OLEO E LUBRIFICANTE, GRAXA, FLUÍDOS PARA FREIO E RADIADOR DE ACORDO COM O TERMO DE REFERENCIA, Adesão N. 015/2021, DO Pregão Presencial n° 019/2020 da Ata de registro de Preço n. 033/2020 da Prefeitura Municipal de GAÚCHA DO NORTE– MT.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O preço global do presente contrato, referente ao processo de REGISTRO DE PREÇOS PARA **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE OLEO E LUBRIFICANTE, GRAXA, FLUÍDOS PARA FREIO E RADIADOR DE ACORDO COM O TERMO DE REFERENCIA, Adesão N. 015/2021, DO Pregão Presencial n° 019/2020 da Ata de registro de Preço n. 033/2020 da Prefeitura Municipal de GAÚCHA DO NORTE– MT.**

3.2. Este instrumento tem o valor global de **R$ 484.612,90 (quatrocentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e doze reais e noventa centavos).**

3.3. O pagamento será efetuado em até 30(trinta) dias após apresentação da Nota Fiscal, discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue e atestado pelo fiscal do contrato (nota fiscal), feita através de ordem bancária e de acordo com as informações repassadas pela empresa vencedora indicando a agência e conta corrente em nome da proponente do banco a ser depositado;

3.4. Caso constado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

3.5. Estão inclusas no valor acima todas as despesas necessárias, tais como: mão-de-obra, tributos, emolumentos, despesas indiretas, encargos fiscais, trabalhistas previdenciários e comerciais e, ainda os gastos diversos.

3.6. ***Como condição para pagamento, a CONTRATADA deverá***apresentar a Certidão Negativa de Débitos com a Previdência Social, FGTS e CNDT.; Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada, observando que no caso do Estado de Mato Grosso, deverá ser especifica para participação em licitações públicas, bem como as Certidões de Dívida Ativa e Débitos Gerais junto ao Município de Alto Paraguai/MT, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1. Os preços fixados neste Contrato não serão reajustados no período de vigência do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do mesmo, sendo 12**/03/2021 a 12/03/2022**.

5.2. O presente contrato poderá ser prorrogado, se houver interesse público e conveniência administrativa, conforme preceitua o artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

5.3. O termo aditivo para a prorrogação de prazo deverá ser firmado, quando houver interesse por parte do CONTRATANTE, no máximo, até 05 (cinco) dias da data do seu vencimento.

5.4. O presente contrato NÃO OBRIGA a CONTRATANTE a realizar a aquisição de todo o material, o qual poderá ser adquirido em conformidade com as necessidades/demandas das Secretárias Municipais desta Municipalidade.

CLÁUSULA SEXTA – DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

1.2. **6.1.** Os recursos financeiros necessários para a execução deste Contrato são oriundos das classificação orçamentárias constantes as fls.23/24 do PROCESSO PREGÃO ADESÃO 15/2020.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1.1. *E de total responsabilidade da Contratada à entrega do objeto contratado, não podendo ser transferido a terceiros, nem mesmo parcialmente, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada.*

7.1.2. *Iniciar, as entregas na data estipulada no Contrato/Ordem de Fornecimento, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.*

7.1.3. *Responsabilizar-se pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como todos os impostos, taxas, seguros e quaisquer outras despesas resultantes da execução do contrato.*

7.1.4. *Responsabilizar-se pela entrega dos produtos dentro dos padrões de qualidade, segurança e demais quesitos previstos na Lei nº 8078/90, no Código Civil e na Lei nº 8666/93.*

7.1.5. *Dispor-se somente a fiscalização do contrato, no tocante na entrega dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Contrato definido e conforme especificações constantes no Termo de Referência;*

7.1.6. *Deverá estar pronto para entrega dos produtos no prazo máximo determinado no contrato, a partir da Ordem de Fornecimento emitida pela CONTRATANTE, sob pena da configuração da hipótese disposta no inciso IV do art. 78 da Lei 8666/93;*

7.1.7. *Os produtos com defeitos deverão ser substituídos no prazo de 05(cinco) dias determinado no contrato, a partir da notificação emitida pela contratante, sob pena da configuração da hipótese disposta o inciso Iv do art. 78 da Lei 8666/93;*

7.1.8. *Comunicar ao fiscal do contrato qualquer irregularidade detectada;*

7.1.9. *Acatar as determinações do fiscal do contrato, exceto as manifestamente ilegais;*

7.1.10. *Observar rigorosamente o cronograma de entrega ou outras condições estabelecidas entre as partes;*

7.1.11. *Executar a entrega do objeto do Contrato conforme Ordem de fornecimento da Proposta Comercial, e toda documentação constante no Processo que lhe deu origem;*

7.1.12. *Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na execução do objeto da presente contratação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do objeto contratado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes, sob pena de ilegalidade*.

7.1.13. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou ao CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir.

7.2. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.2.1. São responsabilidades do Contratado:

I- Todo e qualquer dano que causar ao Órgão ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo FISCAL DO CONTRATO;

II- Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III- toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Prefeitura Municipal de Alto Paraguai por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas pela mesma ao Órgão/Entidade, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

IV - A falta de quaisquer dos serviços cuja execução incumbe ao detentor do contrato, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste contrato, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

Parágrafo Primeiro - a CONTRATADA autoriza o Município de Alto Paraguai, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa;

Parágrafo Segundo – a ausência ou omissão da fiscalização do fiscal, não eximirá CONTRATADA das responsabilidades previstas neste contrato.

7.2.2. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e no PROCESSO **Adesão N. 015/2021, DO Pregão Presencial n° 019/2020 da Ata de registro de Preço n. 033/2020 da Prefeitura Municipal de GAÚCHA DO NORTE– MT.**

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste Instrumento;

8.2. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada, a quem compete também proceder às advertências, multas e demais cominações;

8.3. Emitir o Termo de Recebimento Provisório por intermédio do Fiscal do Contrato;

8.4. Comunicar por escrito e tempestivamente ao Contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução deste contrato;

8.5. Comunicar à empresa sobre possíveis irregularidades observadas na entrega dos produtos, para imediata correção.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem a justificativa aceita pelo Município e resguardadas as disposições dos arts. 86 a 88 da Lei n.8.666/93 acarretarão a aplicação das seguintes sanções administrativas:

9.1. ADVERTÊNCIA, nos casos de desatendimentos das determinações regulares dos engenheiros fiscais do contrato, assim como a de seus superiores, ou nos casos de descumprimento, doloso ou culposo do cronograma físico financeiro, e nos demais casos de inexecução parcial do contrato;

9.1.1. MULTA, nos seguintes valores:

a) de 0,33% (zero vírgula trinta e três) por cento, ao dia, incidente sobre o valor da parcela da obra ou serviço em atraso, em até 30 (trinta) dias;

b) de 10% (dez) por cento, sobre o valor da parcela da obra ou do serviço em atraso por período superior ao previsto no item anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) de 15% (quinze) por cento, calculada sobre o valor da contratação, em casos de subcontratação não autorizada pelo MUNICÍPIO;

d) de 20% (vinte) por cento, calculada sobre o valor da contratação, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

e) de 0,5% (zero vírgula cinco) por cento, calculada sobre o valor da contratação, por infração a qualquer das demais cláusulas ou condições previstas no edital, no contrato, ou na legislação que disciplina a contratação, exceto quando for objeto das sanções previstas nos itens seguintes.

9.1.2. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, nos seguintes casos:

a) Subcontratar, total ou parcialmente, a obra ou serviço contratado, associar-se com outrem, ceder ou transferir, total ou parcial o objeto do contrato, bem assim a sua fusão, cisão ou incorporação, em todos os casos sem que ocorra a prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO, formalizada por meio de termo de aditamento ao contrato;

b) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

c) Afastar ou procurar afastar licitantes, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo, se sujeita à mesma penalidade, o licitante que se abstém ou desiste de licitar em razão de vantagem oferecida;

9.1.3. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE pelo período de até 5 (cinco) anos para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos seguintes casos:

a) Obter vantagem indevida ou se beneficiar, injustamente, das alterações ou modificações contratuais, inclusive prorrogações contratuais em prejuízo ao erário público; e,

b) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

9.2 A aplicação das sanções previstas neste edital ou no contrato não exclui a possibilidade de responsabilização do licitante ou da contratada por eventuais perdas e danos causados à Administração;

9.3. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação da aplicação da penalidade;

9.3.1. O valor da multa poderá ser descontado do valor total da nota fiscal ou do crédito existente no MUNICÍPIO, em favor da CONTRATADA, desde que figure como contratado exclusivamente a mesma CONTRATADA, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei;

9.4. As multas e outras sanções aplicadas pelo MUNICÍPIO, só poderão ser revistas ou afastadas, por ato motivado do Fiscal do Contrato, ratificado pela Prefeita Municipal;

9.5. As sanções previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, desde que, para cada sanção, tenha sido apurada uma conduta individualizada e específica, vedada a aplicação de sanções cumulativas para uma mesma conduta, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

9.6. Em quaisquer das hipóteses previstas nos itens anteriores deverá ser assegurado ao licitante ou à contratada o contraditório e a ampla defesa.

9.7. Constatado pelo MUNICÍPIO quaisquer das situações acima previstas para aplicação das sanções de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, o licitante ou a contratada deverá ser notificado, por escrito, sobre as irregularidades em que incorreram, sendo-lhes assegurado vista do processo o qual foram produzidas as provas das irregularidades, bem assim facultada à apresentação de defesa, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme disposto no artigo 190 da Lei n.8.666/93.

CLÁUSULA DECIMA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. Os casos de rescisão são os previstos nos art. 78,79 e 80 da Lei n° 8.666/93, bem como os previstos neste contrato, e ainda o presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de ambas as partes, com aviso de antecedência, de no mínimo 30(trinta) dias, por escrito com recibo das partes.

10.2. Ficam reconhecido os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista na Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO, LEGISLAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. O presente instrumento resulta da Licitação PROCESSO **Adesão N. 015/2021, DO Pregão Presencial n° 019/2020 da Ata de registro de Preço n. 033/2020 da Prefeitura Municipal de GAÚCHA DO NORTE– MT,** sujeitam-se os Contratantes supra mencionados as cláusulas contratuais e as normas das Leis nº. 8.666 de 21/06/93 e Lei n° 8.883 de 08/06/94 e alterações posteriores.

11.2. Para a execução do presente Contrato e especialmente aos casos omissos, aplicam-se os dispostos na Lei n° 8.666/93 e alterações seguintes, e ainda, os princípios gerais de direito.

11.3. Qualquer mudança nos dispostos deste instrumento que possa surgir e houver comum acordo entre as partes, para que a mesma possa ter valor, deverá ser lavrado por termo aditivo.

11.4. São prerrogativas da CONTRATANTE as previstas no Art. 58 da Lei n° 8.666/93, que as exercerá de acordo com as normas referidas no preâmbulo deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. O acompanhamento da efetivação desse contrato ficará a cargo da CONTRATANTE, mediante nomeação dos servidores especialmente designados para este fim, nos termos do Art. 67 da Lei n. 8.666/93.

12.2. A fiscalização será realizada pelo servidor **GEDEONE BRANDAO MODESTO**, brasileiro, Servidor Público na função de COORDENADOR GERENCIAL DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTRUA E SANEAMENTO, portador do CPF n. 468.413.001.06

12.3. A contratante deverá fiscalizar, através do Gestor do Contrato, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições contratadas, registrando as deficiências porventura existentes e comunicar, por escrito diretamente à contratada, todas e quaisquer irregularidades ocorridas com os empregados desta, afim de que sejam tomadas as devidas providências.

12.4 Caberá ao fiscal do contrato as seguintes atribuições:

a) Realizar conferências das notas fiscais atestadas pelo Fiscal do contrato, e posteriormente efetuar o pagamento, b) Atentar aos valores a serem pagos, tomando cuidado para que os pagamentos não ultrapassem o valor do contrato, c) Acompanhar e analisar os relatórios que por ventura venham a ser emitidos pelo Fiscal do contrato. Havendo qualquer apontamento que acuse atraso ou descumprimento da aquisição/serviço, o gestor devera notificar a contratada solicitando justificativa e o cumprimento no prazo estabelecido pela Secretaria demandante, d) Quaisquer outras ao qual a Administração julgar necessárias e convenientes para o excelente andamento do contrato. e) Orientar: estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do contrato; f) Fiscalizar: verificar o serviço prestado e a forma de execução do objeto do contrato, confirmando o cumprimento das obrigações; g) Interditar: paralisar a execução do contrato por estar em desacordo com o pactuado; h) Informa: a Administração o cometimento de falhas e irregularidades detectadas pela Contratada que implique comprometimento da aquisição e/ou aplicação de penalidades previstas; e noticiar os casos de afastamento em virtude de férias, licenças ou outros motivos, para que o substituto (suplente) possa assumir a gestão do contrato, evitando prejuízos, interrupções e suspensão das atividades de fiscalização; i) Ter total conhecimento do contrato e suas clausulas; j) Solicitar a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, decisões e providencias que ultrapassarem a sua competência; k) Zelar pelo bom relacionamento com a contratada, mantendo um comportamento ético, probo e cortes; l) Conferir os dados das faturas antes de atestá-las, promovendo as correções devidas e arquivando copia junto aos demais documentos pertinentes; m) Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, informando ao Gestor do Contrato aquelas que dependem de providencias, com vistas á regularização das faltas ou defeitos observados; n) Formalizar, sempre, os entendimentos com a Contratada ou seu Preposto, adotado todas as medidas que permitem compatibilizar as obrigações bilaterais; o) Avaliar constantemente a qualidade da execução contratual, propondo, sempre que cabíveis medidas que visem reduzir gastos e racionalizar os serviços; p) Observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes as suas atribuições, agindo com transparências no desempenho das suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ILÍCITOS PENAIS

13.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ANTICORRUPÇÃO

14.1. **Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores**.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DO FORO

15.1. As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Diamantino – MT, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação será considerado fora de sua jurisdição.

15.2. E assim por estarem justos e contratados, na forma acima, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes que a tudo presenciaram, comprometendo-se por si e seus sucessores legais ao fiel cumprimento de todos dos dispositivos.

ALTO PARAGUAI - MT, 12 de março de 2021.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA PREFEITA MUNICIPAL	**SÓ PESADO COMERCIO DE PEÇAS LTDA -ME**, **CNPJ: 24.717.067/0001-00**
Fiscal de Contrato: **GEDEONE B. MODESTO** **CPF 468.413.001.06**	**CONTRATADA**
Testemunhas:	
YHURI RAYAN ARRUDA DE ALMEIDA CPF: 037.765.051-09	**LUCIANO O. FONTES** CPF: 899.836.701.78

JURIDICO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N°.096/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°.096/2021

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI ESTADO DE MATO GROSSO,** por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 03. 648.532/0001-28, com sede na Rua Presidente Médici, 470, bairro Planalto, Alto Paraguai - MT, neste ato, representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL,** a Excelentíssimo Senhor **Adair José Alves Moreira**, brasileiro, casado, Advogado, portadora da Carteira de Identidade RG sob n.º 09287868 SSP/MT, e inscrita no CPF sob n.º 604.418.441-20, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a **INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA**, CNPJ sob n. 10.717.170/0009-00 sede na Avenida Governador Julio Campos, nº6969 JD dos Estados Várzea Grande-MT, vencedora do ITEM:01,02,03,04,05 e 06 considerando o julgamento da licitação **MENOR PREÇO POR ITEM,** na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 010/2021**, CONTRATAR, nas quantidades estimadas , de acordo com a classificação alcançadas por **ITEM**, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n° 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, Decreto Federal n. 5.450, de 31 de maio de 2005, no Decreto n. 7.892 de 23 de janeiro de 2013 **,** celebrando o presente Contrato Administrativo com base Lei Federal n.º 8.666/93, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA UTILIZAÇÃO NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA NA UNIDADE DO MUNICÍPIO (E.T.A), conforme transcrição abaixo, devidamente registrado na Ata, Pregão Presencial n. 010/2021.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Este instrumento tem o valor global de **R$ 149.010,00 (CENTO E QUARENTA E NOVE MIL E DEZ REAIS).**

3.2. O pagamento será efetuado em até 30(trinta) dias após **apresentação da Nota Fiscal, discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue e atestado pelo fiscal do contrato (nota fiscal), feita através de ordem bancária e de acordo com as informações repassadas pela empresa vencedora indicando a agência e conta corrente em nome da proponente do banco a ser depositado;**

3.3. Caso constado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

3.4. Estão inclusas no valor acima todas as despesas necessárias, tais como: mão-de-obra, tributos, emolumentos, despesas indiretas, encargos fiscais, trabalhistas previdenciários e comerciais e, ainda os gastos diversos.

3.5. *Como condição para pagamento, a CONTRATADA deverá*apresentar a Certidão Negativa de Débitos com a Previdência Social, FGTS e CNDT.; Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada, observando que no caso do Estado de Mato Grosso, deverá ser especifica para participação em licitações públicas, bem como as Certidões de Dívida Ativa e Débitos Gerais junto ao Município de Alto Paraguai/MT, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1. Os preços fixados neste Contrato não serão reajustados no período de vigência do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do mesmo, sendo 12**/03/2021 a 12/03/2022**.

5.2. O presente contrato poderá ser prorrogado, se houver interesse público e conveniência administrativa, conforme preceitua o artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

5.3. O termo aditivo para a prorrogação de prazo deverá ser firmado, quando houver interesse por parte do CONTRATANTE, no máximo, até 05 (cinco) dias da data do seu vencimento.

5.4. O presente contrato NÃO OBRIGA a CONTRATANTE a realizar a aquisição de todo o material, o qual poderá ser adquirido em conformidade com as necessidades/demandas das Secretárias Municipais desta Municipalidade.

CLÁUSULA SEXTA – DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

1.1. **6.1.** Os recursos financeiros necessários para a execução deste Contrato são oriundos das classificação orçamentárias:

SEC INFRA (613/100) 05.005.25.752.0015.2020.33903900000

. Para o exercício de 2021, será utilizada Dotações Orçamentárias da Lei Orçamentária Anual – LOA/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7*.1.1.* *E de total responsabilidade da Contratada à entrega do objeto contratado, não podendo ser transferido a terceiros, nem mesmo parcialmente, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada.*

7.1.2. *Iniciar, as entregas na data estipulada no Contrato/Ordem de Fornecimento, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.*

7.1.3. *Responsabilizar-se pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como todos os impostos, taxas, seguros e quaisquer outras despesas resultantes da execução do contrato.*

7.1.4. *Responsabilizar-se pela entrega dos produtos dentro dos padrões de qualidade, segurança e demais quesitos previstos na Lei nº 8078/90, no Código Civil e na Lei nº 8666/93.*

7.1.5. *Dispor-se somente a fiscalização do contrato, no tocante na entrega dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Contrato definido e conforme especificações constantes no Termo de Referência;*

7.1.6. *Deverá estar pronto para entrega dos produtos no prazo máximo determinado no contrato, a partir da Ordem de Fornecimento emitida pela CONTRATANTE, sob pena da configuração da hipótese disposta no inciso IV do art. 78 da Lei 8666/93;*

7.1.7. *Os produtos com defeitos deverão ser substituídos no prazo de 05(cinco) dias determinado no contrato, a partir da notificação emitida pela contratante, sob pena da configuração da hipótese disposta o inciso Iv do art. 78 da Lei 8666/93;*

7.1.8. *Comunicar ao fiscal do contrato qualquer irregularidade detectada;*

7.1.9. *Acatar as determinações do fiscal do contrato, exceto as manifestamente ilegais;*

7.1.10. *Observar rigorosamente o cronograma de entrega ou outras condições estabelecidas entre as partes;*

7.1.11. *Executar a entrega do objeto do Contrato conforme Ordem de fornecimento da Proposta Comercial, e toda documentação constante no Processo que lhe deu origem;*

7.1.12. *Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na execução do objeto da presente contratação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do objeto contratado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes, sob pena de ilegalidade.*

7.1.13. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou ao CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir.

7.2. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.2.1. São responsabilidades do Contratado:

I- Todo e qualquer dano que causar ao Órgão ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo FISCAL DO CONTRATO;

II- Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III- toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Prefeitura Municipal de Alto Paraguai por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas pela mesma ao Órgão/Entidade, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

IV - A falta de quaisquer dos serviços cuja execução incumbe ao detentor do contrato, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste contrato, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

Parágrafo Primeiro - a CONTRATADA autoriza o Município de Alto Paraguai, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa;

Parágrafo Segundo – a ausência ou omissão da fiscalização do fiscal, não eximirá CONTRATADA das responsabilidades previstas neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste Instrumento;

8.2. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada, a quem compete também proceder às advertências, multas e demais cominações;

8.3. Emitir o Termo de Recebimento Provisório por intermédio do Fiscal do Contrato;

8.4. Comunicar por escrito e tempestivamente ao Contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução deste contrato;

8.5. Comunicar à empresa sobre possíveis irregularidades observadas na entrega dos produtos, para imediata correção.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem a justificativa aceita pelo Município e resguardadas as disposições dos arts. 86 a 88 da Lei n.8.666/93 acarretarão a aplicação das seguintes sanções administrativas:

9.1. ADVERTÊNCIA, nos casos de desatendimentos das determinações regulares dos engenheiros fiscais do contrato, assim como a de seus superiores, ou nos casos de descumprimento, doloso ou culposo do cronograma físico financeiro, e nos demais casos de inexecução parcial do contrato;

9.1.1. MULTA, nos seguintes valores:

a) de 0,33% (zero vírgula trinta e três) por cento, ao dia, incidente sobre o valor da parcela da obra ou serviço em atraso, em até 30 (trinta) dias;

b) de 10% (dez) por cento, sobre o valor da parcela da obra ou do serviço em atraso por período superior ao previsto no item anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) de 15% (quinze) por cento, calculada sobre o valor da contratação, em casos de subcontratação não autorizada pelo MUNICÍPIO;

d) de 20% (vinte) por cento, calculada sobre o valor da contratação, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

e) de 0,5% (zero vírgula cinco) por cento, calculada sobre o valor da contratação, por infração a qualquer das demais cláusulas ou condições previstas no edital, no contrato, ou na legislação que disciplina a contratação, exceto quando for objeto das sanções previstas nos itens seguintes.

9.1.2. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, nos seguintes casos:

a) Subcontratar, total ou parcialmente, a obra ou serviço contratado, associar-se com outrem, ceder ou transferir, total ou parcial o objeto do contrato, bem assim a sua fusão, cisão ou incorporação, em todos os casos sem que ocorra a prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO, formalizada por meio de termo de aditamento ao contrato;

b) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

c) Afastar ou procurar afastar licitantes, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo, se sujeita à mesma penalidade, o licitante que se abstém ou desiste de licitar em razão de vantagem oferecida;

9.1.3. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE pelo período de até 5 (cinco) anos para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos seguintes casos:

a) Obter vantagem indevida ou se beneficiar, injustamente, das alterações ou modificações contratuais, inclusive prorrogações contratuais em prejuízo ao erário público; e,

b) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

9.2 A aplicação das sanções previstas neste edital ou no contrato não exclui a possibilidade de responsabilização do licitante ou da contratada por eventuais perdas e danos causados à Administração;

9.3. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação da aplicação da penalidade;

9.3.1. O valor da multa poderá ser descontado do valor total da nota fiscal ou do crédito existente no MUNICÍPIO, em favor da CONTRATADA, desde que figure como contratado exclusivamente a mesma CONTRATADA, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei;

9.4. As multas e outras sanções aplicadas pelo MUNICÍPIO, só poderão ser revistas ou afastadas, por ato motivado do Fiscal do Contrato, ratificado pela Prefeita Municipal;

9.5. As sanções previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, desde que, para cada sanção, tenha sido apurada uma conduta individualizada e específica, vedada a aplicação de sanções cumulativas para uma mesma conduta, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

9.6. Em quaisquer das hipóteses previstas nos itens anteriores deverá ser assegurado ao licitante ou à contratada o contraditório e a ampla defesa.

9.7. Constatado pelo MUNICÍPIO quaisquer das situações acima previstas para aplicação das sanções de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, o licitante ou a contratada deverá ser notificado, por escrito, sobre as irregularidades em que incorreram, sendo-lhes assegurado vista do processo o qual foram produzidas as provas das irregularidades, bem assim facultada à apresentação de defesa, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme disposto no artigo 190 da Lei n.8.666/93.

CLÁUSULA DECIMA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. Os casos de rescisão são os previstos nos art. 78,79 e 80 da Lei n° 8.666/93, bem como os previstos neste contrato, e ainda o presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de ambas as partes, com aviso de antecedência, de no mínimo 30(trinta) dias, por escrito com recibo das partes.

10.2. Ficam reconhecido os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista na Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO, LEGISLAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. O presente instrumento resulta da Licitação **PREGRÃO PRESENCIAL N. 010/2021 , sujeitando-se** os Contratantes supra mencionados as cláusulas contratuais e as normas das Leis nº. 8.666 de 21/06/93 e Lei n° 8.883 de 08/06/94 e alterações posteriores.

11.2. Para a execução do presente Contrato e especialmente aos casos omissos, aplicam-se os dispostos na Lei n° 8.666/93 e alterações seguintes, e ainda, os princípios gerais de direito.

11.3. Qualquer mudança nos dispostos deste instrumento que possa surgir e houver comum acordo entre as partes, para que a mesma possa ter valor, deverá ser lavrado por termo aditivo.

11.4. São prerrogativas da CONTRATANTE as previstas no Art. 58 da Lei n° 8.666/93, que as exercerá de acordo com as normas referidas no preâmbulo deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. O acompanhamento da efetivação desse contrato ficará a cargo da CONTRATANTE, mediante nomeação dos servidores especialmente designados para este fim, nos termos do Art. 67 da Lei n. 8.666/93.

12.2. A fiscalização será realizada pelo servidor **WANDERLEY LEITE DA SILVA,** portador do **RG Nº 292.069 SSP/MT e do CPF Nº 106.749.691.20**, para exercer o cargo em comissão – Função **DIRETOR ADMINISTRATIVO DO DAE.**

12.3. O contratante deverá fiscalizar, através do Gestor do Contrato, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições contratadas, registrando as deficiências porventura existentes e comunicar, por escrito diretamente à contratada, todas e quaisquer irregularidades ocorridas com os empregados desta, afim de que sejam tomadas as devidas providências.

12.4 Caberá ao fiscal do contrato as seguintes atribuições:

a) Realizar conferências das notas fiscais atestadas pelo Fiscal do contrato, e posteriormente efetuar o pagamento, b) Atentar aos valores a serem pagos, tomando cuidado para que os pagamentos não ultrapassem o valor do contrato, c) Acompanhar e analisar os relatórios que por ventura venham a ser emitidos pelo Fiscal do contrato. Havendo qualquer apontamento que acuse atraso ou descumprimento da aquisição/serviço, o gestor devera notificar a contratada solicitando justificativa e o cumprimento no prazo estabelecido pela Secretaria demandante, d) Quaisquer outras ao qual a Administração julgar necessárias e convenientes para o excelente andamento do contrato. e) Orientar: estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do contrato; f) Fiscalizar: verificar o serviço prestado e a forma de execução do objeto do contrato, confirmando o cumprimento das obrigações; g) Interditar: paralisar a execução do contrato por estar em desacordo com o pactuado; h) Informa: a Administração o cometimento de falhas e irregularidades detectadas pela Contratada que implique comprometimento da aquisição e/ou aplicação de penalidades previstas; e noticiar os casos de afastamento em virtude de férias, licenças ou outros motivos, para que o substituto (suplente) possa assumir a gestão do contrato, evitando prejuízos, interrupções e suspensão das atividades de fiscalização; i) Ter total conhecimento do contrato e suas clausulas; j) Solicitar a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, decisões e providencias que ultrapassarem a sua competência; k) Zelar pelo bom relacionamento com a contratada, mantendo um comportamento ético, probo e cortes; l) Conferir os dados das faturas antes de atestá-las, promovendo as correções devidas e arquivando copia junto aos demais documentos pertinentes; m) Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, informando ao Gestor do Contrato aquelas que dependem de providencias, com vistas á regularização das faltas ou defeitos observados; n) Formalizar, sempre, os entendimentos com a Contratada ou seu Preposto, adotado todas as medidas que permitem compatibilizar as obrigações bilaterais; o) Avaliar constantemente a qualidade da execução contratual, propondo, sempre que cabíveis medidas que visem reduzir gastos e racionalizar os serviços; p) Observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes as suas atribuições, agindo com transparências no desempenho das suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ILÍCITOS PENAIS

13.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ANTICORRUPÇÃO

14.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DO FORO

15.1. As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Diamantino – MT, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação será considerado fora de sua jurisdição. E assim por estarem justos e contratados, na forma acima, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes que a tudo presenciaram, comprometendo-se por si e seus sucessores legais ao fiel cumprimento de todos dos dispositivos.

ALTO PARAGUAI - MT, 12 de março de 2021.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA PREFEITO MUNICIPAL	**INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA** CNPJ sob n. 10.717.170/0009-00
Fiscal de Contrato: **WANDERLEY LEITE DA SILVA**	**CONTRATADA**

CPF Nº 106.749.691.20	
Testemunhas:	
YHURI RAYAN ARRUDA DE ALMEIDA CPF: 037.765.051-09	**LUCIANO O. FONTES** CPF: 899.836.701.78

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COVID-19: DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2021 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: **AQUISIÇÃO DE TESTES RAPIDO ANTIGENO COVID-19 AG-RDT SWAB CAIXA COM 25 UNIDADES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**,de acordo com Edital. Abertura às **08h00min (Horário de Brasília)** do dia **15/03/2021.** O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448.

Alto Taquari – MT, 12 de Julho de 2021.

Rudimar José Lang

Presidente CPL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2021 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: PREGÃO ELETRÔNICO CONTRATAÇÃO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI -MT, de acordo com o projeto básico e o anexo I. Abertura às **13h30min (Horário de Mato Grosso)** do dia **30/03/2021.** O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da Pregoeira, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448.

Alto Taquari – MT, 12 de março de 2021.

Renata Fermino de Oliveira

Pregoeira

COVID-19: EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 11/2021/PMAT/MT

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, convoca o classificado abaixo relacionado no Processo Seletivo Simplificado, referente aos **Edital n.º 01/2020/PMAT/MT, conforme Decreto n.º 100/2021 que prorroga o Processo Seletivo Simplificado por mais 06(seis) meses,** para comparecer na Secretaria M. de Saúde no período de **12 a 19 de Março** de 2021 para ciência e providência de documentação necessária para contratação temporária para o exercício de 2021, conforme relação abaixo:

1. CARGO: ENFERMEIRA

N.º	NOME DO CANDIDATO	CPF	CLASSIFICAÇÃO
01	LUDIMILA FERREIRA SOUZA CRUZ	044.201.891-69	55

2. CARGO: TÉCNICA DE ENFERMAGEM

N.º	NOME DO CANDIDATO	CPF	CLASSIFICAÇÃO
01	WELLIDA BORGES SOUZA SANTOS	027.970321-01	-

Alto Taquari, 12 de Março de 2021.

_____

Michel Lucas Rocha Souza

Secretário M. de Saúde

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº003/2021

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Pregoeira e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2021, cujo certame se deu início às 08h40min (MT), do dia 09/03/2021, sagrou-se vencedor o preponente: **EDITORA OPET LTDA CNPJ:72.314.776/0001-97** com o valor de **R$: 766.080,00** (Setecentos e sessenta e seis mil, oitenta reais). A licitação foi realizada pela modalidade Pregão Presencial, pelo critério menor preço global, com certame homologado em 12/03/2021.

Alto Taquari – MT, 12 de março 2021.

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Pregoeira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 010/2021 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE PNEUS, CAMARAS E PROTETORES, EM ATENDIMENTO A DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI, de acordo com anexo I. Abertura às **07h30min (Horário de Mato Grosso)** do dia **30/03/2021.** O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da Pregoeira, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 12 de março de 2021.

Renata Fermino de Oliveira

Pregoeira

DECRETO 122/2021

DECRETO Nº 122 /2021 - DE 12 DE MARÇO DE 2021.

"Dispõe sobre a distribuição de "kit de alimentação escolar" para os pais ou responsáveis dos alunos matriculados nas unidades escolares da rede municipal de ensino, em substituição ao fornecimento da merenda escolar, nos termos que especifica."

A Prefeita do Município de Alto Taquari-MT, Estado de Mato Grosso, Sra. MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, no uso e gozo das suas atribuições legais, considerando o interesse Público e a necessidade da Administração:

CONSIDERANDO: a publicação dos Decretos Municipais nº 109, 118/2020 que traz prorrogação a suspensão das aulas presenciais enquanto durar o período de pandemia do Covid 19;

CONSIDERANDO a Lei Federal Sancionada Nº 13.987/2020, de 17 de abril de 2020, que inclui o artigo 21-A na Lei Nº 11.947/2009, que regulamenta o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

CONSIDERANDO a Resolução 02/2020 do Ministério da Educação que "Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus - Covid-19."

CONSIDERANDO a Nota Técnica Nº 22/2020, de 08 de abril de 2020 da CNM (Conferência Nacional de Municípios) que autoriza a distribuição de Merenda Escolar às famílias dos estudantes das escolas de Educação Básica;

CONSIDERANDO que a alimentação escolar também é de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo considerado um dos maiores e mais abrangentes programas do mundo no que se refere ao atendimento universal aos escolares e de garantia do direito humano à alimentação adequada e

saudável, e que parte dos alunos da rede municipal de ensino, possuem na alimentação escolar, a sua principal refeição diária;

CONSIDERANDO que a Alimentação escolar tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial e a formação de hábitos saudáveis dos alunos, por meio da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais;

CONSIDERANDO a necessidade da continuidade dos serviços de abastecimento nutricional socioassistencial às famílias em vulnerabilidade alimentar e nutricional e a garantia do acesso à Alimentação Escolar aos alunos regularmente matriculados na Rede Pública Municipal, enquanto durar o período de estado de emergência na Saúde Pública e a suspensão das aulas presencias.

CONSIDERANDO o Decreto nº 115/2021 que dispõe sobre novas medidas restritivas para minimizar a proliferação, entre a população, do novo coronavírus (covid-19) no âmbito do Município de Alto Taquari e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º Durante o período de suspensão das aulas presenciais nas unidades escolares da rede municipal de ensino, em razão do estado de emergência no âmbito municipal, fica autorizada, em caráter excepcional, aos pais ou responsáveis dos alunos nelas matriculados, a distribuição imediata de gêneros alimentícios, na forma de um "kit alimentação", em substituição ao fornecimento da merenda escolar.

§ 1º - O "kit alimentação" conterá, tanto quanto possível, os gêneros alimentícios oferecidos no cardápio regular da merenda escolar;

§ 2º - O "kit alimentação" será montado levando em consideração o consumo médio mensal por aluno em ambiente escolar;

§ 3º - Na composição do "kit alimentação", não deverão constar alimentos considerados inadequados para a educação alimentar, e quanto aos produtos perecíveis estarão presentes de acordo com critério da nutricionista, visando minimizar perdas no processo de logística entre a entrega pelo fornecedor, o acondicionamento e a entrega final ao aluno.

Art. 2º O "kit alimentação" será destinado aos alunos matriculados na rede municipal de ensino.

Art. 3º A entrega do "kit alimentação" aos pais ou responsáveis dos alunos matriculados nas unidades escolares da rede municipal de ensino será organizada pela Nutricionista e Secretaria Municipal de Educação;

Art. 4º A execução do disposto neste Decreto será fiscalizada pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

§ 1º - a entrega do "kit alimentação", fica condicionada à apresentação dos documentos pessoais dos pais e/ou responsáveis, bem como sua assinatura no protocolo de entrega.

§ 2º - O kit alimentação poderá ser retirado pelo responsável legal do aluno beneficiado, na Unidade de Ensino onde está devidamente matriculado, de acordo com cronograma a ser estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação e divulgado pelas Unidades de Ensino da Rede Pública de Ensino que deverão comunicar às famílias que serão beneficiadas, especificando o cronograma e os cuidados para recebimento dos itens, para evitar, inclusive, aglomerações.

§ 3°. - As famílias que possuírem mais de 2 (dois) filhos estudando nas unidades de ensino da Rede Municipal, receberão igualmente 01 (um) Kit de alimentação por aluno, em cada entrega.

§ 4º Para os alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino, residentes no campo, que não tiverem condições de ir até a unidade escolar para a retirada do "kit alimentação" será entregue através do transporte escolar, respeitando o § 2º do artigo 4°.

§ 5°. - As famílias que não retirarem o kit alimentação dentro do prazo estabelecido no cronograma da Secretaria Municipal de Educação para cada unidade de ensino, ainda poderão retira-los no prazo de até 48 horas, contendo somente os itens não perecíveis do kit.

Parágrafo único: Os itens perecíveis dos kits de alimentação não retirados pelas famílias no prazo estabelecido serão remanejados para famílias consideradas vulneráveis, conforme cadastro socioeconômico da Secretaria de Assistência Social.

Art. 5º O arranjo dos "Kits de Alimentação"' será organizado pela Nutricionista, juntamente com as Unidades Escolares, e, caso possuam alimentos estocados, estes deverão ser inclusos nos respectivos Kits.

Art. 6º A utilização do "kit alimentação" para fins diversos do previsto neste Decreto configura desvio de finalidade, sujeitando aqueles que para ele tenham concorrido às sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das de natureza civil ou penal.

Art. 7º A entrega dos "kits de alimentação" prevista neste Decreto, somente poderá ocorrer enquanto durar a suspensão das aulas presenciais nas unidades de ensino da rede municipal, em razão da situação emergencial e da crise de saúde pública causada pela pandemia do novo coronavírus.

Art. 8º O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) é o responsável pelo acompanhamento da execução do PNAE, de modo que deverá participar de todo o processo, inclusive com registro de atas e de pareceres sobre todas as estratégias estabelecidas para distribuição dos "kits de alimentação" adquirida com recursos federais.

Art. 9º A organização dos procedimentos referentes à confecção e distribuição dos kits Alimentação se dará através de Instrução Normativa da Secretaria Municipal de Educação;

Art. 10 Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Taquari-MT, 12 de março do ano de 2021.

MARILDA GARÓFALO SPERANDIO

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 009/2021 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO ÓLEOS LUBRIFICANTE, GRAXA E FLUÍDA, EM ATENDIMENTO A DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI, de acordo com anexo I. Abertura às **13h30min (Horário de Mato Grosso)** do dia **29/03/2021.** O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da Pregoeira, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 12 de março de 2021.

Renata Fermino de Oliveira

Pregoeira

COVID-19: DECRETO N.º 123/2021

DECRETO N.º 123/2021.

Altera o Decreto 115/2021, de 08 de março de 2021, que atualiza as medidas restritivas para conter a disseminação da Covid-19 e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Alto Taquari-MT, Estado de Mato Grosso, Sr.ª MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, no uso e gozo das suas atribuições legais;

CONSIDERANDO as informações veiculadas no Painel Epidemiológico nº 368 Coranavírus/Covid-19 Mato Grosso, de 10 de março de 2021, da Secretaria de Estado de Saúde, que indicam que a taxa de ocupação dos lei-

tos públicos de UTIs em Mato Grosso está em 94,10% (noventa e quatro inteiros e dez centésimos por cento);

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica acrescentado o art. 4º-A ao Decreto 115/2021, de 08 de março de 2021, com a seguinte redação:

"Art. 4º-A. Fica autorizado o funcionamento de restaurantes e congêneres nas modalidades take-away e drive-thru somente até às 20h45m (horário oficial de Mato Grosso)".

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Alto Taquari/MT, 12 de março de 2021.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DIVULGAÇÃO PRÉVIA DAS INSCRIÇÕES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021.

CARGO: Engenheiro Agrônomo

Nº INSC.	NOME
006	Andre Marlon Niendiker Zimmermann
008	João José Rocha Nascimento
003	Leidislaine Oliveira Barbosa
007	Wilsen Picoli

CARGO: Psicólogo (Assistência Social)

Nº INSC.	NOME
005	Jessica Rado Kurtz

CARGO: Psicólogo (Saúde)

Nº INSC.	NOME
002	Quetura Bianca Emmel Assunção

CARGO: Veterinário

Nº INSC.	NOME
004	Caio Rodrigues Ferronato
001	Tiago Ferreira Pilger

Apiacás MT, 12 de Março de 2021.

Fabio Germano

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.

CONTRATADO - **OXIGENIO DOIS IRMÃOS LTDA-EPP**

CONTRATO N° - 013/2021

OBJETO – AQUISIÇÃO DE **GÁS OXIGENIO USO MEDICINAL, AR COMPRIMIDO PARA ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS, DE EMERGENCIA E PARA INTERNOS NO H.M.A.**

VALOR- R$ 39.790,70 (trinta e nove mil setecentos e noventa reais e setenta centavos).

PRAZO VIGENCIA – 60 DIAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 085/2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE o horário especial de atendimento ao público NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO pelos próximo 15 (quinze) dias, para fins de evitar a disseminação do coronavírus e da outras providências.

JÚLIO CÉSAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais.

D E C R E T A

ARTIGO 1º - Fica decretado horário especial de atendimento ao público nas Repartições Públicas Municipais da Administração direta e indireta a partir do dia 15 de março de 2021 (segunda-feira) até o dia 02 de abril de 2021 (sexta-feira), com horário de atendimento ao público das 08h00min às 12h00min, ficando consignado que o horário das 14h00 às 18h00min será destinado aos serviços internos e na modalidade Home Office.

ARTIGO 2º - Os serviços essenciais inerentes à saúde pública, coleta de lixo, limpeza pública e outras atividades que não admitem paralisação deverão funcionar normalmente.

ARTIGO 3º - Todos os servidores deverão ficar sobre aviso e poderão ser convocados para o trabalho presencial no período da tarde, conforme o interesse da administração pública municipal.

ARTIGO 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás/MT, 11 de março de 2021.

JÚLIO CÉSAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 14/2021 ARAGUAIANA, DE 11 DE MARÇO DE 2.021

"Regulamenta a cobrança da Serviços de Coleta, remoção e destinação de Entulhos do Município de Araguaiana e dá outras providências."

O Prefeito Municipal **Sr. GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de ARAGUAIANA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação da cobrança de Serviços de Coleta, remoção, transporte e destinação final de entulhos do Município de Araguaiana.

CONSIDERANDO o disposto na Lei 861/2021, de 17/02/2021, que instituiu a Cobrança de preço do serviço público pela de Coleta, remoção, transporte e destinação final de entulhos.

DECRETA:

Art. 1° - Este Decreto regulamenta a cobrança dos Serviços de Coleta, Remoção e Destinação de entulhos, observadas as normas emanadas da Lei Orgânica e do Código de Postura Municipal de Araguaiana.

Art. 2° - O Serviços de Coleta, Remoção e Destinação de Entulhos tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, do serviço de coleta, remoção e destinação de entulhos, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Art. 3° - O sujeito passivo pretendente dos Serviços de Coleta, Remoção e Destinação de entulhos é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de bem imóvel, edificado ou não, lindeiro à via ou logradouro público, abrangido pelo serviço de coleta, remoção e destinação de entulhos.

Parágrafo Único – Considera-se também lindeiro (limite) o bem imóvel que tenha acesso à via ou logradouro público, por ruas ou passagens particulares, entrada de viela ou assemelhados.

Art. 4° - a base de cálculo da Serviços de Coleta e destinação de entulhos é o valor estimado da prestação de serviços.

§1º O Município fará o transporte, graciosamente de galhos de árvores, provenientes de podas, desde que solicitado com antecedência de no mínimo 15 (quinze) dias da realização da poda.

a) Entende-se por graciosamente o cumprimento dos serviços com zelo, polidez e dedicação dos serviços a serem executados.

§2º O preço do serviço público mencionado no caput deste artigo será 09 (nove) UFM do valor da Unidade Fiscal do Município de Araguaiana – UFPM por carga de 5 m³ (cinco metros cúbicos).

Art. 5° - Os Serviços de Coleta, Remoção e destinação de entulhos é calculada da seguinte forma:

I – tratando-se de imóvel urbano na seguinte conformidade:

a) – Aterro no valor de 10,50 UFM (Unidade Fiscal Municipal) percurso de até 20 km (compreende ida e volta); **b)** - Areia de reboco caminhão a partir de 01 (um) metro no valor de 3,48 UFM (Unidade Fiscal Municipal);

Parágrafo Único - Os valores serão reajustados, anualmente, pelos índices oficiais de correção monetária, adotados pelo município.

Art. 6° - O lançamento e recolhimento pela prestação de serviços de coleta, remoção e destinação de entulhos, serão efetuadas atraves de DAM aplicando-se as normas relativas a este Serviços.

Art. 7° - O recolhimento do Serviços de Coleta, Remoção e destinação de entulhos após o vencimento será efetuado com os acréscimos previstos em Lei, e serão movimentados em conta especifica indicada pela secretaria de finanças.

Art. 8° - Não se incluem nas disposições deste decreto a prestação dos serviços de coleta, remoção e destinação de entulhos hospitalar e de resíduos industriais, que será objeto de legislação especifica.

Art. 9º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de março de 2021.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 15/2021 ARAGUAIANA, 11 DE MARÇO DE 2021.

DECRETO Nº. 15/2021 Araguaiana, 11 de março de 2021.

"Dispõe sobre a regulamentação da Patrulha Agrícola Mecanizada Municipal e dá outras providências."

O Prefeito Municipal Sr. GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO**,** Prefeito Municipal de ARAGUAIANA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei orgânica do Munícipio,

Considerando a necessidade de regulamentar a Lei nº 866/2021, que autorizou a cobranças pelos serviços a serem executados pela Patrulha Mecanizada Agrícola e deu outras providências;

Considerando que a Patrulha Mecanizada Agrícola consiste em um conjunto de veículos, máquinas, equipamentos e implementos agrícolas que possui ou que vier a ser adquiridos ou alugados, voltados ao atendimento dos produtores rurais do Município de Araguaiana, prioritariamente os caracterizados como praticantes da Agricultura Familiar e tem por objetivo incentivar a produção agropecuária e a recuperação de área degradada do Município, bem como atender a demanda dos produtores rurais em nível de infraestrutura da propriedade e dos programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Obras, Transportes, Agricultura e Abastecimento do munícipio de Araguaiana;

Considerando que foi instituído os Serviços de Prestação de Serviço pela utilização da Patrulha Mecanizada do Município ou de máquinas por ele contratadas, cujos valores a serem cobrados por hora/máquina e de serviços regulamentados através deste decreto do Executivo Municipal, considerando os custos com manutenção, reposição de peças, combustível, lubrificantes, utilizados na realização de tais serviços, conforme art. 5º, da Lei Municipal n. 866/2021;

Considerando que caberá ao Poder Executivo, editar normas complementares destinadas à normatização e operacionalização dos serviços da Patrulha Agrícola Mecanizada, inclusive quanto à disponibilização das máquinas, equipamentos e outros serviços, bem como, em relação ao número de horas trabalhadas e de serviços a serem executados a periodicidade do atendimento nos termos da Lei Munmicipal n. 866/2021,

DECRETA:

Art.1º A Patrulha Mecanizada Agrícola do Município de Araguaiana, instituida pela Lei Municipal n. 866/2021, exercerá suas atividades conforme regulamento do presente decreto.

Art.2º O objetivo da Patrulha Agrícola é prioritariamente atender aos pequenos produtores rurais do Município de Araguaiana, principalmente os caracterizados como praticantes da agricultura familiar, incentivando a produção agropecuária e a recuperação de área degradada do Município, bem como atender a demanda em nível de infraestrutura da propriedade e dos programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Obras, Transportes, Agricultura e Abastecimento do munícipio de Araguaiana, cujos serviços são destinados a atender ainda as seguintes situações:

I- execução de serviços de melhoria de infraestrutura das propriedades rurais essenciais ao desempenho das atividades econômicas exploradas pelo produtor rural; II- desenvolver operações agrícolas que contribuam para a conservação do solo, da água, das estradas rurais e também do meio ambiente; III- abertura de poços, covas, drenos, valas, barraginhas ou cisternas para armazenamento de água e contenção de águas pluviais; IV- abertura, conservação, drenagem e revestimentos das vias de acesso, secundárias e terciárias, das propriedades rurais e vias destinadas a facilitar o escoamento da produção agropecuária, mediante o ensaibramento, transporte e colocação de cascalho, terra, pedras e outros necessários; V- realização de nivelamento, acabamentos de terraplenagem e curvas de nível; VI- promover e difundir a prática de técnica corretas e adequadas, junto aos produtores rurais, relativamente as suas operações agrícolas, tais como: barragem, gradagem, distribuição de fertilizantes e corretivos, pulverizações, silagem, adubação, plantio, transporte de insumos e produtos, limpeza de áreas, roçadas e outras atividades agrícolas desenvolvidas por implementos tracionados ou acoplados ao trator.

Parágrafo único. Todos os serviços deverão ser realizados respeitando-se a legislação ambiental, cabendo ao beneficiário a responsabilidade pela elaboração de projetos, encaminhamento junto aos órgãos ambientais e apresentação da licença ao Município por ocasião da requisição dos serviços, quando a legislação assim exigir, respondendo o beneficiário civil e criminalmente pelos seus atos.

Art.3º A área de atuação da Patrulha Agrícola Mecanizada é o Município de Araguaiana. Os beneficiários com os serviços serão apenas aqueles produtores rurais previamente inscritos junto a Secretaria Municipal de Obras, Transportes, Agricultura e Abastecimento do munícipio de Araguaiana e serão atendidos na forma deste regulamento, rotas pré-estabelecidas, priorizando serviços destinados ao plantio de gêneros alimentícios destinados ao consumo humano e serviços destinados a preservação ambiental.

§1º Para a realização do cadastro de que trata o *caput* deste artigo deverá o produtor apresentar os documentos pessoais, as informações do imóvel rural, bem como a área a ser beneficiada e os seus fins.

§2º Este cadastro deverá ser efetuado uma única vez pelo produtor rural e renovado sempre que houver alguma alteração de dados.

Art.4º Todos os beneficiários do Município que atendam aos requisitos da Leis Municipal nº 866/2021 e deste regulamento, poderão utilizar os servi-

ços da Patrulha Mecanizada em até 30,00 horas máquina/ano, desde que os serviços da Municipalidade não sofram prejuízo ou descontinuidade.

§1º Os serviços destinados à preservação ambiental e produção de gêneros alimentícios destinados ao consumo humano poderá exceder ao limite previsto no *caput* deste artigo.

§2º Fica reservado ao Município o direito de não realizar o serviço caso aconteça algum imprevisto que justifique o fato.

Art.5º Secretaria Municipal de Obras, Transportes, Agricultura e Abastecimento do munícipio de Araguaiana, responderá a solicitação do beneficiário, confirmando ou não o serviço, bem como informará a necessidade de atender à solicitação em outra data e/ou horário, quando cabível.

Art.6º Para a execução dos serviços solicitados, os produtores rurais deverão observar as seguintes condições:

I- explorem parcela de terra na condição de proprietários, posseiros, arrendatários, e ser inscrito como produtor rural na Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento; II- manter limpa, não plantar e não obstruir de qualquer forma a área de domínio lindeira à estrada rural em sua propriedade, executar periodicamente corte e roçada nas áreas limítrofes às vias de acesso às estradas e não impedir a realização de serviços de manutenção e conservação pelo Município de Araguaiana, bem como, a área a ser trabalhada pela Patrulha Agrícola Mecanizada deverá estar totalmente livre de tocos, pedras, afloramento de rochas, erosão e quaisquer outras situações como em terrenos íngremes que possam impedir ou danificar os veículos, máquinas, equipamentos ou implementos agrícolas ou colocar em risco o operador; III- providenciar às suas exclusivas custas a retirada e a realocação, caso necessário, de cercas e quaisquer obstáculos para a realização dos trabalhos; IV- manter-se informado sobre a programação da Patrulha Agrícola Mecanizada, bem como, no período indicado, pessoalmente ou por meio de seu representante, acompanhar/supervisionar a execução dos serviços sugerindo quando pertinente os ajustes necessários;

V- residir na propriedade rural ou no Município de Araguaiana;

VI - não detenha, a qualquer título, área maior que 4 (quatro) alqueires, nos termos da legislação em vigor; VII - declarar que atenderá as orientações técnicas indicadas pelos profissionais designados pela Secretaria Municipal de Agricultura, para os serviços de que trata esta lei. VIII– O beneficiário deverá estar adimplente junto a Fazenda Municipal;

Art.7º Fica estabelecido que os veículos, maquinários, equipamentos e implementos agrícolas, somente serão conduzidos e manuseados por funcionários para os quais estejam tecnicamente capacitados, não podendo a Secretaria Municipal Agricultura e Abastecimento, autorizar o desvio ou uso arriscado e nem ao operador atender pedido de uso inadequado, sob pena de responder pelo dano causado ao bem público.

Art.8º Os pedidos serão atendidos mediante pagamento antecipado através de Guia própria expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda antes do início dos serviços da Patrulha Agrícola Mecanizada Municipal. O valor será de acordo com a previsão de horas a serem utilizadas, feita durante a vistoria técnica.

Art. 9º Será organizada um cronograma de atendimento de acordo com as datas de inscrição dos interessados aos serviços, planejamento, possibilidade de atendimento com base na disponibilidade das máquinas, levando-se em conta a urgência, o tipo de serviço, a proximidade das máquinas do local, evitando-se com isso desperdícios em deslocamentos em diferentes pontos dos serviços demandados, permitindo-se alteração da ordem de atendimento em função da melhor estratégia de trabalho e rendimento dos equipamentos.

§1º Na solicitação deverá constar pelo menos o itinerário a ser cumprido, a distância da sede, e o serviço a ser executado. E, no caso de necessidade do cancelamento do pedido, o solicitante deverá contatar a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento com a antecedência mínima de 24 horas, via telefone ou por escrito, permitindo, com isto, a realocação da Patrulha Agrícola para outro serviço.

§2º A Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento poderá cancelar temporariamente novos pedidos se a demanda for maior do que a capacidade de atendimento, evitando, assim, longo período de espera de atendimento dos pedidos.

Art. 10. O beneficiário deverá obrigatoriamente alimentar e alojar os operadores da Patrulha Agrícola, bem como dispor de local vigiado, seguro e protegido de ação de agentes nocivos para guardar as máquinas e implementos, ficando responsável pelos mesmos.

Art. 11. Após a execução do trabalho o operador entregará a parte diária das máquinas à administração da Patrulha Agrícola onde será apurado o número de horas trabalhadas. Caso durante a execução dos serviços exceda o número de horas previsto, será cobrada a diferença do produtor imediatamente após o término dos serviços, devendo efetuar o pagamento no prazo máximo de 30 (trinta) dias. Não sendo efetuado o pagamento, o débito deverá ser corrigido à época do pagamento pela UFM ou por outro índice que vier a substituí-lo.

§1º Uma vez efetuado o pagamento, os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, salvo motivo de força maior.

§2º Os valores dos serviços serão apurados através do cálculo feito com base na hora de serviço das máquinas e dos operadores da Prefeitura, podendo este valor ser reajustado a qualquer tempo, através de Ato elaborado pelo Executivo Municipal.

§3º O beneficiário terá o direito e o dever de acompanhar todo o trabalho observando especialmente as horas trabalhadas.

Art.12. Não serão atendidas solicitações em que o produtor tenha condições de realizá-las com equipamentos próprios. Não serão deferidas ainda as solicitações de serviços da Patrulha Agrícola Mecanizada Municipal nas seguintes condições:

I – em locais com presença de pedras, tocos, barrancos ou outros impedimentos físicos que impeçam a execução dos serviços, coloquem em risco a integridade física dos operadores ou danifiquem os equipamentos; II – em locais com a presença de abelhas ou outros animais que coloquem em risco a integridade física dos operadores; III – em locais com declividade inadequada para a mecanização; IV – em áreas de preservação permanente ou reserva legal em consonância com as legislações federais e estaduais e em locais que tenham ocorrido desmatamento ilegal ou com qualquer outro impedimento ambiental; V –em terrenos que tenham tido a vegetação ou restos culturais suprimidos por meio de queimadas, salvo os casos previstos na legislação; VI – serviços que tenham outras finalidades que não sejam a produção agropecuária; VII – em locais em que não exista a viabilidade técnica, conforme a avaliação da equipe da pela Secretaria Municipal de Obras, Transportes, Agricultura e Abastecimento

Art.13. O produtor que estiver inadimplente será excluído dos beneficiários da Patrulha Agrícola Mecanizada Municipal enquanto não sanar a dívida.

Art.14. A Serviços de Prestação de Serviço pela utilização da Patrulha Mecanizada do Município ou de máquinas por ele contratadas, instituída pela Lei Municipal n. 866/2021, cujos valores a serem cobrados por hora/máquina de serviço considerará os custos com manutenção, reposição de peças, combustível, lubrificantes, utilizados na realização de tais serviços, deverá ser recolhida aos cofres públicos através de Documento de Arrecadação Municipal - DAM. O valor arrecadado será movimentado em conta bancária específica de recursos próprios locais.

Art.15. A Tabela de Valores pela prestação de Serviços na utilização da Patrulha Mecanizada do Município ou de máquinas por ele contratadas, calculadas por hora-máquina de serviço é:

Maquinário ou Serviço Prestado	UFM /Valor(R$)	Unidade (1)
Caminhão Caçamba	0,35 UFM – R$ 2,009	km

PC 240	35 UFM – R$ 200,90	hora
Motoniveladora (Patrol)	27 UFM – R$ 154,98	hora
Retroescavadeira	15 UFM – R$ 86,10	hora
Pá Carregadeira	17,05 UFM – R$ 100,45	hora
Trator de pneu c/ grade niv/equipamentos	15 UFM – R$ 86,10	hora

Art. 16. O produtor que danificar qualquer maquinário da Patrulha Agrícola Mecanizada Municipal, por ação ou por omissão, se responsabilizará pelo ressarcimento do bem e, para tanto, serão feitos 03 orçamentos e o menor valor será cobrado do produtor e recolhido aos cofres públicos através de Documento de Arrecadação Municipal - DAM.

Art. 17. O planejamento para a aplicação dos recursos obtidos pela Patrulha Agrícola ficará a cargo da Secretaria Municipal de Obras, Transportes, Agricultura e Abastecimento.

Art. 18. Nenhum interessado será beneficiado duas vezes no mesmo período, sem que outros interessados já habilitados tenham sido beneficiados ao menos uma vez.

Art. 19. Não é permitida a transferência de horas de um interessado para outro, bem como não será permitido o acúmulo de horas de um ano para outro.

Art. 20. Para acorrer às despesas oriundas deste decreto, serão utilizados recursos no orçamento vigente.

Art. 21. Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Araguaiana – MT, 11 de Março de 2021.

GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

AVISO DE ADESÃO Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2021 - PREGÃO PRESENCIAL 02/2021.

A Prefeitura Municipal de Araguainha – MT, torna público aos interessados, através do seu Pregoeiro a ADESÃO Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2021, advinda do PREGÃO PRESENCIAL 02/2021, realizado pela Prefeitura de ARAGUAÍNA **- MG**, referente ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA** e parcelada de medicamentos baseados em percentual de desconto sobre os preços fixados na tabela de preços de medicamentos do governo federal Ministério da Saúde/ CMED. material médico hospitalar, odontológico, baseados sobre os preços fixados no catálogo da revista SIMPRO vigente, para atender as necessidades dos municípios integrantes do CISPAR, em conformidade com as especificações contidas no Edital do Pregão Presencial nº 02/2021-SRP e seus Anexos**,** contados a partir da assinatura da ata de registro de preços, conforme especificações contidas no Termo de Referência, parte Integrante do Edital. Empresa vencedora: **MEDICOM EIRELI**, registrada junto ao Ministério da Fazenda sob o Nº de CNPJ: 22.635.177/0001-05

Araguainha – MT, 11 de Março de 2021.

JOSÉ CARLOS NAVES GONÇALVES

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO RATIFICAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO AO TERMO DE ADESÃO Nº 004/2021

REF: Adesão a Ata de Registro de Preço n°. 211/2020 – Pregão Eletrônico n°.026/2020 - Realizado pelo Município de Campo Novo do Parecis/MT.

Objeto da Ata de Registro de Preço: Contratação de Pessoa Jurídica para Prestação de Serviços,que Requerem o Dispêndio de Esforço Fisico, por Meio de Diárias Braçais, para Serviços de Agente de Conservação, Lavador de Veículos Leves, Auxiliar de Pintura.

INTERESSADO A ADESÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA - MT - Representada pelo Sr. ENILSON DE ARAÚJO RIOS– Prefeito Municipal.

FORNECEDOR: G M N EMPREENDIMENTOS LTDA- ME, inscrita no CNPJ sob o n°. 11.264.133/0001-91, com sede à Av. São Bernardo, n°. 786, Centro, Nova Lacerda/MT, CEP 78.243-000.

SECRETARIA REQUERENTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, consignados no Orçamento do ano corrente, serão empenhados nas rubricas das SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE,OBRAS E INFRAESTRUTURA.

DO QUANTITATIVO:Adesão parcial da Ata de Registro de Preços nº 211/2020 no valor total de R$ 306.360,00 (trezentos e seis mil e trezentos e sessenta mil reais).

Araputanga-MT, 11 de março de 2021.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

GABINETE - DEPTO JURIDICO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002/2021 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMDCA

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMDCA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002/2021

O presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA Nelson Ramos de Andrade no uso de suas atribuições **CONVOCA** os membros deste conselho para participarem da reunião ordinária que acontecerá no dia **16 de março de 2021,** terça-feira as 09h00-min no Auditório do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, situado a Rua Horácio Alcântara de Carvalho, 798, Centro – Araputanga/MT onde será deliberada a seguinte pauta:

1 – Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior;

2 - Recomposição dos Membros do CMDCA;

3 – Campanha de Incentivo a doação do Imposto de Renda a FIA;

4 - Informes gerais.

Araputanga/MT, 12 de março de 2021.

NELSON RAMOS DE ANDRADE

PRESIDENTE DO CMDCA

ü No caso de impossibilidade de participação do membro titular solicitamos a comunicação ao suplente para garantir a representação da entidade.

Membros Titulares

1. Ana Maria Batista Silva (Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social); 2. Eliene Xavier de Lima (Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura); 3. Maysa Divina Oda Omebara (Representante da Secretaria Municipal de Saúde); 4. Ana Lúcia Ferreira Chaves (Representante CRAS/PAIF); 5. João Andrade Júnior (Representante da Sec. Mun. de Esportes, Lazer e Turismo); 6. Patrícia Otênio (Representante da Assessoria Pedagógica); 7. Elza Dias de Oliveira Carvalho (Representante da APAE-ARA); 8. Sarah de Queiroz Mamedes (Representante da OAB/MT); 9. Edilena Araújo Rios (Representante do Abrigo Flor de Acácia); 10. Eber Ostemberg (**Representante de Obras Sociais);** 11. Martha De Fátima Mendes Silva (Representante das Igrejas)

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, através da PREGOEIRA, torna público aos interessados, que o julgamento do certame supracitado realizado entre os dias 28/01 à 12/03/2021, cujo objeto é o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Medicamentos, Material Laboratorial e Material Fonoaudiólogo, em atendimento à demanda d a Secretaria Municipal de Saúde, resultou em vencedoras as empresas:

PMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALRES LTDA, inscrita no CNPJ: 00. 740.696/0001-92, vencedora dos itens 228,233, 250 e 260 totalizando o valor de R$ 9.546,90.

DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ: 01.417.694/0004-72, vencedora dos itens 42, 54, 97, 102, 113, 142, 197 e 200 totalizando o valor de R$ 6.076,00.

DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ: 02.520.0001-40, vencedora dos itens 14, 16, 20, 25, 46, 50, 71, 74, 75, 85, 91, 92, 93, 103, 104, 105, 106, 111, 115, 116, 133, 135, 148, 198, 199 e 212 totalizando o valor de R$ 63.801,60.

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ: 03.652.030/0001-70, vencedora dos itens 01, 08, 43, 52, 58, 90, 109, 138, 140, 152, 153, 155, 174 e 211 totalizando o valor de R$ 17.492,60.

CENTERMÉDICA PRODUTOS PRODUTOS HOSPITALRES EIRELI, inscrita no CNPJ: 05.443.348/0001-77, vencedora dos itens 19, 27, 29, 47, 62, 66, 78 e 297 totalizando o valor de R$ 12.905,20.

STOCK MED PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ: 06.106.005/0001-80, vencedora dos itens 18 e 128 totalizando o valor de R$ 505,00.

DROGAFONTE LTDA, inscrita no CNPJ: 08.778.201/0001-26, vencedora dos itens 38, 39, 45, 64, 67, 77, 118, 134, 145 e 194 totalizando o valor de R$ 46.428,60.

W.N DIAGNÓSTICA EIRELI, inscrita no CNPJ: 09.100.467/0001-88, vencedora dos itens 226, 229, 231, 235, 237, 238, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 252, 255, 258, 259 e 278 totalizando o valor de R$ 11.777,98.

HOSPVIDA LTDA, inscrita no CNPJ: 12.057.503/0001-82, vencedora dos itens 86, 101, 154, 184 e 215 totalizando o valor de R$ 18.610,00.

INOVAMED HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ: 12.889.035/0001-02, vencedora dos itens 02, 07, 09, 21, 23, 24, 30, 40, 49, 51, 53, 59, 65, 69, 70, 79, 80, 94, 95, 98, 107, 114, 120, 125, 126, 127, 136, 139, 146, 156, 169, 179, 207, 208 e 214 totalizando o valor de R$ 90.347,00.

GOLDENPLUS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES, inscrita no CNPJ: 17.472.278/0001-64, vencedora dos itens 05, 15, 28, 32, 34, 35, 36, 37, 76, 87, 209, 210, 217, 219, 289 e totalizando o valor de R$ 41.497,20.

HEALTH CARE & DUBEBE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO, EXPORTACAO DE PRODUTOS DE HIGIENEPESSOAL, COSMETICOS E PERFUMARIA EIREL, inscrita no CNPJ: 18.252.904/0001-70, vencedora do item 298 totalizando o valor de R$ 6.900,00.

LEITE E RIBEIRO LTDA, inscrita no CNPJ: 18.849.143/0001-38, vencedora dos itens 227, 232, 240 e 263 totalizando o valor de R$ 2.256,10.

TOP NORTE COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR EIRELI, inscrita no CNPJ: 22.862.531/0001-26, vencedora dos itens 41, 55, 56, 57, 61, 83, 88, 119, 121, 123, 124, 158 e 271, totalizando o valor de R$ 29. 847,20.

CIRURGICA AL-STYN EIRELI, inscrita no CNPJ: 23.141.314/0001-00, vencedora dos itens 112 e 122 totalizando o valor de R$ 8.360,00.

EXEMPLARMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ: 23.312.871/0001-46, vencedora do item 164 totalizando o valor de R$ 1.188,00.

JARDIM DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS LTDA, inscrita no CNPJ: 23.720.752/0001-22, vencedora dos itens 218 E 220 totalizando o valor de R$ 8.700,00.

HOSPVIDA LTDA, inscrita no CNPJ: 12.057.503/0001-82, vencedora dos itens 86, 101, 154, 184 e 215 totalizando o valor de R$ 18.610,00.

DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES, inscrita no CNPJ: 25. 279.552/0001-01, vencedora dos itens 44, 130, 141, 165, 185 e 188 totalizando o valor de R$ 7.300,92.

DIHOL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ: 26.792. 580/0001-90, vencedora dos itens 162 e 261 totalizando o valor de R$ 18. 900,00.

VIA FHARMA DO BRASIL EIRELI, inscrita no CNPJ: 30.949.099/0001-33, vencedora dos itens 06, 72, 108, 167, 171, 189, 193, 216, 268, 270, 272, 273, 296 e 296 totalizando o valor de R$ 12.958,68.

TERRA SUL COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ: 32.364.822/0001-48, vencedora dos itens 129 e 176 totalizando o valor de R$ 4.172,40.

IBF INDUSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A, inscrita no CNPJ: 33.255. 787/0001-91, vencedora dos itens 221 e 222 totalizando o valor de R$ 61. 040,00.

JETHAMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ: 34.027.398/0001-71, vencedora dos itens 33, 84, 96, 99, 100 e 213 totalizando o valor de R$ 47.680,00.

L.FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, inscrita no CNPJ: 35.250.918/0001-73 vencedora dos itens 03, 04, 10, 11, 17, 60, 63 e 187 totalizando o valor de R$ 24.240,80.

DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA, inscrita no CNPJ: 76.386.283/0001-13, vencedora dos itens 12, 26, 150, 157, 163, 166, 168, 172, 173, 178, 190, 196, 201 e 204 totalizando o valor de R$ 38.492,30.

PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ: 81.706.251/0001-98, vencedora dos itens 13, 31, 48, 68, 73, 81, 89, 117, 137, 144, 147 e 206 totalizando o valor de R$ 31. 665,40.

Os itens 22, 82, 132, 151, 159, 160, 175, 177, 180, 186, 191, 202, 203, 205, 236, 239, 254, 246, 256, 262, 264, 267, 269, 274, 275, 276, 277, 284, 285, 286, 287, 291, 292, 293 e 294 resultaram em deserção.

Os itens 131, 170, 192, 195, 143, 230, 234, 223, 224, 225, 247, 251, 257, 265, 279, 280, 281, 283, 253, 149, 181, 182, 183, 290, 282, 295, 266, 110 e 161 resultaram fracassados.

Informa aos interessados que os autos do certame ficam desde já disponíveis para exame de quaisquer interessados.

Araputanga/MT, 12 de março de 2021.

Eliana Pains de Amorim

Pregoeira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO AO TERMO DE ADESÃO Nº 003/ 2021

REF: Adesão a Atade Registro de Preço n°. 001/2020 – Pregão Eletrônico n°.029/2020 - Realizado pelo Município de Sorriso/MT.

Objeto da Ata de Registro de Preço: Aquisição de um Veículo Zero Km com no Mínimo 7 (sete)

Lugares para Atender as Demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

INTERESSADO A ADESÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA - MT - Representada pelo Sr.ENILSON DE ARAÚJO RIOS– Prefeito Municipal.

FORNECEDOR: DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n°. 11.264.133/0001-91, com sede à Av. da Feb, n°. 2225, Ponte Nova, Várzea Grande/MT, CEP 78.115-806.

SECRETARIA REQUERENTE:SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, consignados no Orçamento do ano corrente, será empenhado na rubrica da SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DO QUANTITATIVO:Adesão da Ata de Registro de Preços 001/2021, no valor total de R$ 105.200,00 (cento e cinco mil e duzentos reais)

Araputanga-MT, 11 de março de 2021.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 153/2021

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇAO DE ASSESSORA SUPERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear a senhora **ELIANA PAINS DE AMORIM, inscrita no CPF nº 849.430.411-91, para exercer o cargo em comissão de Assessora Superior,** da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08/03/2021, revogando as disposições em contrário em especial a portaria nº 22/2021.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dez (10) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e vinte e um (2021).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 154/2021

DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE SERVIDORA PÚBLICA DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º - Rescindir o contrato temporário nº 028/2020, pelo término da estabilidade provisória em 07/03/2021, uma vez que foi cessada a licença maternidade da servidora **GISLAINE ALMEIDA FARIA,** matrícula nº 2377, ocupante do cargo temporário de **Professora.**

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dez (10) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e vinte e um (2021).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 085/2020

De acordo com a Lei Municipal n.º 699/2006 de 18/10/2006

Termo Aditivo de Contrato, que fazem a Prefeitura Municipal de Araputanga, com sede à Rua Antenor Mamedes, 911, inscrita no CGC-MT sob o n.º 15.023.914.0001-45, neste ato representado pelo seu agente político e prefeito municipal **JOEL MARINS DE CARVALHO**, brasileiro, casado, portador do RG n. 320.719 SSP/MT, e inscrito no CPF/MF sob nº. 284.666. 321-15, residente e domiciliado à Rua Artur Francisco Xavier, nº. 290 no Bairro Santo Antônio do Município de Araputanga/MT, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sra. **BEATRIZ DE JESUS DA COSTA REZENDE,** brasileira, portadora do RG sob o nº 2579933-9 SEJESP/MT e CPF de nº 054.716.811-00, residente e domiciliada a Rua Paraná, nº 157, Jardim São Luiz - Município de **Araputanga/MT**, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADO (A).**

Cláusula Primeira – O presente aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo de vigência estabelecido na cláusula segunda do CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 85/2020 celebrado em 16/03/2020.

Cláusula Segunda – Fica prorrogado o prazo de vigência iniciando-se em **31/12/2020**e findando em**29/06/2021.**

Cláusula Terceira – Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições do contrato original.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo Contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Araputanga/MT, 31 de dezembro de 2020.

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

BEATRIZ DE JESUS DA COSTA REZENDE

CONTRATADA

CPF: 054.716.811-00

TESTEMUNHAS:

1ª FABIANA DA SILVA RAMOS 2ª LUCIENE VIEIRA RAMOS

CPF: 024.969.491-38 CPF: 012.958.521-10

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
DECRETO MUNICIPAL N.º 014/2021

DECRETO MUNICIPAL N.º 014/2021

EMENTA: *"REVOGA O DECRETO MUNICIPAL Nº 012 DE 02 DE MARÇO DE 2020; PRORROGA AS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE AO COVID-19 NO AMBITO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT INSERIDAS NO DECRETO MUNICIPAL N° 003 PUBLICADO EM 09 DE JANEIRO DE 2021; E INSTITUI NOVAS MEDIDAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

O Exmo. Sr. **ÉDERSON FIGUEIREDO,** Prefeito do Município de Arenápolis - MT, no uso de suas atribuições funcionais instituídas pela Constituição

Federal, Constituição Estadual, Lei Orgânica do Município de Arenápolis - MT, e;

CONSIDERANDO *que a Constituição Federal determina em seu Art. 30, incisos I e II, a competência de o Município Legislar acerca de assuntos de interesse Local, e poder suplementar a legislação federal ou estadual no que couber;*

CONSIDERANDO *que o acréscimo ao número de casos confirmados de COVID-19, continua sendo significativo;*

CONSIDERANDO *que em âmbito Estadual os Leitos de UTI's encontram-se todos preenchidos e os hospitais especializados no tratamento do COVID-19, lotados;*

CONSIDERANDO *a necessidade do Gestor Municipal em buscar meios para reduzir os casos ou evitar novas propagações do COVID – 19, bem como evitar o abarrotamento do serviço público de saúde com o atendimento do COVID-19, que requer um isolamento peculiar e um tratamento diferenciado;*

CONSIDERANDO *que o Decreto n° 836, de 1° de março do ano de 2021, exarado pelo Exmo. Governado do Estado de Mato Grosso, Sr. Mauro Mendes, que "Atualiza as medidas restritivas para conter a disseminação da Covid-19 e dá outras providências", é de caráter impositivo aos Municípios deste Estado;*

CONSIDERANDO *que o Governo de Mato Grosso em 04 de março de 2021, editou o Decreto nº 842/2021 alterando o Decreto 863/2021, e flexibilizou algumas medias inseridas neste último;*

CONSIDERANDO *a necessidade de adequação destas novas medidas pelo Município de Arenápolis/MT, a fim de propiciar ao comércio local, uma tímida benesse em seu rendimento.*

D E C R E T A

Art. 1º - Fica revogado o Decreto Municipal nº 012 de 01 de março de 2021, e atualizadas as medidas restritivas para conter a disseminação da Covid-19 no âmbito do Município de Arenápolis/MT.

Art. 2º - O funcionamento de todas as atividades e serviços ficará sujeito às seguintes condições:

I – de segunda à sexta-feira, autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre às 05h00m e 19h00m;

II – aos sábados e domingos, autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre às 05h00m e 12h00, ***exceto***:

a) as atividades ligadas ao comércio de gêneros alimentícios *(menos restaurantes)* também poderão funcionar aos sábados até as 19h00m, ficando vedado o consumo de bebidas alcoólicas no local, obedecidos os protocolos de saúde e normas sanitária;

b) os restaurantes, poderão funcionar aos sábados e domingos até as 14h00m, obedecidos os protocolos de saúde e normas sanitárias definidos por este Decreto e demais regras sanitárias

III – aos domingos ficam proibidos:

a) A venda e consumo de bebida alcoólica no âmbito da feira municipal de Arenápolis/MT;

b) O consumo de bebida alcoólica no âmbito e dependência das distribuidoras de bebidas.

§1º As farmácias, os serviços de saúde, de hospedagem e congêneres, de imprensa, de transporte coletivo, transporte individual remunerado de passageiros por meio de taxiou aplicativo, as funerárias, os postos de combustíveis, exceto conveniências, as indústrias, as atividades de colheita e armazenamento de alimentos e grãos, serviços de manutenção de fornecimento de energia, água, telefonia, coleta de lixo, não ficam sujeitas às restrições de horário do presente artigo.

§2º Os supermercados, nos horários de funcionamento fixados nos incisos do caput, devem aplicar sistema de controle de entrada restrito a 01 (um) membro por família, respeitando o espaçamento de 1,5 (um metro e meio) entre às pessoas (em locais de fila) e demais regras de seguranças estabelecidas pelos Decretos Municipais de Arenápolis/MT, em vigência.

Art. 3° Fica **vedado** qualquer evento que cause aglomeração, tais como shows, apresentações artísticas e congêneres, festas, confraternizações familiares e congêneres, exceto:

I- os eventos sociais, corporativos, empresariais, técnicos e científicos, igrejas, templos e congêneres, cinemas, museus, teatros e a prática de esportes coletivos são permitidos com no máximo 50 (cinqüenta) pessoas por evento, respeitado o limite de 30% (trinta) por cento da capacidade máxima do local, e ainda:

a) com a disponibilidade de álcool 70° de inpm antisséptico;

b) utilização obrigatória do uso de máscara.

II **-** É vedada a realização de eventos de qualquer natureza em ambientes que não sejam possível mensurar sua capacidade total e/ou em eventos em ruas e logradouros públicos.

III **-** Nos casos de confraternização familiar, fica permitido o limite de até 10 (dez) pessoas no âmbito da propriedade particular.

IV **-** Aplica-se aos eventos descritos no inciso I deste artigo quando possível, o espaçamento entre indivíduos de 1m² (um metro quadrado).

§1° Os eventos permitidos neste artigo deverão ocorrer no período compreendido das 05:00 às 19:00 horas de Segunda a Sexta – Feira e das 05:00 às 12:00 horas aos sábados e domingos.

§2° As atividades fúnebres ficam restritas ao máximo de 30 (trinta) pessoas, respeitando o horário compreendido entre às 05:00 às 19:00 horas e às regras sanitárias instituídas, sendo totalmente **vedadas** em casos suspeitos e/ou confirmados pela COVID-19.

Art. 4º O funcionamento de serviço na modalidade delivery ficará autorizado somente até às 23h00m, inclusive aos domingos.

Parágrafo único: As farmácias e congêneres poderão funcionar, na modalidade delivery, sem restrição de dias e horários.

Art. 5º Todos os estabelecimentos em atividade no âmbito do município de Arenápolis/MT, devem observar os seguintes protocolos de saúde e normas sanitárias durante seu funcionamento:

I - evitar circulação de pessoas pertencentes ao grupo de risco, conforme definição do Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária;

II - disponibilizar locais adequados para lavagem freqüente das mãos com água e sabão e/ou disponibilização de álcool na concentração de 70%;

III - ampliar a freqüência diária de limpeza e desinfecção de locais freqüentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual, elevadores e outros;

IV- evitar a realização presencial de reuniões de trabalho e priorizar a realização de atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

V - controlar o acesso de modo a garantir o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas;

VI - vedar o acesso de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal;

VII - medir a temperatura corporal das pessoas na entrada dos estabelecimentos, impedindo sua entrada em caso de registro igual ou superior a 37,8º;

VIII - manter os ambientes arejados por ventilação natural;

IX - adotar as recomendações atuais de isolamento domiciliar para os profissionais pertencentes ao grupo de risco, conforme definido pelo Ministério da Saúde;

X - observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividade exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público.

Art. 6º Fica instituída restrição de circulação de pessoas (toque de recolher) no âmbito municipal de Arenápolis/MT, a partir das 21h00m até às 05h00m.

§1º Excetuam-se da restrição disposta no caput do presente artigo os funcionários, prestadores e consumidores das atividades e serviços cujo funcionamento é permitido após as 19h00m, bem como outras situações específicas a serem analisadas pela autoridade policial responsável pela fiscalização.

§2º A restrição fixada no caput deste artigo não se aplica ao transporte de cargas e passageiros em rodovias estaduais e federais.

Art. 7º A fiscalização das regras deste Decreto ficará a cargo da:

I – Secretaria Municipal de Saúde de Arenápolis/MT,

II - Vigilância Sanitária Municipal;

III - Polícia Militar – PM/MT;

IV - Polícia Judiciária Civil – PJC/MT;

§ 1º Fica autorizado aos Agentes de Vigilância Sanitária solicitar por escrito ou verbalmente o auxílio da Polícia Militar da circunscrição do Município de Arenápolis/MT, na fiscalização e/ou autuação de pessoas que não cumprirem às normas estabelecidas neste decreto.

§ 2° Ficam autorizados aos Agentes pertencentes dos Órgãos descritos nos incisos II, III, e IV deste artigo a utilizarem dos meios necessários para dispersar aglomerações no âmbito do município de Arenápolis/MT.

§ 3º O descumprimento das medidas restritivas por pessoas físicas ensejará a lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência pela autoridade policial competente, além da aplicação de multas e sanções cíveis cabíveis, ficando ainda sujeito aplicação das sanções penais cabíveis, por infração às medidas sanitárias preventiva, conforme previsão do art. 268 do Código Penal.

§ 4º O descumprimento das medidas restritivas por pessoas jurídicas, inclusive condomínios residenciais, ensejará aplicação de multas, interdição temporária e outras sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis, pelas autoridades policiais, sanitárias e fiscais estaduais e municipais, conforme estabelecido em lei específica.

Art. 8º As medidas instituídas no presente Decreto terão vigência pelo prazo de 15 (quinze) dias, prorrogáveis em caso de necessidade.

Art.9 Aplica-se as demais medidas contidas no Decreto n° 003/2021, prorrogadas pelo Decreto Municipal n° 11/2021 até 31 de março de 2021, que não forem contrárias a este Decreto.

Art. 10 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arenápolis/MT, 12 de março de 2021.

ÉDERSON FIGUEIREDO

Prefeito Municipal de Arenápolis/MT.

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES E DIAGNÓSTICO POR IMAGEM, NA ESPECIALIDADE DE ULTRASSONOGRAFIA, NO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DA CENTRAL DE REGULAÇÃO, COM ESPECIFICAÇÕES DETALHADA NO ANEXO I DO EDITAL.

EMPRESA VENCEDORA:INFANTE SUAREZ E PRESTES SILQUEIRA LTDA, inscrito no CNPJ sob nº. **29.762.496/0001-12,** no **ITEM 001**- **PRESTAÇÃO DES SERVIÇOS DE ULTRASSONOGRAFIA,** no valor global de **R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).**

Arenápolis- MT, 12 de Março de 2021.

REGINA LÚCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE 01 (UM) MÉDICO (ORTOPEDISTA), PARA ATENDIMENTO DE CONSULTAS E PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS EM ORTOPEDIA AOS PACIENTES QUE NECESSITAM NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS-MT.

Empresa vencedora: ORTOP MEDICINA ESPECIALIADA EM ORTOPEDIA EIRELI-ME, inscrito no CNPJ sob nº. **28.360.588/0001-03,** vencedora no **ITEM 001- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS (ORTOPEDISTA)** no valor total de **R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).**

Arenápolis- MT, 11 de março de 2021.

REGINA LÚCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
P O R T A R I A Nº. 059 ATE 069.2021

P O R T A R I A Nº. 059/2021

O Sr. **EDERSON FIGUEIREDO**, Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito Público, resolve:

E X O N E R A R

Á pedido a Senhorita ***Joice Aparecida dos Santos Rocha***, brasileira, Solteiro, portador do **Rg. Nº.** 14610647 SSP/MT e **CPF**. **Nº.** 007.985.671-39, do cargo de Professora em que tomou Posse através do Concurso Público em 02/03/2020.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 12º dia do mês de Fevereiro de 2021.

EDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 060/2021

O Sr. **EDERSON FIGUEIREDO**, Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito Público, resolve:

E X O N E R A R

Á pedido a Senhorita ***Isabela Alves Brito***, brasileira, solteira, portadora do **Rg. Nº.** 22917047 SSP/MT e **CPF**. **Nº.** 021.747.011-46, do cargo de **Re-**

cepcionista em que tomou Posse através do Concurso Público em 18/02/20.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 22º dia do mês de Fevereiro de 2021.

EDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 061/2021

O Sr. **EDERSON FIGUEIREDO**, Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito Público, resolve:

E X O N E R A R

Á pedido a Senhorita ***Jaqueline Avelino de Moraes Pasini***, brasileira, casada, portadora do **Rg. Nº.** 1160018-7 SSP/MT e **CPF**. **Nº.** 006.884.151-56, do cargo de **Coordenadora de Saúde** em que foi nomeada através da Portaria 017/2021, a partir do dia 01/03/2021.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 23º dia do mês de Fevereiro de 2021.

EDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 062/2021

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **EDERSON FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

DESIGNAR

O servidor, WEIMAR PEREIRA DA SILVA, brasileiro, casado, ***Secretário Municipal de Administração***, portador da cédula de identidade RG nº 02917050 SESP/MT e CPF nº 229.588.861.15, para Resolver pendências fiscais e tributárias, parcelamento de Dividas Previdenciárias e outras, bem como dar fé pública a qualquer documentos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil a partir de outubro de 2019;.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 23 dias do mês de fevereiro de 2021.

EDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 063/2021

O Sr. **EDERSON FIGUEIREDO**, Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito Público, resolve:

C O N C E D E R

Licença Saúde junto ao INSS aos servidores efetivos conforme atestados apresentados.

Servidores Função

Leani Guimarães Veloso de Moura	Agente Comunitária de Saúde
July Emerson Leandro Vasconcelos	Vigia
Marisa Sampaio	Auxiliar de Serviços Gerais

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 23 dias do mês de Fevereiro de 2021.

EDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 064/2021

O Sr. **EDERSON FIGUEIREDO**, Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito Público, resolve:

C O N C E D E R

Licença Maternidade a servidora nomeada Senhora, **Thays Iorrana Santos Cerqueira,** brasileira, casada, Chefe de Seção, portadora do **RG. nº.** 289.782.69 SSP/MT e **CPF. nº.** 060.827.621-93, residente e domiciliado nesta cidade, conforme atestado médico apresentado.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 23 dias do mês de Fevereiro de 2021.

EDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA MUNICIPAL Nº 065/2021

EMENTA: DISPÕE SOBRE A READAPTAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO, a não prestação de serviço junto à administração pública, por se encontrar a servidora aguardando decisão administrativa de **READAPTAÇÃO**;

CONSIDERANDO que a administração pública deve fundamentar seus atos tendo como escopo os princípios que regem o direito administrativo entre eles o da impessoalidade, moralidade, legalidade e economicidade;

CONSIDERANDO pedido de **READAPTAÇÃO** da servidora pública acompanhado de laudo médico oficial com posicionamento favorável;

EDERSON FIGUEIREDO, brasileiro, divorciado, prefeito do município de Arenápolis – MT gestão 2021/2024, portador da cédula de identidade RG de n.º 11986441-SSP/SP inscrito no CPF/MF de n.º 840.204.151.53, residente e domiciliado à AV. D. Pedro I, Bairro Vila Nova, Nesta cidade de Arenápolis-MT, no uso de suas atribuições legais, as normas e os princípios gerais do direito público em especial ao art. 62 da lei n.º 795/2002;

Art. 1º. Fica concedida a readaptação profissional a servidora **ELMA DE OLIVEIRA** do cargo de Professora para o cargo de Agente Administrativo, em razão de limitação ocupacional verificada e atestada por meio de inspeção médica.

Art. 2º. A servidora atuará junto à APAE- ROSA DE SARON, com carga horária e vencimento do cargo de origem conforme previsto na legislação vigente.

Art. 3º. A servidora deverá apresentar a cada 06 (seis) meses, laudo médico que atestem o estado de saúde a ser entregue junto ao RH do Município.

Parágrafo único; O não cumprimento do previsto no caput deste artigo resultará no imediato retorno ás atividades do cargo de origem.

Art. 4º. A servidora no dia útil seguinte da ciência da presente decisão deverá se apresentar a autoridade superior do órgão para o exercício do cargo readaptado;

Art. 5º. O médico oficial do Município poderá mediante solicitação da servidora beneficiada verificar a compatibilidade do cargo readaptado com as limitações da mesma;

Art. 6º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Arenápolis, aos 23 dias do mês de Fevereiro de 2021 (dois mil e vinte um reais).

EDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO DE ARENÁPOLIS

PORTARIA MUNICIPAL Nº 066/2021

EMENTA: DISPÕE SOBRE A READAPTAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO, a não prestação de serviço junto à administração pública, por se encontrar a servidora aguardando decisão administrativa de **READAPTAÇÃO**;

CONSIDERANDO que a administração pública deve fundamentar seus atos tendo como escopo os princípios que regem o direito administrativo entre eles o da impessoalidade, moralidade, legalidade e economicidade;

CONSIDERANDO pedido de **READAPTAÇÃO** da servidora pública acompanhado de laudo médico oficial com posicionamento favorável;

EDERSON FIGUEIREDO, brasileiro, divorciado, prefeito do município de Arenápolis – MT gestão 2021/2024, portador da cédula de identidade RG de n.º 11986441-SSP/SP inscrito no CPF/MF de n.º 840.204.151.53, residente e domiciliado à AV. D. Pedro I, Bairro Vila Nova, Nesta cidade de Arenápolis-MT, no uso de suas atribuições legais, as normas e os princípios gerais do direito público em especial ao art. 62 da lei n.º 795/2002;

Art. 1º. Fica concedida a readaptação profissional a servidora **SONIA MARIA PIOVEZAN DOS SANTOS** do cargo de Professora para o cargo de Agente Administrativo, em razão de limitação ocupacional verificada e atestada por meio de inspeção médica.

Art. 2º. A servidora atuará junto à Biblioteca da Escola Municipal Prefeito Duílio Ribeiro Braga, com carga horária e vencimento do cargo de origem conforme previsto na legislação vigente.

Art. 3º. A servidora deverá apresentar a cada 06 (seis) meses, laudo médico que atestem o estado de saúde a ser entregue junto ao RH do Município.

Parágrafo único; O não cumprimento do previsto no caput deste artigo resultará no imediato retorno ás atividades do cargo de origem.

Art. 4º. A servidora no dia útil seguinte da ciência da presente decisão deverá se apresentar a autoridade superior do órgão para o exercício do cargo readaptado;

Art. 5º. O médico oficial do Município poderá mediante solicitação da servidora beneficiada verificar a compatibilidade do cargo readaptado com as limitações da mesma;

Art. 6º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Arenápolis, aos 23 dias do mês de Fevereiro de 2021 (dois mil e vinte um reais).

EDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO DE ARENÁPOLIS

P O R T A R I A Nº. 067/2021

O Sr. **EDERSON FIGUEIREDO**, Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito Público, resolve:

C O N C E D E R

Gratificação de 20%, ao funcionário ***JEAN DOURADO ORMOND FERREIRA,*** brasileiro, casado, topógrafo, portador do **Rg. Nº.** 160388894 SSP/MT e **CPF**. **Nº.** 024.579.431.08, residente e domiciliado na Travessa Diamante, Bairro Primavera, nesta Cidade.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 023º dia do mês de Fevereiro de 2021.

EDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 068/2021

O Sr. **EDERSON FIGUEIREDO**, Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito Público, resolve:

C O N C E D E R

Incentivo de Prótese Dentaria, no valor R$ 800,00, (Oitocentos Reais) ao funcionário ***Andre Gustavo Pereira França,*** brasileiro, casado, dentista, portador do **Rg. Nº.** 1238958-7 SSP/MT e **CPF**. **Nº.** 899.539.401.34, residente e domiciliado, nesta Cidade.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 023º dia do mês de Fevereiro de 2021.

EDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 69/2021

Inclusão de novos componentes da Comissão de Acompanhamento de Contratualização da Secretaria Municipal de Saúde e nomeação dos novos membros para compor a referida comissão em substituição dos membros anteriores.

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **ÉDERSON FIGUEIREDO**no uso de suas atribuições legais. E

Considerando o Contrato de Gestão nº 001/2021, firmado entre o Município de Arenápolis e o Instituto Social de Saúde São Lucas-ISSSL, cujo objeto consiste no gerenciamento técnico, administrativo, operacionalização e execução de serviços de saúde, no âmbito do Hospital Médio Norte, em Arenápolis, ofertados aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Considerando a Portaria nº 11 de 04 de janeiro de 2021 que institui e nomeia Comissão de Acompanhamento, para realizar Monitoramento e Ava-

liação do cumprimento dos Contratos celebrados entre a Prefeitura com interveniência da Secretaria Municipal de Saúde de Arenápolis e o Hospital Contratualizado na esfera do Sistema Único de Saúde-SUS.

Considerando a necessidade de manter o controle e a fiscalização sobre a execução do contrato firmado pelo Município de Arenápolis e a Contratada, tendo em vista os princípios da legalidade, moralidade e eficiência.

RESOLVE:

Art. 1º Incluir e nomear novos membros para composição da Comissão de Acompanhamento de Contratualização da Secretaria Municipal de Saúde de Arenápolis, conforme órgãos relacionados abaixo:

REPRESENTANTES DO ÓRGÃO CONTRATANTE

Departamento de Contabilidade e Finanças

Titular: Maria Fernandes Beato CPF: 377.906.681-53

Suplente: José Mauro Figueiredo JuniorCPF: 955.786.761-20

Departamento Jurídico

Titular: Pedro Eustáquio de Oliveira e SilvaCPF: 004.494.161-78

Suplente: Rubens Emerich Junior CPF: 015.877.541-42

REPRESENTANTES DO ORGÃO INTERVENIENTE

Secretaria Municipal de Saúde de Arenápolis

Titular: Luiz Márcio Leite de Oliveira CPF: 003.308.351-73

Suplente: Maria Marinalda Ribeiro CPF: 580.829.211-53

REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS QUE REPRESENTAM OS USUARIOS SUS

COSEMS-Vice Regional Médio Norte

Titular: Elisangela Moura dos Santos CPF: 018.890.041-11

Suplente: Aluirson Figueiredo Neto Junior CPF: 021.282.031-12

Conselho Municipal de Saúde de Arenápolis

Titular: Márcio Lourenço de Souza CPF: 960.677.051-68

Suplente: Cristiane Brito da Silva CPF: 014.710.181-64

REPRESENTANTE DA INSTITUIÇÃO CONTRATADA

Instituto Social de Saúde São Lucas-ISSSL

Titular: Maria das Graças S.S. Mendes CPF: 395.516.521-34

Suplente: Alfredo Mathias Silva Gonçalves CPF: 032.357.971-47

FISCAL DE CONTRATO E CONTROLE INTERNO

Titular: Ronner Avelino Moraes CPF: 905.544.691-20

Suplente: Milton Bueno dos Santos CPF: 253.966.681-72

SECRETÁRIA EXECUTIVA:

Luciana de Souza Barreto CPF: 481.946.891-04

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 011/2021.

Gabinete do Prefeito, em Arenápolis/MT, 23 de fevereiro de 2021.

Registrada, publicada, CUMPRA-SE

Éderson Figueiredo

Prefeito Municipal

Arenápolis/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO 018/2021 AO CONTRATO Nº 126/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADO: SEBASTIÃO XAVIER DA SILVA FILHO; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/03/2021.

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO
PRIMEIRO ADITIVO Nº. 037/2021

AO CONTRATO N° 054/2020; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA REMANESCENTE REFERENTE À CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA E COM VESTIÁRIO, COM DIMENSÕES DE 25,80MX38M, NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR JARI EDGAR ZAMBIASI, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETO ARQUITETÔNICO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT; V N CONSTRUÇÕES LTDA; ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO 15/03/2021 A 12/06/2021.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 135/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: NAIARA GONÇALVES DA SILVA VILELA; REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2020; TÉCNICA EM ENFERMAGEM (COVID 19); VALOR MENSAL DE R$ 1.816,24 (UM MIL OITOCENTOS E DEZESSEIS REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS);VIGENCIA: 01 DE MARÇO DE 2021 A 28 DE FEVEREIRO DE 2022.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 136/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: LORRAYNE ALVES DOS SANTOS; REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2020; TÉCNICA EM ENFERMAGEM (COVID 19); VALOR MENSAL DE R$ 1.816,24 (UM MIL OITOCENTOS E DEZESSEIS REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS);VIGENCIA: 01 DE MARÇO DE 2021 A 28 DE FEVEREIRO DE 2022.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 137/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: ALADIO DIAS DA SILVA; REFERENTE A CADASTRO DE RESERVA DE PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA Nº 001/2020; ZELADOR DE PÁTIO; VALOR MENSAL DE R$ 1.816,24 (UM MIL OITOCENTOS E DEZESSEIS REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS);VIGENCIA: 03 DE MARÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 138/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: JUCILEIDE VIEIRA DE SOUZA; REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2020; TÉCNICA EM ENFERMAGEM (COVID 19); VALOR MENSAL DE R$ 1.816,24 (UM MIL OITOCENTOS E DEZESSEIS REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS);VIGENCIA: 05 DE MARÇO DE 2021 A 04 DE MARÇO DE 2022.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 139/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: JOSEMARI OLIVEIRA DE AMORIM; REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; ZELADORA; VALOR MENSAL DE R$ 1.002,74 (UM MIL E DOIS REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS), PARÁGRAFO ÚNICO: QUANDO NECESSÁRIO HAVERÁ COMPLEMENTO CONSTITUCIONAL DE VALOR, TOTALIZANDO R$ 1.100,00 (MIL E CEM REAIS);VIGENCIA: 05 DE MARÇO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO 022/2021 AO CONTRATO Nº 089/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: LAUDELINA MARQUES DE CAMPOS; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/03/2021.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 140/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: JEREMIAS CUSTODIO MUNIZ; REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; AGENTE OPERACIONAL; VALOR MENSAL DE R$ 1.816,24 (UM MIL OITOCENTOS E DEZESSEIS REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS);VIGENCIA: 05 DE MARÇO DE 2021 A 04 DE MARÇO DE 2022.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 141/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: SEBASTIÃO XAVIER DA SILVA FILHO; REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS; VALOR MENSAL DE R$ 1.550,00 (UM MIL QUINHENTOS E CINQUENTA REAIS);VIGENCIA: 02 DE MARÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 142/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: VITOR FERNANDO RIBEIRO DA COSTA; REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS; VALOR MENSAL DE R$ 1.550,00 (UM MIL QUINHENTOS E CINQUENTA REAIS);VIGENCIA: 02 DE MARÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO
TERCEIRO ADITIVO Nº. 038/2021

AO CONTRATO N° 047/2020; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE ENGENHARIA SANITÁRIA PARA PRESTAÇAO DE SERVIÇO DE READEQUAÇÃO DE PROJETOS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA NA SEDE DO MUNICIPIO, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DESTE MUNICIPIO DE ARIPUANA-MT, COM BASE NO ART. 24, INCISO I DA LEI Nº 8.666/1993 E ALTERAÇÕES, E COM AMPARO NO ART. 37, INCISO XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; MARCIO SOUZA FARIA EIRELI; ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA E EXECUÇÃO 19/03/2021 A 17/05/2021.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 143/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: MARCOS VINICIUS DE PAULA; REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; FISCAL SANITÁRIO – COVID-19; VALOR MENSAL DE R$ 1.243,02 (UM MIL DUZENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E DOIS CENTAVOS);VIGENCIA: 02 DE MARÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 144/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: WALDIR EGIDIO RAMOS; REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; ZELADOR; VALOR MENSAL DE R$ 1.002,74 (UM MIL E DOIS REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS), PARÁGRAFO ÚNICO: QUANDO NECESSÁRIO HAVERÁ COMPLEMENTO CONSTITUCIONAL DE VALOR, TOTALIZANDO R$ 1. 100,00 (MIL E CEM REAIS);VIGENCIA: 08 DO MÊS DE MARÇO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO 020/2021 AO CONTRATO Nº 125/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: JAQUELINE COLETTE ROSA; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 02/03/2021.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 145/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: JOSÉ BARBOSA DA MOTA; REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; ZELADOR; VALOR MENSAL DE R$ 1.002,74 (UM MIL E DOIS REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS), PARÁGRAFO ÚNICO: QUANDO NECESSÁRIO HAVERÁ COMPLEMENTO CONSTITUCIONAL DE VALOR, TOTALIZANDO R$ 1.100,00 (MIL E CEM REAIS);VIGENCIA: 09 DO MÊS DE MARÇO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO 019/2021 AO CONTRATO Nº 128/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADO: VITOR FERNANDO RIBEIRO DA COSTA; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/03/2021.

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO 017/2021 AO CONTRATO Nº 010/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: SOLANGE FERREIRA DE SOUZA; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/03/2021.

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO 016/2021 AO CONTRATO Nº 012/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: JARDEANE VELOSO DOS SANTOS MENDES; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/03/2021.

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO
TERCEIRO ADITIVO Nº. 039/2021

AO CONTRATO N° 061/2020; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA REFERENTE À CONSTRUÇÃO DE 04 (QUATRO) MUROS DE ALAMBRADO EM TORNO DE POÇOS ARTESIANOS LOCALIZADOS NA COMUNIDADE MORENA, NA COMUNIDADE LONTRA, NO SETOR DE CHÁCARAS FREI CANUTO "CHÁCARA Nº01 E Nº35", PERTENCENTES AO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT, INCLUINDO MÃO-DE-OBRA, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS DE ACORDO COM PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E MEMORIAL DESCRITIVO, COM BASE NO ART. 24, INCISO V DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, COM AMPARO NO ART. 37, INCISO XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; RC CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA; ADITIVO DE ALTERAÇÃO DAS COORDENADAS 10°20'43,83"S E 59°32'20.10"O PARA AS COORDENADAS 10° 20'45.50"S E 59°32'23.50".

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO 015/2021 AO CONTRATO Nº 019/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: CARLIANE RIBEIRO VERAS SILVA; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/03/2021.

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO 023/2021 AO CONTRATO Nº 022/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: RAQUEL GONÇALVES DA CRUZ; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/03/2021.

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO
QUARTO ADITIVO Nº. 040/2021

AO CONTRATO N° 010/2020; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM EM CUIABÁ/MT, INCLUINDO ALIMENTAÇÃO PARA PACIENTES EM TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DO DOMICÍLIO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT; ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE AMPARO A VIDA - ABAVIDA; ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA 01/04/2021 A 30/06/2021; VALOR GLOBAL R$ 91.000,00 (NOVENTA E UM MIL REAIS).

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO 021/2021 AO CONTRATO Nº 130/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADO: JOSÉ BARBOSA DA MOTA; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 02/03/2021.

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO 024/2021 AO CONTRATO Nº 021/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: JUCILEIDE VIEIRA DE SOUZA; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 04/03/2021.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 146/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: YASMIM KOCHENBORGER; REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; FISCAL SANITÁRIO – COVID-19; VALOR MENSAL DE R$ 1.243,02 (UM MIL DUZENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E DOIS CENTAVOS);VIGENCIA: 10 DE MARÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 147/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: BEATRIZ ALMEIDA GOMES; REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; ZELADOR; VALOR MENSAL DE R$ 1.002,74 (UM MIL E DOIS REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS), PARÁGRAFO ÚNICO: QUANDO NECESSÁRIO HAVERÁ COMPLEMENTO CONSTITUCIONAL DE VALOR, TOTALIZANDO R$ 1.100,00 (MIL E CEM REAIS);VIGENCIA: 10 DE MARÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 148/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: MARLENE FERREIRA; REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; COZINHEIRA ESTRADA; VALOR MENSAL DE R$ 1.002,74 (UM MIL E DOIS REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS), PARÁGRAFO ÚNICO: QUANDO NECESSÁRIO HAVERÁ COMPLEMENTO CONSTITUCIONAL DE VALOR, TOTALIZANDO R$ 1.100,00 (MIL E CEM REAIS);VIGENCIA: 10 DE MARÇO DE 2021 A 09 DE MARÇO DE 2022.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 149/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: ALMIR SOUSA SANTOS LIMA; REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA; VALOR MENSAL DE R$ 1.816,24 (UM MIL OITOCENTOS E DEZESSEIS REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS);VIGENCIA: 10 DE MARÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 150/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: DANIELA CRISTINA MARTINS DOS SANTOS; REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; ZELADORA COVID; VALOR MENSAL DE R$ 1.002,74 (UM MIL E DOIS REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS), PARÁGRAFO ÚNICO: QUANDO NECESSÁRIO HAVERÁ COMPLEMENTO CONSTITUCIONAL DE VALOR, TOTALIZANDO R$ 1.100,00 (MIL E CEM REAIS);VIGENCIA: 11 DO MÊS DE MARÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 151/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: GLEICE KELEN ONORA DOS SANTOS; REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; ZELADORA; VALOR MENSAL DE R$ 1.002,74 (UM MIL E DOIS REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS), PARÁGRAFO ÚNICO: QUANDO NECESSÁRIO HAVERÁ COMPLEMENTO CONSTITUCIONAL DE VALOR, TOTALIZAN-

DO R$ 1.100,00 (MIL E CEM REAIS);VIGENCIA: 11 DO MÊS DE MARÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO 025/2021 AO CONTRATO Nº 131/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADO: WALDIR EGIDIO RAMOS; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 03/03/2021.

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO 026/2021 AO CONTRATO Nº 124/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: MARISA MENDES ALMEIDA; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/03/2021.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.014/2021

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Art. Art. 159, da LC 95/2014;

Considerando o Requerido no Memorando nº 185/2021/SEMEC;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, a Portaria nº **12.952/2021**, quanto a designação-da professora Srª**LAURENTINA FERREIRA DA CRUZ**, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 776.096 SSP/MT e do CPF nº. 536.460.701-10*,* ocupante do Cargo de Carreira de **PROFESSOR 4 Classe "C",** *lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer*,para ministrar 20 horas/aula excedentes na E. M. Jose Ary da Costa, por motivos pessoais da Professora, a partir de 1º/03/2021.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 12 dias de fevereiro de 2. 021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.013/2021

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Art. Art. 159, da LC 95/2014;

Considerando o Requerido no Memorando nº 186/2021/SEMEC;

RESOLVE:

DESIGNAR, o Sr**ANDRE GUSTAVO DA FONSECA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 9.334.316-6 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº. 044.533.199-24, ocupante do Cargo de Carreira de **PROFESSOR DE MATEMATICA - SEDE,** *lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer,* para ministrar 12 horas/aula excedentes na Escola Municipal Jari Edgar Zambiasi, em substituição da Professora Marilete Marta Silva Cruz**,** que encontra-se com atestado médico, no período de **04/03/2021 a 04/05/2021.**

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 08 dias de fevereiro de 2. 021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.011/2021

A Prefeita Municipal de Aripuanã*,* no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 096/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o requerido no Memorando nº 167/SEMUSA/2021, o qual solicita a concessão de Adicional;

Considerando o disposto no Parecer Jurídico nº 797/2020;

RESOLVE:

CONCEDER, Gratificação Adicional de 50% (cinquenta por cento), incidente sobre o salário base, para os Cargos Contratados abaixo relacionados, pertencentes a Secretaria Municipal de Saúde, e lotados no Hospital Municipal, a partir da data do contrato;

Nome	Cargo
Beatriz Almeida Gomes	Zeladora

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 12 dias de março de 2. 021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.012/2021

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o Artigo 38, § 2º, Inciso II, da Lei Complementar n° 096/2014;

Considerando o requerido no Memorando nº 167 e 168/SEMUSA/2021, o qual solicita a concessão de Adicional;

Considerando o disposto no item 2.3.2 do Parecer Jurídico nº 489/2020 e 574/2020;

RESOLVE:

CONCEDER, Adicional de Insalubridade, sobre o salário mínimo vigente nacional, para os Cargos Contratados abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, a partir da data do contrato, conforme segue:

Nome	Cargo	%	Adicional	Valor Mensal
Suelen Rodrigues da Costa	Técnica de Enfermagem	20%	Insalubridade	R$ 220,00
Beatriz Almeida Gomes	Zeladora	20%	Insalubridade	R$ 220,00

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 05 dias de março de 2. 021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.010/2021

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Parecer Jurídico n.º 489/2020, favorável a progressões *e promoções aos servidores municipais a qualquer tempo,* desde que **tenham completado o período** exigido na legislação;

Considerando o Art. 83, da LC 95/2014;

Considerando o protocolo n° 317*/2021;*

RESOLVE:

PROGREDIR, a funcionária efetiva aSrª. **ROSILENE FIDELIS DE SOUZA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 542.940 SSP/RO e inscrita no CPF sob o nº. 573.321.182-20, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR** Classe **"C", do Nível 03, para Nível 04,** *lotada* na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura***,** a partir do dia 1º/03/2021.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 12 dias de março de 2. 021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.009/2021

"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Idade a servidora Sra. "Agildete Gonçalves de Araújo".

A Prefeita do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto no Art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c 12, inciso III, alínea "b" da Lei Municipal nº. 637 de 13 de outubro de 2006, que Reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Aripuanã/MT; Lei Municipal n.º 095/2014, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Salários dos servidores públicos da Educação do Município de Aripuanã-MT; e ainda a Lei 154/2020, que concedeu recomposição salarial de 12,84% aos servidores beneficiados pela Lei Municipal nº 095/2014.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o benefício de Aposentadoria por Idade, a servidora, **Sra. Agildete Gonçalves De Araújo**, casada, portadora da cédula de identidade nº. 0236677-0 SESP-MT e inscrita no CPF sob o nº. 292.444. 711-91, servidora Efetiva no cargo de Zeladora "2", Classe "C", 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer; matricula nº 2410, contando com **14 anos, 11 meses e 14** dias de tempo de contribuição, **com proventos proporcionais,** calculados com base na média aritmética simples das 80% (oitenta por cento) maiores remunerações de contribuição, conforme processo administrativo do **FAPEMA, n.º 2021.02.00016P,** a partir de 12/03/2021, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos **a partir de 12 de março de 2021**, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 12 dias de março de 2. 021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.008/2021

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerimento de aposentadoria por tempo de contribuição sob protocolo n° 086/2021;

RESOLVE:

EXONERAR, a **Sra. Agildete Gonçalves de Araújo**, portadora da cédula de identidade nº. 0236677-0 SESP-MT, inscrita no CPF sob o nº. 292.444. 711-91; servidora Efetiva no cargo de Zeladora, "2" Classe C, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura, Esportes e Lazer; matricula nº 2410, em virtude da concessão do benefício de Aposentadoria por Idade, conforme processo administrativo do **2021.02. 00009P,** a partir de 12/03/2021, até posterior deliberação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 12 dias de março de 2. 021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.007/2021

*Dispõe sobre averbação de Tempo de Contribuição, não concomitante, em favor da**Srª. Agildete Gonçalves de Araujo,**servidora efetiva desta municipalidade, para fins de aposentadoria junto ao município de Aripuanã-MT. ”*

A Prefeita do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Resolve:

Art.1º - Averbar o tempo de contribuição não concomitante trabalhado pela servidora efetiva lotada na lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, **Srª. Agildete Gonçalves de Araújo**, portadora da cédula de identidade nº. 0236677-0 SESP-MT, inscrita no CPF sob o nº. 292.444.711-91; servidora Efetiva no cargo de Zeladora, “2” Classe C, Matricula nº. 2410, conforme Certidão de Tempo de Contribuição do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o protocolo nº 12021080.1. 00075/21-3, expedida em 21/01/2021, perfazendo um total de **1473 dias líquidos, correspondente a 4 anos e 13 dias.**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 12 dias de março de 2. 021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.006/2021

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Parecer Jurídico n.º 489/2020, favorável a progressões *e promoções aos servidores municipais a qualquer tempo,* desde que **tenham completado o período** exigido na legislação;

Considerando o Art. 83, da LC 95/2014;

Considerando o protocolo n° 316*/2021;*

RESOLVE:

PROGREDIR, a funcionária efetiva aSrª. **ROSILENE FIDELIS DE SOUZA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 542.940 SSP/RO e inscrita no CPF sob o nº. 573.321.182-20, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR** Classe **“C”, do Nível 02, para Nível 03,** *lotada* na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura***,** a partir do dia 1º/03/2021.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 12 dias de março de 2. 021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.005/2021

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o requerido no Memorando nº 017/2021/SEMUFI;

RESOLVE:

NOMEAR, a Sra.**FABIANA GOMES DE OLIVEIRA, portadora da Cédula de Identidade**RG nº. 1928941-3 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 807. 414.281-72**,** ocupante do Cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediáriode **Divisão de Fiscalização - DIFIS**,*lotada na Secretaria Municipal de Finanças***,** a partir do dia 12/03/2021.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 12 dias de março de 2. 021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.004/2021

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, conforme aprovação em Concurso Público n° 001/2019, a Srª. **CAROLINA PICOLOTO**,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2271569-0 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 048.715.541-63, para ocupar o cargo de Carreira de **ENFERMEIRO – SEDE,** lotada na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, a partir do dia 12/03/2021.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 12 dias de março de 2. 021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.003/2021

*"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Idade a servidora **Sra."*** **Benedita Salomão".**

A Prefeita do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto no Art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c 12, inciso III, alínea "b" da Lei Municipal nº. 637 de 13 de outubro de 2006, que Reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Aripuanã/MT; Lei Municipal n.º 095/2014, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Salários dos servidores públicos da Educação do Município de Aripuanã-MT; e ainda a Lei 154/2020, que concedeu recomposição salarial de 12,84% aos servidores beneficiados pela Lei Municipal nº 095/2014.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o benefício de Aposentadoria por Idade, a servidora, **Sra. Benedita Salomão**, divorciada, portadora da cédula de identidade nº. 2298905-6 SSP-MT e inscrita no CPF sob o nº. 395.932.151-15, servidora Efetiva no cargo de Zeladora –Profissionalizado I, Classe "C", Nível "03", 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer; matricula nº 532, contando com **17 anos, 11 meses e 13 dias** de tempo de contribuição, **com proventos proporcionais,** calculados com base na média aritmética simples das 80% (oitenta por cento) maiores remunerações de contribuição, conforme processo administrativo do **FAPEMA, n.º 2021.02.00019P,** a partir de **12/03/2021**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos **a partir de 12 de março de 2021**, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 12 dias de março de 2. 021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.002/2021

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerimento de aposentadoria por tempo de contribuição sob protocolo n° 086/2021;

RESOLVE:

EXONERAR, a **Sra. Sra. Benedita Salomão**, divorciada, portadora da cédula de identidade nº. 2298905-6 SSP-MT e inscrita no CPF sob o nº. 395. 932.151-15, servidora Efetiva no cargo de Zeladora –Profissionalizado I, Classe "C", Nível "03", 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer; matricula nº 532, em virtude da concessão do benefício de Aposentadoria por Idade, conforme processo administrativo do **2021.02.00019P,** a partir de 12/03/2021, até posterior deliberação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 12 dias de março de 2. 021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EDITAL N° 024/2021 – CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.004/SMEC/2020

O Secretário Municipal de Educação e Cultura do município de Barra do Bugres – MT, Sr. **RAFAELLO SANDRI AFFONSO**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Edital nº 10/2021, que trata doResultado Final da Prova Objetiva e Classificação Definitiva do Candidato no Processo Seletivo Simplificado nº 004/SMEC/2020, **CONVOCA** o candidato abaixo a comparecer na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, localizada na Rua Frederico Josetti, s/n, bairro Beira Rio, no **DIA 16/03/2021 (TERÇA-FEIRA), às 08:00 horas,** munido dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga.

Cargo: PROFESSOR – PEDAGOGIA – SEDE: **CRECHE, PRÉ-ESCOLA E ANOS INICIAIS**

Insc. Nº	Nome
593	NEUZA DE LIMA NEVES GOULART

Art. 1º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra do Bugres-MT, 12 de março de 2021.

RAFAELLO SANDRI AFFONSO

Secretário Municipal de Educação e Cultura

Portaria nº 008/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICACAO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021 – SRP

Pelo presente instrumento**, O MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES/MT**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 03.507.522/0001-72, estabelecida a Praça Ângelo Masson, nº 1.000, centro, na cidade de Barra do Bugres/MT, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o Sr. **DIVINO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS**, doravante designado CONTRATANTE e do outro lado a Empresa **CLEUZA APARECIDA DE SOUZA LEMES- ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 24.233.188/0001-86, com sede na Rua Joao custodio da Silva, Nº 1056, Bairro Maracanã, no Município Barra do Bugres/MT CEP 78.390.000, representada neste ato pelo seu procurador o Senhor Rudinei da Cruz Linhares portador do RG nº 1077969-8 SJE/MT e CPF nº627.195.051-53, resolvem celebrar a presente Ata de Registro de Preço para AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS **PARA ATENDER AS**

NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, em decorrência do processo licitatório modalidade Pregão Presencial N.º 001/2021, que será regido pela Lei 8.666/93, e suas respectivas alterações posteriores, pelo qual a CONTRATADA, se obriga ao cumprimento do estabelecido em sua Proposta e possíveis alterações apresentada , e a CONTRATANTE, ao pagamento dos valores pactuados, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes na Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n° 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto N° 3.931 de 19 de setembro de 2001, Decretos Municipais Nº 004/2007 e 060/2011 e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO DA LICITAÇÃO

O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE CESTAS BASICAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, conforme especificações constantes no Anexo I do edital.

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	2000	UN	CESTA BASICA ALIMENTICIA - PCT DE 5 KG ARROZ TIPO 1| PCT DE 1KG DE FEIJAO| PCT DE 02 KG DE ACUCAR| PCT DE 500G DE MACARRAO TIPO ESPAGUETE| PCT DE 400G DE BOLACHA DE SAL| PCT DE 250G DE CAFE TORRADO| UND. DE 900ML DE OLEO| PCT DE 01 KG DE SAL REFINADO| LATA DE 125G DE SARDINHA| PCT DE 340G DE MOLHO DE TOMATE| PCT DE 01 KG DE TRIGO| UND DE 500ML DE DETERGENTE| UND. DE 90G DE SABONETE| UND. DE 01L DE AGUA SANITARIA	65,50	R$ 131.000,00
TOTAL GERAL					131.000,00

DO VALOR

A CONTRATANTE pagará à **CONTRATADA,** pela Aquisição de Equipamentos, o valor global de **R$ 131.000,00 (CENTO E TRINTA E UM MIL REAIS).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA DO CONTRATO.

O presente Contrato terá **validade de 03/03/2021 até 03/03/2022,** contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

Barra do Bugres- MT, 08 de Março de 2021**.**

DIVINO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Contratante

CLEUZA APARECIDA DE SOUZA LEMES – ME

RUDINEI DA CRUZ LINHARES

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 253 DE 09 DE MARÇO DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 8059, de 08 de março de 2021;

R E S O L V E M:

Art.1º Conceder à servidora **ALEXANDRA ROSA DE OLIVEIRA –** Professora**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, nos termos da Lei Complementar 25 de 27 de novembro de 1997, pelo período de 25 de fevereiro de 2021 a 23 de agosto de 2021.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 09 de março de 2021.

LAURENIR RAMOS CEBALHO RIBEIRO

Secretária Municipal de Educação

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 192 DE 05 DE MARÇO DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 7726, de 04 de março de 2021;

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores das secretarias abaixo relacionados, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato Administrativo.

Secretaria	Fiscal Titular	Fiscal Suplente
Secretaria de Administração	Titular: Igor de Souza Oliveira	Suplente: Jesus da Lapa Costa Escalante
Secretaria de Esporte E Lazer	Titular: Helber Renato de Figueiredo Filho	Suplente: Cleidilene Garcia de Almeida
Secretaria de Educação	Titular: Vanilda Soares Prudêncio	Suplente: Thais Dutra de Souza Militão
Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Titular: Jesuina Benedita de Almeida	Suplente: Aneluize de Brito
Secretaria de Saúde	Titular: Carlos Aires da Silva	Suplente: Lenilton Carlos de Souza Campos
Secretaria de Turismo e Cultura	Titular: Enoque Ramos Duarte	Luiz Afonso Rodrigues de Carvalho Filho
Secretaria de Assistência Social	Titular: Elvis Jean dos Passos	Suplente: Joselina Maria da Silva Mendonca
Secretaria de Infraestrutura E Logística	Titular: Rosely Anita Lustig Cebalho	Suplente: Valdineia dos Santos Gonçalves

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
002/2021	AUTARQUIA DE SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL	Constitui objeto do presente Contrato Administrativo a contratação da Autarquia Municipal para prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgoto sanitário com objetivo de atender aos prédios das Secretarias do Município de Cáceres.	26/01/2021	12 meses

§ 1º Os servidores acima designados devem acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato da prestação do serviço das unidades de consumo de sua respectiva Secretaria, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhando-as à Secretaria correspondente e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência dos servidores responsáveis pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 05 de março de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
CONVITE PARA AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE DISCUSSÃO SOBRE ELABORAÇÃO DO PPA, LDO E LOA

C O N V I T E

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES convida a população para participar das transmissões ao vivo de audiências públicas, para discussão sobre a elaboração do Plano Plurianual - PPA 2022-2025, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2022 e Lei Orçamentária Anual - LOA 2022, no período matutino das seguintes datas e horários:

18 de março de 2021, às 9h;31 de março de 2021, às 9h.Como estamos passando por um dos períodos mais críticos da pandemia de Covid-19, as audiências serão transmitidas através de *Live* pelo canal de Imprensa da Prefeitura Municipal de Cáceres no *Youtube*, acessível através do seguinte endereço eletrônico:https://www.youtube.com/channel/UCTfzYuOBEgyQ-mL7j...Justifica-se a realização no formato LIVE, em obediência às orientações da OMS (Organização Mundial de Saúde) e às normativas federal, estadual e municipal, que visam ao distanciamento social, como medida de prevenção contra a propagação do novo CoronavírusContamos com a audiência de todos, de suma importância a fim de que alcancemos o objetivo do evento.Atenciosamente.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00003 DE 09 DE MARÇO DE 2021.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**
JOSE UTRAGO	091.105.341-72	9047 /00165/2019
YOSHIO HAYASHIDA	022.935.521-87	9047 /00207/2019
VINICIUS JOAO CURI	447.999.939-68	9047 /00001/2020
ANTONIO CARLOS FRAGERI	318.524.401-04	9047 /00090/2020
ANTONIO CARLOS FRAGERI	318.524.401-04	9047 /00091/2020
CRISTIANE COSTA MARQUES BARBOSA	567.622.161-53	9047 /00084/2020
CRISTIANE COSTA MARQUES BARBOSA	567.622.161-53	9047 /00085/2020
OSMAIR SOCORRO DOS SANTOS	660.395.338-20	9047 /00083/2020
PEDRO AIMORE TANGERINO	693.776.348-49	9047 /00082/2020
CLETON SILVA	034.285.081-49	9047 /00001/2021
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal De Tributos / 642014 Assinatura:		

Data de afixação: 09/03/2021

Data de desafixação: 24/03/2021

COVID-19: EDITAL COMPLEMENTAR 016/2021 - SELETIVO 002/2020/ SMS

EDITAL N° 002/2020 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS

EDITAL COMPLEMENTAR 016

A Secretaria Municipal de Saúde de Cáceres – MT, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no art.37, da Constituição da República Federativa do Brasil/88, na Lei Orgânica do Município, na Lei 1931/2005, na Resolução de consulta nº 59/2011(DOE,26/09/2011) onde dispõe sobre as contratações temporárias no item : "**3.** Na contratação temporária não há necessidade de criação ou preexistência de cargos, exige-se sim a definição do quantitativo de vagas/funções, por meio da lei, que autorizou a contratação, sendo dispensável para os casos de substituição de servidor". e demais Leis que criaram os cargos.

RESOLVE:

I – CONVOCAR candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2020, para comparecerem na Secretaria Municipal de Saúde, situada na Avenida Getúlio Vargas – S/Nº, bairro Santa Isabel na sala do setor de Gestão de Pessoas da Secretaria, nos dias **12/03 a 17/03/2021 das 08:00 as 11:00 e 14:00 as 17:00** horas para apresentar as documentações para a devida contratação nos termos do **Edital 002/2020 do Processo Seletivo Simplificado de Títulos**, conforme **Anexo I** deste edital;

II – INFORMAR que para ser contratado, no dia da lotação o candidato deverá apresentar cópias de documentos pessoais e afins, conforme **Anexo II.**

Cáceres/MT, 12 de março de 2021.

SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO I

CONVOCAÇÃO PARA LOTAÇÃO/ATRIBUIÇÃO

*CARGO: **TÉCNICO (A) EM ENFERMAGEM – SMS***

CL.	NOME	SITUAÇÃO
00007	TAIS APARECIDA ZATTAR	CLASSIFICADA
00008	EDINÉIA PEDROSA DA SILVA	CLASSIFICADA
00009	DIEGO DE MEDEIROS SANTOS	CLASSIFICADO
00010	ELINEIA FERREIRA DE OLIVEIRA	CLASSIFICADA
00011	MARIA SANDRA GARCIA LEITE CAMPOS	CLASSIFICADA
00012	MISAEL MARIANO SÃO BERNARDO	CLASSIFICADA
00013	LETÍCIA CARLA DA SILVA GOMES SOARES	CLASSIFICADA
00014	FERNANDA CAMPOS DE OLIVEIRA	CLASSIFICADA
00015	SARAH LOUYZE BERNARDO FREIRE	CLASSIFICADA
00016	MIRIAN RODRIGUES DE SOUZA NOGUEIRA	CLASSIFICADA
00017	DANIELE HURTADO FERREIRA	CLASSIFICADA
00018	MARIA LUCIA ESPINOSA LIMA	CLASSIFICADA
00019	MARLENE ALVES DE MOURA BASTOS	CLASSIFICADA

*CARGO: **ENFERMEIRO (A) – SMS***

CL.	NOME	SITUAÇÃO
00023	MILENA PELLINI GUIZELIN	CLASSIFICADO
00024	LIGIA DUARTE MARQUES PETERLE	CLASSIFICADA
00025	WILTON NELSON LANÇONI DE CAMPOS	CLASSIFICADO
00026	FRANCIELY MARIA CARRIJO CAMPOS	CLASSIFICADA
00027	KAROLINY MAMORE DE MATOS	CLASSIFICADA
00028	MARILUCI MACEDO DA SILVA	CLASSIFICADA
00029	ALEX TIAGO ROSA CORTEZ	CLASSIFICADO
00030	DANIELA SANTOS VELOSO MARASLIS	CLASSIFICADA
00031	CLAUDIA ALVES DE SOUZA LIMA	CLASSIFICADA
00032	TELMA SIQUEIRA OLIVEIRA DE ARAUJO	CLASSIFICADA

*CARGO: **FISIOTERAPEUTA – SMS***

CL.	NOME	SITUAÇÃO
00005	LEONARDO DE SOUZA TOLEDO	CLASSIFICADO

*CARGO: **FARMACÊUTICO – SMS***

CL.	NOME	SITUAÇÃO
00002	PEDRO ARANTES DE ASSUNÇÃO	CLASSIFICADO

ANEXO II

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO

ITEM	DOCUMENTOS	ENTREGUE
01	Cópia dos documentos: RG E CPF	
02	Cópia da Certidão de Casamento ou Nascimento	
03	Cópia do Título de Eleitor	
04	Documentos que comprovem estar quites com obrigações eleitorais	
05	Cópia de Certificado de Reservista (masculino)	
06	Cópia da Carteira de Trabalho (páginas onde constam, número e série da CTPS, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho: último registro de contrato e a próxima página em branco)	
07	Cópia CNH (em caso do cargo especifico verificar a categoria exigida)	
08	Cópia de Cadastro no PIS/PASEP	
09	Cópia do Diploma/Comprovante de escolaridade **(autenticado)**	
10	1 Foto 3X4 Atualizada	
11	Cópia da Carteira do Conselho de Classe MT, quando se tratar de profissão Regulamentada incluindo comprovante de quitação de anuidade.	
12	Número CPF Pai, Mãe, cônjuge quando for casado, filhos/Dependentes, se os pais forem falecidos apresentar atestado de óbito (autenticado) ou declaração de não convivência com os pais (autenticado)	
13	Cópia da Certidão de Nascimentos dos Filhos	
14	Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de cinco anos	
15	**Cartão Vacina Adulto (especifico para trabalhos na área de saúde)**	
	DEMAIS DOCUMENTAÇÕES	
16	Comprovante de Residência atual (copia conta de água, luz, telefone ou contrato de locação imóvel	
17	Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público, assinado pelo servidor, **com firma reconhecida.**	
18	Atestados Médicos Admissional emitido pelo médico do trabalho, indicando se o candidato está apto ou não para o exercício das atribuições próprias do cargo.	
19	Certidão negativa dos últimos 5 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais junto ao Estado de Mato Grosso 1º e 2º Grau	
20	Certidão Criminal Federal 1º e 2º Grau	
21	Declaração de Bens/Imposto de Renda, **com firma reconhecida.**	
22	Telefone e E-mail	

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
LEI Nº 2.928, DE 11 DE MARÇO DE 2021

"Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo Artigo 74, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento vigente, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 1.650.000,00 (um milhão e seiscentos e cinquenta mil reais).

Art. 2º O Crédito preconizado no art. 1º desta Lei destinar-se-á especificamente a possibilitar cobrir despesas da Secretaria Municipal de Educação, pela inclusão de **categoria econômica,** grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elementos de despesas, fonte de recursos e terão as seguintes características financeiras e funcional-programáticas:

Órgão:	07 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade:	03 – FUNDEB	
Função:	12 – Educação	
Subfunção:	361 – Ensino Fundamental	
Programa:	1004 – EDUCAÇÃO MUNICIPAL	
Proj/Atividade:	**2.068 – MANUT E ENC C/AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL (60%)**	
Natureza da Despesa	**Fonte de Recursos**	**Valor R$**
3.1.90.04 Contratação por Tempo Determinado	(318) Transferências do FUNDEB 60%	192.000,00
3.1.90.11 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	(318) Transferências do FUNDEB 60%	768.000,00

Órgão:	07 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade:	03 – FUNDEB	
Função:	12 – Educação	
Subfunção:	365 – Educação Infantil	
Programa:	1004 – EDUCAÇÃO MUNICIPAL	
Proj/Atividade:	**2.069 – MANUT E ENC C/AS ATIVIDADES DA EDUCACAO INFANTIL (60%)**	
Natureza da Despesa	**Fonte de Recursos**	**Valor R$**
3.1.90.04 Contratação por Tempo Determinado	(318) Transferências do FUNDEB 60%	64.000,00
3.1.90.11 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	(318) Transferências do FUNDEB 60%	576.000,00

Órgão:	07 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade:	03 – FUNDEB	
Função:	12 – Educação	
Subfunção:	361 – Ensino Fundamental	
Programa:	1004 – EDUCAÇÃO MUNICIPAL	
Proj/Atividade:	**2.070 – MANUT E ENC C/AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL (40%)**	
Natureza da Despesa	**Fonte de Recursos**	**Valor R$**
3.1.90.11 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	(319) Transferências do FUNDEB 40%	50.000,00

Art. 3° Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1o serão cobertos com o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Art. 4º O Crédito Adicional Especial passa a integrar a Lei nº 2.916, de 23 de dezembro de 2020-LOA/2021, Lei nº 2.915, de 23 de dezembro de 2020-LDO/2021 e Lei nº 2.618, de 19 de dezembro de 2017-PPA/2018-2021 e suas alterações.

Art. 5° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 11 de março de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PAUTA DE JULGAMENTO - CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE CÁCERES

A presidente do Conselho de Contribuintes de Cáceres, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020, e pelo Decreto nº. 253 de 07 de maio de 2020;

Considerando o estabelecido pelo Artigo 41, Seção V do Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020;

Torna pública a pauta de julgamento de processos para a sessão do Conselho de Contribuintes de Cáceres, que ocorrerá por vídeo conferência, conforme calendário abaixo:

15 DE MARÇO, ÀS 08 HORAS DA MANHÃ, LINK DE ACESSO: https://meet.google.com/jmi-ohjz-noj

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
7479/2020	Joana Conceição de Figueiredo	Ledson Glauco Monteiro Catelan
8790/2020	Miguel Juliano Marques Ribeiro	Eliana da Silva Carvalho Duarte

22 DE MARÇO, ÀS 08 HORAS DA MANHÃ, LINK DE ACESSO: https://meet.google.com/uss-ppsv-yxf

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
16061/2019	LAUF – Participações e Administração de Bens LTDA	Tiago Ruas Ferreira
228/2020	Colégio Salesiano Santa Maria	Antonio Carlos Leite

Conforme parágrafo 2º do Artigo 42 do Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020, que institui o Conselho de Contribuintes de Cáceres, poderá a parte interessada requerer o tempo de 15 (quinze) minutos para sustentação oral de seus argumentos, desde que solicitado com o prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da presente publicação.

Cáceres, 08 de março de 2021

ELIANA DA SILVA CARVALHO DUARTE

Presidente

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
LEI Nº 2.924, DE 11 DE MARÇO DE 2021

"Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo Artigo 74, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento vigente, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 4.415,94 (quatro mil quatrocentos e quinze reais e noventa e quatro centavos).

Art. 2º O Crédito preconizado no art. 1º desta Lei destinar-se-á especificamente a possibilitar cobrir despesas da Secretaria Municipal de Educação, pela inclusão de categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elementos de despesas, fonte de recursos e terão as seguintes características financeiras e funcional-programáticas:

Órgão:	07 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade:	02 – COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Função:	12 – Educação
Subfunção:	361 – Ensino Fundamental
Programa:	1004 – EDUCAÇÃO MUNICIPAL
Proj/Atividade:	**1.075 – REFORMA, AMPLIACAO OU ADEQUACAO DE UNIDADES ESCOLARES - EF**

Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor R$
4.4.90.93 Indenizações e Restituições	(325) Demais Recursos Vinculados Destinados à Educação	2.605,13
4.4.90.93 Indenizações e Restituições	(325) Demais Recursos Vinculados Destinados à Educação (rendimento de aplicação)	31,06
4.4.90.93 Indenizações e Restituições	(301) Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	1.779,75

Art. 3° Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1o serão cobertos com o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Art. 4º O Crédito Adicional Especial passa a integrar a Lei nº 2.916, de 23 de dezembro de 2020-LOA/2021, Lei nº 2.915, de 23 de dezembro de 2020-LDO/2021 e Lei nº 2.618, de 19 de dezembro de 2017-PPA/2018-2021 e suas alterações.

Art. 5° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 11 de março de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N°00008 DE 09 DE MARÇO DE 2021.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
RUDOLFO DE TOLEDO KRESTSCH	327.047.989-15	9047/00013/2020
RUDOLFO DE TOLEDO KRETSCK	327.047.989-15	9047/00015/2020
WANDERLEY FACHETI TORRES	761.439.707-00	0137/00027/2020
ADEMIR DE CASTRO	022.535.691-00	9047/00032/2020
JOAO CARLOS RIVERA	027.913.311-15	9047/00035/2020
LAURI LORESENTTI DE VARGAS	385.746.759-20	9047/00039/2020
LEONILDO JOSE NARDI	513.422.009-34	9047/00046/2020
ILMA AUXILIADORA ZARAMELLA VOLPATO	284.742.601-91	9047/00058/2020
JOSE LUIZ VIEIRA FILHO	018.893.408-12	9047/00060/2020
WANDERLEY FACHETI TORRES	761.439.707-00	9047/00062/2020

JAYME VERISSIMO DE CAMPOS	048.810.441-68	9047/00066/2020
PAULO ROBERTO DE CASTILHO	095.182.409-06	9047/00073/2020
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de Tributos / 642014 Assinatura:		

Data de afixação: 09/03/2021

Data de desafixação: 24/03/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 225 DE 11 DE MARÇO DE 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2. 258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 2127, de 20 de janeiro de 2021;

RESOLVE:

Art. 1ª Nomear os senhores abaixo relacionados, para compor a Comissão de Elaboração do Termo de Sistemas de Informações dos Serviços de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

MEMBROS:

Carlos Aires - Coordenação Administrativa;

Valdriano Evangelista dos Santos - Analista de Sistemas

Dhyego Silva Domingos Brandão - Central de Tecnologia da Informação - UNEMAT

Lauro Aparecido Weber - Laboratório Municipal

Lenilton Carlos de Souza Campos - Gerência de Planejamentos e Projetos;

Rosenil Deluque Nunes - UPA;

Maycon Vinicius Theodoro de Jesus - Coordenação dos Centros de Especialidades;

Silvia Roberta Pereira de Jesus Ortiz - Coordenação das Unidades de Saúde

Maria Monique Garcia Vale - Coordenação das Unidades de Saúde

Arlan Martins da Silva - Coordenação de Regulação

Art. 2º A comissão deverá iniciar os trabalhos imediatamente após a publicação desta portaria.

Parágrafo único. A referida Comissão se organizará de acordo com as estratégias de trabalho que definir e deverá apresentar em 30 (trinta) dias os resultados dos estudos à Coordenadoria Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando a Portaria nº 125 de 08 de fevereiro de 2021.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 11 de março de 2021.

SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA

Secretário Municipal de Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 261 DE 11 DE MARÇO DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando sob nº 8149, de 09 de março de 2021;

RESOLVEM:

Art.1º Exonerar a pedido o servidor **LAERCIO MARCOS DE AMORIM**. **– Função de** Técnico em Desenho, da Secretaria de Infraestrutura e Logística do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde de 01 de março de 2021.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 11 de março de 2021.

WESLEY DE SOUSA LOPES

Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
LEI Nº 2.926, DE 11 DE MARÇO DE 2021

"Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística e dá outras providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo Artigo 74, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento vigente, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 154.466,45 (cento e cinquenta e quatro mil quatrocentos e sessenta e seis reais e quarenta e cinco centavos).

Art. 2º O Crédito preconizado no art. 1º desta Lei destinar-se-á especificamente a possibilitar cobrir despesas da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, pela inclusão de categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elementos de despesas, fonte de recursos e terão as seguintes características financeiras e funcional-programáticas:

Órgão:	08 - SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA	
Unidade:	01 – SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA	
Função:	15 – Urbanismo	
Subfunção:	452 – Serviços Urbanos	
Programa:	1005 – MOBILIDADE URBANA E RURAL	
Proj/Atividade:	**2.206 – MANUT E MELHORAMENTO DE INFRAESTRUTURAS RODOVIARIAS**	
Natureza da Despesa	**Fonte de Recursos**	**Valor R$**
3.3.90.39 Outros Serviços Terceiro – Pessoa Jurídica	(133) Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse do Estado (não Relacionados à educação/saúde/assistência social)	154.466,45

Art. 3° Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 2o decorrem das anulações parciais de dotação orçamentária, consoante o que dispõe o inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme discriminação:

Órgão:	08 - SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA	
Unidade:	01 – SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA	
Função:	15 – Urbanismo	
Subfunção:	451 – Infraestrutura Urbana	
Programa:	1005 – MOBILIDADE URBANA E RURAL	
Proj/Atividade:	**1.090 – DRENAGEM E PAVIMENTACAO ASFALTICA**	
Natureza da Despesa	**Fonte de Recursos**	**Valor R$**

4.4.90.51 Obras e Instalações	(133) Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse do Estado (não Relacionados à educação/saúde/assistência social)	154.466,45

Art. 4º O Crédito Adicional Especial passa a integrar a Lei nº 2.916, de 23 de dezembro de 2020-LOA/2021, Lei nº 2.915, de 23 de dezembro de 2020-LDO/2021 e Lei nº 2.618, de 19 de dezembro de 2017-PPA/2018-2021 e suas alterações.

Art. 5° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 11 de março de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
LEI Nº 2.929, DE 12 DE MARÇO DE 2021

"Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo Artigo 74, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento vigente, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 1.992,78 (mil novecentos e noventa e dois reais e setenta e oito centavos).

Art. 2º O Crédito preconizado no art. 1º desta Lei destinar-se-á especificamente a possibilitar cobrir despesas da Secretaria Municipal de Educação, pela inclusão de categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elementos de despesas, fonte de recursos e terão as seguintes características financeiras e funcional-programáticas:

Órgão:	07 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade:	02 – COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Função:	12 – Educação	
Subfunção:	361 – Ensino Fundamental	
Programa:	1004 – EDUCAÇÃO MUNICIPAL	
Proj/Atividade:	**1.078 – CONSTRUCAO E/OU AMPLIACAO DE QUADRAS ESCOLARES**	
Natureza da Despesa	**Fonte de Recursos**	**Valor R$**
4.4.90.93 Indenizações e Restituições	(322) Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse - Educação	1.921,89
4.4.90.93 Indenizações e Restituições	(322) Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse - Educação (rendimento de aplicação)	70,89

Art. 3° Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1o serão cobertos com o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Art. 4º O Crédito Adicional Especial passa a integrar a Lei nº 2.916, de 23 de dezembro de 2020-LOA/2021, Lei nº 2.915, de 23 de dezembro de 2020-LDO/2021 e Lei nº 2.618, de 19 de dezembro de 2017-PPA/2018-2021 e suas alterações.

Art. 5° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 12 de março de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
LEI Nº 2.927, DE 11 DE MARÇO DE 2021

"Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e dá outras providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo Artigo 74, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento vigente, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais).

Art. 2º O Crédito preconizado no art. 1º desta Lei destinar-se-á especificamente a possibilitar cobrir despesas da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, pela inclusão do projeto, categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elementos de despesas, fonte de recursos e terão as seguintes características funcionais-programáticas financeiras:

Órgão:	09 - SEC. MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA	
Unidade:	01 – SECECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA	
Função:	23 – Comércio e Serviços	
Subfunção:	695 – Turismo	
Programa:	1006 – Desenvolvimento Econômico	
Proj/Atividade:	**1.214 – AQ MOBILIARIOS. EQ MAT. PERMANENTE P CENTRO DE EVENTOS**	
Natureza da Despesa	**Fonte de Recursos**	**Valor R$**
4.4.90.52 Equipamentos e Material Permanente	(1.24) Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	210.000,00

Art. 3° Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 2º decorrem da anulação parcial de dotação orçamentária, consoante o que dispõe os incisos III, § 1º do artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme discriminação:

Órgão:	09 - SEC. MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA	
Unidade:	01 – SECECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA	
Função:	13 – Cultura	
Subfunção:	391 – Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	
Programa:	1002 – QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO	
Proj/Atividade:	**1.138 – REQUALIFICACAO DE AREAS URBANAS TOMBADAS**	
Natureza da Despesa	**Fonte de Recursos**	**Valor R$**
4.4.90.51 Obras e Instalações	(1.24) Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	210.000,00

Art. 4º O Crédito Adicional Especial passa a integrar a Lei nº 2.916, de 23 de dezembro de 2020-LOA/2021, Lei nº 2.915, de 23 de dezembro de 2020-LDO/2021 e Lei nº 2.618, de 19 de dezembro de 2017-PPA/2018-2021 e suas alterações.

Art. 5° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 11 de março de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE SETEMBRO A DEZEMBRO DO EXERCÍCIO DE DOIS MIL E VINTE, EM ATENDIMENTO À LEI COMPLEMENTAR NÚMERO CENTO E UM, LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.

Aos vinte e cinco dias do mês fevereiro de dois mil e vinte e um, às oito horas e trinta minutos do período matutino, no plenário da sede da Câmara Municipal de Cáceres Mato Grosso, localizada na Rua General Osório, esquina com a Rua Coronel José Dulce, sem número, centro, está sendo realizada a Audiência Pública de Demonstração e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais, referente ao terceiro quadrimestre do ano de dois mil e vinte, convocada pela Prefeitura Municipal de Cáceres, com a finalidade de prestar contas aos munícipes quanto à execução Orçamen-

tária e Financeira do Município, efetuada nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro do exercício de dois mil e vinte, em atendimento ao princípio da Transparência previsto pela Lei de Responsabilidades Fiscal, em conformidade com os artigos nono, Parágrafo quarto e artigo quarenta e oito, no Parágrafo Único. Devido à quarentena e isolamento social determinados em decorrência da pandemia do Covid-19 estão presentes apenas, o Secretário Municipal Interino de Planejamento, um servidor municipal para auxiliar e foram convidados os Representantes da Câmara Municipal que compõem a Comissão de Economia Finanças e Planejamento, para que não houvesse aglomeração de pessoas a referida audiência foi realizada fechada ao público de forma presencial, sendo a mesma transmitida em tempo real (LIVE) através do canal oficial de imprensa da Prefeitura Municipal de Cáceres pela plataforma de mídia online Youtube, acessando seguinte link: https://www.youtube.com/channel/UCTfzYuOBEgyQmL7j. De pronto, foi passada a lista de presença onde foi referenciada a finalidade do ato e coletadas as assinaturas dos presentes. O senhor Jerônimo Gonçalves Pereira, então Secretário Municipal de Planejamento deu início a Audiência Pública cumprimentando a todos, anunciando a realização desta audiência e sua importância conforme com a Lei de Responsabilidade fiscal, transmitindo os agradecimentos em nome nova gestão pelo acolhimento e auxílios prestados por esta casa legislativa na execução dos trabalhos. Após isso, explanou sobre o objetivo desta audiência pública, onde pretende-se apresentar a lógica da gestão fiscal responsável com o planejamento do processo orçamentário, que se dá através do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA, seguindo as regras e limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, existem mecanismos de compensação e correção de desvios, em seguida temos a transparência e controle, na ocorrência de algum erro ou algo que possa comprometer a construção desse processo o executivo pode sofrer sanções institucionais e pessoais. O Secretário de Planejamento prosseguindo com sua fala pontuou sobre o controle interno realizado pela controladoria geral do município, controle externo realizado pelos órgãos superiores como tribunal de contas do estado e da união, bem como o papel das casas legislativas nesse sentido. Agora fazendo a leitura do artigo nono da Lei de Responsabilidade Fiscal que dispõe sobre a realização desta audiência que trata do comportamento da receita, da despesa, execução orçamentária e gestão fiscal da Prefeitura Municipal de Cáceres. O Secretário pontuou quanto a metodologia para a execução desta audiência, considerando o atual cenário de pandemia que tem perdurado, assim ocorrendo esta apresentação através de transmissão virtual. Prosseguindo com a apresentação o senhor Jerônimo Gonçalves Pereira inicia a apresentação do orçamento da Prefeitura Municipal de Cáceres referente ao exercício de dois mil e vinte, explicando primeiramente a questão da datação da lei que estabeleceu o orçamento e o ano de execução do mesmo, dando seguimento apresenta os valores orçados referentes a fixação da despesa e estimativa da receita da administração direta e indireta. Em seguida o secretário de planejamento apresenta o quadro receitas arrecadadas até o terceiro quadrimestre de dois mil e vinte, onde estão dispostas as receitas correntes, receitas de capital e deduções, pontuando quanto a dependência do município das transferências correntes que são repasses do Estado e da União o que remete a importância das boas relações com nossos deputados federais e estaduais, o Secretário continuou apresentando gráficos para melhor representação das receitas do município e do comparativo da receita prevista e arrecadada. O senhor Jerônimo Gonçalves então inicia a apresentação do comportamento da despesa do exercício dois mil e vinte, quantitativo da despesa fixada, total empenhado, total liquidado e total pago, bem como comparativo entre a receita e a despesa. Considerando que o exercício foi atípico devido a pandemia foi ainda apresentado pelo secretário de planejamento as receitas e despesas de recursos específicos referentes a Covid 19. Dando prosseguimento o secretário de planejamento então adentra ao assunto de limite de gastos, primeiramente o percentual de gastos com a saúde que obrigatoriamente não podem ser inferiores a quinze por cento e que atualmente está em vinte virgula noventa e seis por cento, já os gastos com a educação a lei prevê no mínimo vinte e cinco por cento devem ser gastos com a educação, nesta a gestão deixou a desejar, considerando que o percentual gasto em dois mil e vinte foi de vinte e dois virgula noventa e quatro por cento, podendo a administração sofrer sanções por parte dos órgãos fiscalizadores, ainda sobre os limites de gastos apresentou os dados referentes ao gasto com remuneração e valorização dos profissionais do magistério que deveria ter o investimento de sessenta por cento do FUNDEB na remuneração do magistério, sendo o mínimo de sessenta por cento. Em seguida o gestor da Secretaria de Planejamento apresenta o quadro de gastos com pessoal do poder executivo que atingiu quarenta e seis virgula oitenta e quatro por cento em relação a receita, assim estando dentro da legalidade abaixo dos limites máximos e prudencial. Não havendo perguntas ou questionamentos ocorridos durante a apresentação o Secretário de Planejamento Jerônimo Gonçalves Pereira, informa que a audiência permanecerá gravada, havendo questionamentos ou dúvidas a prefeitura e da secretaria municipal de planejamento estarão à disposição para responde-los, o secretário reitera os agradecimentos em nome da nova gestão, agradece aos gestores e servidores da Prefeitura Municipal de Cáceres, ao presidente e demais membros e servidores desta casa legislativa, bem como a todos os demais que participaram virtualmente, assim encerrando a apresentação. A Audiência Pública encerrou-se ás nove horas e cinco minutos no período matutino. E Eu, Mateus Gonçalves de Sá, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e apensa a esta a lista assinada pelos presentes, constante de uma folha. Mateus Gonçalves de Sá**. Assino.**

AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 24/2020-SSAAP

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

CONTRATO Nº 24/2020-SSAAP

CONTRATANTE: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL.

CONTRATADO: AUTONOMY EMPREENDIMENTOS LTDA.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem como objeto o aditivo de valor ao Contrato Administrativo N.º 24/2020 SSAAP, no percentual de aproximadamente 23,90% (vinte e três inteiros e noventa centésimos por cento) ao valor total do contrato, sendo que fora acrescido o valor de R$ R$ 100. 135,20 (cem mil cento e trinta e cinco reais e vinte centavos), bem como decrescido o total de R$ 9.681,67 (nove mil seiscentos e oitenta e um reais e sessenta e sete centavos), o que resultou no valor total de R$ 509. 506,55 (quinhentos e nove mil quinhentos e seis reais e cinquenta e cinco centavos).

FISCALIZAÇÃO: A fiscalização da execução do objeto contratado será exercida por Comissão designada através de Portaria específica, representada pela Engenheira Sanitarista, Coordenadora de Resíduos Sólidos, **LUCÉLIA APARECIDA DA SILVA DE PAULA, CPF: 591.968.821-15**, o qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
04.18	17.512.1011.1206	4.4.90.51.00	(100)-Recurso Ordinário

Cáceres- 12 de março de 2021

MARIA APARECIDA NEPOMUCENO DOS SANTOS SILVA

Diretora Executiva

EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021

A Prefeitura Municipal de Cáceres através da Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, conforme Portaria nº 097 de 28 de janeiro de 2021, torna público para conhecimento dos interessados, o Edital de PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL de análise Curricular, face a Excepcionalidade do momento advinda da pandemia por Covid 19, para provimento de cargos e formação de cadastro de reserva, nos termos do presente Edital, a fim de suprir eventuais demandas de pessoal da Secretaria Municipal de Educação, mediante à necessidade de substituir profissionais efetivos em situações de afastamento por licença-médica, licença-maternidade, licença-prêmio, afastamento sem ônus, vacância, profissionais que estão exercendo função de direção, coordenação pedagógica ou de programas do Governo Federal, afastamentos previstos em lei, e demandas que possam surgir na vigência deste certame, além do preenchimento de vagas dos cargos não contemplados no concurso público 02/2017-Educação e concurso 03/2017-PMC vigente e no Processo Seletivo 005/2019-Educação, em caráter excepcional e por tempo determinado, na forma da legislação pertinente.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente Processo Seletivo Simplificado está pautado no artigo 37, IX, da Constituição Federal; Artigo 96, VIII da Lei Orgânica Municipal; Artigos 1º e 2º da Lei Municipal nº 1.931, de 15 de abril de 2005 e Artigo 65 da Lei Complementar nº 47 de 29 de setembro de 2003 que norteará os critérios da seleção.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado tem caráter eliminatório e classificatório.

1.3.Análise de Títulos – Para todos os cargos;

2. DA ENTIDADE EXECUTORA DA SELEÇÃO

2.1. O Processo Seletivo Simplificado será organizado e conduzido pela Secretaria Municipal de Educação, através da Comissão Paritária composta por representantes desta Secretaria Municipal de Educação, do Conselho Municipal de Educação e Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, instituída pela Portaria. nº 097 de 28 de janeiro de 2021.

3. DAS INSCRIÇÕES

Inscrições on-line	**Início:16/03/2021** **Término:21/03/2021** **Pelo site:** http://seletivocaceres.online

3.1. O candidato deverá possuir as condições para preenchimento do cargo e entregar no momento da convocação, os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o exercício das atribuições do cargo, além de:

a)ser brasileiro, nato ou naturalizado, ou gozar das prerrogativas previstas no art. 12 da constituição Federal de demais disposições de Lei, no caso de estrangeiro.

b) Ter 18 anos completos na data da nomeação.

c) estar em dia com as obrigações militares quando do sexo masculino.

d) Estar quite com a Justiça Eleitoral.

e) Estar com o CPF regularizado.

f) Possuir os requisitos exigidos para as atribuições do cargo.

3.2. Para efeito da inscrição o candidato deverá preencher o formulário disponível no site http://seletivocaceres.online e anexar **os documentos que comprovem a titulação, Formação em serviço e experiência profissional em um único arquivo PDF para o cargo pretendido.**

3.3. As inscrições serão validadas, com envio de todos os documentos originais digitalizados com nítida resolução em arquivo em PDF para http://seletivocaceres.online, mediante emissão de comprovante pós-inscrição no site. O arquivo deverá conter os documentos abaixo:

- Comprovante de Escolaridade;

- Certificados de cursos e eventos na área pretendida e afim, referente aos últimos 03 (três) anos;

-Comprovação de experiência profissional na área de atuação.

-

3.4. São de exclusiva responsabilidade do candidato as informações dos dados cadastrais prestadas no ato de inscrição.

3.5. Os candidatos poderão se inscrever em apenas 01 (um) cargo e 01 (uma) localidade.

3.6. Não serão cobradas taxas dos candidatos.

3.7. A comprovação de experiência profissional, certificados de cursos e eventos apresentados deverão estar em um único arquivo no formato PDF que será juntado ao processo de Análise de Títulos dos candidatos.

3.8. Uma vez efetivada a inscrição, não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração no que se refere à opção de cargo e localidade.

3.9. No ato da contratação, identificada qualquer irregularidade nos documentos apresentados no ato da inscrição, o candidato será sumariamente desclassificado não cabendo recurso dessa decisão.

4. DOS CARGOS, REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES.

4.1. Professor (Pedagogia, Letras, História, Matemática, Biologia, Geografia, Educação Física)

a) Requisito: Ensino Superior completo na área que irá concorrer.

b) Atribuições: (comum a todos os cargos de Professor): Executar tarefas específicas relacionadas com a área de educação; Participar do processo que envolve o planejamento, construção, execução e avaliação do Projeto Político-Pedagógico da Escola; Exercer a docência na educação básica, responsabilizando-se pela turma/sala sob sua responsabilidade; Participar da elaboração do calendário escolar; Zelar pela elevação dos níveis de rendimento escolar e pela melhoria de qualidade do ensino; Colaborar na realização de campanhas educativas de higiene e saúde, além de comemorações cívicas e folclóricas; Exercer atividade de natureza educativa, envolvendo a execução de serviços referentes à elaboração e cumprimento de planos, desenvolvimento de aulas; Registrar as frequências dos alunos e os conteúdos trabalhados; Desenvolver e/ou incentivar o hábito da leitura, o gosto pela pesquisa e pelas artes em geral; Participar da elaboração e implementação de projetos e atividades de articulação e integração da escola com a família dos educandos e com a comunidade escolar; Participar de cursos, atividades e programas de capacitação profissional, quando convocado ou convidado; Elaborar programas e plano de trabalho, controle e avaliação da aprendizagem, recuperação de alunos, reuniões, pesquisa e participação ativa na vida da escola; Interessar-se em adquirir novos conhecimentos e habilidades profissionais, relacionados com o seu trabalho; Colaborar na proposição e realização de atividades extraclasse e de apoio ao desenvolvimento do educando e sua socialização; Zelar pelo bom nome da escola; Adotar metodologias de ensino diversificadas, que estimulem a criatividade, o raciocínio e a experimentação; Colaborar com a formação integral de seus alunos; Relacionar teoria e prática, concretizando os conteúdos curriculares em situações mais próximas e familiares do aluno; Procurar inovar a prática pedagógica visando à melhoria da qualidade de ensino; Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; Auxiliar na conservação, limpeza e boa apresentação das dependências da Escola; Cumprir as normas e determinações relacionadas à atividade docente contidas no Plano de Cargo, Carreira Salário da Educação e respectivo Estatuto da Prefeitura Municipal e demais dispositivos e normas constantes no regimento escolar ou emitidos pela unidade em que atua.

4.2. Auxiliar de Desenvolvimento Infantil

a) Requisito: Ensino Médio Completo.

b) Atribuições: Auxiliar no Desenvolvimento Infantil das crianças, nas creches e Núcleos de educação Infantil, para assegurar o bem estar e o desenvolvimento das mesmas; Auxiliar e apoiar o professor durante as atividades pedagógicas e recreativas da Educação Infantil; Auxiliar na higiene, alimentação, segurança, repouso, saúde e bem estar das crianças; Auxiliar o professor no processo de observação do desenvolvimento da criança; Auxiliar o professor na recepção e entrega das crianças aos pais, mantendo sempre um bom entendimento entre a família e a escola; Auxiliar na organização, manutenção e higiene dos materiais e equipamentos utilizados em sala; Auxiliar turmas com alunos com necessidades educacionais especiais; Executar outras funções afins e correlatas ao cargo.

4.3. Assistente Administrativo

a) Requisitos: Ensino Médio Completo.

b) Atribuições: Realizar atendimento ao público em assuntos da Secretaria da Escola; Desenvolver atividades de Escrituração, Arquivo, Protocolo, Estatística, Atas, Transferências escolares e Boletins; Organizar, controlar e operar quaisquer aparelhos eletrônicos, tais como: televisor, projetor de mídias, computador, fotocopiadora, retroprojetor, bem como outros recursos didáticos de uso especial; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.

4.4. Nutricionista Educacional

a) Requisitos:Curso superior em Bacharelado em Nutrição registro em seu respectivo Conselho de Classe

b) Atribuições: – Elaborar o Plano Anual de Trabalho da alimentação escolar, contemplando os procedimentos adotados para o desenvolvimento das atribuições. Realizar o controle de qualidade de gêneros de produtos alimentícios. Planejar, elaborar e avaliar os cardápios, observando o seguinte: a) adequação às faixas etárias e aos perfis epidemiológicos das populações atendidas; b) respeito aos hábitos alimentares de cada localidade e à sua vocação agrícola. Utilização de produtos da região, com preferência aos produtos básicos e prioridades aos produtos semielaborados e aos in natura; calcular os parâmetros nutricionais para atendimento da clientela com base em recomendações nutricionais, avaliação nutricional e necessidades nutricionais específicas, definindo a quantidade e qualidade dos alimentos, obedecendo aos Padrões de Identidade e Qualidade (PIQ).Propor e realizar ações de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar, articulando-se com a direção e com a coordenação pedagógica das escolas para o planejamento de atividades com o conteúdo de alimentação e nutrição. Planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção, compra, armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, zelando pela qualidade e conservação dos produtos, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias. Avaliar mensalmente o controle de estoque das instituições de ensino, e determinar o quantitativo de gêneros alimentícios a serem fornecidas. Controlar o estoque de gêneros alimentícios do armazém de distribuição de alimentação escolar e solicitar aos fornecedores a quantidade necessária para atender a demanda das escolas. Planejar e coordenar a aplicação de testes de aceitabilidade junto aos estudantes, quando da introdução de alimentos atípicos ao hábito alimentar local ou da ocorrência de quaisquer outras alterações inovadoras, no que diz respeito ao preparo, ou para avaliar a aceitação dos cardápios praticados, observando parâmetros técnicos, científicos e sensoriais reconhecidos e realizando análise estatística dos resultados. Estimular a identificação de crianças portadoras de patologias e deficiências associadas à nutrição, para que recebam o atendimento adequado na Alimentação Escolar. Elaborar fichas técnicas das preparações que compõem o cardápio. Orientar e supervisionar as atividades de higienização de ambientes, armazenamento de alimentos, veículos de transporte de alimentos, equipamentos e utensílios da instituição e dos fornecedores de gêneros alimentícios. Participar do recrutamento, seleção e capacitação de pessoal da Alimentação Escolar. Colaborar na formação de profissionais na área de alimentação escolar e nutrição, orientando estágios e participando de programas de treinamento e capacitação. Zelar para que, na capacitação especifica de manipuladores de alimentos da alimentação escolar, sejam observadas as normas sanitárias vigentes. Participar de equipes multidisciplinares destinadas a planejar, implementar, controlar e executar políticas, programas, cursos, pesquisas e eventos da Alimentação Escolar. Contribuir na elaboração e revisão das normas reguladoras próprias da área de alimentação escolar e nutrição. Coordenar o diagnóstico e o monitoramento do estado nutricional dos estudantes. Interagir com os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais e suas organizações, de forma conhecer a produção local inserindo esses produtos na alimentação escolar. Acompanhar desde a aquisição dos gêneros alimentícios até a produção e distribuição da alimentação escolar. Participar do processo de licitação e da chamada pública da agricultura familiar para aquisição de gêneros alimentícios, no que se refere a parte técnica (especificações, quantitativos, entre outros). Elaborar e implantar o Manual de Boas Práticas para serviços de Alimentação Escolar. Assessorar o Conselho Municipal de Alimentação Escolar no que diz respeito à execução técnica da alimentação escolar. O nutricionista designado

a Responsável Técnico (RT) do PNAE deve interagir com o Quadro Técnico (QT) de nutricionistas da Coordenadoria a fim de garantir o desenvolvimento e operacionalização das atividades inerentes ao PNAE. Averiguar juntamente com o Coordenador de Logística e Alimentação Escolar, qualquer denúncia referente a alimentação escolar. Manter atualizado o sistema ou planilha de controle de estoque e distribuição de gêneros alimentícios ;Comunicar os responsáveis legais e, no caso de inércia destes, a autoridade competente, quando da existência de condições impeditivas de boa prática profissional ou que sejam prejudiciais à saúde dos alunos atendidos pela alimentação escolar. Outras atribuições poderão ser desenvolvidas, de acordo com a necessidade, complexidade do serviço e disponibilidade da estrutura operacional da alimentação escolar.

5. DA CLASSIFICAÇÃO E DO APROVEITAMENTO

5.1. A pontuação final, para efeito de classificação dos candidatos aos cargos dispostos neste edital, será igual à pontuação obtida na Análise de Títulos.

5.2. O candidato classificado será mantido em cadastro durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado Emergencial e poderá ser convocado em função da necessidade e disponibilidade de vagas futuras, ficando sob sua responsabilidade o acompanhamento da sua convocação através da imprensa oficial do município e no mural da Secretaria Municipal de Educação, ocorrida durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado emergencial.

6. DAS ETAPAS

6.1. Análise de Títulos, de caráter classificatório e eliminatório para todos os cargos.

7. DA ANÁLISE TÍTULOS – PARA TODOS OS CARGOS

7.1. Na análise da Titulação Acadêmica, será computado apenas o título de maior pontuação.

7.2. Dos Professores e Nutricionistas

7.2.1. Formação e Qualificação

7.2.2. Tempo de atuação na rede Municipal de Educação. Para fins de comprovação, será necessária a apresentação de certidão de tempo de serviço.

ORDEM	INSTRUÇÃO	CONDIÇÃO	PONTO MÍNIMO	PONTO MÁXIMO
01	**Graduação**	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Licenciatura na Área pretendida	**5,0**	**5,0**
02	Especialização	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Especialização com carga horária igual ou superior a 360 horas/aulas	10,0	10,0
03	Mestrado	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Mestrado	15,0	15,0
04	Doutorado	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Doutorado	20,0	20,0
05	Formação Em Serviço	Certificados de cursos na área da educação, devidamente registrados pela instituição formadora, legalmente autorizada, contendo carga horária e conteúdos ministrados. Atribui-se 0,50 (cinquenta décimos) para cada 40h (quarenta) apresentadas e comprovadas, podendo atribuir-se no máximo 5,0 (cinco pontos), nos últimos três anos.	0,5	5,0
06	Atuação na rede Municipal de Ensino	Comprovação de atuação na rede Municipal de educação. Atribui-se 0,25 (vinte cinco) décimos por ano trabalhado na rede Municipal de Educação.	0,25	2,0

7.3. Auxiliar de Desenvolvimento Infantil

7.3.1. Formação e Qualificação

ORDEM	INSTRUÇÃO	CONDIÇÃO	PONTO MÍNIMO	PONTO MÁXIMO
01	**Ensino Médio**	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso ou Histórico Escolar do Ensino Médio	**5,0**	**5,0**
02	Ensino Superior	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Superior	10,0	10,0
03	Ensino Superior	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia	15,0	15,0
04	Especialização	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Especialização com carga horária igual ou superior a 360 horas/aulas	20,0	20,0
05	Formação Em Serviço	Certificados de cursos na área da educação, devidamente registrados pela instituição formadora, legalmente autorizada, contendo carga horária e conteúdos ministrados. Atribui-se 0,50 (cinquenta décimos) para cada 40h (quarenta) apresentadas e comprovadas, podendo atribuir-se no máximo 5,0 (cinco pontos), nos últimos três anos.	0,5	5,0
06	Atuação na rede Municipal de Ensino	Comprovação de atuação na rede Municipal de educação. Atribui-se 0,25 por ano trabalhado na rede Municipal de Educação.	0,25	2,0

7.3.2 Assistente Administrativo

7.3.3. Formação e Qualificação

ORDEM	INSTRUÇÃO	CONDIÇÃO	PONTO MÍNIMO	PONTO MÁXIMO
01	Ensino Médio	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso ou histórico Escolar do Ensino Médio	5,0	5,0
02	Ensino Superior	Diploma ou certificado de conclusão de curso de Ensino Superior	10,0	10,0
03	Especialização	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Especialização com carga horária igual ou superior a 360 horas/aulas	15,0	15,0
04	Mestrado	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Mestrado	20,0	20,0
05	Formação Em Serviço	Certificados de cursos na área da educação ou na área pretendida, devidamente registrada pela instituição formadora, legalmente autorizada, contendo carga horária e conteúdos ministrados. Atribui-se 0,50 (cinquenta décimos) para cada 40h (quarenta) apresentadas e comprovadas, podendo atribuir-se no máximo 5,0 (cinco pontos), nos últimos três anos.	0,5	5,0
06	Atuação na rede Municipal de Ensino	Comprovação de atuação na rede Municipal de educação. Atribui-se 0,25 por ano trabalhado na rede Municipal de Educação.	0,25	2,0

8. DOS CARGOS E VAGAS OFERECIDOS E SUAS ESPECIFICAÇÕES

8.1. Os cargos e vagas estão distribuídos conforme Anexo I do presente edital.

9. DAS VAGAS RESERVADAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

9.1. Aos candidatos com deficiência estão reservadas 10% (dez por cento) das vagas dos cargos previstos neste edital, de acordo com a Lei Complementar Estadual 114/2002 e com a Lei Federal nº 7.853/89, regulamentada pelo Decreto nº 3.298/99.

9.2. Para os efeitos do item 12.1, nos termos do Decreto nº 3.298/99, considera-se pessoa com deficiência todo indivíduo cujas possibilidades de obter e conservar um cargo adequado e de progredir no mesmo fique substancialmente reduzidas devido a uma deficiência ou limitação física, mental ou sensorial reconhecida.

9.3. Qualquer pessoa com deficiência poderá inscrever-se em Processo Seletivo Simplificado para ingresso nos cargos da Secretaria Municipal de Educação de Cáceres, conforme a previsão das vagas estabelecidas neste edital.

9.4. O candidato, no ato da inscrição, **deverá anexar o laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência**, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, nos termos do inciso IV do art. 39 do Decreto Federal nº 3.298/99.

9.5. O candidato com deficiência deverá corresponder ao perfil traçado para o preenchimento do cargo.

9.6. Na hipótese de não preenchimento da quota prevista no item 12.1, as vagas remanescentes serão revertidas para os demais candidatos qualificados no certame, observada a respectiva ordem de classificação.

10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE NA CLASSIFICAÇÃO

10.1. Havendo empate na classificação em qualquer cargo, serão obedecidos os critérios de desempate pela ordem a seguir:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos até o último dia de inscrição, nos termos da Lei Federal n.º 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada.

b) Que tiver maior idade.

11. DO RESULTADO FINAL

11.1. O resultado final do Processo Seletivo Simplificado será homologado por **Edital**, observado o prazo legal para interposição de recursos, e será publicado nos sites www.amm.org.br e www.caceres.mt.gov.br e facultativamente na imprensa local, de forma resumida ou integral, a critério da Secretaria Municipal de Educação.

12. DA CONVOCAÇÃO

12.1. Os candidatos classificados serão convocados para contratação, atendendo às necessidades da Rede Pública Municipal de Ensino/Secretaria Municipal de Educação, seguindo rigorosamente a ordem de classificação até o limite de vagas estabelecido neste edital ou aquelas vagas surgidas durante a validade do Processo Seletivo Simplificado.

12.2. Os candidatos aprovados serão convocados por edital publicado na Imprensa Oficial do Município e, facultativamente, na imprensa local, a comparecerem em data, horário e local pré-estabelecidos para serem contratados e receberem a designação do respectivo local de trabalho.

12.3. Para ser contratado, o candidato deverá apresentar fotocópia da documentação, conforme o que segue abaixo:

a) Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

b) Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

c) Certidão de Casamento ou Nascimento;

d) Título de Eleitor;

e) Documentos que comprovem estar quites com as obrigações eleitorais;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Carteira de Trabalho (páginas onde constam, foto, número e série da Carteira de Trabalho, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho);

h) Cadastro do PIS/PASEP;

i) Comprovante de Escolaridade autenticado, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC**;**

j) CNH (em caso de cargo específico verificar a categoria exigida);

k) Número do CPF do Pai, Mãe, Cônjuge, Filhos e/ou dependentes;

l) Certidão de Nascimento dos filhos menores;

m) Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 (cinco) anos (se for o caso);

n) Comprovante de Residência à epoca da Contratação;

o) Declaração negativa de acúmulo de cargo e emprego público, assinado pelo servidor**;**

p) Atestado Médico Admissional;

q) Certidão Negativa do Estado de Mato Grosso em 1º e 2º Grau dos últimos 05 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais;

r) Declaração de Bens;

s) Certidão Negativa de Débitos junto ao município;

t) Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função**;**

u) Telefone e email.

13. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

ETAPAS	DATAS
Período das inscrições	16/03 a 21/03/2021
Deferimento das inscrições	22/03/2021
Interposição e Recurso pós-deferimento e indeferimento das inscrições	24/03/2021
Resultado da interposição do recurso/validação das inscrições	26/03/2021
Análise de Títulos	26/03 a 05/04/2021
Resultado Preliminar das Análises de Títulos	06/04/2021
Interposição de Recurso após Análise de Títulos	08/04/2021
Resultado da análise de Recurso das Inscrições e da Análise de Títulos	12/04/2021
Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado	12/04/2021
Homologação do Processo Seletivo Simplificado	12/04/2021

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O presente Processo Seletivo Simplificado terá **prazo de validade de 06 (seis) meses**, contado a partir de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez por igual período.

13.2. A inscrição neste Processo Seletivo Simplificado, para todo e qualquer efeito de direito, expressa o conhecimento e a aceitação por parte do candidato de todas as normas constantes deste edital.

13.3. Caso ocorram desistências ou eliminações de candidatos convocados para a nomeação, a Secretaria Municipal de Educação de Cáceres promoverá tantas convocações e nomeações quantas julgar necessárias durante o período de validade do Processo Seletivo Simplificado emergencial, dentre os candidatos classificados, observando sempre o número de vagas existentes.

13.4. Será considerado desistente e, portanto, eliminado do Processo Seletivo Simplificado emergencial o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação para contratação, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

13.5. O candidato que, à época da contratação, não comprovar que preenche os requisitos indispensáveis para o exercício legal do cargo para o qual foi aprovado, será considerado eliminado sumariamente, não podendo ser aproveitado para outro cargo.

13.6. A Secretaria Municipal de Educação de Cáceres poderá convocar, para o preenchimento de vagas que surgirem no decorrer do prazo de validade deste Processo Seletivo Simplificado, os candidatos classificados, observando-se o cargo e a ordem de classificação, rigorosamente.

13.7. A Secretaria Municipal de Educação de Cáceres fará divulgar, sempre que necessário, as normas complementares ao presente edital e avisos oficiais.

13.8. A aprovação do candidato não assegura o direito ao seu ingresso automático e imediato ao cargo para o qual se habilitou, estando a sua convocação condicionada à necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

13.9. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações enquanto não for consumado o evento que lhe diz respeito.

13.10. Todas as publicações pertinente ao presente Processo Seletivo Simplificado emergencial, enquanto em andamento e até a divulgação do resultado, serão feitas no site www.caceres.mt.gov.br e www.amm.org.br, bem como no quadro de avisos da Secretaria Municipal de Educação.

13.11. As publicações relativas à homologação do Processo Seletivo Simplificado e à convocação dos aprovados serão tornadas públicas por meio da Imprensa Oficial do Município, facultativamente na imprensa local e no site www.caceres.mt.gov.br, sendo de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação de Cáceres a publicação e do candidato o acompanhamento de tais publicações.

13.12. Para fins do subitem acima, considera-se órgão de Imprensa Oficial do Município o Jornal da Associação dos Municípios Mato-grossenses (www.amm.org.br).

13.13. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação de Cáceres, em conjunto com a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado emergencial nº 001/2021.

14. DO REGIME JURÍDICO DE TRABALHO

14.1. A contratação dos candidatos aprovados será feita exclusivamente no Regime Contratual, sendo vinculados ao Regime Geral de Previdência Social/RGPS.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Dos Recursos

15.1.1. Dos atos praticados pela Secretaria Municipal de Educação de Cáceres/Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021 caberá recurso na forma da lei, desde que apresentado no prazo referido a seguir, contado da data da sua divulgação, ressalvados os prazos específicos previstos neste edital:

a) Resultado das Inscrições e da análise de títulos: até 05 (cinco) dias úteis;

15.1.2. O recurso deverá ser apresentado em formulário de recurso disponibilizado no Anexo II deste edital, por meio do site http://seletivocaceres.online para análise por parte da Comissão Organizadora.

15.1.3. A decisão do recurso será dada a conhecer coletivamente por meio de edital complementar que será fixado noátrio da Secretaria Municipal de Educação e dado conhecimento no site supracitado, na forma de retificação do resultado, conforme o caso.

Cáceres-MT, 15 de março de 2021.

LAURENIR RAMOS CEBALHO RIBEIRO

Secretária Municipal de Educação

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado

GENI APARECIDA DE OLIVEIRA LEMES

ANEXO I

NOMENCLATURA, CARGA HORÁRIA, VAGAS, VENCIMENTOS, TAXA DE INSCRIÇÃO, REQUISITOS E DEMAIS VANTAGENS.

ESCOLAS URBANAS

Cargos	C/H	Venc. (R$)	Vagas			Requisitos Mínimos
			AC	PCD	Total	
Assistente Administrativo	40	1.100,00	02	*	02	Ensino Médio Completo
Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	40	1.100,00	CR	CR	CR	Ensino Médio Completo
Professor Licenciado em Biologia	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Biologia
Professor Licenciado em Educação Física	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Educação Física
Professor Licenciado em Geografia	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Geografia
Professor Licenciado em História	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em História
Professor Licenciado em Letras	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Letras
Professor Licenciado em Matemática	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Matemática
Professor Licenciado em Pedagogia	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Pedagogia
ESCOLA MUNICIPAL BURITI						
Cargos	**C/H**	**Venc. (R$)**	**Vagas**			**Requisitos Mínimos**
			AC	**PCD**	**Total**	
Assistente Administrativo	40	1.100,00	CR	CR	CR	Ensino Médio Completo
Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	40	1.100,00	CR	CR	CR	Ensino Médio Completo
Professor Licenciado em Biologia	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Biologia
Professor Licenciado em Educação Física	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Educação Física
Professor Licenciado em Geografia	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Geografia
Professor Licenciado em História	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em História
Professor Licenciado em Letras	20	2.164,64	01	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Letras
Professor Licenciado em Matemática	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Matemática
Professor Licenciado em Pedagogia	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Pedagogia
ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I						
Cargos	**C/H**	**Venc. (R$)**	**Vagas**			**Requisitos Mínimos**
			AC	**PCD**	**Total**	
Assistente Administrativo	40	1.100,00	01	CR	01	Ensino Médio Completo
Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	40	1.100,00	CR	CR	CR	Ensino Médio Completo
Professor Licenciado em Biologia	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Biologia
Professor Licenciado em Educação Física	20	2.164,64	01	CR	01	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Educação Física
Professor Licenciado em Geografia	20	2.164,64	01	CR	01	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Geografia
Professor Licenciado em História	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em História
Professor Licenciado em Letras	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Letras
Professor Licenciado em Matemática	20	2.164,64	01	CR	01	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Matemática
Professor Licenciado em Pedagogia	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Pedagogia
ESCOLA MUNICIPAL SANTO ANTONIO DO CARAMUJO						
Cargos	**C/H**	**Venc. (R$)**	**Total**			**Requisitos Mínimos**
			AC	**PCD**	**Total**	
Assistente administrativo	40	1.100,00	CR	CR	CR	Ensino Médio Completo
Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	40	1.100,00	CR	CR	CR	Ensino Médio Completo
NÚCLEO CLARINÓPOLIS						

Cargos	C/H	Venc. (R$)	Vagas			Requisitos Mínimos
			AC	PCD	Total	
Assistente Administrativo	40	1.100,00	01	CR	01	Ensino Médio Completo
Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	40	1.100,00	CR	CR	CR	Ensino Médio Completo
Professor Licenciado em Biologia	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Biologia
Professor Licenciado em Educação Física	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Educação Física
Professor Licenciado em Geografia	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Geografia
Professor Licenciado em História	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em História
Professor Licenciado em Letras	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Letras
Professor Licenciado em Matemática	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Matemática
Professor Licenciado em Pedagogia	20	2.164,64	01	CR	01	Ensino Superior Completo em Pedagogia

NÚCLEO LIMÃO

Cargos	C/H	R$	Vagas			Requisitos Mínimos
			AC	PCD	Total	
Assistente Administrativo	40	1.100,00	CR	CR	CR	Ensino Médio Completo
Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	40	1.100,00	CR	CR	CR	Ensino Médio Completo
Professor Licenciado em Biologia	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Biologia
Professor Licenciado em Educação Física	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Educação Física
Professor Licenciado em Geografia	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Geografia
Professor Licenciado em História	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em História
Professor Licenciado em Letras	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Letras
Professor Licenciado em Matemática	20	2.164,64	01	CR	01	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Matemática
Professor Licenciado em Pedagogia	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Pedagogia

NÚCLEO PAIOL

Cargos	C/H	R$	Vagas			Requisitos Mínimos
			AC	PCD	Total	
Assistente Administrativo	40	1.100,00	01	CR	01	Ensino Médio Completo
Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	40	1.100,00	CR	CR	CR	Ensino Médio Completo
Professor Licenciado em Biologia	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Biologia
Professor Licenciado em Educação Física	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Educação Física
Professor Licenciado em Geografia	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Geografia
Professor Licenciado em História	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em História
Professor Licenciado em Letras	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Letras
Professor Licenciado em Matemática	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Matemática
Professor Licenciado em Pedagogia	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Pedagogia

NÚCLEO SADIA

Cargos	C/H	R$	Vagas			Requisitos Mínimos
			AC	PCD	Total	
Assistente Administrativo	40	1.100,00	CR	CR	CR	Ensino Médio Completo
Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	40	1.100,00	CR	CR	CR	Ensino Médio Completo
Professor Licenciado em Biologia	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Biologia
Professor Licenciado em Educação Física	20	2.164,64	01	CR	01	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Educação Física
Professor Licenciado em Geografia	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Geografia
Professor Licenciado em História	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em História
Professor Licenciado em Letras	20	2.164,64	01	CR	01	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Letras
Professor Licenciado em Matemática	20	2.164,64	01	CR	01	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Matemática
Professor Licenciado em Pedagogia	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Pedagogia

NÚCLEO SAPIQUÁ

Cargos	C/H	R$	Vagas			Requisitos Mínimos
			AC	PCD	Total	

Assistente Administrativo	40	1.100,00	01	CR	01	Ensino Médio Completo
Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	40	1.100,00	CR	CR	CR	Ensino Médio Completo
Professor Licenciado em Biologia	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Biologia
Professor Licenciado em Educação Física	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Educação Física
Professor Licenciado em Geografia	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Geografia
Professor Licenciado em História	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em História
Professor Licenciado em Letras	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Letras
Professor Licenciado em Matemática	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Matemática
Professor Licenciado em Pedagogia	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Pedagogia
NÚCLEO UNIÃO						
Cargos	**C/H**	**R$**	**Vagas**			**Requisitos Mínimos**
			AC	**PCD**	**TOTAL**	
Assistente Administrativo	40	1.100,00	01	CR	01	Ensino Médio Completo
Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	40	1.100,00	CR	CR	CR	Ensino Médio Completo
Professor Licenciado em Biologia	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Biologia
Professor Licenciado em Educação Física	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Educação Física
Professor Licenciado em Geografia	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Geografia
Professor Licenciado em História	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Licenciatura em História
Professor Licenciado em Letras	20	2.164,64	01	CR	01	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Letras
Professor Licenciado em Matemática	20	2.164,64	01	CR	01	Ensino Superior Completo em Licenciatura em Matemática
Professor Licenciado em Pedagogia	20	2.164,64	CR	CR	CR	Ensino Superior Completo em Pedagogia
SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
NUTRICIONISTA EDUCACIONAL	40	4.837,76	CR	CR	CR	Diploma de Nutricionista Nível Superior devidamente reconhecido pelo Ministério de Educação – MEC, e Registro em seu Respectivo Conselho de Classe.

AR- Ampla concorrência

CR – Cadastro Reserva

PCD- Pessoa Com Deficiência

ANEXO II

FORMULÁRIO PARA RECURSO

NOME DO (A) CANDIDATO (A): _____

RG Nº _____ CPF Nº _____

CARGO: _____ Nº DA INSCRIÇÃO: _____

TIPO DE RECURSO: _____

ARGUMENTAÇÃO DO CANDIDATO: _____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____, _____ de _____ de 2021.

_____

Assinatura do (a) requerente

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
COVID-19: LEI Nº 2.925, DE 11 DE MARÇO DE 2021

"Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo Artigo 74, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento vigente, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 322.000,00 (trezentos e vinte dois mil reais).

Art. 2º O Crédito preconizado no art. 1º desta Lei destinar-se-á especificamente a possibilitar cobrir despesas da Secretaria Municipal de Saúde, pela inclusão de Programa, categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elementos de despesas, fonte de recursos e terão as seguintes características financeiras e funcional-programáticas:

Órgão:	06 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade:	02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função:	10 – Saúde	
Subfunção:	301 – Atenção Básica	
Programa:	1013 – COVID - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública decorrente do Coronavírus.	
Proj/Atividade:	**2.243 – AÇÕES DE ENFRENTAMENTO A PANDEMIA DO CORONAVIRUS-COVID-19 NO ÂMBITO DO SUS.**	
Natureza da Despesa	**Fonte de Recursos**	**Valor R$**
3.3.90.39 Outros Serviços Pessoa Jurídica	(326) Demais Recursos Vinculados Destinados à Saúde – Transferência de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavírus, instituído pela LC n. 173, de 27/5/2020, art. 5., I.	322.000,00

Art. 3° Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º serão cobertos com o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Art. 4º O Crédito Adicional Especial passa a integrar a Lei nº 2.916, de 23 de dezembro de 2020-LOA/2021, Lei nº 2.915, de 23 de dezembro de 2020-LDO/2021 e Lei nº 2.618, de 19 de dezembro de 2017-PPA/2018-2021 e suas alterações.

Art. 5° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cáceres/MT, 11 de março de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
LEI COMPLEMENTAR Nº 158, DE 11 DE MARÇO DE 2021

LEI COMPLEMENTAR Nº 158, DE 11 DE MARÇO DE 2021

"Altera o art. 28, da Lei Complementar nº 47, de 29 de setembro de 2003, que dispõe sobre o plano de carreira dos profissionais da educação municipal de Cáceres, seus respectivos cargos, salários e dá outras providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo Artigo 74, Inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 28, da Lei Complementar nº 47, de 29 de setembro de 2003, passa a vigorar acrescido dos § § 6º, 7º e 8º, com a seguinte redação:

"Art.28.....
.....
.....

(...)

§ 6º A jornada de trabalho dos servidores ocupantes do cargo de que trata o caput deste artigo poderá ser ampliada pela Administração Pública, mediante decreto, para atender, única e exclusivamente, às situações excepcionais, temporárias e de interesse público, observado o limite máximo de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

§ 7º Será assegurada a proporcionalidade da remuneração aos professores que tiverem a jornada de trabalho ampliada na forma do § 6º.

§ 8º A ampliação da jornada de trabalho de que trata o § 6º será opcional, cabendo a opção ao profissional da educação, na forma a ser estabelecida pelo decreto regulamentar.

Art. 2° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 11 de março de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05/2021

Contratante: MUNICÍPIO DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Contratada: COGESAN – COMPANHIA GERENCIADORA DE SANEAMENTO EIRELI, CNPJ nº. 22.580.606/0001-86.

Objeto: Contratação de empresa de prestação de serviços técnicos especializado oferecendo inovação tecnológica, manutenção de rede hidráulica, operação de poços artesianos rurais e distritais, coleta e análises de material e atendimento ao consumidor.

Dotação: 09.020.17.512.0001.2017.3390.39.00.00.00 – RED. 234

Valor: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Vigência: 02 (dois) meses.

Responsável: José Bueno Vilela – Por parte da CONTRATANTE e Leandro Corniani Juliato – por parte da CONTRATADA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 088/2020 Contratante: Município de Campinápolis/MT. Contratada: SANEXIX Saneamento Ltda, CNPJ n.º 35.497.119/0001-04. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objetivo alterar o prazo de execução da Obra do Instrumento Contratual retro citado para mais 60 dias, com início em 07/03/2021 e término em 06/05/2021. Ratificam-se as demais cláusulas. Assinam: **José Bueno Vilela** – por parte da Contratante; e **Cleiton Rodrigues Alves Arruda** – por parte da Contratada.

RECURSOS HUMANOS
COVID-19: PORTARIA DE Nº. 152 DE 12 DE MARÇO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS PARA ATUAR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE NO COMBATE DO COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSE BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor do Decreto 3579 de 11 de março de 2021.

CONSIDERANDO o teor do Oficio nº 120/GPM/2021 de 12 de março de 2021.

RESOLVE:

I – Remanejar os Servidores de forma temporária e extraordinária citado abaixo na tabela e lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria Municipal de Esportes e Lazer **para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde - Covid-19**. Os quais estarão atuando na desinfectação/desinfecção e Fiscalização no município neste momento de Pandemia – COVID-19 ou ate findar o Decreto em questão.

ORD	NOME	CARGO
01	NIVALDO BENTO DA COSTA	AAE/TRANSPORTE ESCOLAR
02	GULIOKENPS FELIX VILELA	PROFESSOR ED. FISICA
03	KAIO SANTANA SILVA	AAE/AUXILIAR DE PADREIRO
04	TIAGO DA SILVA PEIXOTO	ASSESSOR DE ESPORTES
05	JOSÉ EDUARDO DE SOUZA	ASSESSOR DE ESPORTES

II - Esta portaria entra em vigor na data de 12 de março de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 12 de março de 2021.

JOSE BUENO VILELA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2021

PREGÃO ELETRÔNICO 012/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: SIMONE AMADEU DA SILVA.

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais para sinalização de trânsito.

VALOR TOTAL: R$ 10.000,00.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
RESOLUÇÃO N° 01/2021 – FMHIS

Campo Novo do Parecis, 12 de Março de 2021.

Dispõe sobre o Conselho Gestor do FMHIS.

Através de seu presidente Tárcio Moreira de Oliveira, com atribuições conferida pela Lei 2012 de 26 de Junho de 2019, do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação e de Interesse Social - FMHIS e seus conselheiros, a Resolução de n° 01/2021 que dispõe sobre a utilização do recurso do Fundo Municipal de Habitação no Residencial Parecis em reunião ordinária sob a Ata de n° 01/2021 no dia doze de março de dois mil e vinte um. Favor informar em Diário Oficial.

RESOLVE:

Aprovar a utilização do recurso para a compra de lixeiras a serem instaladas no interior do residencial a fim de garantir a higiene e preservação do local quanto à sujeiras e odores indesejáveis.

Por ser expressão de verdade firmamos o presente para que produza os devidos efeitos.

Atenciosamente,

Tárcio Moreira de Oliveira - Presidente do Conselho Gestor do FMHIS

Portaria 951/2020.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 043, DE 07 DE MARÇO DE 2021

DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS – MT.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o falecimento do servidor MARCOS APARECIDO DA SILVA, ocorrido no dia 07 de março de 2021.

DECRETA:

Art. 1º. Em decorrência do falecimento do Servidor MARCOS APARECIDO DA SILVA, ocorrido na data de 07 de março de 2021, fica decretado Luto Oficial no Município de Campo

Novo do Parecis, nos dias 07, 08 e 09 de março de 2021.

Art. 2º. Fica suspenso o expediente na Escola Municipal Jardim dos Palmeiras no dia 08/03/2021.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 07 dias do mês de março de 2021.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município, e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 048 DE 11 DE MARÇO DE 2021

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária Nº. 2.164/2020 e Lei Nº 2.140/2020 - LDO.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no montante de R$ 47. 811,30 (quarenta e sete mil e oitocentos e onze reais e trinta centavos), destinado ao reforço da seguinte Dotação Orçamentária:

09	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
003	FUNDEB		
12.361.0007. 20078	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDEB 40%		
3390000000	Aplicações diretas		
0319000000	Transferências do Fundeb 40% - Exercício Anterior	R$	47. 811,30

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso os Provenientes do Superávit Financeiro, de acordo com o Artigo 43, do § 1º, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º**.** As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 1.901, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, a Lei Municipal nº 2.140, de 08 de outubro de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2021– LDO, e a Lei Municipal nº 2.164 de 17 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2021– LOA.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 11 de Março de 2021.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município, e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 045 DE 11 DE MARÇO DE 2021

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária Nº. 2.164/2020 e Lei Nº 2.140/2020 - LDO.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no montante de R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**		
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.301.0009.10046	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO NA ATENÇÃO BÁSICA		
4490000000	Aplicações diretas		
0100000000	Recursos ordinários - exercício	R$	39.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial por transferência na forma do Artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64 da seguinte dotação orçamentária:

10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**		
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.301.0009.20088	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS UNIDADES DE SAÚDE		
3390000000	Aplicações diretas		
0100000000	Recursos ordinários - exercício	R$	39.000,00

Art. 3º**.** As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 1.901, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, a Lei Municipal nº 2.140, de 08 de outubro de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2021– LDO, e a Lei Municipal nº 2.164 de 17 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2021– LOA.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, 11 de Março de 2021.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município, e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN Secretário Municipal de Administração

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO AO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis**vem por meio desta** tornar público para conhecimento dos interessados que o recurso interposto pelas empresas **JF SERVIÇOS DE MALOTES E PAISAGISMO LTDA ME (PARECIS SERVIÇOS DE PAISAGISMO LTDA-EPP)** e **R. O. DA SILVA & CIA LTDA,** contra a decisão do Pregoeiro de classificara empresa **PRESTADORA DE SERVIÇOS ADF LTDA** para o Pregão Eletrônico nº 007/2021, que tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para fornecimento de diárias na categoria** pedreiro e auxiliar de pedreiro, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal, foi **NEGADO PROVIMENTO**.

Campo Novo do Parecis, 11 de março de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
NOTIFICAÇÃO Nº 65/2021.

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR VICTOR ALEX DA SILVA CANDEIAS KLIPPEL**, **CPF 043.288.911-62** a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado na a Rua Milão nº 390 NW QD 058 Lote 03 Jardim Itália, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências.

Art. 37. Parágrafo Único - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.

Art. 3º. Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância destA lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 14 de Janeiro de 2021.

PABLO OLIVEIRA SUNIGA SIMONE SANTOS DE OLIVEIRA COBRA

Agente de Fiscalização Sanitária Agente Fiscalização Sanitária

Recebi em __/__/__ ás __:__ Assinatura_____

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
NOTIFICAÇÃO 343/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR CHRISTIANY ANDRADE FERREIRA, CPF: 933.080.861-15, a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade**, situado na quadra 51, lote 04A, Jardim Alvorada, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências.

Art. 37. Parágrafo Único - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.

Art. 3º. Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância destA lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 11 de março de 2021

Edna Mara Saibert Mallmann

Agente de Fiscalização Sanitária

Recebi em __/__/__ ás __:__ Assinatura_____

AVISO DE RESULTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS**,** através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 012/2021**, destinado a**REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição de materiais para sinalização de trânsito, teve como vencedoras as empresas: **SIMONE AMADEU DA SILVA,** com valor total de **R$ 10.000,00 (dez mil reais) e DISTRIBUIDORA FXO EIRELI-ME,** com valor total de **R$ 95.798,00 (noventa e cinco mil setecentos e noventa e oito reais).**

Campo Novo do Parecis-MT, 12 de março de 2021.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 47, DE 11 DE MARÇO DE 2021.

Dispõe sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse e Procedimento Não Solicitado, para a apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela Administração Pública Municipal.

Rafael Machado, Prefeito de Campo Novo do Parecis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica,

CONSIDERANDO o Decreto 8.428 de 2 de abril de 2015, que institui o Procedimento de Manifestação de Interesse;

CONSIDERANDO a lei de 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, dispondo acerca da concessão e permissão de serviços públicos,

CONSIDERANDO a lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, resolve DECRETAR:

Capítulo I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este decreto estabelece o Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI e Procedimento Não Solicitado – PNS, para a apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, com a finalidade de subsidiar a Administração Pública Municipal na estruturação de empreendimentos objeto de concessão ou permissão de serviços públicos, a serem utilizadas em modelagens de parcerias público-privadas já definidas como prioritárias no âmbito da administração pública, ou, ainda, de arrendamento ou concessão de direito real de uso de bens públicos

§ 1º A abertura do procedimento previsto no "caput" deste artigo é facultativa para a Administração Municipal.

§ 2º O procedimento previsto no "caput" deste artigo poderá ser aplicado à atualização, complementação ou revisão de projetos, levantamentos, investigações e estudos já elaborados.

§ 3º Na fase de estruturação dos empreendimentos a que se refere o "caput" deste artigo, a critério da Administração Municipal, poderá ser:

I - convocado Procedimento Preliminar de Manifestação de Interesse - PPMI, quando se mostrar útil à obtenção de subsídios preliminares específicos;

II - convocado PMI, na forma deste decreto, para obtenção de subsídios aprofundados, em matérias específicas ou para viabilizar a estruturação integrada;

III - celebrado contrato de prestação de serviços para a realização de estudos, inclusive para revisão, aperfeiçoamento ou complementação de subsídios obtidos em PPMI, em PMI ou em trabalhos anteriores.

§ 4º O PPMI será convocado, mediante edital de chamamento público, para interessados apresentarem, independentemente de autorização, seus projetos, levantamentos, investigações ou estudos, não se sujeitando às disposições deste decreto, ficando vedado o ressarcimento na forma do artigo 21 da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

§ 5º Não se submetem ao procedimento previsto neste decreto:

I - procedimentos previstos em legislação específica;

II - projetos, levantamentos, investigações e estudos elaborados por organismos internacionais dos quais o País faça parte, bem como por autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista.

§ 6º O PMI será composto das seguintes fases:

I - abertura, por meio de publicação de edital de chamamento público;

II - autorização para a apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos;

III - avaliação, seleção e aprovação.

§ 7º O PNS será a manifestação de interesse, independente de chamamento por parte da Administração Pública Municipal, deflagrada pelo interessado privado que objetiva oferecer estudos de viabilidade, levantamentos, investigações, dados, informações técnicas, projetos e pareceres com vistas à inclusão no Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas.

I- A provocação a título de PNS será dirigida pela pessoa física ou jurídica interessada ao órgão/entidade interessado mediante requerimento específico para cada projeto de parceira público-privada sugerido.

II- Recebida a PNS, o órgão/entidade interessado avaliará o interesse público no projeto apresentado e, posteriormente, encaminhará a sua manifestação para a Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º Compete à Comissão de Avaliação a abertura, autorização e aprovação de PPMI, PMI e PNS.

Parágrafo único. Para o exercício da competência prevista no "caput" deste artigo, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, deverá ser informada e notificada acerca de todos os andamentos dos projetos de objeto de concessão ou permissão de serviços públicos, a serem utilizadas em modelagens de parcerias público-privadas já definidas como prioritárias no âmbito da administração pública, ou, ainda, de arrendamento ou concessão de direito real de uso de bens públicos

Capítulo II

DA COMPETÊNCIA PARA CONDUZIR OS PROCEDIMENTOS DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

TERMO DE REFERÊNCIA

Art. 3º Compete à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente a condução dos Procedimentos de Manifestação de Interesse e Procedimento Não Solicitado, no âmbito da Administração Pública Municipal, sejam eles iniciados por manifestação de proponentes ou por publicação de chamamento público.

§ 1º A proposta de abertura dos procedimentos por pessoa física ou jurídica interessada será dirigida à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente devendo conter a descrição do projeto, com o detalhamento das necessidades públicas a serem atendidas e do escopo dos projetos, levantamentos, investigações e estudos necessários.

§ 2º Os demais órgãos ou entidades da Administração Municipal deverão encaminhar eventuais pedidos de autorização por eles recebidos à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.

§ 3º Ao receber pedido de autorização para a realização de estudos preliminares, a secretaria responsável, notificará outros órgãos ou entidades da Administração Municipal cuja competência esteja relacionada ao empreendimento.

§ 4º A conveniência da realização dos estudos preliminares será avaliada pela comissão especial de avaliação preliminar, com o envolvimento de outros órgãos ou entidades da Administração Municipal competentes.

§ 5º O pedido de autorização para a realização de estudos preliminares poderá ser indeferido de plano caso não haja conveniência de sua realização.

§ 6º A decisão de indeferimento do pedido de autorização poderá ser posteriormente reconsiderada, a critério da comissão de avaliação, ouvidos outros órgãos ou entidades competentes, especialmente no caso de ulterior verificação de oportunidade e conveniência na realização dos estudos requeridos.

§ 7º Havendo conveniência na realização dos estudos preliminares objeto do pedido de autorização protocolado, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, instaurará comissão especial de avaliação preliminar, em conjunto com outros órgãos ou entidades competentes, quando for o caso, comas seguintes atribuições:

I - analisar a regularidade dos documentos apresentados pelos proponentes, podendo solicitar documentos e esclarecimentos complementares a qualquer momento;

II - analisar a previsão de dispêndios com os estudos preliminares indicada pelo agente empreendedor, podendo solicitar a justificativa de tais valores ou a apresentação de novo orçamento, quando a estimativa apresentar valores superiores aos de mercado para serviços similares;

III - fazer publicar comunicado no Diário Oficial da Cidade, contendo informações sobre o pedido de autorização recebido;

IV - recomendar a abertura de PMI ou PNS.

§ 8º O escopo do chamamento público para a realização de estudos preliminares poderá ser ampliado ou reduzido relativamente ao requerido no pedido de autorização que tenha sido apresentado por iniciativa de particular.

Capítulo III

DO CHAMAMENTO PÚBLICO

Art. 4º O PMI será aberto mediante chamamento público, de ofício ou por provocação de particular, em caso de PNS, nos termos do artigo 3º deste decreto.

Art. 5º O edital de chamamento público deverá, no mínimo:

I - delimitar o escopo, mediante termo de referência, dos projetos, levantamentos, investigações ou estudos;

II - indicar:

a) as diretrizes e premissas do projeto que orientem sua elaboração com vistas ao atendimento do interesse público;

b) o prazo máximo e a forma para apresentação do requerimento de autorização para participar do procedimento;

c) o prazo máximo para apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos, contado da data da publicação da autorização, compatível com a abrangência dos estudos e o nível de complexidade das atividades a serem desenvolvidas;

d) o valor nominal máximo para eventual ressarcimento e os critérios para correção monetária;

e) os critérios para qualificação, análise e aprovação do requerimento de autorização para apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos;

f) os critérios para avaliação e seleção de projetos, levantamentos, investigações ou estudos apresentados por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado autorizadas;

g) a contraprestação pública admitida, no caso de parceria público-privada, sempre que possível estimar, ainda que sob a forma de percentual;

III - divulgar as informações públicas disponíveis para a realização de projetos, levantamentos, investigações ou estudos;

IV - ser objeto de ampla publicidade, por meio de publicação no Diário Oficial da Cidade e de divulgação no sítio da administração pública municipal.

§ 1º Para fins de definição do objeto e do escopo do projeto, levantamento, investigação ou estudo, a comissão especial de avaliação, avaliará, em cada caso, a conveniência e a oportunidade de reunir parcelas fracionáveis em um mesmo PMI ou PNS, para assegurar, entre outros aspectos, economia de escala, coerência de estudos relacionados a determinado setor, padronização ou celeridade do processo.

§ 2º A delimitação de escopo a que se refere o inciso I do "caput" deste artigo poderá se restringir à indicação do problema a ser resolvido por meio do empreendimento a que se refere o artigo 1º deste decreto, deixando a pessoas físicas e jurídicas de direito privado a possibilidade de sugerir diferentes meios para sua solução.

§ 3º O prazo para protocolar o requerimento de autorização para apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos não será inferior a 20 (vinte) dias, contado da data da publicação do edital.

§ 4º Poderão ser estabelecidos, no edital de chamamento público, prazos intermediários para apresentação de informações e relatórios de andamento no desenvolvimento de projetos, levantamentos, investigações ou estudos.

§ 5º O valor nominal máximo para eventual ressarcimento dos projetos, levantamentos, investigações ou estudos:

I - será fundamentada em prévia justificativa técnica, que poderá basear-se na complexidade dos estudos, na elaboração de estudos similares ou no valor econômico representativo dos riscos envolvidos no PMI;

II - não ultrapassará, em seu conjunto, 5% (cinco por cento) do valor total estimado previamente pela Administração Municipal para os investimentos necessários à implementação do empreendimento ou para os gastos necessários à sua operação e manutenção durante o período de vigência do contrato, o que for maior.

§ 6º O edital de chamamento público poderá condicionar o ressarcimento dos projetos, levantamentos, investigações e estudos à necessidade de sua atualização e de sua adequação, até a abertura da licitação do empreendimento, em decorrência, entre outros aspectos, de:

I - alteração de premissas regulatórias e de atos normativos aplicáveis;

II - recomendações e determinações dos órgãos de controle;

III - contribuições provenientes de consulta e audiência pública.

Art. 6º O requerimento de autorização para apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado conterá as seguintes informações:

I - qualificação completa, que permita a identificação da pessoa física ou jurídica de direito privado e a sua localização para eventual envio de notificações, informações, erratas e respostas a pedidos de esclarecimentos, com:

a) nome completo;

b) inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

c) cargo, profissão ou ramo de atividade;

d) endereço;

e) endereço eletrônico;

II - demonstração de experiência na realização de projetos, levantamentos, investigações e estudos similares aos solicitados;

III - detalhamento das atividades que pretende realizar, considerado o escopo dos projetos, levantamentos, investigações e estudos definidos na solicitação, inclusive com a apresentação de cronograma que indique as datas de conclusão de cada etapa e a data final para a entrega dos trabalhos;

IV - indicação do valor do ressarcimento pretendido, acompanhado de informações e parâmetros utilizados para sua definição;

V - declaração de transferência à Administração Municipal dos direitos associados aos projetos, levantamentos, investigações e estudos selecionados.

§ 1º Qualquer alteração na qualificação do interessado deverá ser imediatamente comunicada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.

§ 2º A demonstração de experiência a que se refere o inciso II do "caput" deste artigo poderá consistir na juntada de documentos que comprovem as qualificações técnicas de profissionais vinculados ao interessado, observado o disposto no § 4º deste artigo.

§ 3º Fica facultado aos interessados a que se refere o "caput" deste artigo se associar para a apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos em conjunto, hipótese em que deverá ser feita a indicação das empresas responsáveis pela interlocução com a Administração Municipal e indicada a proporção da repartição do eventual valor devido a título de ressarcimento.

§ 4º A pessoa física ou jurídica autorizada, na elaboração de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, poderá contratar terceiros, sem prejuízo das responsabilidades previstas no edital de chamamento público do PMI.

Capítulo IV

DA AUTORIZAÇÃO

Art. 7º A autorização para apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos:

I - não gerará direito de preferência no processo licitatório do empreendimento;

II - não obrigará a Administração Municipal a realizar licitação;

III - não implicará, por si só, direito a ressarcimento de valores envolvidos em sua elaboração;

IV - será pessoal e intransferível.

§ 1º A autorização para a realização de projetos, levantamentos, investigações e estudos não implica, em nenhuma hipótese, responsabilidade da Administração Municipal perante terceiros por atos praticados por pessoa autorizada.

§ 2º Na elaboração do termo de autorização, a autoridade competente reproduzirá as condições estabelecidas na solicitação e poderá especificá-las, inclusive quanto às atividades a serem desenvolvidas, ao limite nominal para eventual ressarcimento e aos prazos intermediários para apresentação de informações e relatórios de andamento no desenvolvimento de projetos, levantamentos, investigações ou estudos.

Art. 8º A Administração Municipal, quando previsto no edital do chamamento, poderá optar pela expedição de autorização única para a estruturação integrada do empreendimento, desde que o requerimento inclua a renúncia da possibilidade de atuação na licitação, por parte:

I - do próprio requerente;

II - dos controladores, controladas e entidades sob controle comum do requerente;

III - dos responsáveis econômicos, assim consideradas as pessoas físicas ou jurídicas que tenham contratado ou contratem o requerente para as atividades objeto da autorização, bem como os controladores, controladas e entidades sob controle comum destas;

IV - das pessoas físicas e jurídicas que atuarão como contratadas do requerente na execução das atividades objeto da autorização.

§ 1º Considera-se atuação na licitação a participação:

I - como licitante na licitação do empreendimento;

II - como contratado de terceiros na elaboração de propostas para a licitação do empreendimento.

§ 2º A autorização para a estruturação integrada poderá incluir o fornecimento de subsídios à Administração Municipal até a celebração da contratação de que trata o artigo 1º deste decreto.

§ 3º A autorização para a estruturação integrada não impede a Administração Pública Municipal de:

I - expedir autorização específica para estudo que não integra o objeto de autorização para a estruturação integrada;

II - expedir novas autorizações para o mesmo objeto em caso de prévia cassação, revogação ou anulação da autorização para a estruturação integrada.

§ 4º Para os fins deste artigo, considera-se estruturação integrada o conjunto articulado e completo de estudos, projetos, levantamentos, investigações, assessorias, consultorias e pareceres técnicos, econômico-financeiros e jurídicos cujo objetivo seja a licitação e contratação do empreendimento, de modo a atender o interesse público e estimular investimentos, com ampla competição.

Art. 9º A autorização poderá ser:

I - cassada, em caso de descumprimento de seus termos, inclusive na hipótese de descumprimento do prazo para reapresentação determinado pela administração pública.

II - revogada, em caso de:

a) perda de interesse da Administração Municipal nos empreendimentos de que trata o artigo 1º deste decreto;

b) desistência por parte da pessoa física ou jurídica de direito privado autorizada, a ser apresentada, a qualquer tempo, por meio de comunicação escrita.

III - anulada, em caso de vício no procedimento regulado por este decreto ou por outros motivos previstos na legislação;

IV - tornada sem efeito, em caso de superveniência de dispositivo legal que, por qualquer motivo, impeça o recebimento dos projetos, levantamentos, investigações ou estudos.

§ 1º A pessoa autorizada será comunicada da ocorrência das hipóteses previstas no "caput" deste artigo.

§ 2º Na hipótese de descumprimento dos termos da autorização, caso não haja regularização no prazo de5 (cinco) dias, contado da data da comunicação, a pessoa autorizada terá sua autorização cassada.

§ 3º Os casos previstos no "caput" deste artigo não geram direito ao ressarcimento dos valores envolvidos na elaboração de projetos, levantamentos, investigações e estudos.

Art. 10 A Administração Municipal poderá realizar reuniões com a pessoa autorizada e quaisquer interessados na realização de chamamento público sempre que entender que possam contribuir para a melhor compreensão do objeto e para a obtenção de projetos, levantamentos, investigações e estudos mais adequados aos empreendimentos de que trata o artigo 1º deste decreto.

Capítulo V

DA AVALIAÇÃO, SELEÇÃO E APROVAÇÃO DE PROJETOS, LEVANTAMENTOS, INVESTIGAÇÕES E ESTUDOS

Art. 11 A avaliação e a seleção de projetos, levantamentos, investigações e estudos apresentados serão efetuadas por comissão designada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.

§ 1º A secretaria responsável poderá, a seu critério, abrir prazo para reapresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos, caso necessitem de detalhamentos ou correções, que deverão estar expressamente indicados no ato de reabertura de prazo.

§ 2º A não reapresentação no prazo indicado pela secretaria implicará a cassação da autorização.

Art. 12 Os critérios para avaliação e seleção dos projetos, levantamentos, investigações e estudos serão especificados no edital de chamamento público e considerarão:

I - a observância de diretrizes e premissas definidas pela administração pública;

II - a consistência e coerência das informações que subsidiaram sua realização;

III - a adoção das melhores técnicas de elaboração, segundo normas e procedimentos científicos pertinentes, e a utilização de equipamentos e processos recomendados pela melhor tecnologia aplicada ao setor;

IV - a compatibilidade com a legislação aplicável ao setor e com as diretrizes e normas técnicas emitidas pela administração pública e demais órgãos e entidades competentes;

V - a demonstração comparativa de custo e benefício da proposta do empreendimento em relação a opções funcionalmente equivalentes, se aplicável;

VI - o impacto socioeconômico da proposta para o empreendimento, se aplicável.

Art. 13 Nenhum dos projetos, levantamentos, investigações e estudos selecionados vinculam a Administração Municipal, cabendo a seus órgãos técnicos e jurídicos avaliar, opinar e aprovar a legalidade, a consistência e a suficiência dos projetos, levantamentos, investigações e estudos eventualmente apresentados.

Art. 14 Os projetos, levantamentos, investigações e estudos poderão ser rejeitados:

I - parcialmente, caso em que os valores de ressarcimento serão apurados apenas em relação às informações efetivamente utilizadas em eventual licitação;

II - totalmente, caso em que, ainda que haja licitação para contratação do empreendimento, não haverá ressarcimento pelas despesas efetuadas.

Parágrafo único. Na hipótese de a comissão entender que nenhum dos projetos, levantamentos, investigações ou estudos apresentados atende satisfatoriamente à autorização, não selecionará qualquer deles para utilização em futura licitação, caso em que todos os documentos apresentados poderão ser destruídos se não forem retirados no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da publicação da decisão.

Art. 15 A administração pública publicará o resultado do procedimento de seleção no Diário Oficial do município.

Parágrafo único. Os projetos, levantamentos, investigações e estudos somente serão divulgados após a decisão administrativa.

Art. 16 Concluída a seleção dos projetos, levantamentos, investigações ou estudos, aqueles que tiverem sido selecionados terão os valores apresentados para eventual ressarcimento, apurados pela comissão.

§ 1º Caso a comissão conclua pela não conformidade dos projetos, levantamentos, investigações ou estudos apresentados com aqueles originalmente propostos e autorizados, deverá arbitrar o montante nominal para eventual ressarcimento com a devida fundamentação.

§ 2º O valor arbitrado pela comissão poderá ser rejeitado pelo interessado, hipótese em que não serão utilizadas as informações contidas nos documentos selecionados, os quais poderão ser destruídos se não retirados no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da rejeição.

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º deste artigo, fica facultado à comissão selecionar outros projetos, levantamentos, investigações e estudos entre aqueles apresentados.

§ 4º O valor arbitrado pela comissão deverá ser aceito por escrito, com expressa renúncia a outros valores pecuniários.

§ 5º Concluída a seleção de que trata o "caput" deste artigo, a comissão poderá solicitar correções e alterações dos projetos, levantamentos, investigações e estudos sempre que forem necessárias para atender a demandas de órgãos de controle ou para aprimorar os empreendimentos de que trata o artigo1º deste decreto.

Art. 17 Os valores relativos a projetos, levantamentos, investigações e estudos selecionados, nos termos deste decreto, serão ressarcidos à pessoa física ou jurídica de direito privado autorizada exclusivamente pelo vencedor da licitação, desde que os projetos, levantamentos, investigações e estudos selecionados tenham sido efetivamente utilizados no certame.

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese, será devida qualquer quantia pela Administração Municipal em razão da realização de projetos, levantamentos, investigações e estudos.

Capítulo VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18 O edital do procedimento licitatório para contratação do empreendimento de que trata o artigo1º deste decreto conterá obrigatoriamente cláusula que condicione a assinatura do contrato pelo vencedor da licitação ao ressarcimento dos valores relativos à elaboração de projetos, levantamentos, investigações e estudos utilizados na licitação.

Art. 19 Quando não se tratar de autorização única, os agentes autorizados a realizar estudos poderão participar direta ou indiretamente da licitação do empreendimento, salvo se houver disposição em contrário no edital de abertura do chamamento público do PMI ou PNS.

Art. 20 A entrega dos estudos preliminares implicará a cessão dos direitos decorrentes da autoria e propriedade intelectual das informações, levantamentos, estudos, projetos e quaisquer outros documentos apresentados, que poderão ser utilizados incondicionalmente pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal para a estruturação de projetos de parceria público-privada, concessão comum de obras e de serviços públicos, permissão de serviços públicos e outras formas de contratação relacionadas.

Art. 21 Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 51/2021, DE 12 DE MARÇO DE 2021

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2.164, de 17/12/2020.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR no Orçamento Geral do Município, no montante de R$ 880.000,00 (oitocentos e oitenta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

07	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		
004	DEPARTAMENTO DO SISTEMA VIÁRIO		
15.451.0005.20045	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA		
3390000000	Aplicações diretas		
0317000000	**Contribuição para os serviços de iluminação pública - cosip-exerc. anterior (trezentos e cinquenta mil reais)**	**R$**	**350.000,00**
15.451.0005.20152	MANUTENÇÃO DA USINA DE ASFALTO		
4490000000	Aplicações diretas		
0300000000	**recursos ordinários -exerc. anterior (duzentos e sessenta mil reais)**	**R$**	**260.000,00**
006	FETHAB		
006.26.782.0005.10024	AMPLIAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS (FETHAB)		
3390000000	Aplicações diretas		
0330000000	**Recursos do fundo de transporte e habitação – fethab-exerc. anterior (duzentos e setenta mil reais)**	**R$**	**270.000,00**
	Total Suplementado:	**R$**	**880.000,00**

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso os Provenientes do Superávit Financeiro, de acordo com o Artigo 43, do § 1º, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º**.** As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 1.901, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, a Lei Municipal nº 2.140, de 08 de outubro de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2021– LDO, e a Lei Municipal nº 2.164 de 17 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2021– LOA.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, de 12 de Março de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município, e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Cumprimentando-a, venho por meio deste, solicitar a publicação das licenças ambientais, conforme informado abaixo:

A Coordenadoria de Meio Ambiente – CMA/MT, em conformidade com art. 11, da Resolução 085/2014 – Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA torna pública a seguinte licença emitida.

Protocolo	Nº Licença	Razão Social	Atividade Licenciada	Município
00190/2021	LP nº00316/2021 LI nº00317/2021 LO nº00318/2021	JONATA FELIX CHAVES / CONTAINER LAVA CAR	LAVAGEM DE VEÍCULOS	Campo Novo do Parecis/MT

Campo Novo do Parecis, 10 de março de 2021

VANESSA LUIZA VASELI ***Chefe da Coordenadoria de Meio Ambiente Portaria 801/2020***

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2021

PREGÃO ELETRÔNICO 012/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA FXO EIRELI-ME.

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais para sinalização de trânsito.

VALOR TOTAL: R$ 95.798,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: MULTIPLICAR COMPRAS E COMÉRCIO EIRELI – ME, CNPJ 07.508.571/0001-80

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA - PREGÃO Nº 018/2021.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 12/03/2021 À 12/03/2022

LOTE 10

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
16	CREME PARA PELE, TIPO HIDRATANTE CORPORAL, EMBALAGEM DE 500ML.	50 UND	SKALA	R$ 9,00	R$ 450,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 450,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS).					

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 450,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: http://site.campoverde.mt.gov.br/

CONTABILIDADE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Campo Verde -MT, no uso de suas atribuições, em cumprimento ao disposto no Art. 9º, § 4º, da Lei Complementar 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, convida a população para participar de Audiência Pública, para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais, referente ao 3º Quadrimestre de 2020.

Em virtude da situação emergencial da pandemia de Coronavírus(COVID-19), a audiência será realizada de forma virtual, no dia 17/03/2021 a partir das 15 horas, através da pagina oficial da Prefeitura no Facebook(Facebook.com/prefeituradecampoverde).

Campo Verde - MT, 28 de fevereiro de 2021

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: FRIOLAR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ELETROELETRÔNICOS LTDA – ME, CNPJ Nº 36.850.598/0001-55

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE (PAPÉIS) – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2021.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 11/03/2021 À 11/03/2022

LOTE 07

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
08	PAPEL COLOR SET TAMANHO 48X66 COM 120 GRAMAS, CORES DIVERSAS.	10.604 UND	REIPEL	R$ 0,74	R$ 7.846,96
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 7.846,96 (SETE MIL OITOCENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS).					

LOTE 09

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
10	PAPEL CREPON TAMANHO 0,48X2,00, CORES DIVERSAS.	2.800 UND	REIPEL	R$ 0,83	R$ 2.324,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.324,00 (DOIS MIL TREZENTOS E VINTE E QUATRO REAIS).					

LOTE 11

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/ UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
12	PAPEL ESPECIAL CASCA DE OVO 180 G 210X297 PACOTE COM 50 FOLHAS NA COR BRANCO OU CREME.	420 UND	USAPEL	R$ 12,80	R$ 5.376,00
13	PAPEL 180G 210X297 PERSICO BRANCO, CAIXA COM 50 FOLHAS.	70 UND	USAPEL	R$ 11,66	R$ 816,20
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 6.192,20 (SEIS MIL CENTO E NOVENTA E DOIS REAIS E VINTE CENTAVOS).					

LOTE 21

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/ UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
24	PAPEL SULFITE A4 BRANCO CX C 10 RESMAS DE 500 FLS TOTALIZANDO 5000 FLS GRAMATURA MINIMA 75GRS, FOLHA DE 1º QUALIDADE, SEM UMIDADE.	1.522 CX	NEW SLIM	R$ 145,85	R$ 221. 983,70
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 221.983,70 (DUZENTOS E VINTE E UM MIL NOVECENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS E SETENTA CENTAVOS).					

LOTE 22 (EXCLUSIVO 25% DO LOTE 21)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/ UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
24.1	PAPEL SULFITE A4 BRANCO CX C 10 RESMAS DE 500 FLS TOTALIZANDO 5000 FLS GRAMATURA MINIMA 75GRS, FOLHA DE 1º QUALIDADE, SEM UMIDADE.	507 CX	NEW SLIM	R$ 145,85	R$ 73. 945,95
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 73.945,95 (SETENTA E TRÊS MIL NOVECENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS).					

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 312.292,81 (TREZENTOS E DOZE MIL DUZENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: http://site.campoverde.mt.gov.br/

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: AHS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI – ME, CNPJ Nº 37.152.127/0001-36

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA - PREGÃO Nº 018/2021.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 12/03/2021 À 12/03/2022

LOTE 07

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/ UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
11	PAPEL HIGIÊNICO 1ª LINHA, FOLHA DUPLA, TAMANHO 30X10, PACOTE COM 04 UNIDADES. QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS: DUETTO, PERSONAL, NEVE, COTTON.	1.400 UND	DUNNY	R$ 4,85	R$ 6. 790,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 6.790,00 (SEIS MIL SETECENTOS E NOVENTA REAIS).					

LOTE 16

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/ UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
28	ÁGUA SANITÁRIA, EMBALAGEM DE 01 LITRO. REGISTRO ANVISA. QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS: Q-BOA, YPÊ, BRILHANTE.	823 UND	YPE	R$ 3,20	R$ 2. 633,60
29	DESINFETANTE GERMICIDA, FRAGRÂNCIA DE PINHO OU LAVANDA CONFORME A SOLICITAÇÃO, EMBALAGEM DE 500 ML. REGISTRO NA ANVISA. QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS: PINHO SOL, PINHO BRIL, YPÊ, UAU, OMO, CASA.	672 UND	YPE	R$ 3,00	R$ 2. 016,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 4.649,60 (QUATRO MIL SEISCENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E SESSENTA CENTAVOS).					

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 11.439,60 (ONZE MIL QUATROCENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E SESSENTA CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: http://site.campoverde.mt.gov.br/

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: LL COSTA CORREA EIRELI – EPP, CNPJ Nº 39.943.135/0001-26

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA - PREGÃO Nº 018/2021.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 12/03/2021 À 12/03/2022

LOTE 06

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
09	CHUPETA ORTODÔNTICA DE 0 A 6 MESES	10 UND	BABY GO	R$ 8,49	R$ 84,90
10	CHUPETA ORTODÔNTICA DE 06 A 18 MESES.	10 UND	BABY GO	R$ 8,49	R$ 84,90
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 169,80 (CENTO E SESSENTA E NOVE REAIS E OITENTA CENTAVOS).					

LOTE 15

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
27	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, CONFECCIONADO EM PLÁSTICO DE 1ª QUALIDADE, PIGMENTAÇÃO UNIFORME, ALTA RESISTÊNCIA, COM CAPACIDADE 50 LITROS, PRETO, 10 MICRA, 65 CM DE LARGURA X 80 CM DE COMPRIMENTO – PACOTE COM 10 UNIDADES.	780 UND	FACILITA	R$ 2,88	R$ 2.246,40
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.246,40 (DOIS MIL DUZENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E QUARENTA CENTAVOS).					

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 2.416,20 (DOIS MIL QUATROCENTOS E DEZESSEIS REAIS E VINTE CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: http://site.campoverde.mt.gov.br/

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: R.M. DOS REIS COMERCIAL – ME, CNPJ Nº 33.947.168/0001-68

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE (PAPÉIS) – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2021.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 11/03/2021 À 11/03/2022

LOTE 06

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
07	PAPEL CELOFANE TAMANHO 70X90 CM, CORES DIVERSAS.	350 UND	VMP	R$ 0,73	R$ 255,50
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 255,500 (DUZENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).					

LOTE 16

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
18	PAPEL PARANÁ 80X100 CM	80 UND	VMP	R$ 3,81	R$ 304,80
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 304,80 (TREZENTOS E QUATRO REAIS E OITENTA CENTAVOS).					

LOTE 18

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
21	PAPEL SEDA 48X66 CM, CORES DIVERSAS.	1.000 UND	VMP	R$ 0,18	R$ 180,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 180,00 (CENTO E OITENTA REAIS).					

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 740,30 (SETECENTOS E QUARENTA REAIS E TRINTA CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: http://site.campoverde.mt.gov.br/

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº 018/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT torna pública a HOMOLOGAÇÃO do resultado do PREGÃO Nº 018/2021 – REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, que teve como vencedores as seguintes empresas: HARLEI NEANDER KAPTEINAT - ME, CNPJ nº 07.731.241/0001-50, com o total de R$ 61.789,05 (sessenta e um mil setecentos e oitenta e nove reais e cinco centavos); MARIA JOSÉ DOS REIS NETO - EPP, CNPJ nº 10.226.940/0001-57, total de R$ 14.696,71 (quatorze mil seiscentos e noventa e seis reais e setenta e um centavos); J. SODRÉ DOS SANTOS SILVA - ME, CNPJ nº 03.349.265/0001-98, total de R$ 8.509,75 (oito mil quinhentos e nove reais e setenta e cinco centavos); GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO EIRELI – EPP, CNPJ nº 19.808.881/0001-08, total de R$ 18.035,17 (dezoito mil trinta e cinco reais e dezessete reais); MULTIPLICAR COMPRAS E COMÉRCIO EIRELI – ME, CNPJ nº 07.508.571/0001-80, total de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais); AHS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI – ME, CNPJ nº 37.152.127/0001-3, total R$ 11.439,60 (onze mil quatrocentos e trinta e nove reais e sessenta centavos); LL COSTA CORREA EIRELI – EPP, CNPJ nº 39.943.135/0001-26, total de R$ 2.416,20 (dois mil quatrocentos e dezesseis reais e vinte centavos). Campo Verde, 12 de março de 2021. Fabrícia R. Zago – Pregoeira.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: HARLEI NEANDER KAPTEINAT - ME, CNPJ Nº 07.731.241/0001-50

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA - PREGÃO Nº 018/2021.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 12/03/2021 À 12/03/2022

LOTE 17

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/ UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
30	ÁLCOOL ETÍLICO 70%, EM GEL, NEUTRO, EMBALAGEM DE 500 ML, PARA USO DOMÉSTICO EM GERAL.	1.143 UND	LIMZA	R$ 5,50	R$ 6. 286,50
31	DESODORIZADOR DE AMBIENTE, EMBALAGEM DE 360 ML, APRESENTAÇÃO EM AEROSSOL. REGISTRO NA ANVISA	253 UND	SUPERPRO	R$ 7,84	R$ 1. 983,52
32	SODA CAUSTICA 1 KG.	23 UND	LIMZA	R$ 11,02	R$ 253,46
33	LUSTRA MÓVEIS, EMBALAGEM DE 200 ML.	45 UND	AZULIM	R$ 3,92	R$ 176,40
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 8.699,88 (OITO MIL SEISCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS).					

LOTE 20

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/ UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
44	AMACIANTE DE ROUPAS, EMBALAGEM DE 2 LITROS.	410 UND	TEMPUS QUÍMICA	R$ 3,77	R$ 1. 545,70
45	SABÃO EM BARRA, NEUTRO, PACOTE COM 05 UNIDADES. QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS: YPÊ, MINUANO, GIRANDO SOL.	672 UND	GIRANDO SOL	R$ 7,56	R$ 5. 080,32
46	SABÃO EM PÓ, EMBALAGEM DE 1 KG. QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS: OMO, TIXAN YPÊ, ARIEL, BRILHANTE.	641 UND	BRILHANTE	R$ 8,50	R$ 5. 448,50
47	SABÃO LÍQUIDO, EMBALAGEM DE 1 LITRO.	135 UND	TEMPUS QUÍMICA	R$ 5,67	R$ 765,45
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 12.839,97 (DOZE MIL OITOCENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS).					

LOTE 27

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
66	LUVA DE VINIL, DESCARTÁVEL, SEM PÓ TAMANHO M. CAIXA COM 100 UND	91 UND	VOLK	R$ 90,00	R$ 8.190,00
67	LUVA DE VINIL, DESCARTÁVEL, SEM PÓ TAMANHO G. CAIXA COM 100 UND	124 UND	VOLK	R$ 90,00	R$ 11.160,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 19.350,00 (DEZENOVE MIL TREZENTOS E CINQUENTA REAIS).					

LOTE 28

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
68	PANO MULTIUSO TIPO PERFEX, ROLO DE 28CMX300 METROS	160 UND	SUPERPRO	R$ 130,62	R$ 20.899,20
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 20.899,20 (VINTE MIL OITOCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E VINTE CENTAVOS).					

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 61.789,05 (SESSENTA E UM MIL SETECENTOS E OITENTA E NOVE REAIS E CINCO CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: http://site.campoverde.mt.gov.br/

DISPENSA N.003/2021

DISPENSA EMERGENCIAL N.003/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna pública a adjudicação à **GL OXIGENIO EIRELI** , CNPJ N. 12.520.836/0001-04 Modalidade DISPENSA Nº 003/2021 – Aquisição de **CILINDRO DE OXIGENIO MEDICINAL** no valor **de R$ 58.490,00** (cinquenta e oito mil quatrocentos e noventa reais) , Processo nº 802/2021. Em conformidade com a legislação em vigor. Campo Verde – MT,12 de março de 2021.

Hélida B. M. P. Hubner

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N° 033/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA**, na modalidade Pregão (presencial) **n° 033/2021** a se realizar no dia **26 de Março de 2021 às 08h30min**, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada de edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244**.**Em conformidade com a legislação vigente em vigor. Campo Verde – MT, 12 de Março de 2021.

FABRÍCIA RODRIGUES ZAGO

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: MARIA JOSÉ DOS REIS NETO - EPP, CNPJ Nº 10.226.940/0001-57

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA - PREGÃO Nº 018/2021.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 12/03/2021 À 12/03/2022

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	ABSORVENTE HIGIÊNICO COM ABAS, PACOTE COM 08 UNIDADES.	70 UND	SYM	R$ 2,43	R$ 170,10
02	HASTE FLEXÍVEL (COTONETE) - EMBALAGEM C/ 75 UND	60 UND	THEOTO	R$ 1,65	R$ 99,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 269,10 (DUZENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS E DEZ CENTAVOS).					

LOTE 08

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/ UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
12	SABONETE 90 G, QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS: LUX BOTANICALS, REXONA, PALMOLIVE, FRANCIS.	464 UND	LUX	R$ 1,60	R$ 742,40
13	SABONETE LÍQUIDO, CREMOSO, PEROLADO, EMBALAGEM DE 1 LITRO (ACIDEZ 6,50 A 7,50, TEOR ATIVO 10,50 A 11,50), COM VÁLVULA PUMP. REGISTRO NA ANVISA.	135 UND	PREMISSE	R$ 10,79	R$ 1. 456,65
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.199,05 (DOIS MIL CENTO E NOVENTA E NOVE REAIS E CINCO CENTAVOS).					

LOTE 11

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/ UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
17	PAPEL TOALHA BANHEIRO, INTERFOLHADO COM 02 DOBRAS, TAMANHO MÍNIMO DE 20X21 CM. PACOTE COM 1.000 FOLHAS	325 UND	NC	R$ 7,69	R$ 2. 499,25
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.499,25 (DOIS MIL QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS).					

LOTE 18

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
34	FLANELA AMARELA 30 X 50 CM	179 UND	ABP	R$ 1,84	R$ 329,36
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 329,36 (TREZENTOS E VINTE E NOVE REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS).					

LOTE 25

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/ UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
58	PÁ DE LIXO, PLÁSTICA, COM CABO LONGO.	52 UND	RODOBEM	R$ 3,10	R$ 161,20
59	VASSOURA DE NYLON, MACIA, BASE DE 22 CM E CABO DE 1,20 CM, REVESTIDO COM MATERIAL PLÁSTICO E PONTA ROSQUEÁVEL, COM CABO DE MADEIRA INCLUSO.	122 UND	RODOBEM	R$ 8,78	R$ 1. 071,16
60	VASSOURA DE PALHA, COM CABO, TAMANHO PADRÃO.	62 UND	RODOBEM	R$ 24,85	R$ 1. 540,70
61	VASSOURA DE PELO, COM CERDAS DE 5,5 CM, RESISTENTE, BASE MEDINDO 30 CM, CABO DE MADEIRA MEDINDO 1,18 M, REVESTIDO COM MATERIAL PLÁSTICO E PONTA ROSQUEÁVEL.	47 UND	RODOBEM	R$ 10,05	R$ 472,35
62	VASSOURA DE PIAÇAVA, TIPO GARI, BASE DE 60 CM, REFORÇADA, COM JUNÇÃO REVESTIDA DE PROTEÇÃO PLÁSTICA, CABO MEDINDO 1,18 M E CERDAS DE 11 CM.	53 UND	RODOBEM	R$ 16,98	R$ 899,94
63	VASSOURA DE LAVAGEM DE VEÍCULOS, REVESTIDA DE ESPUMA COM CABO DE MADEIRA DE 2 METROS	60 UND	RODOBEM	R$ 30,91	R$ 1. 854,60
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 5.999,95 (CINCO MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS).					

LOTE 26

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/ UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
64	CHINELO DE BORRACHA, TIRAS SIMPLES DE DEDO, NOS TAMANHOS 22 A 33. CORES VARIADAS	100	CRISPA	R$ 11,32	R$ 1.132,00
64	CHINELO DE BORRACHA, TIRAS SIMPLES DE DEDO, NOS TAMANHOS 22 A 33. CORES VARIADAS	200	CRISPA	R$ 11,34	R$ 2.268,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 3.400,00 (TRÊS MIL E QUATROCENTOS REAIS).					

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 14.696,71 (QUATORZE MIL SEISCENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: http://site.campoverde.mt.gov.br/

NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA

NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA

ASSUNTO: MÁ QUALIDADE DAS CARNES ENTREGUE NO MUNICIPIO

PREGÕES: 053/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO: **141/2020**

NOTIFICADO: COMERCIAL CMX DE ALIMENTOS EIRELI,

CNPJ nº09.542.453/0001-14

CUIABÁ - MT.

Considerando que a empresa Licitante sagrou-se vencedora do item CARNE BOVINA MUSCULO, pertencentes ao Pregão 053/2020, sendo detentora da Ata de Registro de Preços nº 141/2020, referente gêneros alimentícios que suprem a merenda escolar e outros setores do município;

Considerando que a carne entregue não condiz ao licitado. As embalagem trazem apenas o descritivo de carne moída, com grande quantidade de gordura, sendo está visível através da própria embalagem. Porém é necessário que esta, seja produzida por **carne tipo músculo** conforme descrição do edital .

Considerando que a cozinha piloto segue um cardápio, e os alimentos devem ser entregue rigorosamente bem como a qualidade dos produtos conforme o edital sem causar prejuízo ao Município, **resolve:**

NOTIFICAR A EMPRESA pelo descumprimento da entrega conforme o edital e para que querendo APRESENTAR DEFESA no prazo de 05 (cinco) dias.

A REINCIDÊNCIA NA INEXECUÇÃO DA ENTREGA, implicará a contratada o imediato CANCELAMENTO de qualquer ATA/CONTRATO firmado com está Administração Pública.

Após a Publicação do Termo de Cancelamento e decorrido o prazo de 05 dias para apresentação da defesa, será encaminhado o processo administrativo para o setor jurídico desta Administração, para aplicação das penalidades previstas no referido Edital com base na lei 10.520/2002, subsidiariamente com a lei 8.666/93 e suas alterações.

Por fim, informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Campo Verde-MT, 12 de março de 2021.

Hélida B. M. P. Hubner

Gerente de Compras

AVISO DE PREGÃO N. 035/2021

AVISO DE PREGÃO N° 035/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET ATRAVÉS DO RECEBIMENTO DE DADOS POR TRANSMISSÃO DE FIBRA ÓPTICA, VELOCIDADE DEDICADA DE 200 MBPS, COM ANTI DDOS E COM OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS AO FORNECIMENTO INCLUSOS** na modalidade Pregão (presencial) **n° 035/2021** a se realizar no dia **25 de março de 2021 às 10H**, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada de edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244**.**Em conformidade com a legislação vigente em vigor. Campo Verde – MT, 12 de março de 2021.

Hélida B. M. P. Hubner

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: J. SODRÉ DOS SANTOS SILVA - ME, CNPJ Nº 03.349.265/0001-98

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA - PREGÃO Nº 018/2021.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 12/03/2021 À 12/03/2022

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/ UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	CREME DE CABELO, TIPO CONDICIONADOR, PARA TODOS OS TIPOS DE CABELO, EMBALAGEM DE APROXIMADAMENTE 325 ML.	50 UND	PALMOLIVE	R$ 8,90	R$ 445,00
04	CREME DE CABELO, TIPO CONDICIONADOR INFANTIL, EMBALAGEM DE APROXIMADAMENTE 200 ML.	180 UND	POM POM	R$ 10,50	R$ 1. 890,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.335,00 (DOIS MIL TREZENTOS E TRINTA E CINCO REAIS).					

LOTE 09

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
14	DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE, TIPO ROLL-ON, 50 ML – FEMININO.	100 UND	SKALA	R$ 5,07	R$ 507,00
15	DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE, TIPO ROLL-ON, 50 ML – MASCULINO.	100 UND	SKALA	R$ 5,08	R$ 508,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.015,00 (UM MIL E QUINZE REAIS).					

LOTE 12

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
18	LENÇO UMEDECIDO PARA BEBÊ, EMBALAGEM COM 400 UNIDADES.	100 UND	COTONDELA	R$ 15,75	R$ 1.575,00
19	TALCO INFANTIL EMBALAGEM DE 200 G.	50 UND	POPPY	R$ 12,00	R$ 600,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.175,00 (DOIS MIL CENTO E SETENTA E CINCO REAIS).					

LOTE 13

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/ UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
20	CREME DENTAL 90G. QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS: COLGATE, SORRISO, ORAL B, CLOSEUP.	350 UND	SORRISO	R$ 2,90	R$ 1. 015,00
21	CREME DENTAL 180G. QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS: COLGATE, SORRISO, ORAL B, CLOSEUP.	225 UND	SORRISO	R$ 5,45	R$ 1. 226,25
22	ESCOVA DENTAL ADULTO – MACIA.	150 UND	SORRISO	R$ 2,67	R$ 400,50
23	ESCOVA DENTAL INFANTIL – MACIA.	100 UND	DENTRAT	R$ 2,20	R$ 220,00
24	FIO DENTAL, 100 METROS.	30 UND	DENTRAT	R$ 4,10	R$ 123,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.984,75 (DOIS MIL NOVECENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS).					

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 8.509,75 (OITO MIL QUINHENTOS E NOVE REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: http://site.campoverde.mt.gov.br/

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 030 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 030

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, homologado em 07 de Janeiro de 2020, RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, para comparecer(em), no prazo de **05 (cinco) dias**, podendo ser prorrogado, a pedido do candidato, por prazo igual, na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde/MT, situada na Praça dos Três Poderes, nº 03, Centro, junto a Gerência de Recursos Humanos, a fim de apresentar(em) os documentos exigidos para a efetiva contratação, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

II - As contratações dos candidatos convocados abaixo terão prazo determinado de **01 (um) ano**, podendo ser prorrogadas por igual período, a critério da administração, em conformidade com a Lei Municipal N.º 2.466 de 11 de Julho de 2019, que autorizou a realização do Processo Seletivo;

III - O distrato das contratações originadas desta convocação dar-se-ão por solicitação do CANDIDATO ou da PREFEITURA MUNICIPAL, de forma expressa, com antecedência previa de 15 (quinze) dias. A rescisão efetuar-se-á imediatamente: a) quando terminados os motivos que fundamentam a contratação; b) em hipótese de inadimplemento de qualquer cláusula e/ou condição contratual; c) quando houver paralisação sem justa causa das atividades profissionais por mais de 2 (dois) dias consecutivamente, considerando-se uma única vez dentro do período de vigência do contrato; d) por conveniência ou necessidade da PREFEITURA MUNICIPAL; e) a anulação acontecerá quando o instrumento estiver em desacordo com a legislação que fundamenta as contratações;

IV - Será considerado desistente, perdendo a vaga respectiva, o Candidato que não se apresentar no prazo acima indicado para tomar posse ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, conforme dispõe o item 21.7 do Edital de Abertura.

V - O candidato que não puder tomar posse do cargo no prazo supramencionado, poderá solicitar formalmente pela opção, por uma única vez, por ir para o último lugar na classificação final dos aprovados e classificados para o respectivo cargo, conforme dispõe o item 21.8 do Edital de Abertura.

Campo Verde/MT, 10 de Março de 2021.

Cargo: **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS**

Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final	Colocação
435321	JULIANA FERREIRA PAIM	14/11/1985	57,5	5

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO EIRELI – EPP, CNPJ Nº 19.808.881/0001-08

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA - PREGÃO Nº 018/2021.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 12/03/2021 À 12/03/2022

LOTE 03

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/ UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
05	SHAMPOO ADULTO, EMBALAGEM DE APROXIMADAMENTE 325 ML.	50 UND	SUAVE	R$ 4,96	R$ 248,00
06	SHAMPOO INFANTIL, NEUTRO, EMBALAGEM DE APROXIMADAMENTE 200 ML.	180 UND	BEBE NATUREZA	R$ 9,90	R$ 1.782,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.030,00 (DOIS MIL E TRINTA REAIS).					

LOTE 04

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/ UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
07	ESCOVA DE CABELO COM CABO DE MADEIRA, CERDAS DE NYLON TIPO VAZADAS, MODELO PARTE FRONTAL VAZADA, DIÂMETRO 6,50 CM, APLICAÇÃO CABELOS COMPRIDOS, FUROS NO CABO E CERDAS C/ SUPERFÍCIE LISA.	10 UND	CONDOR	R$ 12,50	R$ 125,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS).					

LOTE 05

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
08	APARELHO DE BARBEAR COM DUAS LÂMINAS, CABO PLÁSTICO, DESCARTÁVEL.	100 UND	FIAT LUX	R$ 2,99	R$ 299,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 299,00 (DUZENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS).					

LOTE 14

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
25	PRENDEDOR PARA ROUPA, DE MADEIRA, PACOTE COM 12 UNIDADES.	123 UND	AGUIA	R$ 1,60	R$ 196,80
26	VARAL DE AÇO, REVESTIDO EM PVC, 15 M.	20 UND	ART VARAL	R$ 2,78	R$ 55,60
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 252,40 (DUZENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E QUARENTA CENTAVOS).					

LOTE 19

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/ UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

35	LÃ DE AÇO, PACOTE COM 08 UNIDADES, 60 G.	609 UND	ASSOLAN	R$ 1,30	R$ 791,70
36	PALHA DE AÇO, 25G.	630 UND	BRILHO	R$ 1,29	R$ 812,70
37	LIMPA ALUMÍNIO NEUTRO, EMBALAGEM DE 500 ML.	667 UND	BY KIM	R$ 2,10	R$ 1. 400,70
38	LIMPA FORNO, EMBALAGEM DE 230 G.	111 UND	DIABO VERDE	R$ 9,99	R$ 1. 108,89
39	LIMPA METAIS (INOX), EMBALAGEM DE 300 ML.	50 UND	ALVO	R$ 5,12	R$ 256,00
40	LIMPA VIDROS, EMBALAGEM DE 500 ML. QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS: VEJA, CIF, CRIVIALI (FACILE), BOM BRIL.	61 UND	VEJA	R$ 6,98	R$ 425,78
41	LIMPADOR INSTANTÂNEO MULTIUSO, EMBALAGEM DE 500 ML. QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS: VEJA, YPÊ, MISTER MÚSCULO, UAU.	715 UND	YPE	R$ 3,94	R$ 2. 817,10
42	LIMPADOR PESADO, EMBALAGEM DE 500 ML. QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS: VEJA, AJAX, MISTER MÚSCULO.	520 UND	VEJA	R$ 6,61	R$ 3. 437,20
43	SAPONÁCEO CREMOSO, EMBALAGEM DE 300 ML.	285 UND	INOVE	R$ 4,21	R$ 1. 199,85
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 12.249,92 (DOZE MIL DUZENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS).					

LOTE 21

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
48	LAMINA PARA RODO DE 1,00 M (REFIL EM BORRACHA)	44 UND	RODOS 2000	R$ 5,25	R$ 231,00
49	LAMINA PARA RODO DE 50 CM (REFIL EM BORRACHA)	48 UND	RODOS 2000	R$ 3,52	R$ 168,96
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 399,96 (TREZENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS).					

LOTE 22

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/ UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
50	RODO PUXA E SECA, COM BASE PLÁSTICA DE NO MÍNIMO 40 CM E CABO DE MADEIRA DE 1,50 CM.	80 UND	PLASTGRAN	R$ 6,60	R$ 528,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 528,00 (QUINHENTOS E VINTE E OITO REAIS).					

LOTE 23

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
51	ESCOVA PARA LAVAR MAMADEIRA.	15 UND	NEOPAN	R$ 14,95	R$ 224,25
52	ESCOVA PARA LAVAR ROUPAS, DE PLÁSTICO.	71 UND	GUIRADO	R$ 2,99	R$ 212,29
53	ESCOVA PARA LAVAR UNHAS, DE PLÁSTICO.	40 UND	DSR	R$ 2,95	R$ 118,00
54	ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO, DE PLÁSTICO, COM SUPORTE (BASE).	64 UND	PLASTGRAN	R$ 6,00	R$ 384,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 938,54 (NOVECENTOS E TRINTA E OITO REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS).					

LOTE 24

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
55	FÓSFORO C/ 10 CAIXAS DE 40 PALITOS CADA	275 UND	PARANA	R$ 2,55	R$ 701,25
56	PAPEL ALUMÍNIO, TAMANHO 30 X 7,5 M.	125 UND	BOREDA	R$ 3,90	R$ 487,50
57	PALITO DENTAL DE MADEIRA, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	40 UND	PARANA	R$ 0,59	R$ 23,60
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.212,35 (UM MIL DUZENTOS E DOZE REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS).					

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 18.035,17 (DEZOITO MIL TRINTA E CINCO REAIS E DEZESSETE REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: http://site.campoverde.mt.gov.br/

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: E.U. DE BRITO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA – ME, CNPJ 07.678.947/0001-03

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE (PAPÉIS) – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2021.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 11/03/2021 À 11/03/2022

LOTE 08

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
09	PAPEL CONTACT ROLO 25 MTS TRANSPARENTE ESPESSURA MÍNIMA 70 MICRAS	213 UND	LEO LEO	R$ 62,73	R$ 13.361,49
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 13.361,49 (TREZE MIL TREZENTOS E SESSENTA E UM REAIS E QUARENTA E NOVE CENTAVOS).					

LOTE 12

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
14	PAPEL FOTOGRÁFICO A4 CX C/ 50 FLS ESPESSURA MÍNIMA 150G X M²	487 UND	MASTERPRINT	R$ 19,91	R$ 9.696,17
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 9.696,17 (NOVE MIL SEISCENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E DEZESSETE CENTAVOS).					

LOTE 20

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
23	PAPEL SULFITE OFÍCIO 2 DE 500 FLS CX COM 10 RESMAS TOTALIZANDO 5000 FLS	30 CX	CHAMEX	R$ 274,83	R$ 8.244,90
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 8.244,90 (OITO MIL DUZENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E NOVENTA CENTAVOS).					

LOTE 24

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/ UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
26	PAPEL VERGÊ A4 180 GR 210X297 PACOTE COM 50 UNID COR CREME OU BRANCO	226 UND	ROMITEC	R$ 13,25	R$ 2.994,50
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.994,50 (DOIS MIL NOVECENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).					

LOTE 25

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
27	PLACA EM E.V.A. 40X60CM ESPESSURA MÍNIMA DE 2MM, CORES DIVERSAS.	11.920 UND	LEO LEO	R$ 1,67	R$ 19.906,40
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 19.906,40 (DEZENOVE MIL NOVECENTOS E SEIS REAIS E QUARENTA CENTAVOS).					

LOTE 26

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/ UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
28	PLACA EM E.V.A. COM EFEITO CAMURÇADO 40X60CM M C/ ESPESSURA MÍNIMA DE 2MM, CORES DIVERSAS.	1.420 UND	LEO LEO	R$ 3,45	R$ 4.899,00
29	PLACA EM E.V.A. ESTAMPADO MIX SORTIDOS, 60X40CM ESPESSURA MÍNIMA DE 2MM	1.420 UND	LEO LEO	R$ 4,10	R$ 5.822,00
30	PLACA EM E.V.A. COM GLITTER, CORES VARIADAS 60X40CM ESPESSURA MÍNIMA DE 2MM	620 UND	LEO LEO	R$ 4,07	R$ 2.523,40
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 13.244,40 (TREZE MIL DUZENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA CENTAVOS).					

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 67.447,86 (SESSENTA E SETE MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: http://site.campoverde.mt.gov.br/

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: MARIA JOSÉ DOS REIS NETO - EPP, CNPJ Nº 10.226.940/0001-57

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE (PAPÉIS) – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2021.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 11/03/2021 À 11/03/2022

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	PAPEL ALMAÇO A4 56G COM PAUTA E MARGEM	400 UND	3B	R$ 0,10	R$ 40,00
03	PAPEL ALMAÇO A4 56G SEM PAUTA	150 UND	3B	R$ 0,14	R$ 21,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 61,00 (SESSENTA E UM REAIS).					

LOTE 03

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
04	PAPEL CAMURÇA 40X60 CM, CORES DIVERSAS.	1.000 UND	VMP	R$ 0,71	R$ 710,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 710,00 (SETECENTOS E DEZ REAIS).					

LOTE 04

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
05	PAPEL CARTÃO 50X70 240G, CORES DIVERSAS.	10.530 UND	VMP	R$ 0,84	R$ 8.845,20
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 8.845,20 (OITO MIL OITOCENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E VINTE CENTAVOS).					

LOTE 05

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/ UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
06	PAPEL CARTOLINA OFFSET FORMATO 505MM X 660MM E GRAMATURA 150G/M2, CORES DIVERSAS.	6.220 UND	ALOFORM	R$ 0,47	R$ 2.923,40
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.923,40 (DOIS MIL NOVECENTOS E VINTE E TRÊS REAIS E QUARENTA CENTAVOS).					

LOTE 13

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
15	PAPEL HECTOGRÁFICO CX C/ 100 UND	04 UND	CIS	R$ 92,38	R$ 369,52
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 369,52 (TREZENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS).					

LOTE 15

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
17	PAPEL MICRO-ONDULADO TAM. 50X80 CM, CORES DIVERSAS.	600 UND	VMP	R$ 2,15	R$ 1.290,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.290,00 (UM MIL DUZENTOS E NOVENTA REAIS).					

LOTE 28

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
32	PAPEL SULFITE PLOTTER 914X50M 75 GR 2".	30 UND	PSP	R$ 74,16	R$ 2.224,80
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.224,80 (DOIS MIL DUZENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E OITENTA CENTAVOS). .					

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 16.423,92 (DEZESSEIS MIL QUATROCENTOS E VINTE E TRÊS REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: http://site.campoverde.mt.gov.br/

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: L.H.C. COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – ME, CNPJ Nº 01.060.256/0001-57

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE (PAPÉIS) – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2021.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 11/03/2021 À 11/03/2022

LOTE 27

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/ UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
31	TNT ROLO 50M COM EMBALAGEM PERSONALIZADA TIMBRADA COM DADOS DA EMPRESA FABRICANTE E TAMANHO DO ROLO DESCRITO COM CERTIFICAÇÃO E SELO DO INMETRO GRAMATURA MÍNIMA 40 G, CORES DIVERSAS.	535 UND	SANTA FÉ	R$ 105,00	R$ 56. 175,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 56.175,00 (CINQUENTA E SEIS MIL CENTO E SETENTA E CINCO REAIS).					

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 56.175,00 (CINQUENTA E SEIS MIL CENTO E SETENTA E CINCO REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: http://site.campoverde.mt.gov.br/

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO – APLICAÇÃO DE PENALIDADE

Campo Verde-MT, 05 de Março de 2021.

Referência: Processo Administrativo – Aplicação de PENALIDADE – **COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI.**

DECISÃO PROFERIDA PELO PREFEITO

Tendo em vista o que consta do presente processo administrativo e considerando, ainda, o conhecimento que tenho quanto a situação fática referente a entrega dos itens contidos na Ata de Registro de Preços nº 007/2020, Pregão 134/2019, firmado com a empresa **COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI**, em abono aos princípios do contraditório e ampla defesa, passo a analisar os fatos relacionados à infração contratual no que tange ao descumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços, conforme se verifica da documentação que instrui o presente processo.

Publicado o Termo de Cancelamento e, em respeito ao Contraditório e a Ampla Defesa foi concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a empresa apresentar Defesa, a qual apresentou.

Consultada, a Procuradoria Jurídica do Município manifestou-se pela possibilidade de aplicação das penalidades previstas no contrato administrativo e em lei.

É o relato do essencial.

Passo à análise.

É sabido que as sanções administrativas somente podem ser aplicadas dentro de processo administrativo, instaurado por ato administrativo de autoridade competente, onde se garanta a ampla defesa e o contraditório (garantias constitucionais) ao contratado que supostamente incidiu em falta contratual.

O ato administrativo de instauração deve conter a identificação dos autos do processo administrativo original da licitação ou do contrato, a menção às disposições legais aplicáveis ao procedimento para apuração de responsabilidade. O contratado deve ser notificado para se defender, seguindo o processo até decisão final fundamentada, o que foi devidamente atendido no caso em tela.

A Administração Pública deve necessariamente aplicar a sanção administrativa nos casos de infrações a normas legais e contratuais, pois se trata de interesse público indisponível, sendo inclusive ato ilegal e de improbidade não levar a cabo processo de punição de contratados que venham a infringir as regras contratuais. A sanção deve ser proporcional ao ato cometido, na medida necessária para se atender e preservar o interesse público.

O artigo 87, da Lei nº 8.666/93, dispõe que pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as sanções de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Administração por prazo superior a 2 anos e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Ressalta que, conforme o parágrafo segundo do citado artigo, as sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis.

Entretanto, considerando que estamos vivenciando uma pandemia onde diversas empresas estão sendo prejudicadas devido ao fechamento do comercio, desestabilizando seu capital financeiro, onde algumas empresas acabam por falir, aliado com a decisão recente do judiciário[1], onde fora concedido liminarmente a suspensão de penalidade a empresa infratora devido a pandemia, há por bem aplicar uma penalidade menos gravosa.

Nesse sentido, seguindo o rol do art. 87 da lei de licitações, entendo necessária a aplicação da penalidade de **ADVERTÊNCIA,** nos termos do inciso I do art. 87 da Lei n° 8.666/93.

Por todo o exposto, **decido** pela aplicação das seguinte penalidade ao CONTRATADO;

a) **Penalidade de Advertência,** nos termos do artigo 87, inciso I, da Lei 8.666/1993.

Ficam os autos com vistas franqueadas à empresa para fins de direito, podendo ser consultado no Paço Municipal.

Às providências.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO EIRELI – EPP, CNPJ Nº 19.808.881/0001-08

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE (PAPÉIS) – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2021.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 11/03/2021 À 11/03/2022

LOTE 10

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
11	PAPEL DOBRADURA TAMANHO 48X 66 CM, CORES DIVERSAS.	400 UND	VMP	R$ 0,55	R$ 220,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 220,00 (DUZENTOS E VINTE REAIS).					

LOTE 14

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
16	PAPEL LAMINADO TAM. 45X59 CM, CORES DIVERSAS.	350 UND	VMP	R$ 0,82	R$ 287,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 287,00 (DUZENTOS E OITENTA E SETE REAIS).					

LOTE 23

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
25	PAPEL VEGETAL 90/95 G 210X297 MM A4 CX COM 100 FLS	10 UND	USA FOLIEN	R$ 57,98	R$ 579,80
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 579,80 (QUINHENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E OITENTA CENTAVOS).					

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 1.086,80 (UM MIL OITENTA E SEIS REAIS E OITENTA CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: http://site.campoverde.mt.gov.br/

AVISO DE PREGÃO N. 034/2021

AVISO DE PREGÃO N° 034/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público **O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTE PARA REALIZAÇÃO DO EXAME DE HEMOGLOBINA GLICADA COM COMODATO DO APARELHO, PARA O LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ANÁLISES CLÍNICAS DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE.**na modalidade Pregão (presencial) **n° 034/2021** a se realizar no dia **25 de março de 2021 às 08H**, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada de edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244**.**Em conformidade com a legislação vigente em vigor. Campo Verde – MT, 12 de março de 2021.

Hélida B. M. P. Hubner

Pregoeira

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 563, DE 11 DE MARÇO DE 2021.

PORTARIA Nº 563, DE 11 DE MARÇO DE 2021.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR COM A FINALIDADE DE APURAR OS FATOS NOTICIADOS NO OFÍCIO N. º 087/2021 – SME/RH, EM RELAÇÃO A SERVIDORA MUNICIPAL TATIANE RIBEIRO CARVALHO DOS SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal N. º 152 de 19 de novembro de 1992;

Considerando os fatos noticiados através do Ofício n. º 087/2021 – SME/RH, de 24 de Fevereiro de 2021;

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Instaurar Processo Administrativo com a finalidade de apurar os fatos noticiados, bem como, responsabilidade por possíveis irregularidades praticadas pela servidora municipal **TATIANE RIBEIRO CARVALHO DOS SANTOS**, matrícula 6913, em conformidade com a Seção VI, Capítulo VI, Artigos 164 a 185 da Lei N. º 152/1992 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Campo Verde - MT.

ARTIGO 2º - Designar a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo deste Município para a condução dos trabalhos.

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 11 dias do mês de Março de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal De Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: MARIA ALICE DA SILVA EIRELI – ME, CNPJ Nº 14.284.593/0001-70

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE (PAPÉIS) – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2021.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 11/03/2021 À 11/03/2022

LOTE 19

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/ UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
22	PAPEL SULFITE A4 AMARELO, AZUL, ROSA OU VERDE CX C 10 RESMAS DE 500 FLS TOTALIZANDO 5000 FLS GRAMATURA MINIMA 75 G	128 CX	REPORT	R$ 231,00	R$ 29. 568,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 29.568,00 (VINTE E NOVE MIL QUINHENTOS E SESSENTA E OITO REAIS).					

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 29.568,00 (VINTE E NOVE MIL QUINHENTOS E SESSENTA E OITO REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: http://site.campoverde.mt.gov.br/

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

SILVANA INEZ JUNGES e CLAUDETE INEZ BONZANINI, requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 10 da QUADRA 15, LOCALIZADO NA CAMPO GRANDE, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

AVISO DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO Nº 07/2021- INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2021

EEDITAL DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO Nº 07/2021

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2021

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 025/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO-MT, com sede na Avenida Valdir Masutti, 779-W, Loteamento Bom Jardim, Campos de Júlio - MT, CEP 78.307-000, através da Comissão de Licitações, torna público para todos os interessados o Edital para CREDENCIAMENTO as empresas que tenham interesse na prestadores de serviços , tipo diaristas, pintor, agente de conservação, para manutenções mecânico geral, operador de maquinas pesadas, jardineiro, motorista de caminhão basculante, motorista de transporte de passageiro escolar, pedreiro, servente de pedreiro, serralheiro e lubrificador automotivo, para atender a necessidade da Administração e seus Departamentos, nos termos e nas condições estabelecidas no Edital e seus anexos. O credenciamento ocorrerá no período de **16/03/2021 até 15/12/2021,** das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00. Os interessados poderão obter informações detalhadas no endereço supracitado, no Departamento de Licitação e Contratos, de segunda à sexta, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, com a Comissão Especial de Licitações, na Prefeitura Municipal, ou pelo telefone (65) 3387-2800, pelo site www.camposdejulio.mt.gov.br, ou pelos e-mail: licitacao3@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 12 de março de 2021.

Rosinéia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da CL

PORTARIA: Nº 073/2021

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 75/2020.

DO OBJETO: Alterar CLÁUSULAIII – DOS PREÇOS e CLAUSULA V - DOS PRAZOS do contrato original.

DO ACRESCIMO DO OBJETO E DE VALOR DE R$ 27.302,49

DO PRAZO DE ENTREGA DA OBRA: até 25/06/2021.

DO PRAZO DE VIGENCIA CONTRATUAL: ATE 25.08.2021.

ASSINAM:IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – Prefeito / CONTRATANTE e a MILANI & MACHADO - ME, CNPJ: 18.204.777/0001-33/CONTRATADO.

PORTARIA N°. 140, DE 12 DE MARÇO DE 2021.

DESIGNA REPRESENTANTES PARA COMPOR A COMISSÃO TÉCNICA DE AVALIAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DE CERTAME QUE ESPECIFICA.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe confere o artigo 148, I, ”c” da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a exigência constante no item 7 do Termo de Referência, Anexo I do edital regente do certame 8/2021, quanto a necessidade de atendimento ao teste de conformidade pela primeira colocada, requisito indispensável para homologação do objeto em favor da licitante habilitada;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os representantes abaixo especificados para compor a Comissão Técnica de Avaliação da empresa TWI Empreendimentos Tecnológicos Ltda, vencedora do certame, na modalidade Pregão Eletrônico nº. 8/2021, quanto ao teste de conformidade previsto no item 7 do Termo de referência do certame, ficando assim constituída:

Nº	Departamentos	Nomes
01	**Hospital Municipal**	ODAIR CESAR MORCH
02	**Enfermeira hospitalar**	FÁTIMA CRISTINA CARLOTO INGLEZ
03	**Unidade básica de Saúde II**	JACQUELINE ALVES B. DE OLIVEIRA
04	**Unidade de Atenção Psicossocial / Unidade Descentralizada de Reabilitação**	DANYELA SAMIRA GUIMARÃES

Art. 2º O exercício da função prevista nessa portaria não será remunerado, sendo considerada serviço público relevante.

Art. 3º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 12 de março de 2021.

Registre-se e publique-se.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

TERMO DE RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº.138, DE 10 DE MARÇO DE 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais faz saber que fica RETIFICADO o patronímico da servidora nominada no artigo 1º da Portaria nº 138, de 10 de março de 2021, para constar que onde se lê Meire passa a ser lido doravante como Neire, permanecendo inalterados os demais dispositivos da sobredita portaria.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 12 de março de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº. 139, DE 11 DE MARÇO DE 2021.

CONCEDE AFASTAMENTOÀA SERVIDORA QUE MENCIONA, EM DECORRÊNCIA DE FALECIMENTO DE SUA MÃE.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições previstas em lei e,

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 156, inciso II, alínea "b" do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar n° 001, de 15 de julho de 2008;*

CONSIDERANDO *a certidão de óbito corroborando o falecimento da mãe da servidora adiante nominada,*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento do serviço à servidora **ZILDA LEMES**, admitida na forma do artigo 37, inciso II da Constituição Federal e nomeada em caráter efetivo ao cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, através da Portaria nº, 41/2004, inscrita no CPF SOB Nº. 203.279.512-49 e na matrícula nº. 410, pelo prazo de cinco dias consecutivos, contados a partir da data do falecimento de sua mãe, ocorrido no dia 8 de março do fluente ano.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 8 de março de 2021.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 11 de março de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

NOTIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO TERMO DE INÍCIO DA FISCALIZAÇÃO

Nº: 22

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DTM

Referente ação fiscal: 852

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO

CONTRIBUINTE:

G S N DUTRA OPTICA

ENDEREÇO: FONE:

MARECHAL CANDIDO RONDON, , S/N 3387-1626

BAIRRO: MUNICÍPIO:

RENASCER Campos de Júlio

CMC: 703 CI / CPF / CNPJ: 11.533.894/0001-00

Aos 12 dias do mês de Março de 2021, foram iniciados os trabalhos de fiscalização e no estabelecimento e /ou contribuinte acima identificado constatou-se irregularidades. O Levantamento Fiscal para esta intimação se refere ao art 183 da lei 049/97 - Código Tributário Municipal "... A inscrição deverá ser atualizada ou renovada pelo contribuinte, no prazo de trinta dias, contados da ocorrência de: mudança de endereço, alteração social, mudança de ramo ou transferência de estabelecimento ou qualquer outro fato que possam afetar o lançamento do imposto...."

" ....e Art. 207) - Sem prejuízo dos acréscimos legais referidos no parágrafo único do artigo 178, as infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

I - multa de importância igual a 50 (cinquenta) UFM: A) - falta de inscrição ou suas alterações;

B) - inscrição ou sua alteração, bem como a comunicação de venda ou transferência de estabelecimento e encerramento ou transferência do ramo de atividade, feitas fora do prazo legal;

...." Consta em nosso sistema divergência de informações, no caso de não regularização até o encerramento desta intimação que terá o prazo de 30 (trinta) dias (art 183 do CTM) para sanar as irregularidades, lavrar-se-á o auto de infração com multa. O prazo de 30 (trinta) dias será contado a partir do recebimento desta notificação. Em caso de dúvidas oriundas a esta notificação, solicitamos que compareça ao Departamento de Tributação e /ou Fiscalização para esclarecimentos, sito Av. Valdir Masutti, 779W - Bom Jardim Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - Fone 065 3387-2800 / 065 9 9943-4208 - E-mail: fiscalizacao@camposdejulio.mt.gov.br.

Informações cadastrais do imóvel divergente com a Receita Federal (CNPJ). Endereço correto é: Rua Marechal Candido Rondon Nº 553-E, Quadra 07 Lote 23

PARA SEU CONHECIMENTO E ATENÇÃO AO QUE DISPOE O ART. 196 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (LEI Nº 5.172, DE 25/10/1966). LAVREI(AMOS) O PRESENTE TERMO, QUE VAI ASSINADO POR MIM (NÓS) E PELO RESPONSÁVEL PELO ESTABELECIMENTO.

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL AUTORIDADE FISCAL

NOME: NOME: MATRÍCULA: ASSINATURA:

G S N DUTRA OPTICA BERNARDO RODRIGO KRIGNL 240

ALINE HEINZ 1086

CPF/CNPJ:

11.533.894/0001-00

CIENTE

RECEBI A 2ª VIA DO PRESENTE TERMO

DATA: ASSINATURA:

EDITAL Nº. 13, DE 11 DE MARÇO DE 2021.

CONVOCA PROFISSIONAIS APROVADOS MEDIANTE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e;

CONSIDERANDO a realização de Processo Seletivo Simplificado regido pelo edital nº01/2020 e pelos artigos 1º e 3º da Lei Municipal nº 923, de 26 de junho de 2018, dos artigo 1º e 2º da Lei Municipal nº 878, de 20 de fevereiro de 2018, dos artigos 1º e 4º da Lei Municipal nº 1.085, de 20 de dezembro de 2019, do artigo 235, inciso IV do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008 e do artigo 97 e aplicação analógica do *caput* e incisos do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado regido pelo edital nº. 01/2020 por meio do Decreto Municipal nº 23, de 6 de março de 2020;

CONSIDERANDO a prorrogação do prazo de vigência do Processo Seletivo Simplificado por meio do Decreto nº. 3, de 14 de janeiro de 2021;

CONSIDERANDO *a classificação do (s) candidato (s) mencionado(s) no artigo primeiro desse edital no* Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020,destinado à contratação para o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, para suprimento das vagas aos cargos da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica (m) convocado(s) o(s) candidato(s) aprovado/classificado(s) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 1/2020, regido pelo edital nº 1/2020, abaixo nominado (s), para comparecer (em) ao Departamento de Recursos Humanos dessa municipalidade, a fim de apresentar os documentos exigidos conforme Edital do certame para a efetiva contratação temporária ao(s) seguinte(s) cargo(s):

I-PROFESSOR DE MATEMÁTICA:

NOME	CLASSIFICAÇÃO
MARCELO FRANCISCO DE ARRUDA	2º

Art. 2º. Para serem contratados o (s) candidato(s) deverá (ão) apresentar documentação no original ou fotocópia autenticada em cartório prevista no item 2.3 do edital nº.1/2020, a seguir elencados:

I- Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

II- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88);

III-Certidão de casamento ou nascimento;

IV-Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso) e CPF dos dependentes (se for o caso);

V- Carteira de Vacinação dos filhos menores de cinco anos (se for o caso);

VI- Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF/MF);

VII-Cartão do PIS/PASEP e Carteira de Trabalho (CTPS);

VIII- Comprovante de votação das duas últimas eleições que antecederem à contratação (se for o caso);

IX-Título de Eleitor;

X-Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

XI- Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor(ou eletrônica) da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

XII-Duas fotos 3x4, colorida e recente;

XIII-Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

XIV- Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

XV-Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar e diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC, admitindo-se certidão de conclusão de curso, desde que acompanhado do histórico escolar.

XVI- Declaração contendo o endereço residencial;

XVII-Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

XVIII- Declaração de bens;

XIX-Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária de seu cargo a qual exercerá sua função;

XX- Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido pela Junta Médica Oficial do Município ou médico credenciado;

XXI- Não ter infringido as leis que fundamentaram esse edital.

Art. 3º. O candidato que por qualquer motivo não se apresentar para a contratação no prazo de sete dias corridos fixado no item 17.9 do Edital nº. 1/2020 perderá o direito à vaga, sendo convocado outro candidato aprovado, respeitado a ordem de classificação, conforme disposto no edital do Processo Seletivo Simplificado.

Art. 4º O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2020 é de um ano, conforme o item 17.6 do edital regente do certame, contado da data de publicação do Decreto de Homologação nº. 23, de 6 de março de 2020, prorrogado por meio do Decreto nº. 3, de 14 de janeiro de 2021 e com possibilidade de prorrogação por sucessivos períodos, podendo, entretanto, ser interrompida a qualquer tempo por interesse da administração pela cessação da situação excepcional que a autorizou, e/ou efetivação de aprovados em Concurso Público para os cargos previstos no presente processo seletivo simplificado.

Art. 5º A publicação do presente edital de convocação será tornada pública por meio de pórtico da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio/MT, no endereço eletrônico www.camposdejulio.mt.gov.br e no Jornal Oficial do Município, disponível no endereço eletrônico: www.amm.org.br, sendo de responsabilidade do(s) candidato(s) o acompanhamento de tais publicações, na forma do item 17.9 do Edital nº 1/2020.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 11 de março de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

TERMO DE NOTIFICAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE ENTREGA DE OBJETO

MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI

Rua Comandante Costa, 14, Quadra G

Bairro Centro Sul

CNPJ: 26.148.070/0001-85

Várzea Grande - MT.

Contato: (65) 3027-3054

Assunto: **Notificação/advertência**

Referência: **A não entrega de objeto em desconformidade com a ata de registro de preços e a autorização de fornecimento.**

Prezado Senhor,

Tendo em vista que, até a presente data os materiais constantes nas Autorizações de Fornecimentosob nº(s): **AF nº 408/2021 – Pregão Eletrônico nº. 12/2020 AF nº 409/2021 – Pregão Eletrônico nº. 12/2020 AF n° 410/2021 - Pregão Eletrônico n°. 12/2020 AF n° 758/2021 – Pregão Eletrônico n°. 12/2020**

Não foram entregues no prazo estabelecido. Sendo assim, **NOTIFICAMOS PELA NÃO ENTREGA DOS ITENS** pela não entrega dos materiais constantes nas AFS acima mencionada. Desta forma, em face do descumprimento do prazo de entrega estabelecido, fica aplicada, desde já, com fulcro no art. 87, inciso I, da Lei Federal n° 8.666/93, a pena de advertência. Para evitarmos futuros transtornos, vale salientar que o Município não receberá Autorização de Fornecimento **FRACIONADA**. Havendo possibilidade de devolução da mercadoria.

Alertamos que a não apresentação de justificativa plausível **dentro de 72 horas** ou a não entrega do objeto no prazo e nas condições da proposta dará à contratante o direito à imposição das penalidades cabíveis, tudo com fulcro no art. 87 e incisos da Lei Federal n°. 8.666/93 C/C **Cláusula décima primeira – Das penalidades e das Multas da Ata de Registro de Preços do referido pregão.**

Campos de Júlio - MT, 12 de Março de 2021.

ESTEFÂNIA NOVAIS GONÇALVES

FISCAL DE CONTRATOS

PREFEITURA DE CAMPOS DE JÚLIO – MT

DECRETO Nº.55, DE 11 DE MARÇO DE 2021.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPOS DE JÚLIO – MT, PREVISTO NO DECRETO Nº100, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

IRINEU MARCOIS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe confere o artigo 148 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar a composição do Conselho Municipal de Educação, em substituição aos membros anteriormente designados como representantes dos segmentos abaixo especificados:

a) Representantes da Secretaria Municipal de Educação: Titular:ODILA NELCI KRAMPE DONAT**; b) Representantes do Poder Executivo: a Secretaria Municipal de Educação:** Titular: ELISÂNGELA PLATAU; Suplente: DARCI RODRIGO TEIXEIRA. **c) Representantes dos Diretores da Rede Pública Municipal:** Titular: SILVANA CARNAÚBA DOS SANTOS; Suplente: CINTIA NORBERTO. **h) Representante dos Conselhos Escolares Estaduais ou equivalentes:** Titular: ALESSANDRA SOUZA FRANÇA Suplente: ANA RITA PEREIRA DE ARRUDA E SILVA

Art. 2º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se os dispositivos do Decreto nº.100, de 21 de agosto de 2019 que conflitem com o presente, na integralidade, as disposições constantes no Decreto nº102, de 6 de setembro de 2019 e o inciso I, alíneas “b” e “c” do Decreto nº. 35, de 9 de março de 2020.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio,11 de março de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

NOTIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO TERMO DE INÍCIO DA FISCALIZAÇÃO

Nº: 23

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DTM

Referente ação fiscal: 853

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO

CONTRIBUINTE:

S. PINHEIRO NUNES

ENDEREÇO: FONE:

MARECHAL CANDIDO RONDON, , 594 3387-1658

BAIRRO: MUNICÍPIO:

RENASCER Campos de Júlio

CMC: 260 CI / CPF / CNPJ: 09.003.673/0001-70

Aos 12 dias do mês de Março de 2021, foram iniciados os trabalhos de fiscalização e no estabelecimento e /ou contribuinte acima identificado constatou-se irregularidades. O Levantamento Fiscal para esta intimação se refere ao art 183 da lei 049/97 - Código Tributário Municipal "... A inscrição deverá ser atualizada ou renovada pelo contribuinte, no prazo de trinta dias, contados da ocorrência de: mudança de endereço, alteração social, mudança de ramo ou transferência de estabelecimento ou qualquer outro fato que possam afetar o lançamento do imposto...."

" ....e Art. 207) - Sem prejuízo dos acréscimos legais referidos no parágrafo único do artigo 178, as infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

I - multa de importância igual a 50 (cinquenta) UFM: A) - falta de inscrição ou suas alterações;

B) - inscrição ou sua alteração, bem como a comunicação de venda ou transferência de estabelecimento e encerramento ou transferência do ramo de atividade, feitas fora do prazo legal;

...." Consta em nosso sistema divergência de informações, no caso de não regularização até o encerramento desta intimação que terá o prazo de 30 (trinta) dias (art. 183 do CTM) para sanar as irregularidades, lavrar-se-á o auto de infração com multa. O prazo de 30 (trinta) dias será contado a partir do recebimento desta notificação. Em caso de dúvidas oriundas a esta notificação, solicitamos que compareça ao Departamento de Tributação e /ou Fiscalização para esclarecimentos, sito Av. Valdir Masutti, 779W - Bom Jardim Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - Fone 065 3387-2800 / 065 9 9943-4208 - E-mail: fiscalizacao@camposdejulio.mt.gov.br.

Informações cadastrais do imóvel divergente com a Receita Federal (CNPJ). Endereço correto é: Rua Marechal Candido Rondon Nº 310 -E Quadra 06 Lote 01

PARA SEU CONHECIMENTO E ATENÇÃO AO QUE DISPOE O ART. 196 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (LEI Nº 5.172, DE 25/10/1966). LAVREI(AMOS) O PRESENTE TERMO, QUE VAI ASSINADO POR MIM (NÓS) E PELO RESPONSÁVEL PELO ESTABELECIMENTO.

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL AUTORIDADE FISCAL

NOME: NOME: MATRÍCULA: ASSINATURA:

S. PINHEIRO NUNES BERNARDO RODRIGO KRIGNL 240

ALINE HEINZ 1086

CPF/CNPJ:

09.003.673/0001-70

CIENTE

RECEBI A 2ª VIA DO PRESENTE TERMO

DATA: ASSINATURA:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, por meio da **COMISSÃO PREGOEIRA** - CP, torna público para conhecimento de todos os interessados que **ADERIU**, como CARONA, à Ata de Registro de Preços nº 006/2020, referente ao Pregão Presencial nº 023/2020, realizado pela Prefeitura Municipal de São José do Xingu/MT, nos termos 15 da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e regulamentações constantes dos Decretos 7.892/2013 e 8.250/2014, conforme especificações abaixo:

Pregão Presencial nº 023/2020 – Prefeitura Municipal de São José do Xingu;

Ata de Registro de Preços nº 006/2020;

Vigência da Ata: 12 Meses;

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de São José do Xingu;

Empresa Beneficiária: **R M de Oliveira EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.222.716/0001-12;

Especificação do objeto registrado: Contratação de serviços de acesso à Internet com Link Dedicado e com IP Fixo, com fornecimento dos equipamentos (antena) em regime de comodato;

Quantidade registrada: Conforme registrado e disposto na Ata nº 006/2020 da Prefeitura Municipal de São José do Xingu;

Quantidade de adesão:

Empresa: R M de Oliveira EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 12.222.716/0001-12:

DESCRIÇÃO	QUANT	UNID.	R$ UNIT.	R$ TOTAL
Contratação de serviços de acesso à Internet com Link Dedicado e com IP Fixo, com fornecimento dos equipamentos (antena) em regime de comodato	984	Mb	R$ 168,00	R$ 165.312,00

Canabrava do Norte-MT, 12 de Março de 2021

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 001/2021

PORTARIA Nº 001/2021

Designa servidora para assinar e responder, conjuntamente com o Prefeito Municipal, pelas contas bancárias e demais documentos contábeis, financeiros e orçamentários do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, do Município de Canabrava do Norte e dá outras providências.

SARA SILVA TRINDADE DE MEDEIROS, Secretária Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o art. 128º da Lei Municipal Nº 903/2019, de 13 de março de 2019;

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar a Srª. **VANESSA LUCAS PEREIRA SANTOS**, Assistente Social, portadora do RG nº 1764741-0 SSP/MT e do CPF nº 012.809.591-18, como co-gestora do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, do Município de Canabrava do Norte – MT, ficando para tanto autorizada a assinar, conjuntamente com o Prefeito Municipal, cheques e outros documentos bancários e financeiros, inclusive em meio eletrônico, do FMDCA, bem ainda assinar isolada ou conjuntamente com o Prefeito e Contador os balancetes, notas de empenho de despesas e demais documentos de natureza orçamentária, financeira e contábil do mencionado Fundo (FMDCA).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, Canabrava do Norte-MT, 12 de Março de 2021.

SARA SILVA TRINDADE DE MEDEIROS

Secretária Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social

Portaria 034/2021

ADMINISTRAÇÃO
ATO DE DESIGNAÇÃO 012/2021/SAPLAFI

ATO DE DESIGNAÇÃO 012/2021/SAPLAFI

Canabrava do Norte-MT 12 de Março 2021

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA RECEBER, CONFERIR E ATESTAR NOTAS FISCAIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Tatiana Silvestre Ferolla, Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Servidor Pública Municipal **FELIPE DA SILVA FERRO**, matrícula funcional nº 2244 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 058.679.781-50, para receber, conferir, acompanhar e atestar, como titular, as notas fiscais emitidas da Empresa **K3 COMERCIO VAREJISTA DE JORNAIS, REVISTAS E OUTRA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas-CNPJ/MF sob o nº **CNPJ: 10.676.614.0001.41**, que tem por comercialização a prestação de serviço com **EDIÇÃO DE CADASTROS, LISTAS E DE OUTROS PRODUTOS GRÁFICOS** para atender a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Art. 2º. Designar a Servidora Pública Municipal **JAKELINE TAVARES GRECCHI**, matrícula funcional nº 2239 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 035.116.061.28, para receber, conferir, acompanhar e atestar, como suplente, as notas fiscais emitidas da Empresa **K3 COMERCIO VAREJISTA DE JORNAIS, REVISTAS E OUTRA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas-CNPJ/MF sob o nº **CNPJ: 10.676.614.0001.41**, que tem por comercialização a prestação de serviço com **EDIÇÃO DE CADASTROS, LISTAS E DE OUTROS PRODUTOS GRÁFICOS** para atender a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Art. 3º. Este ato de designação entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o dia 31/12/2021.

Registre-se,

Publique-se

Cumpra-se.

_____

Tatiana Silvestre Ferolla

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Portaria nº 151/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

EXTRATO DE CONTRATO 018/2021 A CONTRATO 022/2021

EXTRATO DE CONTRATOS 018/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Pregão presencial nº 007/2021

Data: 22/02/2021

Vigência: 22/02/2022

Contratado: OESTE MEDIC DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

Objeto:aquisição de filmes de raio-x para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Valor: R$ 142.750,00 (Cento e quarenta e dois mil setecentos e cinquenta reais).

EXTRATO DE CONTRATOS 019/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Pregão presencial nº 008/2021

Data: 01/03/2021

Vigência: 10/03/2022

Contratado: CIRURGICA GONCALVES LTDA - EPP

Objeto:aquisição de equipamento e material permanente para atenção especializada em Saúde, conforme proposta 13978.186000/1200-02 (MS).

Valor: R$ 24.810,00 (Vinte e quatro mil oitocentos e dez reais).

EXTRATO DE CONTRATOS 020/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Pregão presencial nº 008/2021

Data: 01/03/2021

Vigência: 10/03/2022

Contratado: C E CARVALHO COMERCIAL-ME

Objeto:aquisição de equipamento e material permanente para atenção especializada em Saúde, conforme proposta 13978.186000/1200-02 (MS).

Valor: R$ 42.541,00 (Quarenta e dois mil quinhentos e quarenta e um reais).

EXTRATO DE CONTRATOS 021/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Dispensa de Licitação nº. 007/2021

Data: 01/03/2021

Vigência: 10/03/2022

Contratado: OP QUIRINO DISTRIBUIDORA EIRELI-ME

Objeto:aquisição de equipamento e material permanente para atenção especializada em Saúde, conforme proposta 13978.186000/1200-02 (MS).

Valor: R$ 76.500,00 (Setenta e seis mil e quinhentos reais).

EXTRATO DE CONTRATOS 022/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Carta Convite nº. 003/2021

Data: 04/03/2021

Vigência: 04/03/2022

Contratado: DIEGO ROBERTO SBITKOWSKI CHAMMA EIRELI

Objeto: prestar serviços técnicos especializados de engenharia para consultoria técnica, fiscalização, acompanhamento de obras, elaboração de medições, relatórios, dentre outros, com presença física de no mínimo 20 (vinte) dias uteis por mês e 30 horas semanais, pelo período de 12 (doze) meses com pagamento mensal para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Canarana-MT.

Valor: R$ 195.000,00 (Cento e noventa e cinco mil reais).

PORTARIA Nº 395/2021

De 11 de Março de 2021.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **SILVANE MARIA TIRLONE**, servidora no cargo de Auxiliar de Administração II**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao Processo nº 036/2021 – Dispensa de Licitação nº 011/2021 – Cujo objeto é a locação do imóvel urbano, edificação comercial, localizada na Rua Miraguaí nº 318, Centro de Canarana- MY, com área total construída de 817,96m², para o funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde de Canarana, conforme especificação do edital.

Art. 2º-Nomear **IVONE ALVES**, no cargo de Coordenador de Regulação da Saúde, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 11 de Março de 2021**.**

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

AVISO DE ADESÃO 002-2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Vila Rica - MT

ÓRGÃO ADESO: Prefeitura Municipal de Canarana - Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento

PROCESSO: Pregão Eletronico nº 043/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 045/2020

EMPRESA REGISTRADA: MICHAEL FERRAZ DO NASCIMENTO - ME, inscrita no CNPJ nº 11.276.497/0001-91, estabelecida a Avenida Roma nº 01, Bairro Rodoviária Parque, Cuiabá-MT.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa do tipo "**casa de apoio**" com sede exclusivamente na cidade de Cuiabá-MT, conforme condicoes e exigencias descritas no anexo I (termo de referencia).

ITEMS ADESO: Item 01 - 2.000 diárias - 50%

VALOR GLOBAL : R$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais).

DATA DA ATA: 04/11/2020

VIGÊNCIA: Por 12 (doze) meses.

AUTORIZADO POR: Ofício de 10/02/2021 – Prefeitura Municipal de Vila Rica-MT

Canarana-MT, 12 de Março de 2021.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

CLEIVANIA DE SOUZA OLIVEIRA

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento

PORTARIA Nº 394/2021

De 11 de Março de 2021.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **NIRES TEOTONIO CIRQUEIRA,** servidora no cargo de biomédica, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao Processo nº 035/2021 – **Pregão Eletrônico nº 001/2021 –** cujo objeto é o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de produtos de uso laboratorial para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações do edital.

Art. 2º-Nomear **LUANA PAULINE ROEWER KUMMER**, no cargo de biomédica, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 11 de Março de 2021**.**

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 164 DE 12 DE MARÇO DE 2021.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

DAIANE ROSA DA SILVA, Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **LARISSA SOARES SANTANA** matricula nº 4535, cargo de Diretor de Departamento, na data 12 de Março de 2021, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 11 de Março de 2021 ao dia 21 de Março totalizando 11 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

DAIANE ROSA DA SILVA

Secretaria de Administração e Finanças

Decreto nº 01/2021

TERMO DE APROVAÇÃO DE PROJETO

Termo de Aprovação de Projeto

Por meio deste documento, através do Setor de Engenharia do Município de Carlinda - MT, tornar público a APROVAÇÃO DO ESTUDO HIDROLÓGICO PARA SUBSTITUIÇÃO DE PONTES DE MADEIRA nas estradas: RAMAL JATOBÁ, F1 (1), F1 (2), F (1), F (2), D1 (1), D1 (2) e D1 (3)**,** em parceria com a Secretária de Estado de Infraestrutura e Logística, pelo Programa de Substituição de Pontes de Madeira – MAIS MT, com recursos do FINISA – Caixa Econômica Federal, conforme discriminação abaixo:

EXPEDIENTE	OBJETO	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
APROVAÇÃO DO PROJETO	ESTUDO HIDROLÓGICO PARA SUBSTITUIÇÃO DE PONTES DE MADEIRA	Thaiana Todeschini Engenheira Sanitarista e Ambiental CREA MT 43100

PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO:

ENGENHEIRO CIVIL MARCOS DA SILVA DE OLIVEIRA

CREA-MT - 024501

Carlinda, 12 de março de 2021

_____

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal de Carlinda/MT

_____

MARCOS DA SILVA DE OLIVEIRA

Engº CivilCREA/MT: 024501

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 123 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

ELAINE JUVENIANO DE LIMA, Secretaria Municipal de Saúde do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **SUELI LISBOA** matricula nº 4103, cargo de Agente de Combate a Endemias, na data 25 de Fevereiro de 2021, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 24 de Fevereiro de 2021 das 7:00h as 11:00h.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

ELAINE JUVENIANO DE LIMA

Secretaria Municipal de Saúde

Decreto 326/2020

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO Nº 102/2021

DECRETO Nº 102/2021

SÚMULA: "DECRETA LUTO OFICIAL DE TRÊS DIAS NO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT EM RAZÃO DO FALECIMENTO DA SRA. JENI CUSTÓDIA LEAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o falecimento da Sra. JENI CUSTÓDIA LEAL ocorrido em 12 de março de 2021, genitora da prefeita deste Município;

CONSIDERANDO o consternamento geral da comunidade Carlindense e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda da cidadã exemplar, de conduta íntegra e de ilibado espírito solidário;

DECRETA:

Art. 1º. LUTO OFICIAL de TRÊS DIAS, contados a partir desta data, no Município de Carlinda-MT, em sinal de profundo pesar pelo falecimento da senhora JENI CUSTÓDIA LEAL, que, em vida, teve inestimáveis préstimos de solidariedade para com o Município de Carlinda.

Art. 2º. Durante o período de luto oficial determinado por este Decreto, a bandeira municipal ficará hasteada à meio mastro na sede do paço municipal, com o atendimento ao público mantido.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 12 de Março de 2021.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 04/2021

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 04/2021

A pregoeira torna público para conhecimento dos interessados, o aviso de abertura de licitação **PE n° 04/2021**, do tipo "MENOR PREÇO POR LOTE GLOBAL", que tem como objeto: AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA TRAÇÃO 4X2, POTENCIA LIQUIDA 79 HP, PESO OPERACIONAL, MINIMO DE 6570 KG, CAP DE CARREGADEIRA DE 1,00M³ E DA RETROESCAVADEIRA MINIMA DE 0,20M³, PROFUNDIDADE DE ESCAVAÇÃO MÁXIMA DE 4,37M, COM RECURSOS DO CONVÊNIO Nº 902374/2020SUDAM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO, com sessão marcada para o dia **31/03/2021**, às **09:00** horas **(horário de Brasília – DF)**. Maiores informações pelo fone 66 3581 1521, ou pelo e-mail: licitacaocastanheira2019@gmail.com.

Castanheira - MT, **12** de Março de **2021**.

MARIANA LEITNER RODRIGUES

PREGOEIRA DESIGNADA

PORTARIA N°005/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTABILIDADE
RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº 508-2021 - CREDITO ESPECIAL - SUPERÁVIT FINANCEIRO - LEI Nº 848_2021

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ: 01310499000104
Avenida Gaspar Dutra, 0000787 - Centro
Telefone 06635463100
gabinete@claudia.mt.gov.br

DECRETO ESPECIAL Nº 00508/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor ALTAMIR KURTEN, Prefeito Municipal de CLAUDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **00848/2021** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1o. Abre CREDITO ESPECIAL por SUPERÁVIT FINANCEIRO no valor de R$ 424.993,13 (Quatrocentos e Vinte e Quatro Mil, Novecentos e Noventa e Três Reais e Treze Centavos), nos termos do Artigo 43, Inciso I da Lei Federal n§ 4.320/64. AUTORIZADO pela Lei Municipal No 848/2021. Conforme Dotacoes Suplementadas a seguir.

02.001-GABINETE DO PREFEITO

Superávit Financeiro

02.001.04.122.0002.2002.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0300000000-Recursos Ordinários	29.156,42
Sub-Total:	**29.156,42**

05.002-FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

05.002.12.361.0012.2014.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0330000000-Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	195,64
05.002.12.361.0012.2014.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0330000000-Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	1.163,82
Sub-Total:	**1.359,46**

05.003-FUNDO MANUT. DESENV. ENS. FUNDAMENTAL- FUND

05.003.12.361.0012.2021.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0318000000-Transferências do FUNDEB 60%	69.127,54
05.003.12.361.0012.2021.3.1.9.1.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS - PREVI-CLAUDIA	
0318000000-Transferências do FUNDEB 60%	2.395,40
05.003.12.365.0012.2018.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0318000000-Transferências do FUNDEB 60%	13.106,21
05.003.12.365.0012.2019.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0318000000-Transferências do FUNDEB 60%	9.297,29
Sub-Total:	**93.926,44**

06.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

06.002.10.122.0035.2065.3.3.7.1.70.00.00.00 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	
0346074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19	1.169,30
06.002.10.301.0025.2054.3.3.7.1.70.00.00.00 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	
0342000000-Transferência de Recursos do Sistema +nico de Saúde - SUS - Estado	74,23
06.002.10.301.0032.2041.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0346000000-Transf. Fundo a Fundo SUS - Governos Federal - Bloco Custeio	3.717,08
06.002.10.301.0032.2041.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0342000000-Transferência de Recursos do Sistema +nico de Saúde - SUS - Estado	39.359,51
06.002.10.301.0032.2041.3.1.9.1.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS - PREVI-CLAUDIA	
0342000000-Transferência de Recursos do Sistema +nico de Saúde - SUS - Estado	780,41
06.002.10.301.0032.2041.3.3.9.0.34.00.00.00 SERVICOS DECORENTES DE TERCEIRIZACAO	
0346070000-Transferencias da Uniao decorrentes de emedas parlamentares individuais (§ 9.,	33.536,23
06.002.10.301.0032.2041.3.3.9.0.34.00.00.00 SERVICOS DECORENTES DE TERCEIRIZACAO	
0346000000-Transf. Fundo a Fundo SUS - Governos Federal - Bloco Custeio	16.458,69
06.002.10.301.0032.2053.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente	
0347070000-Transferencias da Uniao decorrentes de emedas parlamentares individuais (§ 9.,	39.765,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ: 01310499000104
Avenida Gaspar Dutra, 0000787 - Centro
Telefone 06635463100
gabinete@claudia.mt.gov.br

DECRETO ESPECIAL Nº 00508/2021

06.002.10.301.0032.2061.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
0346000000-Transf. Fundo a Fundo SUS - Governos Federal - Bloco Custeio		22.480,07
06.002.10.301.0032.2062.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
0346000000-Transf. Fundo a Fundo SUS - Governos Federal - Bloco Custeio		14.371,12
06.002.10.303.0032.2043.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
0346000000-Transf. Fundo a Fundo SUS - Governos Federal - Bloco Custeio		3.545,65
06.002.10.303.0032.2043.3.3.7.1.70.00.00.00 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO		
0342000000-Transferência de Recursos do Sistema +nico de Saúde - SUS - Estado		9.793,11
06.002.10.305.0032.2056.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
0346000000-Transf. Fundo a Fundo SUS - Governos Federal - Bloco Custeio		7.846,08
	Sub-Total:	**192.896,48**
07.001-GABINETE DO SECRETARIO - ASSIST. SOCIAL		
07.001.08.244.0026.2036.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
0300000000-Recursos Ordinários		12.915,94
07.001.08.244.0026.2036.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0329000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		6.617,20
	Sub-Total:	**19.533,14**
07.002-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
07.002.08.122.0035.2066.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
0329074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19		28.578,09
07.002.08.122.0035.2066.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0327076000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui		120,58
07.002.08.244.0026.2033.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0329000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		674,20
07.002.08.244.0026.2034.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0329000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		354,46
07.002.08.244.0026.2034.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica		
0329000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		3.573,00
07.002.08.244.0026.2034.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0329000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		940,51
07.002.08.244.0026.2037.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0329000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		2.075,58
	Sub-Total:	**36.316,42**
08.001-GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUB		
08.001.15.451.0009.1036.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes		
0390000000-Operações de Crédito Internas		2.328,16
08.001.15.451.0023.2039.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0317000000-Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP		49.476,61
	Sub-Total:	**51.804,77**
	Total Parcial Suplementado:	**424.993,13**

Art. 2o. Para a cobertura do CREDITO ESPECIAL, por SUPERÁVIT FINANCEIRO aberto no Artigo 1o, de acordo ao inciso I do artigo 43, da Lei 4.320/64, e Autorizado pela Lei Municipal n° 848/2021, conforme apuração.

Total Parcial Reduzido:	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ: 01310499000104
Avenida Gaspar Dutra, 0000787 - Centro
Telefone 06635463100
gabinete@claudia.mt.gov.br

DECRETO ESPECIAL Nº 00508/2021

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Poder Executivo Municipal. CLAUDIA, 12, Janeiro de 2021

ALTAMIR KURTEN
Prefeito(a)

LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2021

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2021

OBJETO: **PROCESSO DE DISPENSA PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA POLÍTICO, NO ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS E EMENDAS PARLAMENTARES, AS-**

SISTÊNCIA PRESENCIAL EM BRASÍLIA-DF PARA O MUNICÍPO DE CLÁUDIA/MT.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

EMPRESA: ISABEL CRISTINA DA SILVA LIRA

CNPJ n°: 40.622.063/0001-02

Endereço: Avenida Marechal Cândido Rondon, nº 1489, Letra B, Centro, Cláudia-MT.

VALOR GLOBAL: R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais).

VIGÊNCIA: 08 (oito) meses.

HOMOLOGO E ADJUDICO.

Cláudia – MT, 12 de Março de 2021.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

RH
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 014/2021

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310. 499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE e EDUCILEI PEREIRA LOPES,** residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 1758972-0 SSP/MT e CPF sob nº 033.566.701-58, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009, Lei Complementar nº 050/2017 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é a prestação de serviços na função de **Professora 30horas; Setor Urbano e Creche, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação, fundamentada nas Leis Complementares nº 010/2008, 014/2013 e 050/2017.**

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 3.247,80 (Três mil duzentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos), correspondentes a 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 010/2008 e 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 010/2008, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009 e a Lei Complementar nº 050/2017, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reserva-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.

CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.003.12.365.0012.2018.3190.04

DESPESAS CORRENTES

PESSOAL CIVIL

CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até **20 de Dezembro de 2021**, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.

CLÁUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009 e na Lei Complementar nº 050/2017, que regulamentam a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime Geral de Previdência Social - INSS.

CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Cláudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLÁUDIA/MT, 14 de março de 2021.

PREFEITURA MUN. DE CLAUDIA

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

EDUCILEI PEREIRA LOPES

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Andreia Teolide Schneider Sielski Maria Aparecida Bueno

CPF : 012.639.971.98 CPF: 011.842.501-38

RH
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 013/2021

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310. 499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE e DANIELY FIGUEIREDO DOS SANTOS KRAFT,** residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 2288846-2 SESP/MT e CPF sob nº 040.785.891-11, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009, Lei Complementar nº 050/2017 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é a prestação de serviços na função de **Professora 30horas; Setor Urbano- Escolas e Creches, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação, fundamentada nas Leis Complementares nº 010/2008, 014/2013 e 050/2017.**

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 3.247,80 (Três mil duzentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 010/2008 e 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 010/2008, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009 e a Lei Complementar nº 050/2017, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reserva-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.

CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.003.12.361.0012.2021.3190.04

DESPESAS CORRENTES

PESSOAL CIVIL

CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até **20 de Dezembro de 2021**, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.

CLÁUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009 e na Lei Complementar nº 050/2017, que regulamentam a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime Geral de Previdência Social - INSS.

CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Cláudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLÁUDIA/MT, 18 de Fevereiro de 2021.

PREFEITURA MUN. DE CLAUDIA

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

DANIELY FIGUEIREDO DOS SANTOS KRAFT

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Andreia Teolide Schneider Sielski Maria Aparecida Bueno

CPF : 012.639.971.98 CPF: 011.842.501-38

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
DECRETO Nº 538, DE 01 DE MARÇO DE 2021

Abre Crédito Suplementar no valor que menciona e dá outras providências.

O Sr. ALTAMIR KURTEN, Prefeito Municipal de Claudia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal nº 835/2020, e em consonância com a Lei Federal 4.320/1964.

DECRETA

Art. 1º Abre **Crédito Suplementar** por anulação total ou parcial de dotações no valor de **R$ 50.000,00** (Cinquenta mil reais), nos termos do Artigo 41, inciso I e Art. 43, Inc. III da Lei Federal nº 4.320/64, conforme discriminado a seguir.

ÓRGÃO: 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE CLAUDIA

UNIDADE: 001 – CÂMARA MUNICIPAL DE CLAUDIA

FUNÇÃO: 01 – LEGISLATIVA

SUB FUNÇÃO: 031 – AÇÃO LEGISLATIVA

PROGRAMA: 0001 – Gestão e Manutenção do Legislativo

Projeto/Atividade: 2001 – Manutenção e Encargos com a Câmara Municipal

Red. (**11**) 3390.35.0000 Serviços de Consultoria.....R$ 50. 000,00

Fonte de Recurso: **100.000000 Recursos Ordinários.....R$ 50. 000,00**

Art. 2º Para cobertura do Crédito Suplementar, aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes de anulações parciais ou totais de dotações de acordo inciso III, do artigo 43, da Lei 4.320/64, conforme discriminado a seguir.

ORGÃO: 01 – CAMARA MUNICIPAL DE CLAUDIA

UNIDADE: 001 – CAMARA MUNICIPAL DE CLAUDIA

FUNÇÃO: 01 – LEGISLATIVA

SUB FUNÇÃO: 031 – AÇÃO LEGISLATIVA

PROGRAMA: 0001 – Gestão e Manutenção do Legislativo

Projeto/Atividade: 2001 – Manutenção e Encargos com a Câmara Municipal

Red. (**14**) 3390.40.0000 Serv. de Tecnologia da Informação.....R$ 50. 000,00

Fonte de Recurso: **100.000000 Recursos Ordinários.....R$ 50. 000,00**

Soma total do Projeto/Atividade.....R$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA,

ESTADO DE MATO GROSSO,

Em 01 de março de 2021.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

RH
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 012/2021

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE e BRUNO STEFANO VIEIRA ARAUJO,** residente e domiciliado na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portador do RG nº 45175706 PC/PA e CPF sob nº 003.750.832-60, doravante denominada como **CONTRATADO**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009, Lei Complementar nº 050/2017 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é a prestação de serviços na função de **Professora 30horas; Setor Urbano- Escolas e Creches, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação, fundamentada nas Leis Complementares nº 010/2008, 014/2013 e 050/2017.**

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 3.247,80 (Três mil duzentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 010/2008 e 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 010/2008, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009 e a Lei Complementar nº 050/2017, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reserva-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.

CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.003.12.361.0012.2021.3190.04

DESPESAS CORRENTES

PESSOAL CIVIL

CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até **20 de Dezembro de 2021**, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.

CLÁUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009 e na Lei Complementar nº 050/2017, que regulamentam a contrata-

ção temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime Geral de Previdência Social - INSS.

CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Cláudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLÁUDIA/MT, 18 de Fevereiro de 2021.

PREFEITURA MUN. DE CLAUDIA

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

BRUNO STEFANO VIEIRA ARUJO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Andreia Teolide Schneider Sielski Maria Aparecida Bueno

CPF : 012.639.971.98 CPF: 011.842.501-38

RH
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 001/2021

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310. 499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE e FERNANDA APARECIDA VIANA LEDESMAN,** residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 9.952.890-7 SSP/PR e CPF sob nº 060.712.629-92, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009, Lei Complementar nº 050/2017 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é a prestação de serviços na função de **Professora 30horas; Zona Urbana, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação, fundamentada nas Leis Complementares nº 010/2008, 014/2013 e 050/2017.**

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 3.247,80 (Três mil duzentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 010/2008 e 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 010/2008, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009 e a Lei Complementar nº 050/2017, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reserva-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.

CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.003.12.361.0012.2032.3190.04

DESPESAS CORRENTES

PESSOAL CIVIL

CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até **20 de Dezembro de 2021**, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.

CLÁUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009 e na Lei Complementar nº 050/2017, que regulamentam a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime Geral de Previdência Social - INSS.

CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Cláudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLÁUDIA/MT, 11 de Fevereiro de 2021.

PREFEITURA MUN. DE CLAUDIA

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

FERNANDA APARECIDA VIANA LEDESMAN

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Andreia Teolide Schneider Sielski Maria Aparecida Bueno

CPF : 012.639.971.98 CPF: 011.842.501-38

RH
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 011/2021

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE e ALEX BOENO CUSTÓDIO,** residente e domiciliado na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portador do RG nº 2709459-6 SESP/MT e CPF sob nº 058.586.041-61, doravante denominada como **CONTRATADO**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009, Lei Complementar nº 050/2017 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é a prestação de serviços na função de **Professora 30horas; Setor Urbano- Escolas e Creches, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação, fundamentada nas Leis Complementares nº 010/2008, 014/2013 e 050/2017.**

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 3.247,80 (Três mil duzentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 010/2008 e 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 010/2008, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009 e a Lei Complementar nº 050/2017, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reserva-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.

CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.003.12.365.0012.2018.3190.04

DESPESAS CORRENTES

PESSOAL CIVIL

CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até **20 de Dezembro de 2021**, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.

CLÁUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009 e na Lei Complementar nº 050/2017, que regulamentam a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime Geral de Previdência Social - INSS.

CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Cláudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLÁUDIA/MT, 16 de Fevereiro de 2021.

PREFEITURA MUN. DE CLAUDIA

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

ALEX BOENO CUSTÓDIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Andreia Teolide Schneider Sielski Maria Aparecida Bueno

CPF : 012.639.971.98 CPF: 011.842.501-38

RH
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 010/2021

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE e GRACIELA MARIA DE OLIVEIRA ALVES,** residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 1548448-3 SESP/MT e CPF sob nº 002.607.611-09, doravante denominada como **CONTRATADA**, ce-

lebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009, Lei Complementar nº 050/2017 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é a prestação de serviços na função de **Professora 30horas; Setor Rural-Assentamento Keno, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação, fundamentada nas Leis Complementares nº 010/2008, 014/2013 e 050/2017.**

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 3.247,80 (Três mil duzentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 010/2008 e 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 010/2008, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009 e a Lei Complementar nº 050/2017, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reserva-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.

CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.003.12.365.0012.2018.3190.04

DESPESAS CORRENTES

PESSOAL CIVIL

CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até **20 de Dezembro de 2021**, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.

CLÁUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009 e na Lei Complementar nº 050/2017, que regulamentam a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime Geral de Previdência Social - INSS.

CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Cláudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLÁUDIA/MT, 16 de Fevereiro de 2021.

PREFEITURA MUN. DE CLAUDIA

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

GRACIELA MARIA DE OLIVEIRA ALVES

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Andreia Teolide Schneider Sielski Maria Aparecida Bueno

CPF : 012.639.971.98 CPF: 011.842.501-38

RH
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 009/2021

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE e CRISTIANA PEREIRA DA SILVA,** residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 1734397-6 SSP/MT e CPF sob nº 025.709.661-26, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009, Lei Complementar nº 050/2017 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é a prestação de serviços na função de **Professora 30horas; Setor Urbano- Escola e Creche, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação, fundamentada nas Leis Complementares nº 010/2008, 014/2013 e 050/2017.**

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 3.247,80 (Três mil duzentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 010/2008 e 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 010/2008, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009 e a Lei Complementar nº 050/2017, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reserva-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.

CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.003.12.365.0012.2018.3190.04

DESPESAS CORRENTES

PESSOAL CIVIL

CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até **20 de Dezembro de 2021**, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.

CLÁUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009 e na Lei Complementar nº 050/2017, que regulamentam a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime Geral de Previdência Social - INSS.

CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Cláudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLÁUDIA/MT, 16 de Fevereiro de 2021.

PREFEITURA MUN. DE CLAUDIA

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

CRISTIANA PEREIRA DA SILVA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Andreia Teolide Schneider Sielski Maria Aparecida Bueno

CPF : 012.639.971.98 CPF: 011.842.501-38

RH
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 008/2021

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE e ANDREZA LOURENÇO LOPES,** residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 1378928-7 SSP/MT e CPF sob nº 877.345.751-53, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009, Lei Complementar nº 050/2017 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é a prestação de serviços na função de **Professora 30horas; Setor Urbano- Escola e Creche, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação, fundamentada nas Leis Complementares nº 010/2008, 014/2013 e 050/2017.**

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 3.247,80 (Três mil duzentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 010/2008 e 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 010/2008, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009 e a Lei Complementar nº 050/2017, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reserva-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.

CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.003.12.365.0012.2018.3190.04

DESPESAS CORRENTES

PESSOAL CIVIL

CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até **20 de Dezembro de 2021**, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.

CLÁUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009 e na Lei Complementar nº 050/2017, que regulamentam a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime Geral de Previdência Social - INSS.

CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Cláudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLÁUDIA/MT, 16 de Fevereiro de 2021.

PREFEITURA MUN. DE CLAUDIA

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

ANDREZA LOURENÇO LOPES

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Andreia Teolide Schneider Sielski Maria Aparecida Bueno

CPF : 012.639.971.98 CPF: 011.842.501-38

RH
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 007/2021

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE e GABRIELI STEFANI DE OLIVEIRA,** residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 2886821-8 SESP/MT e CPF sob nº 061.098.871-96, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009, Lei Complementar nº 050/2017 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é a prestação de serviços na função de **Professora 30horas; Setor Urbano- Escola e Creche, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação, fundamentada nas Leis Complementares nº 010/2008, 014/2013 e 050/2017.**

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 3.247,80 (Três mil duzentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 010/2008 e 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 010/2008, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009 e a Lei Complementar nº 050/2017, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reserva-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.

CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.003.12.365.0012.2018.3190.04

DESPESAS CORRENTES

PESSOAL CIVIL

CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até **20 de Dezembro de 2021**, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.

CLÁUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009 e na Lei Complementar nº 050/2017, que regulamentam a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime Geral de Previdência Social - INSS.

CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Cláudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLÁUDIA/MT, 16 de Fevereiro de 2021.

PREFEITURA MUN. DE CLAUDIA

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

GABRIELI STEFANI DE OLIVEIRA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Andreia Teolide Schneider Sielski Maria Aparecida Bueno

CPF : 012.639.971.98 CPF: 011.842.501-38

RH
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 006/2021

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE e LARISSA LOURENÇO LOPES MARTINS,** residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 2613667-8 SESP/MT e CPF sob nº 055.513.171-88, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009, Lei Complementar nº 050/2017 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é a prestação de serviços na função de **licenciatura plena letras 30hr; Setor Urbano/ Escolas, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação, fundamentada nas Leis Complementares nº 010/2008, 014/2013 e 050/2017.**

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 3.247,80 (Três mil duzentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 010/2008 e 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 010/2008, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009 e a Lei Complementar nº 050/2017, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reserva-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.

CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.003.12.361.0012.2021.3190.04

DESPESAS CORRENTES

PESSOAL CIVIL

CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até **20 de Dezembro de 2021**, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da

data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.

CLÁUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009 e na Lei Complementar nº 050/2017, que regulamentam a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime Geral de Previdência Social - INSS.

CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Cláudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLÁUDIA/MT, 15 de Fevereiro de 2021.

PREFEITURA MUN. DE CLAUDIA

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

LARISSA LOURENÇO LOPES MARTINS

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Andreia Teolide Schneider Sielski Maria Aparecida Bueno

CPF : 012.639.971.98 CPF: 011.842.501-38

RH
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 005/2021

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE e ANDERSON FERREIRA DOS SANTOS,** residente e domiciliado na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portador do RG nº 1817578-3 SSP/MT e CPF sob nº 020.253.691-23, doravante denominada como **CONTRATADO**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009, Lei Complementar nº 050/2017 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é a prestação de serviços na função de **Professor ciências da natureza e matemática /matemática; Setor Urbano/ Escolas, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação, fundamentada nas Leis Complementares nº 010/2008, 014/2013 e 050/2017.**

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 3.247,80 (Três mil duzentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 010/2008 e 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 010/2008, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009 e a Lei Complementar nº 050/2017, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reserva-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.

CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.003.12.361.0012.2021.3190.04

DESPESAS CORRENTES

PESSOAL CIVIL

CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até **20 de Dezembro de 2021**, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.

CLÁUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009 e na Lei Complementar nº 050/2017, que regulamentam a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime Geral de Previdência Social - INSS.

CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Cláudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLÁUDIA/MT, 12 de Fevereiro de 2021.

PREFEITURA MUN. DE CLAUDIA

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

ANDERSON FERREIRA DOS SANTOS

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Andreia Teolide Schneider Sielski Maria Aparecida Bueno

CPF : 012.639.971.98 CPF: 011.842.501-38

RH
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 004/2021

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE e CLEONICE APARECIDA DE OLIVEIRA,** residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 1084617-4 SESP/MT e CPF sob nº 580.775.291-00, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009, Lei Complementar nº 050/2017 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é a prestação de serviços na função de **Professora Licenciatura Plena Geografia 30horas; Zona Urbana, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação, fundamentada nas Leis Complementares nº 010/2008, 014/2013 e 050/2017.**

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 3.247,80 (Três mil duzentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 010/2008 e 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 010/2008, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009 e a Lei Complementar nº 050/2017, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reserva-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.

CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.003.12.361.0012.2021.3190.04

DESPESAS CORRENTES

PESSOAL CIVIL

CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até **20 de Dezembro de 2021**, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.

CLÁUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009 e na Lei Complementar nº 050/2017, que regulamentam a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime Geral de Previdência Social - INSS.

CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Cláudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLÁUDIA/MT, 12 de Fevereiro de 2021.

PREFEITURA MUN. DE CLAUDIA

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

CLEONICE APARECIDA DE OLIVEIRA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Andreia Teolide Schneider Sielski Maria Aparecida Bueno

CPF : 012.639.971.98 CPF: 011.842.501-38

LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO - MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2021 R.P.

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO - MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2021 R.P.

Objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, MONITORES, NOTEBOOKS E SERVIDORES PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.** A Prefeitura Municipal de Cláudia - MT torna público que, fica prorrogado para o dia **29 de MARÇO de 2021, às 08h00min,** o recebimento das propostas para abertura do Pregão Presencial, para a contratação supracitada, devido adequações de alguns itens no Termo de Referencia do presente edital. O Edital poderá ser obtido junto à Secretaria de Administração, durante o horário de expediente e também estará disponível no site WWW.CLAUDIA.MT.GOV.BR. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, através do telefone (66) 3546-3100.

Cláudia - MT, 12 de Março de 2021.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

SHIRLEY YOTZCHETZ

Pregoeira

RH
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 003/2021

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310. 499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE e DENISE ROSA GONÇALVES,** residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 0845770-0 SSP/MT e CPF sob nº 535.848.641-00, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009, Lei Complementar nº 050/2017 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é a prestação de serviços na função de **Professora 30horas; Setor Urbano- Escola e Creche, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação, fundamentada nas Leis Complementares nº 010/2008, 014/2013 e 050/2017.**

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 3.247,80 (Três mil duzentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos), correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 010/2008 e 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 010/2008, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009 e a Lei Complementar nº 050/2017, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reserva-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.

CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.003.12.361.0012.2021.3190.04

DESPESAS CORRENTES

PESSOAL CIVIL

CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até **20 de Dezembro de 2021**, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.

CLÁUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009 e na Lei Complementar nº 050/2017, que regulamentam a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime Geral de Previdência Social - INSS.

CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Cláudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLÁUDIA/MT, 12 de Fevereiro de 2021.

PREFEITURA MUN. DE CLAUDIA

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

DENISE ROSA GONÇALVES

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Andreia Teolide Schneider Sielski Maria Aparecida Bueno

CPF : 012.639.971.98 CPF: 011.842.501-38

RH
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 002/2021

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Claudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04, denominada a seguir como **CONTRATANTE e SIRLEI SOARES LEITE SMANHOTO,** residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 1072691-8 SJ/MT e CPF sob nº 474.086.501-72, doravante denominada como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme Lei Municipal N.º 256/2009, Lei Complementar nº 050/2017 e as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objetivo da presente contratação temporária é a prestação de serviços na função de **Professora 40horas; Setor Urbano e Creche, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação, fundamentada nas Leis Complementares nº 010/2008, 014/2013 e 050/2017.**

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor mensal do presente contrato será de R$ 4.330,40 (Quatro mil trezentos e trinta reais e quarenta centavos), correspondentes a 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com a Lei Complementar 010/2008 e 014/2013, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do valor mencionado no ***caput*** desta Cláusula será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao seu vencimento, e quando houver variação das horas, tal variação deverá ser aferida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e informado ao Departamento de Recursos Humanos, mediante relatório específico, com a discriminação das horas contratadas e das horas que variarem no mês relativo ao pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO- A remuneração mensal prevista no ***caput*** desta Cláusula será reajustada na mesma época e índice adotados para os demais servidores da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - Quando do término do presente contrato o CONTRATADO (A), terá direito a receber 13º salário proporcional, férias e um terço proporcional, não tendo direito ao Aviso prévio, haja vista que o presente contrato é celebrado por prazo determinado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito do pagamento das verbas rescisórias mencionadas no ***caput*** desta Cláusula, será realizada uma média dos salários percebidos durante a vigência deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO (A) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força Lei Complementar 010/2008, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - Este contrato tem como suporte legal a Lei nº 256/2009 e a Lei Complementar nº 050/2017, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, e regulamenta também as demais características do presente instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reserva-se a CONTRATANTE, o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele.

CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.003.12.365.0012.2018.3190.04

DESPESAS CORRENTES

PESSOAL CIVIL

CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até **20 de Dezembro de 2021**, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira supramencionada.

CLÁUSULA OITAVA - Fica ressalvado à **CONTRATANTE** o direito a rescisão unilateral deste instrumento de contrato, desde que o mesmo se torne inadequado ou inconveniente aos interesses do município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE pode rescindir este contrato antes do término previsto na Cláusula Sétima, quando assim for necessário, respeitando-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O (A) CONTRATADO (A) pode pedir a rescisão deste instrumento de contrato, por motivos de foro íntimo, sempre com aviso de 30 (trinta) dias anterior à data da rescisão de fato ou com prazo menor quando houver a anuência por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - Os servidores contratados com base na Lei N.º 256/2009 e na Lei Complementar nº 050/2017, que regulamentam a contratação temporária por excepcional interesse público, estão sujeitos ao Regime Geral de Previdência Social - INSS.

CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Cláudia - MT, para dirimirem dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLÁUDIA/MT, 11 de Fevereiro de 2021.

PREFEITURA MUN. DE CLAUDIA

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

SIRLEI SOARES LEITE SMANHOTO

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Andreia Teolide Schneider Sielski Maria Aparecida Bueno

CPF : 012.639.971.98 CPF: 011.842.501-38

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

PORTARIA DP/PREF. Nº 5512 DE 12 DE MARÇO DE 2.021

PORTARIA DP/PREF. Nº 5512 DE 12 DE MARÇO DE 2.021

"CONCEDE FÉRIAS E 1/3 DE FÉRIAS

AO SERVIDOR MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO **ART.106 E DOS §1º AO §5º;**

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder **30 (trinta)** dias de fériase o recebimento de 1/3 (um terço)**,** para o servidor Sr. **Clésio Aguiar Figueira**, efetivo no cargo de **Agente de Serviços Urbanos-CPE**, lotado na **Divisão de Serviços Urbanos**, junto a Secretaria Municipal de **Obras e Serviços Urbanos**, em regime **estatutário**, a partir do dia **01 de março de 2.021 a 30 de março de 2. 021**, pelo período aquisitivo de **01 de março de 2.020 a 28 de fevereiro de 2.021.** Data da tua reintegração.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a primeiro de março de dois mil e vinte e um.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO-MT AOS 12 (DOZE) DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2.021.

_____

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO-MT

PORTARIA Nº 008/2021, DE 11 DE MARÇO DE 2021.

PORTARIA Nº 008/2021, DE 11 DE MARÇO DE 2021.

Afasta servidor de suas funções habituais e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando que chegou ao nosso conhecimento incidente envolvendo servidor público municipal em horário e ambiente de trabalho,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar à Secretária Municipal de Saúde que verifique e dê explicações sobre o ocorrido no hospital municipal, envolvendo a servidora **ZILAINE CARLOS LIMA,** portadora da cédula de identidade RG nº. 1290864-9 SSP/MT e do CPF nº. 010.654.431-45, lotada no cargo de Agente Comunitária de Endemias.

Art. 2º Com fulcro no art. 162 da Lei 056/1991 e para dar melhor transparência e imparcialidade à verificação, afastar a servidora pelo período de 10 (dez) dias.

Art. 3º Verificada a ocorrência da infração, será nomeada uma comissão conforme determina a Lei, para abertura de sindicância para investigação dos fatos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um.

Marcio Conceição Nunes de Aguiar

Prefeitura Municipal

PORTARIA DP/PREF. Nº 5513 DE 12 DE MARÇO DE 2.021

PORTARIA DP/PREF. Nº 5513 DE 12 DE MARÇO DE 2.021

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS **DA LEI MUNICIPAL 056 ART.102;**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **Licença Prêmio** à servidora Sra. **SELMA SANTANA DOS SANTOS,** funcionária efetiva no cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO- CPE**, lotado na **Divisão de Finanças,** junto a Secretaria Municipal de **Finanças**, em regime **estatutário**, sendo 90 (noventa) dias, do dia **12 de março de 2.021** ao dia **10 de junho de 2.021,** pelos períodos aquisitivos de **11 de maio de 2.015 a 10 de maio de 2.020,** de acordo com as formalidades legais, especialmente o **Estatuto dos Funcionários Públicos e o Quadro de Pessoal do Município.**

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO-MT AOS DOZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2.021.

_____

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 0532644-40.

Agente Financeiro: Caixa Econômica Federal. Tomador: **Município de Colíder-MT**. **ALTERAÇÃO:** O presente instrumento tem por objetivo alterar o Anexo II do contrato de Financiamento nº 0532644-40, de 04/06/2020, que passam a vigorar com a seguinte redação. Trimestre 01: R$ 1.500.000,00; Trimestre 02: R$ 1.395.142,02 e Trimestre 03: R$ 1.000.000,00. Data de Assinatura: 12/03/2021.

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021 – SRP

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 003/2021, cujo objeto é o **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em bussiness intelligence (BI) para fornecimento de licenças de uso de solução de BI com a captação e processamento de dados automatizada e plataforma para acesso a análise dos dados e dashboards em ambiente web e mobile (app), para atender as necessidade da Prefeitura Municipal de Colider/MT**. Sagrou-se vencedora a empresa **FORGOV CONSULTORIA E CONTABILIDADE LTDA ME**, inscrita no CNPJ nº 20.936.958/0001-04, com valor total de R$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais).

Colider/MT, 12 de março de 2021.

ANA PAULA ZAMONER

Pregoeira Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 169/GP/2021

PORTARIA Nº169/GP/2021, DE 10 DEMARÇO 2021.

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder gratificação de **25%** (vinte e cinco por cento) sobre o salário base do Servidor **Sergio Dutra Pereira**, matricula nº. 3182-1, portador da Carteira de Identidade RG. nº 606963 SSP/RO e CPF n° 497.901. 882-34, efetivo no Cargo de Agente Administrativo, 40 horas, e designar o mesmo como Responsável pelo Programa Regulariza Colniza, vinculada a Secretaria Municipal de Planejamento.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 03 de março de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 10 de março de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 10 de março de 2021.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

ZACARIAS ANTUNES MAGALHAES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 038/2021

DECRETO N.º 038/2021

Institui a cobrança do IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano, para o exercício de 2021, e dá outras providencias.

Milton de Souza Amorim, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo na Lei 609/2014 Código Tributário Municipal e suas alterações, deste Município de Colniza/MT;

Decreta:

Artigo 1.º - Fica instituída a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, para o exercício de 2021, conforme Planta Genérica de Valores.

Artigo 2.º - O Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, será cobrado numa única parcela com vencimento em 31 de julho de 2021.

§ 1° - **O contribuinte que fizer o pagamento a vista em uma única parcela terá desconto de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do imposto referente ao exercício de 2021.**

§ 2° - O contribuinte poderá optar pelo parcelamento do valor, com desconto de 15 % (quinze por cento), nos seguintes vencimentos:

I – Primeira Parcela – 31 /07/2021;

II – Segunda Parcela – 31/08/2021;

III – Terceira Parcela – 30/09/2021.

Artigo 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza/MT, em 12 de março de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MILTON DE SOUZA AMORIM

Prefeito Municipal

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SRP 10/2021.

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2021

Processo Administrativo nº 000253/2021

1. PREÂMBULO

1.1. O MUNICIPIO DE COLNIZA, através da Secretaria Municipal de Administração, por intermédio de seu(ua) PREGOEIRO(A) OFICIAL torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** – do tipo Menor Preço Unitário, conforme descrito neste edital e seus anexos, em conformidade com as Leis 10.520/02, Lei Complementar n° 123 de 14 de dezembro de 2007, Decreto Municipal N° 160, de 03 de junho de 2009 e 030/GP/2019 de 19 de fevereiro de 2019, e Decreto nº 7.892/2013 e suas atualizações 9.488/2018 e Subsidiariamente pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

1.2. O local de credenciamento e reabertura da sessão pública será na **Prefeitura Municipal de Colniza – Sala de Licitação – End.: Av. dos Pinhais n° 207 - Fone: (66) 3571-1000 centro – Colniza-MT**, sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação:

data: 29 de Março de 2021 as 08:00 horas, zero minuto e zero segundo – fuso horário da capital (MT).

O Edital juntamente com arquivo para cotação em mediador encontra-se disponível na **Prefeitura de segunda a sexta-feira das 07h00min às 11h00min das 13h00min às 17h00min, com atendimento ao público ou pelo site www.colniza.mt.gov.br/servicos/editalweb.**

https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/

2. OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRAS SERRADAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERRAGEM EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE COLNIZA-MT.**

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

3.1. Será admitida a participação neste certame, de pessoas jurídicas interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

3.2. Poderão participar desta licitação, as empresas que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes na elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.

3.3. Comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos no Capítulo da

"**DA DOCUMENTAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO".**

3.4. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

I. Que se encontre em falência, concordata, recuperação judicial, dissolução ou liquidação;

II. Que em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, seja controladora, coligada ou subsidiária entre si;

III. Que, por quaisquer motivos sejam declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

IV. Estrangeiras que não funcionem no País; e,

V. Cooperativas.

3.5. Na licitação será concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado, objetivando promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas incentivar a inovação tecnológica, aos participantes garantidos nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 e demais aplicáveis.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. No início da sessão, cada empresa licitante poderá credenciar apenas um representante, o qual deverá identificar-se junto ao(a) Pregoeiro(a), exibindo a respectiva cédula de identidade ou documento equivalente e comprovando, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de propostas (lances verbais), oferta de descontos e para a prática dos demais atos inerentes ao certame, faz-se necessário também, não se tratando de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, apresentar contrato social atualizado e suas devidas alterações.

4.2. Os documentos mencionados no Item anterior deverão ser apresentados em fotocópias autenticadas ou fotocópias simples, acompanhadas dos respectivos originais, para a devida autenticação pela Equipe do Pregão na fase de credenciamento;

4.3. Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o credenciamento através de outorga por instrumento público ou particular e copias de documentos pessoais de administradores e sócios, neste último caso, com firma reconhecida em cartório, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para formular ofertas e lances de preços, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, assinatura de contratos bem como demais atos pertinentes ao certame.

4.4. Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, deverá comprovar ser o responsável legalmente, podendo assim assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.5. Os documentos que credenciam o representante deverão ser entregues separadamente dos envelopes de números 01 e 02 e acompanhados de Declaração dando ciência de que cumpre(m) plenamente os requisitos de habilitação, (Modelo - Anexo).

4.6. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa licitante.

4.7. A falta ou incorreção dos documentos mencionados nos itens 4.2 e 4.3 não implicará a exclusão da empresa em participar do certame, mas impedirá o representante de manifestarem-se na apresentação de lances verbais e demais fases do procedimento licitatório, enquanto não suprida à falta ou sanada a incorreção.

4.8. No caso de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte as quais queiram participar do certame beneficiando-se do sistema diferenciado elencado na Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006 deverão apresentar:

I. Quando for optante pelo SIMPLES nacional deverá apresentar:

a. Comprovante de opção pelo simples obtido no site da Secretaria da Receita Federal;

b. Requerimento, assinado por representante/sócio da empresa, solicitando valer-se do tratamento diferenciado concedido a microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar nº. 123/2006, conforme modelo constante do Modelo Anexo deste Edital;

II. Quando não for optante pelo SIMPLES nacional:

a. Declaração de imposto de renda ou balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício – DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3 da Lei Complementar nº. 123/2006;

b. Requerimento, assinado por representante/sócio da empresa, solicitando valer-se do tratamento diferenciado concedido a microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar nº. 123/2006, conforme modelo constante do Modelo Anexo deste Edital;

Obs.: A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções prevista no item 14 deste edital.

4.9. A não apresentação das Documentações citadas nos itens 4.7.1 e 4.7.2., pelo licitante que queira beneficiar-se do sistema diferenciado elencado na Lei Complementar nº. 123/2006, no momento do credenciamento, acarretarão a preclusão automática desse direito nas demais fases do processo licitatório, não podendo ser invocado posteriormente.

5. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

5.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação será pública, dirigida por um(a) Pregoeiro(a), na data, hora e local definidos no preâmbulo deste Edital ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nessa data, em conformidade com este Edital e seus Anexos.

5.2. Depois de Declarada aberta à sessão pelo(a) Pregoeiro(a), não mais serão admitidos novos proponentes, e o(os) representante(s) licitante (s) entregará(ão) os envelopes contendo a(s) proposta (s) de preços e os documentos de habilitação, não sendo aceita, a partir desse momento a admissão de novos licitantes.

5.3. Cumprida as fases anteriores, os proponentes, interessados ou seus representantes presentes, deverão entregar os envelopes n.º 01 “PROPOSTA DE PREÇOS” e o n.º 02 “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”, em envelopes lacrados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA-MT. PREGÃO No ...../..... . RAZÃO SOCIAL..... No DO C.N.P.J. DO LICITANTE..... DIA/HORA: ...../...../..... ÀS 07h30min.	**ENVELOPE 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA-MT. PREGÃO Nº ...../..... RAZÃO SOCIAL..... Nº DO C.N.P.J. DO LICITANTE..... DIA/HORA: ...../...../..... ÀS 07h30min.**

5.4. Inicialmente, será aberto o ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS - e, após, o ENVELOPE 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.5. Não será permitida a entrega de apenas 01 (um) envelope, nem tampouco que uma mesma pessoa represente mais de uma empresa licitante.

6 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

I. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa, ou identificada com a razão social e carimbo do CNPJ (MF), endereço, número de telefone e /ou fax, devidamente datada, assinada, com identificação do representante legal da licitante, carimbada, bem como deverão ser lançadas no Aplicativo “MEDIADOR”, e entregues através de um arquivo salvo em mídia digital Pen Drive.

II. Na proposta de preços deverão constar se possível endereço eletrônico (e-mail), n° da conta corrente, agência e respectivo Banco, não sendo a ausência destas informações motivas de penalidade ou desclassificação da proposta.

III. Prazo de validade da proposta é de no mínimo 60 (sessenta) dias, podendo o valor ofertado ser revistos, desde que de forma mais vantajosa à administração pública (valor menor) e a interesse das partes.

IV. Preço unitário e total, por item, e valor total da proposta, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, apurado a data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

V. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, taxas de administração, frete, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.

VI. A licitante deverá indicar, para cada item, a descrição do produto, a quantidade, o preço por unidade, valor total da unidade, e indicar o valor total geral da proposta;

VII. O preço será composto de números inteiros e de duas casas decimais após a vírgula.

6.2. Consideram-se incluídas na proposta todas as despesas necessárias referentes a encargos sociais e trabalhistas e tributos em geral, mão-de-obra, transportes (FRETE), seguros, cargas, e descargas até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto desta licitação, os quais ficarão exclusivamente ao encargo do licitante vencedor;

6.3. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e, entre os expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos.

6.4. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente edital e seus anexos, bem como as que apresentem omissões ou irregularidades insanáveis.

6.5. As empresas após a apresentação das propostas não poderão alegar preço inexequível ou cotação incorreta e deverão fornecer o objeto sem ônus adicionais.

6.6. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

6.7. O(a) Pregoeiro(a) considerará erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não impliquem nulidade do procedimento, como sendo exigências formais e consequentemente classificará a empresa.

6.8. O preço ofertado permanecerá fixo e irreajustável, observado os princípios do artigo 65 da lei 8.666/1993.

6.9. Casos o(s) fornecedor(s) se negue(am) a fornecer o(s) bem(ns)/produto(s) e serviços estará(ão) sujeita(s) às sanções administrativas constantes na Seção 19 deste edital e da lei 8.666/1993.

6.10. O licitante que se fizer vencedor do certame deverá no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a sessão apresentar a proposta readequada com os itens a qual foi declarado vencedor.

6.11. Forma, local e condições de assistência técnica, no período de garantia e após a garantia;

6.12. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DISPUTA DE LANCES

7.1. No julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço.

7.2. Havendo divergência entre o valor unitário e o global correspondente, prevalecerá o cotado em preço unitário, devendo o(a) Pregoeiro(a) proceder à correção no valor global.

7.3. No curso da sessão, o(a) Pregoeiro(a) classificará o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor,

7.4. Não havendo, pelo menos 03 (três) propostas de preços escritas, nas condições fixadas no item anterior, o(a) Pregoeiro(a) classificará, dentre os presentes, até o máximo de 03 (três), número que poderá ser ampliado em caso de empate, as melhores propostas subsequentes, para que seus autores participem de lances verbais quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

7.5. Para oferta de lances, o(a) Pregoeiro(a) convidará, individualmente, os proponentes classificados, a partir do autor da proposta de maior preço, e as demais, em ordem decrescente de valor, devendo a oferta ser feita por valor unitário e:

I. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo(a) Pregoeiro(a), implicará na exclusão do proponente desta fase do certame, caso em que valerá para o julgamento o valor da proposta escrita.

7.6. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro(a), os proponentes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances, observando:

7.7. Será assegurado conforme LC 123/2006, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e EPP'S, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma ME e EPP.

7.8. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I. A microempresa ou EPP melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de 05 minutos, sob pena de preclusão, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

II. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou EPP, na forma do Edital, serão convocadas as microempresas ou EPP´s remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do contidas neste instrumento, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

III. Na hipótese da não contratação nos termos da LC 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

IV. Após a etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) ainda poderá negociar com a vencedora, para que se obtenha preço melhor, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste edital.

V. Dos lances finais, caso haja redução de preço, o percentual apurado entre o valor final e o valor inicial, será igualmente deduzido dos valores unitários, ou seja, de cada item.

7.9. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes neste Edital.

7.10. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do 1º classificado, e, caso o(a) pregoeiro(a) entenda necessário, do segundo classificado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

7.11. O(a) Pregoeiro(a) poderá desclassificar as propostas cujos preços não atendam o Edital;

7.12. Serão desclassificadas as propostas que:

I. Contiverem cotação de objeto diverso do requerido nesta licitação.

II. Não atendam as exigências do Edital e seus anexos, que sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis ou defeitos capazes de dificultar o seu julgamento.

III. Apresentarem preços excessivos, incompatíveis com os valores de mercado ou manifestamente inexequíveis.

IV. Contiverem valores superiores aos preços máximos eventualmente fixados no Termo de Referência. (quando descrito).

V. Ofertarem alternativas de preço em um mesmo item.

7.13. A desclassificação da proposta será registrada em ata de sessão.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. As Empresas deverão apresentar no Envelope 02 "Documentos de Habilitação" os documentos de habilitação, em plena validade, como relativos à Habilitação Jurídica:

I. Cédula de identidade, quando se tratar de empresa individual;

II. Registro comercial, no caso de empresa individual;

III ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

IV Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e;

VI. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

VII. Alvará de Funcionamento ou outro documento do gênero no qual comprove a regularidade do funcionamento do licitado, em plena validade e expedida pela Prefeitura Municipal do domicilio do licitado;

8.2. Relativos à Regularidade Fiscal:

I. Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

II. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, se houver relativo ao domicílio ou sede da licitada, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

III. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, a Certidão Conjunta de Tributos Federais e Quanto à Dívida Ativa da União;

IV. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, a Certidão Conjunta de Pendências Tributárias e Não Tributárias Junto a Sefaz e a PGE. A mesma poderá ser retirada no Site: www.sefaz.mt.gov.br, ou expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda e/ou Finanças do domicílio tributário do licitado;

V. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, Certidão quanto à Dívida Ativa do Município, fornecida pela Prefeitura Municipal de Colniza ou Órgão equivalente, do domicílio ou sede do licitado, com validade na data de apresentação da proposta;

VI. CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, com validade na data de apresentação da proposta, onde poderá ser retirada no Site: http://www.caixa.gov.br;

VII. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

8.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

I. as demonstrações contábeis, incluindo o balanço patrimonial do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir;

II. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, ou via internet.

8.4. Serão considerados aceitos como na forma da lei as demonstrações contábeis, incluindo o balanço patrimonial, assim apresentado:

I. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

a. Publicados em Diário Oficial ou;

b. Publicados em jornal de grande circulação ou;

c. Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitada.

II. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

a. Apresentar fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitado ou em outro órgão equivalente ou;

b. Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitado.

III. Sociedade sujeita ao regime estabelecido na Lei Complementar 123/2006 ME/EPP – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte: - acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitado ou em outro órgão equivalente; ou declaração simplificada do último imposto de renda:

IV. No caso de MEI – (Microempreendedor Individual): apresentar recibo de entrega DASN-SIMEI – Declaração Anual do Simples Nacional Microempreendedor Individual.

V. sociedade criada no exercício em curso:

a. Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio dos licitados;

VI. As demonstrações contábeis, incluindo o balanço patrimonial, deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

VII. Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital – ECD, consoante disposições contidas no Decreto nº 6.022/2007, regulamentado através da IN nº 787/2007 da RFB e disciplinado pela IN nº 109/2008 do DNRC, apresentarão documentos extraído do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped ou através do site da Junta Comercial do Estado da sede da licitante, na seguinte forma:

a. Recibo de Entrega perante a Receita Federal de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

b. Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital, extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

c. Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

d. Requerimento de Autenticação de Livro Digital;

e. Termo de Autenticação da Junta Comercial;

8.5. Os licitantes Fornecedores deverão anexar no Envelope de Habilitação, as seguintes declarações anexas ao final deste Edital:

I. Modelo de credenciamento. (Anexo III);

II. Não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal; (Anexo IV);

III. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2o, da Lei 8.666/93 (Anexo V);

IV. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre. E menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666/93, e que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão. (Anexo VI);

V. Declaração da licitante, sob as penas do Artigo 299 do Código Penal, de que terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame, dos produtos licitados para realizar a entrega nos prazos e condições previstas. Declaração de que se responsabiliza em substituir de imediato, depois do comunicado do Responsável, qualquer item entregue fora das especificações e inclusive se apresentem sem condições de consumo, por outro de melhor qualidade ou superior, sem quaisquer ônus para a Administração Municipal. (Anexo VII);

VI. Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte. (Anexo VIII);

VII. Declaração de pleno atendimento ao edital. (Anexo IX);

VIII. Declaração de elaboração independente de Proposta. (Anexo XI);

IX. Requerimento de benefício do tratamento diferenciado e declaração para microempresas e empresas de pequeno porte (lei complementar nº123/2006 e LC 147/2017). (Anexo XII);

8.6. A habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal serão comprovadas mediante consulta on-line no cadastro do Órgão expedidor do respectivo documento, em plena validade, não eximindo a licitante de apresentar tais documentos no Envelope de Habilitação.

8.7. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a) nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, ressaltando que a inviabilidade da consulta eletrônica, por quaisquer motivos, não isenta a licitante de comprovar sua regularidade da documentação exigida, podendo inclusive inabilitá-la caso a mesma não a comprove.

8.8. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos e, observado ainda o disposto neste edital, o(a) Pregoeiro(a) considerará o proponente inabilitado, salvo as situações que ensejarem a aplicação do disposto na Lei Complementar nº. 123/2006.

8.9. Nos termos do art. 42 e 43 da LC nº. 123/2006, as Microempresas e EPP's deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.10. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado ao arrematante prazo de 05 dias úteis, prorrogáveis por igual período, desde que solicitado formalmente (cujo termo inicial será no momento em que o objeto for arrematado), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.11. Nesse momento o Pregão ficará suspenso, aguardando - se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

8.12. A não regularização da documentação no prazo, implica na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções prevista no edital, facultando à Administração convocar os licitantes remanescentes para contratação, na ordem de classificação.

8.13. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo salientando que:

I. Se a licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou;

II. Se a licitante for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

III. Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.14. Não poderá concorrer matriz em nome de filial e vice-versa, salvo se as documentações de habilitação de ambas estiverem regulares e forem comprovadas.

8.15. Todas as licitantes deverão apresentar dentro do Envelope nº 02, os documentos específicos para a participação nesta licitação, devendo ser entregues numerados e de preferência sequencialmente, a fim de permitir celeridade na conferência e exame correspondentes.

8.16. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia legível autenticada por cartório competente, ou em publicação da imprensa oficial ou em cópias simples legíveis, desde que apresentadas na sessão as originais para conferência pelo (a) Pregoeiro(a), sendo que estas não deverão estar no interior do envelope, ressalvada as hipóteses da apresentação de documentos expedidos pela internet desde que possibilite a averiguação completa pelo(a) Pregoeiro(a).

8.17. Ao(a) Pregoeiro(a) reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

8.18. As devoluções dos envelopes de habilitação das licitantes serão efetuadas após 90 (noventa) dias da emissão da nota de empenho.

8.19 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

8.20. Poderá o(a) Pregoeiro(a) declarar qualquer fato formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração, devendo também, se necessário, promover diligência para dirimir a dúvida, cabendo, inclusive, estabelecer um prazo máximo de 48h00min (quarenta e oito horas) para a solução.

8.21 Constatando através da diligência o não atendimento ao estabelecido, o(a) Pregoeiro(a) considerará o proponente inabilitado e prosseguirá a sessão.

8.22. Somente serão retidos os documentos do licitante vencedor, havendo a possibilidade de retenção para casos de recursos administrativos, desde que implicados na questão.

8.23. Aquele que ensejar declaração falsa, ou que dela tenha conhecimento, nos termos do artigo 299 do Código Penal, ficará sujeito às penas de reclusão, de um a cinco anos, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular, independente da penalidade estabelecida no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/02 e legislação vigente.

8.24. Por questão de organização, toda documentação acima exigida poderá ser apresentada nesta ordem.

8.25. Os documentos exigidos deverão ser apresentados por meio de cópia autenticada. A autenticação poderá ser feita por servidor do Município autorizado, mediante apresentação dos originais.

8.26. A aceitação das certidões, quando emitidas através da Internet, fica condicionada à verificação de sua validade e são dispensadas de autenticação. Quando o prazo de validade não estiver expresso no documento, o mesmo será aceito com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias do recebimento dos envelopes.

8.27. A documentação deverá estar dentro do prazo de validade na data prevista para abertura das propostas no preâmbulo deste Edital e em nenhum caso será concedido prazo para apresentação de documentos que não tiverem sido protocolados junto à documentação no envelope de habilitação, bem como não será permitida documentação incompleta, protocolo ou qualquer outra forma de comprovação que não seja a exigida neste Edital, exceto os casos previstos nas Leis 123/2006 e 147/2014. Não serão aceitas certidões que contenham ressalvas de que “não são válidas para fins licitatórios”.

8.28. Caso a(s) certidão(ões) expedida (s) pela (s) Fazendas Federal, Estadual, Municipal, seja(m) POSITIVA(S), reserva a si o direito de só aceitá-la(s), se a(s) mesma(s) contiver(em) expressamente o efeito NEGATIVO, nos termos do artigo 206 do Código Tributário Nacional.

8.29. Se a proponente desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8.30. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades formais nos documentos de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até à decisão sobre a habilitação, inclusive mediante verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

8.31. Caso a empresa tenha apresentado algum dos documentos acima na fase de credenciamento poderá ser dispensado à apresentação dentro do envelope 02.

8.32. A verificação será certificada pelo(a) Pregoeiro(a) e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

8.33. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a proponente será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

8.34. Da reunião de abertura dos envelopes será lavrada ata circunstanciada que serão assinados pela Equipe de Apoio e representantes das empresas proponentes presentes que julgarem necessário.

09. DOS RECURSOS

09.1. A manifestação da intenção de interpor recurso será feita motivadamente no final da sessão com registro em ata e deverá ser motivada, cabendo aos interessados juntar os memoriais nominais ao(a) Pregoeiro(a) Oficial, no prazo de 03 (três) dias, conforme termos do artigo 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/02, podendo ser entregues com protocolo no Departamento de Licitações junto ao(a) Pregoeiro(a) da Prefeitura Municipal de Colniza/MT ou pelo endereço eletrônico licitacao@colniza.mt.gov.br, acompanhado de toda documentação jurídica do requerente e de seu representante que legitime o pedido, ficando os demais licitantes desde já intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhe assegurado vista imediata dos autos.

09.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo(a) pregoeiro(a) ao vencedor.

09.3. O recurso contra decisão do(a) pregoeiro(a) terá efeito suspensivo, conforme art. 109, inciso III, parágrafo 2º da Lei nº 8.666/93.

09.4. As razões e contrarrazões observarão os seguintes pressupostos para acolhimento:

I. Tempestividade;

II. Legitimidade recursal;

III. Interesse de agir;

IV. Forma escrita e pedido de nova decisão;

V. Fundamentação, com estrita conformidade com a motivação apresentada na sessão;

09.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

09.6. Após o prazo de recebimento das razões e contrarrazões, o(a) pregoeiro(a) reconsiderando ou não sua decisão, encaminhará os autos devidamente informados, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis á Autoridade Superior.

09.7. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação e homologação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

09.8. Na ocorrência de manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, podendo a critério de a administração aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10. 520/02 e legislação vigente.

9.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no Setor de Licitações, em dias úteis, segunda a sexta feira, nos horários das 07h00min às 11h00min, das 13h00min às 17h00min.

10. DA ADJUDICAÇÃO

10.1. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pela Autoridade Competente.

10.2. Havendo recurso, o(a) pregoeiro(a) apreciará os mesmos e, caso não reconsidere sua posição, caberá à Autoridade Competente a decisão em grau final, bem como a adjudicação do objeto.

10.3. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicara o objeto ao vencedor, podendo revogar a licitação nos termos do artigo 49 da Lei Federal n º 8.666/93.

10.4. Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade e demais exigências previstas para habilitação, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidas após o julgamento.

11. DA HOMOLOGAÇAO

11.1. Para fins de homologação, o proponente vencedor fica obrigado a apresentar nova proposta adequada ao preço ofertado na etapa de lances verbais, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação realizada na audiência pública do Pregão;

11.2. No caso do adjudicatário, se convocado, não assinar o contrato num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contatos a partir da data da convocação, vindo a decair do direito a execução do objeto dessa licitação, a Prefeitura Municipal de Colniza/MT poderá revogá-la, ou convocar os licitantes remanescentes, na ordem em que foram classificados, para contratar em igual prazo e nas mesmas condições em que a primeira classificada teria sido contratada.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Prefeitura convocará formalmente o licitante vencedor para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

12.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, não podendo ser prorrogada após seu vencimento. Todavia, e antes de esgotado o prazo de vencimento, e existindo saldo, poderá a administração pública converter o saldo em contrato.

12.3. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar a ata de registro de preços aplicada à regra seguinte: quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação e a proposta vencedora, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na Lei 8.666/93, 10.520/02 e demais disposições vigentes.

12.4. No caso de descumprimento (não assinatura), a Prefeitura se reserva no direito de convocar outro licitante observado a ordem de classificação, para assinar a ata, sendo este o novo detentor.

12.5. Na ata de Registro de Preço constarão todas as obrigações, direitos e deveres estabelecidos neste edital.

12.6. A minuta da ata de Registro de Preços, a ser assinada pelo licitante vencedor, é parte integrante deste edital.

12.7. É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade do registro de preços, exceto nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93.

13. DO EMPENHO

13.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmada Termo de Contrato ou aceito instrumento equivalente.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10° (décimo) dia útil o Contrato poderá ser rescindido.

14.2. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Colniza, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

14.3. Os bens e produtos adquiridos deverão ser entregues conforme foram solicitados pelo setor competente, conforme solicitação.

14.4. No caso da entrega a embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.

14.5. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, o bem e produto entregue em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com as respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

14.6. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

14.7. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

14.8. A falta de quaisquer itens do objeto este edital, cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, na entrega dos produtos objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

14.9. Comunicar imediatamente a Prefeitura qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros necessários para recebimento de correspondência;

14.10. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

14.11. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar – se - à independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

14.12. Indenizar terceiros e/ou a própria Prefeitura mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

14.13. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

14.13.1. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente no Contrato.

14.14. Fornecer os bens e produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

14.15. Apresentar para efeitos de recebimentos junto à prefeitura municipal os dados bancários (agencia e conta bancaria) nominal a empresa vencedora.

14.16. O CONTRATADO deverá atender as exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade, atentando – se principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII da Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

14.17. A empresa CONTRATADA deve manter endereço atualizado para correspondência, tanto físico, bem como eletrônico.

16. DO RECEBIMENTO DOS OBJETOS

16.1. Os objetos descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

I. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação;

II. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos objetos e consequente aceitação;

III. Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

16.2. A entrega do(s) bem(ns)/produto(s)e serviços deverá ser de acordo com a solicitação de cada secretaria e em conformidade com o especificado no Termo de Referência e Proposta da licitante contratada.

16.3. O(s) bem(ns)/produto(s) e serviços em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

16.4. O(s) bem(ns)/produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) a princípio em local designado pela Secretaria Solicitante, dentro do prazo de até 03 (três) dias corridos, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, devendo ainda estar de acordo com a especificação técnica especificada na Proposta, acompanhadas da respectiva Nota Fiscal E GF guia Florestal..

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO

17.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente.

Ficha	Exer. Fic.	Unid. Exec.	Funcional	Categoria
79	2021	040401	04.122.0002.2011.0000	3.3.90.30.00
127	2021	060601	12.361.0004.2018.0000	3.3.90.30.00
239	2021	060605	13.392.0007.2045.0000	3.3.90.39.00
276	2021	070701	10.301.0009.2049.0000	3.3.90.30.00
283	2021	070701	10.301.0009.2049.0000	3.3.90.39.00
386	2021	080801	20.606.0002.2064.0000	3.3.90.30.00
483	2021	101001	15.452.0002.2082.0000	3.3.90.39.00
501	2021	101001	26.782.0002.2085.0000	3.3.90.30.00

17.2. Os pagamentos serão efetuados, em média, até 30 (trinta) dias após o fornecimento do(s) bem(ns)/produto(s) e serviços, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo responsável pelo recebimento e conferencia dos mesmos.

17.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

17.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

17.5. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

17.6. E de inteira responsabilidade da contratada manter a comprovação da regularidade fiscal durante o período de fornecimento do(s) bem(ns)/produto(s) e serviços para efeito de pagamento.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O atraso injustificado no fornecimento do(s) bem(ns)/produto(s) e serviços sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93.

18.2. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Colniza/MT e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2. b

18.3. Ocorrendo a inexecução no fornecimento do(s) bem(ns)/produto(s) e serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

I. Advertência por escrito;

II. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Colniza/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

18.4. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Colniza/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura.

18.5. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

18.6. Serão publicadas no Jornal Oficial do Município as sanções administrativas previstas no edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

19. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

19.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do registro de preços, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/02 e nos Decretos Municipais nº 160/2009 e 030/GP/2019 e Decreto Federal nº 7.892/2013 e alterações do decreto 9.488/2018.

19.2. Caberá ao fornecedor detentor do registro na Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas e as futuras decorrentes de utilização por parte do Gerenciador.

19.3. Os quantitativos decorrentes das adesões à ata de registro de preços efetuada por Órgãos não participantes, não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preço decorrente deste certame, constantes no Termo de Referência Anexo I deste Edital, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

20. DO FISCAL DO CONTRATO

20. Será responsável, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93 os servidores previamente nomeados através de ato do Gestor Decreto Nº 015/GP/2021 pela execução e acompanhamento dos contratos ou demais documentos congêneres deste Processo, devendo referidos fiscais realizar a devida prestação de contas sobre a execução e acompanhamento do instrumento à Secretaria Municipal de Administração.

21. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

21.1. É facultada ao(a) Pregoeiro(a) ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

21.2. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

21.3. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do objeto do edital.

21.4. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e a Prefeitura não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.5. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada para abertura dos envelopes, ficará a reunião adiada para o primeiro dia útil subsequente, à mesma hora e local, salvo manifestação em contrário.

21.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública de PREGÃO.

21.8. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

21.9. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser protocolizado, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Colniza, localizada na Avenida dos Pinhais, nº 207, Centro, Colniza, Estado de Mato Grosso, até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação.

21.10. A homologação do resultado desta licitação não gera direito à contratação, mas mera expectativa de direito.

21.11. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 10.520/2002, da Lei 8.666/93.

21.12. São partes integrantes, indissociáveis e atreladas ao conteúdo deste Edital, os anexos abaixo, cujo teor vincula totalmente os licitantes:

I. ANEXO I – Termo de Referência (Do Objeto, Especificações e Quantidades);

II. ANEXO II – Modelo de Formulário de Proposta de Preços;

III. ANEXO III – Modelo de Credenciamento;

IV. ANEXO IV – Declaração que não se encontra declarada inidônea;

V. ANEXO V – Declaração de Inexistência de Fatos supervenientes e Impeditivos;

VI. ANEXO VI – Declaração sobre emprego para menores de 18 anos e servidores públicos;

VII. ANEXO VII – Declaração de disponibilidade e substituição de itens;

VIII. ANEXO VIII – Modelo de Declaração de enquadramento como (ME) ou (EPP);

IX. ANEXO IX – Modelo de declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação;

X. ANEXO X – Atestado de Capacidade técnica;

XI. ANEXO XI-declaração de elaboração independente de proposta;

XII. ANEXO XII - requerimento de benefício do tratamento diferenciado e declaração para microempresas e empresas de pequeno porte (lei complementar nº123/2006 e LC 147/2017);

XIII. ANEXO XIII – Minuta da Ata de Registro de Preços;

XIV. ANEXO XIV – Minuta do contrato.

21.12. Fica eleito o Foro do Município de Colniza/MT, para dirimir qualquer questão contratual ou editalícias, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Colniza-MT, 05 de março de 2021

_____

Marcilene Dos Santos

Pregoeira Oficial

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA - PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2021

Processo Administrativo nº 000253/2021

1. DO OBJETO:

01.1. A presente licitação tem por objeto **o REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRAS SERRADAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERRAGEM EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE COLNIZA-MT.**

2. JUSTIFICATIVA:

02.1 Para a execução das atividades próprias do órgão requisitante, faz-se necessária a disponibilidade dos produtos e serviços pretendidos, considerando especialmente que os produtos serão destinados para atender as necessidades desta municipalidade, sendo utilizado na Educação para reforma e readequação de escolas e creches municipais, em atendimento a Secretaria de Obras que utilizara o objeto em diversas manutenções e reformas de pontes da área urbana e rural do Município, em atendimento a Secretaria de Saúde para construções e reformas das Unidades Básicas de Saúde (UBS), assim como os demais departamentos vinculados a esta, em atendimento a Secretaria Municipal de Administração visando a reforma e construções de prateleiras de almoxarifados e arquivos, e em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura para reformas e ampliações do viveiro municipal, como construção de canteiros e reformas das estruturas da sede da secretaria.

02.2 A contratação de Serviços de Serragens, se faz necessária devido serem utilizados para serragem de madeira doada por órgão de defesa ao meio ambiente, entre outros, em atendimento as Secretaria Municipais acima citadas.

3. PRAZO DE ENTREGA E EXECUÇÃO:

3.1. A entrega será de forma fracionada durante o período do registro, sendo a entrega realizada nas dependências do Setor que solicitar, a entrega será de acordo com a ordem de fornecimento, emitido pelo setor responsável.

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

04.1. As licitantes interessadas deverão fornecer os objetos abaixo relacionados, com as seguintes quantidades e características mínimas para as Secretaria Municipal solicitante:

Item	Descrição do Produto	Qte	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
1	ALIZAR EM MADEIRA BENEFICIADA DE 1º QUALIDADE ALIZAR EM MADEIRA BENEFICIADA TIPO VISTA DE PORTAL DE 1ª QUALIDADE, LARGURA MINIMA DE 5 CM, COMPATIVEL COM PORTAIS DE DIVERSOS TAMANHOS E MEDIDAS, FORNECIDO EM JOGO DE TRÊS PEÇAS.	140	JOGO	40,81535	5.714,149
2	BEIRAL DE MADEIRA BENEFICIADA DE 1ª QUALIDADE BEIRAL DE MADEIRA DE 1ª QUALIDADE, TIPO MISTA, GRAPEIRA, ANGELIM, MACARANDUBA OU SIMILAR, DECORADO E PLAINADO, MEDINDO NO MINIMO 15 CM DE LARGURA X 2,5 CM ESPESSURA X 3 METROS DE COMPRIMENTO, FORNECIDO EM METRO LINEAR.	500	METRO	14,12844	7.064,22
3	MADEIRA SERRA EM QUADRADOS DE 1º QUALIDADE MADEIRA DE 1ª SERRADA EM QUADRADOS MACIÇOS COM MEDIDAS A SEREM DETERMINADAS PELA ADMINISTRAÇÃO (MINIMAS DE 20 CM DE ESPESSURA, 20 CM DE LARGURA), ESSÊNCIA: PARERI, BREU, JEQUITIBÁ CARVÃO OU SIMILAR, FORNECIDO EM METROS M3 (METROS CÚBICOS).	200	M3	1.774,31277	354.862,554
4	MADEIRA SERRA EM TABUAS DE 2ª QUALIDADE MADEIRA MACIÇA DE 2ª SERRADA EM TABUAS COM MEDIDAS A SEREM DETERMINADAS PELA ADMINISTRAÇÃO (MINIMAS DE 2,5 CM DE ESPESSURA E 03 METROS DE COMPRIMENTO), FORNECIDO EM METROS M3 (METROS CÚBICOS), MADEIRA USADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA CAIXARIA, ANDAIMES ENTRE OUTRAS FINALIDADES DO RAMO.	45	M3	979,71301	44.087,08545
5	MADEIRA SERRADA EM CAIBROS DE 1º QUALIDADE MADEIRA DE 1º QUALIDADE SERRADA EM CAIBROS COM MEDIDAS A SEREM DETERMINADAS PELA ADMINISTRAÇÃO, FORNECIDO EM METROS M3 (METROS CÚBICOS)	35	M3	1.593,62772	55.776,9702
6	MADEIRA SERRADA EM PRANCHA DE 1º QUALIDADE MADEIRA DE 1ª SERRADA EM PRANCHA COM MEDIDAS A SEREM DETERMINADAS PELA ADMINISTRAÇÃO (MINIMAS DE 5 CM DE ESPESSURA, 10 CM DE LARGURA E 2 M DE COMPRIMENTO), ESSÊNCIA: PARERI, BREU, JEQUITIBÁ CARVÃO OU SIMILAR, FORNECIDO EM M3 (METROS CÚBICOS).	260	M3	1.732,86835	450.545,771
7	MADEIRA SERRADA EM RIPAO DE 1ª QUALIDADE	36	M3	1.624,06015	58.466,1654

	MADEIRA DE 1ª SERRADA EM RIPÃO COM MEDIDAS A SEREM DETERMINADAS PELA ADMINISTRAÇÃO (MINIMO 04 METROS DE COMPRIMENTO), FORNECIDO EM METROS M3 (METROS CÚBICOS).				
8	MADEIRA SERRADA EM TABUAS DE 1º QUALIDADE MADEIRA DE 1º QUALIDADE SERRA EM TABUAS COM MEDIDAS A SEREM DETERMINADAS PELA ADMINISTRAÇÃO (MINIMAS DE 2,5 CM DE ESPESSURA), ESSÊNCIA: BREU, ANGELIM OU SIMILAR, FORNECIDO EM METROS M3 (METROS CUBICOS).	75	M3	1.580,37164	118.527,873
9	MADEIRA SERRADA EM VIGAS 1ª QUALIDADE MADEIRA DE 1ª SERRADA EM VIGAS COM MEDIDAS A SEREM DETERMINADAS PELA ADMINISTRAÇÃO (MINIMAS DE 6 CM DE ESPESSURA, 12 CM DE LARGURA),FORNECIDO EM METROS M3 (METROS CUBICOS).	50	M3	1.579,58705	78.979,3525
10	MATA JUNTA BENEFICIADA DE 1º QUALIDADE MATA JUNTA DE MADEIRA BENEFICIADA DE 1° QUALIDADE, MEDINDO NO MINIMO 07 CM LARGURA POR 1 CM ESPESSURA E 3 METROS DE COMPRIMENTO, FORNECIDO EM DUAS (12 UNIDADES).	350	DUZIA	60,35261	21.123,4135
11	SERVIÇO DE SERRAGEM DE MADEIRA SERVIÇO DE SERRAGEM DE MADEIRAS POR METRO CÚBICO (M3) EM ESTADO BRUTO, SERRAGEM EM VIGAM, CAIBROS, TABUAS, QUADRADOS E PRANCHA, COM MEDIDAS E ESPESSURA A SER DETERMINADO PELA SECRETARIA SOLICITANTE, CONTABILIZADO EM METROS CUBICOS (M3), MEDEIRA FORNECIDO PELA SECRETARIA SOLICITANTE.	625	M³	162,69391	101.683,69375

Valor total estimado 1.296.831,25 (um milhão, duzentos e noventa e seis mil, oitocentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)

5. QUALIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS:

05.1. Os licitantes interessados deverão apresentar as condições de habilitação previstas na Lei Federal 10.520, Lei 8.666/93 e alterações posteriores, bem como as qualificações técnicas que comprovem a capacitação técnica para atender à solicitação dos produtos e serviços conforme o edital.

6. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos materiais solicitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos bens e produtos;

6.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos bens e produtos.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10° (décimo) dia útil o Contrato poderá ser rescindido.

7.2. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Colniza, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

7.3. Os bens e produtos adquiridos deverão ser entregues conforme foram solicitados pelo setor competente, conforme solicitação.

7.4. No caso da entrega a embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.

7.5. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, o bem e produto entregue em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com as respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

7.6. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

7.7. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

7.8. A falta de quaisquer itens do objeto este edital, cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, na entrega dos produtos objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

7.9. Comunicar imediatamente a Prefeitura qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros necessários para recebimento de correspondência;

7.10. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

7.11. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar – se - à independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

7.12. Indenizar terceiros e/ou a própria Prefeitura mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

7.13. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

7.13.1. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente no Contrato.

7.14. Fornecer os bens e produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

7.15. Apresentar para efeitos de recebimentos junto à prefeitura municipal os dados bancários (agencia e conta bancaria) nominal a empresa vencedora.

7.16. O CONTRATADO devera atender as exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade, atentando – se principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII da Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

7.17. A empresa CONTRATADA deve manter endereço atualizado para correspondência, tanto físico, bem como eletrônico.

Colniza-MT, 05 de março de 2021.

Agricultura –	Responsável:
Educação-	Responsável:
Administração-	Responsável
Saúde -	Responsável
Infraestrutura -	Responsável

ANEXO II

Proposta de Preços

Licitação: 10/2021. Modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL**

Tipo: Menor Preco Unitario

Consumidora: Prefeitura Municipal de Colniza

Licitante: _____C.N.P.J_____

Tel. Fax: (___)_____E-mail _____Tel. (__)_____Celular: (__)_____ Endereço:_____

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UN.	VR. TOTAL
01		Und			
02		Und			
03		Und			
Estando de acordo com os termos do ato convocatório e com a legislação nele indicada, propomos os valores acima com validade da proposta de ____ (_____) dias, com pagamento através do Banco:_____, Agência Nº. _____ C/C Nº. _____, na cidade de _____. Colniza - MT, ___ de _____ 2019.					

ANEXO III

CREDENCIAMENTO

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA - MT.

REF. EDITAL PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2021.

TIPO: Menor Preço Unitário

A empresa _____, com sede à _____, na cidade de _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal Senhor (a) _____, Cargo, portador da Carteira de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, CREDENCIA o (a) Senhor (a) _____, _____ (cargo), portador (a) da Carteira de Identidade RG nº _____ e do CPF n º _____, para representá-la perante a PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT, na Licitação realizada sob a modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 10, podendo rubricar documentos e propostas, formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases do procedimento licitatório em questão.

Local e data

_____

(Nome, Cargo e Assinatura do Declarante)

OBS.:

1) Este credenciamento deverá ser emitido em papel timbrado da empresa proponente e carimbado com o número do CNPJ.

2) Reconhecer firma da assinatura do representante Legal

OBS: APRESENTAR ESTE DOCUMENTO FORA DOS ENVELOPES

ANEXO IV

DECLARAÇÃO QUE NÃO SE ENCONTRA INIDONEA

REF.PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2021.

TIPO: Menor Preço Unitário

(NOME DA EMPRESA)_____CNPJ nº_____ sediada (endereço completo)_____, declara, sob as penas da lei, que não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.

Local e Data

(a):_____

Nome e Número da Identidade do declarante

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA - MT.

REF.PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10.

TIPO: Menor Preco Unitario

A empresa _____(nome da empresa), inscrita no CNPJ/MF Nº _____, sediada _____ (Endereço Completo), neste ato representada pelo Sr. (a) _____, portador da carteira de identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação e participação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data

_____

(Nome, Cargo e Assinatura do Declarante)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS MENORES E SERVIDORES PUBLICOS

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA - MT.

REF. PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2021.

TIPO: Menor Preço Unitário

A empresa _____(nome da empresa), inscrita no CNPJ/MF Nº _____, sediada _____ (Endereço Completo), neste ato representada pelo Sr. (a) _____, portador da carteira de identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, Declara expressamente que não possui, em seu Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que altera a Lei nº 8666/93. Declaro também a inexistência em meu quadro de pessoal de servidores públicos exercendo funções de gerencia administração ou tomada de decisão.

Local e data

_____

(Nome, Cargo e Assinatura do Declarante)

OBS.:

1) Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE E SUBSTITUIÇÃO DE ITEM (NS)

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA - MT.

REF. PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2021.

TIPO: Menor Preco Unitario

(NOME DA EMPRESA) _____CNPJ nº_____ sediada (endereço completo) _____ por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para cumprimento do previsto no Art. 299 do Código Penal, declara expressamente que terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame, do(s) item (ns) licitado(s) para realizar a entrega nos prazos e/ou condições previstas. Declaramos também que nos responsabilizamos em substituir de imediato, depois do comunicado do Responsável, quaisquer itens entregues fora das especificações e inclusive se apresentem sem condições de consumo, por outro de melhor qualidade ou superior, sem quaisquer ônus para a Administração Municipal.

Local e Data

_____

Assinatura do responsável pela empresa

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA - MT.

REF. PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2021.

TIPO: Menor Preco Unitario

A empresa _____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu contador Senhor (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF n º _____, DECLARA, para fins do disposto no item 3.1 do Edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 10, sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas da Lei, que esta empresa, na presente data é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

DECLARA ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006.

Local e data

_____

(Assinatura do Contador da empresa com nº do CRC)

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um “X”, ratificando-se a condição jurídica da empresa licitante.

OBS: APRESENTAR ESTE DOCUMENTO FORA DOS ENVELOPES

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AO EDITAL

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA - MT.

REF. PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2021.

TIPO: Menor Preco Unitario

A empresa _____(nome da empresa), inscrita no CNPJ/MF Nº _____, sediada _____ (Endereço Completo), neste ato representada pelo Sr. (a) _____, portador da carteira de identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, Declara para todos os fins de direito, que conhece as especificações do Edital de PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 10 e que temos totais condições de atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive as demais formalidades relativas a documentação que deverá ser apresentada para fins habilitação.

Local e data

_____

(Nome, Cargo e Assinatura do Declarante)

OBS: APRESENTAR ESTE DOCUMENTO FORA DOS ENVELOPES

ANEXO X

ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

(NOME DA EMPRESA) _____CNPJ nº_____ sediada (endereço completo) _____ atesta para os devidos fins que a Empresa _____ com sede na _____, prestou serviço(s)_____, sendo cumpridor dos prazos e termos não havendo contra a mesma nenhum registro que a desabone.

Local e Data

_____

Assinatura do responsável pela empresa

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2021.

_____ (representante do licitante),portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, como representante devidamente constituído da empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, doravante denominado (Licitante), para fins do disposto no Edital da presente Licitação, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

1. a proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente pelo (Licitante)....., e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

2. a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente Licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

3. que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação quanto a participar ou não da referida licitação;

4. que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

5. que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

6. que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e data

_____

(assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO XII

REQUERIMENTO DE BENEFÍCIO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO

E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

(Lei Complementar nº123/2006 e LC 147/2017)

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade R.G. nº. _____e CPF/MF nº. _____, representante da empresa _____, CNPJ/MF nº. _____, solicito na condição de MICROEMPRESA / EMPRESA DE PEQUENO PORTE, quando da sua participação no certame supracitado, seja dado o tratamento diferenciado concedido a essas empresas com base nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº. 123/2006.

Declaro ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº. 123/2006.

Como prova da referida condição, apresento em documento anexo, CERTIDÃO emitida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte na forma do art. 8º da Instrução Normativa nº. 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC.

Local e data

_____

Assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa

Preferencialmente com carimbo do CNPJ

(ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER ENTREGUE FORA DO ENVELOPE)

(Papel timbrado da empresa)

ANEXO XIII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2021.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 00020/2021 – PREGÃO PRESENCIAL-SRP, com VALIDADE: 12 (doze) MESES contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial, não podendo ser prorrogada.

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Colniza/MT, doravante denominada PREFEITURA, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXX RESOLVE registrar os preços da empresa _____, nas quantidades estimadas, de acordo com as classificações por elas alcançadas por item atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber ao Decreto Municipal nº 030/2019, e 068/2017 em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual.....
.....

1.1.1. Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. Esta Ata terá validade de 12 (DOZE) meses, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial, não podendo ser prorrogada.

2.2. O prazo mencionado acima será improrrogável, exceto quando:

I. Havendo saldo remanescente e, dentro do prazo de vigência da Ata, a secretaria solicitante firme contrato com o fornecedor;

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, através do Departamento de Compras, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais.

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

5. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o Período do 10° (décimo) dia útil a Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida.

5.2. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Colniza, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.3. O(s) bem(ns)/produto(s) e serviços deverá(ão) ser entregue(s) no(s) local(is) a ser(em) definido(s) pela Prefeitura Municipal de Colniza, da forma como forem solicitados pelo setor competente.

5.4. O(s) bem(ns)/produto(s) e serviços deverá ser conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte, conforme informações exigidas na Legislação em vigor.

5.5. Substituir, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, o(s) bem(ns)/produto(s) e serviços entregue(s) em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com as respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.6. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

5.7. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.8. A falta de qualquer(quaisquer) bem(ns)/produto(s) e serviços cujo o fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.9. Comunicar imediatamente a Prefeitura qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros, julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

5.10. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.11. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar – se - à independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.12. Indenizar terceiros e/ou a própria Prefeitura mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.13. A contratada ficará obrigada a aceitar nas condições deste edital os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.13.1. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados após, devido procedimento administrativo, no contrato.

5.14. Fornecer o(s) bem(ns)/produto(s) e serviços determinado(s), conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento do(s) bem(ns)/produto(s) e serviços;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a(s) entrega(s) do(s) bem(ns)/produto(s) e serviços;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7. DO PAGAMENTO

7.1. Os pagamentos serão efetuados, em média, até 30 (trinta) dias, após a(s) entrega(s) do(s) bem(ns)/produto(s) e prestações de serviços, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Administração.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do(s) bem(ns)/produto(s) e servidos fornecidos, número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária, com autorização expressa da Secretaria solicitante, tudo conferido e atestado pelo fiscal de contrato e/ou por servidor responsável,

7.2.1. O pagamento só será devido caso a lista de fornecimento da empresa estiver compatível com a lista de compra da secretaria solicitante;

7.2.2. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.2.3. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A referida Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

I. Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

II. Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

III. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

IV. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

V. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado na entrega sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que o contratado possuir com a Prefeitura Municipal de Colniza/MT e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução no fornecimento dos bens, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

I. Advertência por escrito

II. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Colniza/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Colniza, o respectivo valor será descontado dos créditos que o contratado possuir com esta Prefeitura;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Jornal Oficial as sanções administrativas previstas no item 10.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotação orçamentária, indicada no momento oportuno, nos processos administrativos de utilização da Ata.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DA FISCALIZAÇÃO

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

13.2. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

13.3 É vedado o substabelecimento da obrigação decorrente deste instrumento a terceiros sem a anuência da Administração Publica Municipal.

13.4. Fica designado o servidor _____ para atuar na função de fiscal desse contrato/ata de registro de preços nos termos da lei nº 8.666/93 e demais, devendo realizar a devida prestação de contas sobre a execução do instrumento ao Secretario Municipal de Administração.

14. DO FORO

14.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Colniza/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ata, em 3 vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Colniza - MT, ____ de _____ 2021.

_____

XXXXXXXXXXXXXXX

Pregoeiro(a)

_____

XXXXXXXXXXXXXX

Secretária

_____

XXXXXXXXXXXXXXXXX

Equipe de Apoio

_____

XXXXXXXXXXXXXXXX

Contratado

ANEXO XIV

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº. _____/2021

Por este Contrato de aquisição, que fazem de um lado o MUNICÍPIO DE COLNIZA-MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 04.213.687/0001-02, com sede na Avenida....., neste Município de Colniza/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXX, nomeado por meio de instrumento de mandato, portador da cédula de identidade RG nº XXXX-XX, inscrito no CPF XXX. XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na ....., nesta cidade de Colniza - MT, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo de prefeito, doravante chamado simplesmente de CONTRATANTE, e por outro lado o....., de ora em diante chamada de CONTRATADO, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

I - SUPORTE LEGAL

01.01. O mesmo será fundamentado, além da legislação aplicada no decreto 030/GP/2019 de fevereiro de 2019, nas disposições consubstanciadas pela lei 8.666/93, com as demais alterações, lei 10520 de 17 de julho de 2002, bem como no Processo de Pregão Presencial SRP nº. 00/2019.

II – DO OBJETO

02.01. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para a....., que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referencia, anexo do Edital.

02.02. Este Termo de contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

III – DO PREÇO E VALOR DO CONTRATO

03.01. O valor global do presente contrato é fixado em R$ .....(.....), sendo pago conforme cronograma financeiro (.....) parcela(s), a serem pagas mediante a apresentação de nota fiscal carimbada e assinada pela secretaria solicitante, devendo indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição(ões do(s) produto(s), número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária, deverá também ser encaminhado pela contratada juntamente com a nota fiscal do(s) produto(s) adquirido(s) contendo a identificação do(s) mesmo(s), devendo ser entregue somente com autorização expressa da Secretaria solicitante, sendo tudo conferido e atestado pelo fiscal de contrato ou por outro servidor responsável, se a lista da empresa estiver compatível com a lista de solicitação da secretaria procedera então ao devido pagamento.

IV – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

04.02. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do(s) bem(ns)/produto(s) e serviços fornecidos, número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária, com autorização expressa da Secretaria solicitante, tudo conferido e atestado pelo fiscal de contrato e/ou por servidor responsável,

4.2.1. O pagamento só será devido caso a lista de fornecimento da empresa estiver compatível com a lista de compra da secretaria solicitante;

04.03. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas ao CONTRATADO o e seu pagamento ocorrerá em até 15 (quinze) dias corridos após a data de sua reapresentação na Prefeitura Municipal de Colniza;

04.04. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas.

04.05. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento, do Edital e/ou da Ata.

04.06. O CONTRATANTE efetuará as retenções tributárias estabelecidas em Lei.

04.07. Será realizado empenho prévio e ulterior pagamento, de acordo com as regras legais para os procedimentos administrativos.

04.08. As despesas decorrentes deste Processo correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da administração direta do Município de Colniza, conforme previsão orçamentária;

V – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

05.01. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

VI - DO PRAZO DE ENTREGA

06.01. O presente CONTRATO entra em vigor a partir da data de sua assinatura e o término de sua vigência se dará na data de ..... de ..... de.....

06.02. Os prazos de execução e vigência do CONTRATO terá validade até ..... de ..... de ....., podendo ser renovado por igual período de ..... (... ..) meses de acordo com interesse das partes pelo prazo previsto em Lei para produtos continuados.

VII – DAS OBRIGAÇÕES

07.01. O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor pactuado a partir da data da entrega e aceitação do(s) produto(s).

07.02. A Empresa CONTRATADA deve manter atualizado para correspondência, tanto físico, bem como eletrônico (e-mail) no tempo em que durar o fornecimento com a CONTRATANTE, sob pena de multa contratual prevista no item 10.1 da minuta.

07.03. O CONTRATANTE promoverá sobre os pagamentos efetuados ao CONTRATADO, todos os descontos das importâncias correspondentes aos eventuais danos causados pelo CONTRATADO, oriundos de dolo, culpa, imprudência, imperícia ou negligencia.

07.04. O CONTRATADO deverá entregar o(s) produto(s) e serviços conforme o dia e objeto do contrato.

07.05. O CONTRATADO fica obrigado a:

07.06. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o fornecimento de que trata este contrato.

07.07. Assumir inteira responsabilidade pelo(s) fornecimento(s), o(s) qual(is) será(ão) realizado(s) com a observância de todas as normas técnicas e normativos legais aplicáveis.

07.08. Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão-de-obra especializada, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, sociais, tributárias, previdenciárias, fundiárias, normas técnicas e demais, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas.

07.09. Exigir e somente entregar o(s) produto(s) e serviços mediante a apresentação de documento(s) com carimbo e assinatura de servidor competente da Prefeitura Municipal de Colniza, autorizando a entrega do(s) produto(s) solicitado(s);

07.10. Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes da entrega do(s) produto(s), tais como emolumentos prescritos e que digam respeito ao produto, impostos; taxas; contribuições fiscais; previdenciárias; trabalhistas; fundiárias; enfim, por todas que houver, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente edital;

07.11. Notificar à Administração Pública, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, caso não tenha interesse no contrato, sob pena de incidência de sanções administrativas previstas neste instrumento, independente das sanções civis na forma da Lei.

07.12. Fornecer, quando solicitado, elementos necessários à avaliação do(s) produto(s) e serviços bem como dados estatísticos e demonstrativos de custos.

07.13. O CONTRATADO será remunerado exclusivamente através dos valores unitários contidos na Ata, sendo vedada a cobrança de qualquer sobretaxa; a retenção e/ou exigência de apresentação de qualquer documento(s) adicional (ais); aposição de assinatura em documento em branco ou de garantia de qualquer espécie; cobrança de depósito e/ou caução de qualquer natureza, além de solicitação de fornecimento de quaisquer insumos necessários à entrega do(s) produto(s) e serviços.

07.14. A empresa CONTRATADA deve manter endereço atualizado para correspondência, tanto físico, bem como eletrônico.

VIII – DA FISCALIZAÇÃO

08.01. Fica designado a exercer a função de fiscal de contratos, nos termos do art. 67 da lei nº 8.666/1993 os servidores previamente nomeados através do Decreto 015/GP/2021 pela execução e acompanhamento dos contratos ou demais documentos congêneres deste processo, devendo os referidos fiscais realizar a devida prestação de contas sobre a execução e acompanhamento do instrumento a secretaria municipal de administração.

08.02. Fica designado para exercer a função de fiscal do presente contrato nos termos do Decreto nº____ e alterações do ____, ao qual competira fiscalizar, receber e dirimir as dúvidas que surgirem no custo do fornecimento do objeto do presente contrato. (Art. 67 da Lei nº 8.666/93).

08.03. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições, técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE, ou de seus agentes e prepostos (ar. 70 da Lei nº 8.666/93).

IX – DA RESCISÃO CONTRATUAL

09.01. A rescisão contratual poderá ser:

I. Amigável –por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Prefeitura Municipal, não cabendo qualquer direito indenizatório à Rescisão Amigável.

II. Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XVII do Art. 78 da Lei 8.666/93.

III. Judicial – nos termos da legislação processual.

09.02. O CONTRATADO reconhece os direitos da administração em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei nº 8.666/93.

09.03. O presente contrato obedecerá a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, aplicando-se as sanções nela prevista por qualquer descumprimento com as obrigações assumidas em decorrência do presente contrato.

X – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

10.01. O descumprimento total ou parcial, de quaisquer das obrigações estabelecidas no presente CONTRATO, bem como recusa da retirada de Nota de Empenho, sujeitará o CONTRATADO às sanções previstas na Lei nº 8.666/93 e às seguintes que poderão ser aplicadas discricionariamente pela Administração, garantida a prévia e ampla defesa em Processo Administrativo, na forma do art. 87, da Lei 8.666/93:

I. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da nota de empenho, pela recusa de retirar o respectivo instrumento;

II. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da nota de empenho pelo descumprimento do instrumento de convocação para assinatura do termo contratual;

III. Multa moratória, não compensatória, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total da nota de empenho pela impontualidade no cumprimento das obrigações pactuadas;

IV. Multa compensatória equivalente ao valor integral do fornecimento não realizado, limitado a 5% (cinco por cento) sobre o valor total da nota de empenho, pela rescisão determinada por ato unilateral da Prefeitura Municipal de Colniza, no caso de inexecução parcial ou total de quaisquer das obrigações estipuladas;

V. Caso o CONTRATADO não cumpra as condições estabelecidas no presente CONTRATO suspensa de licitar e impedida de contratar temporariamente com o Município de Colniza, pelo prazo de até 02 (dois) anos; declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 87, inciso IV da Lei 8.666/93.

VI. As sanções acima estabelecidas poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, após facultado o exercício de defesa prévia em processo administrativo, na forma do § 2°, do art. 87, da Lei 8.666/93.

VII. Na hipótese de o CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo à conclusão do CONTRATO, ficará o CONTRATADO sujeita, além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.

VIII. As multas previstas nesta Cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

IX. O CONTRATANTE reserva-se o direito de, a qualquer tempo, paralisar ou suspender o fornecimento do CONTRATO, se for constatada pela fiscalização falhas no fornecimento e/ou caso requeiram justificadamente o motivo.

XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.01. O CONTRATADO declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela CONTRATANTE.

11.02. A existência e atuação da fiscalização da CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva do CONTRATADO, no que concerne à entrega dos produtos e as suas consequências e implicações.

11.03. Verificada pela fiscalização do CONTRATANTE, a não entrega dos produtos ou o retardamento indevido, poderá o mesmo assumir o objeto do CONTRATO na situação em que se encontrar, constituindo os valores não pagos como créditos passíveis de cobrança por parte do CONTRATANTE perante o CONTRATADO, servindo o presente CONTRATO como Título Executivo, na forma do disposto do Código de Processo Civil.

11.04. Igualmente, se verificada no fornecimento do objeto ora contratado, a superveniência de insolvência, concordata ou falência do CONTRATADO, serão considerados os valores não pagos como créditos privilegiados do CONTRATANTE, podendo o mesmo prosseguir no final da execução do CONTRATO.

11.05. O CONTRATANTE reserva, ainda, o direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo a entrega dos produtos contratados, mediante o pagamento único e exclusivo daqueles já fornecidos.

XII – DO FORO

12.01. Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato fica eleito o foro da Comarca a de Colniza/MT.

12.02. E por estarem justos e contratados as partes firmam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também o assinam, destinando três vias para o CONTRATANTE e uma via para ao CONTRATADO.

Colniza - MT, ..., de ..... de 2021

_____ **(nome)** **Prefeito Municipal** **Contratante**
_____ **(nome)** **Pessoa Jurídica** **Contratada**

TESTEMUNHA 1 NOME:_____ CPF:_____	**TESTEMUNHAS 2** NOME:_____ CPF:_____

COVID-19: PORTARIA N° 023, DE 12 DE MARÇO DE 2021

PORTARIA N° 023, DE 12 DE MARÇO DE 2021

“Atualiza medidas excepcionais, de caráter temporário, para a prevenção dos riscos de disseminação do coronavírus (COVID-19) no âmbito da Câmara Municipal de Colniza-MT”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT, no uso legal de suas atribuições estabelecidas em Lei;

CONSIDERANDO o recente aumento no número da média móvel de casos confirmados de Covid-19, de hospitalizações e de óbitos no âmbito municipal;

CONSIDERANDO os dados contidos no Painel Epidemiológico nº 358 Coronavírus/Covid-19 Mato Grosso, de 01º de março de 2021, da Secretaria Estadual de Saúde, que indicam que a taxa de ocupação dos leitos públicos de UTIs no Estado de Mato Grosso está em 87,95% (oitenta e sete vírgula noventa e cinco por cento);

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o andamento dos serviços legislativos nesta Casa de Leis;

CONSIDERANDO a responsabilidade social da Câmara Municipal de Colniza e necessidade de manter sua prestação de serviços públicos;

R E S O L V E:

Art. 1º. - Adotar medidas para mitigação de riscos da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) no âmbito da Câmara Municipal de Colniza, ficando autorizada a forma de aplicação de revezamento presencial e teletrabalho para fins de garantir a preservação do funcionamento dos serviços considerados essenciais e prioritários, conforme as respectivas necessidades desta Casa de Leis e determinação da Presidência, a vigorar entre os dias 15/03/2021 à 30/03/2021, prorrogáveis.

§1º - Fica estabelecido que os servidores da Câmara Municipal de Colniza trabalharão de forma escalonada, devendo permanecer apenas 01 (um) servidor em cada sala para desempenho de suas funções, ficando instituído que o servidor que não comparecer ao trabalho presencialmente conforme a escala deverá desempenhar as suas funções de forma remota, quando as atribuições da respectiva função pública admitirem esta modalidade de trabalho, estando a inteira disposição no período de expediente (07h00min às 13h00min).

§2º - A Mesa Diretora providenciará as medidas técnicas para implantação de tecnologia para a viabilidade de realização do trabalho remoto, considerando as atribuições e peculiaridades de cada cargo e função.

§3º - O servidor em trabalho remoto deverá registrar a hora de início e de fim de cada turno, de acordo com o horário de expediente, para fins de efetividade funcional, devendo cumprir, no que couber, as atribuições de seu cargo.

§4º - Não havendo condições de o servidor eletronicamente comprovar o exercício de sua atividade remota, deverá ser apresentado, relatório descritivo das demandas remotamente atendidas, para fins de confirmação de efetividade.

§5º - São deveres dos servidores que atuarem em teletrabalho:

I. prover as estruturas física e tecnológica necessárias à realização do teletrabalho;

II. cumprir as ordens de serviço ou o plano de trabalho definidos pelo Presidente da Câmara, com qualidade e nos prazos estipulados;

III. salvo se houver justificativa médica, comparecer aos locais sempre que solicitado pelo Presidente, dentro do horário de trabalho, adotando as medidas de cautela;

IV. manter ligados e ativos os telefones de contato, whatsapp e contas de correio eletrônico para a comunicação institucional, bem como consultá-los frequentemente nos dias úteis;

V. informar o andamento dos trabalhos ao Presidente, conforme pactuado, e apontar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar os trabalhos;

VI. disponibilizar minutas do trabalho acordado para apreciação e orientação do Presidente, sempre que solicitado;

VII. reunir-se, preferencialmente por via remota, com a equipe, Presidente ou Vereadores para apresentação e alinhamento dos resultados parciais e finais dos trabalhos;

VIII. participar das atividades de orientação relativas a interesse das unidades, a serem realizadas remotamente.

Art. 2º. - O acesso ao público nas dependências desta casa deverá ser controlado por um servidor público, o qual irá analisar e filtrar a necessidade da demanda de cada cidadão que comparecer ao Prédio da Câmara Municipal, sendo que o referido atendimento se dará preferencialmente no hall de entrada.

Parágrafo único: O livre acesso as dependências da Câmara fica restrito aos vereadores e servidores do Poder Legislativo Municipal, os quais deverão observar todas as orientações do Sistema Único de Saúde - SUS quanto a prevenção da Covid-19, devendo ser realizada a higiene pessoal frequente, com a utilização de materiais como sabonete, álcool em gel/liquido e mascaras, bem como deverá ser seguido o distanciamento mínimo de 1,5 metros entre as pessoas.

Art. 3º. - Ficam dispensados do comparecimento ao trabalho, sem prejuízo da remuneração, viabilizando a realização do trabalho remoto, pelo prazo determinado nesta portaria, podendo ser prorrogado, os servidores públicos do Poder Legislativo com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, gestantes, servidores que tenham realizados intervenções cirúrgicas, que estejam realizando tratamento de saúde que cause diminuição da imunidade, transplantados e portadores de doenças crônicas que integram o grupo de risco de maior mortalidade pelo COVID-19, independente da faixa etária.

Art. 4º. - Os membros, vereadores e servidores de qualquer unidade da Câmara Municipal de Colniza que tiverem casos confirmados em seus respectivos grupos familiares, deverão selecionar suas atividades funcionais em regime de trabalho remoto temporário especial, pelo período de 10 (dez) dias.

Art. 5º. - O membro ou servidor que apresenta febre ou sintomas respiratórios (dificuldade em respirar, dor de garganta, mialgia, cefaleia e prostração) passa a ser considerado um caso suspeito de contaminação por

COVID-19 e deve adotar protocolo de atendimento específico indicado pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Colniza.

Art. 6º. - Fica normatizado o protocolo mínimo com previsão de aferição de temperatura corporal previamente à entrada de pessoas nas dependências e conseqüente inviabilização de entrada das pessoas em estado febril, com o objetivo declarado de proteção da coletividade contra os efeitos de proliferação do novo coronavírus (COVID).

Art. 7º. - Para evitar a entrada de pessoas suspeitas ou confirmadas para COVID-19, que possam disseminar a doença nas dependências da Câmara Municipal de Colniza, todas as pessoas deverão, além de fazer uso de máscaras, ser submetidas ao serviço de aferição de temperatura corporal, no momento do acesso.

§ 1º - O aferidor de temperatura, pessoa devidamente treinada para executar a aferição de temperatura, podendo ser servidor, terceirizado ou colaborador, deverá:

I - realizar abordagem com urbanidade e informar sobre o serviço de realização da aferição de temperatura e a obrigatoriedade do uso de máscara para o acesso ao prédio; e

II - aferir a temperatura da pessoa com termômetro infravermelho.

§ 2º - Aferida a temperatura de qualquer pessoa, observar-se-á que:

I - se a temperatura estiver dentro da normalidade (<37.5°C), deverá orientá-lo quanto:

a) a necessidade do uso de álcool em gel para higienização das mãos;

b) a importância de manter o distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas; e,

c) a obrigatoriedade do uso de máscara durante todo o período em que permanecer nas dependências da Câmara Municipal de Colniza, sendo que:

II - se a temperatura for indicativa de febre (>37.5°C), deverá o aferidor reaferir a temperatura, após alguns minutos, preferencialmente com outro termômetro, caso tenha disponibilidade;

III - se a temperatura se mantiver indicativa de febre (>37.5°C) ou superior, o aferidor deverá:

a) restringir o acesso desta pessoa às dependências da Câmara Municipal de Colniza; e

b) sugerir que a pessoa procure uma unidade de saúde ou seu médico.

§ 3º - Para os servidores, empregados públicos e contratados temporários, cuja temperatura mantenha-se indicativa de febre (>37.5°C) ou superior, o aferidor deverá sugerir à pessoa que procure uma unidade de saúde ou seu médico, bem como que se mantenha afastado do trabalho e permaneça em isolamento domiciliar, por 14 (quatorze) dias ou até o resultado do teste que elimine a suspeita de infecção.

§ 4º - Para os terceirizados e colaboradores, cuja temperatura mantenha-se indicativa de febre (>37.5°C) ou superior, o aferidor deverá informá-lo, ainda, sobre a necessidade de pronto afastamento do trabalho, devendo a Câmara Municipal de Colniza:

I - comunicar o fato imediatamente à empresa prestadora do serviço, solicitando a reposição da força de trabalho; e,

II - orientar à prestadora de serviço para recomendar o seu empregado a manter isolamento domiciliar por 14 (quatorze) dias ou até o resultado do teste que elimine a suspeita de infecção.

Art. 8º. – Os casos omissos serão avaliados pela Presidência da Câmara Municipal de Colniza.

Art. 9º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se; Publique-se; Cientifique-se; e, Cumpra-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Colniza/MT, em 12 de março de 2021.

OSEIA PEREIRA GUEDES

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA - MT

EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2021.

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT.

CONTRATADO: Empresa C. de Moura Silva - ME

CNPJ Nº 11.564.967/0001-12

OBJETO: **Pelo presente Termo de Contrato, as partes supra-identificadas, de comum acordo, resolve celebrar o presente contrato de** *Contratação de Empresa especializada para prestação de serviços de acesso à internet empresarial via Fibra Ótica com à velocidade link de 150 Mbps com IP público válido. O link simétrico deverá apresentar velocidade de download em 70% e de upload em 50% de garantia, com fornecimento de todos os equipamentos necessários à execução do serviço e suporte técnico, por um prazo de 12 meses podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos*.

PRAZO: 12 **(doze) MESES.**

VALOR GLOBAL: R$ 6.000,00 (seis mil reais).

Colniza – MT, 12 de março de 2021.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 170/GP/2021

PORTARIA Nº170/GP/2021, DE 10 DEMARÇO 2021.

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - ART. 1º - Alterar parcialmente o Art. 1º. da Portaria nº 076/GP/2021, de 12 de janeiro de 2021, que passa a ter a seguinte redação:

"ART. 1º - Conceder gratificação de **25%** (vinte e cinco por cento) sobre o salário base do Servidor **Makaulli Gomes de Souza**, matricula nº. 7360, efetivo no Cargo de Agente Administrativo, 40 horas, e designar o mesmo como responsável pelo envio das cargas imediatas do Sistema **APLIC do Setor de Licitações** do Município de Colniza/MT, vinculada a Secretaria Municipal de Administração.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 01 de março de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 10 de março de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 10 de março de 2021.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

ZACARIAS ANTUNES MAGALHAES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO - PORTARIA Nº 041/2021 DE 08/03/2021

PORTARIA Nº 041/2021 DE 08/03/2021

GLEYSCLER BELUSSI RIBEIRO GONÇALVES, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2021/2022, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei,

Considerando os Requerimentos dos Servidores interessados e documentação comprobatória de todos;

Considerando o Parecer Jurídico nº 01/2021 favorável da Procuradoria Jurídica Legislativa em consonância com as Leis Municipais nº 1.257/2010 de 29/06/2010 – PCCV e 1.328/2011 de 29/07/2011 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder **GRATIFICAÇÃO DE 3,00% (TRÊS POR CENTO)** sobre a remuneração dos servidores relacionados abaixo, **pela participação em curso de qualificação na área de atuação profissional no decorrer dos últimos doze meses**, conforme estabelece o inciso III do artigo 7º da Lei Municipal 1.257/2010 de 29/06/2010.

Adriana Guimarães Rosa;

Aline Queiroz dos Santos Rios;

Ivanir Mendes Rodrigues;

Josiane Gonçalves Mendes;

Rosa Adriana Dourado de Freitas;

Sidnei de Paula;

Silvana Pereira Simonete;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 01/03/2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, ao oitavo dia do mês de março do ano de dois mil e vinte um.

Gleyscler Belussi Ribeiro Gonçalves - **Presidente Biênio 2021/2022**

Registre-se e Publique-se:

Wender Bier de Souza - 1º Secretário

EXTRATO DE EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 001/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através da Presidente da Comissão de Licitação Eduardo Ferreira da Silva, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS – **EDITAL n° 001/2021**, tendo como objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA,** cuja abertura ocorrerá às **08:00** horas do **dia 30/03/2021**, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com a Presidente/Equipe de Apoio das 8:00 às 12:00 horas.

Comodoro – MT, 12 de Março de 2021.

José Oliveira Falcão

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES EXTRATO DO CONTRATO N°035/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N° 221/2020

TOMADA DE PREÇOS Nº. 016/2020

OBJETO:. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL BRANCA DE NEVE (BLOCO B), LOCALIZADA NA ZONA RURAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE CONFRESA-MT.

DO VALOR GLOBAL: R$ 127.742,03

PRAZO DE VIGÊNCIA: 294 dias, 12/03/2021 A 31/12/2021.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 120 dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviços emitida pelo Município de Confresa;

DATA: Confresa, 12 de Março de 2021.

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – MT – **CONTRATADA:** S. R. LEITE CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS EIRELLI, inscrita no CNPJ sob o n° 33.906.073/0001-04.

FORO: Porto Alegre do Norte - MT.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº069/2021 TOMADA DE PREÇOS Nº007/2021.

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº069/2021.

TOMADA DE PREÇOS Nº007/2021.

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, sem efeito o aviso de abertura de Processo Licitatório **nº069/2021 Tomada de Preço nº007/2021** com previsão de abertura para o dia **31 de MARÇO de 2021, às 09h00min, publicada no DOU nº48 de 12 de Março de 2021 pagina 214,** por motivo de duplicidade de publicação de um mesmo Processo Licitatório com datas diferente de abertura.

Confresa-MT, 12 de MARÇO de 2021.

_____

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

Presidente da C.P.L.

PORTARIA Nº008/2021.

GABINETE DO PREFEITO EDITAL Nº 007/2021 DE 19 DE JANEIRO DE 2021.

EDITAL Nº 007/2021 DE 19 DE JANEIRO DE 2021.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO AT. 83, INCISO 17º.

TORNA PÚBLICO

A Prefeitura Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, representado pelo seu Prefeito, Sr. **RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM TORNA PÚBLICO o Balancete Referente ao Exercício Financeiro, do Mês de Janeiro 2021.** Ficará à disposição de qualquer contribuinte deste Município para questionar-lhe a sua legitimidade pelo prazo preconizado pela legislação vigente.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO 1°TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº.33/2020

PROCESSO LICITATÓRIO n° 099/2020

PREGÃO ELETRÔNICO N° 02/2020

OBJETO DO CONTRATO: Adesão Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Eletrônico–SRP nº011/2019 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, para Aquisição de Ônibus Rural Escolar (ORE) para atender as necessidades da Secretaria Municipal Educação do Município de Confresa/MT.

OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação do **Prazo de Vigência** referente ao contrato por mais 234 (Duzentos e Trinta e Quatro) dias, vigorando de 09 de Março de 2021 a 29 de Outubro de 2021, sob pena de prejuízo do interesse público.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA – **CONTRATADA:** SAN MARINO ÔNIBUS LTDA inscrito no CNPJ n° 93.785.822/0001-06.

DATA: CONFRESA, 09 DE MARÇO DE 2021.

FORO: PORTO ALEGRE DO NORTE – MT.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 55/2021 ADM DE 12 DE MARÇO DE 2021.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor público municipal como **FISCAL DE CONTRATO,** o Sr. **ADALBERTO DE ARAUJO PAGIOLLI** CPF: 036.358.471-43, do Contrato abaixo discriminado.

CONTRATO	**035/2021**	**CNPJ**	**VALOR TOTAL**
CONTRATADA	S. R. LEITE CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS EIRELLI	33.906.073/0001-04	R$ 127.742,03
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL BRANCA DE NEVE (BLOCO B), LOCALIZADA NA ZONA RURAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.		
PRAZO DE VIGÊNCIA	294 DIAS – 12/03/2021 A 31/12/2021.		
PRAZO DE EXECUÇÃO	120 DIAS CORRIDOS, CONTADOS A PARTIR DO RECEBIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇOS EMITIDA PELO MUNICÍPIO DE CONFRESA;		

Art. 2º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 3º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 4º - Fica garantido aos Fiscais do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 12 de Março de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

LICITAÇÃO
RESULTADO PREGAO PRESENCIAL 007/2021 - SRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/20221

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 134/2021

O MUNICIPIO DE CONQUISTA D’OESTE, através de seu pregoeiro torna público, para conhecimentos dos interessados, que a licitação promovida pelo PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2021, que tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PRONTA TIPO SELF-SERVICE NO MUNICIPIO DE PONTES E LACERDA, teve como vencedora a empresas JEANE KATT SEGATTO ALVES SANTOS, inscrita no CNPJ sob o nº 27.084.955/0001-20, a qual ofertou melhor proposta para o objeto licitado, com o valor de R$ 18,00 (dezoito reais) por unidade totalizando o valor de R$ 9.180,00 (nove mil cento e oitenta reais). A presente Ata tem validade de 12 meses e os serviços serão requisitados conforme a demanda.

Conquista D’Oeste, 12 de março de 2021.

Fernando Roberto de Moraes

Pregoeiro Oficial

PORTARIA/DECRETO
COVID-19: EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 005/2021 TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D’Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Leis Complementares que regulamentam a investidura no Serviço Público Municipal, **CONVOCA** os Candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados no Teste Seletivo Simplificado desta Prefeitura, objeto do Edital n.º 001/2021, devidamente homologado, para apresentarem os documentos exigidos para o processo de nomeação e posse nos respectivos cargos.

A posse ocorrerá no prazo de 3(três) dias úteis, contados da publicação do ato de nomeação.

Tornar-se-á sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no parágrafo anterior deste artigo.

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

CLASSIFICÇÃO	NOME
3º	JANICE LEMES GORGONHA AGUIAR

CARGO: FISIOTERAPEUTA

CLASSIFICÇÃO	NOME
2º	ANDRESSA GONÇALVES DE PAULA

CARGO: BIQUIMICO

CLASSIFICÇÃO	NOME
1º	GLEISSI KELLEN PETRUNILIO

CARGO: AUXILIAR DE LABORATORIO

CLASSIFICÇÃO	NOME
1º	SIMYELLE NERI FREITAS ANDRADE

Gabinete do Prefeito, Conquista D'Oeste - MT, 12 de março de 2021.

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
COVID-19: RATIFICAÇAO DISPENSA 08/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 008/2021

Processo Administrativo nº 187/2021

Considerando o cumprimento dos requisitos nos termos permissivos do Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93, tendo em vista o conteúdo do presente processo administrativo, o qual foi submetido a exame e aprovação da Assessoria Jurídica, emitido parecer favorável, RATIFICO a contratação da empresa a empresa LEITE E RIBEIRO LTDA (VALLEN DIAGNOSTICA), CNPJ 18.849143/0001-38, para O FORNECIMENTO DE TESTES RAPIDO PARA COVID19 IGM/IGG, PARA UNIDADE DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE CONQUISTA D'OESTE, a qual apresentou melhor proposta. O valor a ser pago serão: item 51105 - TESTE RAPIDO PARA COVID19 IGM/IGG, valor de R$ 35,02 (trinta e cinco reais e dois centavos) a unidade, totalizando o valor geral R$ 12,257,00 (doze mil duzentos e cinquenta e sete reais).

Conquista D'Oeste, 12 de março de 2021.

Maria Lúcia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N.º 085/2021

Nomeia Chefe de Departamento, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, **no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art.** 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º NOMEAR, a partir 11 de Fevereiro de 2021, o Senhor, EBNER FERNANDES RIBAS, **inscrito no CPF/MF sob o n.º** 060.636.461-75, residente e domiciliado no Município de Cotriguaçu-MT, para exercer as atribuições do cargo de Chefe de Departamento, de provimento em comissão, com vencimento/subsídio estabelecido por estabelecido pela Lei Complementar Municipal n.º 038/2009.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 11 de Fevereiro de 2021.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 17 de Fevereiro de 2021.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume

DEPARTAMENTO PESSOAL
PROCESSO N.º PSS 003/PE/COTRIGUAÇU2021

DECLARAÇÃO DE NÃO RECURSOS CONTRA O EDITAL DE ABERTURA

A Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, *Jesuína Maria De Aquino Sulzbach*, nomeada pela Portaria Municipal n.º 111, de 03 de março de 2021, no uso de suas atribuições que compete a administração do Processo Seletivo Simplificado marginado, **DECLARA** não ter havido qualquer tipo de recurso administrativo contra o Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado PSS 003/PE/COTRIGUAÇU2021, de 05 de março de 2021, publicado no site da empresa organizadora http://sosconsultoria.listaeditais.com.br/, no site do município em https://www.cotriguacu.mt.gov.br/ em data de 05/03/2021 e, no Jornal Oficial dos Municípios AMM, edição nº 3.681, páginas 172 a 195, de 08 de março de 2021.

Diante do exposto delibera sobre a continuidade do processo sem qualquer alteração e encaminha ao Senhor Prefeito o pedido de ratificação do Edital de Abertura.

Cotriguaçu MT, 11 de março de 2021

Jesuína Maria de Aquino Sulzbach

Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 112/2021

SÚMULA: "Dispõe sobre a homologação do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado PSS 003/PE/COTRIGUAÇU2021, do Município de Cotriguaçu, e dá outras providências".

O Senhor **OLÍRIO OLIVEIRA DOS SANTOS,** Prefeito Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, e ainda,

Considerando a publicação do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado PSS 003/PE/COTRIGUAÇU2021, de 05 de março de 2021, no site da empresa organizadora http://sosconsultoria.listaeditais.com.br/, site do município em https://www.cotriguacu.mt.gov.br/ em data de 05/03/2021, no Jornal Oficial dos Municípios AMM, edição nº 3.681, páginas 172 a 195, de 08 de março de 2021;

Considerando a concessão de prazo para recursos administrativos contra o Edital de Abertura até as 17:00 hs do dia 10/03/2021;

Considerando que nenhum recurso contra o edital de abertura foi apr**esentado junto à** Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado

RESOLVE:

Art. 1º. Homologar o Edital de Abertura PSS 003/PE/COTRIGUAÇU2021, que dispõe sobre o regulamento do Processo Seletivo Simplificado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito M**unicipal** de **Cotriguaçu**, Estado de Mato G**rosso, aos onze dias do mês de março de 2021**.

OLÍRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N.º 104/2021.

Contrata aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º CONTRATAR temporariamente os candidatos aprovados no Processos Seletivo Simplificado 001/2020:

Candidato	Cargo	Admissão
Ana Paula Gomes da Cruz	Técnico em Enfermagem	01/02/2021
Bruna Thais de Oliveira	Técnico em Enfermagem	01/02/2021
Solange Aparecida de Lima	Técnico em Enfermagem	01/02/2021

Art. 2.º As informações pertinentes à posse estarão descritas no Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado.

Art. 3.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 23 de Fevereiro de 2021.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N.º 102/2021.

Concede Licença para tratamento de saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º LICENCIAR para tratamento de saúde os servidores abaixo relacionados, em conformidade com o artigo 109 da Lei Complementar 019/2005:

Funcionário	Matrícula	Início	Fim
Adriana da Conceição Francisco	1916	04/02/2021	04/02/2021
Candida Aparecida Batista Ramos	0427	07/02/2021	04/05/2021
Carmen Luisa Benites	2200	22/02/2021	22/04/2021
Cirço Viturino da Silva	1359	05/02/2021	05/02/2021
Clarindo do Nascimento Lino	2525	20/01/2021	29/01/2021
Dalva Rosa de Abreu	1956	17/02/2021	09/03/2021
Dayane Carla Oliveira	3751	01/02/2021	01/02/2021
Edilson Damasio Montilha	2183	11/02/2021 19/02/2021	17/02/2021 04/03/2021
Edna Ap. Soledade e Silva	0447	03/02/2021	05/02/2021
Eliane de Oliveira Ferreira	0574	12/02/2021	25/02/2021
Eugenio Dessoy	0388	07/02/2021	19/02/2021
Evaneide de Souza Arruda	3380	15/02/2021	27/02/2021
Fabiana da Silva Ferreira	3782	19/02/2021	25/02/2021
Francisca Luiza da Silva Barros	2186	20/02/2021	18/04/2021
Helen Corradi Gumiero Teza	3091	22/02/1983	08/03/2021
Jaqueline Dias Batista	3156	10/02/2021	10/02/2021
Jose Carlos Miranda	2563	11/02/2021	21/02/2021
Lezi Rocha Medrades	2030	17/02/2021	23/02/2021
Lisley Lima da Fonseca	0368	14/02/2021	19/02/2021
Marciela Torquato Estácio	2182 2572	05/02/2021 18/02/2021 23/02/2021	05/02/2021 18/02/2021 23/02/2021
Maria Aparecida da Silva Moraes	0421	01/02/2021	28/05/2021
Maria Aparecida de Araújo	0366	07/02/2021	13/02/2021
Maria Rosangela Barros da Hora	1697	19/02/2021	25/02/2021
Mariana Soares	3481	20/01/2021	25/01/2021
Nilceia Berger do Amaral	1629	04/02/2021	04/02/2021
Noemia Moreira de Souza	3625	15/02/2021	28/02/2021
Pedro Viganó Neto	2547	28/01/2021	28/01/2021
Rosa Mateus Gonçalves	1957	18/02/2021	18/04/2021
Rosangela Maria Viganó Brambila	0008	08/01/2021 05/02/2021 08/02/2021	14/01/2021 05/02/2021 12/02/2021
Rosimeri Aparecida Viganó	0402	05/02/2021	05/02/2021
Sadi Morais de Freitas	1958	25/02/2021	10/03/2021
Sandra Parmejane	1353	21/02/2021	02/03/2021
Silvia Regina Von Borrowski	3662	10/02/2021	12/02/2021
Sirlei Aparecida da Silva	0389	10/02/2021	10/02/2021
Sirlene Aparecida Weiand	3777	17/02/2021 19/02/2021	17/02/2021 22/02/2021
Sonia Ribeiro Schumacher	3057	20/01/2021	29/01/2021
Valmor Brambila	0027	08/02/2021	08/02/2021
Vitoria Rothemann	2697	17/02/2021	25/02/2021

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 23 de Fevereiro de 2021.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N.º 101/2021

Designa Coordenador Pedagógico, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º DESIGNAR, pelo período de 22 de Fevereiro à 31 de Dezembro de 2021, o Senhor, PAULO FERNANDES PERES, inscrito no CPF/MF sob o n.º 531.307.071-15, residente e domiciliado no Município de Cotriguaçu-MT, para exercer as atribuições da função de Coordenador Pedagógico da Escola Municipal Aparecido Neri da Fonseca, de provimento em comissão, com vencimento/subsídio estabelecido por estabelecido pela Lei Complementar Municipal n.º 046/2014.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 22 de Fevereiro de 2021.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N.º 100/2021

Designa Coordenadora Pedagógica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, **no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art.** 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º DESIGNAR, pelo período de 22 de Fevereiro à 31 de Dezembro de 2021, a Senhora, LISLEY LIMA DA FONSECA, inscrita no CPF/MF sob o n.º 618.189.172-20, residente e domiciliada no Município de Cotriguaçu-MT, para exercer as atribuições da função de Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal Aparecido Neri Fonseca, de provimento em comissão, com vencimento/subsídio estabelecido por estabelecido pela Lei Complementar Municipal n.º 046/2014.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 22 de Fevereiro de 2021.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N.º 099/2021

Designa Coordenadora Pedagógica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º DESIGNAR, pelo período de 22 de Fevereiro à 31 de Dezembro de 2021, a Senhora, CATIA CILENE LIMA DE ALMEIDA, inscrita no CPF/MF sob o n.º 340.986.662-00, residente e domiciliada no Município de Cotriguaçu-MT, para exercer as atribuições da função de Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal Aldovandro da Rocha Silva, de provimento em comissão, com vencimento/subsídio estabelecido por estabelecido pela Lei Complementar Municipal n.º 046/2014.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 22 de Fevereiro de 2021.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N.º 098/2021

Designa Coordenadora Pedagógica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º DESIGNAR, pelo período de 22 de Fevereiro à 31 de Dezembro de 2021, a Senhora, SOLANGE FATIMA TIBOLLA, inscrita no CPF/MF sob o n.º 848.624.839-68, residente e domiciliada no Município de Cotriguaçu-MT, para exercer as atribuições da função de Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal 07 de Setembro, de provimento em comissão, com vencimento/subsídio estabelecido por estabelecido pela Lei Complementar Municipal n.º 046/2014.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 22 de Fevereiro de 2021.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N.º 097/2021

Designa Coordenadora Pedagógica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, **no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art.** 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º DESIGNAR, pelo período de 22 de Fevereiro à 31 de Dezembro de 2021, a Senhora, SILVANA CARDOSO DA SILVA, inscrita no CPF/MF sob o n.º 014.437.841-84, residente e domiciliada no Município de Cotriguaçu-MT, para exercer as atribuições da função de Coordenadora Pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Cidadão, de provimento em comissão, com vencimento/subsídio estabelecido por estabelecido pela Lei Complementar Municipal n.º 046/2014.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 22 de Fevereiro de 2021.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N.º 096/2021

Designa Coordenadora Pedagógica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º DESIGNAR, pelo período de 22 de Fevereiro à 31 de Dezembro de 2021, a Senhora, MARILIA FRANÇA LOIOLA, inscrita no CPF/MF sob o n.º 007.833.509-45, residente e domiciliada no Município de Cotriguaçu-MT, para exercer as atribuições da função de Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal Santa Maria, de provimento em comissão, com vencimento/subsídio estabelecido por estabelecido pela Lei Complementar Municipal n.º 046/2014.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 22 de Fevereiro de 2021.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N.º 095/2021

Designa Diretor Escolar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º DESIGNAR, pelo período de 22 de Fevereiro à 31 de Dezembro de 2021, a Senhora, APARECIDA COSTA BRAVO, inscrita no CPF/MF sob o n.º 003.634.651-97, residente e domiciliada no Município de Cotriguaçu-MT, para exercer as atribuições da função de Diretora das Escolas Municipais Santa Maria, Aldovandro da Rocha Silva e Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Cidadão, de provimento em comissão, com vencimento/subsídio estabelecido por estabelecido pela Lei Complementar Municipal n.º 046/2014.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 22 de Fevereiro de 2021.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N.º 094/2021

Concede férias, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º CONCEDER Férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados, em conformidade com legislação vigente:

Funcionário	Matrícula	Período Aquisitivo	Início	Fim
Ademir F. de Paula	2185	2018/2019	16/02/2021	17/03/2021
Alessandra M. Perdoncini	3174	2019/2020	29/01/2021	27/02/2021
Ana Maria A. de Oliveira	3501	2019/2020	02/03/2021	31/03/2021
Andre Luiz Silveira	3175	2018/2019	18/02/2021	19/03/2021
Carina G. Silva Rodmann	3060	2019/2020	23/02/2021	24/03/2021
Carlos Roberto Fernandes	1506	2014/2015	18/01/2021	16/02/2021
Domingos Antonio Canton	0938	2019/2020	10/02/2021	11/03/2021
Eder Aparecido Fabiano	2538	2017/2018	02/03/2021	31/03/2021
Elias Rodrigues de Oliveira	2650	2018/2019	01/01/2021	30/01/2021
Francisca Pereira da Silva	0511	2018/2019	01/02/2021	02/03/2021
Geraldo Gilioli	1365	2020/2021	08/02/2021	09/03/2021
Janete dos Santos Freitas	0433	2019/2020	22/02/2021	23/03/2021
Leandro Jose Ribeiro	1783	2018/2019	01/02/2021	02/03/2021
Lidia da Rocha	3597	2019/2020	01/02/2021	02/03/2021
Magno Batista Franzen	2171	2020/2021	01/02/2021	02/03/2021
Marcia Vieira da Silva	3047	2020/2021	19/02/2021	05/03/2021
Marines Albino Shipitoski	3373	2019/2020	01/02/2021	02/03/2021
Marizete Taborda Percoski	2529	2018/2019	29/01/2021	27/02/2021
Marli dos Santos Oliveira	2131	2019/2020	01/02/2021	02/03/2021
Nilza Rodrigues da Silva	2298	2019/2020	15/02/2021	16/03/2021
Patricia dos Santos Diniz	3743	2020/2021	15/03/2021	29/03/2021
Paula Patrícia de Oliveira	3375	2020/2021	01/03/2021	30/03/2021
Rodrigo Evandro Borchert	1398	2020/2021	10/02/2021	11/03/2021
Sergio Fonseca	1767	2017/2018	01/02/2021	02/03/2021
Stefania C. Borges Farias	2173	2019/2020	08/02/2021	09/03/2021
Suziane M. dos A. Santos	2002	2020/2021	07/02/2021	26/02/2021
Tais da Silva	3087	2018/2019	01/03/2021	30/03/2021

Terezinha de J. Maester	1826	2018/2019	15/03/2021	13/04/2021
Vaneide Braz Ferreira	2711	2017/2018	15/03/2021	29/03/2021

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 17 de Fevereiro de 2021.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N.º 093/2021

Prorroga licença para trato de interesses particulares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, **no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art.** 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º PRORROGAR por até 1 ano, Licença para Trato de Interesses Particulares a Senhora, JOCRILENE GOMES DA COSTA, inscrita no CPF/MF sob o n.º 006.885.381-50, ocupante do cargo efetivo de Professor a partir de 07 de Fevereiro de 2021, em conformidade com Cap. V, Sessão I e Sub-sessão VIII da Lei Complementar 019/2005.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 07 de Fevereiro de 2021.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 17 de Fevereiro de 2021.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N.º 092/2021

Concede licença para trato de interesses particulares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º CONCEDER por até 2 anos, Licença para Trato de Interesses Particulares a Senhora, MARINEIDE FRANCISCA DA SILVA, inscrita no CPF/MF sob o n.º 616.006.441-04, ocupante do cargo efetivo de Professor a partir de 17 de Fevereiro de 2021, em conformidade com Cap. V, Sessão I e Sub-sessão VIII da Lei Complementar 019/2005.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 17 de Fevereiro de 2021.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N.º 091/2021

Prorroga licença para trato de interesses particulares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º PRORROGAR por até 2 anos, Licença para Trato de Interesses Particulares a Senhora, GIOVANA MARICEIA DE LIMA MONTILHA, inscrita no CPF/MF sob o n.º 290.478.498-50, ocupante do cargo efetivo de Professor a partir de 26 de Fevereiro de 2021, em conformidade com Cap. V, Sessão I e Sub-sessão VIII da Lei Complementar 019/2005.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 17 de Fevereiro de 2021.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N.º 090/2021.

Concede licença prêmio por assiduidade, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º CONCEDER Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com o artigo 125 da Lei Complementar 019/2005 e artigo 4 da Lei Complementar 036/2008, aos servidores abaixo relacionados:

Funcionário	Matrícula	Período Aquisitivo	Início	Fim
Anderson da Silva Pimenta	2518	2012/2017	08/02/2021	08/05/2021

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 17 de Fevereiro de 2021.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N.º 089/2021.

Concede incentivo à qualificação profissional, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, **no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art.** 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º CONCEDER o pagamento de Incentivo a Qualificação Profissional no período de Janeiro à Maio de 2021, em conformidade com o artigo 32 da Lei Complementar 049/2014, aos servidores abaixo relacionados:

Funcionário	Matrícula	Curso	Semestre Matriculado
Itacir Luiz Blau	1830	Gestão de Projetos	1º Semestre

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 17 de Fevereiro de 2021.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N.º 088/2021.

Concede Progressão Funcional, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, **no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art.** 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º CONCEDER Progressão Funcional aos servidores municipais de acordo com Escolaridade e Tempo de Serviço de acordo com o Plano de Cargos, Carreiras e Salários:

Funcionário	Matrícula	Classe Anterior	Classe Atual
Abadio Adelson Almeida	0586	C-VI	C-VII
Adalberto Cazarin da Silva	2535	C-III	C-IV
Adilton de Deus Silva	1363	A-V	A-IV
Adriana Cristina Pacheco	2523	B-III	B-IV
Ailton Oliveira de Amorim	1409	C-V	C-VI
Amanda da Silva Braga	2549	A-III	A-IV
Ana Maria dos Santos Rodrigues	0571	B-VI	B-VII
Anderson da Silva Pimenta	2518	B-III	B-IV
Anderson Ferreira Oliveira	3432	A-I	B-II
Aparecido Antonio dos Anjos	1361	C-V	C-VI
Audailde da Silva Ribeiro	2608	A-III	A-IV
Beatriz Pereira Batista	2513	B-III	B-IV
Carlos Alberto Bonavigo	1378	C-V	C-VI
Carlos Moreira da Silva	1412	B-V	B-VI
Carlos Niero Filho	1416	C-V	C-VI
Carmen Cenira Winter Ferreira	1393	C-V	C-VI
Cesar Augusto dos Anjos	2613	C-III	C-IV
Cirço Viturino da Silva	1359	C-III	C-IV
Clarindo do Nascimento Lino	2525	A-III	A-IV
Claudio Alves da Silva	2553	A-III	A-IV
Cristiane Keli de Moraes Bonfim	1406	C-V	C-VI
Damiana Benigna de Souza	1410	C-V	C-VI
Eder Aparecido Fabiano	2538	C-III	C-IV
Elaine Coutinho Weber	1382	C-V	C-VI
Eliane de Oliveira Ferreira Servalo	0574	C-VI	C-VII
Elizete Lubke	1371	C-V	C-VI
Geraldo Gilioli	1365	C-V	C-VI
Geziel de Campos Menezes	2569	C-III	C-IV
Humberto Ribeiro de Santana	2052	C-IV	C-V
Irla Knup Martins	2540	C-III	C-IV
Italo José Scolari Cararo	2528	B-III	B-IV
Ivani Maria de Aguiar Santos	1383	C-V	C-VI
Ivo Antonio Hentz	1362	C-V	C-VI
João Batista Ventura	2110	C-IV	C-V
Jocelaine Cristina Bernardi	2531	B-III	B-IV
Jonas Pereira Gomes	2573	C-III	C-IV
Jose Carlos Miranda	2563	C-III	C-IV
José Henrique Pego de Oliveira	3362	A-II	B-II
Josmar Luiz Holdeffer	0583	C-VI	C-VII
Julio Cesar Lucas	2574	C-III	C-IV
Leane Moreira Santos Caetano	2561	C-III	C-IV
Leda Pereira Souza Silva	1387	B-V	B-VI
Lidiane Lima da Fonseca	0598	B-VI	B-VII
Luizana Mazzochio	1372	C-V	C-VI
Lutfia Attie Caetano	1425	C-V	C-VI
Marci Matilde Prante de Sousa	2534	A-III	A-IV
Marciela Torquato Estácio	2572	C-III	C-IV
Marcos da Silva Nogueira	2560	C-III	C-IV
Maria Aparecida da Silva	0580	C-VI	C-VII
Maria das Graças de Andrade	1485	C-V	C-VI
Maria Imaculada Fernandes Gomes	3431	B-I	C-II
Marilia França Loiola	2522	C-III	C-IV
Marina Francisca de Oliveira	0576	C-VI	C-VII
Marineide Francisca da Silva	1414	C-V	C-VI
Marinês Gilioli	1384	B-V	B-VI
Marisete Taborda Percoski	2529	C-III	C-IV
Marlize Boer	2047	C-IV	C-V
Miriam Castro Amorim da Costa	2550	C-III	C-IV
Nay Lucio Machado	2536	B-III	B-IV
Nelci de Souza Canton	0582	B-VI	B-VII
Nelson Behling	1360	C-V	C-VI
Paulino Alves de Carvalho	1447	A-V	A-VI
Paulo Fernandes Peres	2541	C-III	C-IV
Pedro Viganó Neto	2547	C-III	C-IV
Robson Alves de Araújo	2508	A-III	B-IV
Rodrigo Evandro Borchert	1398	C-IV	C-V
Roseli Lima Silva dos Santos	2526	C-III	C-IV
Rosiane Farias dos Anjos Frohlich	2552	C-III	C-IV
Rozana Alves de Araújo	1390	B-V	B-VI
Sandra Castanha Bonavigo	2511	C-III	C-IV
Sandra Francisco Sales	2521	C-III	C-IV
Sandra Parmejane	1353	A-V	A-VI
Silvana Maria Guedes	0600	C-VI	C-VII
Sirlene de Oliveira Silva	0575	C-VI	C-VII
Sirlene Santos de Sá do Carmo	2558	C-III	C-IV
Solange Fátima Tibolla	1417	C-V	C-VI
Suzi Leite dos Santos	2548	C-III	C-IV
Teresinha Schoffen	2607	C-III	C-IV
Valdete Veronez França da Silva	1374	A-V	A-VI
Valéria da Rocha Custódio	1403	C-V	C-VI
Valmor Brambila	0027	B-VI	B-VII
Venilda Streb	0599	C-VI	C-VII
Vitor Inacio Bortoloni	2554	C-III	C-IV

William Luis Sulzbach	2507	C-III	C-IV

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 17 de Fevereiro de 2021.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N.º 087/2021.

Nomeia Chefe de Departamento, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, **no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art.** 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º NOMEAR, a partir 01 de Fevereiro de 2021, o Senhor, ITACIR LUIZ BLAU, **inscrito no CPF/MF sob o n.º** 966.412.319-68, residente e domiciliado no Município de Cotriguaçu-MT, para exercer as atribuições do cargo de Chefe de Departamento, de provimento em comissão, com vencimento/subsídio estabelecido por estabelecido pela Lei Complementar Municipal n.º 038/2009.

Parágrafo Único. DESIGNAR o servidor público municipal, nomeado pelo *caput*, do presente artigo, para exercer as atribuições do cargo de Coordenador de Meio Ambiente, de provimento em comissão, sem remuneração pelo referido exercício.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de Fevereiro de 2021.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 17 de Fevereiro de 2021.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N.º 086/2021

Nomeia Assessor de Desenvolvimento, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º NOMEAR, a partir 11 de Fevereiro de 2021, o Senhor, CLEODAIR DA SILVA GUEDES, inscrito no CPF/MF sob o n.º 843.280.291-34, residente e domiciliado no Município de Cotriguaçu-MT, para exercer as atribuições do cargo de Assessor de Desenvolvimento, de provimento em comissão, com vencimento/subsídio estabelecido por estabelecido pela Lei Complementar Municipal n.º 038/2009.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 11 de Fevereiro de 2021.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 17 de Fevereiro de 2021.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N.º 084/2021

Exonera Assessor de Desenvolvimento, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, **no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art.** 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º EXONERAR, a partir 11 de Fevereiro de 2021, o Senhor, EBNER FERNANDES RIBAS, **inscrito no CPF/MF sob o n.º** 060.636.461-75, residente e domiciliado no Município de Cotriguaçu-MT, das atribuições do cargo de Assessor de Desenvolvimento, de provimento em comissão, nomeado pela Portaria 021/2021.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 11 de Fevereiro de 2021.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 17 de Fevereiro de 2021.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N.º 083/2021.

Exonera Chefe de Departamento, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º EXONERAR, a partir 11 de Fevereiro de 2021, a Senhora, BEATRIZ PEREIRA BATISTA, inscrita no CPF/MF sob o n.º 043.081.441-08, residente e domiciliada no Município de Cotriguaçu-MT, das atribuições do cargo de Chefe de Departamento, de provimento em comissão, nomeada pela Portaria 029/2021.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 11 de Fevereiro de 2021.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 17 de Fevereiro de 2021.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N.º 082/2021

Nomeia Coordenadora, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, **no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art.** 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º NOMEAR, a partir 05 de Fevereiro de 2021, a Senhora, GISLAINE MOREIRA DE OLIVEIRA, inscrita no CPF/MF sob o n.º 050.961.801-40, residente e domiciliada no Município de Cotriguaçu-MT, para exercer as atribuições do cargo de Coordenadora, de provimento em comissão, com vencimento/subsídio estabelecido por estabelecido pela Lei Complementar Municipal n.º 038/2009.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 05 de Fevereiro de 2021.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 17 de Fevereiro de 2021.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N.º 081/2021.

Nomeia Chefe de Divisão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, **no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art.** 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º NOMEAR, a partir 01 de Fevereiro de 2021, o Senhor, LUCIANO FRANCISCO DA SILVA, **inscrito no CPF/MF sob o n.º** 021.149.564-66, residente e domiciliado no Município de Cotriguaçu-MT, para exercer as atribuições do cargo de Chefe de Divisão, de provimento em comissão, com vencimento/subsídio estabelecido por estabelecido pela Lei Complementar Municipal n.º 038/2009.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de Fevereiro de 2021.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 17 de Fevereiro de 2021.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N.º 079/2021.

Nomeia Chefe de Departamento, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, **no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art.** 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º NOMEAR, a partir 01 de Fevereiro de 2021, o Senhor, JACIELIO DO NASCIMENTO EUFRÁSIO, inscrito no CPF/MF sob o n.º 778.708. 671-87, residente e domiciliado no Município de Cotriguaçu-MT, para exercer as atribuições do cargo de Chefe de Departamento, de provimento em comissão, com vencimento/subsídio estabelecido por estabelecido pela Lei Complementar Municipal n.º 038/2009.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 01 de Fevereiro de 2021.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N.º 078/2021.

Nomeia Chefe de Divisão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, **no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art.** 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º NOMEAR, a partir 01 de Fevereiro de 2021, a Senhora, JOSERLANHA MACEDO DE OLIVEIRA, inscrita no CPF/MF sob o n.º 931.661. 501-10, residente e domiciliada no Município de Cotriguaçu-MT, para exercer as atribuições do cargo de Chefe de Divisão, de provimento em comissão, com vencimento/subsídio estabelecido por estabelecido pela Lei Complementar Municipal n.º 038/2009.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 01 de Fevereiro de 2021.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N.º 077/2021.

Exonera Chefe de Divisão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, **no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art.** 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º EXONERAR, a partir 01 de Fevereiro de 2021, a Senhora, LIGEANE ROCHA DOS SANTOS, **inscrita no CPF/MF sob o n.º** 023.624.051-09, residente e domiciliada no Município de Cotriguaçu-MT, das atribuições do cargo de Chefe de Divisão, de provimento em comissão, nomeada pela Portaria 034/2021.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 01 de Fevereiro de 2021.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

SEC. GOVERNO
DECRETO N.º 1.422, DE 11 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre a nomeação dos integrantes do Conselho Curador do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Cotriguaçu – PREVI-COTRI, **do** Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, **no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art.** 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1.º Ficam nomeados os seguintes integrantes para compor o Conselho Curador do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Cotriguaçu – PREVI-COTRI, do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso:

I - REPRESENTANTES DOS SERVIDORES ATIVOS:

TITULARES		
NOME	**RG/CI**	**CPF/MF**
ROSELI INES LUSA	1104797-6 - SJ/MT	864.897.711-87
CESAR AUGUSTO SANTOS	8080842597 - SSP/RS	960.902.430-00
GEOVANE ELIAS ROCKENBACH	1887126-7 - SSP/MT	976.021.169-68
WALQUIRIA SOUZA DOMINGOS PEREIRA	10275177 SSP/MT	883.028.491-20
VANILDA APARECIDA PINTO	517091 - SSP/MT	571.210.101-78
SUPLENTES		
NOME	**RG/CI**	**CPF/MF**
VANDERLEIA DELLA JUSTINA	3645033 - SSP/SC	825.179.811-20
ITACIR LUIZ BLAU	310638-1 - SSP/MT	966.412.319-68

II - REPRESENTANTE DOS SERVIDORES INATIVOS:

TITULAR		
NOME	**RG/CI**	**CPF/MF**
SUSANA BEATRIZ GALLIAN	42864439 - SESP/PR	581.607.951-49

III - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:

TITULAR		
NOME	**RG/CI**	**CPF/MF**
VALDETE VERONEZ FRANÇA DA SILVA	000782195 - SSP/RO	684.700.532-72
SUPLENTE		
NOME	**RG/CI**	**CPF/MF**
LUIZANA MAZZOCHIO	408364-9 - SSP/MT	010.791.251-16

IV - REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO:

TITULAR		
NOME	**RG/CI**	**CPF/MF**
ADRIANE MARI LOUREIRO	25.523.223-8 SSP/SP	200.080.948-02
SUPLENTE		
NOME	**RG/CI**	**CPF/MF**
CLEYTON JUNIOR SANTOS	1346099-4 SSP/MT	906.574.201-82

Parágrafo Único. Os integrantes do Conselho Curador do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Cotriguaçu – PREVI-COTRI, **do** Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, nomeados pelo presente Decreto terão mandato até a data de 24 de agosto de 2022.

Art. 2.º A escolha do Presidente e do Secretário do Conselho Curador do PREVI-COTRI que trata o art. 1.º, do presente Decreto, dar-se-á de acordo com a Lei que dispôs sobre a sua criação.

Art. 3.º Os integrantes do Conselho Curador do PREVI-COTRI, não serão remunerados pelos serviços prestados, mas a atuação dos mesmos constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Art. 4.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 11 de março de 2021.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

SEC. GOVERNO
COVID-19: DECRETO N.º 1.423, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre Homologação do Processo Seletivo Simplificado n.º PSS 002/PE/COTRIGUAÇU/2021, objeto do Edital n.º PSS 002/PE/COTRIGUAÇU/2021, realizado para seleção de pessoal para exercer, em caráter temporário e excepcional, as atribuições dos cargos de Enfermeiro e Técnico em Enfermagem, do Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Cotriguaçu, Es-

tado de Mato Grosso, no enfrentamento do COVID-19 - Novo Coronavírus, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, **no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art.** 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município, com base no art. 38, da Lei Municipal n.º 1.132/2021; e,

CONSIDERANDO a realização do Processo Seletivo Simplificado n.º PSS 002/PE/COTRIGUAÇU/2021, supervisionado pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado do Município de Cotriguaçu-MT, constituída pela Portaria Municipal n.º 080, de 17 de fevereiro de 2021, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal;

CONSIDERANDO que o Processo Seletivo Simplificado foi realizado com base nos princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, assim como nas demais Leis aplicáveis à espécie, e, ocorreu com normalidade e transparência, respeitando todos os prazos legais;

CONSIDERANDO o Resultado Final e Classificação Geral constante do Edital Complementar n.º 002/2021, datado de 08 de março de 2021, com a publicação da Relação Nominal dos aprovados e classificados, e, que até a presente data não existe nenhum recurso com pendência de julgamento;

CONSIDERANDO, finalmente, que não vislumbrando até o presente momento, nenhuma irregularidade nos atos praticados relativos ao Processo Seletivo Simplificado, regido pelas disposições e cláusulas do Edital n. º PSS 002/PE/COTRIGUAÇU/2021, organizado pela Equipe Técnica da Municipalidade e supervisionado pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado do Município de Cotriguaçu-MT,

DECRETA:

Art. 1.º Fica Homologado o Processo Seletivo Simplificado n.º PSS 002/PE/COTRIGUAÇU/2021, objeto do Edital n.º PSS 002/PE/COTRIGUAÇU/2021, realizado para seleção de pessoal para exercer, em caráter temporário e excepcional, as atribuições dos cargos de Enfermeiro e Técnico em Enfermagem, do Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no enfrentamento do COVID-19 - Novo coronavírus, tendo em vista que foram respeitados todos os prazos legais, observados o princípio constitucional na transparência e os trâmites legais que regem a matéria, os quais foram cumpridos integralmente, e, consequentemente, o Resultado Final e Classificação Geral, constante do Edital Complementar n.º 002/2021, datado de 08 de março de 2021, que segue no ANEXO ÚNICO, do presente Decreto, desse passando a ser parte integrante, devidamente, publicado na data de 09 de março de 2021, no Quadro de Avisos do Poder Executivo Municipal de Cotriguaçu-MT (PREFEITURA MUNICIPAL), no *site* oficial do Poder Executivo (*www.cotriguacu.mt.gov.br*) e no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios, da Associação Mato-Grossense dos Municípios – **AMM.**

Art. 2.º Os Candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado n.º PSS 002/PE/COTRIGUAÇU/2021, regidos pelo Edital n.º PSS 002/PE/COTRIGUAÇU/2021, são os constantes da Relação Nominal do ANEXO ÚNICO, do presente Decreto.

Art. 3.º As convocações dos candidatos serão realizadas observadas rigorosamente a ordem de aprovação e classificação publicada, de acordo com as necessidades da Administração Pública Municipal, dentro do prazo de vigência do Processo Seletivo Simplificado n.º PSS 002/PE/COTRIGUAÇU/2021.

Art. 4.º O Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital n.º PSS 002/PE/COTRIGUAÇU/2021, possui prazo de vigência de 01 (um) ano, a contar da data de publicação da Homologação de seu Resultado, não permitida a prorrogação.

Art. 5.º Para que ninguém possa alegar desconhecimento do inteiro teor do presente Decreto, DETERMINO a Secretaria Municipal de Administração, da Municipalidade, que providência a sua publicação no Quadro de Avisos do Poder Executivo Municipal de Cotriguaçu-MT (PREFEITURA MUNICIPAL), no *site* oficial do Poder Executivo (*www.cotriguacu.mt.gov.br*) e no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios, da Associação Mato-Grossense dos Municípios – **AMM.**

Art. 6.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 12 de março de 2021.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

SEC. GOVERNO
EDITAL COMPLEMENTAR N° 004/2021 RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO GERAL POR LOCALIDADE DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

PROCESSO N°. PSS 001/PE/COTRIGUAÇU/2021

EDITAL COMPLEMENTAR N° 004/2021

RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO GERAL POR LOCALIDADE DE INSCRIÇÃO

A Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº.001/2021 do Município de Cotriguaçu MT, nomeada através da Portaria nº. 017/2021, de 18 de janeiro de 2021 no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao cronograma estabelecido pelo Anexo III, parte integrante deste Edital,

Considerando que aos candidatos foi oportunizado a possibilidade de impetração de recursos até as 17:00 hrs do dia 11 de março de 2021,

Considerando que houve recursos protocolados.

Resolve apresentar o Anexo I deste Edital Complementar, Resultado Final e Classificação Geral dos (as) candidatos (as) por localidade de inscrição.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Este Edital Complementar apresenta o Resultado Final e Classificação Geral por localidade de inscrição, por ordem de pontuação e cargos.

2. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. A Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado declara o encerramento dos trabalhos do Processo Seletivo Simplificado nº.001/2021 e entrega ao Chefe do Poder Executivo para a devida Homologação.

Cotriguaçu MT, 12 de março de 2021.

Noeli Maria Lorandi

Pres. da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento

do Processo Seletivo Simplificado nº.001/2021

ANEXO I

RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO GERAL POR LOCALIDADE DE INSCRIÇÃO

Localidade: Escola Municipal Santa Maria, Centro Educacional Municipal Pequeno Cidadão e Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Sede

Apoio Administrativo Educacional (Nutrição e manutenção de infraestrutura – cozinheira e Zeladora)		
Candidato	Pontuação	CLASSIFICAÇÃO
Luciana de Freitas Tavares	6,0	1º Classificado

Apoio Administrativo Educacional (manutenção de infraestrutura – Vigia)

Candidato	Pontuação	CLASSIFICAÇÃO
Rodrigo Carvalho Gomes	15,0	1º Classificado
Fernando Pinto Vercosa	7,62	2º Classificado
Elienai Fernandes de Carvalho	5,0	3º Classificado
Douglas Dias dos Santos	3,0	4º Classificado

Técnico Administrativo Educacional (nível médio)		
Candidato	Pontuação	CLASSIFICAÇÃO
Ivonte Alvez de Deus Gollo	10,72	1º Classificado
Willian Deparis Dal Cortivo	10,0	2º Classificado
Dyhek Luhannda Silva Carvalho	8,0	3º Classificado
Jane Cristina Grizang	5,0	4º Classificado
Viviane Pessoa Rodrigues	5,0	5º Classificado

Auxiliar de Sala (nível médio) – Auxiliar do Desenvolvimento Infantil		
Candidato	Pontuação	CLASSIFICAÇÃO
Elena Rita Aggens	27,35	1º Classificado
Adriana Halmenschlager de Lima	20,0	2º Classificado
Luciane Abrante Wunder	15,0	3º Classificado
Rafaela Cristina da Silva	15,0	4º Classificado
Salete Aparecida da Silva Grespan	11,55	5º Classificada
Keila Alexandra Toneti	10,25	6º Classificada
Cristiane Donizete dos Santos	10,0	7º Classificada
Aline Milena Ferreira Dias	10,0	8º Classificada
Franciele Alessio Brambila	8,9	9º Classificada
Maria Elizete Oliveira Neto	7,0	10º Classificada
Karen Sabrina Martins Nunes	5,0	11º Classificada
Ana Claudia Silva Pereira	5,0	12º Classificada
Angélica Patrícia de Lima Reis	5,0	13º Classificada
Raquel Aparecida Correia	5,0	14º Classificada

Professor Licenciado em Pedagogia		
Candidato	Pontuação	CLASSIFICAÇÃO
Juvilda Salete Grespan	50,0	1º Classificado
Mara Ruschel	50,0	2º Classificado
Lucineide Abrante Wunder	50.0	3º Classificado
Arisneide Simone Alvez Damaceno	50,0	4º Classificado
Cristiana Nicomedio da Silva	50,0	5º Classificada
Alessandra de Sousa Taninato Silva	50,0	6º Classificada
Sueli Gonçalina Lopes	50,0	7º Classificada
Lilian Pereira Souza Jandrey	50,0	8º Classificada
Lidia da Rocha Bezerra dos Santos	50,0	9º Classificada
Gislania Macimo Vasconcelos dos Santos	50,0	10º Classificada
Mislene Andreia Braga Casado	50,0	11º Classificada
Ana Paula Rosin Schuster	50,0	12º Classificada
Solange Xavier Martins	50,0	13º Classificada
Cleide Dite Diniz	50,0	14º Classificada
Ilza Franco Pereira de Carvalho	50,0	15º Classificada
Irailde da Silva Ribeiro	50,0	16º Classificada
Rosileide Berger Schereder	50,0	17º Classificada
Sandra Regina de Lima	49,4	18º Classificada
Vanessa Campos Brenner	47,0	19º Classificada
Gardenia Aparecida Paula Lucas	41,5	20º Classificada
Maria Lucia Ribeiro de Brito	41,1	21º Classificada
Emmilyne Christine do Nascimento	40,0	22º Classificada

Localidade: Salas Anexas (Escola Municipal Santa Maria) – Aldeia Indígena

Professor Nível Ensino Médio/Magistério		
Candidato	Pontuação	CLASSIFICAÇÃO
Marinete Erikbaktsa Nhambiquara	7,32	1º Classificado

Professor Ensino Médio não habilitado
Não há candidatos neste cargo

Localidade: Escola Municipal 07 de Setembro - Ouro Verde dos Pioneiros (Agrovila)

Apoio Administrativo Educacional – Nutrição e manutenção de infraestrutura
Não há candidatos neste cargo

Técnico Administrativo Educacional (nível médio)		
Candidato	Pontuação	CLASSIFICAÇÃO
Angélica Macedo Oliveira	12,72	1º Classificado

Auxiliar de Sala (nível médio) – Auxiliar do Desenvolvimento Infantil
Não há candidatos neste cargo

Professor Licenciado em Pedagogo		
Candidato	Pontuação	CLASSIFICAÇÃO
Edevaldo Trindade de Almeida	50,0	1º Classificado
Rosana Santa Figueredo	50,0	2º Classificado
Denise Pavam Brambila	50,0	3º Classificado
Rozimira Pilares de Souza Moreira	50,0	4º Classificado
Vanda Gonçalves Teixeira Araújo	50,0	5º Classificada
Gerciane Francisca Paulino	50,0	6º Classificado

Professor Licenciado em Língua Portuguesa		
Candidato	Pontuação	CLASSIFICAÇÃO
Maria Helena Silva	50,0	1º Classificado
Eliane Montavano Moreira Ramos	50,0	2º Classificado
Andriely Regina Macedo Lage	50,0	3º Classificado
Dayane Rehbein de Oliveira	50,0	4º Classificado
Duana Maria Pereira da Silva	46,0	5º Classificado
Sheila Neli Valasco Ribeiro	40,0	6º Classificado
Luiz Felipe Maia da Costa	20,0	7º Classificado
Professor Licenciado em Matemática		
Candidato	Pontuação	CLASSIFICAÇÃO
Marlene de Souza Valadares de Oliveira	50,0	1º Classificado
Francinaldo Oliveira Araujo	49,5	2º Classificado
Daniel Cruz da Rocha	45,0	3º Classificado
Evanilda Kuger	20,03	4º Classificado
Jessica de Paula de Oliveira	20,0	5º Classificado

Professor Licenciado em outras Licenciaturas			
Candidato	Licenciatura	Pontuação	CLASSIFICAÇÃO
Eloir Carlos Fermino	Ciências	50,0	1º Classificado
Fabiana Honorato Kollinge	Biologia	50,0	2º Classificado
Samara Santos Oliveira Klein	Geografia	50,0	3º Classificado
Nayara Magalhães da Silva	Ciências	40,0	4º Classificado
Leandro Eneias da Silva	Ciências da Natureza	28,0	5º Classificado

Localidade: Escola Municipal Aldovandro da Rocha Silva – Nova Esperança

Apoio Administrativo Educacional – Nutrição e manutenção de infraestrutura
Não há candidatos neste cargo

Auxiliar de Sala (nível médio) – Auxiliar do Desenvolvimento Infantil		
Candidato	Titulo	CLASSIFICAÇÃO
Itamara Lopes Gonçalves	4,0	1º Classificado

Professor Licenciado em Pedagogia		
Candidato	Pontuação	CLASSIFICAÇÃO
Susana de Souza Rodrigues	50,0	1º Classificado
Adileia Emerich Caitano	50,0	2º Classificado
Mauricio Junior Gonçalves Marques	30,0	3º Classificada

Professor Licenciado em Língua Portuguesa		
Candidato	Pontuação	CLASSIFICAÇÃO
Francisco Barros Barbosa Filho	44,87	1º Classificado

Professor Licenciado em Matemática		
Candidato	Pontuação	CLASSIFICAÇÃO
Ailson Vaz Buenos Aires	47,0	1º Classificado
Elias de Jesus Estevam	30,0	2º Classificado
Mário Francisco da Silva	27,75	3º Classificado

Professor Licenciado em outras Licenciaturas			
Candidato	Licenciatura	Pontuação	CLASSIFICAÇÃO
José Augusto de Oliveira	História	40,0	1º Classificado

Professor Magistério
Não há candidatos neste cargo

Professor Ensino Médio não Habilitado		
Candidato	Pontuação	CLASSIFICAÇÃO
Sabrina Soares Braga	15,0	1º Classificado
Maria Conceição Pacheco da Silva	8,5	2º Classificado

Localidade: Escola Municipal Aparecido Neri Fonseca

Apoio Administrativo Educacional – Nutrição e Manutenção de Infraestrutura (Merendeira e Zeladora)

Candidato	Pontuação	CLASSIFICAÇÃO
Maria Oneide Alves Ribeiro	15,0	1º Classificado
Jhennyffer dos Santos Nogueira	15,0	2º Classificado
Franciele Lavarda Macali	9,95	3º Classificado
Patricia Santos Diniz	9,65	4º Classificado
Marcia Ferreira da Silva	8,0	5º Classificado
Nathiele Jovino Ramos	5,0	6º Classificado

Apoio Administrativo Educacional – Manutenção de Infraestrutura (Vigia)		
Candidato	Pontuação	CLASSIFICAÇÃO
Pablo Patrick Lemos da Silva	30,0	1º Classificado
Heberti Vinicius Leister Coelho	14,5	2º Classificado

Técnico Adm. Educacional (nível médio) - Técnico Administrativo Educacional		
Candidato	Pontuação	CLASSIFICAÇÃO
Renia da Silva	10,87	1º Classificado
Fernanda de Almeida Oliveira	10,0	2º Classificado
Mary Fernanda Martins dos Santos	6,5	3º Classificado
Adaueids Arima dos Santos Almeida	5,0	4º Classificado
Eloany Aparecida Silva Fonseca	5,0	5º Classificado

Auxiliar de Sala (nível médio) – Auxiliar do Desenvolvimento Infantil
Não há candidatos neste cargo

Professor Licenciado em Pedagogia		
Candidato	Pontuação	CLASSIFICAÇÃO
Albanete Maria de Andrade	50,0	1º Classificado
Celia Rodrigues dos Santos	50,0	2º Classificado
Josicleia da Silva dos Reis	50,0	3º Classificado
Nádia Gonçalves Oliveira	50,0	4º Classificado
Celina Ferreira de Almeida	50,0	5º Classificada
Micheli dos Santos	50,0	6º Classificado
Cyntia Sarter Zotti	50,0	7º Classificada
Vanessa Rodrigues de Freitas	50,0	8º Classificada
Kaliny Marques da Silva	50,0	9º Classificado

Professor Licenciado em Língua Portuguesa		
Candidato	Pontuação	CLASSIFICAÇÃO
Isneria Geralda da Silva	50,0	1º Classificado
Rosenete de Azevedo Buenos Aires	50,0	2º Classificado
Cleidemar de Souza Joqueres Lorin	50,0	3º Classificado
Itamar Pereira	50,0	4º Classificado

Professor Licenciado em Matemática		
Candidato	Pontuação	CLASSIFICAÇÃO
Ronaldo Gomes da Silva	50,0	1º Classificado

Professor Licenciado em outras Licenciaturas			
Candidato	Licenciatura	Pontuação	CLASSIFICAÇÃO
Bernardina Aparecida Almeida Martins	Ciência Biológica	70,0	1º Classificado
Cirlene Pereira da Silva Nunes	Geografia	50,0	2º Classificado
Rosalina Pereira da Silva	Ciências Biológica	50,0	3º Classificado
Celio Hanchuk	História	50,0	4º Classificado
Josimar de Oliveira Alves	Ciências Sociais	50,0	5º Classificado
Niquy de Paula Rocha	Educação Física	50,0	6º Classificado
Vânio de Queiroz Santos	Geografia	50,0	7º Classificado
Erica Schalavin Teixeira	História	50,0	8º Classificado
Leticia Pinheiro da Fonseca	História	40,0	9º Classificado
Leila Santos Beline	Ciências Biológica	23,0	10º Classificado

Localidade: Nova União (Espaço Rural) – Salas Anexas

Professor Licenciado em Pedagogia		
Candidato	Pontuação	CLASSIFICAÇÃO
Mônica Rodrigues Poleto	29,05	1º Classificado

Professor Licenciado em outras Licenciaturas
Não há candidatos neste cargo

Apoio Administrativo Educacional – Nutrição e Manutenção de Infraestrutura (Merendeira e Zeladora)		
Candidato	Pontuação	CLASSIFICAÇÃO
Rosiana Fernandes de Oliveira	6,0	1º Classificado

SEC. GOVERNO
ANÁLISE DOS RECURSOS DA INSCRIÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO PRÉVIA

ANÁLISE DOS RECURSOS DA INSCRIÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO PRÉVIA

RECURSO 001/2021

DESCLASSIFCADO – Professor Licenciado em Pedagogia

André Lucas Corrêa Tomaz	**INDEFERIDO** **Justificativa**: Não cumpre o item 3.6 e sub itens: Item 3.6.2; 3.6.3; 3.6.4 – do EDITAL N° PSS 001/PE/COTRIGUAÇU2021.

3.6. As inscrições realizadas por meio eletrônico no e-mail: concursopublico@cotriguacu.mt.gov.br são de exclusiva responsabilidade do candidato às informações dos dados cadastrais prestadas no ato de inscrição, sob as penas da Lei. O candidato deverá anexar documentação em único arquivo em formato PDF, nomeado com o nome completo do candidato, na sequência exigida.

3.6.2. RG/ Carteira de Identidade;

3.6.3. CPF/MF;

3.6.4. Título de Eleitor;

Cotriguaçu MT, 12 de março de 2021.

Noeli Maria Lorandi

Pres. da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento

do Processo Seletivo Simplificado nº.001/2021

SEC. GOVERNO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003/2021 - CORREÇÃO NO RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO PRÉVIA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

PROCESSO N.º PSS 001/PE/COTRIGUAÇU/2021

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003/2021

Correção no Resultado e Classificação Prévia

A Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº.001/2021bdo Município de Cotriguaçu MT, nomeada através da Portaria nº. 017/2021, de 18 de janeiro de 2021, no uso de suas atribuições legais faz a correção no Resultado e Classificação Prévia,

1. ONDE SE LÊ:

Localidade: Escola Municipal Aparecido Neri Fonseca

Apoio Administrativo Educacional – Nutrição e Manutenção de Infraestrutura (Merendeira e Zeladora)		
Candidato	Pontuação	CLASSIFICAÇÃO
Patricia Santos Diniz	9,65	3º Classificado
Franciele Lavarda Macali	9,95	4º Classificado

Professor Licenciado em outras Licenciaturas			
Candidato	**Licenciatura**	**Pontuação**	**CLASSIFICAÇÃO**
Bernardina Aparecida Almeida Martins	Ciência Ambiental	70,0	1º Classificado

Professor Licenciado em Pedagogia		
Candidato	Pontuação	CLASSIFICAÇÃO
Mauricio Junior Gonçalves Marques	30,0	10º Classificada

LEIA-SE:

Localidade: Escola Municipal Aparecido Neri Fonseca

Apoio Administrativo Educacional – Nutrição e Manutenção de Infraestrutura (Merendeira e Zeladora)		
Candidato	Pontuação	CLASSIFICAÇÃO
Franciele Lavarda Macali	9,95	3º Classificado
Patricia Santos Diniz	9,65	4º Classificado

Professor Licenciado em outras Licenciaturas			
Candidato	**Licenciatura**	**Pontuação**	**CLASSIFICAÇÃO**
Bernardina Aparecida Almeida Martins	Ciência Biológica	70,0	1º Classificado

Localidade: Escola Municipal Aldovandro da Rocha Silva – Nova Esperança

Professor Licenciado em Pedagogia		
Candidato	Pontuação	CLASSIFICAÇÃO
Mauricio Junior Gonçalves Marques	30,0	3º Classificada

2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. Eventuais alterações serão publicadas através de Edital Complementares e veiculadas no site da Prefeitura Municipal de Cotriguaçu: www.cotriguacu.mt.gov.br

2.2. Permanecem inalteradas as demais informações do Edital Complementar nº. 002/2021.

Cotriguaçu MT, 12 de Março de 2021

Noeli Maria Lorandi

Pres. da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento

do Processo Seletivo Simplificado nº.001/2021

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 009/2021 DE DOTAÇÃO

TERMO DE APOSTILAMENTO DE DOTAÇÃO Nº 009/2021 DO CONTRATO Nº 008/2021 – DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 004/2021 PROCESSO 009/2021 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021. O presente Termo de Apostilamento De Dotação 009/2021 tem como objetivo incluir dotação orçamentária referente a SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE CAMISETAS para suprir a demanda da secretaria, visto que a dotação não constava no processo, sendo necessária a inclusão para atender a demanda da Secretaria Municipal de ASSISTÊNCIA SOCIAL. O processo passa a constar a seguinte dotação:

CÓD. REDUZIDO	ELEMENTO	FUNÇÃO	SUB FUNÇÃO	PROJETO ATIVIDADE	RECURSO	DESCRIÇÃO
394	3.3.90.30.00.00.00.00	8 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.068	1000	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO TRABALHO

A Prefeitura Municipal providenciará a publicação resumida do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, no Diário Oficial no Diário dos Municípios consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei n° 8.666/93. Cotriguaçu/MT, 12 de Março de 2021, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS – Prefeito Municipal.

TERMO DE RESULTADO, RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2021 - PROCESSO Nº 012/2021

Do resultado:

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial- SRP nº 005/2021.

A empresa: FREITAS & FREITAS-ME CNPJ: 23.482.163/0001-53, situada na Rua Valdecir Agripino de Souza, Nº 1515, Bairro Cidade Tamandaré, Mirassol D´Oeste-MT, foi vencedora da licitação. Com o valor menor preço por item de R$ 16.400,00 reais.

Da homologação:

O Prefeito Municipal de Cotriguaçu–MT, no uso das atribuições e de acordo com o art. 24 e 43, VI, da Lei Federal nº 8.666/93, e conforme consta no Processo a manifestação da Comissão Permanente de Licitação e de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica desta Prefeitura, Resolve RATIFICAR E HOMOLOGAR o presente Processo Licitatório Nº 012/2021, Pregão Presencial Nº 005/2021.

a) Processo Nr.: 012/2021

b) Licitação Nr.: 005/2021

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data Homologação: 12/03/2021

e) Objeto da Licitação: "AQUISIÇÃO DE NITROGÊNIO LÍQUIDO, PARA O FORTALECIMENTO DA CADEIA LEITEIRA NO MUNICÍPIO E ACONDICIONAMENTO DAS DOSES DE SÊMEM AOS PRODUTORES QUE BUSCAM O MELHORAMENTO GENÉTICO E PRODUTIVO DO SEU REBANHO - PROJETO SECRETARIA DE AGRICULTURA".

Contratada: **FREITAS & FREITAS-ME CNPJ: 23.482.163/0001-53** e determino que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação da referida empresa. Cotriguaçu - MT, 12 de março de 2021.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 010/2021/PMC

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 082.536/2020)

Órgão Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Material de Consumo (Gêneros alimentícios perecíveis, estimáveis e utilidades), com entrega, para atender a Diretoria de Atenção Secundária/Coordenadoria Especial de Rede Assistencial de Saúde Mental/SMS.

Data/Horário: 26/03/2021 às 10:00h (dez horas) – Fuso Horário de Brasília.

Informações/Contato: Secretaria Adjunta Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – SAELC/SMGe - Fone: 3645-6156 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 08:00h às 18:00h. - Retirada Edital: http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacao/.

Priscila R. N. Moraes

Pregoeira

Agmar Divino Lara de Siqueira

Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EDITAL Nº 002/2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL

O Prefeito Municipal de Dom Aquino-MT, **VALDÉCIO LUIZ DA COSTA**, no uso de suas atribuições, com fulcro no parágrafo único, artigo 48 da Lei Complementar 101 de 04/05/2000 e nota técnica 04/2020 do TCE-MT e IN SPO nº 002/2020. Faz saber que, devido à situação de emergência em saúde do País e no Estado de Mato Grosso, mediante Decreto Estadual nº. 425/2020 e os Municipais 021/2020, 027/2021, bem como em cumpri-

mento das medidas restritivas de enfrentamento da disseminação do novo coronavírus (COVID-19), em especial do isolamento social da população Domaquinenses, resta impossibilitada a realização da Audiência Pública **DISPONIBILIZAÇÃO DE PROPOSTAS PARA ELABORAÇÃO DA LDO/ 2022 E FORMULÁRIOS ELETRÔNICO PARA PARTICIPAÇÃO POPULAR**, com vistas a evitar aglomeração de pessoas.

No entanto, com o intuito de promover a Discussão/sugestões do referido Projeto de Lei junto a toda a sociedade civil, representantes de entidades constituídas, assim como todos os munícipes residentes e domiciliados no território do município, e demais interessados, informa-se que o mesmo estará disponível no sítio eletrônico www.domaquino.mt.gov.br/ , ficando a disposição o formulário de sugestões a quem possa interessar.

Telefone:(66)3451-1127 E-mail: finandomaquino@hotmail.com

pmdomaquino@terra.com.br

Por fim, salienta-se que as sugestões para inclusão e/ou alteração das ações prioritárias e metas estabelecidas deverão ser encaminhadas até 15 de abril de 2021.Dom Aquino-MT, 11 de março de 2.021

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL N.º 014/2021.

DECRETO MUNICIPAL N.º 014/2021.

DATA: 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

SÚMULA: ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE 33.196,00 (TRINTA E TRÊS MIL, CENTO E NOVENTA REAIS), PARA COBERTURA DE DESPESAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Suplementar no valor de 33.196,00 (trinta e três mil, cento e noventa reais), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

03.000.0.1.04.122.0002.2.004.3.3.90.14.00.00 0100000000 R$ 2.000,00

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.3.90.36.00.00 0102000000 R$ 15.000,00

07.000.0.1.15.451.0013.2.037.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 5.000,00

07.000.0.1.15.451.0013.2.038.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 1.196,00

07.000.0.3.15.451.0013.2.039.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 10.000,00

Total da Suplementação: R$ 33.196,00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

03.000.0.1.04.122.0002.1.008.4.4.90.51.00.00 0100000000 R$ 2.000,00

06.000.0.1.10.122.0002.2.027.3.3.90.36.00.00 0102000000 R$ 15.000,00

07.000.0.1.15.122.0002.2.036.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 16.196,00

Total da Redução: R$ 33.196,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 1º DIA DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2021.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL N.º 016/2021.

DECRETO MUNICIPAL N.º 016/2021.

DATA: 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

SÚMULA: ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES NO VALOR DE R$ 840.224,07 (OITOCENTOS E QUARENTA MIL, DUZENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E SETE CENTAVOS), PARA COBERTURA DE DESPESAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

Considerando o disposto no Art. 43,§1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Considerando ainda o disposto no Art. 4º, da Lei Municipal nº 0713/2020, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Feliz Natal/MT para o exercício financeiro de 2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica Aberto no Orçamento do Município de Feliz Natal os créditos adicionais suplementares no montante de R$ 840.224,07 (oitocentos e quarenta mil, duzentos e vinte e quatro reais e sete centavos), destinados a atender as seguintes dotações orçamentárias:

03.SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

03.000.0.1.04.122.0002.2.004.3.3.90.39.00.00 0300000000 R$ 49,00

04.SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

04.000.0.3.12.361.0005.2.011.3.1.90.11.00.00 0318000000 R$ 227.366,12

04.000.0.3.12.361.0005.2.011.3.1.91.13.00.00 0318000000 R$ 45.473,22

04.000.0.3.12.361.0005.2.012.3.1.90.11.00.00 0318000000 R$ 20.530,22

04.000.0.3.12.361.0005.2.012.3.1.91.13.00.00 0318000000 R$ 4.106,04

04.000.0.3.12.365.0005.2.014.3.1.90.11.00.00 0318000000 R$ 24.799,70

04.000.0.3.12.365.0005.2.014.3.1.91.13.00.00 0318000000 R$ 4.959,94

04.000.0.3.12.365.0005.2.015.3.1.90.11.00.00 0318000000 R$ 76.261,79

04.000.0.3.12.365.0005.2.015.3.1.91.13.00.00 0318000000 R$ 15.252,36

05.SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.000.0.2.08.122.0009.2.056.3.3.90.39.00.00 0329056000 R$ 6.000,00

05.000.0.2.08.122.0009.2.057.4.4.90.52.00.00 0329000000 R$ 1.000,00

05.000.0.2.08.122.0009.2.067.3.3.90.30.00.00 0329074000 R$ 2.885,00

05.000.0.2.08.244.0009.2.022.3.3.90.30.00.00 0329000000 R$ 4.500,00

05.000.0.2.08.244.0009.2.024.3.3.90.30.00.00 0343000000 R$ 5.000,00

05.000.0.2.08.244.0009.2.024.3.3.90.39.00.00 0343000000 R$ 4.900,00

05.000.0.3.08.243.0009.2.025.3.3.90.39.00.00 0327000000 R$ 49,00

06.SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.3.90.39.00.00 0346000000 R$ 206.280,00

06.000.0.2.10.302.0011.2.034.3.3.90.39.00.00 0346000000 R$ 132.000,00

07.SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

07.000.0.4.17.511.0013.1.052.4.4.90.51.00.00 0324054000 R$ 58.811,68

TOTAL: R$ 840.224,07

Art. 2º As despesas decorrentes do Art. 1º serão cobertas com o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial levantado em 31/12/2019, mediante a utilização dos seguintes recursos:

FONTE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0300000000	Livre Aplicação	49,00
0318000000	Transferências do Fundeb 70%	418.749,39
0329056000	IGD - PBF	6.000,00
0329000000	Recursos FNAS	5.500,00
0329074000	COVID 19	2.855,00
0343000000	Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência Social	9.900,00
0327000000	Demais Recursos Vinculados Destinados Assistência Social	49,00
0346000000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	33.8280,00
0324054000	Outros Convênios da União	58.811,68
	TOTAL	**840.224,07**

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Feliz Natal, ao primeiro dia do mês de fevereiro de 2021.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL N.º 015/2021.

DECRETO MUNICIPAL N.º 015/2021.

DATA: 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

SÚMULA: ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE 180.429,47 (CENTO E OITENTA MIL, QUATROCENTOS E VINTE E NOVE REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS), PARA COBERTURA DE DESPESAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Suplementar no valor de 180.429,47 (cento e oitenta mil, quatrocentos e vinte e nove reais e quarenta e sete centavos), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

02.000.0.1.04.122.0002.2.002.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 2.912,08

02.000.0.1.04.122.0002.2.002.3.3.90.92.00.00 0100000000 R$ 87,92

02.000.0.2.04.124.0002.2.003.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 1.000,00

03.000.0.1.04.122.0002.2.004.3.3.90.35.00.00 0100000000 R$ 33.000,00

03.000.0.1.04.122.0002.2.004.3.3.90.40.00.00 0100000000 R$ 65.118,92

03.000.0.1.04.122.0002.2.004.3.3.90.92.00.00 0100000000 R$ 8.000,00

04.000.0.4.27.813.0007.2.018.3.1.90.13.00.00 0100000000 R$ 1.000,00

05.000.0.2.08.244.0009.2.024.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 10.000,00

05.000.0.3.08.243.0009.2.060.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 2.000,00

06.000.0.1.10.122.0002.2.027.3.1.90.11.00.00 0302000000 R$ 700,00

06.000.0.1.10.122.0002.2.027.3.3.90.91.00.00 0102000000 R$ 5.000,00

06.000.0.2.10.301.0011.2.029.3.3.90.30.00.00 0102000000 R$ 5.000,00

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.1.90.04.00.00 0302000000 R$ 1.500,00

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.1.90.13.00.00 0302000000 R$ 500,00

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.3.90.36.00.00 0102000000 R$ 38.610,55

07.000.0.3.15.451.0013.2.039.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 5.000,00

07.000.0.3.15.451.0013.2.039.4.4.90.39.00.00 0100000000 R$ 1.000,00

Total da Suplementação R$ 180.429,47

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02.000.0.1.04.122.0002.2.002.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 3.000,00

02.000.0.2.04.124.0002.2.003.4.4.90.52.00.00 0100000000 R$ 1.000,00

03.000.0.1.04.122.0002.2.004.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 106.118,92

04.000.0.4.27.813.0007.2.018.3.1.91.13.00.00 0100000000 R$ 1.000,00

05.000.0.2.08.244.0009.2.024.3.3.90.37.00.00 0100000000 R$ 10.000,00

05.000.0.3.08.243.0009.2.060.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 2.000,00

06.000.0.1.10.122.0002.2.027.3.1.91.13.00.00 0302000000 R$ 700,00

06.000.0.1.10.122.0002.2.027.3.3.90.36.00.00 0102000000 R$ 5.000,00

06.000.0.2.10.301.0011.2.029.3.3.90.39.00.00 0102000000 R$ 5.000,00

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.1.91.13.00.00 0302000000 R$ 2.000,00

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.3.90.30.00.00 0102000000 R$ 38.610,55

07.000.0.3.15.451.0013.2.039.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 5.000,00

07.000.0.3.15.451.0013.2.039.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 1.000,00

Total da Redução R$ 180.429,47

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 1º DIA DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2021.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA ADMINISTRATIVO
QUARTO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 040/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇO: Nº 040/2020

DATA ASSINATURA: 05 DE MARÇO DE 2021

CREDOR: AUTO POSTO REIS LTDA

OBJETO:O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO CONCEDER REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO, NOS ITENS 01,02 E 04 (ETANOL COMUM, GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL B S10) CONFORME OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 040/2020, QUE PASSAM A TER AS SEGUINTES REDAÇÕES:

Item	Quant.	Produto	Preço Atuál	Preço Reajustado
01	Saldo Existente	Etanol Comum, Automotivo, Álcool Hidratado, com graduação alcoólica de 91,1% a 96% em conformidade com as características constantes no regulamento técnico ANP em Vigor.	3,43	3,53
02	Saldo Existente	Gasolina Comum Automotiva, em conformidade com as características cons-	5,30	5,49

		tantes no regulamento técnico ANP em Vigor.		
04	Saldo Existente	Óleo Diesel B S10, em conformidade com as características constantes no regulamento técnico ANP em Vigor.	4,70	5,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

EXTRATO DE CONTRATO 221/2021

Contrato nº. 221/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **LUCIANE PEREIRA DE JESUS**

CPF: 928.621.101-59

Objeto: Contratado (a) no cargo de: PROFESSOR DE LICENCIATURA PLENA 30_HRS

Legalidade:LC 05 e LO 1008/2020

Processo Seletivo: 01/2021 Classificação: 10

Vigência: 09/03/2021

Valor Mensal: 2.487,60

Data Assinatura: 09/03/2021

Fonte: Or.12/Un. 004/Proj. Atv .20067/ El. 31901100 00/ CR 542

EXTRATO DE CONTRATO 212/2021

Contrato nº. 212/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **VIVIANE JORECKI DASSOW**

CPF: 034.857.761-30

Objeto: Contratado (a) no cargo de: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 05/2010

Legalidade:LC 05 e LO 1008/2020

Processo Seletivo: 01/2021 Classificação: 01

Vigência: 09/03/2021

Valor Mensal: 1.151,09

Data Assinatura: 09/03/2021

Fonte: Or.12/Un. 004/Proj. Atv .20068/ El. 31901100 00/ CR 548

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO 022/2021

Contrato nº. 45/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **CAROLINE MENDES BARTH**

CPF: 047.422.641-77

Objeto: Contratado (a) no cargo de: ODONTOLOGO

Legalidade: 1008/2020

Vigência: 04/01/2021 a 30/06/2021

Valor Mensal: 5.284,84

Data da rescisão: 15/03/2021

Prefeito Municipal: Voney Rodrigues Goulart

_____

Contrato nº. 82/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **IANKA RODRIGUES CRESPÃO**

CPF: 025.309.542-59

Objeto: Contratado (a) no cargo de: FISIOTERAPEUTA

Legalidade: 1008/2020

Vigência: 04/01/2021 a 30/06/2021

Valor Mensal: 5.284,84

Data da rescisão: 15/03/2021

Prefeito Municipal: Voney Rodrigues Goulart

_____

Contrato nº. 338/2019

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **FABIULA FURQUIN WEIS**

CPF: 039.723.921-17

Objeto: Contratado (a) no cargo de: ENFERMEIRO

Legalidade: 1008/2020

Vigência: 01/10/2019 a 30/06/2021

Valor Mensal: 4.404,03

Data da rescisão: 15/03/2021

Prefeito Municipal: Voney Rodrigues Goulart

EXTRATO DE CONTRATO 216/2021

Contrato nº. 216/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **FRANCIELLE SILVA SOARES**

CPF: 117.549.946-45

Objeto: Contratado (a) no cargo de: PROFESSOR DE LICENCIATURA PLENA 30_HRS

Legalidade:LC 05 e LO 1008/2020

Processo Seletivo: 01/2021 Classificação: 11

Vigência: 09/03/2021

Valor Mensal: 2.487,60

Data Assinatura: 09/03/2021

Fonte: Or.12/Un. 004/Proj. Atv .20067/ El. 31901100 00/ CR 542

EXTRATO DE CONTRATO 214/2021

Contrato nº. 214/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **SIMONE FERREIRA DE LIMA**

CPF: 309.288.638-08

Objeto: Contratado (a) no cargo de: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 05/2010

Legalidade:LC 05 e LO 1008/2020

Processo Seletivo: 01/2021 Classificação: 02

Vigência: 09/03/2021

Valor Mensal: 1.151,09

Data Assinatura: 09/03/2021

Fonte: Or.12/Un. 004/Proj. Atv .20068/ El. 31901100 00/ CR 548

EXTRATO DE CONTRATO 220/2021

Contrato nº. 220/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **GESSI PERETTI BRIZOT**

CPF: 918.891.031-87

Objeto: Contratado (a) no cargo de: PROFESSOR DE LICENCIATURA PLENA 30_HRS

Legalidade:LC 05 e LO 1008/2020

Processo Seletivo: 01/2021 Classificação: 17

Vigência: 09/03/2021

Valor Mensal: 2.487,60

Data Assinatura: 09/03/2021

Fonte: Or.12/Un. 004/Proj. Atv .20067/ El. 31901100 00/ CR 542

EXTRATO DE CONTRATO 218/2021

Contrato nº. 218/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **GIOVANA BERTAGLIA VIEIRA**

CPF: 089.005.199-21

Objeto: Contratado (a) no cargo de: PROFESSOR DE LICENCIATURA PLENA 30_HRS

Legalidade:LC 05 e LO 1008/2020

Processo Seletivo: 01/2021 Classificação: 12

Vigência: 09/03/2021

Valor Mensal: 2.487,60

Data Assinatura: 09/03/2021

Fonte: Or.12/Un. 004/Proj. Atv .20067/ El. 31901100 00/ CR 542

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2021

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

O Município de Gaúcha do Norte – MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Brasil n° 1.200 S, centro, Cidade de Gaúcha do Norte – MT, inscrita no CNPJ sob o nº 01.614.539/0001-01, representada por seu Prefeito Municipal, o Senhor Voney Rodrigues Goulart, brasileiro, solteiro, agropecuarista, portador da cédula de Identidade nº 2.477.543 SSP/GO e do CPF nº 402.603.301-59, residente e domiciliado na Rua Mato Grosso, s/nº Gaúcha do Norte– MT, com base na Lei Orgânica municipal e na prerrogativa de suas funções;

Considerando o resultado do Processo Seletivo Simplifico 001/2021 o qual foi devidamente homologado por intermédio do decreto 1.107 de 25 de fevereiro de 2021 e publicado no diário oficial do município < https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/> na edição nº 3.675 de 26 de fevereiro de 2021.

Considerando a necessidade de contratação de servidores públicos municipais para suprirem as vagas necessárias mantendo o funcionamento do Poder Executiva Municipal e o atendimento aos interesses públicos.

CONVOCA as pessoas relacionadas no anexo I, para se apresentarem no **prázo máximo de 03 (Três) dias úteis**, contados da data do dia 15 de março de 2021 a 17 de março de 2021, junto a Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte, localizada na Avenida Brasil n° 1.200 S, Centro, Cidade de Gaúcha do Norte, no departamento de Recursos Humanos, com a finalidade de habilitação, mediante a apresentação da documentação requerida no anexo II, além de outros que se fizerem necessários assim como a apresentação de exames admissionais que englobam a realização de inspeção médica mediante apresentação de laudo médico de sanidade física e mental, que ocorrerão às expensas dos candidatos.

Para os critérios de convocação será seguido criteriosamente o resultado homologado, respeitando-se a classificação de cada cargo.

O não comparecimento e/ou a não entrega dos documentos e exames requeridos, fora do prazo supracitado, acarretará na eliminação e a perda da vaga do referido cargo.

Gaúcha do Norte, 12 de março de 2021.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

ANEXO I

AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR – MERENDEIRA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482913	GABRIELA RODRIGUES DA COSTA	02/04/1996	25,0	15,0	20,0	60,0	7.
482771	RUTIMARA FRANCISCA DE OLIVEIRA	05/09/1976	20,0	20,0	15,0	55,0	8.

AGENTE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA ESCOLAR

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
483066	GONCALO CONSTANTINO LOPES	15/04/1969	25,0	10,0	15,0	50,0	3.

Gaúcha do Norte-MT, 12 de março de 2021.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

ANEXO II

Para tomar posse o candidato convocado deverá apresentar cópia dos documentos abaixo relacionados assim como apresentação dos originais para conferência.

1) Cópia dos seguintes documentos:

1.3.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pelo Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do Artigo 12, § 1º da Constituição Federal.

1.3.2. Estar em gozo de direitos políticos.

1.3.3. Estar em dia com as obrigações eleitorais, documentado com os últimos comprovantes de votação ou certidão da Justiça Eleitoral. 1.3.4. Apresentar Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino.

1.3.5. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos, à época da posse.

1.3.6. Apresentar Exame Médico Admissional, acompanhado de exames complementares, conforme a natureza do cargo, em que ateste a aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.

1.3.6.1. Não estar afastado junto ao INSS na data limite para admissão.

1.3.7. Apresentar documentação comprobatória dos requisitos mínimos exigidos.

1.3.8. Não registrar antecedentes criminais por sentença judicial transitada em julgado, apresentando certidão negativa de antecedentes criminais, dos últimos cinco anos, expedida pelo Foro da Justiça Estadual do local de sua residência;

1.3.9. Não receber proventos de aposentadoria conforme teor do Artigo 37, Parágrafo 10 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e nem estar com idade de aposentadoria compulsória;

1.3.10. Apresentar declaração de bens;

1.3.11. No ato da contratação, o candidato não poderá estar incompatibilizado para contratação em nova função pública, mesmo que esteja afastado em licença sem vencimento, ressalvadas as hipóteses legais de acumulação de cargos prevista na Constituição Federal; 1.3.12. Possuir documento oficial de identidade reconhecido em território nacional;

1.3.13. Cadastro de Pessoa Física – CPF;

1.3.14. Certidão de nascimento ou casamento, conforme o caso. Se separado judicialmente, certidão com averbação da separação ou divórcio;

1.3.15. Cartão de cadastramento PIS/PASEP (se tiver);

1.3.16. Título Eleitoral com certidão de quitação eleitoral ou comprovante de votação na última eleição ou justificativa;

1.3.17. Carteira de Habilitação compatível se for o caso;

1.3.18. Carteira de Trabalho e Previdência Social;

1.3.19. Uma foto 3x4 (recente e colorida);

1.3.20. Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 (dezoito) anos solteiros ou estudantes (se tiver);

1.3.21. Carteira de vacinação dos filhos com idade entre 01 (um) e 05 (cinco) anos;

1.3.22. Comprovante de residência atualizado;

1.3.23. Apresentar outros documentos que se fizerem necessários, a época da posse, de acordo com a legislação em vigor;

1.3.24. Não serão aceitos, no ato da atribuição e contratação, protocolos ou cópias dos documentos exigidos. As cópias somente serão aceitas se estiverem acompanhadas do original, ou se estiverem autenticados por órgão competente com fé pública

1.3.25. Estar registrado no respectivo Conselho de Classe, bem como estar inteiramente quite com as demais exigências legais do órgão fiscalizador e regulador do exercício profissional, (para os cargos de Fonoaudiólogo, Nutricionista e Professor de Educação Física)

1.3.26. Certidão negativa municipal;https://www.gp.srv.br/tributario_gauchadonorte/ser...

1.3.27. Certidão negativa tribunal de justiça do MT, no link: http://cidadao.tjmt.jus.br/Servicos/CertidaoNegati...

1.3.28. Certidão negativa Justiça Federal no link: http://www.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/?orgao=MT

1.3.29 Certidão negativa justiça do trabalho, no link: :http://portal.trt23.jus.br/portal/node/4461

Gaúcha do Norte-MT, 12 de março de 2021.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 213/2021

Contrato nº. 213/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **JESSICA HELLEN ROCHA CASMAL DE FREITAS**

CPF: 033.022.961-71

Objeto: Contratado (a) no cargo de: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 05/2010

Legalidade:LC 05 e LO 1008/2020

Processo Seletivo: 01/2021 Classificação: 02

Vigência: 09/03/2021

Valor Mensal: 1.151,09

Data Assinatura: 09/03/2021

Fonte: Or.12/Un. 004/Proj. Atv .20068/ El. 31901100 00/ CR 548

PORTARIA MUNICIPAL Nº 109/2021

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando, Lei Municipal n° 132/2001, Seção II Art. 133.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor (a) **JUREMA RIBEIRO MACEDO,** brasileiro (a) nascido (a) em 10/09/1974, portador (a) do RG nº 11264713 SSP/MT e do CPF nº 836.332.511-20, Servidor (a) público (a) **EFETIVO** no cargo de RECEPCIONISTA, lotado (a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE e CEDIDO para SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, **FÉRIAS** referente ao período aquisitivo 2019/2020, onde serão gozados 15 (quinze) dias, no intervalo de 15/03/2021 à 29/03/2021, com data prevista para retorno em 30/03/2021.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 12 de março 2021.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 223/2021

Contrato nº. 223/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **VANDERLEIA GONÇÃLVES DA SILVA**

CPF: 043.465.109-57

Objeto: Contratado (a) no cargo de: PROFESSOR DE LICENCIATURA PLENA 30_HRS

Legalidade:LC 05 e LO 1008/2020

Processo Seletivo: 01/2021 Classificação: 18

Vigência: 09/03/2021

Valor Mensal: 2.487,60

Data Assinatura: 09/03/2021

Fonte: Or.12/Un. 004/Proj. Atv .20067/ El. 31901100 00/ CR 542

EXTRATO DE CONTRATO 210/2021

Contrato nº. 210/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **ROSALINA LEÃO DA COSTA**

CPF: 013.037.711-28

Objeto: Contratado (a) no cargo de: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 05/2010

Legalidade:LC 05 e LO 1008/2020

Processo Seletivo: 01/2021 Classificação: 04

Vigência: 10/03/2021

Valor Mensal: 1.151,09

Data Assinatura: 10/03/2021

Fonte: Or.12/Un. 004/Proj. Atv .20068/ El. 31901100 00/ CR 548

EXTRATO DE CONTRATO 208/2021

Contrato nº. 208/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **MARCIELLY BATISTA TOSCANO**

CPF: 963.498.241-72

Objeto: Contratado (a) no cargo de: NUTRICIONISTA

Legalidade:LC 05 e LO 1008/2020

Processo Seletivo: 01/2021 Classificação: 01

Vigência: 09/03/2021

Valor Mensal: 4.848,08

Data Assinatura: 09/03/2021

Fonte: Or.12/Un. 001/Proj. Atv .20051/ El. 3190110000/ CR 412

EXTRATO DE CONTRATO 219/2021

Contrato nº. 219/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **ONEIDA DOMINGOS ALVES**

CPF: 554.601.001-00

Objeto: Contratado (a) no cargo de: PROFESSOR DE LICENCIATURA PLENA 30_HRS

Legalidade:LC 05 e LO 1008/2020

Processo Seletivo: 01/2021 Classificação: 3

Vigência: 09/03/2021

Valor Mensal: 2.487,60

Data Assinatura: 09/03/2021

Fonte: Or.12/Un. 004/Proj. Atv .20067/ El. 31901100 00/ CR 542

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 013/2021

EDITAL Nº 001/2021

O Município Gaúcha do Norte/MT, por meio de sua Presidente da Comissão Permanente de licitação, torna público o **CANCELAMENTO** da **Concorrência para Contratação de empresa na execução de obras de CONSERVAÇÃO E RECAPEAMENTO ASFALTICO das ruas do municípioque seria realizado no dia** no dia **29 de março de 2021 às 08h00-min** (**Horário de Cuiabá/MT)** na sala de licitações.

Justifica tal cancelamento uma vez que necessitamos realizar algumas alterações no projeto. Vale salientar que após a finalização do mesmo, voltaremos a publicar o aviso de licitação novamente.

Gaúcha do Norte MT, 12 de março de 2021.

NEILLA F. DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

EXTRATO DE CONTRATO 222/2021

Contrato nº. 222/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **EVANESA DUTRA LEITE**

CPF: 716.186.001-68

Objeto: Contratado (a) no cargo de: PROFESSOR DE LICENCIATURA PLENA 30_HRS

Legalidade:LC 05 e LO 1008/2020

Processo Seletivo: 01/2021 Classificação: 03

Vigência: 09/03/2021

Valor Mensal: 2.487,60

Data Assinatura: 09/03/2021

Fonte: Or.12/Un. 004/Proj. Atv .20067/ El. 31901100 00/ CR 542

PORTARIA MUNICIPAL Nº 107/2021

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando, Lei Municipal n° 132/2001, Seção II Art. 133.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor (a) **KELLY MENDONCA DIAS,** brasileiro (a) nascido (a) em 28/05/1981, portador (a) do RG nº 329229023 SSP/SP e do CPF nº 003.323.251-21, Servidor (a) público (a) **EFETIVO** no cargo de FARMACEUTICO/BIOQUIMICO, lotado (a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, **FÉRIAS** referente ao período aquisitivo 2018/2019, onde serão gozados 15 (quinze) dias, no intervalo de 15/03/2021 à 29/03/2021, com data prevista para retorno em 30/03/2021.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 12 de março 2021.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº 108/2021

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando, Lei Municipal n° 132/2001, Seção II Art. 133.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor (a) **KASSIA RENOSTRO DUCATTI,** brasileiro (a) nascido (a) em 30/11/1987, portador (a) do RG nº 1934998-0 SSP/MT e do CPF nº 011.468.351-40, Servidor (a) público (a) **EFETIVO** no cargo de MEDICO VETERINARIO, lotado (a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, **FÉRIAS** referente ao período aquisitivo 2019/2020, onde serão gozados 12 (doze) dias, no intervalo de 15/03/2021 à 26/03/2021, com data prevista para retorno em 27/03/2021.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 12 de março 2021.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 110/2021.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE GERENTE DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei.

RESOLVE,

Art. 1º - Fica Nomeado Sr.(a) **ROGERIO LEITE SILVA** brasileiro (a), filho (a) de ALUISIO LEITE DA SILVA e RIQUETA MARIA DA CONCEIÇÃO LEITE DA SILVA, nascido (a) em 13/11/1986, portadora do RG N° 2467036 SSP/DF e CPF: 008.766.801-71, como **GERENTE DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO,** lotado na SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, a partir de 12/03/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 12 de março de 2021.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 215/2021

Contrato nº. 215/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **EUNICE VAZ MACHADO GOMES COELHO**

CPF: 269.120.151-15

Objeto: Contratado (a) no cargo de: PROFESSOR DE LICENCIATURA PLENA 30_HRS

Legalidade:LC 05 e LO 1008/2020

Processo Seletivo: 01/2021 Classificação: 16

Vigência: 09/03/2021

Valor Mensal: 2.487,60

Data Assinatura: 09/03/2021

Fonte: Or.12/Un. 004/Proj. Atv .20067/ El. 31901100 00/ CR 542

EXTRATO DE CONTRATO 209/2021

Contrato nº. 209/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **MARILDA ARANTES DE LIMA**

CPF: 899.162.201-15

Objeto: Contratado (a) no cargo de: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 05/2010

Legalidade:LC 05 e LO 1008/2020

Processo Seletivo: 01/2021 Classificação: 03

Vigência: 09/03/2021

Valor Mensal: 1.151,09

Data Assinatura: 09/03/2021

Fonte: Or.12/Un. 004/Proj. Atv .20068/ El. 31901100 00/ CR 548

EXTRATO DE CONTRATO 217/2021

Contrato nº. 217/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **WANDERLUZIA GRASSIOTE ALVES**

CPF: 008.142.421-38

Objeto: Contratado (a) no cargo de: MERENDEIRO 05/2010

Legalidade:LC 05 e LO 1008/2020

Processo Seletivo: 01/2021 Classificação: 06

Vigência: 10/03/2021

Valor Mensal: 1.151,09

Data Assinatura: 10/03/2021

Fonte: Or.12/Un. 004/Proj. Atv .20067/ El. 31901100 00/ CR 548

EXTRATO DE CONTRATO 211/2021

Contrato nº. 211/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **ELIANE LOPES DA SILVA**

CPF: 009.573.011-70

Objeto: Contratado (a) no cargo de: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 05/2010

Legalidade:LC 05 e LO 1008/2020

Processo Seletivo: 01/2021 Classificação: 01

Vigência: 09/03/2021

Valor Mensal: 1.151,09

Data Assinatura: 09/03/2021

Fonte: Or.12/Un. 002/Proj. Atv .20052/ El. 31901100 00/ CR 434

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO PR N.º 011/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 011/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO-MT, através de sua **PREGOEIRA,** torna público, para conhecimento de todos os interessados, quefará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL para ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, **às 08h00 horas (Brasília) do dia 25 de Março de 2021**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de General Carneiro, à Avenida Delson Rodrigues s/n , Centro, General Carneiro /MT, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com as Leis 10.520/2002, 8.666/93.

O credenciamento será feito das 07h30 às 08h00. OBJETO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, GAS DE COZINHA E MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDIMENTO AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, CONFORME ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA.

LOCAL DA DISPUTA: Sala de Licitações – Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT.

RETIRADA DO EDITAL: site WWW.generalcarneiro.mt.gov.br solicitação via e-mail: cpl@generalcarneiro.mt.gov.br, e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de General Carneiro, das 08h00 às 12h00.

INFORMAÇÕES: As empresas interessadas poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo.

TELEFONE PARA CONTATO: (0**66)3416-1215 /1153

General Carneiro - MT,12 de Março de 2021.

AGLEIDISTELLY ALMEIDA CAPELI LOPES

Pregoeira

COVID-19: LEI Nº 1057/2021 DE 12 DE MARÇO DE 2021.

LEI Nº 1057/2021 DE 12 DE MARÇO DE 2021.

Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e dá outras providências

Marcelo de Aquino, Prefeito Municipal de General Carneiro Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a Seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R$ 136.566,32 distribuídos as seguintes dotações:

Local: 020311 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Ficha: 270 - 10.302.0740.0740.0740 COVID-19..... 136.566,32

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

Artigo 2º - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

Local: 020311 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ficha: 269 - 10.302.0740.0740.0740 COVID-19..... -8.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

Ficha: 271 - 10.302.0740.0740.0740 COVID-19.....-15.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

Ficha: 272 - 10.302.0740.0740.0740 COVID-19.....-90.566,32

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Ficha: 273 - 10.302.0740.0740.0740 COVID-19.....-15.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Ficha: 274 - 10.302.0740.0740.0740 COVID-19.....-8.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

General Carneiro, 12 de Março de 2021.

Marcelo de Aquino

Prefeito

COVID-19: LEI Nº 1058/2021 DE 12 DE MARÇO DE 2021.

LEI Nº 1058/2021 DE 12 DE MARÇO DE 2021.

Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e dá outras providência

Marcelo de Aquino, Prefeito Municipal de General Carneiro Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a Seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R$ 82.221,61, distribuídos as seguintes dotações:

Local: 020311 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Ficha: 275 - 10.301.0010.2105 MANUT.DO INSVEST. SUS...82.221,61

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Artigo 2º - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

Local: 020311 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Ficha: 209 - 10.301.0010.2010 MANUT.DO INSVEST. SUS...-82.221,61

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

General Carneiro, 12 de Março de 2021.

Marcelo de Aquino

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

HOMOLOGAÇÃODA CARTA CONVITE Nº01/2021

HOMOLOGAÇÃODA CARTA CONVITE Nº01/2021

HOMOLOGO o resultado da ata de abertura e julgamento da Carta Convite n.º 001/2021 que declarou **DESERTA** o procedimento, processo cujo objetivo era a Contratação de "EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CARÁTER COMPLEMENTAR, DE CONSULTORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL, BEM COMO CONSULTORIA FINANCEIRA, DE ACORDO COM NOVA CONTABILIDADE PÚBLICA, BEM COMO, NO ACOMPANHAMENTO DAS APLICAÇÕES DOS ÍNDICES OBRIGATÓRIOS", pelo período de 12 meses, conforme condições, quantitativos e especificações constantes no Termo de Referência do Processo Licitatório.

Diante da declaração de deserção do procedimento, determino à Comissão Permanente de Licitação a abertura de processo de Adesão para contratação do objeto pretendido, haja vista ser um procedimento mais vantajoso ao município.

Glória D´Oeste – MT, 10 de março de 2021.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

RETIFICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 009/2021

A Prefeitura Municipal de Indiavaí-MT, através do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 009/2021, cujo Objeto é: Aquisição de Produtos Alimenticios, Embutidos, conservados, frios, Massas, Agua e Gáz P-13, para atender as necessidades das secretarias municipais deste município**.** Publicado sua abertura no diário oficial dos municípios dia 09 de março de 2021, Retifica – se os seguintes:

> No item 1.1 – do edital, Retifica-se o endereço para "RUA Nossa Senhora do Carmo, s/n., centro Indiavaí-MT, antiga creche".

> No item 1.3 - do edital, retifica se o horário para 08:00 do dia 18 de março de 2021.

> No termo de referencia 147 – "SABONETE LIQUIDO" torna fracassado por não apresentar quantidade.

> No termo de referencia 217 – "QUEIJO MUSSARELA EM BARRA - UND" retifica se a unidade de medida do item para KG.

Diante dos questionamentos apresentados é o que retifica-se.

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Indiavaí – MT. 12 de Março de 2021.

CLEBER PEREIRA DOS SANTOS

Pregoeiro Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL POR TEMPO DETERMINADO Nº.004/2021

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL POR TEMPO DETERMINADO

Nº.004/2021

Através deste instrumento, fica rescindido o Contrato Temporário de Serviços Nº. 053/2019, de 19 de novembro de 2019, realizado entre a Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, inscrita no CNPJ de Nº. 07.209.225/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA** Sra. **BRUNA DA SILVA ARAUJO**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 2375107-0 SJSP/MT e do CPF nº. 045.243.791.18, residente e domiciliada na Rua das Flores, S/N, Agrovila Simione, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADO (A).**

Cláusula 1º - Rescisão a pedido da servidora**.**

Cláusula 2º - O (A) **CONTRATADO(A)** receberá R$ 1.223,19 (um mil, duzentos e vinte e três reais e dezenove centavos), referente ao período trabalhado, sendo descontados os encargos sociais, conforme Recibo de Rescisão.

Por ser de acordo entre as partes assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Itanhangá - MT, em 01 de março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

BRUNA DA SILVA ARAUJO

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2021

Nos termos do Art.43, inciso da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, o Prefeito Municipal de Itanhangá-MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação da Pregoeira, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITAÇÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, **HOMOLOGA** o objeto da Licitação supracitada, que tem como vencedor abaixo e cujo objeto é:

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS A SEREM EXECUTADOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE – UBS, COM CARGA HORÁRIA DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS, REALIZANDO ATENDIMENTOS DE CONSULTAS E DEMAIS PROCEDIMENTOS PARA SUPRIR A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT".

VENCEDORES:

Nome	CPF/CNPJ:
DANIANE BESS CAVALHEIRO – ME	40.945.034/0001-73

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

Itanhangá-MT, 12 de março de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 044/2020/DRH/PMI

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 044/2020/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. POLIANA APARECIDA ESSER.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 07.209.225/0001-00, com sede administrativa a Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 408.854 SSP/MS e inscrito no CPF: 411.269.551-91 residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 409, Centro, neste município, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente de **"CONTRATANTE"**, e, de outro lado, a Sra. ***POLIANA APARECIDA ESSER****, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 1819851-1 SSP/MT e do CPF nº. 019.629.951.94, residente e domiciliada na Rua Buriti, Quadra 14 - Lote 17, centro, Município de Itanhangá* (MT), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 044/2020/DRH/PMI**, ajustam e acordam celebrar o presente **Termo Aditivo**, com base no permissivo constitucional (art. 37, inciso IX da CF) e no teor do dispositivo na Lei Municipal nº 267/2011 e Leis Complementares n° 023/2009 e n° 024/2009, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar o valor da contratação, bem como prorrogar a vigência contratual, alterando o previsto nas Cláusulas Terceira, Quarta e Quinta, respectivamente, do CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 044/2020/DRH/PMI, com as seguintes redações:

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor total do contrato passa a ser de R$ 30.261,34 (trinta mil, duzentos e sessenta e um reais e trinta e quatro centavos), dos quais o valor de R$ 15.130,67 (quinze mil, cento e trinta reais e sessenta e sete centavos), refere-se ao período de 04.03.2020 à 03.03.2021 e o acréscimo de R$ 15. 130,67 (quinze mil, cento e trinta reais e sessenta e sete centavos), refere-se ao período da prorrogação, qual seja de 04.03.2021 a 03.03.2022.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1. O valor aditado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. A vigência contratual fica prorrogada até 03/03/2022, acrescentando-lhe o período complementar de 04/03/2021 a 03/03/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas relativas ao período aditado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

Fundo Municipal de Saúde – Média e Alta Complexidade:

05.002.10.302.0032.2066.3190.04.00.00.00 Red. 0162 – Contratação Por Tempo Determinado.

Fonte de Recurso 102 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Saúde

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo Parágrafo Único, do art. 4°, da Lei Municipal n° 267/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Itanhangá-MT, 03 de março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

POLIANA APARECIDA ESSER

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

_____	_____
Nome: CPF:	Nome: CPF:

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 027/2021/DRH/PMI

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 027/2021/DRH/PMI, referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO, que entre sí celebram O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT e a Sra. *LEDIANE SANTIAGO DE MELLO*.

Fica retificado a publicação do **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 027/2021/DRH/PMI**, divulgado na Edição do Diário Oficial da AMM, ANO XVI | N° 3.681, na data de 08 de março de 2021.

ONDE SE-LÊ:

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Educação – Gabinete do Secretário

04.001.12.122.0012.2016.3390.39.00.00.00 Red. 049

LEIA-SÊ:

CLÁUSULA SETIMA: *As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:*

Dotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Educação – Gabinete do Secretário

04.001.12.122.0012.2016.3190.04.00.00.00 Red. 049

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL POR TEMPO DETERMINADO - Nº.003/2021

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL POR TEMPO DETERMINADO

Nº.003/2021

Através deste instrumento, fica rescindido o Contrato Temporário de Serviços Nº. 028/2021, de 03 de fevereiro de 2020, realizado entre a Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, inscrita no CNPJ de Nº. 07.209.225/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA** Sra. **SONIA GARCIA***, brasileira, divorciada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 0954037-7 SESP/MT e do CPF Nº. 572.058.921.04, residente e domiciliada na Avenida Rio Borges, Bairro Pioneiro, Município de Itanhangá (MT)*, doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADO (A).**

Cláusula 1º - Rescisão a pedido da servidora**.**

Cláusula 2º - O (A) **CONTRATADO(A)** receberá R$ 212,81 (duzentos e doze reais e oitenta e um centavos), referente ao período trabalhado, sendo descontados os encargos sociais, conforme Recibo de Rescisão.

Por ser de acordo entre as partes assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Itanhangá - MT, em 01 de março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

SONIA GARCIA

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 018/2021

A Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, nomeados através da Portaria n° 016/2021 de 04/01/2021, torna público para conhecimento dos interessados que na Licitação tipo **Pregão Presencial n° 018/2021**, instaurada para o **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PLAYGROUNDS DEVIDAMENTE INSTALADOS NA ESCOLA MUNICIPAL PAULO FREIRE E NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PEQUENO PRÍNCIPE DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT",** sagrou-se vencedora a seguinte empresa: **ROTOCYCLE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICO – EIRELI – EPP – CNPJ: 34.914.897/0001-80** sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 258.000,00 (duzentos e cinquenta e oito mil reais).

Itanhangá-MT, 12 de março de 2021.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2021

Contratante: Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o n°: 00.176.362/0001-38, sediada Rua João Batista Vidotti, nº 407, bairro: Santo Antônio, Cep: 78.790-000, cidade: Itiquira, estado de Mato Grosso, telefone (065) 3491-1514, neste ato representada pelo Vereador/Presidente **ALCIDES ANFILOFIO DE CAMPOS FERREIRA,** brasileiro, casado, filho de Roberto Ferreira da Silva e Maria Paixão C. da Silva, natural de Itiquira-MT, nascido em 06/10/1973, portador da Cédula de Identidade sob o n.º RG: 771919 SSP/MT., Expedida em 05/05/2009

Empresa Contratada: V.N.I – COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA, Nome Fantasia**: POSTO SANTA MONICA 5, CNPJ** 09.007.714/0001-04, inscrição estadual 13.346035-5, número de Autorização de revenda: PR/MT0223139 ANP, estabelecida a Avenida Adelino de Souza Campos, nº 322, Esquina com Rua Mato Grosso, Centro, Itiquira-MT., CEP 78790-000, Telefone (65) 3491-1393 e Celular (065) 9 99763595 , Email: postomonica5@hotmail.com, neste ato representado pela Srª **PAULA ANDREA ZANETH**, brasileira, filha de: PAULO ROBERTO ZANETH e CLARIBEL TEREZINHA ZANETH, natural de São Miguel do Oeste – SC nascida em: 06/05/1981, empresária, devidamente inscrita no CPF:038.852.389-18, Carteira de Identidade RG:4.391.051 órgão expedidor SSP/SC, residente e domiciliada nesta cidade, Rua Mato nº 322, centro, CEP 78.790-000, Itiquira, Mato Grosso doravante denominada de **CONTRATADA.**

Objeto:Aquisição de Material de Combustível e derivados, para atender a demanda de no exercício 2021, conforme abaixo descrito:

N	Produtos	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Total
11	Gasolina Comum	litro	2950	4,99	14.720,50
22	Óleo Lubrificante 0W20 – Caminhonete S-10	litro	30	39,00	1.170,00
33	Filtro de óleo – PSL 615 Caminhonete S-10 2019	unidade	3	27,00	81,00
44	Filtro Ar – caminhonete S-10 2019 ARS 2869	unidade	5	57,00	285,00
55	Filtro Combustível – GI 50/7caminhonete – S-10 2019	unidade	5	20,00	100,00
66	Filtro de Ar S-10 Condicionado ACP 843	unidade	5	35,00	175,00
77	Óleo Lubrificante (Moto Honda Biz-125 ES)	litro	3	25,00	75,00
88	Óleo dois tempos	litro	5	25,00	25,00
	Valor Global				**16.731,50**

Vigência: 09/03/2021 a 31/12/2021

Emissão do Contrato: 09/03/2021

CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

Alvides Anfilofio de Campos Ferreira

Presidente 2021/2022

CONTRATANTE

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 065/2021.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 065/2021.

Data da vigência: 22/02/2021 a 22/02/2022.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): YASMIM RAFAELLY FERREIRA

Objeto: Contrato Administrativo nº 065/2021 firmado entre as partes de 22/02/2021 a 22/02/2022, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de **PSICÓLOGO.**

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 042, DE 14 DE JANEIRO DE 2021.

Substitui o Servidor que menciona, responsável pela fiscalização do contrato 023/2019 no Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 021/2013, que dispõe sobre regulamento para fiscalização dos contratos das atribuições e responsabilidades do Fiscal de Contratos no âmbito da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, bem como a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer um servidor para fiscalizar o contrato administrativo 023/2020 do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º. Substitui o Servidor abaixo relacionado, para ser responsável pela fiscalização do Contrato Administrativo 023/2019, firmado entre A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA-MT E A EMPRESA N M FERREIRA EDIFICAÇÕES - EPP,** conforme disposto no Decreto Municipal nº 021/2013.

1- JANAINA BATISTA RODRIGUES

CPF nº: 033.674.461-73

Art. 2°. As atribuições dos servidores designados, são as estabelecidas no Decreto Municipal nº 021/2013, e por tratar-se de relevante interesse público, não são remuneradas, havendo a dispensa de suas atribuições/funções habituais, quando em horário de expediente, para atender as diligências e demais atividades pertinentes, cabendo a Administração Pública Municipal viabilizar todas as condições necessárias para o fiel cumprimento das referidas atribuições/funções.

Art. 3°. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT 14 de janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 063/2021.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 063/2021.

Data da vigência: 19/02/2021 a 19/02/2022.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): MARIA APARECIDA SANTOS BRAZ

Objeto: Contrato Administrativo nº 063/2021 firmado entre as partes de 19/02/2021 a 19/02/2022, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de **CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS.**

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 064/2021.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 064/2021.

Data da vigência: 22/02/2021 a 22/02/2022.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): ROSELI MEDEIROS DE SOUZA SANTOS

Objeto: Contrato Administrativo nº 064/2021 firmado entre as partes de 22/02/2021 a 22/02/2022, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de **ARTIFICE COPA E COZINHA.**

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 062/2021.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 062/2021.

Data da vigência: 19/02/2021 a 20/12/2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): POLIANE DOS SANTOS DE SOUZA

Objeto: Contrato Administrativo nº 062/2021 firmado entre as partes de 19/02/2021 a 20/12/2021, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de **PROFESSOR (A).**

PROCURADORIA JURIDICA
COVID-19: PORTARIA Nº 05, DE 12 DE MARÇO DE 2021 - SME/ITIQUIRA/MT

PORTARIA Nº 05, DE 12 DE MARÇO DE 2021 - SME/ITIQUIRA/MT

Atualiza medidas excepcionais de caráter temporário, para prevenção dos riscos de disseminação do coronavírus (COVID/19), no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências".

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITIQUIRA/MT, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 837, de 1º de março de 2021, que *"Atualiza as medidas excepcionais, de caráter temporário, para a prevenção dos riscos de disseminação do coronavírus (COVID-19) no âmbito interno do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso*";

CONSIDERANDO a Portaria nº 164/2021GS/SEDUC/MT, de 02 de março de 2021, que "*Atualiza medidas excepcionais de caráter temporário, para prevenção dos riscos de disseminação do coronavírus (COVID/19), no âmbito da Secretaria de Estado de Educação"*;

CONSIDERANDO as oscilações e os recentes aumentos nos números da média móvel de casos confirmados de Covid-19 no âmbito estadual e municipal:

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer diretrizes de organização e assiduidade dos servidores públicos da Rede Municipal de Ensino, com manutenção temporária dos regimes de teletrabalho/trabalho remoto, presencial e de revezamento, bem como, outras medidas para a redução dos riscos de disseminação do coronavírus (Covid-19).

Art. 2º Para os fins da presente Portaria, considera-se trabalho:

I - Presencial: modalidade em que o agente público executa suas atribuições funcionais nas dependências de sua organização;

II – Teletrabalho ou trabalho remoto: modalidade em que o agente público executa suas atribuições funcionais fora das dependências de sua organização, mediante o uso de tecnologias de informação;

III - Revezamento: modalidade de jornada de trabalho que poderá ser realizada sob a forma de escala de dias ou turnos de trabalho.

Art. 3º Fica instituído, excepcionalmente, o regime diferenciado de cumprimento da jornada de trabalho dos servidores desta rede de ensino, que deverão atuar em regime presencial, de teletrabalho/trabalho remoto e escala de revezamento.

Parágrafo único. O regime de teletrabalho/trabalho remoto, descrito no *caput*, será efetuado de forma não presencial, no horário de funcionamento padrão das unidades escolares e horário de lotação de cada servidor.

Art. 4º O servidor quando em regime de teletrabalho/trabalho remoto, deverá estar acessível durante toda sua jornada de trabalho.

§ 1º Excepcionalmente, a chefia imediata poderá convocar o servidor ou empregado público para execução de atividade específica na forma presencial.

§ 2º A chefia imediata poderá reavaliar, a qualquer momento, o regime de trabalho do servidor submetido ao teletrabalho/trabalho remoto.

Art. 5º O servidor em teletrabalho/trabalho remoto e/ou em regime de revezamento deve, obrigatoriamente, sujeitar-se às medidas de restrição social e demais orientações emanadas pelos órgãos sanitários federais, estaduais e municipais que não conflitem com a presente Portaria.

Art. 6º O servidor deverá retornar imediatamente para o seu regime e jornada de trabalho original, mediante determinação de sua chefia imediata ou ao término da vigência desta Portaria.

Art. 7º A adoção de quaisquer das medidas apontadas na presente Portaria ocorrerá sem a necessidade de compensação de jornada e sem prejuízo da remuneração.

Art. 8º Somente será permitida a circulação e permanência de pessoas nos ambientes pertencentes à Rede Municipal de Ensino e unidades escolares, mediante a utilização de máscara facial, ainda que artesanal.

Art. 9º Nas Unidades Escolares, fica autorizado o regime presencial, teletrabalho/trabalho remoto e revezamento.

Art. 10 Aos Professores da Educação Básica se aplica o regime de teletrabalho/trabalho remoto.

§ 1º ao professor que necessitar utilizar os recursos tecnológicos na unidade escolar, fica autorizado mediante assinatura de termo de responsabilidade.

§ 2º O desenvolvimento das atividades remotas/não presenciais dar-se-ão:

a) Todas as Unidades de Ensino da Rede Municipal devem seguir e estarem vigilantes às determinações, orientações e recomendações dos órgãos governamentais, Federal, Estadual, Municipal e Organização Mundial da Saúde, ratificadas pelo Ministério da Saúde e Secretaria Municipal de Saúde, para prevenir e evitar a contaminação do COVID-19; b) As Unidades de Ensino de Itiquira, de forma excepcional, durante o período de suspensão das aulas presenciais, promoverão a mediação didático pedagógica do processo ensino e aprendizagem, da organização de atividades não presenciais, para desenvolver atividades educativas remotas extraescolares para os estudantes devidamente matriculados; c) Todas as atividades escolares previamente planejadas pelos docentes, de acordo com os objetos de conhecimentos, ou campos de experiências, devem ser registradas e arquivadas em portfólio específico, comprovando que foram realizadas pelos estudantes; d) As atividades devem atender todos os componentes curriculares, as Unidades de Ensino podem utilizar a plataforma digital do Sistema Aprende Brasil, elaboração pelo professor de atividades e trilhas a serem acessadas por meio da plataforma digital do Sistema Aprende Brasil e impressas aos alunos que não dispõe de acesso, disponibilização das vídeo aulas do Sistema Aprende Brasil de acordo com o conteúdo, resolução das atividades da apostila e/ou livro didático, plataforma "Play Kids" (Educação Infantil) livros de literatura digitalizados ou do PNBE para as atividades de leitura, interpretação e produção textual, "Atividades Complementares Editora do Brasil", Podcast da UNICEF, atividades elaboradas pelo professor e enviadas por meio remoto ou retiradas na unidade de ensino, podendo ainda ser utilizado portais e sites oficiais que visem contribuir com as aprendizagens relacionadas ao currículo escolar

para a Educação Infantil e Ensino Fundamental; e) As Unidades de Ensino devem providenciar atividades de aprendizagens impressas para ofertar aos estudantes que não possuem meios tecnológicos para acessá-las, de modo a garantir as mesmas condições de aprendizagem dos demais estudantes, comprovadas com registros de entrega. Deve ser garantido o direito de aprendizagem de todos os alunos, mas a universalização não quer dizer chegar a todos da mesma forma, pois nem toda criança vai ter afinidade ou acesso às tecnologias digitais; f) A freqüência dos estudantes, de acordo com a entrega/desenvolvimento das atividades propostas, deve ter registro sistemático a ser arquivado pelo professor e Secretaria escolar, comprovando por meio da retirada/entrega/realização das atividades e registrado no diário online; g) As escolas devem manter e orientar os docentes quanto às estratégias para manutenção do contato com os estudantes, pais e/ou responsáveis, por intermédios dos aplicativos de mensagens WhatsApp ou outros dispositivos remotos de comunicação; h) Os pais/responsáveis devem ser devidamente orientados pelas **unidades de ensino** quanto à rotina de estudos, no período do programa especial de aulas não-presenciais, realizar também as devidas orientações de acesso/resolução das atividades/dúvidas/esclarecimentos aos estudantes, quanto ao compromisso, bem como o cumprimento da rotina previamente colocada pela Unidade de Ensino através do diretor, coordenador e professor. Ou seja, deve ser estabelecido previamente e cumprido uma rotina de estudo, resolução das atividades e também de horários para comunicação com o professor da turma/ano de modo que o grupo criado para comunicação, de fato seja utilizado para tal e nos horários estabelecidos. **§ 3º** A realização das aulas não presenciais, durante o período específico de prevenção e combate à pandemia do COVID-19, devem seguir os seguintes critérios: I. Os docentes, sob orientação da direção e coordenação da Unidade, devem elaborar atividades semanais buscando seguir o planejamento pedagógico de aulas, pautadas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, Documento de Referência Curricular de Mato Grosso – DRC e no Projeto Político Pedagógico e orientativo das atividades postadas nos grupos de WhatsApp para melhor entendimento dos estudantes e seus pais e/ou responsáveis; II. As atividades devem fortalecer as competências leitoras, a linguagem escrita, matemática, bem como as demais competências gerais e específicas, contidas em cada componente curricular; III. As atividades pedagógicas elaboradas devem ser atrativas, conter as orientações para que o aluno seja capaz de compreender de forma mais autônoma possível, incentivando as crianças e adolescentes aos estudos e resolução das atividades propostas; IV. Podem ser inseridos áudios, vídeos ou links para complementar as atividades pedagógicas a serem desenvolvidas; V. Para os estudantes da Educação Infantil, as atividades devem ser enviadas juntamente com orientações pedagógicas aos pais ou responsáveis seguindo o quadro de horário da turma/ano, podendo ser por meio de vídeos de aulas gravadas pelos docentes/auxiliares de educação infantil, com intuito de proporcionar momentos interativos, para que as orientações possam fortalecer a realização das atividades pelas crianças e o conhecimento relacionado ao campo de experiência. Esta orientação aproxima as famílias unindo-as ao conhecimento ao concluírem as atividades propostas, de acordo com os campos de conhecimento estabelecidos na Matriz Curricular; VI. Para os estudantes do Ensino Fundamental, as atividades devem ser enviadas de acordo com o quadro de horário da turma/ano, onde ao final da semana os estudantes concluem as atividades de todos os components curriculares e carga horária estabelecidos na Matriz Curricular. VII. As atividades de aprendizagem devem ser armazenadas/arquivadas por docentes e estudantes, garantindo acesso da direção escolar, do coordenador pedagógico, docentes e demais equipe envolvida. Além de assegurar o registro, em arquivo/portfólio o material será utilizado para possível comprovação de frequência através das atividades resolvidas, carga horária do docente, carga horária de atividades não presenciais realizadas pelo estudante e ainda para avaliação da aprendizagem por parte do professor; VIII. A Gestão Escolar deve acompanhar a comunicação via grupos de WhatsApp, de forma a resolver situações que demandam sua interferência; IX. Todas as atividades impressas devem ser disponibilizadas com a devida higienização, por parte dos profissionais da educação, bem como, os pais e/ou responsáveis, também devem tomar os devidos cuidados na possível devolutiva dessas atividades seguindo todas as recomendações dos órgãos de vigilância sanitária e saúde; X. As atividades devem ser disponibilizadas aos estudantes via ferramentas digitais, ou por meio de materiais impressos, seguindo o cronograma da Unidade de Ensino de matrícula, evitando qualquer forma de aglomeração; XI. Os professores das turmas/anos devem acompanhar as atividades realizadas pelos estudantes e dar o suporte necessário para orientar e esclarecer dúvidas, utilizando o grupo de WhatsApp ; XII. Os professores cumprirão sua carga horária de 30h de forma remota/via home office (estas horas terão sua validade pelo gestor, através da entrega dos planejamentos das atividades semanais, atividades a serem enviadas aos alunos e correção das mesmas). XIII. As atividades devem ser enviadas aos estudantes de acordo com o quadro de horários de cada turma/ano; XIV. As atividades impressas retiradas na Unidade de Ensino de matrícula, devem ser devolvidas pelo responsável/aluno na semana seguinte, ao retirar as novas atividades, para que o professor possa fazer a correção e avaliar previamente o desenvolvimento das atividades. XV. Aos estudantes que desenvolverão as atividades de forma remota, também deve ser dado retorno ao professor para avaliação do desenvolvimento das atividades. O retorno das atividades on-line, será de acordo com as orientações do professor da turma/ano, devendo fazer parte do portfólio do professor a metodologia utilizada. A devolutiva das atividades não presenciais também será utilizada para fins de registro da frequência de resolução das atividades não presenciais.

Art. 11. Estarão sujeitos à escala de revezamento a equipe gestora, os técnicos-administrativos educacionais, apoio administrativo educacional, auxiliares de educação infantil e especial.

Parágrafo Único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos servidores pertencentes ao grupo de risco.

Art. 12. Na vigência desta Portaria, cabe a cada Unidade Escolar estabelecer escala para o regime de revezamento dos servidores, sendo necessário o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da equipe no trabalho presencial, devendo a escala deve ser encaminhada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 13. O atendimento ao público nas unidades escolares está mantido de forma presencial, seguindo todas as medidas de prevenção ao coronavírus COVID-19.

Art. 14. As demandas das unidades escolares deverão ser realizadas, mediante escala de revezamento, com 50% dos servidores, obedecendo os seguintes critérios:

I - Entrega das atividades impressas referente as atividades não presenciais, seguir cronograma elaborado pela unidade escolar;

II - Confecção de Kits de alimentação escolar;

III - Atendimento da demanda de higienização e manutenção das unidades escolares;

IV - Atividades relacionadas a Secretaria Escolar;

V - A Equipe Gestora fixará as informações pertinentes em local visível e acessível ao público externo, bem como divulgação desta portaria.

Art. 15. Os servidores que se enquadrem nos seguintes grupos de riscos, deverão encaminhar requerimento formal e documentos comprobatórios, para terem a jornada de teletrabalho/trabalho remoto autorizadas pela chefia imediata.

I - os servidores e empregados públicos com mais de 60 (sessenta) anos, salvo ato administrativo que reoriente a execução das atividades de setores que exijam deslocamento;

II - diabetes insulino-dependentes ou conforme justificado juízo clínico;

III - com insuficiência renal crônica;

IV - com doença respiratória crônica;

V - com doença cardiovascular crônica;

VI - com câncer;

VII - com doença autoimune ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico;

VIII - gestação em curso ou lactantes para amamentação do próprio filho até 12 (doze) meses;

IX – Outras comorbidades.

§ 1º Deverão ainda se submeter ao regime de teletrabalho/trabalho remoto o servidor que:

I - tenha tido contato direto ou que compartilhe o mesmo ambiente familiar com casos confirmados de Covid 19, pelo prazo prescrito por médico, limitado a 14 (quatorze) dias;

II - apresente sinais e sintomas gripais, tais como tosse, febre, coriza, dor de garganta e dificuldade para respirar, até 03 (três) dias após o fim dos sintomas, de acordo com a prescrição médica documentada.

§ 2º Os servidores que se submeterem ao regime de teletrabalho/trabalho remoto, descritos nos incisos I e II, do § 1º deverão encaminhar o teste de COVID ao setor de Recursos Humanos.

Art. 16. A inobservância do disposto nesta Portaria acarretará em responsabilização funcional do servidor que a ela deu causa.

Art. 17. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Item 9 – XII, do Orientativo Pedagógico Conjunto Secretaria Municipal de Educação – SME e Conselho Municipal De Educação – CME - Nº 001, de 19 De Fevereiro De 2021.

Art. 18. As medidas instituídas na presente Portaria terão vigência pelo prazo de 15 (quinze) dias, prorrogáveis em caso de necessidade.

Edifício sede da Secretaria Municipal de Educação, em Itiquira/MT, aos 12 de março de 2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

ROSÂNGELA DE CARVALHO FREDERICO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 060/2021.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 060/2021.

Data da vigência: 19/02/2021 a 19/02/2022.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): JULIO CESAR ROCHA

Objeto: Contrato Administrativo nº 060/2021 firmado entre as partes de 19/02/2021 a 19/02/2022, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de **MOTORISTA.**

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 061/2021.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 061/2021.

Data da vigência: 19/02/2021 a 20/12/2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): REGIANE MANOEL FERNANDES

Objeto: Contrato Administrativo nº 061/2021 firmado entre as partes de 19/02/2021 a 20/12/2021, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de **PROFESSOR (A).**

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 150, DE 12 DE MARÇO DE 2021.

PORTARIA N° 150, DE 12 DE MARÇO DE 2021.

"Concede Auxílio-doença ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos IV, combinado com o art. 95, ambos da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado à unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, a perícia junto à Junta Médica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o Auxílio-doença, ao servidor abaixo relacionado:

1. MARCIA APARECIDA SANTIAGO AFONSO CHAMA, Servidor Público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de ARTIFICE DE COPA E COZINHA empossado 03/04/2002, pelo período de **05/03/2021 à 31/08/2021, conforme Laudo Pericial,** com o retorno ao trabalho no dia **01/09/2021.**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 05/03/2021, revogando-se às disposições em contrário.

Paço Municipal *"Rosa Pereira Campos"*, Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT, aos 12 de março de 2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 149, DE 12 DE MARÇO DE 2021.

PORTARIA N° 149, DE 12 DE MARÇO DE 2021.

"Concede Auxílio-doença ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos IV, combinado com o art. 95, ambos da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado à unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, a perícia junto à Junta Médica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o Auxílio-doença, ao servidor abaixo relacionado:

1. SIRLEY DA SILVA BATISTA, Servidor Público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de ARTIFICE COMUNITARIO DE SAÚDE empossado 29/01/2013, pelo período de **02/02/2021 à 31/07/2021, conforme Laudo Pericial,** com o retorno ao trabalho no dia **01/08/2021.**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 02/02/2021, revogando-se às disposições em contrário.

Paço Municipal *"Rosa Pereira Campos"*, Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT, aos 12 de março de 2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2021.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2021.

Data da vigência: 10/02/2021 a 20/12/2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): VALDIRENE DE MORAES AFONSO

Objeto: Contrato Administrativo nº 034/2021 firmado entre as partes de 10/02/2021 a 20/12/2021, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de **PROFESSOR (A).**

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 066/2021.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 066/2021.

Data da vigência: 23/02/2021 a 23/02/2022.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): EUGENIA GRACIA

Objeto: Contrato Administrativo nº 066/2021 firmado entre as partes de 23/02/2021 a 23/02/2022, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 006/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: STS CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA; OBJETO: "Contratação de empresa especializada na prestação de serviços Técnicos de Assessoria, Consultoria e Auditoria Externa Independente corretiva e preventiva, com escopo fiscal, licitação pública, contratos e execução de despesas, contábil e recursos humanos, nas Áreas de Gestão Administrativa, Financeira e de Planejamento no Município de Jaciara-MT, conforme descritivo no TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO VI)";** PRAZO: 04 (quatro) meses;VALOR GLOBAL:R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais)**. ASSINATURA: 08/03/2021.**

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 005/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: AGENDA ASSESSORIA PLANEJAMENTO E INFORMATICA LTDA; OBJETO: "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados em Realização de Cálculos Atuarial, com Revisão de Segregação de massa no Município de Jaciara-MT";** PRAZO: 03 (três) meses;VALOR GLOBAL: **R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais**)**. ASSINATURA: 05/03/2021.**

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 007/2021

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: MARIA ALICE DA SILVA EIRELI; OBJETO: "Registro de Preços para Eventual Aquisição de Materiais de Expediente para atendimento às diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT"; PRAZO:** 12 (doze) meses**; R$ 186.900,00 (cento e oitenta e seis mil e novecentos reais). ASSINATURA: 10/03/2021.**

ANDREIA WAGNER

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 009/2021

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através da Pregoeira nomeada, torna público que, referente ao o procedimento Licitatório - modalidade **PREGÃO n.º 009/2021**, que tem por objeto o **"Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para Aquisição de Cargas de Oxigênio Medicinal Gasoso e Ar Comprimido Medicinal, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara/MT",** onde foi vencedora a empresa **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE** ao valor global de **R$ 571.000,00** (Quinhentos e setenta um mil reais). Jaciara-MT, 12 de março de 2021.

Ana Cláudia Nascimento Silva Oliveira

Pregoeira da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 002/2021

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA** ; **OBJETO: "Registro de preços para eventuais aquisições de produtos químicos para a Estação de Tratamento de Água (ETA) e Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) através do Departamento de Água e Esgoto de Jaciara-MT"; PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR GLOBAL R$ R$ 323.196,00 (trezentos e vinte três mil cento e noventa seis reais);ASSINATURA: 02/03/2021.**

ANDREIA WAGNER

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 008/2021

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através da Pregoeira nomeada, torna público que, referente ao o procedimento Licitatório - modalidade **PREGÃO n.º 008/2021**, que tem por objeto o **"REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS, FERRAMENTAS E EPIS/EPC (EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVOS), PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE JACIARA-MT",** onde foram vencedoras as empresas **TECNOPARTS TINTAS E FERRAGENS LTDA - EPP** ao valor global de **R$ 816.925,00** (Oitocentos e dezesseis mil novecentos e vinte cinco reais), **ELETRO MENDONÇA COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – ME** ao valor de **R$ 179.279,50** (Cento e setenta nove mil, duzentos e setenta nove e cinquenta centavos), **PAULO FERREIRA VAZ DOS SANTOS – ME** ao valor global de **R$ 109.641,50** (Cento e nove mil reais, seiscentos e quarenta um mil e cinquenta centavos), **ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – ME** ao valor global de **R$ 260.392,00** (Duzentos e sessenta mil trezentos e noventa dois reais), **GILBERTO RODRIGUES DA SILVA – ME** ao valor global de **R$ 518.860,50** (Quinhentos e dezoito mil, oitocentos e sessenta reais e cinquenta centavos), **ARLINDO CANOVA PABLOS – EPP** ao valor global de **R$ 1.441.826,00** (Um milhão, quatrocentos e quarenta um mil e oitocentos e vinte seis reais), **STAR PRIME LTDA – ME** ao valor global de **R$ 347.300,00** (Trezentos e quarenta sete mil e trezentos reais), **BARÃO DE PIRACICABA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELLI** ao valor global de **R$ 64.180,00** (Sessenta quatro mil cento e oitenta reais), **MULTUS COMERCIAL LTDA** ao valor global de **R$ 66.560,00** (sessenta e seis mil quinhentos e sessenta reais), **CONSTRUFER MÁQUINAS CONSTRUÇÕES FERRAMENTAS E EPIS LTDA** ao valor global de **R$ 227.911,80** (Duzentos e vinte sete mil, novecentos e onze reais e oitenta centavos), conforme Relatório Geral de Sessões. Jaciara, 12 de março de 2021.

Ana Cláudia Nascimento Silva Oliveira

Pregoeira da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 003/2021

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: MARIA JOSÉ DOS REIS NETO - ME; OBJETO: "Registro de Preços para Eventual Aquisição de Materiais de Expediente para atendimento às diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT"; PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR GLOBAL R$ 130.854,20 (cento e trinta mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e vinte centavos);ASSINATURA: 10/03/2021.**

ANDREIA WAGNER

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 004/2021

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: ORIGINAL PAPELARIA E SERVIÇOS LTDA-EPP**; **OBJETO: "Registro de Preços para Eventual Aquisição de Materiais de Expediente para atendimento às diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT"; PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR GLOBAL R$ 85.452,40 (oitenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta centavos). ASSINATURA: 10/03/2021.**

ANDREIA WAGNER

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 006/2021

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: SOMA COMERCIO E SERVICOS EIRELI; OBJETO: "Registro de Preços para Eventual Aquisição de Materiais de Expediente para atendimento às diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT"; PRAZO:** 12 (doze) meses**; R$ 42.175,00 (quarenta e dois mil, cento e setenta e cinco reais).ASSINATURA: 10/03/2021.**

ANDREIA WAGNER

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 013/2021

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através da Pregoeira nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, ao **MENOR VALOR UNITÁRIO**, tendo por objeto **"REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRÁULICO UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DOS POÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE JACIARA-MT"** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **25 DE MARÇO DE 2021 – 13:30 min. horário do Mato Grosso.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 até às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461-7925. Jaciara, 10 de Março de 2021.

Ana Cláudia Nascimento Silva Oliveira

Pregoeira – Prefeitura Municipal de Jaciara

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 007/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: NILTON SÉRGIO GONÇALVES EIRELLI – ME; OBJETO: "Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos no tratamento e monitoramento (controle) da qualidade da água destinada ao consumo humano do Município de Jaciara-MT", com a realização de análises mensais de controle de qualidade da água por um técnico responsável (químico) registrado no conselho regional de química (CRQ)";** PRAZO: 12 (doze) meses;VALOR GLOBAL:R$ 99.576,00 (noventa e nove mil quinhentos e setenta seis reais)**. ASSINATURA: 10/03/2021.**

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 008/2021

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: RIKA COMERCIO DE ALIMENTOS - EIRELI**; **OBJETO: "Registro de Preços para eventual aquisição de Kits de Cesta Básica para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social do Município de Jaciara-MT"; PRAZO:** 12 (doze) meses**;R$ 239.000,00 (Duzentos e trinta nove mil reais).ASSINATURA: 10/03/2021.**

ANDREIA WAGNER

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 005/2021

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: M N DE OLIVEIRA FILHO EIRELI ME; OBJETO: "Registro de Preços para Eventual Aquisição de Materiais de Expediente para atendimento às diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT"; PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR GLOBAL 144.017,70 (cento e quarenta e quatro mil, dezessete reais e setenta centavos).ASSINATURA: 10/03/2021.**

ANDREIA WAGNER

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N. 018/2021/SECAD TIPO: PRESENCIAL APURAÇÃO: MENOR VALOR POR LOTE.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS EM CLINICA GERAL, ATENDIMENTOS COMPLEMENTARES E DIÁRIOS, em Atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 13/03/2021, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio dos sites: www.juara.mt.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401 ou **ainda e preferencialmente através do Site**: www.portaldecompraspublicas.com.br e/ou e-mail: licitacao@juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 25 de março de 2021 às 08h30 – Horário Local.

Juara-MT, em 12 de março de 2021.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COVID-19: PORTARIA Nº 014/2021/SME

PORTARIA Nº 014/2021/SME

Dispõe sobre a distribuição de kits de alimentação escolar, com recursos próprios ou do Governo Federal do Município de Juara, durante a suspensão de aulas devido ao enfrentamento ao COVID-19, com suspensão das aulas presenciais.

A Secretária Municipal de Educação de Juara-MT, no uso de suas atribuições, dispõe sobre critérios e procedimentos a serem adotados para o processo distribuição dos kits de alimentação escolar durante o período de suspensão das aulas presenciais em decorrência ao enfrentamento ao COVID-19.

CONSIDERANDO,a declaração da Organização Mundial da Saúde - OMS de emergência em saúde pública, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus - Covid-19, gerando a resposta pelo Ministério da Saúde - MS, por meio da Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, de medidas de isolamento social e quarentena, impactando na suspensão temporária do período letivo nas unidades da federação, objetivando o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença;

CONSIDERANDO, decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007**,que** Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Sendo este utilizado como instrumento de identificação e caracterização socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda.

CONSIDERANDO,a segunda edição do Guia Alimentar para a População Brasileira, do Ministério da Saúde, que preconiza a alimentação adequada e saudável baseada no consumo de alimentos in natura ou minimamente processados, devendo ser limitado o consumo de alimentos processados e evitado o consumo de alimentos ultraprocessados;

CONSIDERANDO,que a alimentação escolar também é de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), sendo considerado um dos maiores e mais abrangentes programas do mundo no que se refere ao atendimento universal aos escolares e de garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, e que parte dos alunos da rede municipal de ensino, possuem na alimentação escolar, a sua principal refeição diária;

CONSIDERANDO,que a Alimentação escolar tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial e a formação de hábitos saudáveis dos alunos, por meio da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais;

CONSIDERANDO,que a Lei nº 13.987/2020, de 7 abril de 2020, modificou a Lei nº 11.947/2009 e Resolução 02 de 09 de abril de 2020 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para permitir a entrega dos produtos da alimentação escolar com recursos do **PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar**, diretamente aos estudantes em localidades em que haja suspensão das aulas presenciais;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer critérios para a distribuição dos kits de alimentação escolar, no âmbito das escolas e creches da rede municipal de Juara, Mato Grosso;

Art. 2º. Garantir que todos os alunos matriculados na rede municipal de ensino oriundos de famílias pertencentes aos critérios de triagem estabelecida nesta portaria, recebam o kit de alimentação escolar, no período de suspensão de aulas presenciais devido ao COVID-19;

Art. 3º - Estabelecer que os alimentos sejam distribuídos nas escolas e, que a Gestão Escolar juntamente com o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar e oquadro de recursos humanao na função de Apoio Administrtivo Educacional,realize a organização dos kits e a distribuição de forma que não causem aglomerações respeitando o protocolo de saúde em combate ao Covid-19, a partir do cronograma pré definidopela Secretaria Municipal de Educação e Conselho de Alimentação Escolar.

Art. 4º - Instituir que cada Unidade Escolar faça o controle rigoroso, documentado de entrega e recebimento dos kits, na data estabelecida, deixando-os arquivados e disponíveis para eventuais solicitações dos órgãos de controle social;

*§*1º Fica sobre responsabilidade de cada instituição escolar (direção, secretário e/ou TAE)realizar a triagem para o levantamento dos alunos beneficiários e ou em situação de vulnerabilidade matriculados na unidade escolar que receberá o kit.

Art. 5º - Definir que os estudantes beneficiados sejam aqueles matriculados na unidade escolar em que receberá o kit alimentação, onde a família esteja de acordo conforme seguintes critérios:

a. Beneficiário do Programa Bolsa Família;

b. Baixa renda/ Vulnerabilidade;

§ 1º Para comprovação de baixa renda/vulnerabilidade é necessário o preenchimento do questionário socioeconômico (on-line) e formulário para cálculo de renda bruta per capta mensal, Anexo I e II.

*§*2º Considera-se baixa renda ou vulnerabilidade renda mensal por pessoa até R$550,00 de acordo com o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. . *§*3º Todo o processo e documentação utilizado na de triagem deverá ser organizada na unidade escolar e arquivada os documentos na pasta especifica de entrega de Kits de Alimentação Escolar organizada pela gestão escolar. *§***4º** O quantitativo de alunos matriculados na rede apurados na triagem deverá ser encaminhado a Divisão de Programas Sociais, Merenda e Nutrição da Secretaria de Educação para aquisição dos Kits de Alimentação Escolar. **Parágrafo único:** Em ambos os critérios, é necessário o preenchimento do formulário socioeconômico, bem como apresentação dos documentos comprobatórios solicitados exemplo; carteira de trabalho, holerite ou outros, ou a realização de autodeclaração, cópia do cartão bolsa família e contrato ou declaração de aluguel quando declarada esse tipo de moradia.

Art. 6º - Designar a Divisão de Programas Sociais, Merenda e Nutrição da Secretaria de Educação, a realizar a aquisição dos gêneros alimentícios para a composição dos kits, utilizando recursos próprios e/ou do **PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar,**bem como, organizar a chegada dos mesmos em cada unidade educacional, nos quantitativos previstos pela nutricionista da SME.

Art. 7º - Regulamenta que serão distribuídos alimentos aprovados pela nutricionista da Secretaria Municipal de Educação, sendo:açúcar, arroz, biscoito salgado, farinha de trigo, feijão, leite, macarrão, óleo, sal, carne de frango e os produtos da agricultura familiar de acordo com a disponibilidade de quantidade do item.

Parágrafo Único: A distribuição será divulgada pela Secretaria Municipal de Educação e pelas unidades as escolares através das mídias sociais a incluir os grupos de Whatsapp de cada turma.

Art. 8º No ato da entrega dos kits alimentação é necessário que a gestão escolar organize uma lista de acompanhamento sendo utilizada como protocolo de entrega com: **Nome da Criança, responsável, telefone, número do Beneficio/ou descrito vulnerabilidade, data de retirada e assinatura do responsável.**

*§*1º Após cada etapa de entrega dos Kits de alimentação, a unidade escolar deverá encaminhar a SME cópia das listas de comprovação de entrega, no prazo de 24 horas.

*§*2º Caso o pai ou responsável que não desejar receber o kit de alimentação é deverá assinar a declaração de desistência – Anexo III - em cada etapa de entrega.

*§*3º Para o pai desistente é necessário em toda etapa de entrega, enviar o questionário de kit alimentação (on-line)Anexo III, sinalizando o interesse ou não do recebimento.

*§*4º O período de retirada dos Kits alimentação será de 04 dias a contar da data de entrega.

*§*5º Em caso de sobras de Kits serão armazenados nas escolas para próxima distribuição.

Art.09 – Os questionários socioeconômicos enviados da Secretaria Municipal de Educação às unidades escolares para que sejam encaminhados aos pais ou responsáveis. Após o fechamento do questionário a Secretaria de Educação encaminhará para as unidades escolares os resultados para que na unidade dê continuidade à triagem.

Art.10 - Os casos omissos serão resolvidos em primeira instância pela **Direção Escolar e Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar,** em segunda instância pela SME e pelo o **CAE – Conselho Municipal de Alimentação Escolar**.

Art. 11 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

FORMULÁRIO PARA CÁLCULO DE RENDA FA MILIAR BRUTA MENSAL PER CAPITA

Escola/Creche:_____

_____

Nomedoresponsável:

Nome da Criança a ser atendida:_____

Telefone(s): E-mail: _

Nome dofamiliar	Grau de Parentesco	Tipo de Renda	Valor Bruto (R$) (média 03 meses)

I.RENDA FAMILIAR BRUTA MENSAL
II.NÚMERO DE PESSOAS NA FAMÍLIA
III.RENDA FAMILIAR BRUTA MENSAL *PER CAPITA*

Devem ser anexados comprovantes de renda citados no quadro acima e cópia dos documentos de identificação e CPF de todos os membros da família.

Declaro que as informações prestadas são verdadeiras, sob penas previstas em Lei, neste documento.

Local e data: , de de20 .
Assinatura do Pai ou responsável
Assinatura responsável pela triagem

ANEXO II

QUESTIONÁRIO SOCIO ECONÔMICO

1. Endereço de e-mail*

2. Nome do responsável pelo aluno*

3. CPF do responsável pelo aluno*

4. Qual o seu estado civil?(pais ou responsável)*

Marcar apenas uma oval.

Solteiro

Casado

Convivente

Separado ou divorciado.

Viúvo

5. Com quem o aluno Mora?*

Marcar apenas uma oval.

Pai e Mãe

Pai

Mãe

Avô ou Avó

TiaouTio

Outro:

6. Qual a quantidade de pessoas (incluindo você) que moram na casa?*

Marcar apenas uma oval.

Duas.

Três.

Quatro

Cinco

Seis

Sete ou mais

7. Onde está morando atualmente?*

Marcar apenas uma oval.

Casa

Apartamento

Quitinete

Edícula

Quarto

Outro:

8. A residência em que mora é:*

Marcar apenas uma oval.

Própria

quitada

financiada

Alugada

Cedida

9. A residência está localizada em:*

Marcar apenas uma oval.

ZonaUrbana

ZonaRural

10. Somando a renda de todos que residem em sua casa, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal? Salário Mínimo 2021(R$1. 100,00)*.

Marcar apenas uma oval.

Inferior a 01 salário mínimo.

Entre 01e 02 salários mínimos.

Entre 02 e 03 salários mínimos.

Entre 03 e 05 salários mínimos.

Entre 05 e 07 salários mínimos.

Entre 07 e 10 salários mínimos.

Entre 10 e 15 salários mínimos.

Acima de 15 salários mínimos

11. Qual a profissão do Pai do aluno?*

12. Qual a profissão da Mãe do aluno?*

13. O aluno é beneficiário do Bolsa Família?*

SIM

NÃO

14. Alguém na família possui ou apresenta algum tipo de deficiência?*

Sim

Não

15. Selecione os itens que a casa de sua família possui:*

Automóvel

Televisão

Geladeira

Computador

Motocicleta

Máquina de lavar roupa

Telefone fixo

Smartphone (aparelho celular)

Internet Rádio

Internet Fibra Óptica

Internet DSL (via telefone)

16. Qual o meio de transporte que utiliza para chegar ao trabalho?*

Marcar apenas uma oval.

Nenhum (a pé)

Bicicleta

Transp.coletivo(ônibus)

Transp. locado (van)

PróprioMoto

PróprioCarro

Carona

Outro:

17. Qual o meio de transporte que utiliza para levar a criança à escola ou creche?*

Marcar apenas uma oval.

Nenhum (a pé)

Bicicleta

Transp.coletivo(ônibus)

Transp. locado (van)

PróprioMoto

PróprioCarro

Carona

Outro:

18. Deseja receber o kit alimentação?

( ) Sim

( ) Não

Anexo III

Questionário Kit alimentação

Nome da Unidade Escolar: _____

Nome do Responsável pelo aluno(a)*

_____

Número do RG (carteira de identidade) do responsável:

_____

Nome do aluno(a):

_____

Ano e turma que o aluno(a) estuda:

_____

Deseja retirar o kit alimentação?

( ) Sim

( ) Não

Anexo III

Declaração de Desistência

Eu, _____(nome completo) portador do CPF nº _____e RG nº _____, pai ou responsável do aluno (a) _____, da Turma do _____ no período _____, declaro para todos fins de direito, que não desejo receber o Kit alimentação Escolar distribuido na data de _____/____/_____ pela Unidade Escolar Municipal _____.

Sendo essa a expressão da minha vontade, firmo e dato o presente.

Juara-MT, _____ de _____de _____

_____

Assinatura do pai ou Responsável

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
DECRETO Nº 1.621/2021

Decreto nº 1.621, de 12 de março de 2021.

Dispõe sobre abertura de Crédito Especial autorizado no Orçamento Vigente, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, autorizado a abrir crédito especial junto a Lei Municipal nº 2.882, de 08 de janeiro de 2021, no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil reais), inclusão de uma nova atividade, autorizado pela Lei Municipal nº 2. 889, de 11 de janeiro de 2021, na dotação abaixo discriminada:

Órgão: 14 – Secretaria Municipal Transporte

Unidade Orçamentária: 100 – Secretaria de Municipal de Transportes

Função: 26 – Transporte

Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 0026 – Transporte e Integração

Atividade: 2.256– Firmar Termo de Fomento com a Associação Intermunicipal dos Produtores e Beneficiários da Rodovia MT 220/160

33.50.41.00.00.00 – Contribuição.....R$ 250.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito especial aberto no artigo anterior, será utilizado nos termos do inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, a anulação parcial da seguinte dotação:

Órgão: 14 – Secretaria Municipal de Transportes

Unidade Orçamentária: 100 – Secretaria de Municipal de Transportes

Função: 26 – Transporte

Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 0018 – Uma Cidade para Todos

Atividade: 1.169– Obras de Infra Estrutura Rodoviária – Recursos FETHAB

44.90.51.00.00.00 – Obras e Instalações.....R$ 250.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 12 de março de 2021.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

UCI - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
PORTARIA Nº 002-2021 - NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO - CIDESA

PORTARIA Nº 002/2021 – de 10/03/2021

SÚMULA: Dispõe sobre a Adesão à Portaria n.º 043/2021 de 04/01/2021 da Prefeitura Municipal de Juina-MT., que nomeia Servidores para exercer a função de Pregoeiro e Equipe de Apoio e dá outras providências.

O Senhor PAULO AUGUSTO VERONESE, Presidente do Consórcio Intermunicipal Econômico, Social e Ambiental Vale do Juruena – CIDESA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas:

RESOLVE:

Art. 1.º Aderir à Portaria n.º 043/2021 de 04/01/2021 da Prefeitura Municipal de Juina-MT., que designa Servidor para a função de Pregoeiro Oficial e Servidores para integrar a Equipe de Apoio, para o exercício 2021.

Art. 2.º O Pregoeiro e Equipe de Apoio, constantes na Portaria nº 043/2021 da Prefeitura Municipal de Juina-MT., passam a responder no período de **10/03/2021 à 31/12/2021**, pelas Licitações efetuadas pelo **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL VALE DO JURUENA – CIDESA,** cuja Portaria é composta pelos seguintes Servidores:

NOME	FUNÇÃO
DAYANA KARINA ARANTES	PREGOEIRA OFICIAL
JOSÉ CARLOS DIVINO	PREGOEIRO SUBSTITUTO
CLARICE OLIVO	EQUIPE DE APOIO
ROSANGELA LEIDENTZ	EQUIPE DE APOIO
WELITON CORNETA ZULIM	EQUIPE DE APOIO
AGNALDO ARAUJO DOS SANTOS	EQUIPE DE APOIO
YOANA LAYS BESERRA DA LUZ	EQUIPE DE APOIO
ROSICLÉIA RODRIGUES DOS SANTOS	EQUIPE DE APOIO
SIMONI PEREIRA FRANÇA	EQUIPE DE APOIO
DEBORA SANCHES	EQUIPE DE APOIO
LUCIENE PEREIRA SOTERO	EQUIPE DE APOIO

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Sede do CIDESA, *em **10** de **Março*** de **2021**.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PAULO AUGUSTO VERONESE

Presidente do CIDESA

REGISTRADO e **PUBLICADO** na data supra em local de costume.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JUINA
DECRETO N.º 037/2021 DE 12 DE MARÇO DE 2021 - REVOGA DISPOSIÇÕES DO DECRETO MUNICIPAL N.º 417/2020.

DECRETO N.º 037, DE 12 DE MARÇO DE 2021.

Revoga as disposições do Decreto Municipal n.º 417/2020, que dispõe sobre a suspensão dos prazos e os andamentos dos processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias Administrativas, durante o período que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, **no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art.** 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1.º Ficam revogadas as disposições do Decreto Municipal n.º 417, de 06 de abril de 2020, que dispõe sobre a suspensão dos prazos e os andamentos dos processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias Administrativas, durante o período que menciona, e dá outras providências.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Juína-MT, 12 de março de 2021.

PAULO AUGUSTO VERONESE

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

UCI - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
PORTARIA Nº 001-2021 - NOMEIA COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CIDESA

PORTARIA Nº 001/2021 – de 10/03/2021

SÚMULA: Dispõe sobre a Adesão à Portaria n.º 042/2021 de 04/01/2021 da Prefeitura Municipal de Juina-MT., para constituir Comissão Permanente de Licitação e dá outras providências.

O Senhor PAULO AUGUSTO VERONESE, Presidente do Consórcio Intermunicipal Econômico, Social e Ambiental Vale do Juruena – CIDESA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas:

RESOLVE:

Art. 1.º Aderir à Portaria n.º 042/2021 de 04/01/2021 da Prefeitura Municipal de Juina-MT., que designa Servidores para compor a Comissão Permanente de Licitação, para o exercício de 2021.

Art. 2.º O Presidente e Membros, constantes na Portaria nº 042/2021 da Prefeitura Municipal de Juina-MT., passam a responder no período de **10/03/2021 à 31/12/2021**, pelas Licitações efetuadas pelo **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL VALE DO JURUENA – CIDESA,** cuja Portaria é composta pelos seguintes Servidores:

NOME	FUNÇÃO
DAYANA KARINA ARANTES	PRESIDENTE
JOSE CARLOS DIVINO	VICE-PRESIDENTE
CLARICE OLIVO	MEMBRO
ROSANGELA LEIDENTZ	MEMBRO
WELITON CORNETA ZULIM	MEMBRO
AGNALDO ARAUJO DOS SANTOS	MEMBRO
YOANA LAYS BESERRA DA LUZ	MEMBRO
ROSICLÉIA RODRIGUES DOS SANTOS	MEMBRO
SIMONI PEREIRA FRANÇA	MEMBRO
DEBORA SANCHES	MEMBRO
LUCIENE PEREIRA SOTERO	MEMBRO

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Sede do CIDESA, *em **10** de **Março*** de **2021**.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PAULO AUGUSTO VERONESE

Presidente do CIDESA

REGISTRADO e **PUBLICADO** na data supra em local de costume.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DECRETO MUNICIPAL Nº 3035 DE 12 DE MARÇO DE 2021.

ATUALIZA AS MEDIDAS RESTRITIVAS PARA CONTER A DISSEMINAÇÃO DA COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JURUENA ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VIII do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO, o Decreto Estadual 850 de 10 de março de 2021,

CONSIDERANDO, a necessidade de adequação das medidas no âmbito do munícipio às disposições estaduais.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o funcionamento de restaurantes e congêneres nas modalidades take-away e drive-thru, somente até às 20h45m.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Juruena-MT, 12 de março de 2021.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PATRÍCIA DE OLIVEIRA MOREIRA

Secretária Municipal de Saúde

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
COVID-19: TERMO DE RETIFICAÇÃO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2021

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2021

1 – DO OBJETO

O presente Termo, tem por objeto a **Retificação do** TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2021, oriunda dA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2021, cujo objeto é DISPENSA DE LICITAÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS EM CARÁTER EMERGENCIAL PARA ATENDIMENTO A PANDEMIA - CORONAVÍRUS (COVID-19), tendo como detentora as Empresas:

Código Razão Social CNPJ - 4795 - DIHOL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA 26.792.580/0001-90 **$96,558.40** - 30172 - GD PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES - EIRELI – ME 17.634.227/0001-91 **$37,774.20** - 30918 - LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA 19.391.064/0001-99 **$105,243.00** - 33744 - UNIAOFARMA COMERCIO EIRELI 29.910.022/0001-70 **$58,325.00 - - Valor R$ 297,900.60**

2 – DAS RETIFICAÇÕES

Pelo presente **RETIFICA-SE** TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2021, quanto ao item ganho pela empresa, registrado na Retificação supracitada, conforme segue: **Onde se lê: 1.**

30918 - LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA 19.391.064/0001-99 **$105,243.00**

Leia-se:

30918 - LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA 19. 391.064/0001-99 **$42.918,00**

3 – DAS RATIFICAÇÕES

A partir da presente data, ficam ratificadostodos os demais itens constantes na **TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2021**, que não foram alterados pelo presente Termo, surtindo todos os efeitos administrativos.

Juruena-MT, 12 de março de 2021.

_____

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO Prefeito Municipal de Juruena

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

PORTARIA Nº 096/2021 DE 01 DE MARÇO DE 2021

PORTARIA Nº 096/2021 DE 01 DE MARÇO DE 2021

"Nomeia **Fagner Michaell de Almeida Silva Rok**, Engenheiro Civil, como responsável pela fiscalização de Serviços de Engenharia constantes do contrato nº 011/2021".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o senhor **Fagner Michaell de Almeida Silva Rok,** inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF n° 028.814.161-01, Registro CREA-MT 029607, Portador da cédula de Identidade RG n° 1218745-3 SJ/MT, como responsável pela fiscalização de Serviços de Engenharia, oriundos do Contrato administrativo nº 011/2021 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REMANESCENTE DE OBRA DO CONVÊNIO 221/2007, DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO DISTRITO DE SÃO JOSÉ DO PINGADOR, em conformidade com o Cronograma Físico-Financeiro, Planilha orçametária e Projeto.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Lambari D'Oeste - MT, ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e um.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO – CARTA CONVITE Nº 04/2021

A Prefeitura Municipal de Lambari d'Oeste-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados, o resultado de julgamento da Licitação na Modalidade Carta Convite n.º 04/2021, que após análise das propostas de preços das empresas habilitadas na referida Licitação, cujo objeto consiste na "**contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de assessoria para cadastrar, monitorar e editar pleitos junto aos sistemas SICONV, SIGCON E SIGOB e demais por-**

tais do Governo Estadual e Federal, referente a pleitos para atender as necessidades de obras do município e elaborar projetos de engenharia civil com edificação igual ou inferior a 800 metros quadrados; projetos de pavimentação asfáltica e drenagens de águas pluviais urbanas inferiores a 40.000 m2; passeios públicos; recuperação asfáltica (lama asfáltica); projetos de praças e urbanização considerados de pequeno porte; recuperação de estradas vicinais de terra; obras de arte, consideradas também de pequeno porte (Pontes e Bueiros); bem como acompanhar processos juntos aos órgãos de Cuiabá em atendimento às necessidades do município, sendo elaborado até 15 Projetos anuais para o município de Lambari d'Oeste – MT" (Processo administrativo n.º 12/2021), sagrou-se vencedora a empresa SERPRA SERVICOS PROJETOS E ASSESSORIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 07.123.969/0001-07, tendo a mesma atendido às exigências do edital quanto à habilitação e classificação, por ter apresentado a melhor proposta, no valor global de R$ 174.000,00 (cento e setenta e quatro mil reais). Os interessados, querendo, poderão ter vistas dos autos, para, inclusive interposição de recurso, no prazo de 02 dias úteis (art.109, §6º da Lei 8.666/93).

Lambari d´Oeste - MT, 12 de março de 2021.

CLAUDEMIR RODRIGUES JOVANO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO – CARTA CONVITE Nº 03/2021

A Prefeitura Municipal de Lambari d'Oeste-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados, o resultado de julgamento da Licitação na Modalidade Carta Convite n.º 03/2021, que após análise das propostas de preços das empresas habilitadas na referida Licitação, cujo objeto consiste na "**contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria técnica na área de saneamento básico (sistema de abastecimento de água, sistema de esgotamento sanitário e resíduos sólidos); elaboração de projetos, supervisão de obras de saneamento, cadastramento, monitoramento de propostas de engenharia e acompanhamento de prestação de contas no sistema SIGA; consultoria técnica de obras de engenharia sanitária; licenciamento ambientais necessários para implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de saneamentos básicos do município de Lambari d'Oeste/MT"** (Processo administrativo n.º 10/2021), sagrou-se vencedora a empresa MARCIO SOUZA FARIA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 20.151.547/0001-03, tendo a mesma atendido às exigências do edital quanto à habilitação e classificação, por ter apresentado a melhor proposta, no valor global de R$ 189.600,00 (cento e oitenta e nove mil e seiscentos reais). Os interessados, querendo, poderão ter vistas dos autos, para, inclusive interposição de recurso, no prazo de 02 dias úteis (art.109, §6º da Lei 8.666/93).

Lambari d´Oeste - MT, 12 de março de 2021.

CLAUDEMIR RODRIGUES JOVANO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PORTARIA Nº 097/2021, DE 01 DE MARÇO DE 2021

PORTARIA Nº 097/2021, DE 01 DE MARÇO DE 2021

"Nomeia o servidor Gercilio Mendes da Silva, como responsável para movimentar documentação no DETRAN, e dá providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor **Gercilio Mendes da Silva,** portador do RG nº 08028823-2 SSP/MT e inscrito no CPF nº 536.321.331-15, como responsável para movimentar documentação no Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN),a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DECRETO Nº 040/2021

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

CNPJ: 03238987000175
Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro
Telefone 06635363100
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00040/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de MARCELANDIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **01037/2021** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Credito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores em favor da Prefeitura Municipal no valor de R$ 2.422,80 (Dois mil quatrocentos e vinte e dois reais e oitenta centavos), nos termos do artigo 43, §1° inciso 1 e § 2º da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente, Lei Municipal 1037 de 14 de janeiro de 2021.

08.002-Fundo Municipal de Assistencia Social

Superávit Financeiro-Rec.Vinc.

08.002.08.243.0021.2022.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo

0329000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	2.422,80
Sub-Total:	**2.422,80**
Total Parcial Suplementado:	**2.422,80**

Art. 2 § 2º - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro - recurso vinculado apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.

Total Parcial Reduzido:

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Poder Executivo Municipal. MARCELANDIA, 11, Fevereiro de 2021

CELSO LUIZ PADOVANI
Prefeito Municipal

Emissão: 09/03/2021 11:28:36 Page 1 de 1

Homologado

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DECRETO Nº 030/2021

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
CNPJ: 03238987000175
Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro
Telefone 06635363100
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00030/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de MARCELANDIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **01037/2021** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Credito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores em favor da Prefeitura Municipal no valor de R$ 502.295,95 (Quinhentos me dois mil duzentos e noventa e cinco reais e noventa e cinco centavos), nos termos do artigo 43, §1° inciso 1 e § 2º da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente, Lei Municipal 1037 de 14 de janeiro de 2021.

02.001-Gabinete do Prefeito

Superávit Financeiro

02.001.04.122.0028.2005.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0300000000-Recursos Ordinários		38.342,98
02.001.04.122.0028.2005.3.3.9.0.14.00.00.00	Diarias	
0300000000-Recursos Ordinários		660,00
02.001.04.122.0028.2005.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e restituicoes	
0300000000-Recursos Ordinários		12.000,00
	Sub-Total:	**51.002,98**

03.001-Gabinete da Secretaria

03.001.04.121.0028.2012.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0300000000-Recursos Ordinários		234,61
03.001.04.121.0028.2012.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e restituicoes	
0300000000-Recursos Ordinários		7.860,00
	Sub-Total:	**8.094,61**

04.001-Gabinete da Secretaria

04.001.20.606.0008.2062.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0300000000-Recursos Ordinários		28,00
04.001.20.606.0008.2062.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0300000000-Recursos Ordinários		185,50
04.001.20.606.0008.2062.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e restituicoes	
0300000000-Recursos Ordinários		7.860,00
	Sub-Total:	**8.073,50**

05.001-Gabinete da Secretaria

05.001.26.782.0012.2031.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0300000000-Recursos Ordinários		105.490,85
05.001.26.782.0012.2031.3.1.9.0.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais	
0300000000-Recursos Ordinários		2.955,49
05.001.26.782.0012.2031.3.1.9.1.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais - RPPS	
0300000000-Recursos Ordinários		14.650,00
05.001.26.782.0012.2031.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0300000000-Recursos Ordinários		2.517,30
05.001.26.782.0012.2031.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0300000000-Recursos Ordinários		28.456,20
05.001.26.782.0012.2031.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e restituicoes	
0300000000-Recursos Ordinários		7.860,00
	Sub-Total:	**161.929,84**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
CNPJ: 03238987000175
Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro
Telefone 06635363100
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00030/2021

08.001-Gabinete da Secretaria

08.001.08.244.0021.2025.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0300000000-Recursos Ordinários		5.990,34
08.001.08.244.0021.2025.3.1.9.0.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais	
0300000000-Recursos Ordinários		1.221,26
08.001.08.244.0021.2025.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0300000000-Recursos Ordinários		358,88
08.001.08.244.0021.2025.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e restituicoes	
0300000000-Recursos Ordinários		7.860,00
	Sub-Total:	**15.430,48**

08.002-Fundo Municipal de Assistencia Social

08.002.08.244.0021.2020.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0300000000-Recursos Ordinários		53.126,16
08.002.08.244.0021.2020.3.1.9.0.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais	
0300000000-Recursos Ordinários		1.485,32
08.002.08.244.0021.2020.3.1.9.1.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais - RPPS	
0300000000-Recursos Ordinários		10.607,55
08.002.08.244.0021.2020.3.3.9.0.32.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	
0300000000-Recursos Ordinários		358,88
08.002.08.244.0021.2020.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0300000000-Recursos Ordinários		3.822,89
08.002.08.244.0021.2020.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
0300000000-Recursos Ordinários		255,00
	Sub-Total:	**69.655,80**

08.003-Fundo Municipal da Infancia e Adolescente

08.003.08.243.0021.2029.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0300000000-Recursos Ordinários		11.792,96
08.003.08.243.0021.2029.3.1.9.0.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais	
0300000000-Recursos Ordinários		1.100,00
08.003.08.243.0021.2029.3.1.9.1.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais - RPPS	
0300000000-Recursos Ordinários		929,23
08.003.08.243.0021.2029.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0300000000-Recursos Ordinários		623,31
08.003.08.243.0021.2029.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0300000000-Recursos Ordinários		1.290,28
	Sub-Total:	**15.735,78**

09.001-Gabinete da Secretaria

09.001.18.542.0024.2085.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0300000000-Recursos Ordinários		3.822,89
	Sub-Total:	**3.822,89**

09.002-Departamento de Assuntos Indigenas

09.002.14.423.0048.2102.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0300000000-Recursos Ordinários		554,29
	Sub-Total:	**554,29**

11.001-Gabinete da Secretaria

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
CNPJ: 03238987000175
Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro
Telefone 06635363100
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00030/2021

11.001.04.122.0028.2009.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0300000000-Recursos Ordinários		81.166,97
11.001.04.122.0028.2009.3.1.9.0.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais	
0300000000-Recursos Ordinários		7.413,23
11.001.04.122.0028.2009.3.1.9.1.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais - RPPS	
0300000000-Recursos Ordinários		18.186,58
11.001.04.122.0028.2009.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0300000000-Recursos Ordinários		1.105,70
11.001.04.122.0028.2009.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0300000000-Recursos Ordinários		10.080,94
11.001.04.122.0028.2009.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e restituicoes	
0300000000-Recursos Ordinários		7.860,00
	Sub-Total:	**125.813,42**

13.001-Gabinete da Secretaria

13.001.04.122.0028.2092.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0300000000-Recursos Ordinários		4.111,50
13.001.04.122.0028.2092.3.3.9.0.14.00.00.00	Diarias	
0300000000-Recursos Ordinários		258,00
13.001.04.122.0028.2092.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0300000000-Recursos Ordinários		139,00
13.001.04.122.0028.2092.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e restituicoes	
0300000000-Recursos Ordinários		7.860,00
	Sub-Total:	**12.368,50**

15.001-Gabinete da Secretaria

15.001.27.812.0032.2061.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0300000000-Recursos Ordinários		2.672,99
15.001.27.812.0032.2061.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0300000000-Recursos Ordinários		677,30
15.001.27.812.0032.2061.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e restituicoes	
0300000000-Recursos Ordinários		7.860,00
15.001.27.812.0032.2061.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
0300000000-Recursos Ordinários		2.580,59
	Sub-Total:	**13.790,88**

16.001-Gabinete da Secretaria

16.001.02.062.0005.2003.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0300000000-Recursos Ordinários		16.022,98
	Sub-Total:	**16.022,98**
	Total Parcial Suplementado:	**502.295,95**

Art. 2 § 2º - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.

Total Parcial Reduzido:

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
CNPJ: 03238987000175
Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro
Telefone 06635363100
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00030/2021

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Poder Executivo Municipal. MARCELANDIA, 01, Fevereiro de 2021

CELSO LUIZ PADOVANI
Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DECRETO Nº 029/2021

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
CNPJ: 03238987000175
Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro
Telefone 06635363100
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00029/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de MARCELANDIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **01036/2021** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1§ - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Credito Adicional Suplementar em favor da Prefeitura Municipal no valor de ate R$ 195.564,85 (Cento e noventa e cinco mil quinhentos e sessenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos).

06.001-Gabinete da Secretaria

Anul. Total ou Parcial de Dotação

06.001.10.301.0013.2035.3.3.9.0.32.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		1.432,62
	Sub-Total:	**1.432,62**

06.002-Fundo Municipal de Saude

06.002.10.302.0013.2040.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		1.163,00
	Sub-Total:	**1.163,00**

07.001-Gabinete da Secretaria

07.001.12.361.0015.2056.3.3.9.0.40.00.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		158.665,20
	Sub-Total:	**158.665,20**

11.001-Gabinete da Secretaria

11.001.04.122.0028.2009.3.3.9.0.40.00.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	
0100000000-Recursos Ordinários		30.000,00
	Sub-Total:	**30.000,00**

13.001-Gabinete da Secretaria

13.001.04.122.0028.2092.3.3.9.0.33.00.00.00	Passagens e despesas com locomocao	
0100000000-Recursos Ordinários		904,03
13.001.04.122.0028.2092.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
0100000000-Recursos Ordinários		3.400,00
	Sub-Total:	**4.304,03**
	Total Parcial Suplementado:	**195.564,85**

Art. 2 § 2º - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro - recurso vinculado apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.

07.001-Gabinete da Secretaria

Anul. Total ou Parcial de Dotação

07.001.12.361.0015.2056.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		100.000,00
	Sub-Total:	**100.000,00**

11.001-Gabinete da Secretaria

11.001.28.843.0026.2089.3.3.9.0.91.00.00.00	Sentencas Judiciais	
0100000000-Recursos Ordinários		95.564,85

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

CNPJ: 03238987000175

Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro

Telefone 06635363100

marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00029/2021

Sub-Total:	**95.564,85**
Total Parcial Reduzido:	**195.564,85**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Poder Executivo Municipal. MARCELANDIA, 01, Fevereiro de 2021

CELSO LUIZ PADOVANI
Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021 - SRP

A Prefeitura Municipal de Marcelândia/MT, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Eletrônico nº 003/2021, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de Arroz agulhinha tipo 1, para atender as necessidades de diversas secretarias e cestas básicas para atender famílias vulneráveis usuárias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, do Município de Marcelândia/MT. Sagrou-se vencedora a empresa: **HANAUER SUPERMERCADO EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 13.533.956/0001-09, vencedora dos itens 01, 02 e 03, no valor total de **R$ 171.740,10 (cento e setenta e um mil, setecentos e quarenta reais e dez centavos).**

Marcelândia/MT, 12 de março de 2021

Raphaella Espíndola Benício

Pregoeira Oficial

Publique-se

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DECRETO Nº 031/2021

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
CNPJ: 03238987000175
Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro
Telefone 06635363100
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00031/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de MARCELANDIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **01037/2021** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Credito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores em favor da Prefeitura Municipal no valor de R$ 176.618,17 (Cento e setenta e seis mil seiscentos dezoito reais e dezessete centavos), nos termos do artigo 43, §1° inciso 1 e § 2º da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente, Lei Municipal 1037 de 14 de janeiro de 2021.

05.001-Gabinete da Secretaria

Superávit Financeiro-Rec.Vinc.

05.001.15.451.0012.1147.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
0333000000-Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse do Estado (não relac	42.019,60
05.001.25.752.0012.2030.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0317000000-Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	33.895,24
05.001.26.782.0012.2101.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0330000000-Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	5.129,85
Sub-Total:	**81.044,69**

06.001-Gabinete da Secretaria

06.001.10.301.0013.2035.3.3.9.0.93.00.00.00 Indenizacoes e restituicoes	
0323000000-Transferências de Convênios - Saúde	706,46
Sub-Total:	**706,46**

06.002-Fundo Municipal de Saude

06.002.10.301.0014.2071.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0342000000-Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado	36.567,14
06.002.10.301.0014.2071.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0346000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	1.038,12
06.002.10.305.0014.2073.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0346000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	410,00
Sub-Total:	**38.015,26**

07.001-Gabinete da Secretaria

07.001.12.306.0016.2078.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0315000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN	18.304,96
07.001.12.361.0015.2077.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0315000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN	13.015,70
07.001.12.361.0015.2077.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0315000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN	3.930,08
07.001.12.361.0019.2080.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0330000000-Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	5.081,98
07.001.12.361.0019.2080.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0330000000-Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	3.272,40
07.001.12.361.0019.2081.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0315000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN	119,95
07.001.12.365.0017.2100.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0315000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN	800,11
Sub-Total:	**44.525,18**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
CNPJ: 03238987000175
Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro
Telefone 06635363100
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00031/2021

08.002-Fundo Municipal de Assistencia Social

08.002.08.243.0021.2022.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0343000000-Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social	6.604,58
08.002.08.243.0021.2022.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0343000000-Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social	4.404,00
08.002.08.244.0021.2020.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0343000000-Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social	1.042,00
08.002.08.244.0051.2107.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0329074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19	276,00
Sub-Total:	**12.326,58**
Total Parcial Suplementado:	**176.618,17**

Art. 2 § 2º - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro - recurso vinculado apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.

Total Parcial Reduzido:

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Poder Executivo Municipal. MARCELANDIA, 01, Fevereiro de 2021

CELSO LUIZ PADOVANI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 3513 DE 12 DE MARÇO DE 2021

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

FERNANDO ZAFONATO, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado 001/2021, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 19/02/2021;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021, para o Cargo constante na relação do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal, situado a Avenida Deputado Sebastião Alves Júnior, nº 106, Bairro Setor Industrial, Matupá – MT, fone: (66) 3595-2560, no prazo de 05 (cinco) dias, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com fotocópias da documentação devidamente autenticadas via cartório ou fotocópias com originais, os quais constam no Anexo I deste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para a entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se; Publique-se.

FERNANDO ZAFONATO

- Prefeito Municipal de Matupá –

ANEXO I

1- Cópia da Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

3- Cópia do Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF)

4- Cópia Título de Eleitor;

5- Cópia carteira de trabalho **(constando número e data de emissão)**;

6- Cópia Cartão **PIS/PASEP**;

7- Cópia da Certidão de Casamento **ou** Nascimento;

8- Cópia da Certidão de Nascimento e **CPF** dos filhos (as) **dependentes**;

9- Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos (as) **menores de 05** anos **(constando a parte da frente e as vacinações)***;*

10- Comprovante de frequência Escolar dos filhos (as)*;*

11- Endereço de e-mail **obrigatório**

12- 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

13- Certidão de Regularidade Eleitoral; **www.tse.jus.br;**

14- Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado), site do Poder Judiciário- **www.tjmt.jus.br de 1º** e **2º** grau ou no **Fórum;**

15- Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse (**tirar na prefeitura**);

16- Atestado de Saúde Física e Mental **(por conta do contratado);**

17- Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se **comprovante de quitação de anuidade, certidão de regularidade Administrativa e Financeira (Conselho) e carteirinha autenticadas (Só para casos de carteirinhas do profissional)**;

18- Cópia da Certidão de **Reservista** (quando do **sexo masculino**);

19- Cópia **Autenticada** do Comprovante de Escolaridade (**Histórico escolar** e **Diploma)**, para concursados e seletivo conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

20- Cópia do comprovante de **endereço residencial atualizado ou** caso em outro nomeacompanhado de declaração assinada.

21- Declaração negativa de não acúmulo de cargo **público ou privado**;

22- Declaração de Bens;

23- Cópia do CPF e RG do Cônjuge*;*

24- Cópia da conta bancária (Banco do Brasil)*;*

25- Cópia ou Número de Inscrição do CPF de Pai e Mãe*;*

26- Número para contato*;*

27- Cópia da carteira de Motorista autenticada (**no caso de motoristas**);

28- Cópia do Curso de condutores de veículo **Transporte Escolar** assinado pelo Órgão Competente (**no caso de motoristas**).

ANEXO II

CARGO: PROFESSOR DE SERIES INICIAIS ZONA RURAL

NOME	RG	NOTA	TÍTULOS	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
SOVENI VITORINO	887698	15	-	15	9º	Classificado

FERNANDO ZAFONATO

- Prefeito Municipal de Matupá –

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
LEI Nº 1.211, DE 12 DE MARÇO DE 2021.

AUTOR DO PROJETO DE LEI: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

PROJETO DE LEI N° 1.074/2021.

"ESTABELECE AS IGREJAS, OS TEMPLOS RELIGIOSOS DE QUALQUER CULTO E AS COMUNIDADES MISSIONÁRIAS COMO ATIVIDADE ESSENCIAL NO MUNICÍPIO DE MATUPÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FERNANDO ZAFONATO, Prefeito Municipal de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece que as igrejas, os templos religiosos de qualquer culto, e as comunidades missionárias sejam reconhecidas, nos termos da legislação vigente, como atividades essenciais, para efeitos de políticas públicas, em especial nos períodos de calamidade, pública no Município de Matupá-MT, sendo vedada a determinação de fechamento total de tais locais, exceto quando tais locais não ofereçam as condições mínimas de segurança de prevenção a doenças contagiosas preconizadas pela OMS – Organização Mundial de Saúde e pelo Ministério da Saúde, tais como: normas de distanciamento; limitação de público; disponibilização de álcool em gel e uso de máscaras, mesmo artesanais.

Parágrafo único: Poderá ser realizada a limitação do número de pessoas presentes em tais locais, de acordo com a gravidade da situação e desde que por decisão devidamente fundamentada da autoridade competente, devendo ser mantida a possibilidade de atendimento presencial em tais locais.

Art. 2º O Poder Executivo terá o prazo de 30 (trinta) dias para regulamentar esta Lei no que lhe couber.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos 12 dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um.

FERNANDO ZAFONATO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 3510 DE 10 DE MARÇO DE 2021

"DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS, EMPENHADOS NOS EXERCÍCIOS DE 2019 E 2020, PORÉM NÃO CONSUMADOS NA SUA TOTALIDADE, CONSIDERANDO A IMPOSSIBILIDADE DE SUA REALIZAÇÃO NA FORMA ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FERNANDO ZAFONATO, Prefeito Municipal de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica, por força deste decreto, CANCELADOS os créditos empenhados nos exercícios 2019 e 2020, inscritos em Restos a Pagar – não processados, no balanço geral do MUNICÍPIO DE MATUPÁ, a saber:

Data	Empenho	Valor	Credor
29/04/2019	4716/2019	R$ 11.186,88	Clínica Médica Saúde Feminina Ltda
26/10/2020	10315/2020	R$ 100.000,00	Goiás Led Materiais Elétricos e Construção Eireli
31/12/2020	12726/2020	R$ 176.924,37	Goiás Led Materiais Elétricos e Construção Eireli

Parágrafo Único – Os créditos cancelados citados neste artigo, não processado e não liquidado, bem como ainda não enquadrado nas disposições do artigo 36, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17/03/64, serão anulados devido ao não fornecimento do serviço/produto por impossibilidade de sua realização, não podendo ser utilizados como recursos para abertura de créditos adicionais, devendo, tão-somente, serem formalizadas as suas baixas legais no passivo do balanço do exercício de 2020, para os fins de mister, não se admitindo suas restaurações, em nenhuma hipótese, pela impossibilidade de seus processamentos em virtude da não implementação de condições por parte do credor.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário, para que surtam todos os seus jurídicos e legais efeitos e produza os resultados de seu objeto de mister.

Gabinete do Prefeito, aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se; Publique-se.

FERNANDO ZAFONATO

Prefeito de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 07/2021

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que realizou por meio do site www.bllcompras.org.br "PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ", aonde consagrou-se vencedores os Licitantes: CAMBOIM E SANTOS LTDA inscrita no CNPJ: 19.201.021/0001-01 com valor total de R$ 482.910,66, COMERCIAL LUAR EIRELI – EPP inscrita no CNPJ: 02.545.557/0001-33 com o valor total de R$ 24.673,20. Matupá – MT, 12 de março de 2021. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 015/2021

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 25 **de março de 2021 às 08h00min** na sede da Prefeitura Municipal, a "PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE COMPUTADORES, ROTEADORES E PERIFÉRICOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ E INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA ESUS DA SECRETARIA DE SAÚDE". Maiores informações através do Edital nº. 031/2021, que está disponível no site http://www.matupa.mt.gov.br/Administracao/Portais/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 12 de março de 2021. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2021

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizou o PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACORDO COM A REVISÃO DOS 20.000 KM COM A FINALIDADE DE MANTER A GARANTIA DE FÁBRICA DO VEÍCULO SPRINTER PLACA RAN5C15 EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL, onde contratou-se a Empresa RODOBENS VEÍCULOS COMERCIAIS CUIABA S.A. devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 59.970.624/0029-85 com um valor total de R$ 2.020,50. O processo tem Fundamento Legal no Art. 24, Inciso XVII da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores. Maiores Informações junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 12 de março de 2021. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 09 DE 08 DE MARÇO DE 2021

PORTARIA Nº 09 DE 08 DE MARÇO DE 2021

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

DANIELA SANTOS VELOSO MARASLIS, brasileira, portadora do RG no 12588310 SSP/MG, inscrito no CPF sob n° 012.340.766-40, Residente e Domiciliada na Rua Senador Henrique Della Roque, n° 4.062, Bairro Jardim das Flores, Cidade Mirassol D'Oeste – MT**,** PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE PREFEITO SAMUEL GREVE, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar o servidor DIVINO ROSARIO ALVES, ENFERMEIRO, matrícula nº 13, CPF nº 522.879.041-15, CPF n° 979.417.511-00 para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato nº 0004/2021** celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE e a empresa **DDMAXX CONTROLE DE PRAGAS LTDA**, inscrita no CNPJ n° 17.083.986/0001-03, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada na desinsetização e desratização.

I – Designar o servidor LUIS CLAUDIO GOMES, ENFERMEIRO, matricula n° 31, CPF n° 118.669.517-00 para acompanhar e fiscalizar, como suplente o referido contrato.

Art. 2º - Compete ao fiscal ora designado as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve, Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, com sede na Avenida Presidente Tancredo Neves, n° 3.563, bairro centro, em 08 de março de 2021.

DANIELA SANTOS VELOSO MARASLIS

PRESIDENTE(A)

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE

LICITAÇÃO
ABERTURA DE LICITAÇÃO

ABERTURA DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n. 11/2021 –Tipo de Licitação: Maior Desconto por Lote. **AMPLA PARTICIPAÇÃO.** OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS/PEÇAS/ACESSÓRIOS PARA MÁQUINAS PESADAS DA SECRETARIA DE OBRAS.** Prazos para Recebimento e Julgamento das propostas: VIDE EDITAL. Início da sessão de disputa de preços: **25/03/2021 às 09h. (horário de Brasilia).** Local: www.licitanet.com.br**. Obtenção do edital pelos sites: www.mirassoldoeste.mt.gov.br e www.licitanet.com.br. INFORMAÇÕES: Telefone: (0**65) 3241.1012/5152. PREGOEIRO JUSCELINO DA SILVA ALMEIDA - Portaria 073/2021. M. D'Oeste, 15/03/2021.**

ABERTURA DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n. 10/2021 –Tipo de Licitação: Menor Preço por Lote. OBJETO: **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MONITORAMENTO, SERVIÇOS DE SEGURANÇA ELETRONICA, INSTALAÇÃO DE CERCA ELÉTRICA E INSTALAÇÃO DE PORTÃO ELETRÔNICO (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS) - NO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS.** Prazos para Recebimento e Julgamento das propostas: VIDE EDITAL. Início da sessão de disputa de preços: **25/03/2021 às 09h. (horário de Brasilia).** Local: www.licitanet.com.br**. Obtenção do edital pelos sites: www.mirassoldoeste.mt.gov.br e www.licitanet.com.br. INFORMAÇÕES: Telefone: (0**65) 3241.1012/5152. PREGOEIRA MARA APARECIDA AMARANTE - Portaria 073/2021. M. D'Oeste, 15/03/2021.**

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI ORDINÁRIA

LEI Nº 1.653 DE 11 DE MARÇO DE 2021

Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE MIRASSOL DOESTE,Faço saber que a Câmara Municipal em sessão ordinária realizada em 08 de março do corrente aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial

na importância de R$ 208.559,28 distribuídos as seguintes dotações:

02 06 01 GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE

799 10.122.0020.2035.0000 MAN. COM AS DESPESAS GAB. DO SECRETARIO 12.336,60

3.3.50.41.00 CONTRIBUIÇÕES F.R.: 0 1 02

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

798 10.302.0029.1046.0000 AQS DE VEICULO - TIPO AMBULANCIA 27.500,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 0 1 02

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

800 10.302.0039.2092.0000 MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19 20.000,00

3.3.71.70.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO F.R.: 0 1 02

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

801 10.302.0039.2092.0000 MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19 50.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 0 1 02

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

802 10.302.0039.2092.0000 MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19 50.000,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATU F.R.: 0 1 02

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

803 10.302.0039.2092.0000 MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19 20.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 1 02

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

804 10.302.0039.2092.0000 MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19 5.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 0 1 02

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

805 10.302.0039.2092.0000 MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19 5.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 0 1 02

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

806 10.302.0039.2092.0000 MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19 2.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 0 1 02

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

807 10.302.0039.2092.0000 MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19 2.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R.: 0 1 02

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

02 07 04 FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINACAO PUBLICA

796 25.752.0017.2047.0000 MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A ILUMINAÇAO PUBL 14.722,68

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com

recursos provenientes de: Anulação:

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

413 10.301.0028.2036.0000 MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA SAUDE DA F -117.500,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 0 102

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

02 07 02 COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS

506 17.512.0015.1038.0000 DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS - ATERRO SANITÁRIO -91.059,28

3.3.71.70.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO F.R. Grupo: 0 100

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação na Lei 1.435/2017 – Plano Plurianual e na Lei nº 1.596/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentário (PPA/LDO), bem como apresentá-los em audiência pública junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 4º - Fica autorizado o Poder Executivo a suplementar a ou remanejamento de

dotação de que trata o art. 1º até o limite de 20% do valor total.

Artigo 5o.- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

PREFEITO

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI ODINÁRIA

LEI Nº 1.657 DE 11 DE MARÇO DE 2021.

Autor: *Idene Botelho Viana da Silva – PSC.*

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE PRÉDIO PÚBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Municipio de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, respaldadas pelo art. 61 da Lei Orgânica do Município;

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, **APROVOU** em Sessão Ordinária realizada no dia 08 de março de 2021 e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º - A UBS III, situada no bairro Mutirão, Mirassol D'Oeste-MT, passa a ser denominada de "Unidade Básica de Saúde Zacarias Martins da Silva e Maria Alves da Silva".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho aos 11 dias do mes de março do ano de dois mil e vinte e hum.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI ORDINÁRIA

LEI Nº 1.656 DE 11 DE MARÇO DE 2021.

Autor: *Fransuelo Ferrai dos Santos – Republicanos.*

Institui a Semana Municipal de Combate a Violência Contra a Mulher e dá outras providências.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Municipio de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, respaldadas pelo art. 61 da Lei Orgânica do Município;

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, **APROVOU** em Sessão Ordinária realizada no dia 08 de março de 2021 e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído no Município de Mirassol D'Oeste-MT a Semana Municipal de Combate a Violência Contra a MULHER.

Parágrafo Único. A Semana Municipal de Combate a Violência Contra a Mulher será realizada, anualmente na primeira semana de março, em vista de ser comemorado, no dia 08 de março o Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher

Art. 2º. A instituição da semana Municipal de Combate a Violência Contra a Mulher, tem como objetivo fundamental conscientizar a população sobre o que é a violência contra a mulher, as formas de identificação, as diferentes formas de violência, os direitos assegurados a estas mulheres, formas de prevenção, quais os órgãos que oferecem auxílio e atendimento as vítimas, e quais medidas devem ser tomadas diante da violência .

Art. 3º. A Semana Municipal de Combate a Violência Contra a Mulher, poderá ser desenvolvida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, através de seus órgãos, bem como, pela Administração Municipal através de suas entidades, desenvolvendo atividades como palestras, debates, seminários, atividades culturais, ações educativas, atividades voltadas ao fortalecimento, valorização das mulheres e confecções de materiais informativos.

Parágrafo Único. Para o desenvolvimento das atividades, a Administração Municipal, poderá promover o engajamento de escolas, conselhos municipais, entidades, associações, igrejas, órgãos de segurança e a sociedade civil.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho aos 11 dias do mes de março do ano de dois mil e vinte e hum.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI ORDINÁRIA

LEI Nº 1.655 DE 11 DE MARÇO DE 2021.

Autores: ***Adeilson José da Rocha (Pedacinho), Elton César Marques de Queiroz, Fransuelo Ferrai dos Santos, Idene Botelho Viana da Silva, João Martins Martinez (João Galinha), Laércio Alves Pereira, Romeu Antônio Teixeira da Rocha, Vicência Advíncula da Silva (Dona Neta) e Vitória Ferreira Ávila.***

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE PRÉDIO PÚBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Municipio de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, respaldadas pelo art. 61 da Lei Orgânica do Município;

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, **APROVOU** em Sessão Ordinária realizada no dia 08 de março de 2021 e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º - O Centro de Educação Infantil situado na Quadra 83, Rua João Paulo II, nº 645, bairro Cidade Tamandaré, Mirassol D'Oeste-MT, passa a ser denominado de "Centro de Educação Infantil Padre Anselmo Mandrile".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho aos 11 dias do mes de março do ano de dois mil e vinte e hum.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI ORDINÁRIA

LEI Nº 1.654 DE 11 DE MARÇO DE 2021

Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE MIRASSOL DOESTE,Faço saber que a Câmara Municipal em sessão ordinária realizada em 08 de março do corrente aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial

na importância de R$ 90.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

797 10.302.0029.1046.0000 AQS DE VEICULO - TIPO AMBULANCIA 90.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 0 1 26

1 Recursos do Exercício Corrente

300 059 AQUIS. AMBULANCIA

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com

recursos provenientes de:

Excesso: 90.000,00

Fontes de Recurso 1 26 90.000,00

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação na Lei 1.435/2017 – Plano Plurianual e na Lei nº 1.596/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentário (PPA/LDO), bem como apresentá-los em audiência pública junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n.º 101/2000.

Artigo 4o.- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI ORDINÁRIA

LEI Nº 1.652 DE 11 DE MARÇO DE 2021

Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE MIRASSOL DOESTE,Faço saber que a Câmara Municipal em sessão ordinária realizada em 08 de março do corrente ano aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R$ 201.775,87 distribuídos as seguintes dotações:

02 07 02 COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS

795 15.451.0019.1170.0000 CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS NO PERÍMETRO URBANO 11.333,52

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 0 3 82

3 Recursos de Exercícios Anteriores

100 028 Transferencia de Emendas Especiais da Un

02 09 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

793 08.244.0039.2062.0000 SERVICO DE PROTECAO E ATENCAO INT. A FAMILIA - PAI 150.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 0 3 29

3 Recursos de Exercícios Anteriores

500 021 ENFRENTAMENTO CORONAVIRUS (COVID-19)

794 08.244.0039.2062.0000 SERVICO DE PROTECAO E ATENCAO INT. A FAMILIA - PAI 40.442,35

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 0 3 29

3 Recursos de Exercícios Anteriores

500 021 ENFRENTAMENTO CORONAVIRUS (COVID-19)

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de: **Superávit Financeiro: 201.775,87**

Fontes de Recurso 3 29 190.442,35

3 82 11.333,52

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação na Lei 1.435/2017 – Plano Plurianual e na Lei nº 1.596/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentário (PPA/LDO), bem como apresentá-los em audiência pública junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n.º 101/2000.

Artigo 4º.- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho aos 11 dias do mês de março do ano de 2021.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

PREFEITO MUNICIPAL

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI ORDINÁRIA

LEI Nº 1.651 DE 11 DE MARÇO DE 2021.

ALTERA A LEI Nº 1.195 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO USO DE VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTES AO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Municipio de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, respaldadas pelo art. 61 da Lei Orgânica do Município;

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, **APROVOU** em Sessão Ordinária realizada no dia 08 de março de 2021 e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º - Altera o Artigo 4º da Lei 1.195/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º - Os veículos oficiais de uso político deverão ser utilizados exclusivamente pelos parlamentares, podendo serem acompanhados por outros agentes ou servidores públicos à serviço do município desde que a finalidade do deslocamento seja a mesma, e e sta devidamente comprovada, salvo por decisão expressa da Presidência, que poderá autorizar o uso por outros servidores da Casa Legislativa, desde que estes possuam Carteira Nacional de Habilitação e a autorização para esta utilização seja necessária e justificada.

Art. 2º - Fica autorizado a reedição da Lei nº 1.195 de 16 de dezembro de 2013, com as alterações de que tratam a presente Lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho aos 11 dias do mes de março do ano de dois mil e vinte e hum.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

ABERTURA DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n. 12/2021 –Tipo de Licitação: Menor Preço por Item.OBJETO: AQUISIÇÃO DE LEITES ESPECIAIS, FRALDAS DESCARTÁVEIS PARA ATENDIMENTO DE MEDIDAS JUDICIAIS - NO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. Prazos para Recebimento e Julgamento das propostas: VIDE EDITAL. Início da sessão de disputa de preços: **26/03/2021 às 09h. (horário de Brasilia).** Local: www.licitanet.com.br. Obtenção do edital pelos sites: www.mirassoldoeste.mt.gov.br e www.licitanet.com.br. INFORMAÇÕES: Telefone: (0**65) 3241.1012/5152. PREGOEIRA CÉLIA REGINA DE M. PRADO - Portaria 073/2021. M. D'Oeste, 15/03/2021.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 10 DE 08 DE MARÇO DE 2021

PORTARIA Nº 10 DE 08 DE MARÇO DE 2021

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

DANIELA SANTOS VELOSO MARASLIS, brasileira, portadora do RG no 12588310 SSP/MG, inscrito no CPF sob n° 012.340.766-40, Residente e Domiciliada na Rua Senador Henrique Della Roque, n° 4.062, Bairro Jardim das Flores, Cidade Mirassol D'Oeste – MT**,** PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE PREFEITO SAMUEL GREVE, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar a servidora LETISIA GONÇALVES FERREIRA BAIOCCO, enfermeiro, matricula n° 37, CPF n° 001.196.181-33 para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução dos **Contratos 005-2021** celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE e a empresa **GILBERTO NUNES LUDUGERIO JUNIOR EIRELI** inscrita no CNPJ sob nº 38.076.577/0001-50, que tem como objeto, que tem como objetivo a a Contratação de empresa para prestação de serviços de fisioterapia para a Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve.

I – Designar o servidor MARINA TEREZA BEZERRA, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, matricula n° 29, CPF n° 979.417.511-00 para acompanhar e fiscalizar, como suplente o referido contrato.

Art. 2º - Compete ao fiscal ora designado as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve, Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, com sede na Avenida Presidente Tancredo Neves, n° 3.563, bairro centro, em 08 de março de 2021.

DANIELA SANTOS VELOSO MARASLIS

PRESIDENTE(A)

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI ORDINÁRIA

LEI Nº 1.658 DE 11 DE MARÇO DE 2021.

Autor: *Idene Botelho Viana da Silva – PSC.*

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE PRÉDIO PÚBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Municipio de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, respaldadas pelo art. 61 da Lei Orgânica do Município;

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, **APROVOU** em Sessão Ordinária realizada no dia 08 de março de 2021 e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º - A UBS II, situada no bairro Parque Morumbi, Mirassol D'Oeste-MT, passa a ser denominada de "Unidade Básica de Saúde Maria Duarte Nunes".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho aos 11 dias do mes de março do ano de dois mil e vinte e hum.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 08 DE 08 DE MARÇO DE 2021

PORTARIA Nº 08 DE 08 DE MARÇO DE 2021

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

DANIELA SANTOS VELOSO MARASLIS, brasileira, portadora do RG no 12588310 SSP/MG, inscrito no CPF sob n° 012.340.766-40, Residente e Domiciliada na Rua Senador Henrique Della Roque, n° 4.062, Bairro Jardim das Flores, Cidade Mirassol D'Oeste – MT**,** PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE PREFEITO SAMUEL GREVE, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar a servidora ANDREIA DOBELIN DA SILVA, responsável técnica, matrícula nº 11, CPF nº 005.429.171--22 para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato nº 0003/2021** celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE e a pessoa física **MARIA LUISA DUARTE MEDEIROS,** pessoa física, CPF n.º 074.257.614-08, RG n° 3717836 SSDS/PB, que tem como objetivo a Contratação de empresa para prestação de serviços médicos em regime de plantão no Hospital Samuel Greve, pelo período de 12(doze) meses, acompanhar pacientes em viagens para serviço de saúde a cidade de Cáceres, Cuiabá, Rondonópolis e demais regiões do estado de acordo com a demanda.

I – Designar o servidor ANDRE OTONIEL XAVIER MAGIO DOS ANJOS FERREIRA, recepcionista, matricula n° 61, CPF n° 061.387.001-51 para acompanhar e fiscalizar, como suplente o referido contrato.

Art. 2º - Compete ao fiscal ora designado as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve, Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, com sede na Avenida Presidente Tancredo Neves, n° 3.563, bairro centro, em 08 de março de 2021.

DANIELA SANTOS VELOSO MARASLIS

PRESIDENTE(A)

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 07 DE 08 DE MARÇO DE 2021

PORTARIA Nº 07 DE 08 DE MARÇO DE 2021

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

DANIELA SANTOS VELOSO MARASLIS, brasileira, portadora do RG no 12588310 SSP/MG, inscrito no CPF sob n° 012.340.766-40, Residente e Domiciliada na Rua Senador Henrique Della Roque, n° 4.062, Bairro Jardim das Flores, Cidade Mirassol D'Oeste – MT**,** PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE PREFEITO SAMUEL GREVE, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar o servidor ANDRE OTONIEL XAVIER MAGIO DOS ANJOS FERREIRA, recepcionista, matrícula nº 61, CPF nº 061.387.001-51 para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato nº 0002/2021** celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE e a empresa **HOSPITAL MATER DEI - ME**, inscrita no CNPJ 19.800.281/0001-95, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços hospitalares (especialidade obstétrica – partos normais e cesariana), aos pacientes da Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve durante a PANDEMIA COVID - 19.

I – Designar a servidor LETISIA GONÇALVES FERREIRA BAIOCCO, enfermeiro, matricula n° 37, CPF n° 001.196.181-33 para acompanhar e fiscalizar, como suplente o referido contrato.

Art. 2º - Compete ao fiscal ora designado as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve, Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, com sede na Avenida Presidente Tancredo Neves, n° 3.563, bairro centro, em 08 de março de 2021.

DANIELA SANTOS VELOSO MARASLIS

PRESIDENTE(A)

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2021.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.755.477/0001-75, com sede administrativa na Rua Antônio Tavares, 3310, Centro, município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE, por determinação de seu Gestor e por intermédio da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nomeada pela Portaria nº n.º 132, de 23 de fevereiro de 2021, alterada pela Portaria n.º 139, de 25 de fevereiro de 2021, com fundamento na Constituição Federal Brasileira, Lei Complementar nº 087/2009, Lei Complementar 26/2002 combinada com a Lei Municipal nº 1.638/2020, Decreto n.º 3.930 de 23 de fevereiro de 2021 e demais legislações pertinentes à matéria, **TORNAR PÚBLICA** a realização de **Processo Seletivo Simplificado** para preenchimento de vaga para o cargo de **Professor 30h (área de Matemática)**, sob o Regime Estatutário e submetidos ao Regime Geral de Previdência Social, observadas as disposições constantes neste Edital.

Edital completo: encurtador.com.br/twBP6

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 06 DE 08 DE MARÇO DE 2021

PORTARIA Nº 06 DE 08 DE MARÇO DE 2021

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

DANIELA SANTOS VELOSO MARASLIS, brasileira, portadora do RG no 12588310 SSP/MG, inscrito no CPF sob n° 012.340.766-40, Residente e Domiciliada na Rua Senador Henrique Della Roque, n° 4.062, Bairro Jardim das Flores, Cidade Mirassol D'Oeste – MT**,** PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE PREFEITO SAMUEL GREVE, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar o servidor LUIS CLAUDIO GOMES, ENFERMEIRO, matricula n° 31, CPF n° 118.669.517-00 para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato nº 001/2021** celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE e a empresa **ELVIM ROMME SIPPEL JUNIOR-ME** inscrita no CNPJ sob nº 20.890.689/0001-84, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de central geradora de ar medicinal e manutenção de equipamentos hospitalares com fornecimento de peças, incluindo calibração dos equipamentos fornecidos e existentes, capacitação na operação das centrais e suas instalações, além de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos desta fundação.

I – Designar o servidor DIVINO ROSARIO ALVES, ENFERMEIRO, matrícula nº 13, CPF nº 522.879.041-15, CPF n° 979.417.511-00 para acompanhar e fiscalizar, como suplente o referido contrato.

Art. 2º - Compete ao fiscal ora designado as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve, Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, com sede na Avenida Presidente Tancredo Neves, n° 3.563, bairro centro, em 08 de março de 2021.

DANIELA SANTOS VELOSO MARASLIS

PRESIDENTE(A)

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
PORTARIA 013/2021

PORTARIA Nº. 013 DE 12 DE MARÇO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT.

O VEREADOR ELTON CESAR MARQUES DE QUEIROZ, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, Usando de suas legais atribuições, consoante as normas gerais da Lei Complementar nº 157/2016, Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, expede a seguinte Portaria, RESOLVENDO:

ARTIGO 1º. – Conceder FÉRIAS ao Servidor**IGOR EDUARDO DEL MOURA TRINDADE**, brasileiro, maior, Servidor Público Municipal, lotado no Departamento de Recepção e Ouvidoria da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste no Cargo de Agente Parlamentar de Recepção, conforme abaixo descrito:

• Conceder os benefícios constantes do Artigo 61 da Lei Complementar nº 157/2016, "FÉRIAS ANUAIS de 30 (trinta dias)" referente ao período de maio/2019 a maio/2020, sendo 20 (vinte) dias, para serem gozados no período de 12 a 31 de março de 2020.

ARTIGO 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de março de 2021, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, EDIFÍCIO LEOCÍDIO PEREIRA BENEVIDES, EM 12(DOZE) DE MARÇO DE 2021(DOIS MIL E VINTE E UM).

ELTON CESAR MARQUES DE QUEIROZ

Presidente da Câmara Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PREGÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 05/2021 – OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE LINK DEDICADO A INTERNET 30 MEGA (FIBRA OPTICA) PARA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR E SERVIÇO DE EMISSÃO DE REGISTRO DE IDENTIDADE (POLITEC). O Município de Mirassol D'Oeste torna público que fica prorrogada a data da sessão de abertura da presente licitação para **24/03/2021**, mantido o horário, considerando que a sessão de abertura do dia 11/03/21 restou **DESERTA**. Ficam inalteradas as demais disposições do edital. M. D'Oeste, em 12/03/21. Célia Regina de M. Prado - Responsável por Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

PORTARIA Nº. 324/2021

"ALTERA A PORTARIA N.º 287/2021 QUE DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. LEOCIR HANEL, no uso das atribuições legais lhe são conferidas pela Lei, e

CONSIDERANDO o Parágrafo Único do Artigo 1º do Decreto Municipal nº 052/2015 que criou o Conselho Municipal do FETHAB;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os representantes do Conselho Municipal do FETHAB como segue:

Presidente: Rafael Roberto Botini - representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura;

Membro: Mara Lurdes Ohlweiler – representante da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão;

Membro: Edgar Batista da Trindade – representante dos moradores da Zona Rural;

Membro: Daniel Dalmolin – representante da Associação Comercial e Empresarial de Nobres – ACENOB.

Membro: **Ademar Rodrigues dos Santos** – representante da COMTUR

Membro: Flávio Dalmolin – representante Municipal da Secretaria Municipal de Agricultura Desenvolvimento, Comércio, Indústria, Meio Ambiente e Mineração;

Membro: Acendino Mendes de Souza – representante da Subprefeitura;

Membro: Élcio Manoel de Oliveira – representante da Secretaria Municipal de Fiscalização;

Membro: Flávio Vinicius Rondon Mayer – representante da Câmara dos Vereadores;

Membro: Telúzio Laurindo de Souza – representante da Câmara dos Vereadores;

Membro: José Pedro Alves de Andrade – representante do Rotary Club.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 11 de março de 2021.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 321/2021

"Dispõe sobre a designação do Sr. ***Rogério de Almeida Pires Camargo****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Designar o Servidor ***Rogério de Almeida Pires Camargo***, inscrito no RG n.º 2151866-1 SSP/MT e devidamente cadastrado no CPF n.º 056. 724.011-80, para o cargo de Fiscal de Contratos da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Subprefeitura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 10 de março de 2021.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº.295/2021

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade à servidora ***Suelen Patrícia de Almeida****, e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1.297/2013.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio Por Assiduidade à servidora Suelen Patrícia de Almeida, portadora do RG nº. 1.389362-2 SESP/MT, inscrita no CPF/MF nº. 008.928.451-80, pelo período de 90 (noventa) dias, desde 01/12/2020, referente ao período aquisitivo 02/12/2013 à 01/12/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 23 de fevereiro de 2021.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PORTARIA Nº.290/2021

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade à servidora ***Eva Ferreira da Silva Almeida****, e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1.297/2013.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio Por Assiduidade à servidora Eva Ferreira da Silva Almeida, portadora do RG nº. 1698636-9 SSP/MT, inscrita no CPF/MF nº. 007.971.151-02, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir do dia 01/03/2021, referente ao período aquisitivo 02/12/2013 à 01/12/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 22 de fevereiro de 2021.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PORTARIA Nº.288/2021

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade à servidora ***Lucidalva Maria Gomes****, e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1.297/2013. .

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio Por Assiduidade à servidora Lucidalva Maria Gomes, portadora do RG nº. 282.641-0 SSP/MT, inscrita no CPF/MF nº. 206.706.441-91, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir do dia 01/03/2021, referente ao período aquisitivo 02/12/2013 à 01/12/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 22 de fevereiro de 2021.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PORTARIA Nº. 294/2021

*Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade à servidora **Joanil de Carvalho e Silva**, e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1.197/2011.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio Por Assiduidade à servidora Joanil de Carvalho e Silva, portadora do RG nº. 337.421 SSP/MT, inscrita no CPF/MF nº. 280.267.051-49, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir do dia 04/03/2021, referente ao período aquisitivo dos anos de 2005 a 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 23 de fevereiro de 2021.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PORTARIA Nº.289/2021

*Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade à servidora **Valdete de França Pereira da Silva**, e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1.297/2013.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio Por Assiduidade à servidora Valdete de França Pereira da Silva, portadora do RG nº. 15187900 SSP/MT, inscrita no CPF/MF nº. 000.727.481-50, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir do dia 01/03/2021, referente ao período aquisitivo 02/12/2013 à 01/12/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 22 de fevereiro de 2021.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PORTARIA Nº. 320/2021

*"Dispõe sobre a designação do Sr. **Micael Miqueias Calisto**,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Designar o Servidor ***Micael Miqueias Calisto***, inscrito no RG n.º 191052-6 SSP/MT e devidamente cadastrado no CPF n.º 025.169.661-80, para o cargo de Fiscal de Contratos da Secretaria de Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, Gabinete do Prefeito, Secretaria de Governo, Secretaria de Turismo e Cultura, Secretaria de Procuradoria Geral Municipal, Secretaria Municipal de Fiscalização e Secretaria Municipal de Desenvolvimento rural, Meio Ambiente e Mineração.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 10 de março de 2021.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 0010/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 0010/2021

***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E OBRAS E INFRAESTRUTURA* QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA ABR CONSTRUÇÃO E LOCAÇÕES EIRELI PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°2654/2020 , AS CLAUSULAS A SEGUIR:**

OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a **Contratação de Empresa Especializada em prestação de serviços de engenharia para atender a demanda das secretarias de Educação e Obras e Infraestrutura, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referencia 97/2020 Pregão Eletrônico Nº 16/2020 Processo Administrativo n.°2654/2020**.

1.2 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

1. PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

1.1. **O prazo de vigência deste Termo de Contratual, com início na data de 08/03/2021. e encerramento em .08/07/2021.**

1.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n° 39, de 13/12/2011.

2.2. A execução dos serviços será iniciada após o recebimento da ordem de serviço cujas etapas observarão o cronograma fixado no Termo de Referência, para o lote vencedor.

LOTE I – Reforma da Escola Municipal Henriqueta Rainha de França, zona rural na Comunidade de Laginha de Cima, prazo de 90 (noventa) dias para execução, fiscalizada pela engenheira Inês Antônia dos Santos;

2.3 O prazo de execução deste contrato é de 90 (noventa) dias, contados a partir do marco supra referido.

– PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R$ 182,468.08 (Cento e Oitenta e Dois Mil Quatrocentos e Sessenta e Oito Reais e Oito Centavos)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

– DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.3. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021 na classificação abaixo:

Secretaria/ Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Ficha da Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Secretaria de Educação	Estadual	2087 – Constr. Reforma e Ampli. das Unid. Escolares FUNDEB 40%	159	4.4.90.51	119	R$ 182.468,08
TOTAL: R$ 182.468,08						

2. 3. 3.1.

3.2. No exercício seguinte, correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

4. PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

4.1. **O prazo de vigência deste Termo de Contratual, com início na data de 08/03/2021. e encerramento em .08/07/2021.**

4.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n° 39, de 13/12/2011.

2.3. A execução dos serviços será iniciada após o recebimento da ordem de serviço cujas etapas observarão o cronograma fixado no Termo de Referência, para o lote vencedor.

LOTE I – Reforma da Escola Municipal Henriqueta Rainha de França, zona rural na Comunidade de Laginha de Cima, prazo de 90 (noventa) dias para execução, fiscalizada pela engenheira Inês Antônia dos Santos;

2.3 O prazo de execução deste contrato é de 90 (noventa) dias, contados a partir do marco supra referido.

Nossa Senhora do Livramento, 08 de Março de 2021

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa **ABR CONSTRUÇÃO E LOCAÇÕES EIRELI**,

CNPJ sob o nº 30.264.677/0001-06,

Representada pela Senhora Bruna Molinari Cabral,

RG: 2557553-8 SJ-MT e CPF: 070.277.921-09

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 011 2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 011 2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 011 2021

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E OBRAS E INFRAESTRUTURA **QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA CONSTRUTORA BRIDGE LTDA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°2654/2020**, **AS CLAUSULAS A SEGUIR:**

OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a **Contratação de Empresa Especializada em prestação de serviços de engenharia para atender a demanda das secretarias de Educação e Obras e Infraestrutura, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referencia 97/2020 Pregão Eletrônico Nº 16/2020 Processo Administrativo n.°2654/2020**.

1.2 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

– PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

1.1. **O prazo de vigência deste Termo de Contratual, com início na data de 08/03/2021. e encerramento em .08/07/2021.**

1.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n° 39, de 13/12/2011.

2.2. A execução dos serviços será iniciada após o recebimento da ordem de serviço cujas etapas observarão o cronograma fixado no processo , para o lote vencedor abaixo descrito.

LOTE IV – Construção de Ponte de Concreto armado com extensão de 8,00 m de comprimento e 4,50 m de largura sobre o Córrego Tabatinga – MT 452 – Coordenadas 21L 572886,88 – 21L 8252423,40. fiscalizada pela engenheira Silvana Alves da Silva

LOTE V– Construção de Ponte de Concreto armado com extensão de 10,00 m de comprimento e 4,50 m de largura sobre o Córrego Vicentão – MT 452 –Coordenadas 21L 576283,65 – 21L 8245534,51, prazo de 90 (noventa) dias para execução, fiscalizada pela engenheira Silvana Alves da Silva.

2.3 O prazo de execução deste contrato é de prazo de 90 (noventa) dias para execução contados a partir do marco supra referido.

2.4 A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

– PREÇO

O valor total da contratação é de R$ 444.264,22 (Quatrocentos e Quarenta e Quatro Mil Duzentos e Sessenta e Quatro Reais e Vinte e Dois Centavos)

LOTE IV – Construção de Ponte de Concreto armado com extensão de 8,00 m de comprimento e 4,50 m de largura sobre o Córrego Tabatinga – MT 452 – Coordenadas 21L 572886,88 – 21L 8252423,40. VALOR R$ 202.791,41 (Duzentos e Dois Mil Setecentos e Noventa e Um Real e Quarenta e Um Centavos)

LOTE V– Construção de Ponte de Concreto armado com extensão de 10,00 m de comprimento e 4,50 m de largura sobre o Córrego Vicentão – MT 452 –Coordenadas 21L 576283,65 – 21L 8245534,51, VALOR R$ 241.472.81 (Duzentos Quarenta e Um Mil, Quatrocentos e Setenta e Dois Reais e Oitenta e Um Centavos)

3.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício de 2021 na classificação abaixo:

Secretaria/ Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Ficha da Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Secretaria de Obras	Próprio	2019 – Atividades de Infra-estrutura CEFEM	324	44.90.51	100	R$ 444.264,22
TOTAL: R$ 444.264,22						

2. 3. 3.1.

3.2. No exercício seguinte, correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

Nossa Senhora do Livramento, 08 de Março de 2021

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADA:

EMPRESA CONSTRUTORA BRIDGE LTDA,

CNPJ sob o nº 26.827.066/0001-43,

Representado pelo Sr. Andre Teixeira de Freitas Silveira

RG: nº 849.986 2º Via SSP/TO, e CPF nº 016.002.861-27

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 0012/ 2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 0012/ 2021

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E OBRAS E INFRAESTRUTURA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA ABR CONSTRUÇÃO E LOCAÇÕES EIRELI PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°2654/2020 , AS CLAUSULAS A SEGUIR:

– OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a **Contratação de Empresa Especializada em prestação de serviços de engenharia para atender a demanda das secretarias de Educação e Obras e Infraestrutura, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referencia 97/2020 Pregão Eletrônico Nº 16/2020 Processo Administrativo n.°2654/2020**.

1.2 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

1.1. O prazo de vigência deste Termo de Contratual, com início na data de 08/03/2021. e encerramento em .08/07/2021.

1.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n° 39, de 13/12/2011.

2.2. A execução dos serviços será iniciada após o recebimento da ordem de serviço cujas etapas observarão o cronograma fixado no Termo de Referência, para o lote vencedor.

LOTE II – Reforma e Adequação de Prédio Público para Implantação do Centro de Comercialização de Produtos "É de Livramento", prazo de 90 (noventa) dias para execução, fiscalizada pelo engenheiro José Orlando Lehr;; **LOTE VI -** Recapeamento Asfáltico com CBUQ nos Trechos: Rua Celestino C. Campos, Rua Joacir , Rua A, B, C, D e E do Bairro Morro da Boa Vista, prazo de 90 (noventa) dias para execução, fiscalizada pelo engenheiro José Orlando Lehr;

2.3 O prazo de execução deste contrato é de prazo de 90 (noventa) dias contados a partir do marco supra referido.

2.4 A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste,devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R$ 531.500,00 (Quinhentos e Trinta e Um Mil e Quinhentos Reais)

LOTE II – Reforma e Adequação de Prédio Público para Implantação do Centro de Comercialização de Produtos "É de Livramento", **R$** 246.000,00 (Duzentos Quarenta e Seis Mil Reais) **LOTE VI -** Recapeamento Asfáltico com CBUQ nos Trechos: Rua Celestino C. Campos, Rua Joacir , Rua A, B, C, D e E do Bairro Morro da Boa Vista, Valor R$ 285.500,00 (Duzentos e Oitenta e Cinco Mil Quinhentos Reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.2. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021 na classificação abaixo:

Secretaria/ Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Ficha da Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Secretaria de Obras	Próprio	2074– Manut. Encargos e Salários	380	4.4.90.51	100	R$ 531.500,00
TOTAL: R$ 531.500,00						

2. 3. 3.1.

3.2. No exercício seguinte, correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

Nossa Senhora do Livramento, 08 de Março de 2021

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADA

_____

Empresa **ABR CONSTRUÇÃO E LOCAÇÕES EIRELI**,

CNPJ sob o nº 30.264.677/0001-06,

Representada pela Senhora Bruna Molinari Cabral,

RG: 2557553-8 SJ-MT e CPF: 070.277.921-09

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2021

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público que fará realizar a Licitação abaixo especificada:

PROCESSO Nº.: Nº. 035/2021

MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2021

TIPO: MENOR PREÇO POR VALOR GLOBAL.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TRIBUTARIA NA APURAÇÃO DE ÍNDICES DE ARRECADAÇÃO DE ICMS (IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS) E OBTENÇÃO DOS DADOS DE ITR (IMPOSTO TERRITORIAL), JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT, conforme Termo de Referência - Anexo I.

DATA DE ABERTURA/HORA: Dia 25 (vinte e cinco) de março de 2021 às 08:00 horas.

LOCAL: Sala de Reunião/Licitações, sito na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº. 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes-MT.

INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados noSetor de licitações **-** das 07:00 às 11:00 – 13:00 às 17:00, de 2ª a 6ª feira, Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 – Centro – Nova Bandeirantes/MT– Tel.: 66-3572-1950 ou através de solicitação pelo e-mail: ***licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br***

Nova Bandeirantes/MT, 12 de março de 2021.

Andressa Cristine F. Moreira

Pregoeira Oficial (Decreto 045/2021)

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO ADESÃO Nº 003/2021

RETIFICAÇÃO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

ADESÃO Nº 003/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através do Prefeito Municipal Sr. **CESAR AUGUSTO PÉRIGO,** torna público para conhecimento dos interessados, que **HOMOLOGA** a Licitação resultante do procedimento licitatório na modalidade de Adesão nº 003/2021, Pregão presencial n. º **015/2021, cujo OBJETO e oREGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAUDE MUNICIPAL DE ITAÚBA/MT**, utilizando-se os termos da **Ata de Registro de Preços nº 044/2020,** oriunda do Pregão Presencial nº 006/2020, conforme descrição abaixo.

FORNECEDOR: **NACIONAL MOVEIS E EQUIPAMENTOS EIRELI**

CNPJ nº: **19.165.753/0001-85**

VALOR GLOBAL: **R$ 55.504,19 (cinquenta e cinco mil quinhentos e quatro reais e dezenove centavos).**

Item	Descrição	Und	Qant.	Valor Unit	Valor Total
01	**MÓVEL PLANEJADO ABERTO** - com opção três cores, profundidade de 40 a 80 centímetros, em 100% MDF, laterais 45mm chapeado, prateleiras 45mm chapeado fechamento de lateral e tampo em meia esquadria, fundo MDF 6mm, fita de borda em ABS com controle de qualidade EPH com opção três cores, serão admitidas a fabricação de prateleiras, nichos e painéis. Unidade de medida M², ficção através de parafusos 3 ½ X30, 3 ½ X16, 3 ½ X40, 3 ½ X50, 3 ½ X60, fixado também por cola de borracha policloropreno com concentração de tolueno entre 50-70% e hidrocarbonetos entre 30-50%. Sapatas para regulagem de piso com diâmetro não inferior a 30mm c/ tecnil. Despesas com projeto, especificações técnicas e dimensões, padrão de qualidade para aprovação do órgão solicitante incluso.	M²	10	R$ 548,80	R$ 5. 488,00
02	**MÓVEL PLANEJADO FECHADO** - com opção três cores profundidade de 40 a 80 centímetros, em 100% MDF, laterais 45mm chapeado, prateleiras 45mm chapeado fechamento de lateral e tampo em meia esquadria, fundo MDF 6mm, portas em MDF 18mm, contendo em seu interior prateleiras, gavetas com corrediça, com capacidade para ate 60 kg, incluso acessórios e puxadores, puxador perfil com tampa lateral com variação de medida 15 a 18mm em inox e bronze, dobradiças com amortecedor para fechamento suave, dobradiças com engate rápido, fita de borda em ABS com controle de qualidade EPH com opção três cores, Fabricação de moveis de escritório (armários, balcões, gaveteiros móvel), cozinha, guarda roupas, cômodas, armários aéreos, unidade de medida M². Ficção através de parafusos 3 ½ X30, 3 ½ X16, 3 ½ X40, 3 ½ X50, 3 ½ X60, fixado também por cola de borracha policloropreno com concentração de tolueno entre 50-70% e hidrocarbonetos entre 30-50%, sapatas para regulagem de piso com diâmetro não inferior a 30mm c/ tecnil. Despesas com projeto, especificações técnicas e dimensões, padrão de qualidade para aprovação do órgão solicitante incluso.	M²	19	R$ 1. 041,54	R$ 19. 789,26
03	**MÓVEL PLANEJADO PARA CONFECÇÃO GAVETEIROS E ARQUIVOS FECHADO** - com opção três cores, profundidade de 40 a 80 largura entre 40 e 200 centímetros, em 100% MDF, laterais 45mm chapeado, fechamento de lateral e tampo em meia esquadria, fundo MDF 6mm, parte frontal das gavetas em MDF 18mm, gavetas com corrediça telescópica 45mm cromada confeccionada em chapa 1,2x1,2x1,2, corpo interno do carro da corrediça com 03 esferas, com amortecedor, com capacidade para ate 60 kg por gaveta, incluso acessórios e puxadores, puxador perfil com tampa lateral com variação de medida 15 a 18mm em inox e bronze , fita de borda em abs com controle de qualidade EPH com opção tres cores, Fabricação de moveis de escritório (armários, balcões, gaveteiros móvel), cozinha, guarda roupas, cômodas, armários aéreos, unidade de medida m². Ficção através de parafusos 3 ½ X30, 3 ½ X16, 3 ½ X40, 3 ½ X50, 3 ½ X60, fixado também por cola de borracha policloropreno com concentração de tolueno entre 50-70% e hidrocarbonetos entre 30-50%, sapatas para regulagem de piso com diâmetro não inferior a 30mm c/ tecnil. Despesas com projeto, especificações técnicas e dimensões, padrão de qualidade para aprovação do órgão solicitante incluso.	M²	20	R$ 1. 098,61	R$ 21. 972,20
04	**MÓVEL PLANEJADO CONFECÇÃO DE MESAS** - com opção três cores, medidas entre de 100 a 500 centímetros largura entre 60 a 200 centímetros, em 100% MDF, expessura 45mm chapeado, fechamento de lateral e tampo em meia esquadria, incluso gavetas parte frontal das gavetas em MDF 18mm, gavetas com corrediça telescópica 45mm cromada confeccionada em chapa 1,2x1,2x1,2, corpo interno do carro da corrediça com 03 esferas, com amortecedor, com capacidade para ate 60 kg por gaveta, incluso acessórios e puxadores, puxador perfil com tampa lateral com variação de medida 15 a 18mm em inox e bronze , fita de borda em ABS com controle de qualidade EPH com opção três cores, Fabricação de moveis de escritório (armários, balcões, gaveteiros móvel), cozinha, guarda roupas, cômodas, armários aéreos, unidade de medida m². Ficção através de parafusos 3 ½ X30, 3 ½ X16, 3 ½ X40, 3 ½ X50, 3 ½ X60, fixado também por de borracha policloropreno com concentração de tolueno entre 50-70% e hidrocarbonetos entre 30-50%, sapatas para regulagem de piso com diâmetro não inferior a 30mm c/ tecnil. Despesas com projeto, especificações técnicas e dimensões, padrão de qualidade para aprovação do órgão solicitante incluso.	M²	11	R$ 750,43	R$ 8. 254,73

	R$ 55. 504,19

SETOR INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Fica convocada a proponente para assinatura do contrato, nos termos do art. 64, caput, da Lei 8.666/93, sob as penalidades da lei.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Nova Bandeirantes – MT, 12 de março de 2021.

Onde se lê:

Andressa Cristine F. Moreira

Pregoeira (Decreto n° 045/2021)

Leia-se

_____

CESAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CAMARA MUNICIPAL
ERMO DE FILIAÇÃO E COOPERAÇÃO TÉCNICA 001/2021

TERMO DE FILIAÇÃO E COOPERAÇÃO TÉCNICA 001/2021

TERMO DE FILIAÇÃO E COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA BANDEIRANTES, E A UCMMAT – UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DE MATO GROSSO.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa no endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 447 centro, inscrita no CNPJ sob o nº 33.683.798.0001/72, neste ato representada por seu Presidente, Sr. João Ribeiro Torres, portador da Cédula de Identidade RG n.º 711.523 SS/PR e CPF nº 465.734.291-68 e a **UCMMAT – UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito privado, na forma de Associação Civil, sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.003.757/0001 -98, com sede na Rua Joaquim Murtinho, nº 1.713, esquina com a Rua Senador Metello, na cidade de Cuiabá-MT, representado por seu Presidente, Sr. BRUNO LINS RIOS, portador da Cédula de Identidade RG n.º 14797623 SSP/MT e CPF nº 006.728.551-19, de comum acordo, resolvem celebrar o presente Termo de Filiação e Cooperação Técnica, mediante cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a filiação da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Nova Bandeirantes, junto à União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso – UCMMAT, tendo em vista a autorização legal exarada pela Lei Municipal nº 1.249/202, e, por consequência, a adesão, na qualidade de associada, aos princípios e características institucionais da entidade de representação, conforme previsto em seu Estatuto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA UCMMAT

2.1. A União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso deverá:

I- Zelar pelo cumprimento das disposições contidas em seu estatuto e no presente termo de filiação;

II- Promover o intercâmbio de experiências legislativas, através de seminários, congressos, simpósios, propiciando a capacitação dos Agentes Públicos Municipais;

III- Promover a divulgação, difusão e publicação dos conhecimentos acumulados através dos meios que se fizerem necessários;

IV- Atuar em defesa dos interesses de seus membros como um todo e exercer a representatividade dos Vereadores e das Câmaras Municipais no Estado de Mato Grosso e no país;

V- Oferecer apoio logístico e suporte técnico, jurídico, administrativo e contábil, além de orientação legislativa ao Poder Legislativo do Município de Nova Bandeirantes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA BANDEIRANTES - MT.

3.1. A Câmara Municipal de Vereadores do Município de Nova Bandeirantes deverá:

I- Efetuar, mensalmente, o pagamento da contribuição associativa, conforme estabelecido na Lei Municipal Nº 1.249/2021.

II- Sugerir à UCMMAT, medidas de interesses do Poder Legislativo;

III- Disponibilizar, sempre que possível, dados para serem utilizados no desenvolvimento do intercâmbio de informações e da integração das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso;

IV- Cumprir as obrigações e compromissos contraídos com a UCMMAT;

V- Evitar fazer compromissos e fazer declarações públicas em nome da UCMMAT, sem que, para isso esteja autorizado por escrito pela Diretoria Executiva.

CLÁUSULA QUARTA – DA CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA

4.1. A Câmara Municipal de Vereadores do Município de Nova Bandeirantes repassará mensalmente à UCMMAT a importância de R$ 800,00 (oitocentos reais) mensais a título de contribuição associativa;

I- O repasse da contribuição associativa deverá ser feito até o dia 05 de cada mês, por meio de depósito bancário através dos seguintes dados: Banco do Brasil, Agência 3325-1, Conta Corrente 10.647-X.

CLÁUSLULA QUINTA – DA FONTE DE RECURSO

5.1. As despesas decorrentes da assinatura deste Termo de Filiação serão custeadas com recursos próprios da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Bandeirantes previstos no Orçamento Anual, na seguinte rubrica orçamentária: 001.01.01.031.0001.2001.33.5043.00 – Subvenções Sociais.

5.2. Em caso de prorrogação da vigência da filiação, os recursos financeiros referentes ao exercício ulterior correrão por conta de dotação orçamentária prevista no Orçamento Anual do ano subsequente.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E DEMAIS ALTERAÇÕES

6.1. O prazo de vigência do presente instrumento de filiação é de 10 (dez) meses, tendo início em 05 de março de 2021 e término em 31/12/2021.

I- O prazo de vigência e os valores pactuados poderão ser prorrogados e majorados, respectivamente, mediante manifestação expressa de ambas as partes, desde que haja interesse público e conveniência econômico-financeira por parte da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Nova Bandeirantes – MT.

6.2. O presente instrumento poderá ser alterado em comum acordo entre as partes, com as devidas justificativas, mediante Termo Aditivo, nos casos previstos na Lei 8.666/93, no que couber.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1. O presente termo de filiação poderá ser rescindido a qualquer tempo, desde que a parte interessada comunique a outra parte sua intenção por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

I- A rescisão não importará em qualquer indenização para a União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso –UCMMAT, todavia, caso a rescisão seja requerida pela Associada, esta deverá pagar uma multa no percentual de 5% do valor das contribuições associativas remanescentes, salvo se a UCMMAT tiver dado causa à rescisão, ocasião em que nenhuma multa será devida.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

8.1. Os casos omissos neste Instrumento, detectados durante sua execução, serão resolvidos pelas partes, através de Termos Aditivos.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde, com recusa expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas oriundas do presente Termo de Filiação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÃO FINAL

E, assim, por estarem de acordo, as partes firmam o presente Instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas infra-assinadas, para que surtam seus efeitos legais.

Nova Bandeirantes - MT, 05 de março de 2021.

UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DE MATO GROSSO

BRUNO LINS RIOS

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA BANDEIRANTES

JOÃO RIBEIRO TORRES

PRESIDENTE

TESTEMUNHAS:

Andreia Cristina da Silva Della Rosa

Joaquim Schmoeller

CAMARA MUNICIPAL
REFERENTE AO TERMO DE FILIAÇÃO E COOPERAÇAO TÉCNICA CONTRATO Nº 002/2021.

TERMO DE RESCISÃO/DISTRATO AMIGÁVEL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO.

Referente ao Termo de Filiação e Cooperaçao Técnica Contrato nº 002/2021.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a filiação da Câmara Municipal de Vereadores do Município de NOVA BANDEIRANTES/MT, junto à União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso – UCMMAT, e, por consequência, a adesão, na qualidade de associada, aos princípios e características institucionais da entidade de representação, conforme previsto em seu Estatuto.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE

MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n.º 33.683.798/0001-72, com sede na Av. Comendador Luiz Meneghel, nº 447, na cidade de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo seu Presidente, **Sr. João Ribeiro Torres**, brasileiro, portador do RG. N.º 711523 SSP/MT e inscrito no CPF sob n.º 465.734.291-68, residente e domiciliado no Município de Nova Bandeirantes – MT, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado, a **UCMMAT – UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO**

GROSSO, pessoa jurídica de direito privado, na forma de Associação Civil, sem fins

lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.003.757/0001 -98, com sede na Rua Joaquim Murtinho, nº 1.713, esquina com a Rua Senador Metello, na cidade de Cuiabá-MT, representado por seu presidente, Vereador(a) Edclay Lopes Coelho**,** portador da Cédula de Identidade RG nº 711523 SSP/PR, doravante denominada CONTRATADA, tem justo e acertado entre si, de forma amigável, o que se segue relativamente o presente Termo de Distrato do Termo de Filiação e Cooperação Técnica Contrato nº 002/2021., para fins de atendimento do interesse público.

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. - As partes acima qualificadas resolvem de comum acordo e, na forma do Processo Administrativo que culminou na contratação da **UCMMAT – UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito privado, na forma de Associação Civil, sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.003.757/0001-98, com sede na Rua Joaquim Murtinho, nº 1.713, esquina com a Rua Senador Metello, na cidade de Cuiabá-MT, que originou no Termo de Filiação e Cooperação Técnica Contrato nº 003/2021, RESOLVE rescindi- lo amigavelmente a partir de 26 de fevereiro de 2021, conforme acordo mútuo entre Contratada e Contratante no dia 26 de fevereiro de 2021.

I - Justifica-se a rescisão contratual apresentada pela Contratante, a Lei Municipal nº 1249/2021, qual autoriza a filiação da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes/MT, a UCMMAT a partir de 01 de março de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. A rescisão amigável do contrato em epígrafe será realizada sem ônus de qualquer natureza para qualquer das partes, renunciando as partes o direito sobre o qual se fundou a relação jurídica do que se pactuou a contratação.

I - As partes exoneram-se de qualquer reclamação futura decorrente da presente rescisão contratual, nas esferas cíveis, administrativas e criminais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

3.1. As partes concordam que, a partir desta data não mais haverá qualquer obrigação entre elas e assentem não haver mais qualquer obrigação de ordem financeira.

E, por estarem ajustados, assinam o presente Termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, nas presenças de duas testemunhas.

Nova Bandeirante/MT, 26 de fevereiro de 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

João Ribeiro Torres Presidente CONTRATANTE

UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Edclay Lopes Coelho PRESIDENTE CONTRATADA

Testemunhas:

Joaquim Schmoeller CPF Nº. 409.691.779-68

Andreia Cristina da Silva Della Rosa CPF Nº.916.214.701-30

DEPTO LICITAÇÃO
TERCEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO N.º 041/2020 TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2019

3º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 041/2020 DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAMa **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES** E AEMPRESA**POLI ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.**

TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram o **MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62, centro, na cidade de Nova Bandeirantes/MT, CEP: 78.565-000, representada neste ato pelo Prefeito Municipal o **Sr. CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO**,brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 9.001.064-6 SSP/PR e inscrito no CPF nº 037.458.769-89, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado à empresa **POLI ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA**, com sede na Avenida Nove de Maio nº 620N, Centro Município de Juína – MT, inscrita no CNPJ sob o n.º **01.379.965/0001-08**, Inscrição Estadual nº 13.025.084-8, e-mail: poliengenharia.licitacao@gmail.com, doravante simplesmente denominada **CONTRATADA**, representada por **LUIZ CARLOS IORIS,** portador do RG nº 1.996.861 SSP/PR, e titular do CPF nº 408.449.359-72, conforme documento que fica arquivado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, tendo como Responsável Técnico **LUIZ CARLOS IORIS** portador da carteira profissional N.º. **3702** expedida pelo CREA **MT.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA AMPLIAÇÕES DA ESCOLA MUNICIPAL PRINCESA IZABEL NO ASSENTAMENTO TRÊSCINCO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS PARA ESCOLA MUNICIPAL NO PARAISO DO NORTE NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES SENDO:

LOTE 01 - CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS NA ESCOLA MUNICIPAL PARAÍSO DO NORTE.

LOTE 02 - AMPLIAÇÕES DA ESCOLA MUNICIPAL PRINCESA IZABEL NO ASSENTAMENTO TRESCINCO.

1.2.Poreste ato de aditivo de Prorrogação de prazo, ajustam e acordam entre si o presente **TERMO ADITIVO**, mediantes as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93, na clausula 5ª, subitem 5.6 do contrato nº 041/2020.

2.2. A Contratante providenciará a publicação do extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial do município (AMM-MT), conforme estabelece a Lei.

CLAUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

3.1. Prorrogação do prazo de duração do Contrato original de execução da obra, por mais **30 (trinta)** dias, passando a vigorar do dia 20/03/2021 até a data de 18/04/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

4.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde - MT, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 12 de março de 2021.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

POLI ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA

CNPJ: **01.379.965/0001-08**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

ANDRESSA CRISTINE F. MOREIRA ADEMIR URTADO JUNIOR

CPF: 041.729.241-40 CPF: 040.719.819-

DEPTO LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO N.º 041/2020 TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2019

2º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 041/2020 DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAMa **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES** E AEMPRESA**POLI ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.**

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram o **MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62, centro, na cidade de Nova Bandeirantes/MT, CEP: 78.565-000, representada neste ato pelo Prefeito Municipal o **Sr. CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO**,brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 9.001.064-6 SSP/PR e inscrito no CPF nº 037.458.769-89, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado à empresa **POLI ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA**, com sede na Avenida Nove de Maio nº

620N, Centro Município de Juína – MT, inscrita no CNPJ sob o n.º **01.379.965/0001-08**, Inscrição Estadual nº 13.025.084-8, e-mail: poliengenharia.licitacao@gmail.com, doravante simplesmente denominada **CONTRATADA**, representada por **LUIZ CARLOS IORIS,** portador do RG nº 1.996.861 SSP/PR, e titular do CPF nº 408.449.359-72, conforme documento que fica arquivado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, tendo como Responsável Técnico **LUIZ CARLOS IORIS** portador da carteira profissional N.º. **3702** expedida pelo CREA **MT.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA AMPLIAÇÕES DA ESCOLA MUNICIPAL PRINCESA IZABEL NO ASSENTAMENTO TRÊSCINCO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS PARA ESCOLA MUNICIPAL NO PARAISO DO NORTE NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES SENDO:

LOTE 01 - CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS NA ESCOLA MUNICIPAL PARAÍSO DO NORTE.

LOTE 02 - AMPLIAÇÕES DA ESCOLA MUNICIPAL PRINCESA IZABEL NO ASSENTAMENTO TRESCINCO.

1.2.Poreste ato de aditivo de Prorrogação de prazo, ajustam e acordam entre si o presente **TERMO ADITIVO**, mediantes as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93, na clausula 5ª, subitem 5.6 do contrato nº 041/2020.

2.2. A Contratante providenciará a publicação do extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial do município (AMM-MT), conforme estabelece a Lei.

CLAUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

3.1.Prorrogação do prazo de duração do Contrato original, por mais **120 (cento e vinte)** dias, passando a vigorar até a data de **13/07/2021.**

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

4.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde - MT, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 12 de março de 2021.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

POLI ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA

CNPJ: **01.379.965/0001-08**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

ANDRESSA CRISTINE F. MOREIRA ADEMIR URTADO JUNIOR

CPF: 041.729.241-40 CPF: 040.719.819-

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2021/ REGISTRO DE PREÇOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA/MT

EXTRATO DO PROCESSO: Nº. 024/2021 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2021/ REGISTRO DE PREÇOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA/MT, ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.080/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº.020/2020/PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA/MT

TIPO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR POR ITEM

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA – MT

CONTRATADO: **SO PESADO COMERCIO DE PEÇAS LTDA**

CNPJ: 24.717.067/0001-00

OBJETO: adesão a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°.080/2020 REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2020, DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT, **REGISTRO DE PREÇOS FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS GENUÍNOS E/OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS OPERACIONAIS, MOTOCICLETAS, AUTOMÓVEIS LEVES, UTILITÁRIOS, CAMIONETES, CAMINHÕES, ÔNIBUS, MÁQUINAS PESADAS E TRATORES DA FROTA MUNICIPAL, ATRAVÉS DE SISTEMA INFORMATIZADO DE COTAÇÃO (TIPO TRAZ VALOR, COTA PREÇOS OU OUTRO SISTEMA COMPATÍVEL, PARA ATENDER À DEMANDA DOS DIVERSOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA/MT,** conforme descrição constante no Anexo I - Especificações do Item do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 020/2020.

DATA DA ADESAO: 12/03/2021

DESCONTO %:

Item 03 – 43,55% Item 04 - 43,51% Item 06 – 43,51% Item 15 – 51,01 % Item 16 – 51,01% Item 17 – 45,01% Item 18 – 51,01% Item 24 - 45,01% Item 19 - 45,01% Item 21- 45,01% Item 22 – 43,10% Item 39 – 35,01% Item 42 - 35,01% Item 48 - 42,10%

VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 920.000,00 (Novecentos e Vinte Mil Reais).

ORGÃO GERENCIADOR DA ATA: O MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT.

FUNDAMENTO: De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações e Lei 10.520/2002

Nova Brasilândia, 12 de março de 2021

Mauriza Augusta de Oliveira

Prefeita Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 013/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE PUBLICAÇÃO - EXTRATOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Pelo presente, certifico que o extrato abaixo foi afixado no mural da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, para devidas publicações.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N º. 025/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 013/2021 de 12/03/2021

De conformidade com a Legislação Pertinente, justifica-se e ratifica-se a dispensa de licitação paraCONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALOR GLOBAL: R$ 17.425,00 (Dezessete mil quatrocentos e vinte e cinco reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso, II da Lei Federal nº 8.666/93 com alteração dada pelo Art. 1º, inciso II, alínea "a" do Decreto Federal nº 9.412/2018.

EMPRESA CONTRATADA: CLAUDIO VALERIA DA SILVA LABORATORIO - ME

CNPJ: 24.347.611/0001-79

Nova Brasilândia - MT, 12 de março de 2021.

Júlio Cesar Bonfim Lopes

Presidente da C.P.L

Portaria nº. 055/2021

PREVBRAS
PORTARIA N° 163/2021, DE 12 DE MARÇO DE 2021.

PORTARIA N° 163/2021, DE 12 DE MARÇO DE 2021.

"*Dispõe contratação da srª Ana Lucia de Lima".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas pela Lei nº 671/2017 de 05 de dezembro de 2017, Processo Seletivo Simplificado – Análise de Títulos, nº 002/2020, homologado pelo Decreto Municipal nº 009/2021 e Edital de Convocação nº 002/2021.

R E S O L V E:

Art. 1º - Contratar a srªAna Lucia de Lima. **para ocupar o cargo de** PROFESSORA DE PEDAGOGIA 1º ao 5º ano, na Escola Municipal Nova Filandia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, a partir de 12 de Março de 2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 12 de março de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
CONTRATO 002/2021

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 002/2021

O Município de **NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Genival Nunes de Araújo, nº 993, Bairro Centro, cidade de **Nova Brasilândia - MT**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 15.023.963/0001-88, representado neste ato pela sua Prefeita Municipal Sr.ª **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA,** brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Nova Brasilândia– MT, portador da Cédula de Identidade n.º 1260492-5 SSP/MT e CPF nº 535.090.561-91, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado o (a) Senhor (a) **ANA LUCIA DE LIMA**, brasileiro (a), divorciado (a), portador (a) da Cédula de Identidade **RG nº 938.137/SSP/MT** e **CPF nº 551.301.511.00**, residente e domiciliado (a) no Município de Nova Brasilândia – MT, ora denominado (a) CONTRATADO (A), ajustam e acordam a prestação de serviços, por prazo determinado, nos termos da **Lei Municipal nº 671/2017 de 05 de dezembro de 2017**. Observadas as cláusulas e condições a seguir, que reciprocamente celebram e aceitam.

CLÁUSULA I

FUNDAMENTO LEGAL

Observados os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade, pluralidade e publicidade, a contratação fundamenta-se na Lei Municipal nº 671/2017 de 05 de dezembro de 2017, Decreto de Homologação nº 009/2021 do Processo Seletivo Simplificado Analise de Títulos nº 002/2020 e Edital de Convocação nº 002/2021.

CLÁUSULA II

DO OBJETO

O (a) contratado (a) prestará serviços correspondentes ao cargo de Professor (a) de Pedagogia– Nível Superior, na **Escola Municipal Nova Filandia** – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, no Município de Nova Brasilândia – MT,

Parágrafo Único – O (a) contratado (a) possui formação escolar superior na área em Pedagogia e encontra-se legalmente habilitado (a) a exercer a profissão.

CLÁUSULA III

PRAZO

MATO GROSSO

PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA

GABINETE DA PREFEITA

www.novabrasilandia.mt.gov.br

A vigência deste contrato é de 10 (dez) meses com início em 12/03/2021 e término em 17/12/2021.

CLÁUSULA IV

VENCIMENTO

Durante o prazo constante da Cláusula III, a contratada, que possui conhecimento na área de Educação, receberá o vencimento de R$ - 2.706,46 (Dois mil setecentos e seis reais e quarenta e seis centavos), equivalente a carga horária de 100 horas mensal e 25 horas semanais.

CLÁUSULA V

REGIME JURÍDICO

O regime jurídico do servidor temporário é o estatutário regendo-se por princípios de direito público, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos nas respectivas leis municipais.

CLÁUSULA VI

REGIME PREVIDENCIÁRIO

A contratada vincula-se obrigatoriamente ao REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, para o qual contribuirá conforme a tabela do INSS.

CLÁUSULA VII

RESCISÃO, DISTRATO E ANULAÇÃO

1 – O distrato acontecerá por solicitação de qualquer das partes, quando manifestar expressamente e por escrito essa intenção, com antecedência de 30 (trinta) dias.

2 – A rescisão acontecerá:

MATO GROSSO

PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA

GABINETE DA PREFEITA

www.novabrasilandia.mt.gov.br

a) Amigavelmente por mútuo acordo entre as partes, reduzindo-se a termo o acordo, se houver conveniência para ambas as partes;

b) Administrativamente, por ato unilateral e escrito da Administração Pública Municipal, ora contratante, conforme lhe autoriza a Lei Municipal nº 671/2017;

c) Judicialmente nos termos da Legislação Constitucional, Civil, Administrativa e processual.

CLÁUSULA VIII

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros suficientes e necessários à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos nos elementos de despesa, verba para manutenção e operação do Sistema de Educação nas seguintes dotações orçamentárias.

FUNCIONAL PROGRÁMATICA								
COD. REDUZIDO	**ÓRGÃO**	**UNIDADE**	**FUNÇÃO**	**SUB FUNÇÃO**	**PROGRAMA**	**PROJ. ATIV.**	**ELEMENTO DESPESA**	**FONTE DE RECURSO**
0474	06	002	12	365	0004	2039	3190.04	101 118

CLÁUSULA IX

FORUM

O fórum de Chapada dos Guimarães-MT será o competente para dirimir as controvérsias oriundas deste contrato, pelo que as partes renunciam a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Brasilândia – MT, em 12 de março de 2021.

_____ _____

Mauriza Augusta de OliveiraAna Lucia de Lima

Prefeita Municipal CONTRATADO (a)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME: **RG:** **CPF:**	**NOME:** **RG:** **CPF:**

PREVBRAS
CONTRATO 003/2021

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 003/2021

O Município de **NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Genival Nunes de Araújo, nº 993, Bairro Centro, cidade de **Nova Brasilândia - MT**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 15.023.963/0001-88, representado neste ato pela sua Prefeita Municipal Sr.ª **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA,** brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Nova Brasilândia– MT, portador da Cédula de Identidade n.º 1260492-5 SSP/MT e CPF nº 535.090.561-91, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado o (a) Senhor (a) **ROSIMEIRE DO NASCIMENTO BOLANDINI**, brasileiro (a), casado (a), portador (a) da Cédula de Identidade **RG nº 131.015.52/SSP/MT** e

CPF nº 948.431.471-68, residente e domiciliado (a) no Município de Nova Brasilândia – MT, ora denominado (a) CONTRATADO (A), ajustam e acordam a prestação de serviços, por prazo determinado, nos termos da **Lei Municipal nº 671/2017 de 05 de dezembro de 2017**. Observadas as cláusulas e condições a seguir, que reciprocamente celebram e aceitam.

CLÁUSULA I

FUNDAMENTO LEGAL

Observados os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade, pluralidade e publicidade, a contratação fundamenta-se na Lei Municipal nº 671/2017 de 05 de dezembro de 2017, Decreto de Homologação nº 009/2021 do Processo Seletivo Simplificado Analise de Títulos nº 002/2020 e Edital de Convocação nº 002/2021.

CLÁUSULA II

DO OBJETO

O (a) contratado (a) prestará serviços correspondentes ao cargo de Professor (a) de Pedagogia– Nível Superior, na **Escola Municipal Nova Filandia** – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, no Município de Nova Brasilândia – MT,

Parágrafo Único – O (a) contratado (a) possui formação escolar superior na área em Pedagogia e encontra-se legalmente habilitado (a) a exercer a profissão.

CLÁUSULA III

PRAZO

MATO GROSSO

PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA

GABINETE DA PREFEITA

www.novabrasilandia.mt.gov.br

A vigência deste contrato é de 10 (dez) meses com início em 12/03/2021 e término em 17/12/2021.

CLÁUSULA IV

VENCIMENTO

Durante o prazo constante da Cláusula III, a contratada, que possui conhecimento na área de Educação, receberá o vencimento de R$ - 2.706,46 (Dois mil setecentos e seis reais e quarenta e seis centavos), equivalente a carga horária de 100 horas mensal e 25 horas semanais.

CLÁUSULA V

REGIME JURÍDICO

O regime jurídico do servidor temporário é o estatutário regendo-se por princípios de direito público, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos nas respectivas leis municipais.

CLÁUSULA VI

REGIME PREVIDENCIÁRIO

A contratada vincula-se obrigatoriamente ao REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, para o qual contribuirá conforme a tabela do INSS.

CLÁUSULA VII

RESCISÃO, DISTRATO E ANULAÇÃO

1 – O distrato acontecerá por solicitação de qualquer das partes, quando manifestar expressamente e por escrito essa intenção, com antecedência de 30 (trinta) dias.

2 – A rescisão acontecerá:

MATO GROSSO

PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA

GABINETE DA PREFEITA

www.novabrasilandia.mt.gov.br

a) Amigavelmente por mútuo acordo entre as partes, reduzindo-se a termo o acordo, se houver conveniência para ambas as partes;

b) Administrativamente, por ato unilateral e escrito da Administração Pública Municipal, ora contratante, conforme lhe autoriza a Lei Municipal nº 671/2017;

c) Judicialmente nos termos da Legislação Constitucional, Civil, Administrativa e processual.

CLÁUSULA VIII

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros suficientes e necessários à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos nos elementos de despesa, verba para manutenção e operação do Sistema de Educação nas seguintes dotações orçamentárias.

FUNCIONAL PROGRÁMATICA

COD. REDUZIDO	ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ. ATIV.	ELEMENTO DESPESA	FONTE DE RECURSO
0474	06	002	12	365	0004	2039	3190.04	101 118

CLÁUSULA IX

FORUM

O fórum de Chapada dos Guimarães-MT será o competente para dirimir as controvérsias oriundas deste contrato, pelo que as partes renunciam a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Brasilândia – MT, em 12 de março de 2021.

_____ _____

Mauriza Augusta de Oliveira Rosimeire do Nascimento Bolandini

Prefeita Municipal CONTRATADO (a)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME: **RG:** **CPF:**	**NOME:** **RG:** **CPF:**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 31/2021.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 31/2021.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA**: ALTO GIRO ATACADO E DISTRIBUIDORA DE AVIAMENTOS EIRELI EPP**

CNPJ: 19.496.182/0001-61

OBJETO: O objeto do presente termo contratual consiste em aquisição de tecidos, aviamentos e armarinhos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Nova Brasilândia/MT, conforme as especificações e quantidades contidas no **ANEXO I** termo de referência deste edital, Pregão: n° 016/2020.

VALOR R$ 35.006,85 (trinta e cinco mil seis reais e oitenta e cinco centavos)

ASSINATURA: **08 de março de 2021.**

VIGENCIA: **08 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2021.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93 e a lei nº 10.520/2002**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PREVBRAS
PORTARIA N° 162/2021, DE 12 DE MARÇO DE 2021.

PORTARIA N° 162/2021, DE 12 DE MARÇO DE 2021.

"*Dispõe contratação da srª Rosimeire do Nascimento Bolandini".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas pela Lei nº 671/2017 de 05 de dezembro de 2017, Processo Seletivo Simplificado – Análise de Títulos, nº 002/2020, homologado pelo Decreto Municipal nº 009/2021 e Edital de Convocação nº 002/2021.

R E S O L V E:

Art. 1º - Contratar a srªRosimeire do Nascimento Bolandini*".* **para ocupar o cargo de** PROFESSORA DE PEDAGOGIA 1º ao 5º ano, na Escola Municipal Nova Filandia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, a partir de 12 de Março de 2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 12 de março de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRATIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA ESTADO DE MATO GROSSO EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 002/2021, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2021.

Contratado: Reunidos Comércio de Petróleo LTDA

Aditamento: O valor unitário registrado por litro do óleo diesel comum passará a ter a seguinte recomposição a partir do dia 11/03/2021:

- Óleo Diesel Comum de R$ 4,49 para R$ 4,64;

Data: 11/03/2021.

ADMINISTRATIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA - MT ESTADO DE MATO GROSSO EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO Nº. 021/2021/SMA/PMNG

PROCESSO Nº. 185/2021

PRAZO: 05/03/2021 A 31/12/2021

CONTRATADO: LEANDRO ANTONIO ME

CNPJ: 18.163.285/0001-47

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS IN LOCO DE INFORMÁTICA, MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E SUPORTE TI, SEM O FORNECIMENTO DE PEÇAS EM TODAS AS SECRETARIAS PERTENCENTES À PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT.

VALOR: R$ 14.000,00 (GLOBAL).

DOTAÇÃO: ELEMENTO: 33.90.39.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 04.122.0001.2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT

ADMINISTRATIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA - MT ESTADO DE MATO GROSSO EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO Nº. 020/2021/SMA/PMNG

PROCESSO Nº. 184/2021

PRAZO: 05/03/2021 A 31/12/2021

CONTRATADO: OVANDIR BATISTA JUNIOR - ME

CNPJ: 16.582.414/0001-06

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS IN LOCO DE CONFIGURAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS REDES DE COMPUTADORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT.

VALOR: R$ 15.000,00 (GLOBAL).

DOTAÇÃO: ELEMENTO: 33.90.39.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 04.122.0001.2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 10/2021 PROC. LICITATÓRIO: 16/2021 PREGÃO PRESENCIAL: 10/2021

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 10/2021

PROC. LICITATÓRIO: 16/2021 PREGÃO PRESENCIAL: 10/2021

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

CONTRATADO: CONCRETUBOS - COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.

OBJETO: Registro de Preço na aquisição de manilhas de concreto para construção e manutenção de galerias de drenagem pluvial, atendendo as necessidades da Secretaria de Obras no município de Nova Lacerda- MT.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 12 de Março de 2021.

CONTRATADO:

1- CONCRETUBOS - COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - R$: 863.252,00 (Oitocentos e sessenta e três mil e duzentos e cinqüenta e dois reais);

Ata de Registro 10/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA –MT, 12 de Março de 2021.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2021 PROC. LICITATÓRIO: 16/2021 PREGÃO PRESENCIAL: 10/2021

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2021

PROC. LICITATÓRIO: 16/2021 PREGÃO PRESENCIAL: 10/2021

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

OBJETO: Registro de Preço na aquisição de manilhas de concreto para construção e manutenção de galerias de drenagem pluvial, atendendo as necessidades da Secretaria de Obras no município de Nova Lacerda- MT.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 12 de Março de 2021.

CONTRATADO:

1- CONCRETUBOS - COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - R$: 863.252,00 (Oitocentos e sessenta e três mil e duzentos e cinqüenta e dois reais);

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA –MT, 12 de Março de 2021.

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 067/2021

PORTARIA Nº 067/2021

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 de 15 de dezembro de 2005, e Lei Complementar 051/2010 de 17/05/2010, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Conceder a Elevação de Classe aos** servidores concursados abaixo relacionados com a respectiva classificação, de acordo com o Artigo 1.º, Inciso I, II e III, Parágrafos 1°, 2° e 3° da Lei Complementar 051/2010 de 17/05/2010, conforme as datas das elevações anteriores e posse:

Matrícula	Servidores	Elevar em	Elevação para Classe
1430	GLEIDA MARCIA DE FREITAS	*09/03/2021*	*C*
1429	JANE MODESTO PIRES DE OLIVEIRA	*04/03/2021*	*C*
1433	JOSE GERALDO DE SOUZA LOPES FILHO	*10/03/2021*	*C*
1446	JOSE MARTINS DOS SANTOS	*14/03/2021*	*C*
1474	PAULO SERGIO BERNARDO DA SILVA	*22/03/2021*	*C*
1437	SOLANGE DIAS CAMPOS	*10/03/2021*	*C*
1471	TATIANE SOBRINHO LOPES	*16/03/2021*	*C*
730	ARIADNA DE FARIA FERREIRA	*01/03/2021*	*D*

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 05 dias do mês de março de 2021.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 068/2021

PORTARIA Nº 068/2021

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 020/2005, 021/2005 e 022/2005 de 15 de dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - Remover o servidor **MARCELO DE OLIVEIRA IVO, matrícula 2463,** concursado no cargo de Vigia, lotado na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura** para a **Secretaria Municipal de Administração,** neste município, de acordo com o Artigo 81, Inciso I e II da Lei Complementar 021/2005.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, ao 05 dia do mês de março de 2021.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 069/2021

PORTARIA Nº 069/2021

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 020/2005, 021/2005 e 022/2005 de 15 de dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - Remover o servidor **GENAIR ALVES HERCULINO, matrícula 346,** concursado no cargo de Vigia, lotado na **Secretaria Municipal de Administração** para a **Secretaria Municipal de Educação e Cultura,** neste município, de acordo com o Artigo 81, Inciso I e II da Lei Complementar 021/2005.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, ao 05 dia do mês de março de 2021.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 070/2021

PORTARIA Nº 070/2021

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 de 15 de dezembro de 2005 e 137/2019 de 28 de maio de 2019, e demais legislações pertinentes

Resolve:

Art. 1º - A requerimento da parte interessada, Maria Madalena dos Santos Souza, brasileira, casada, efetiva no cargo de Auxiliar de Enfermagem desde 18/08/2008 sob termo de posse nº 053/2008 de 18/08/2008 e Portaria de nomeação nº 142/2008 de 18/08/2008, portadora do RG nº 3103929-4 ssp/MT e CPF: 459.178.411-87, residente e domiciliado na Avenida Uirapuru nº 890, Bairro centro, na cidade de Nova Lacerda – MT, **seja realizado o aproveitamento da Servidora Mirian Araújo em razão que a mesma estava em disponibilidade pela extinção do cargo de Auxiliar de Enfermagem** conforme os termos previstos nos Artigos 1º e 2º da Lei Complementar 137/2019 de 28/05/2019**.**

Art. 2º **- Seja nomeada para o cargo de Técnico em Enfermagem a Servidora Mirian Araújo, em razão da disponibilidade e aproveitamento previstos no art. 60 e seguintes da Lei 021/2005 de 15 de dezembro de 2005,** conforme documentação e requerimento apresentados em 08/03/2021, de acordo com os Termos dos Artigos 1º e 2º da Lei Complementar 137/2019 de 28/05/2019.

Art. 3º **-** A Servidora será enquadrada no cargo de Técnico em Enfermagem na mesma classe que estava no cargo original.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 08 dias do mês de março de 2021.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 071/2021

PORTARIA Nº 071/2021

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 do dia 15/12/2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1.º - Exonerar, a pedido, a partir de 10/03/2021 a Senhora **STEFANY SANTOS DE MORAES**, brasileira, solteira, portadora do RG nº 2260126-0 SSP/MT e CPF. 051.117.561-24**,**do cargo de provimento efetivo de **MONITOR DE CRECHE "CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL" – CLASSE A.**

Art. 2º -Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria n º 087/2020 de 09/03/2020.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 10 dias do mês março de 2021.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 072/2021

Portaria Nº 072/2021

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere;

Considerando que a servidora abaixo referenciada, solicitou sua exoneração junto ao Departamento de Recursos Humanos, a partir daquela data de 05/03/2015;

Considerando ainda que a mesma foi exonerada, porém a administração não baixou e nem publicou nenhum ato administrativo que comprovasse a veracidade do fato.

Resolve:

Art. 1º Exonerar a pedido, a servidora Sra. **EDITHE DE ASSUNÇÃO RAMOS**, do cargo Recepcionista, que se encontrava lotado na Secretaria Municipal de Saúde, na data de 05/03/2015, para fins de regularização.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de **05 de março de 2015**, revogadas as disposições em contrario.

Registra-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Lacerda/MT, 12 de março de 2.021.

Uilson José da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 010/2021

DECRETO MUNICIPAL Nº 010/2021

EMENTA:DISPÕE SOBRE LUTO OFICIAL E PONTO FACULTATIVO NO DIA 12/03/2021 NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA - MT EM DECORRÊNCIA DO FALECIMENTO DO SR. DIAMANTINO DADALT E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO,prefeito de Nova Marilândia, no uso de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito público, a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o falecimento do Sr. **DIAMANTINO DADALT**ocorrido no dia 12 |(doze) de março de 2021;

CONSIDERANDO o alto grau de amizade que o homenageado constituiu em vida com pessoas dos mais diversos segmentos da sociedade;

CONSIDERANDO a comoção geral da comunidade e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda deste ilustre cidadão exemplar, de conduta íntegra e respeitável;

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público render justas homenagens àqueles que com o seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação, contribuíram para o bem-estar da coletividade,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado **LUTO OFICIAL** em toda a circunscrição municipal o dia12 /03/2021 em homenagem póstuma ao Sr. **DIAMANTINO DADALT;**

Art.2º. Fica considerado ponto facultativo aos servidores públicos o dia 12/03/2021 a partir da 11:00 horas, exceto para os serviços essenciais como coleta de lixo, limpeza pública, Saúde pública, e outros que não admitem paralisação, sendo que as horas não laboradas serão compensadas posteriormente.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Edifício da prefeitura municipal de Nova Marilândia, aos 12 (doze) dias de março de 2021 (dois mil e vinte e um).

_____

_____

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 020/2020.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE ARQUIBANCADA, MURO, CALÇADAS E PAISAGISMOS NO GINASIO MUNICIPAL DE NOVA MARINGA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS

TOMADA DE PREÇOS 005/2020.

Por este instrumento de Aditivo e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464.831/0001-24, representado neste ato pela Prefeita Municipal **ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE**, brasileira, viúva , portadora do CPF: 378.869.831-49 e RG n.º 1400970 SSP-PR, natural de Amoreira/PR, residente e domiciliado no município de Nova Maringá/MT, tendo em vista o disposto no artigo 61, da Lei nº. 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, em sequência denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **ART COLOR TINTAS E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº. 19.409.914/0001-39 estabelecida na cidade de Nova Olimpia, bairro Santa Rosa, Rua Tancredo de A. Neves, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo seu representante legal, engenheiro, Sr**. VICTOR ALFREDO PEDERIVA JUNIOR** inscrito no CPF sob o nº. 049.045.801-76, daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em comum acordo resolvem celebrar o presente **ADITIVO** ao CONTRATO Nº 020/2020, nos termos da Tomada de Preços 005/2020, devidamente homologado em 14/12/2020, regido pelas seguintes cláusulas e nos termos da Lei Federal n. º 8.666 e suas alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

01.1. Fica prorrogado por mais 45 (quarenta e cinco) dias o contrato nº. 020/2020 celebrado entre as partes supra discriminadas, a contar do primeiro dia após o termino do prazo original, ou seja, com início a partir do dia 15 de março de 2021 e término em 28 de abril de 2021. **01.2.** A prorrogação do prazo de vigência do referido Contrato n. º 020/2020, tem sua fundamentação legal no artigo 57, §1° VI, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

02.1. A fiscalização do objeto deste contrato continuará sendo efetuado pelo fiscal **GRACILIANO NOBRE DE ALMEIDA**, designado pela administração deste Município, cabendo o acompanhamento do cumprimento das obrigações geral da **CONTRATADA** e fazendo cumprir as determinações legais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

03.1. As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas**.**

Nova Maringá – MT, 12 de Março de 2021.

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT ART COLOR TINTAS E SERVIÇOS

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE CNPJ: 26.884.260/0001-60

Contratada Contratante

_____

GRACILIANO NOBRE DE ALMEIDA

CPF: 049.565.904.58

Fiscal de Contrato

TESTEMUNHAS:

_____ _____-

_____

a) VANDA DA SILVA b) PAULO DA SILVA PEREIRA

CPF: 622.550.611-04 CPF: 701.332.801-44

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITACAO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2021

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 619/2021

OBJETO: *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA CONTÁBIL EM CONTRATOS E SERVIÇOS NO EXERCÍCIO DE 2019 E 2020, REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT.*

A Pregoeira Oficial do Município de Nova Monte Verde-MT, nomeado através do Decreto nº. 019/2021 de 07 de Janeiro de 2021, torna público aos interessados que conforme Edital de Licitação de Pregão Presencial nº. 07/2021 sagrou-se vencedora do Certame Licitatório realizado no dia 09 de Março de 2021, às 08:00 horas a seguinte:

EMPRESA: Ø **CLEBIO GERALDO GUIMARÃES GAIA ME, CNPJ: 41.898.073/0001-20**, para um Valor Total de R$ 60.000,00(sessenta mil reais); Compromissos estes assumidos para os serviços a serem fornecidos, visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Nova Monte Verde-MT, 12 de Março de 2021.

POLIANA ALVES DEON

Pregoeira

Decreto 019/2021

Publique-se.

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 017/2021.

Data: 12/03/2021.

Dispõe sobre a transferência da Sessão Ordinária da Câmara Municipal do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso.

EDER FERNANDES DA SILVA, VEREADOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO, **no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:**

CONSIDERANDO o pedido de urgência para a discussão e votação dos Projetos de Leis e que merecem ser analisados pelos Vereadores;

CONSIDERANDO que há necessidade de conceder tempo para a análise dos projetos;

CONSIDERANDO ainda a necessidade de Parecer Jurídico no âmbito da Câmara Municipal para as matérias em questão;

CONSIDERANDO que a alteração da data anteriormente programada, não traz prejuízos à Administração Pública, tampouco, atrapalha as ações do Executivo:

RESOLVE:

Artigo 1º - Transferir a Sessão Ordinária do 15 de março de 2021, para a quarta-feira dia 17 de março de 2021, no horário das 09:00 horas.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Monte Verde - MT, em 12 de março de 2021.

EDER FERNANDES DA SILVA

Vereador Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2021
REGISTRO DE PREÇOS

'' PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME – EPP "

LEI FEDERAL COMPLEMENTAR Nº 147/2014 -

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2015 – TCE/MT

A Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público ***Registro de Preços para futura e eventual aquisição de diversos materiais elétricos*****, conforme especificações do edital e anexos,** na modalidade **Pregão Presencial n°012/2021**, no dia **25/03/2021 às 08h30min** (**Horário de Brasília**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Nova Nazaré/MT - podendo ser retirado pessoalmente, **por telefone (66) – 3467.1019, no horário das 07h00min às 13h00min, através do e-mail licitacaonovanazare@hotmail.com ou no endereço eletrônico www.novanazare.mt.gov.br.**

Nova Nazaré-MT, 12 de março de 2021.

ENOQUE DE SOUSA LIMA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO RETIFICA-SE O EXTRATO DA ATA DE ABERTURA E RESULTADO DA SESSÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2021/PMNO

CHAMADA PUBLICA DA AGRICULTURA FAMILIAR Nº 001/2021/PMNO

PUBLICADOS NOS SEGUINTES JORNAIS:

JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO, EDIÇÃO 3.664, PAGINA 562. DIARIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DIARIO OFICIAL DA UNIAO PAGINA 154 seção 3 dia 11/03/2021.

ONDE SE LE:

NOME AGRICULTOR: EDGAR REINOLDO ROHLING CPF: 713.617.741-34.

VALOR GLOBAL: R$: 19.922,00.

NOME AGRICULTOR: ARVITOR AMARO MEDEIROS CPF: 664.872.180-49.

VALOR GLOBAL: R$ 16.520,00.

NOME AGRICULTOR: CLAUDIA MOREIRA ALVES CPF: 020.742.551-52.

VALOR GLOBAL: R$ 19.681,00.

LEIA-SE:

NOME AGRICULTOR: EDGAR REINOLDO ROHLING CPF: 713.617.741-34.

VALOR GLOBAL: R$: 19.922,30.

NOME AGRICULTOR: ARVITOR AMARO MEDEIROS CPF: 664.872.180-49.

VALOR GLOBAL: R$ 19.520,00.

NOME AGRICULTOR: CLAUDIA MOREIRA ALVES CPF: 020.742.551-52.

VALOR GLOBAL: R$ 19.607,00.

Nova Olímpia-MT, 12 de março de 2020.

Givaldo Valério dos santos filho

Presidente da CPL

Port. 93/2021

CONTABILIDADE
BALANCO GERAL 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA - 2020
MATO GROSSO

Exercício: 2020
Página.: 1 de 4

Periodo de 31/12/2020

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Exercício 2020

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes (I)	**51.031.497,39**	**58.566.843,83**	**60.601.516,43**	**2.034.672,60**
Receita Tributária	6.756.427,28	6.756.427,28	6.248.999,73	(507.427,55)
Receita De Contribuições	396.842,06	396.842,06	193.551,05	(203.291,01)
Receita Patrimonial	139.110,85	139.110,85	48.146,98	(90.963,87)
Receita Agrupecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita De Serviços	1.871.650,47	1.871.650,47	2.035.050,68	163.400,21
Transferência Correntes	41.811.858,89	49.347.205,33	51.130.645,14	1.783.439,81
Outras Receitas Correntes	55.607,84	55.607,84	945.122,85	889.515,01
Receitas De Capital (II)	**4.955.402,61**	**9.910.746,50**	**3.545.537,55**	**(6.365.208,95)**
Operação De Crédito	0,00	4.955.343,89	53.295,00	(4.902.048,89)
Alienação De Bens	0,00	0,00	73.300,00	73.300,00
Amortizações De Emprestimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências De Capital	4.955.402,61	4.955.402,61	3.418.942,55	(1.536.460,06)
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	**55.986.900,00**	**68.477.590,33**	**64.147.053,98**	**(4.330.536,35)**
Operações de Crédito / Refinanciamento (V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINAMENTO (VI) = (IV + V)	**55.986.900,00**	**68.477.590,33**	**64.147.053,98**	**(4.330.536,35)**
Déficit (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	**55.986.900,00**	**68.477.590,33**	**64.147.053,98**	**(4.330.536,35)**
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados Para Créditos Adicionais)	0,00	732.525,41	732.333,14	192,27
Superávit Financeiro	0,00	732.525,41	732.333,14	192,27
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA - 2020
MATO GROSSO

Periodo de 31/12/2020

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Exercício 2020

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despestas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo (j) = (f-g)
Despesas Correntes (IX)	**45.823.996,93**	**53.982.163,03**	**51.677.596,34**	**49.942.084,27**	**49.599.436,14**	**2.304.566,69**
Pessoal e Encargos Sociais	25.383.765,71	29.629.274,80	29.204.493,01	29.204.493,01	28.974.252,15	424.781,79
Juros e Encargos da Dívida	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Outras Despesas Correntes	20.439.231,22	24.351.888,23	22.473.103,33	20.737.591,26	20.625.183,99	1.878.784,90
Despesas de Capital (X)	**7.202.139,68**	**12.736.738,83**	**6.682.736,23**	**5.126.415,22**	**4.968.013,18**	**6.054.002,60**
Investimentos	7.198.139,68	12.732.738,83	6.682.736,23	5.126.415,22	4.968.013,18	6.050.002,60
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Reserva de Contingência (XI)	**469.549,52**	**0,01**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,01**
Reserva do RPPS (XII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	**53.495.686,13**	**66.718.901,87**	**58.360.332,57**	**55.068.499,49**	**54.567.449,32**	**8.358.569,30**
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XIV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	**53.495.686,13**	**66.718.901,87**	**58.360.332,57**	**55.068.499,49**	**54.567.449,32**	**8.358.569,30**
Superávit (XVI)	**2.491.213,87**	**(10.732.001,87)**	**(6.703.968,92)**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	**55.986.900,00**	**55.986.900,00**	**51.656.363,65**	**55.068.499,49**	**54.567.449,32**	**8.358.569,30**

José Elpidio de Moraes Cavalcante
Prefeito

LUIZ RODRIGO DA SILVA BERNARDI
Contador
CRC-MT 009217/O-2

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA - 2020
MATO GROSSO

Exercício: 2020
Página.: 3 de 4

Periodo de 31/12/2020

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS **Exercício 2020**

	Inscritos					
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dez. Exerc.Anterior (b)	Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
Despesas Correntes	**280.942,65**	**613.722,79**	**347.767,68**	**347.837,43**	**0,00**	**546.828,01**
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Divida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	280.942,65	613.722,79	347.767,68	347.837,43	0,00	546.828,01
Despesas de Capital	**382.043,71**	**625.306,34**	**291.060,44**	**291.060,44**	**179.809,52**	**536.480,09**
Investimentos	382.043,71	625.306,34	291.060,44	291.060,44	179.809,52	536.480,09
Inversoes Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizacao da Divida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**662.986,36**	**1.239.029,13**	**638.828,12**	**638.897,87**	**179.809,52**	**1.083.308,10**

José Elpidio de Moraes Cavalcante
Prefeito

LUIZ RODRIGO DA SILVA BERNARDI
Contador
CRC-MT 009217/O-2

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA - 2020
MATO GROSSO

Exercício: 2020
Página.: 4 de 4

Periodo de 31/12/2020

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS **Exercício 2020**

	Inscritos				
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dez. Exerc.Anterior (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a+b-c-d)
Despesas Correntes	**39.301,13**	**R$ 623.348,93**	**622.578,78**	**0,00**	**40.071,28**
Pessoal e Encargos Sociais	18.470,67	R$ 240.761,12	240.000,92	0,00	19.230,87
Juros e Encargos da Divida	0,00	R$ 0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	20.830,46	R$ 382.587,81	382.577,86	0,00	20.840,41
Despesas de Capital	**39.807,89**	**R$ 3.950,00**	**3.950,00**	**0,00**	**39.807,89**
Investimentos	39.807,89	R$ 3.950,00	3.950,00	0,00	39.807,89
Inversoes Financeiras	0,00	R$ 0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizacao da Divida	0,00	R$ 0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**79.109,02**	**R$ 627.298,93**	**626.528,78**	**0,00**	**79.879,17**

José Elpidio de Moraes Cavalcante
Prefeito

LUIZ RODRIGO DA SILVA BERNARDI
Contador
CRC-MT 009217/O-2

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA - 2020
MATO GROSSO

Data.: 08/03/2021
Hora.: 13:48:33
Página.: 1 de 2

Periodo de 31/12/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA - 2020
BALANÇO FINANCEIRO

EXERCÍCIO: 2020

INGRESSOS

	Nota	Exercicio Atual	Mês Anterior
Receita Orçamentária (I)		**64.147.053,98**	**57.020.842,56**
Ordinária		25.645.461,51	22.818.371,47
Vinculada		38.501.592,47	34.202.471,09
Recursos Vinculados à Educação		17.140.229,10	15.152.918,29
Recursos Vinculados à Saúde		16.295.625,61	14.333.080,20
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Seguridade Social		704.577,66	618.976,14
Outras Destinações de Recursos		4.361.160,10	4.097.496,46
Transferências Financeiras Recebidas (II)		**8.500,00**	**0,00**
Transferências Recebidas para a Execução Orcamentária		8.500,00	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RGPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		**12.907.911,24**	**12.081.196,69**
Inscrição de Restos à Pagar não Processados		1.239.029,13	1.239.029,13
Inscrição de Restos à Pagar Processados		627.298,93	627.298,93
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		9.175.255,12	0,00
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (IV)		**6.067.830,30**	**6.067.830,30**
Caixa e Equivalentes de Caixa		6.067.830,30	6.067.830,30
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		**83.131.295,52**	**81.237.699,85**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA - 2020
MATO GROSSO

Data.: 08/03/2021
Hora.: 13:48:33
Página.: 2 de 2

Periodo de 31/12/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA - 2020
BALANÇO FINANCEIRO

EXERCÍCIO: 2020

DISPÊNDIOS

	Nota	Exercicio Atual	Mês Anterior
Despesa Orcamentaria (VI)		**58.360.332,57**	**58.732.224,58**
Ordinaria		21.055.785,73	19.800.658,10
Vinculada		37.304.546,84	34.887.048,09
Recursos Destinados a Educacao		15.421.020,67	14.333.658,61
Recursos Destinados a Saude		16.218.711,63	14.931.176,72
Recursos Destinados a Previdencia Social RPPS		0,00	0,00
Recursos Destinados a Previdencia Social RGPS		0,00	0,00
Recursos Destinados a Seguridade Social		717.406,20	700.762,15
Outras Destinacoes de Recursos		4.947.408,34	4.921.450,61
Transferencias Financeiras Concedidas (VII)		**2.491.213,87**	**2.283.612,65**
Transferencias Concedidas para a Execucoes Orcametaria		2.491.213,87	2.283.612,65
Transferencias Concedidas Independentes de Execucoes Orcamentaria		0,00	0,00
Transferencias Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferencias Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorcamentarios (VIII)		**10.339.366,56**	**9.491.736,84**
Pagamentos de Restos a Pagar Nao Processados		638.897,87	638.897,87
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		626.528,78	626.528,78
Depositos Restituiveis e Valores Vinculados		9.073.939,91	8.226.310,19
Outros Pagamentos Extraorcamentarios		0,00	0,00
Saldo para o Exercicio Seguinte (IX)		**12.000.679,40**	**10.730.125,78**
Caixa e Equivalentes de Caixa		12.000.679,40	10.730.125,78
Depositos Restituiveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		**83.191.592,40**	**81.237.699,85**

Nova Olimpia-MT, 31 de dezembro de 2020.

José Elpidio de Moraes Cavalcante
Prefeito

LUIZ RODRIGO DA SILVA BERNARDI
Contador
CRC-MT 009217/O-2

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA - 2020

Exercício: 2020
Data.: 08/03/2021
Páginas.: 1 de 6

Periodo de 31/12/2020

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício: 2020

	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO		
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	12.000.679,40	10.730.125,78
Creditos a curto prazo	5.026.648,93	5.026.145,13
Investimentos e aplicacoes temporarias a curto prazo	0,00	0,00
Estoques	582.333,74	5.700.778,89
Variaveis patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00	0,00
Total do Ativo Circulante	16.444.994,59	21.457.049,80
Ativo Não Circulante		
Realizavel a longo prazo	1.629.368,74	531.612,49
Creditos a longo prazo	1.629.368,74	531.612,49
Investimentos Temporários a Longo Prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
Variaveis patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00	0,00
Investimentos	382.216,94	382.216,94
Imobilizado	23.003.811,12	22.661.045,90
Intangivel	0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante	25.015.396,80	23.574.875,33
TOTAL DO ATIVO	**41.460.391,39**	**45.031.925,13**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA - 2020

Exercício: 2020
Data.: 08/03/2021
Páginas.: 2 de 6

Periodo de 31/12/2020

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício: 2020

	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo Circulante		
Obrigacoes trabalhistas, previdenciarias e assistenciais a pagar a	249.191,23	241.430,96
Emprestimos e financiamentos a curto prazo	53.295,00	53.295,00
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	277.607,18	331.547,99
Obrigacoes fiscais a curto prazo	53.877,43	10.000,00
Obrigacoes de reparticao a outros entes	0,00	0,00
Provisoes a curto prazo	0,00	0,00
Demais obrigacoes a curto prazo	693.197,92	753.026,18
Total do Passivo Circulante	1.327.168,76	1.389.300,13
Passivo Não Circulante		
Obrigacoes trabalhistas, previdenciarias e assistenciais a pagar a	0,00	0,00
Emprestimos e financiamentos a longo prazo	0,00	0,00
Fornecedores a longo prazo	0,00	0,00
Obrigacoes fiscais a longo prazo	0,00	0,00
Provisoes a longo prazo	0,00	0,00
Demais obrigacoes a longo prazo	0,00	0,00
Resultado diferido	0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante	0,00	0,00
Patrimônio Líquido		
Patrimonio social e capital social	0,00	0,00
Adiantamento para futuro aumento de capital	0,00	0,00
Reservas de capital	0,00	0,00
Ajustes de avaliacao patrimonial	0,00	0,00
Reservas de lucros	0,00	0,00
Demais reservas	0,00	0,00
Resultados acumulados	40.133.222,63	43.642.625,00
(-) Acoes / cotas em tesouraria	0,00	0,00
Total do Patrimônio Líquido	40.133.222,63	43.642.625,00
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**41.460.391,39**	**45.031.925,13**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA - 2020

Exercício: 2020
Data.: 08/03/2021
Páginas.: 3 de 6

Periodo de 31/12/2020

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES – LEI N.º 4.320/64

Exercício: 2020

	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)		
Ativo Financeiro	12.000.679,40	10.730.125,78
Ativo Permanente	29.459.711,99	34.301.799,35
Total do Ativo	41.460.391,39	45.031.925,13
PASSIVO (II)		
Passivo Financeiro	5.580.192,18	7.743.931,90
Passivo Permanente	56.462,76	53.295,00
Total do Passivo	5.636.654,94	7.797.226,90
Saldo Patrimonial (I-II)	**35.823.736,45**	**37.234.698,23**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA - 2020

Exercício: 2020
Data.: 08/03/2021
Páginas.: 4 de 6

Periodo de 31/12/2020

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO – LEI N.º 4.320/64

Exercício: 2020

	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Garantias e Contra Garantias Recebidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres	0,00	0,00
Direitos Contratuais	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
Garantias e Contra Garantias Concedidas	0,00	0,00
Obrigacoes Conveniadas e Outros Instrumentos Congeneres	0,00	0,00
Obrigacoes Contratuais	382.216,94	0,00
Outros Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos	382.216,94	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA - 2020

Exercício: 2020
Data.: 08/03/2021
Páginas.: 5 de 6

Periodo de 31/12/2020

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

Exercício: 2020

	FONTES DE RECURSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
0100000000	Recursos Ordinários e Discricionários	1.921.399,74	414.315,51
0100038000	Recursos Ordinários e Discricionários	835,83	835,83
0100077000	Transf. Enfrentamento ao Coronavirus LC 173 27/5/2020 ART. 5,II	25.785,78	27.767,42
0100080000	Transf. Apoio finacneiro aos municipios MP 938 2/4/2020	34.649,56	35.273,96
0101000000	Recursos de Impostos p/ MDEB - Educação 25%	1.175.876,01	955.556,87
0101077000	COVID 19 LC 173/27/5/2020	0,00	(216,85)
0102000000	Recursos de Impostos p/ ASPS - Saude 15%	121.600,83	(224.013,93)
0102077000	COVID 19 LC 173/27/5/2020	0,00	(121,71)
0114000000	Recursos de Transf. do SUS	0,00	(4.099,74)
0114008000	Recursos fundo a fundo da união p/ manutenção da Atenção Básica	0,00	0,00
0114011000	Recursos fundo a fundo da união p/ manutenção da saúde bucal	0,00	(10.000,00)
0114012000	Recursos fundo a fundo da união p/ manutenção dos ACS s	0,00	0,00
0114017000	Recursos fundo a fundo da união p/ atendimentos de MAC	0,00	0,00
0115000000	Transf. do FNDE	19.517,89	(58.443,25)
0115049000	Recursos de contribuição p/ manutenção do Ensino (MDE)	0,00	0,00
0115051000	Recursos FNDE p/ alimentação escolar	(1.200,00)	(1.200,00)
0115052000	Recursos FNDE p/ Transporte escolar	1.200,02	1.200,02
0117000000	Recursos da COSIP p/ custeio da Iluminação Pública	2.251,78	(72.777,00)
0118000000	Rec Fundeb 60% p/ remuneração dos profissionais do magistério	151.487,56	322.852,96
0119000000	Rec Fundeb 40% p/ outras despesas de MDEB	15.368,01	(175.629,04)
0121000000	Transferencia de Convenios Assistencia Social	16.484,69	16.484,69
0122000000	Transferencias de Convenios - Educação	287.034,64	173.536,44
0122054000	Recursos de convênios da união p/ investimentos em Educação	0,00	0,00
0122055000	Recursos de convênios do estado p/ investimentos em Educação	0,00	0,00
0123000000	Transferencia de Convenios - Saúde	407.949,56	102.912,85
0124000000	Transferencia de Convenios - Outros	(63.083,88)	(495.086,27)
0124054000	Recursos de convênios da união p/ investimentos nas demais áreas dc	(17.039,01)	(17.039,01)
0124055000	Recursos de convênios do estado p/ investimentos nas demais áreas d	(14.241,14)	(14.241,14)
0126076000	Transf. Enfrentamento ao Coronavirus LC 173 27/5/2020 ART. 5,I	202.729,68	202.706,84
0127076000	Transf. Enfrentamento ao Coronavirus LC 173 27/5/2020 ART. 5,I	64.354,28	75.516,10
0129000000	Recursos do FNAS	270.094,59	226.990,04
0129074000	COVID-19	40.226,01	40.226,01
0130000000	Recursos para ações de manutenção do transporte e habitação oriund	567.001,88	482.824,49
0137000000	Transferencia da união referente a cessao onerosa - Pre-Sal	0,00	0,00
0142000000	Transf. Recursos Saúde Estado	44.513,98	5.417,05
0143000000	Transf. Recuros FEAS	70.869,18	45.016,26
0146000000	Transf. Fundo a Fundo soa Recursos do SUS - Custeio	1.727,38	(268.655,35)
0146074000	ENFRENTAMENTO COVID 19	762.771,52	737.123,44
0147000000	Transf. Fundo a Fundo Recursos do SUS - Investimento	236.871,36	238.871,36
0147074000	COVID 19 INVESTIMENTO	3.475,00	0,00
0182078000	Lei Aldir Blanc (14.017/2020)	0,00	156.721,54
0190000000	Operação de credito interna	0,00	0,00
0300000000	Recursos do Tesouro Exercicio Anterior	3.809,43	3.809,43
0302000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	0,00	0,00
0315000000	RECURSOS TRANSF. FNDE EXERCICIO ANTERIROR	45.823,04	45.823,04
0321000000	Recursos da Assistencia Social	278,08	278,08
0322000000	Recursos de convênios da União	50.104,01	50.104,01
0323000000	Transferencias de convenios saude - exercicios anteriores	3.521,19	3.521,19
0323054000	Recursos de convênios da união p/ investimentos em saúde-exerc ant	(30.362,51)	(30.362,51)
0324054000	Rec de conv da união p/ investimentos nas demais áreas do governo-	(25.750,34)	(25.750,34)
0324055000	Rec de conv do estado p/ investimentos nas demais áreas do governo	(536,00)	(536,00)
0329000000	Recursos FNAS	3.730,48	3.730,48
0337000000	cessao onerosa - pres-sal - exercicio anterior	0,00	0,00
0342000000	Recursos de Saude SUS	19.357,11	19.357,11
0346000000	Transferencias Fundo a Fundo SUS	0,00	(4.407,00)
	Total das Fontes de Recursos	**6.420.487,22**	**2.986.193,88**

Nova Olimpia-MT, 31 de dezembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA - 2020

Exercício: 2020
Data.: 08/03/2021
Páginas.: 6 de 6

Periodo de 31/12/2020

José Elpidio de Moraes Cavalcante
Prefeito

LUIZ RODRIGO DA SILVA BERNARDI
Contador
CRC-MT 009217/O-2

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA - 2020

Exercício: 2020
Data.: 08/03/2021

Periodo de 31/12/2020

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS **Exercício: 2020**

QUADRO - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Nota	Exercício Atual	Mês Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		**6.729.356,44**	**5.472.694,67**
Impostos		6.223.624,87	5.006.289,81
Taxas		312.180,52	299.025,38
Contribuições de Melhoria		193.551,05	167.379,48
Contribuições		**0,00**	**0,00**
Contribuições Sociais		0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública		0,00	0,00
Contribuições de Interesse das Catégorias Profissionais		0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		**2.049.485,13**	**1.847.732,08**
Venda de Mercadorias		0,00	0,00
Venda de Produtos		0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços		2.049.485,13	1.847.732,08
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		**533.746,19**	**133.441,01**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora		500.033,66	101.420,77
Variações Monetárias e Cambiais		0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos		0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		33.712,53	32.020,24
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras		0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas		**60.641.415,35**	**53.651.396,44**
Transferências Intragovernamentais		8.500,00	0,00
Transferências Inter Governamentais		51.279.991,64	45.370.799,80
Transferências das Instituições Privadas		0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais		9.352.923,71	8.280.596,64
Transferências de Consórcios Públicos		0,00	0,00
Transferências do Exterior		0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada		0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas		0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas		0,00	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		**73.300,00**	**73.300,00**
Reavaliação de Ativos		0,00	0,00
Ganhos com Alienação		73.300,00	73.300,00
Ganhos com Incorporação de Ativos		0,00	0,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos		0,00	0,00
Reversão de Redução a Valor Recuperável		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		**974.100,22**	**887.211,54**
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações		0,00	0,00
Subvenções Econômicas		0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas		0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		974.100,22	887.211,54
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		71.001.403,33	62.065.775,74

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA - 2020

Exercício: 2020
Data.: 08/03/2021

Periodo de 31/12/2020

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA

Pessoal e Encargos	**29.204.493,01**	**26.290.867,11**
Remuneração a Pessoal	23.595.625,58	21.453.630,01
Encargos Patronais	3.680.153,56	3.376.026,73
Benefícios a Pessoal	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.928.713,87	1.461.210,37
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**0,00**	**0,00**
Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**20.785.526,73**	**12.281.626,03**
Uso de Material de Consumo	7.107.365,69	99.627,12
Serviços	13.678.161,04	12.181.998,91
Depreciação, Amortização e Exaustão	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**0,00**	**0,00**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Aportes ao Banco Central	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	**8.706.070,17**	**7.803.325,68**
Transferências Intragovernamentais	2.491.213,87	2.283.612,65
Transferências Inter Governamentais	6.083.327,66	5.399.145,11
Transferências a Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	131.528,64	120.567,92
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**7.831.627,32**	**7.812.649,95**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste Para Perdas	0,00	0,00
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	0,00	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	7.831.627,32	7.812.649,95
Tributárias	**641.470,54**	**535.689,04**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	641.470,54	535.689,04
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	**0,00**	**0,00**
Custo de Mercadorias Vendidas	0,00	0,00
Custo de Produtos Vendidos	0,00	0,00
Custo de Serviços Prestados	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA - 2020

Exercício: 2020
Data.: 08/03/2021

Periodo de 31/12/2020

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**0,00**	**0,00**
Premiações	0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00
Vpd de Constituição de Provisões	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00	0,00
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	67.169.187,77	54.724.157,81
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I-II)	**3.832.215,56**	**7.341.617,93**

José Elpidio de Moraes Cavalcante
Prefeito

LUIZ RODRIGO DA SILVA BERNARDI
Contador
CRC-MT 009217/O-2

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCURSO DE PROJETOS-Nº. 001/2021/ PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 069/2021/PMNO

O município de Nova Olímpia **-** Mato Grosso,através da CPL devidamente instituída pela portaria 093/2021, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade CONCURSO DE PROJETOS **- Nº. 001/2021/PMNO,** para SELEÇÃO DE ENTIDADE DE DI-

REITO PRIVADO, SEM FINS LUCRATIVOS, QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIP, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N° 9.790/99, PARA CELEBRAR TERMO DE PARCERIA PARA GESTÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÕES DE AÇÕES E SERVIÇOS, EM ESTREITA COOPERAÇÃO COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, QUE ATENDAM O PROGRAMA SAÚDE FAMÍLIA – PSF, SAÚDE COLETIVA, ATENÇÃO BÁSICA, ESPECIALIDADES MÉDICAS, PRONTO ATENDIMENTO, ENTRE OUTRAS ÁREAS ADMINISTRATIVAS RELACIONADAS A ÁREA DA SAÚDE. A Abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 29 de abril de 2021**.As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site **www.novaolimpia.mt.gov.br**. As duvidas sobre o certame será dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida 259 S- Jardim Ouro Verde, no horário de 07:00 às 13: horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 12 de março de 2021.

Givaldo Valerio Dos Santos Filho

Presidente da CPL

Port. 093/2021

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO DA SESSAO TOMADA DE PREÇO N.º 004/2021/PMNO.

ORGAO: MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30.

DATA DO INICIO DA SESSAO: 15/02/2021 **DATA DO TERMINO DA SESSAO**: 25/02/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇAO DE LAMA ASFALTICA NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT.

LICITANTE VENCEDOR: SIMONE CRISTINA DA SILVA VIEIRA ELIRELI

VALOR GLOBAL: R$ 293.040,64 (duzentos e noventa e três mil quarenta reais e sessenta e quatro centavos).

Nova Olímpia/MT, 12 de março de 2021.

Givaldo Valério Dos Santos Filho

Presidente da CPL

Pot. 93/2021

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO DA SESSAO TOMADA DE PREÇO N.º 001/2021/PMNO.

ORGAO: MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30.

DATA DO INICIO DA SESSAO: 09/02/2021 **DATA DO TERMINO DA SESSAO**: 09/03/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA REFORMA DO CANTEIRO DA RODOVIA 358 LOCALIZADO AO LADO DA AV. OLACIR FRANCISCO DE MORAES NO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA-MT.

LICITANTE VENCEDOR: ART COLOR TINTAS E SERVÇOS LTDA-ME

VALOR GLOBAL: R$ 1.307.787,22 (um milhão trezentos e sete mil setecentos e oitenta e sete reais e vinte e dois centavos)

Nova Olímpia/MT, 12 de março de 2021.

Givaldo Valério Dos Santos Filho

Presidente da CPL

Pot. 93/2021

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO DA SESSAO DO PREGÃO PRESENCIAL- SRP N.º 010/2021/PMNO.

ORGAO: MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30.

DATA DO INICIO DA SESSAO: 11/03/2021 **DATA DO TERMINO DA SESSAO**: 11/03/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS, CARNES E AFINS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR E PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVA OLIMPIA/MT

LICITANTE VENCEDOR: IGUAÇU COMERCIO DE GÁS EIRELI inscrita no CNPJ: 12.835.034/0001-85 **VALOR GLOBAL:** R$ 480.421,45 (quatrocentos e oitenta mil quatrocentos e vinte um reais e quarenta e cinco centavos), C R DOS SANTOS ALIMENTOS COMERCIO DE ALIMENTOS ME- CNPJ-20.307.873/0001-59 **VALOR GLOBAL: R$** 199.544,90(cento e noventa e nove mil quinhentos e quarenta e quatro reais e noventa centavos)**,** 3 M7 COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI CNPJ – 13.553.837/0001-00 **VALOR GLOBAL: R$** 189.976,50(cento e oitenta e nove mil novecentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos)

Nova Olímpia/MT, 11 de março de 2021.

Eliete Silva

Port. 072/2020

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 01/2021-ZELADORA_CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 01/2021

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

CONTRATADA: ROSA FERNANDES MILDEBERG LIMA

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

O (a) **CONTRATADO (a)** prestará a **CONTRATANTE:** serviços na função de Zeladora, junto a Câmara Municipal de Nova Santa Helena, neste Município de Nova Santa Helena - MT.

CLÁUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO

A **CONTRATANTE** se compromete em pagar o (a) **CONTRATADO (a)** pelos serviços supra citados a importância de R$ 1.163,03 (mil, cento e sessenta e três reais e três centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subseqüente ao vencido e desconto conforme legislação.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá início em 02 de março de 2021 e término em 31 de dezembro de 2021, conforme Processo Seletivo Simplificado 002/2021 e Lei Autorizativa n° 409/2010.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 127/2021

Dispõe sobre a Concessão de Licença para Tratar de Interesses Particulares aos profissionais que menciona.

O Exmo. Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, Sr. Paulinho Bortolini, no uso de suas atribuições legais, e consideran-

do o que dispõe o artigo 106 e seus §, da Lei 061 de 25 de fevereiro de 2. 002.

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER Licença para Tratar de Interesse Particular pelo período de 02 (dois) anos, ao profissional da Secretaria Municipal Educação, Cultura, Desporto e Lazer, abaixo relacionado, a partir desta data.

I – Para ser gozada no período de 08/03/2021 até 08/03/2023.

01- TALITA BARIQUELO– MERENDEIRA.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 11 de março de 2021.

Paulinho Bortolini

- Prefeito Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 11/ 03/2021 à 11/04/2021.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 128/2021

Dispõe sobre a Concessão de Férias por Assiduidade aos profissionais que menciona.

O Exmo. Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, Srº PAULINHO BORTOLINI, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que dispõe a seção IX, *da Lei 061 de 25 de fevereiro de 2. 002.*

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER Férias aos Servidores abaixo mencionados, conforme períodos abaixo relacionados.

Servidor	Matricula	Período Aquisitivo de Ferias	Período de gozo de Férias	Data de retorno
Genésio Mariano de Souza	129	De: 10/02/2020 á 10/02/2021	De:02/032021 a 31/03/2021	Dia:01/ 04/2021
Jefferson Aparecido Sotini do Nascimento	539	De:02/02/2019 á 02/02/2020	De:01/04/2021 a 30/04/2021	Dia:01/ 05/2021

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 12 de março 2021.

PAULINHO BORTOLINI

- Prefeito Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 12/03/2021 a 12/04/2021.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 129/2021

O EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr. PAULINHO BORTOLINI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Transferir o servidor **GUSTAVO HENRIQUE TODENO GONÇALVES,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 2680911-7 SSP/MT e do CPF nº 703.687.551.85, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer para a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, a partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 12 de março de 2021.

PAULINHO BORTOLINI

- Prefeito Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 12/03/2021 a 12/04/2021.

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2021-CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2021

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

CONTRATADA: **VANESSA ARAUJO MINATTI 02046390180**

CNPJ n°: 23.416.206/0001- 00.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FOTOGRAFIA E FILMAGEM DE EVENTOS REALIZADOS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA – INCLUINDO DIVULGAÇÃO DOS TRABALHOS NO SITE OFICIAL, BEM COMO TRANSMISSÃO AO VIVO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS E DIVULGAÇÃO DOS CONTEÚDOS NAS REDES SOCIAIS.

VALOR: R$ 16.000 (dezesseis mil reais).

VIGÊNCIA: 09/03/2021 á 31/12/2021

Contratação através do procedimento Dispensa DE LICITAÇÃO nº 01/ 2021, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, conforme autorização da Autoridade Competente.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO INDIVIDUAL PROCESSO SELETIVO

Nova Santa Helena/MT. 12 de março de 2.021.

CONVOCAÇÃO

Prezada Senhora,

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Senhor Paulinho Bortolini, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2. 001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado 001/2021 de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos e cadastro reserva no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 31 de janeiro de 2.021, vem à presença de V. Senhor., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de ZELADORA, CONVOCÁ-LA a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra Processo Seletivo Simplificado 001/2021, munida dos seguintes documentos, sob pena de ser considerada desistente:

1. Documento de identidade - 1 (uma) cópia autenticada;

2. CPF - 1 (uma) cópia autenticada;

3. Título eleitoral 1 (uma) cópia autenticada;

4. Carteira de Trabalho e Previdência Social 1 (uma) cópia autenticada;

5. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) cópia autenticada (se candidato do sexo masculino);

6. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais.

7. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

8. Comprovante de endereço;

9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos, 1 (uma) cópia autenticada;

10. Certidão de nascimento ou casamento - 1 (uma) cópia autenticada;

11. Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) cópia autenticada;

12. CPF dos dependentes- 1 (uma) cópia autenticada;

13. Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos;

14. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

15. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

16. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

17. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

18. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

19. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

20. (uma) foto 3x4 recente;

21. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

22. Comprovar a Qualificação Cadastral junto ao sistema e-social do Governo Federal.

23. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse.

24. O(a) candidato(a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado(a) eliminado(a) do Concurso Público.

Após a posse, o(a) candidato(a) será lotado(a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

A Ilustríssima Senhora

ISABELA NUNES FERNANDES REVERSE RG Nº 1.880.245-1 SSP/MT

(66) 9.8425.3155. E-mail- isabelanunes.nsh@gmail.com

Nova Santa Helena – MT.

CIENTE: .....

EM_____/_____/_____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
LEI 976/2021

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CONSELHO DO FUNDEB, EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 212-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REGULAMENTADO NA FORMA DA LEI FEDERAL Nº 14.113, DE 25 DE DEZEMBRO DE 2020".

PAULINHO BORTOLINI, Prefeito do Município de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação no Município de Nova Santa Helena, MT – Conselho do FUNDEB, criado nos termos da Lei nº 221, de 02 de março de 2007, em conformidade com o artigo 212-A da Constituição Federal, regulamentado na forma da Lei Federal nº 14.113, 25 de dezembro de 2020, fica reestruturado de acordo com as disposições desta lei.

Art. 2º - O CACS-FUNDEB tem por finalidade proceder ao acompanhamento e ao controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo, com organização e ação independentes e em harmonia com os órgãos da Administração Pública Municipal, competindo-lhe:

I - elaborar parecer sobre as prestações de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 31 da Lei Federal nº 14.113, de 2020;

II - supervisionar o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, objetivando concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do Fundo;

III - acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar- PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos - PEJA;

IV- acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta dos programas nacionais do governo federal em andamento no Município;

V - receber e analisar as prestações de contas referentes aos programas referidos nos incisos III e IV do "caput" deste artigo, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhando-os ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

VI - examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;

VII - atualizar o regimento interno, observado o disposto nesta lei.

Art. 3º - O Conselho do FUNDEB poderá, sempre que julgar conveniente:

I - apresentar, ao Poder Legislativo e aos órgãos de controle interno e externo, manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, dando ampla transparência ao documento em sítio da internet;

II - convocar, por decisão da maioria de seus membros, o Secretário Municipal de Educação ou servidor equivalente para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e da execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a 30 (trinta) dias;

III - requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos, com prazo para fornecimento não superior a 20 (vinte) dias, referentes a:

a) licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e de serviços custeados com recursos do Fundo;

b) folhas de pagamento dos profissionais da educação, com a discriminação dos servidores em efetivo exercício na educação básica e a indicação do respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que se encontrarem vinculados;

c) convênios/parcerias com as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos;

d) outras informações necessárias ao desempenho de suas funções;

IV - realizar visitas para verificar, "in loco", entre outras questões pertinentes:

a) o desenvolvimento regular de obras e serviços realizados pelas instituições escolares com recursos do Fundo;

b) a adequação do serviço de transporte escolar;

c) a utilização, em benefício do sistema de ensino, de bens adquiridos com recursos do Fundo para esse fim.

Art. 4º - A fiscalização e o controle do cumprimento do disposto no art. 212-A da Constituição Federal e nesta lei, especialmente em relação à aplicação da totalidade dos recursos do Fundo, serão exercidos pelo Conselho do FUNDEB.

Art. 5º - O Conselho do FUNDEB deverá elaborar e apresentar ao Poder Executivo parecer referente à prestação de contas dos recursos do Fundo.

Parágrafo único. O parecer deve ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo de apresentação da prestação de contas pelo Poder Executivo ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 6º - O Conselho do FUNDEB será constituído por:

I - membros titulares, na seguinte conformidade:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo, sendo pelo menos 1 (um) deles da Secretaria Municipal de Educação;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública do Município;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas do Município;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas do Município;

e) 2 (dois) representantes dos pais/responsáveis de alunos da educação básica pública do Município;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública do Município, devendo 1 (um) deles ser indicado pela entidade de estudantes secundaristas;

g) 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação- CME;

h) 1 (um) representante do Conselho Tutelar, previsto na Lei Federal nº 8. 069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente-, indicado por seus pares;

i) 2 (dois) representantes de organizações da sociedade civil;

j) 1 (um) representante das escolas do campo.

II - membros suplentes: para cada membro titular, será nomeado um suplente, representante da mesma categoria ou segmento social com assento no Conselho, que substituirá o titular em seus impedimentos temporários, provisórios e em seus afastamentos definitivos, ocorridos antes do fim do mandato.

§ 1º Para fins da representação referida na alínea "i" do inciso I do "caput" deste artigo, as organizações da sociedade civil deverão atender as seguintes condições:

I - ser pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

II - desenvolver atividades direcionadas ao Município de Nova Santa Helena, MT;

III - estar em funcionamento há, no mínimo, 1 (um) ano da data de publicação do edital;

IV- desenvolver atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos;

V - não figurar como beneficiária de recursos fiscalizados pelo Conselho do FUNDEB ou como contratada pela Administração a título oneroso.

§ 2º Na hipótese de inexistência de estudantes emancipados, no caso da alínea "f" do inciso I do "caput" deste artigo, a representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do Conselho, com direito a voz.

Art. 7º - Ficam impedidos de integrar o Conselho do FUNDEB:

I - o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais, bem como seus cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - o tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou ao controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins desses profissionais, até o terceiro grau;

III - estudantes que não sejam emancipados;

IV - responsáveis por alunos ou representantes da sociedade civil que:

a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo;

b) prestem serviços terceirizados no âmbito do Poder Executivo.

Art. 8º - Os membros do Conselho do FUNDEB, observados os impedimentos previstos no artigo 7º desta lei, serão indicados na seguinte conformidade:

I - pelo Prefeito, quando se tratar de representantes do Poder Executivo;

II - pelo conjunto dos estabelecimentos das escolas, por meio de processo eletivo organizado para esse fim, no caso dos representantes dos estudantes e dos responsáveis por alunos;

III - pelas entidades sindicais da respectiva categoria, quando se tratar dos representantes de diretores de escola, professores e servidores administrativos;

IV - pela Secretaria Municipal de Educação, por meio de processo eletivo amplamente divulgado e observadas as condições previstas no §§ 1º e 2º do artigo 6º desta lei, quando se tratar de organizações da sociedade civil e, se necessário, do segmento de estudantes e seus responsáveis, diretores de escolas, professores e servidores administrativos, na ausência dos Conselhos e entidades sindicais citadas nos incisos anteriores;

Parágrafo único. As indicações dos conselheiros ocorrerão com antecedência de, no mínimo, 20 (vinte) dias do término do mandato dos conselheiros já designados.

Art. 9º - Compete ao Poder Executivo designar, por meio de portaria específica, os integrantes do Conselho do FUNDEB, em conformidade com as indicações referidas no artigo 8º desta lei.

Art. 10. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho do FUNDEB serão eleitos por seus pares em reunião do colegiado, nos termos previstos no seu regimento interno.

Parágrafo único. Ficam impedidos de ocupar as funções de Presidente e de Vice-Presidente qualquer representante do Poder Executivo no colegiado.

Art. 11. A atuação dos membros do CACS-FUNDEB:

I - não será remunerada;

II - será considerada atividade de relevante interesse social;

III - assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;

IV - será considerado dia de efetivo exercício dos representantes de professores, diretores e servidores das escolas públicas em atividade no Conselho;

V - veda, no caso dos conselheiros representantes de professores, diretores ou servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) a exoneração de ofício, demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b) o afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado;

VI - veda, no caso dos conselheiros representantes dos estudantes em atividade no Conselho, no curso do mandato, a atribuição de falta injustificada nas atividades escolares, sendo-lhes assegurados os direitos pedagógicos.

Art. 12. O primeiro mandato dos conselheiros do Conselho do FUNDEB, nomeados nos termos desta lei terá vigência até 31 de dezembro de 2022.

Parágrafo único. Caberá aos atuais membros do Conselho do FUNDEB exercer as funções de acompanhamento e controle previstas na legislação até a assunção dos novos membros do colegiado nomeados nos termos desta lei.

Art. 13. A partir de 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do Prefeito, o mandato dos membros do CACS-FUNDEB será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato.

Art. 14. As reuniões do Conselho do FUNDEB serão realizadas:

I - na periodicidade definida pelo regimento interno, respeitada a frequência mínima bimestral, ou por convocação de seu Presidente;

II - extraordinariamente, quando convocadas pelo Presidente ou mediante solicitação por escrito de no mínimo, 2/3 (dois terços) dos integrantes do colegiado.

§ 1º As reuniões serão realizadas em primeira convocação, com a maioria simples dos membros do Conselho do FUNDEB ou, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com os membros presentes.

§ 2º As deliberações serão aprovadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos em que o julgamento depender de desempate.

Art. 15. O sítio na internet contendo informações atualizadas sobre a composição e o funcionamento do Conselho do FUNDEB terá continuidade com a inclusão:

I - dos nomes dos conselheiros e das entidades ou segmentos que representam;

II - do correio eletrônico ou outro canal de contato direto com o Conselho;

III - das atas de reuniões;

IV - dos relatórios e pareceres;

V - outros documentos produzidos pelo Conselho.

Art. 16. Caberá ao Poder Executivo, com vistas à execução plena das competências do Conselho do FUNDEB, assegurar:

I - infraestrutura, condições materiais e equipamentos adequados e local para realização das reuniões;

II - profissional de apoio para secretariar, em especial, as reuniões do colegiado.

Art. 17. O regimento interno do CACS-FUNDEB deverá ser atualizado e aprovado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a posse dos conselheiros.

Art.18. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei Municipal nº 221, de 02 de março de 2007, e das disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso 11 de março de 2021.

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 028/2021.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA-MT,

Contratada: Larissa Aparecida Betelli

A **CONTRATADA** prestará ao **CONTRATANTE:** serviços na função de Agente Comunitário de Saúde, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, neste Município de Nova Santa Helena - MT.

CLÁUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO

O **CONTRATANTE** se compromete em pagar o (a) **CONTRATADO (a)** pelos serviços supra citados a importância de R$ 1.550,00 (mil, quinhentos e cinquenta reais) acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente ao vencido e desconto conforme legislação.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá início em 11 de Março de 2021 e término em 31 de dezembro de 2021, conforme Processo Seletivo Simplificado 001/2021 e Lei Autorizativa n° 409/2010.

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 02/2021-RECEPCIONISTA_CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 02/2021

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

CONTRATADA: ROSANE CLÉIA FELIPE

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

O (a) **CONTRATADO (a)** prestará a **CONTRATANTE:** serviços na função de Recepcionista, junto a Câmara Municipal de Nova Santa Helena, neste Município de Nova Santa Helena - MT.

CLÁUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO

A **CONTRATANTE** se compromete em pagar o (a) **CONTRATADO (a)** pelos serviços supra citados a importância de R$ 1.206,47 (mil duzentos e seis reais e quarenta e sete centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subseqüente ao vencido e desconto conforme legislação.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá início em 02 de março de 2021 e término em 31 de dezembro de 2021, conforme Processo Seletivo Simplificado 002/2021 e Lei Autorizativa n° 409/2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DO BALANÇO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020 - CONTAS DE GOVERNO

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Dezembro/2020 - CONSOLIDADO — Exercício: 2020

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c - b)
Receitas Correntes (I)	**62.854.200,00**	**69.763.347,16**	**77.108.038,78**	**7.344.691,62**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.673.000,00	9.858.612,52	11.520.890,39	1.662.277,87
Receita de Contribuições	5.330.000,00	5.330.000,00	5.278.345,05	-51.654,95
Receita Patrimonial	109.000,00	109.000,00	25.589,55	-83.410,45
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receita de Serviços	908.000,00	908.000,00	914.875,31	6.875,31
Transferências Correntes	47.302.000,00	53.025.534,64	59.034.241,29	6.008.706,65
Outras Receitas Correntes	532.200,00	532.200,00	334.097,19	-198.102,81
Receitas de Capital (II)	**1.400.000,00**	**6.451.519,48**	**5.681.279,52**	**-770.239,96**
Operações de Crédito		4.551.519,48	4.551.519,48	
Alienação de Bens			194.601,38	194.601,38
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital	1.400.000,00	1.900.000,00	935.158,66	-964.841,34
Outras Receitas de Capital				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**64.254.200,00**	**76.214.866,64**	**82.789.318,30**	**6.574.451,66**
Operações de Crédito/Refinanciamento (IV)				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**64.254.200,00**	**76.214.866,64**	**82.789.318,30**	**6.574.451,66**

Emissão: 08/03/2021 17:00:09 — Página 1
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Dezembro/2020 - CONSOLIDADO — Exercício: 2020

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c - b)
Déficit (VI)				
TOTAL (VII) = (V + VI)	**64.254.200,00**	**76.214.866,64**	**82.789.318,30**	**6.574.451,66**
Saldos de Exercícios Anteriores		**2.881.824,24**	**2.567.377,63**	
Recursos Arrecadados em Exercício Anteriores				
Superávit Financeiro		2.881.824,24	2.567.377,63	
Reabertura de Créditos Adicionais				

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Despesas Correntes (VIII)	**55.110.900,00**	**66.309.086,43**	**63.517.549,38**	**63.361.824,44**	**63.242.475,95**	**2.791.537,05**
Pessoal e Encargos Sociais	31.449.700,00	34.747.733,76	33.830.592,44	33.830.592,44	33.830.592,44	917.141,32
Juros e Encargos da Dívida	1.000,00	72.685,52	41.243,50	41.243,50	41.243,50	31.442,02
Outras Despesas Correntes	23.660.200,00	31.488.667,15	29.645.713,44	29.489.988,50	29.370.640,01	1.842.953,71
Despesas de Capital (IX)	**6.764.480,00**	**10.194.337,84**	**9.895.282,79**	**9.776.215,57**	**9.768.729,57**	**299.055,05**
Investimentos	6.364.480,00	9.808.537,84	9.509.532,79	9.390.465,57	9.382.979,57	299.005,05
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida	400.000,00	385.800,00	385.750,00	385.750,00	385.750,00	50,00
Reserva de Contingência (X)	**100.000,00**					
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	**61.975.380,00**	**76.503.424,27**	**73.412.832,17**	**73.138.040,01**	**73.011.205,52**	**3.090.592,10**

Emissão: 08/03/2021 17:00:09 — Página 2
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Dezembro/2020 - CONSOLIDADO — Exercício: 2020

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	**61.975.380,00**	**76.503.424,27**	**73.412.832,17**	**73.138.040,01**	**73.011.205,52**	**3.090.592,10**
Superávit (XIII)			9.376.486,13			
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	**61.975.380,00**	**76.503.424,27**	**82.789.318,30**	**73.138.040,01**	**73.011.205,52**	**3.090.592,10**
Reserva do RPPS	**2.278.820,00**	**2.278.820,00**				**2.278.820,00**

Emissão: 08/03/2021 17:00:09 — Página 3
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Dezembro/2020 - CONSOLIDADO — Exercício: 2020

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

	Inscritos					
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a + b - d - e)
Despesas Correntes	**91.012,40**	**448.606,51**	**429.028,20**	**428.770,35**	**39.922,31**	**70.926,25**
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	91.012,40	448.606,51	429.028,20	428.770,35	39.922,31	70.926,25
Despesas de Capital		**290.707,66**	**134.144,31**	**134.144,31**	**156.563,35**	
Investimentos		290.707,66	134.144,31	134.144,31	156.563,35	
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL	**91.012,40**	**739.314,17**	**563.172,51**	**562.914,66**	**196.485,66**	**70.926,25**

Emissão: 08/03/2021 17:00:09 — Página 4
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Dezembro/2020 - CONSOLIDADO — Exercício: 2020

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

	Inscritos				
	Em Exercícios Anteriores	**Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior**	**Pagos**	**Cancelados**	**Saldo a Pagar**
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b - c - d)
Despesas Correntes	**25.670,00**	**229.458,40**	**251.141,11**		**3.987,29**
Pessoal e Encargos Sociais		86.679,02	83.361,73		3.317,29
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes	25.670,00	142.779,38	167.779,38		670,00
Despesas de Capital					
Investimentos					
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
TOTAL	**25.670,00**	**229.458,40**	**251.141,11**		**3.987,29**

VALDENIR JOSE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ANTONIO RIBEIRO GUIMARAES
Contador

Emissão: 08/03/2021 17:00:09 — Página 5
Homologado

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Receitas Orçamentárias

Previsão Inicial

Demonstra os valores da previsão inicial das receitas conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Consolidado: R$ 64.254.200,00. Sendo R$ 0,00 referente a Câmara Municipal, R$ 5.254.200,00 referente a Previdência Municipal, mais R$ 59.000.000,00 referente a Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:

Corresponde ao valor de R$ 59.000.000,00 referente a Receita Prevista no exercício para a entidade, conforme consta na Lei 874/2019 – LOA 2020. Não houve legislação de Atualização Monetária que impactasse na previsão inicial.

Previsão Atualizada

Demonstra os valores da previsão atualizada em decorrência de alterações na previsão.

Consolidado: R$ 76.214.866,64. Sendo R$ 0,00 referente a Câmara Municipal, R$ 5.254.200,00 referente a Previdência Municipal, mais R$ 70.960.666,64 referente a Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:

Corresponde ao valor inicial de Receita Prevista mais/menos as alterações ocorridas na previsão em decorrência de créditos adicionais:

Item	Receita	Legislação
Previsão Inicial	59.000.000,00	Lei 874/2019.
(+) Créd. Excesso de Arrecadação	7.409.147,16	Leis 893, 895, 901, 905, 913, 920, 922, 925/2020.
(+) Créd. Operação de Crédito	4.551.519,48	Lei 892/2020.
(=) Previsão Atualizada	**70.960.666,64**	

Receitas Realizadas

Correspondem às receitas arrecadadas diretamente pelo órgão, ou por meio de outras instituições como, por exemplo, a rede bancária.

Consolidado: R$ 82.789.318,30. Sendo R$ 0,00 referente a Câmara Municipal, R$ 5.316.887,29 referente a Previdência Municipal, mais R$ 77.472.431,01 referente a Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:

A entidade apresentou um total de receita arrecadada de R$ 77.472.431,01, sendo R$ 6.511.764,37 superior à previsão atualizada e R$ 18.472.431,01 superior à previsão inicial, conforme Anexo 10 da Lei 4.320/64 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.

Receitas Intraorçamentárias

São receitas oriundas dentro da mesma esfera de governo, no caso, município.

R$ 3.420.608,47 referente a Contribuições ao RPPS oriundas da Prefeitura e Câmara conforme Anexo 2 da Lei 4.320/64.

Operações de Crédito/Refinanciamento

Correspondem ao recebimento de créditos oriundos de operações de crédito contratadas pelo município para fins de refinanciamento da dívida pública.

O município não possui contratações de operação de crédito para fins de refinanciamento de dívida pública.

Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)

Demonstra o valor dos recursos provenientes de superávit financeiro de exercícios anteriores que está sendo utilizado como fonte para abertura de créditos adicionais.

Consolidado: R$ 2.881.824,24. Sendo R$ 0,00 referente a Câmara Municipal, R$ 0,00 referente a Previdência Municipal, mais R$ 2.881.824,24 referente a Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:

A entidade apurou um superávit financeiro de exercício anterior de R$ 2.881.824,24, autorizado pela Lei 880/2020. Deste valor, foi utilizado pela entidade o valor de R$ 2.567.377,63 como créditos adicionais por Superávit Financeiro, conforme a seguir:

Código	Fonte de Recursos	Superávit Financeiro	Créditos Abertos
00	Recursos Ordinarios	510.673,51	334.897,80
01	Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Educacao	26.745,47	22.999,92
02	Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Saude	53.094,25	53.094,25
15	Transf. de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educacao - FNDE	175.399,47	174.632,63
16	Contribuicao de Intervencao do Dominio Economico - CIDE	8.987,58	-
17	Contribuicao para o Custeio dos Servicos de Iluminacao Publica - COSIP	35.963,64	16.624,37
18	Transf.s do FUNDEB - (ap. na remuneracao dos prof. do Magisterio em efetivo exercicio na Educacao Basica)	11.566,20	11.566,20
19	Transf.s do FUNDEB - (aplicacao em outras despesas da Educacao Basica)	9.520,81	9.520,81
22	Transf.s de Convenios ou Contratos de Repasse - Educacao	175.583,92	175.583,92
24	Outras Transf.s de Conv. ou Cont. de Repasse da Uniao (nao relacionados a educacao/saude/assistencia social)	81.216,68	81.216,68
29	Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Assistencia Social ¿ FNAS	317.852,22	313.612,64
30	Recursos provenientes do Fundo de Transporte e Habitacao ¿ FETHAB	8.206,86	8.206,86
37	Transf. da Uniao referente a Cessao Onerosa - Pre-Sal - Lei n. 13.885/2019	483.466,77	479.679,23
42	Transf. de Recursos do Sistema Unico de Saude ¿ SUS ¿ Estado	101.117,31	68.755,19
46	Transf.s Fundo a Fundo de Recursos do SUS G. Federal - Bloco de Custeio das Acoes e Servicos Publicos de Saude	542.959,74	488.575,32
47	Transf.s Fundo a Fundo de Recursos do SUS G. Federal - Bloco de Invest. na Rede de Servicos Publicos de Saude	171.058,00	160.000,00
92	Alienacao de Bens	168.411,81	168.411,81
	Total	**2.881.824,24**	**2.567.377,63**

Déficit Orçamentário

Representa o resultado negativo ao confrontar a Receita com a Despesa.

Déficit de Orçamento Inicial:
Não houve déficit de orçamento inicial.

Déficit de Orçamento Atualizado:
Não houve déficit de orçamento atualizado.

Déficit Orçamentário:
Não houve déficit orçamentário.

Despesas Orçamentárias

Dotação Inicial

Demonstra os valores dos créditos iniciais conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Consolidado: R$ 61.975.380,00. Sendo R$ 2.900.000,00 referente a Câmara Municipal, R$ 2.975.380,00 referente a Previdência Municipal, mais R$ 56.100.000,00 referente a Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:

Nota-se que o valor da dotação inicial de R$ 56.100.000,00 da entidade é inferior à sua receita de R$ 59.000.000,00. Essa diferença gera um superávit de R$ 2.900.000,00 que corresponde ao valor inicial destinado as despesas da Câmara do qual é subsidiado pelas receitas do município, através das transferências de duodécimo:

Item	**Receita**
Previsão Inicial	59.000.000,00
(-) Repasse Câmara Municipal	- 2.900.000,00
(=) Dotação inicial	**56.100.000,00**

Dotação Atualizada

Demonstra a dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício de referência deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos.

Consolidado: R$ 76.503.424,27. Sendo R$ 3.080.000,00 referente a Câmara Municipal, R$ 2.975.380,00 referente a Previdência Municipal, mais R$ 70.448.044,27 referente a Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:

O valor da dotação atualizada corresponde ao valor inicial mais/menos créditos adicionais ocorridos no exercício:

Item	**Despesa**
Dotação Inicial	**56.100.000,00**
(+) Crédito Especial (saldo)	8.144.786,34
(+) Suplementar (saldo)	6.203.257,93
(+) Extraorçamentário	
Total Dotação Atualizada	**70.448.044,27**

Não houve ocorrência de Reabertura de Créditos Especiais / Extraordinários oriundos do exercício anterior.

Despesas Empenhadas, Liquidadas e Pagas

Demonstra os valores das despesas, conforme o respectivo estágio da mesma:

- Empenhada: primeiro estágio, que ocorre na contratação de serviço, aquisição de material ou bem, que corresponde a reserva de dotação orçamentária para um fim específico;
  - Consolidado: R$ 73.412.832,17. Sendo R$ 3.047.432,83 referente a Câmara Municipal R$ 2.500.658,47 referente a Previdência Municipal, mais R$ 67.864.740,87 referente a Prefeitura.

- Liquidada: segundo estágio, que ocorre na comprovação da entrega do material ou serviço para a entidade e cria obrigação de pagamento;
  - Consolidado: R$ 73.138.040,01. Sendo R$ 3.047.432,83 referente a Câmara Municipal R$ 2.466.724,50 referente a Previdência Municipal, mais R$ 67.623.882,68 referente a Prefeitura.

- Paga: terceiro estágio que corresponde ao pagamento da despesa junto ao fornecedor;
  - Consolidado: R$ 73.011.205,52. Sendo R$ 3.047.432,83 referente a Câmara Municipal R$ 2.454.590,54 referente a Previdência Municipal, mais R$ 67.509.182,15 referente a Prefeitura.

Despesas Intraorçamentárias

Compreende valores de despesas relativas ao orçamento da mesma esfera de governo.

Foram contabilizadas as despesas intraorçamentárias a seguir, correspondente a Patronal paga ao RPPS bem como Aporte Financeiro realizado:

Despesa	Dot. Inicial	Dot. Atualizada	Empenhado	Liquidado	Pago
Despesas Correntes	2.637.600,00	3.380.293,05	3.290.903,12	3.290.903,12	3.290.903,12
Pessoal e Encargos Sociais (31.91)	2.637.600,00	3.380.293,05	3.290.903,12	3.290.903,12	3.290.903,12
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-

Superávit Orçamentário

Representa o resultado positivo ao confrontar a Receita Arrecadada com a Despesa Empenhada.

Consolidado: R$ 9.376.486,13. Sendo R$ -3.047.432,83 referente a Câmara Municipal, R$ 2.816.228,82 referente a Previdência Municipal, mais R$ 9.607.690,14 referente a Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:

Superávit de Orçamento Inicial:

Representa os valores da Receita que são destinados a outras entidades, através de repasses, neste caso sendo o repasse destinado ao Duodécimo da Câmara:

Item	Valor
Repasse Câmara Municipal	2.900.000,00

Superávit de Orçamento Atualizado:

A entidade apresenta superávit ao confrontar a Previsão Atualizada da Receita com a Dotação Atualizada da Despesa, uma vez que os valores de Créditos por Superávit Financeiro e o Saldo de Créditos Suplementares (Suplementação – Anulação) impactam somente na Despesa e não na Receita:

Item	Receita	Despesa
Previsão/Dotação Inicial	59.000.000,00	56.100.000,00
(+) Superavit		2.567.377,63
(+) Crédito Excesso de Arrecadação	7.409.147,16	7.409.147,16
(+) Operação de Crédito	4.551.519,48	4.551.519,48
(-) Créditos Suplementares por Anulação (saldo)		- 180.000,00
Previsão/Dotação Atualizada	**70.960.666,64**	**70.448.044,27**
Diferença		**512.622,37**
Diferença sem Superávit Financeiro		**3.080.000,00**

Nota-se que se não houvesse Crédito por Superávit Financeiro, o resultado seria Superávit Orçamentário de Previsão de Receita Atualizada no valor de R$ 3.080.000,00.

Superávit Orçamentário:

A entidade apresentou um total de despesa empenhada de R$ 67.864.740,87 sendo inferior a receita arrecadada de R$ 77.472.431,01 ocasionando um Superávit Orçamentário de R$ 9.607.690,14. Entretanto, caso não houvesse a inserção de Créditos por Superávit Financeiro, o resultado orçamentário seria mais de 12 milhões, conforme verifica-se abaixo:

Item	Receita
Receita Arrecadada	77.472.431,01
(-) Despesa Empenhada	67.864.740,87
(=) Resultado Orçamentário	**9.607.690,14**
(+) Desp. c/ Rec. Superávit Fin.	2.567.377,63
(=) Resultado s/ Superávit Fin.	**12.175.067,77**

Quadro de Restos a Pagar Não Processados

Em relação aos restos a pagar não processados liquidados a prefeitura transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados.

Inscritos em Exercícios Anteriores

Demonstra os valores de restos a pagar não processados (não liquidados) inscritos com referência anterior ao ano imediatamente inferior ao exercício corrente.

Consolidado: R$ 91.012,40. Sendo R$ 0,00 referente a Câmara Municipal, R$ 0,00 referente a Previdência Municipal, mais R$ 91.012,40 referente a Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:
Corresponde a R$ 91.012,40 de restos a pagar não processados oriundos de exercícios anteriores a 2019.

Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior

Demonstra os valores de restos a pagar processados (liquidados) inscritos referentes ao exercício anterior ao corrente.

Consolidado: R$ 739.314,17. Sendo R$ 290.277,66 referente a Câmara Municipal, R$ 1.898,22 referente a Previdência Municipal, mais R$ 447.138,29 referente a Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:
Corresponde a R$ 447.138,29 de restos a pagar não processados oriundos do exercício de 2019.

Liquidados

Demonstra os valores de restos a pagar não processados liquidados no exercício corrente.

Consolidado: R$ 563.172,51. Sendo R$ 133.714,31 referente a Câmara Municipal, R$ 1.898,22 referente a Previdência Municipal, mais R$ 427.559,98 referente a Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:
Corresponde a R$ 427.559,98 de restos a pagar não processados liquidados em 2020.

Pagos

Demonstra os valores de restos a pagar processados pagos no exercício corrente.

Consolidado: R$ 562.914,66. Sendo R$ 133.714,31 referente a Câmara Municipal, R$ 1.898,22 referente a Previdência Municipal, mais R$ 427.302,13 referente a Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:
Corresponde a R$ 427.302,13 de restos a pagar não processados pagos em 2020.

Cancelados

Demonstra os valores de restos a pagar processados cancelados no exercício corrente.

Consolidado: R$ 196.485,66. Sendo R$ 156.563,35 referente a Câmara Municipal, R$ 0,00 referente a Previdência Municipal, mais R$ 39.922,31 referente a Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:
Corresponde a R$ 39.922,31 de restos a pagar não processados cancelados em 2020.

Saldo

Demonstra os valores de restos a pagar não processados para o próximo exercício oriundos de exercícios anteriores.

Consolidado: R$ 70.926,25. Sendo R$ 0,00 referente a Câmara Municipal, R$ 0,00 referente a Previdência Municipal, mais R$ 70.926,25 referente a Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:
Corresponde a R$ 70.926,25 de restos a pagar não processados para o próximo exercício.

Quadro de Restos a Pagar Processados

Inscritos em Exercícios Anteriores

Demonstra os valores de restos a pagar processados (liquidados) inscritos com referência anterior ao ano imediatamente inferior ao exercício corrente.

Consolidado: R$ 25.670,00. Sendo R$ 0,00 referente a Câmara Municipal, R$ 0,00 referente a Previdência Municipal, mais R$ 25.670,00 referente a Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:
Corresponde a R$ 25.670,00 de restos a pagar não processados oriundos de exercícios anteriores a 2019.

Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior

Demonstra os valores de restos a pagar processados (liquidados) inscritos referentes ao exercício anterior ao corrente.

Consolidado: R$ 229.458,40. Sendo R$ 0,00 referente a Câmara Municipal, R$ 8.148,54 referente a Previdência Municipal, mais R$ 221.309,86 referente a Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:
Corresponde a R$ 221.309,86 de restos a pagar processados oriundos do exercício de 2019.

Pagos

Demonstra os valores de restos a pagar processados pagos no exercício corrente.

Consolidado: R$ 251.141,11. Sendo R$ 0,00 referente a Câmara Municipal, R$ 8.148,54 referente a Previdência Municipal, mais R$ 242.992,57 referente a Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:
Corresponde a R$ 242.992,57 de restos a pagar processados pagos em 2020.

Cancelados

Demonstra os valores de restos a pagar processados cancelados no exercício corrente.

Sem ocorrências.
Sem ocorrências de restos a pagar processados cancelados em 2020.

Saldo

Demonstra os valores de restos a pagar processados para o próximo exercício oriundos de exercícios anteriores.

Consolidado: R$ 3.987,29. Sendo R$ 0,00 referente a Câmara Municipal, R$ 0,00 referente a Previdência Municipal, mais R$ 3.987,29 referente a Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:
Corresponde ao saldo de R$ 3.987,29 para ser pago a partir de 2021.

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP - IPC 06)

BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro/2020 (CONSOLIDADO)

Exercício: 2020

INGRESSOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		**82.789.318,30**	**62.383.594,11**
Ordinária		**30.973.397,81**	**22.271.289,56**
Vinculada		**51.815.920,49**	**40.112.304,55**
Recursos Vinculados à Educação		19.896.512,82	18.514.876,83
Recursos Vinculados à Saúde		17.076.224,06	13.108.300,70
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS		5.316.887,29	3.905.603,08
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social		577.658,79	575.183,80
Outras Destinações de Recursos		8.948.637,53	4.008.340,14
Transferências Financeiras Recebidas (II)		**3.269.130,52**	**3.197.685,04**
Transferências Recebidas para Execução Orçamentária		3.269.130,52	3.197.685,04
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		**8.239.030,99**	**7.336.940,55**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		274.792,16	739.314,17
Inscrição de Restos a Pagar Processados		126.834,49	229.458,40
Depósitos Restituiveis e Valores Vinculados		5.879.948,54	4.865.422,77
Outros Recebimentos Extraorçamentários		1.957.455,80	1.502.745,21
Saldo do Exercício Anterior (IV)		**23.300.102,13**	**19.124.636,97**
Caixa e Equivalentes de Caixa		4.060.798,47	2.663.830,09
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		19.239.303,66	16.460.806,88
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		**117.597.581,94**	**92.042.856,67**

Emissão: 08/03/2021 16:25:32 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP - IPC 06)

BALANÇO FINANCEIRO
Dezembro/2020 (CONSOLIDADO)

Exercício: 2020

DISPÊNDIOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		**73.412.832,17**	**60.038.053,88**
Ordinária		**26.971.010,62**	**22.224.735,02**
Vinculada		**46.441.821,55**	**37.813.318,86**
Recursos Destinados à Educação		18.036.645,77	18.763.506,27
Recursos Destinados à Saúde		16.585.266,45	12.782.039,21
Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS		2.500.658,47	2.535.387,37
Recursos Destinados à Previdência Social - RGPS		0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social		672.682,70	322.220,50
Outras Destinações de Recursos		8.646.568,16	3.410.165,51
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		**3.269.130,52**	**3.197.685,04**
Transferências Concedidas para Execução Orçamentária		3.269.130,52	3.197.685,04
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		**7.429.823,09**	**5.507.029,44**
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		563.172,51	465.831,16
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		251.141,11	46.883,59
Depósitos Restituiveis e Valores Vinculados		5.968.771,58	4.899.057,74
Outros Pagamentos Extraorçamentários		646.737,89	95.256,95
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		**33.485.796,16**	**23.300.088,31**
Caixa e Equivalentes de Caixa		10.121.923,94	4.060.798,47
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		23.363.872,22	19.239.289,84
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		**117.597.581,94**	**92.042.856,67**

*Nota Explicativa:

VALDENIR JOSE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ANTONIO RIBEIRO GUIMARAES
Contador

Emissão: 08/03/2021 16:25:32

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP - IPC 06)

BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro/2020 (CONSOLIDADO)

Exercício: 2020

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual			Exercício Anterior		
	Receita Orçamentária (a)	Dedução da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Dedução da Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
Ordinária	**31.586.194,33**	**612.796,52**	**30.973.397,81**	**22.456.470,60**	**185.181,04**	**22.271.289,56**
Vinculada	**59.964.761,18**	**8.148.840,69**	**51.815.920,49**	**47.118.083,53**	**7.005.778,98**	**40.112.304,55**
Recursos Vinculados à Educação	27.955.172,15	8.058.659,33	19.896.512,82	25.494.548,04	6.979.671,21	18.514.876,83
Recursos Vinculados à Saúde	17.166.405,42	90.181,36	17.076.224,06	13.134.408,47	26.107,77	13.108.300,70
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	5.316.887,29	0,00	5.316.887,29	3.905.603,08	0,00	3.905.603,08
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	577.658,79	0,00	577.658,79	575.183,80	0,00	575.183,80
Outras Destinações de Recursos	8.948.637,53	0,00	8.948.637,53	4.008.340,14	0,00	4.008.340,14
TOTAL	**91.550.955,51**	**8.761.637,21**	**82.789.318,30**	**69.574.554,13**	**7.190.960,02**	**62.383.594,11**

VALDENIR JOSE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ANTONIO RIBEIRO GUIMARAES
Contador

Emissão: 05/03/2021 08:32:46

Homologado

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público.

Receita Orçamentária

Compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, classificadas em:

- Ordinárias: receitas de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.
- Vinculadas: receitas cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

Consolidado: R$ 82.789.318,30. Sendo R$ 0,00 referente a Câmara Municipal, R$ 5.316.887,29 referente a Previdência Municipal, mais R$ 77.472.431,01 referente a Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:

A entidade obteve uma arrecadação total de R$ 77.472.431,01, distribuída por fonte de recursos conforme a seguir:

Arrecadação por Fonte de Recursos	**Total**
Assistência Social	**577.658,79**
27 Demais Recursos Vinculados Destinados à Assistência Social	11.000,00
29 Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	566.658,79
Educação	**19.896.512,82**
01 Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Educação	7.371.225,03
15 Transf. de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	1.141.755,97
18 Transf. do FUNDEB 60%	9.673.248,91
19 Transf. do FUNDEB 40%	1.310.588,51
22 Transf. de Convênios - Educação	399.694,40
Ordinária	**30.973.397,81**
00 Recursos Ordinários	30.973.397,81
Saúde	**17.076.224,06**
02 Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde	12.195.928,16
26 Demais Recursos Vinculados Destinados à Saúde	163.351,13
42 Transf. de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado	402.902,27
46 Transf. Fundo a Fundo Rec. SUS Prov. do Gov. Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serv. Púb. Saúde	4.284.172,36
47 Transf. Fundo a Fundo Rec. SUS Prov. do Gov. Federal - Bloco de Investimento Na Rede de Serv. Púb. Saúde	29.870,14
Outras Destinações de Recursos	**8.948.637,53**
16 Contribuição de Intervenção do Dominio Econômico - CIDE	24.677,20
17 Contribuição Para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	18.714,65
24 Transf. de Convênios - Outros (Não Relacionados a Educação/Saúde/Assistência Social)	1.269.153,24
30 Recursos Prov. do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	2.889.065,30
90 Operações de Crédito Internas	4.551.535,11
92 Alienação de Bens	195.492,03
Total de Arrecadação	**77.472.431,01**

Dedução

Compreendem as deduções para formação do FUNDEB[1], bem como descontos concedidos na arrecadação de impostos e taxas, conforme Anexo da demonstração.

A entidade obteve um total de deduções de R$ 8.435.828,61, sendo R$ 7.934.122,24 oriundas de deduções do FUNDEB e R 501.706,37 oriunda de descontos e renúncias concedidas.

Transferências Financeiras Recebidas

Compreendem as transferências financeiras recebidas de outros entes.

Consolidado: R$ 3.269.130,52. Sendo R$ 3.080.000,00 referente a Câmara Municipal, R$ 0,00 referente a Previdência Municipal, mais R$ 189.130,52 referente a Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:
O valor de R$ 189.130,52 corresponde a devolução de duodécimo efetuada pela Câmara Municipal.

Recebimentos Extraorçamentários

Correspondem a recebimentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária.

Inscrição de Restos a Pagar Processados / Não Processados

Consolidado: R$ 401.626,65. Sendo R$ 0,00 referente à Câmara Municipal R$ 46.067,93 referente à Previdência Municipal, mais R$ 355.558,72 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:
Foram inscritos no exercício restos a pagar (**oriundos de despesas a pagar do orçamento de 2020**) o montante de R$ 355.558,72, sendo R$ 240.858,19 Restos a Pagar Não Processados, ou seja, aqueles dos quais ainda não passaram pela fase de liquidação de despesa, e R$ 114.700,53 referente a Restos a Pagar Processados, dos quais já foram liquidados, restando apenas a fase de pagamento.

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Corresponde a ingressos de recursos relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros.

Consolidado: R$ 5.879.948,54. Sendo R$ 304.494,34 referente à Câmara Municipal R$ 156.079,24 referente à Previdência Municipal, mais R$ 5.419.374,96 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:
No exercício, ocorreram inscrição/restabelecimento de depósitos de R$ 5.419.374,96 conforme demonstrado no Anexo 17 da Lei 4.320/64 – Demonstrativo da Dívida Flutuante.

Outros Recebimentos Extraorçamentários

Corresponde a ingressos e dispêndios de recursos relativos a outras movimentações extra orçamentárias.

Consolidado: R$ 1.957.455,80. Sendo R$ 0,00 referente à Câmara Municipal R$ 1.956.306,45 referente à Previdência Municipal, mais R$ 1.149,35 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:
Não ocorreu ingresso no Ativo Financeiro, porém houve movimentação das contas de consignações para ajustes dos saldos por fonte de recursos no valor de R$ 1.149,35.

[1] FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Saldo do Exercício Anterior

Caixa e Equivalentes de Caixa

Corresponde ao montante disponível em caixa da entidade (contas bancárias) referente ao exercício anterior:

Consolidado: R$ 4.060.798,47. Sendo R$ 290.277,66 referente à Câmara Municipal R$ 21.371,90 referente à Previdência Municipal, mais R$ 3.749.148,91 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:
Verifica-se que a entidade abriu o exercício de com R$ 3.749.148,91, conforme Balanço Financeiro do Exercício Anterior.

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Consolidado: R$ 19.239.303,66. Sendo R$ 0,00 referente à Câmara Municipal R$ 19.239.303,66 referente à Previdência Municipal, mais R$ 0,00 referente à Prefeitura.

Despesa Orçamentária

Corresponde a despesa orçamentária empenhada que é a de reserva orçamentária, formalizada por ato de uma autoridade competente, para a realização de uma determinada despesa, separada em recursos ordinários e vinculados, assim como na receita.

Consolidado: R$ 73.412.832,17. Sendo R$ 3.047.432,83 referente à Câmara Municipal R$ 2.500.658,47 referente à Previdência Municipal, mais R$ 67.864.740,87 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:

A entidade obteve uma despesa empenhada total de R$ 67.864.740,87, distribuída por fonte de recursos conforme a seguir:

Despesa por Fonte de Recursos	**Total**
Assistência Social	**672.682,70**
29 Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	672.682,70
Educação	**18.036.645,77**
01 Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Educação	6.406.717,92
15 Transf. de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	685.191,95
18 Transf. do FUNDEB 60%	9.242.453,61
19 Transf. do FUNDEB 40%	1.313.927,90
22 Transf. de Convênios - Educação	388.354,39
Ordinária	**23.923.577,79**
00 Recursos Ordinários	23.923.577,79
Saúde	**16.585.266,45**
02 Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde	12.054.227,13
26 Demais Recursos Vinculados Destinados à Saúde	69.174,50
42 Transf. de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado	446.309,19
46 Transf. Fundo a Fundo Rec. SUS Prov. do Gov. Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serv. Púb. Saúde	3.836.555,63
47 Transf. Fundo a Fundo Rec. SUS Prov. do Gov. Federal - Bloco de Investimento Na Rede de Serv. Púb. Saúde	179.000,00
Outras Destinações de Recursos	**8.646.568,16**
16 Contribuição de Intervenção do Dominio Econômico - CIDE	245,73
17 Contribuição Para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	16.624,37
24 Transf. de Convênios - Outros (Não Relacionados a Educação/Saúde/Assistência Social)	1.289.059,19
30 Recursos Prov. do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	2.309.440,16
37 Transf. da União Referente à Cessão Onerosa - Pré-Sal - Lei N. 13.885/2019	479.679,23
90 Operações de Crédito Internas	4.551.519,48
92 Alienação de Bens	-
Total de Despesas	**67.864.740,87**

Transferências Financeiras Concedidas

Compreendem as transferências financeiras realizadas pela entidade a outras entidades que compõem a administração (exemplo: duodécimo do legislativo).

Consolidado: R$ 3.269.130,52. Sendo R$ 189.130,52 referente à Câmara Municipal R$ 0,00 referente à Previdência Municipal, mais R$ 3.080.000,00 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:
Foram concedidos R$ 3.080.000,00 em egressos de interferências financeiras, sendo este valor referente ao duodécimo para a Câmara Municipal;

Pagamentos Extraorçamentários

Correspondem a pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária.

Pagamento de Restos a Pagar Processados/Não Processados

Compreende restos a pagar de exercícios anteriores, pagos no exercício.

Consolidado: R$ 814.313,62. Sendo R$ 133.714,31 referente à Câmara Municipal R$ 10.046,76 referente à Previdência Municipal, mais R$ 670.552,55 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:
Foram pagos R$ 427.559,98 de Restos a Pagar Não Processados e R$ 242.992,57 de Restos a Pagar Processados, conforme consta nos respectivos quadros do Balanço Orçamentário.

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Corresponde a e dispêndios de recursos relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros.

Consolidado: R$ 5.968.771,58. Sendo R$ 304.494,34 referente à Câmara Municipal R$ 165.794,23 referente à Previdência Municipal, mais R$ 5.498.483,01 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:
No exercício, ocorreram baixas/cancelamento de R$5.498.483,01, restando R$ 3.086,07 de saldo a ser pago no próximo exercício, correspondente a cauções e depósitos judiciais, conforme demonstrado no Anexo 17 da Lei 4.320/64 – Demonstrativo da Dívida Flutuante.

Outros Pagamentos Extraorçamentários

Corresponde a ingressos e dispêndios de recursos relativos a outras movimentações extra orçamentárias.

Consolidado: R$ 646.737,89. Sendo R$ 0,00 referente à Câmara Municipal R$ 646.737,89 referente à Previdência Municipal, mais R$ 0,00 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:
Sem ocorrências.

Saldo para o Exercício Seguinte

Caixa e Equivalente de Caixa

Corresponde ao montante disponível em caixa da entidade (contas bancárias) para o próximo exercício:

Consolidado: R$ 10.121.923,94. Sendo R$ 0,00 referente à Câmara Municipal R$ 48.906,90 referente à Previdência Municipal, mais R$ 10.073.017,04 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:
Verifica-se que a entidade encerrou o exercício com R$ 10.073.017,04 em suas contas bancárias.

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Consolidado: R$ 23.363.872,22. Sendo R$ 0,00 referente à Câmara Municipal R$ 23.363.872,22 referente à Previdência Municipal, mais R$ 0,00 referente à Prefeitura.

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)

Dezembro/2020

Data de Emissão: 8/3/2021

Exercício: 2020

ATIVO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa		10.121.923,94	4.060.798,47
Créditos a Curto Prazo			125.472,31
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		23.363.872,22	19.239.303,66
Estoques		341.420,60	223.835,95
Ativo Não Circulante Mantido para Venda			
VPD Pagas Antecipadamente			
Total do Ativo Circulante		33.827.216,76	23.649.410,39
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		4.746.556,89	4.081.205,45
Créditos a Longo Prazo		4.746.556,89	4.081.205,45
Investimentos Temporários a Longo Prazo			
Estoques			
VPD Pagas Antecipadamente			
Investimentos			
Imobilizado		27.682.843,29	19.498.813,35
Intangível			
Diferido			
Total do Ativo Não Circulante		32.429.400,18	23.580.018,80
TOTAL DO ATIVO		66.256.616,94	47.229.429,19
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		3.317,29	86.679,02
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		59.855,08	160.300,84
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		67.649,41	8.148,54
Obrigações de Repartições a Outros Entes			
Provisões a Curto Prazo			
Demais Obrigações a Curto Prazo		3.086,07	91.909,11
Total do Passivo Circulante		133.907,85	347.037,51
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo			
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		4.551.519,48	
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		771.500,00	1.157.250,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo			
Provisões a Longo Prazo		36.303.768,83	16.471.621,97
Demais Obrigações a Longo Prazo			
Resultado Diferido			
Total do Passivo Não Circulante		41.626.788,31	17.628.871,97
Patrimônio Líquido			

Emissão: 08/03/2021 14:27:41

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)

Dezembro/2020

Data de Emissão: 8/3/2021

Patrimônio Social e Capital Social		
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital		
Reservas de Capital		
Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Reservas de Lucros		
Demais Reservas		
Resultados Acumulados	24.495.920,78	29.253.519,71
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
Total do Patrimônio Líquido	24.495.920,78	29.253.519,71
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	66.256.616,94	47.229.429,19

Emissão: 08/03/2021 14:27:41

Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)

Dezembro/2020

Data de Emissão: 8/3/2021

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64

Exercício: 2020

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)			
Ativo Financeiro		33.485.796,16	23.300.102,13
Ativo Permanente		32.770.820,78	23.929.327,06
Total do Ativo		66.256.616,94	47.229.429,19
PASSIVO (II)			
Passivo Financeiro		479.368,41	887.086,42
Passivo Permanente		41.626.788,31	17.628.871,97
Total do Passivo		42.106.156,72	18.515.958,39
Saldo Patrimonial (I - II)		24.150.460,22	28.713.470,80

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64

Exercício: 2020

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVOS			
Garantia e Contra garantias recebidas			
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		1.836.204,30	1.836.204,30
Direitos Contratuais			
Outros atos potenciais ativos			
Total dos Atos Potenciais Ativos		1.836.204,30	1.836.204,30
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Garantia e Contra garantias concedidas			
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres			
Obrigações Contratuais		20.919.571,21	2.262.880,85
Outros atos potenciais passivos			
Total dos Atos Potenciais Passivos		20.919.571,21	2.262.880,85

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)

Dezembro/2020

Data de Emissão: 8/3/2021

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

Exercício: 2020

		Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
FONTES DE RECURSOS				
00	Recursos Ordinários		5.592.148,85	511.559,51
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		140.403,85	26.745,47
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		3.144,79	53.094,25
15	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE		632.588,14	175.399,47
16	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE		33.419,05	8.987,58
17	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP		38.053,92	35.963,64
18	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exer		442.035,98	11.566,20
19	Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)		6.506,94	9.520,81
22	Transferências de Convênios - Educação		186.923,93	175.583,92
24	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		213.829,32	81.216,68
26	Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, instituido pela LC n. 173, de		94.176,63	
27	Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, instituido pela LC n. 173, de		11.000,00	
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		219.374,99	317.852,22
30	Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB		587.832,00	8.206,86
37	Transferência da União referente à Cessão Onerosa - Pré-Sal - Lei n. 13.885/2019		3.787,54	483.466,77
42	Transferência de Recursos do Sistema +nico de Saúde - SUS - Estado		57.710,39	101.117,31
46	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio d		990.932,63	542.959,74
47	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Investime		21.928,14	171.058,00
50	Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)		22.998.407,54	18.970.778,42
53	Recursos da Taxa de Administração		368.303,65	270.135,39
90	Operações de Crédito Internas		15,63	
92	Alienação de Bens		363.903,84	168.411,81
Total das Fontes de Recursos			33.006.427,75	22.123.624,05

*Nota Explicativa:

VALDENIR JOSE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ANTONIO RIBEIRO GUIMARAES
Contador

Emissão: 08/03/2021 14:27:41

Página 4

Homologado

BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem um dos dois seguintes critérios:

- estarem disponíveis para realização imediata; ou
- terem expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: sejam caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; sejam realizáveis no curto prazo.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos.

Consolidado: R$ 10.121.923,94. Sendo R$ 0,00 referente à Câmara Municipal R$ 48.906,90 referente à Previdência Municipal, mais R$ 10.073.017,04 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:
A entidade encerrou o exercício com o valor de R$ 10.073.017,04 disponível em suas contas bancárias.

Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Representa a movimentação de Suprimento de Fundos ocorridas no período, sem saldo a passar para o exercício seguinte.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Consolidado: R$ 23.363.872,22. Sendo R$ 0,00 referente à Câmara Municipal R$ 23.363.872,22 referente à Previdência Municipal, mais R$ 0,00 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:
Sem ocorrências no período.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos com o objetivo de utilização própria no curso normal das atividades.

Consolidado: R$ 341.420,60. Sendo R$ 0,00 referente à Câmara Municipal R$ 0,00 referente à Previdência Municipal, mais R$ 341.420,60 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:
A entidade encerrou o exercício com o valor de R$ 341.420,60 em almoxarifado, conforme registros do sistema informatizado e respectivos relatórios comprovantes.

Ativo Não Circulante

Compreende os ativos que têm expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Créditos a Longo Prazo

Constitui a somatória de débitos dos contribuintes pelo não pagamento de tributo juridicamente constituído e esgotadas as exigências de prazos e cobranças.

Consolidado: R$ 4.746.556,89 Sendo R$0,00 referente a Câmara Municipal R$0,00 referente a Previdência Municipal, mais R$ 4.746.556,89 referente a Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:

A entidade encerrou o exercício com o valor de R$ 4.746.556,89 em Dívida Ativa cujo memória de cálculo é:

Saldo Anterior		5.133.322,96
(+) Inscrição		1.122.984,68
(-) Canc. Outros Motivos		-
(-) Bxa. Pgto - Principal	-	339.292,95
Saldo Bruto		**5.917.014,69**
(-) Provisões Exec. Anterior	-	1.052.117,51
(-) Provisões do Exercício	-	118.340,29
Saldo Líquido		**4.746.556,89**

A composição dos valores pode ser observada no Quadro Demonstrativo da Dívida Ativa em anexo as demonstrações.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Consolidado: R$ 27.682.843,29. Sendo R$ 1.352.087,91 referente à Câmara Municipal R$ 8.085,82 referente à Previdência Municipal, mais R$ 26.322.669,56 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:

A entidade encerrou o exercício com a seguinte movimentação em seu patrimônio:

Saldo Contábil			
Item	**Bens Móveis**	**Bens Imóveis**	**Total**
Saldo contábil anterior bruto	14.888.666,42	10.013.497,66	24.902.164,08
(+) Aquisições	3.840.618,29	-	3.840.618,29
(+) Bens em Andamento	-	4.655.240,98	4.655.240,98
(-) Baixas	- 348.497,00	-	- 348.497,00
(-) Depreciação		-	-
(+) Valorização	-	-	-
(-) Desvalorização	-	-	-
(+) Incorporação	-	-	-
(+) Recebido em Doação	119.221,08	-	119.221,08
(+) Fabricação Própria	-	-	-
Saldo contábil atual bruto	**18.500.008,79**	**14.668.738,64**	**33.168.747,43**
(-) Depreciação acumulada	- 6.846.077,87	-	- 6.846.077,87
Saldo contábil atual	**11.653.930,92**	**14.668.738,64**	**26.322.669,56**

Ocorreram depreciações conforme segue:

Depreciação acumulada			
Item	**Bens Móveis**	**Bens Imóveis**	**Total**
Depreciação exercício anterior	5.778.614,81		5.778.614,81
(+) Depreciação exercício	1.240.767,79		1.240.767,79
(-) Reversão Depreciação	- 173.304,73		- 173.304,73
Depreciação acumulada	**6.846.077,87**	-	**6.846.077,87**

Verifica-se que do Saldo remanescente de Obras em Andamento de R$ 10.013.497,66 teve um acréscimo em 2020 de R$ 4.655.240,98 referente as despesas liquidas de obras (no elemento 51 – Obras e Instalações) fechando um valor de R$ 14.668.738,64. Foram promovidas incorporações de obras conforme a seguir:

Inventário exercício			
Item	**Bens Móveis**	**Bens Imóveis**	**Total**
Saldo contábil atual	11.653.930,92	14.668.738,64	26.322.669,56
(-) Bens em andamento anterior	-	- 903.201,29	- 903.201,29
(-) Bens em andamento exercício	-	- 4.655.240,98	- 4.655.240,98
(+) Bens em Andamento - Concluídos	-	1.301.626,49	1.301.626,49
Inventário atual	**11.653.930,92**	**10.411.922,86**	**22.065.853,78**

Com esse movimento, a entidade passa com o seguinte saldo de obras em andamento:

Bens em Andamento			
Item	**Bens Móveis**	**Bens Imóveis**	**Total**
Bens em andamento anterior	-	903.201,29	903.201,29
(+) Bens em andamento exercício	-	4.655.240,98	4.655.240,98
(-) Bens em Andamento - Concluídos		- 1.301.626,49	- 1.301.626,49
Saldo de Bens em Andamento	**-**	**4.256.815,78**	**4.256.815,78**

Passivo Circulante

Compreende os passivos exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito.

Consolidado: R$ 3.317,29. Sendo R$ 0,00 referente à Câmara Municipal R$ 0,00 referente à Previdência Municipal, mais R$ 3.317,29 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:
Corresponde a despesas de pessoal a pagar de R$ 3.317,29.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços.

Consolidado: R$ 59.855,08. Sendo R$ 0,00 referente à Câmara Municipal R$ 0,00 referente à Previdência Municipal, mais R$ 59.855,08 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:
Corresponde a despesas a pagar processadas R$ 59.855,08.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Consolidado: R$ 67.649,41. Sendo R$ 0,00 referente à Câmara Municipal R$ 12.133,96 referente à Previdência Municipal, mais R$ 55.515,45 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:
Corresponde ao valor de R$ 55.515,45.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores.

Consolidado: R$ 3.086,07. Sendo R$ 0,00 referente à Câmara Municipal R$ 0,00 referente à Previdência Municipal, mais R$ 3.086,07 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:
Corresponde aos valores de consignações/depósitos a pagar conforme apresentado no Anexo 17 da Lei 4.320/64 – Demonstrativo da Dívida Flutuante de R$ 3.086,07.

Passivo Não Circulante

Compreende os passivos exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis.

Consolidado: R$ 41.626.788,31. Sendo R$ 0,00 referente à Câmara Municipal R$ 36.303.768,83 referente à Previdência Municipal, mais R$ 5.323.019,48 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:
Parcelamento correspondente a aquisição de área conforme lei 828/2018 com saldo a pagar de R$ 771.500,00, Operação de Crédito Finisa, conforme lei 866/2019 com saldo a pagar de 3.151.519,48 e Operação de Crédito para aquisição de ônibus escolar conforme lei 902/2020 com saldo a pagar de 1.400.000,00, totalizando 5.323.019,48, conforme apresentado no Anexo 16 da Lei 4.320/64 – Demonstrativo da Dívida Fundada Interna.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Resultados Acumulados

Compreende os superávits ou déficits acumulados da entidade.

Consolidado: R$ 24.495.920,78. Sendo R$ 1.352.087,91 referente à Câmara Municipal R$ -12.895.037,85 referente à Previdência Municipal, mais R$ 36.038.870,72 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:
R$ 36.038.870,72 que corresponde ao superávit apurado no exercício de R$ 10.364.250,12, conforme Demonstração das Variações Patrimoniais, somado ao resultado acumulado de exercícios anteriores no valor de R$ 25.691.315,60 menos R$ 16.695,00 de despesas de exercícios anteriores liquidadas, conforme Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido.

Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Corresponde a informações conforme a Lei nº 4.320/1964 que confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

Consolidado: R$ 24.150.460,22. Sendo R$ 1.352.087,91 referente à Câmara Municipal R$ -12.928.971,82 referente à Previdência Municipal, mais R$ 35.727.344,13 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:
Corresponde a divisão dos valores do Ativo conforme a definição de permanente/financeiro. Já ao valor do passivo financeiro, acrescenta-se o valor de Restos a Pagar Não Processados, gerando um saldo patrimonial **do exercício** de R$ 35.727.344,13, conforme a tabela abaixo:

	Ativo	Passivo
Financeiro	10.073.017,04	433.300,48
Permanente	31.410.647,05	5.323.019,48
RAP não processados	311.526,59	311.526,59
Total geral	41.795.190,68	6.067.846,55
(=) S. Patrimonial		**35.727.344,13**

Quadro das Contas de Compensação

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Ativos:

Consolidado: R$ 1.836.204,30. Sendo R$ 0,00 referente à Câmara Municipal R$ 0,00 referente à Previdência Municipal, mais R$ 1.836.204,30 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:
Atos Potenciais Ativos: - R$ 1.836.204,30 referente a saldo de convênios/termos de fomento a receber.

Atos Potenciais Passivos:

Consolidado: R$ 20.919.571,21. Sendo R$ 69.600,00 referente à Câmara Municipal R$ 43.412,79 referente à Previdência Municipal, mais R$ 20.806.558,42 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:
Atos Potenciais Passivos: - R$ 20.806.558,42 correspondem a Obrigações Contratuais correspondem aos valores de contratos/aditivos a serem executados no decorrer do próximo exercício;

Quadro do Superávit / Déficit Financeiro

Corresponde a diferença entre o Ativo e Passivo Financeiro. Quando Superávit é fonte de recursos para a abertura de créditos suplementares e especiais do próximo exercício de acordo com a Lei 4.320/64.

Consolidado: R$ 33.006.427,75. Sendo R$0,00 referente a Câmara Municipal R$ 23.366.711,19 referente a Previdência Municipal, mais R$ 9.639.716,56 referente a Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:
Observa-se que a entidade possui um Superávit Financeiro para 2021 de R$ 9.639.716,56, apurado conforme quadro abaixo onde temos as Disponibilidades, subtraindo todas as obrigações a pagar:

ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO DE 2020

Fonte de Recursos	Saldo em Caixa Exercício Anterior	(-) Obrigações a Pagar Exercício Anterior	(+) Restos a Pagar Cancelados	(=) Superávit Financeiro
00 Recursos Ordinários	5.839.905,65	247.756,80		5.592.148,85
01 Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Educação	233.076,90	92.673,05		140.403,85
02 Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde	42.376,76	39.231,97		3.144,79
15 Transf. de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	673.222,42	40.634,28		632.588,14
16 Contribuição de Intervenção do Dominio Econômico - CIDE	33.419,05			33.419,05
17 Contribuição Para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	38.053,92			38.053,92
18 Transf. do FUNDEB 60%	445.353,27	3.317,29		442.035,98
19 Transf. do FUNDEB 40%	6.506,94			6.506,94
22 Transf. de Convênios - Educação	186.923,93			186.923,93
24 Transf. de Convênios - Outros (Não Relacionados a Educação/Saúde/Assistência Social)	213.829,32			213.829,32
26 Demais Recursos Vinculados Destinados à Saúde	94.176,63			94.176,63
27 Demais Recursos Vinculados Destinados à Assistência Social	11.000,00			11.000,00
29 Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	220.742,99	1.368,00		219.374,99
30 Recursos Prov. do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	587.832,00			587.832,00
37 Transf. da União Referente à Cessão Onerosa - Pré-Sal - Lei N. 13.885/2019	3.787,54			3.787,54
42 Transf. de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado	64.747,89	7.037,50		57.710,39
46 Transf. Fundo a Fundo Rec. SUS Prov. do Gov. Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serv. Púb. Saúde	992.214,22	1.281,59		990.932,63
47 Transf. Fundo a Fundo Rec. SUS Prov. do Gov. Federal - Bloco de Investimento Na Rede de Serv. Púb. Saúde	21.928,14			21.928,14
90 Operações de Crédito Internas	15,63			15,63
92 Alienação de Bens	363.903,84			363.903,84
Total	**10.073.017,04**	**433.300,48**		**9.639.716,56**

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (CONSOLIDADO)

Dezembro/2020

Modelo Analítico

Exercício: 2020

QUADRO - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			
Impostos		11.954.676,55	8.126.883,41
Taxas		764.199,83	785.442,82
Contribuições de Melhoria		9.160,68	23.310,25
		12.728.037,06	8.935.636,48
Contribuições			
Contribuições Sociais		5.580.949,02	3.825.319,76
Contribuição de Iluminação Pública		18.534,34	22.331,77
		5.599.483,36	3.847.651,53
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos			
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		914.875,31	846.574,04
		914.875,31	846.574,04
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras			
Juros e Encargos de Mora		353.678,30	289.555,54
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		25.589,55	286.766,04
		379.267,85	576.321,58
Transferências e Delegações Recebidas			
Transferências Intra Governamentais		3.269.130,52	3.197.685,04
Transferências Inter Governamentais		68.077.551,36	55.374.042,14
Transferências das Instituições Privadas		0,00	7.000,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes		2.268,49	822,26
		71.348.950,37	58.579.549,44
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos			
Reavaliação de Ativos		0,00	387,73
Ganhos com Alienação		22.600,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos		1.956.790,22	1.501.109,63
Desincorporação de Passivos		3.412,55	31.337,95
		1.982.802,77	1.532.835,31
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas			
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas		82.158.062,28	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		409.703,72	576.152,03
		82.567.766,00	576.152,03
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		175.521.182,72	74.894.720,41
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos			
Remuneração a Pessoal		28.145.508,14	25.168.769,51
Encargos Patronais		3.453.666,94	2.654.825,92
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		3.416,43	3.404,90
		31.602.591,51	27.827.000,33
Benefícios Previdenciários e Assistenciais			
Aposentadorias e Reformas		1.759.608,64	1.589.482,81
Pensões		444.174,08	345.557,03

Emissão: 08/03/2021 14:34:49 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (CONSOLIDADO)

Dezembro/2020

Modelo Analítico

		Exercício: 2020
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	203.248,53	374.882,44
	2.407.031,25	2.309.922,28
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		
Uso de Material de Consumo	9.206.752,72	8.331.558,75
Serviços	15.304.372,71	14.806.592,87
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.274.446,36	1.587.264,64
	25.785.571,79	24.725.416,26
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	41.243,50	1.547.082,83
	41.243,50	1.547.082,83
Transferências e Delegações Concedidas		
Transferências Intra Governamentais	3.269.130,52	3.202.925,68
Transferências Inter Governamentais	8.210.652,24	7.177.198,65
Transferências a Consórcios Públicos	1.736.453,77	792.095,15
Outras Transferências e Delegações Concedidas	11.947,39	0,00
	13.228.183,92	11.172.219,48
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	1.389.477,11	181.697,20
Perdas com Alienação	46.155,71	0,00
Perdas Involutárias	20.658,56	39.746,16
Desincorporação de Ativos	220.492,81	317.967,89
	1.676.784,19	539.411,25
Tributárias		
Contribuições	791.608,12	536.792,48
	791.608,12	536.792,48
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		
Subvenções Econômicas	700,00	0,00
Constituição de Provisões	102.436.819,76	2.340.482,84
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	2.291.552,61	937.862,33
	104.729.072,37	3.278.345,17
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	180.262.086,65	71.936.190,08
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)	-4.740.903,93	2.958.530,33

Emissão: 08/03/2021 14:34:49 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (CONSOLIDADO)

Dezembro/2020

Modelo Analítico

Exercício: 2020

VALDENIR JOSE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ANTONIO RIBEIRO GUIMARAES
Contador

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

São aquelas decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Compreende toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Consolidado: R$ 12.728.037,06. Sendo R$ 0,00 referente à Câmara Municipal R$ 0,00 referente à Previdência Municipal, mais R$ 12.728.037,06 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:

Corresponde as receitas abaixo sendo o valor arrecadado quando a receita é contabilizada pelo regime de caixa, ou inscrito quando se trata de receita por regime de competência.

Código	Descrição	Valor
11130311010000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos	1.496.665,09
11130341010000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo	63.513,54
11180111000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	853.863,36
11180141000000	Imposto sobre Transmissao “Inter Vivos” de Bens Imoveis e de Di	5.469.466,38
11180231010000	Imposto sobre Servicos de Qualquer Natureza	3.673.901,91
11180231020000	Imposto sobre Servicos de Qualquer Natureza - SIMPLES Naciona	397.266,27
11210111010000	Taxa de Licenca para Funcionamento de Estabelecimentos Comerc	304.880,65
11220111010000	Taxa de Limpeza Publica	271.279,71
11220111990000	Outras Taxas Pela Prestacao de Servicos	165.581,41
11220211010000	Honorarios Advocaticios	22.458,06
11380411000000	Contribuicao de Melhoria para Pavimentacao e Obras Complement	9.160,68
		12.728.037,06

Origem: Anexo 10 da Lei 4.320/64 (regime de caixa) e Quadro dos Créditos a Receber e Dívida Ativa (competência)

Contribuições

Representa as variações patrimoniais aumentativas decorrentes de contribuições.

Consolidado: R$ 5.599.483,36. Sendo R$ 0,00 referente à Câmara Municipal R$ 5.580.949,02 referente à Previdência Municipal, mais R$ 18.534,34 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:

Corresponde as receitas abaixo sendo o valor arrecadado quando a receita é contabilizada pelo regime de caixa, ou inscrito quando se trata de receita por regime de competência.

Código	Descrição	Valor
12400011000000	Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Pri	18.534,34
		18.534,34

Origem: Anexo 10 da Lei 4.320/64 (regime de caixa) e Quadro dos Créditos a Receber e Dívida Ativa (competência)

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Compreende as variações patrimoniais ocorridas com a venda de bens, serviços e direitos independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

Consolidado: R$ 914.875,31. Sendo R$ 0,00 referente à Câmara Municipal R$ 0,00 referente à Previdência Municipal, mais R$ 914.875,31 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:

Corresponde as receitas abaixo sendo o valor arrecadado quando a receita é contabilizada pelo regime de caixa, ou inscrito quando se trata de receita por regime de competência.

Código	Descrição	Valor
16100111010000	Servicos de Distribuicao de Agua	914.875,31
		914.875,31

Origem: Anexo 10 da Lei 4.320/64 (regime de caixa) e Quadro dos Créditos a Receber e Dívida Ativa (competência)

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras.

Consolidado: R$ 379.267,85. Sendo R$ 0,00 referente à Câmara Municipal R$ 0,00 referente à Previdência Municipal, mais R$ 379.267,85 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:

Corresponde as receitas abaixo sendo o valor arrecadado quando a receita é contabilizada pelo regime de caixa, ou inscrito quando se trata de receita por regime de competência.

Código	Descrição	Tipo	Valor
11180112000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	Juros	15.018,66
11180114000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Divida Ativa - Multas e Juros	Juros DA	112.192,94
11180232010000	Imposto sobre Servicos de Qualquer Natureza - Multas e Juros - Arrecadacao propria	Juros	3.645,89
11180234010000	Imposto sobre Servicos de Qualquer Natureza - Divida Ativa - Multas e Juros - Arrecadacao propria	Juros DA	83.929,41
11210112000000	Taxas de Inspecao, Controle e Fiscalizacao - Multas e Juros	Juros	259,30
11210114000000	Taxas de Inspecao, Controle e Fiscalizacao - Divida Ativa - Multas e Juros	Juros DA	27,94
11220112000000	Taxas pela Prestacao de Servicos - Multas e Juros	Juros	3.764,95
11220114000000	Taxas pela Prestacao de Servicos - Divida Ativa - Multas e Juros	Juros DA	53.141,39
11380412000000	Contribuicao de Melhoria para Pavimentacao e Obras Complementares - Multas e Juros	Juros	70,05
11380414000000	Contribuicao de Melhoria para Pavimentacao e Obras Complementares - Divida Ativa - Multas e Juros	Juros DA	81.627,77
			353.678,30

Código	Descrição	Tipo	Valor
13210011010201	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB 60%	Principal	176,08
13210011010202	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB 40%	Principal	36,33
13210011010203	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB Matriz	Principal	3.473,73
13210011010300	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - Fundo de Saude - Principal	Principal	3.358,26
13210011010500	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - Fundo Nacional de Assistencia Social -	Principal	1.600,84
13210011010600	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ed	Principal	3.130,74
13210011029900	Remuneracao de Outros Depositos Bancarios de Recursos Nao Vinculados - Principal	Principal	13.813,57
			25.589,55

Origem: Anexo 10 da Lei 4.320/64 (regime de caixa) e Quadro dos Créditos a Receber e Dívida Ativa (competência)

Transferências e Delegações Recebidas

Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências recebidas pelo ente.

Consolidado: R$ 71.348.950,37. Sendo R$ 3.080.000,00 referente à Câmara Municipal R$ 57.076,58 referente à Previdência Municipal, mais R$ 68.211.873,79 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:

Corresponde aos valores a seguir:

Transferências e Delegações Recebidas	Valor
Transferências Correntes	66.968.363,53
Transferências de Capital	935.158,66
Devolução Duodécimo da Câmara	189.130,52
Bens Recebidos em Doação	119.221,08
TOTAL	**68.211.873,79**

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos ou com a desincorporação de passivos.

Consolidado: R$ 1.982.802,77. Sendo R$ 0,00 referente à Câmara Municipal R$ 1.959.053,42 referente à Previdência Municipal, mais R$ 23.749,35 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:

Corresponde aos valores a seguir:

Valorização e Ganho com Ativos e Desincorporação de Passivos	Valor
Valorização de Bens	-
Incorporação de Bens	-
Cancelamento de Restos a Pagar Processados	-
Ganhos com Alienação de Bens	22.600,00
Cancelamentos de Saldos Extraorçamentários	1.149,35
TOTAL	**23.749,35**

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores.

Consolidado: R$ 82.567.766,00. Sendo R$ 0,00 referente à Câmara Municipal R$ 82.158.062,28 referente à Previdência Municipal, mais R$ 409.703,72 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:

Corresponde aos valores a seguir:

Código	Descrição	Valor
19100111010000	Fundo Municipal De Seguranca Publica	81.986,00
19229911040000	Restituicao de Auxilios - Principal	21.822,43
19909911010000	Outras Receitas Diversas	223.593,91
22130011010000	Alienacoes de Bens Moveis - Leilao de Madeiras	82.301,38
	Total	**409.703,72**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Pessoal e Encargos

Compreende as despesas com remuneração de pessoal do ente e respectivos encargos.

Consolidado: R$ 31.602.591,51. Sendo R$ 1.343.907,15 referente à Câmara Municipal R$ 79.604,59 referente à Previdência Municipal, mais R$ 30.179.079,77 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:

Corresponde as Despesas Liquidadas (incluindo Restos a Pagar) conforme a seguir:

Elemento	Empenho Liquidado	RAP Liquidados	VPD
04 Contratação p/ Tempo Determ.	3.898.225,43	-	3.898.225,43
11 Vencim./Vant. Fixas – P. Civil	20.640.771,49	-	20.640.771,49
13 Obrigações Patronais	4.618.981,90	-	4.618.981,90
94 Indeniz. e Rest. Trabalhistas	1.021.100,95	-	1.021.100,95
Total	**30.179.079,77**	**-**	**30.179.079,77**

Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Compreendem as variações relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do RPPS e RGPS. Compreendem, também, as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva.

Consolidado: R$ 2.407.031,25. Sendo R$ 0,00 referente à Câmara Municipal R$ 2.228.000,93 referente à Previdência Municipal, mais R$ 179.030,32 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:

Corresponde as Despesas Liquidadas (incluindo Restos a Pagar) conforme a seguir:

Elemento	Empenho Liquidado	RAP Liquidados	VPD
08 Outros Benef. Assist. Servidor/Militar	179.030,32	-	179.030,32

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Representa variações com manutenção e operação da máquina pública.

Consolidado: R$ 25.785.571,79. Sendo R$ 398.025,88 referente à Câmara Municipal R$ 109.690,40 referente à Previdência Municipal, mais R$ 25.277.855,51 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:

Corresponde aos valores a seguir:

Valorização e Ganho com Ativos e Desincorporação de Passivos	Valor
Saídas de Almoxarifado	9.091.121,29
Despesas com Adiantamentos - Subelemento 96	63.971,20
Depreciação	1.240.767,79
Despesas com Elementos de Serviços	14.881.995,23
TOTAL	**25.277.855,51**

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras.

Consolidado: R$ 41.243,50. Sendo R$ 0,00 referente à Câmara Municipal R$ 0,00 referente à Previdência Municipal, mais R$ 41.243,50 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:

Corresponde aos valores liquidados com Juros da Dívida:

Elemento	Empenho Liquidado	RAP Liquidados	VPD
21 Juros s/ Dív. p/ Contrato	41.243,50	-	41.243,50

Transferências e Delegações Concedidas

Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências efetuadas pelo ente.

Consolidado: R$ 13.228.183,92. Sendo R$ 201.077,91 referente à Câmara Municipal R$ 0,00 referente à Previdência Municipal, mais R$ 13.027.106,01 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:

Corresponde aos valores a seguir:

Transferências e Delegações Concedidas	Valor
Repasse Duodécimo	3.080.000,00
Deduções da Receita para Formação do FUNDEB	7.934.122,24
41 Contribuições	276.530,00
70 Rateio p/ Particip. Consórcio Publ.	1.736.453,77
TOTAL	**13.027.106,01**

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias ou com a incorporação de passivos.

Consolidado: R$ 1.676.784,19. Sendo R$ 0,00 referente à Câmara Municipal R$ 645.436,66 referente à Previdência Municipal, mais R$ 1.031.347,53 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:

Corresponde aos valores a seguir:

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	Valor
Descontos Concedidos	827.514,97
Provisão para Perdas de Dívida Ativa	118.340,29
Cancelamentos de Dívida Ativa	-
Baixa de Bens Normal/Inservível	39.336,56
Perda na Alienação de Bens	46.155,71
TOTAL	**1.031.347,53**

Tributárias

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas aos impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais, contribuições econômicas e contribuições especiais.

Consolidado: R$ 791.608,12. Sendo R$ 0,00 referente à Câmara Municipal R$ 53.168,87 referente à Previdência Municipal, mais R$ 738.439,25 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:

Corresponde aos valores a seguir:

Elemento	Empenho Liquidado	RAP Liquidados	VPD
47 Obrig. Tributárias e Contrib.	687.441,80	50.997,45	738.439,25

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores.

Consolidado: R$ 104.729.072,37. Sendo R$ 442.300,00 referente à Câmara Municipal R$ 102.439.082,96 referente à Previdência Municipal, mais R$ 1.847.689,41 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:

Corresponde aos valores a seguir:

Elemento	Empenho Liquidado	RAP Liquidados	VPD
91 Sentenças Judiciais	20.708,64	-	20.708,64
93 Indenizações e Restituições	1.826.980,77	-	1.826.980,77

Resultado Patrimonial do Período

Consolidado: R$ -4.740.903,93. Sendo R$ 694.689,06 referente a Câmara Municipal, R$ -15.799.843,11 referente a Previdência Municipal, mais R$ 10.364.250,12 referente a Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:

Corresponde ao total de variações aumentativas R$ 82.686.041,42 (menos) o total de variações diminutivas R$ 72.321.791,30= R$ 10.364.250,12 (superávit).

ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA
CNPJ: 01.614.521/0001.00
Rua Para - 0001850 - Santa Helena
Telefone: (066)3579-1192

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA- CONSOLIDADO
Dezembro/2020

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	11.520.890,39	8.531.360,49
Receita de Contribuições	5.278.345,05	3.722.179,22
Receita Patrimonial		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços	914.875,31	846.574,04
Remuneração das Disponibilidades	25.589,55	286.766,04
Transferências correntes recebidas	59.969.399,95	51.617.425,07
Outras Receitas/Ingressos Operacionais	9.484.325,60	5.274.397,06
Desembolsos		
Pessoal e demais despesas	58.494.153,14	52.172.812,68
Juros e encargos da dívida	41.243,50	
Transferências concedidas	5.387.248,62	6.681.596,59
Outros desembolsos operacionais	12.052.902,10	6.270.052,44
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais(I)	11.217.878,49	5.154.240,21
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos		
Alienação de bens	194.601,38	168.000,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos		
Outros ingressos de investimentos		
Desembolsos		
Aquisição de ativo não circulante	9.517.123,88	3.539.521,83
Concessão de empréstimos e financiamentos		

Emissão: 12/03/2021 14:39:22 Página 1

MCASP - 8ª EDIÇÃO Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA
CNPJ: 01.614.521/0001.00
Rua Para - 0001850 - Santa Helena
Telefone: (066)3579-1192

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA- CONSOLIDADO
Dezembro/2020

Outros desembolsos de investimentos		
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento(II)	-9.322.522,50	-3.371.521,83
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos		
Operações de crédito	4.551.519,48	
Integralização do capital social de empresas dependentes		
Outros ingressos de financiamentos		
Desembolsos		
Amortização/Refinanciamento da dívida		
Outros desembolsos de financiamentos	385.750,00	385.750,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento(III)	4.165.769,48	-385.750,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	6.061.125,47	1.396.968,38
Caixa e Equivalente de caixa inicial	4.060.798,47	2.663.830,09
Caixa e Equivalente de caixa final	10.121.923,94	4.060.798,47

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

Transferências correntes recebidas	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Intergovernamentais		
da União	23.452.920,29	16.149.806,82
de Estados e Distrito Federal	25.542.598,40	22.528.143,61
de Municípios		
Intragovernamentais		3.197.685,04
Outras transferências recebidas	10.973.881,26	9.741.789,60
Total das Transferências Recebidas	59.969.399,95	51.617.425,07
Transferências concedidas	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Intergovernamentais		

ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA
CNPJ: 01.614.521/0001.00
Rua Para - 0001850 - Santa Helena
Telefone: (066)3579-1192

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA- CONSOLIDADO
Dezembro/2020

a União		
a Estados e Distrito Federal		
a Municípios		
a Consórcios Públicos	1.736.453,77	792.095,15
Intragovernamentais	3.374.264,85	5.663.501,44
Outras transferências concedidas	276.530,00	226.000,00
Total das Transferências Concedidas	5.387.248,62	6.681.596,59

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Legislativa	2.056.308,55	1.979.673,08
Judiciária		
Essencial à Justiça		
Administração	6.062.505,64	5.695.447,67
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social	3.877.490,06	2.242.633,76
Previdência Social	2.461.220,87	2.518.530,71
Saúde	13.395.388,53	10.847.473,93
Trabalho		
Educação	15.299.744,19	17.592.969,33
Cultura	64.000,00	170.500,00
Direitos da Cidadania		
Urbanismo	6.865.700,40	4.987.135,55
Habitação		
Saneamento	1.440.082,71	605.846,97
Gestão Ambiental	324.714,63	414.354,07
Ciência e Tecnologia		
Agricultura	704.732,04	573.702,40

ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA
CNPJ: 01.614.521/0001.00
Rua Para - 0001850 - Santa Helena
Telefone: (066)3579-1192

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA- CONSOLIDADO
Dezembro/2020

Organização Agrária		
Indústria	494.305,62	483.228,66
Comércio e Serviços		22.781,06
Comunicações		
Energia	115.784,07	34.625,30
Transporte	3.808.839,83	3.036.698,74
Desporto e Lazer	840.412,20	438.180,48
Encargos Especiais	682.923,80	529.030,97
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	58.494.153,14	52.172.812,68

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	32.684,82	
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		
Outros Encargos da Dívida	8.558,68	
Total dos Juros e Encargos da Dívida	41.243,50	

VALDENIR JOSE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ANTONIO RIBEIRO GUIMARAES
Contador

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração do fluxo de caixa segundo as Normas internacionais de contabilidade (IAS 7, no Brasil CPC 03) visa auxiliar àquele que se utilizar dos demonstrativos contábeis a avaliar a capacidade de gerar caixa da entidade, bem como verificar como está sendo utilizado.

A demonstração do fluxo de caixa apresenta a geração e o uso do caixa durante um determinado período. A movimentação de caixa é classificada conforme a natureza de atividade da entidade.

FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Compreendem todos os fluxos que não se qualificam para serem classificados como de investimentos ou financiamento.

Consolidado: R$ 11.217.878,49. Sendo R$ 738.472,95 referente à Câmara Municipal R$ 27.535,00 referente à Previdência Municipal, mais R$ 10.451.870,54 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:

Ingressos

Compreende o ingresso de Receitas Operacionais conforme Balanço Orçamentário, com exceção da conta Outras Receitas/Ingressos Operacionais que é composta pelos seguintes valores:

Outras Receitas/Ingressos Operacionais	Valor
Receita 19	277.020,61
Recebimento de depósitos	5.419.374,96
Ingressos de Interferências	189.130,52
Cancelamentos Extraorçamentários s/ Restabelecimento	1.149,35
Total	**5.886.675,44**

Desembolsos

Compreende o pagamento de Despesas Operacionais (incluindo Pagamento de Restos), conforme a seguir:

Pessoal e Demais Despesas	**53.976.623,72**
3.1.90 11 Vencim./Vant. Fixas – P. Civil	20.640.771,49
3.1.90 13 Obrigações Patronais	1.427.583,19
3.3.90 14 Diárias - Civil	47.500,00
3.3.90 30 Material de Consumo	9.184.190,39
3.3.90 34 Outras Desp. Pessoal Dec. Contr. Terceiriz.	3.174.573,33
3.3.90 36 Outros Serv. Terc. - PF	386.907,86
3.3.90 37 Locação Mão-De-Obra	1.446.961,08
3.3.90 39 Outros Serv. Terc. - PJ	9.204.485,62
3.3.90 40 Serviços TI e Comunic. - PJ	625.291,18
3.3.90 47 Obrig. Tributárias e Contrib.	682.923,80
3.3.90 91 Sentenças Judiciais	20.708,64
3.3.90 92 Desp. Exerc. Anteriores	16.695,00
3.3.90 93 Indenizações e Restituições	1.826.980,77
3.1.90 04 Contratação p/ Tempo Determ.	3.898.225,43
3.1.90 94 Indeniz. e Rest. Trabalhistas	1.021.100,95
3.3.90 08 Outros Benef. Assist. Servidor/Militar	179.030,32
3.3.90 32 Material/Bem/Serv. p/ Distrib. Gratuita	78.694,67
3.3.90 35 Serviços de Consultoria	114.000,00

Juros e encargos da dívida: corresponde ao valor pago na natureza de despesa 2 – Juros e Encargos da Dívida

Juros e encargos da dívida	**41.243,50**
3.2.90 21 Juros s/ Dív. p/ Contrato	41.243,50

Transferências concedidas:

3350*	226.000,00
3191*	2.377.243,88
3371*	792.095,15
Total	**3.395.339,03**

Outros desembolsos operacionais:

Outros Desembolsos Operacionais	**Valor**
Pagamento de Depósitos	5.497.333,66
Egressos de Interferências	3.080.000,00
Cancelamentos Extraorçamentários s/ Restabelecimento	1.149,35
Total	**8.578.483,01**

FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

Os fluxos de caixa incluem pagamentos para aquisição de ativo imobilizado e outros ativos de longo prazo. Nos casos de aquisição de investimentos de outras entidades o caixa pago e o caixa adquirido na transação também compõem esta atividade, assim como os empréstimos e adiantamentos concedidos a terceiros.

Consolidado: -R$ 9.322.522,50. Sendo -R$ 1.028.750,61 referente à Câmara Municipal R$ 0,00 referente à Previdência Municipal, mais -R$ 8.293.771,89 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:

Ingressos

Corresponde a Receita de Alienação de Bens conforme Balanço Orçamentário

Desembolsos

Corresponde a Investimentos Pagos, sendo:

Aquisição de ativo não circulante	**8.488.373,27**
4.4.90 51 Obras e Instalações	4.655.240,98
4.4.90 52 Equipam. e Mater. Permanente	3.833.132,29

FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Os fluxos de caixa incluem a movimentação do dinheiro da entidade relacionada com a obtenção e o pagamento de empréstimos e financiamentos e fundos obtidos nas operações de crédito junto a bancos e outras instituições que emprestam dinheiro a terceiros, as operações de crédito.

Consolidado: R$ 4.165.769,48. Sendo R$ 0,00 referente à Câmara Municipal R$ 0,00 referente à Previdência Municipal, mais R$ 4.165.769,48 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:

Ingressos

Corresponde a Receita de Operações de Crédito conforme Balanço Orçamentário

Desembolsos

Corresponde a Amortização de Dívida Pública conforme Balanço Orçamentário.

ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2020

GERAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES

Demonstração do caixa gerado pela entidade.

Consolidado: R$ 6.061.125,47. Sendo -R$ 290.277,66 referente à Câmara Municipal R$ 27.535,00 referente à Previdência Municipal, mais R$ 6.323.868,13 referente à Prefeitura, conforme detalhamento a seguir:
Corresponde ao somatório dos Fluxos de R$ 6.323.868,13 que somando ao saldo disponível do exercício anterior de R$ 3.749.148,91 acarreta em um saldo disponível para o próximo exercício de R$ 10.073.017,04 conforme apresentado no Balanço Financeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2.021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar PREGÃO PRESENCIAL com o objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS, EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Data de abertura dos envelopes: 29/03/2.021, às 9h00min (horário de Brasília), no Palácio dos Pioneiros – Sala de Licitações, sito à Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – Centro – St. Xavantina. Os interessados em obter informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do telefone 66-3438-3362, no endereço supracitado e/ou pelo e e-mail: licitacao@novaxavantina.mt.gov.br e/ou site https://www.novaxavantina.mt.gov.br/licitacoes/pregao-presencial&ano=2021.

Nova Xavantina – MT, 12 de março de 2.021.

Marina Angélica Marca

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

DECRETO N º 016/2021, DE 12 DE MARÇO DE 2021.

Dispõe sobre as atividades de pericias médicas, para concessão de benefícios da previdência municipal – FUMPS, para os servidores públicos municipais efetivos pertencentes ao quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte, e da outras providencias.

SILVANO PEREIRA NEVES, Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO, a necessidade de profissional credenciado para emitir laudo Médico, nos processos para a concessão de benefícios previdenciários aos segurados da Previdência Municipal, FUMPS – Fundo Municipal de Previdência Social, sendo os servidores efetivos da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte Estado de Mato Grosso.

CONSIDERANDO, a contratação de serviços médicos nos termos do Pregão Presencial nº 001/2021, Anexo I do Termo de Referencia c/c Contrato 016/2021, Clausula Primeira – Objeto, quadro descritivo da prestação de serviços;

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica decretado como Perito Médico do Município de Novo Horizonte do Norte o Sr. **Dr. DALTO MATEUS SCHULZ**, **CLINICO GERAL, CRM nº 008836/MT**, que atenderá aos interesses desta na elaboração de Laudos Médicos e expedição de Atestados.

Parágrafo Único – Os atestados expedidos por outros médicos serão convalidados pelo Dr. DALTO MATEUS SCHULZ.

ARTIGO 2º - Constituem atividades médico periciais para fins deste Decreto:

I – Exames de sanidade e capacidade física dos servidores civis do Município, para efeito de concessão de auxilio doença, aposentadoria, revisão de proventos e outros casos relacionados com a área de administração de pessoal;

II – Verificação sistemática das condições físicas e mentais do servidor;

III – Exames de sanidade e capacidade física de filho inválido e viúva de funcionário, para concessão de pensão especial prevista em legislação específica.

ARTIGO 3º - Independente das atribuições descritas no artigo 2º o Médico exercerá outras atividades relacionadas à área de medicina, sempre que convocado pelo Prefeito Municipal;

Parágrafo Único – A convocação de que trata o "caput", deste artigo, será efetuada com antecedência de 05 (cinco) dias.

ARTIGO 4º - Este Decreto terá sua validade enquanto perdurar a relação contratual com a **EMPRESA SCHULZ PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA-ME,** inscrita no **CNPJ nº 09.627.283/0001-70**.

ARTIGO 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 37 de 09 de julho de 2018 e demais disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 12 de março de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA

Termo de Acordo de Cooperação Financeira Entre a ASPROIDE-Associação de Proteção aos Idosos Desamparados de Juara-MT, Lar dos Idosos Irmã Maria Lucianete e o Município de Novo Horizonte do Norte-MT.

A ASPROIDE- Associação de Proteção aos Idosos Desamparados de Juara, Lar dos Idosos Irmã Maria Lucianete, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ: nº 36.924.900/0001-72, com sede à Rua Prof. Dorival de Queiroz nº 143-W, Bairro Santa Cruz Município de Juara/MT, representado neste ato por seu Presidente Hélio Roberto Lehnem, brasileiro, casado, pecuarista, portador do RG: nº 755970 SSP/MT e CPF: nº 514.672.401-68, residente e domiciliado no Município de Juara-MT, doravante denominado **ACORDANTE**, e o Município de Novo Horizonte do Norte-MT, pessoa jurídica de direito público inscrito no CNPJ: nº 03.238.888/0001-93, com sede administrativa à Rua Augusto de Souza nº 171, Centro, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. **Silvano Pereira Neves,** brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado neste Município, portador do RG: nº 0625916-2 SSP/MT e CPF: nº 503.521.641-15, doravante denominado **ACORDADO**, resolvem celebrar este Acordo de Cooperação, as cláusulas e condições a seguir estipuladas.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Do Objeto

O presente Acordo tem por objeto a colaboração mútua entre os partícipes, para fins de proporcionar meios e garantir abrigo a 03(três) vagas, garantindo esta a Prefeitura do Município acima descrito, com a contrapartida de assistência técnica e pecuniária por parte desta entidade – ASPROIDE.

CLÁUSULA SEGUNDA: Das Obrigações dos Partícipes

São obrigações dos partícipes na execução deste acordo:

1-ASPROIDE-Associação de Proteção aos Idosos: Lar dos Idosos Irmã Maria Lucianete.

a)-Disponibilizar 03 (três) vagas no Lar para receber os Idosos encaminhados pelo Município de Novo Horizonte do Norte, durante o prazo de vigência do presente Acordo de Cooperação Financeira.

b)-Fornecer as instalações físicas em condições adequadas de habilidade; observar os direitos e as garantias dos idosos; servir alimentação suficiente e de boa qualidade, sendo quatro refeições diárias (café da manhã, almoço, café da tarde e jantar), proporcionar cuidados a saúde conforme suas necessidades; garantir prestações de serviços de coordenadoria, cozinha, lavanderia, passadeiras e auxiliar de enfermagem, acomodações em quartos duplos e cada um zelar pelo seus pertences pessoais.

2-DO ACORDADO-Prefeitura do Município de Novo Horizonte do Norte

A)-Pagar contrapartida no valor de **½ (meio) salário mínimo** mensal por cada vaga em uso na ASPROIDE – Associação de Proteção aos Idosos Desamparados de Juara-MT, Lar dos Idosos Irmã Maria Lucianete, para acolher os idosos em situação de vulnerabilidade social e risco, e se houver outras solicitações,o Lar poderá ceder vagas conforme disponibilidade de abrigo, quando será acrescida cobrança mensal por vaga no valor de ½ (meio) salário mínimo, mediante depósito a ser efetuado na seguinte conta: Banco do Brasil, Agência 2836-3, Conta corrente 20126-X, ASPROIDE. Os depósitos serão efetuados mensalmente no último dia útil do mês subseqüente a data de assinatura deste Acordo de Cooperação.

b)-Os idosos devem ser encaminhados a esta instituição somente com idade mínima de 60 anos a partir da data de entrada no Lar.

CLÁUSULA TERCEIRA: Do prazo de vigência

O prazo de vigência do Acordo será contado a partir da data deste, conforme assinatura dos acordados.

PARÁGRAFO ÚNICO:

Este acordo somente poderá ser alterado mediante proposta de **Acordados,** devidamente justificadas, a ser apresentada antes do término de sua vigência, no prazo mínimo fixado pelo mesmo, que possibilite a análise e decisão, desde que não haja mudança do objeto.

CLÁUDULA QUARTA:

Este acordo poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução total ou parcial de qualquer uma das cláusulas ou condições do mesmo.

PARÁGRAFO ÚNICO:

As partes estabelecem de comum acordo que o presente Termo de Acordo de Cooperação possui natureza de Título Simples, podendo ser executado pelas partes a qualquer tempo independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA QUINTA: Das Comunicações e Registros de Ocorrências

Todas as comunicações relativas a este **Termo de Acordo,** serão comunicadas regularmente.

CLÁUSULA SEXTA: Da Multa

Em caso de atraso do pagamento de quaisquer parcelas mensais do presente instrumento, por mais 15 (quinze) dias, obriga-se os Acordados, a pagar multa contratual em valor correspondente a 20% (vinte por cento) do valor da parcela mensal deste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA: Do Foro

É competente o Foro da Comarca de Juara/MT, resolver qualquer divergências advindas neste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja; e por estarem em pleno acordo com as cláusulas estipuladas, lavrou-se o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, que vão assinadas pelas partes convenentes e por 02 (duas) testemunhas.

Novo Horizonte do Norte/MT, 12 de março de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

ASPROIDE

CNPJ: 36.924.900/0001-72

Testemunhas:

Nome:_____

CPF: _____

Nome:_____

CPF:_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 059/2021

De 03 de fevereiro de 2021

"*Dispõe sobre Concessão de afastamento por Benefício de Auxílio Doença, e dá outras providências".*

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art.1º CONCEDER o benefício de Auxílio Doença à servidora Sr.ª **NAILZA VIEIRA DE SOUZA,** portadora do RG 10078916 SSP/MT e do CPF nº 018. 981.811.52, servidora celetista no cargo de **AGENTE DE SAÚDE,**matriculada no DRH sob o nº 1003, o afastamento por auxilio doença pelo INSS, entre o período de 01/12/2020 ao dia 28/02/2021, em conformidade com a comunicação de decisão do INSS do Nº do Requerimento: 206566667 e do Benefício nº 6337294380.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 01 de dezembro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 14 de outubro de 2020.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 063/2021

De 12 de fevereiro de 2021

"*Dispõe sobre concessão de prorrogação de Licença-Maternidade à servidora, e dá outras providências".*

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1° - CONCEDER prorrogação de Licença-Maternidade por mais 60 (sessenta) dias, para o período de 18/01/202 a 19/03/2021 à servidora Sr.ª **ANA PAULA DE MELO E SILVA**, portadora do RG 26549700 SSP/MT e do CPF nº 057.612.301.35, servidora contratada no cargo de **MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, matriculada no Departamento de Recursos Humano sob a matricula nº 3502.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 18 de janeiro de 2021 revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 12 de fevereiro de 2021

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 064/2021

De 12 de fevereiro de 2021.

"***Dispõe sobre Exoneração de servidor em cargo de comissão, e dá outras providências."***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º **EXONERAÇÃO**, do Senhor **SIDNEI DIAS**, boliviano, portador da Cédula de Identidade nº 17291569 e devidamente inscrito no CPF sob nº. 013.252.751.07, para o cargo de **COORDENADOR DE TRANSPORTE MUNICPAL**, de provimento em comissão, referência DAS III, lotado na Secretaria Municipal de Obras, e criado através da Lei Complementar nº 069/ 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 10 de fevereiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 12 de fevereiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 065/2021

De 12 de fevereiro de 2021.

"*Dispõe sobre concessão de Prorrogação de Licença-Maternidade à servidora, e dá outras providências".*

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1° - CONCEDER LICENÇA-MATERNIDADE em conformidade com o artigo 26º, da lei 189/2004 para o período de 09/02/2021 a 09/06/2021 à servidora Sr.ª **JOSIMEIRE LOPES DE OLIVEIRA**, portadora do RG 2231983-2 SSP/MT e do CPF nº 037.990.541.89, servidora contratada no cargo de **CONSELHEIRA TUTELAR**, matriculada no Departamento de Recursos Humano sob a matricula nº 3440**.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 09 de fevereiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 12 de fevereiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 015/2021

De 21 de janeiro de 2021.

"Dispõe sobre nomeação da Comissão Permanente de Licitação, e dá outras providências."

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º **NOMEAR** os membros para compor a Comissão Permanente de Licitação do Município de Novo Mundo - MT, ficando assim composta:

Presidente: Claudemir da Silva Maestri

Secretária: Liria Kurten Wronski

Membro: Gracieli dos Santos Duarte

Membro suplente: Joze do Carmo Rosa Souza Pinto

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a portaria nº 001/2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 21 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 014/2021

De 21 de janeiro de 2021.

"*Dispõe Sobre Concessão de Férias, e dá Outras Providências".*

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o artigo 69 e 70 da Lei Complementar n.º 004/2001 de 28/12/2001, aos servidores:

ANA CLAUDIA BAZANA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 2331542-3 SSP/MT e do CPF sob o nº. 021.547.591.73, servidora no cargo de **RECEPCIONISTA**, matriculada no DRH sob o nº 1022, a partir do dia 04/01/2021 a 02/02/2021 referente ao período aquisitivo de 2019/2020

AFONSO OSCAR KLEIN, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 1.411227 SSP/SC e do CPF sob o nº. 288.416.971-72, servidor no cargo de **VIGIA**, matriculado no DRH sob o nº 2196, a partir do dia 04/01/2021 a 03/02/2021 referente ao período aquisitivo de 2019/2020.

DELAINE CRISTINA SANTANA BARROSO, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1914055-0 SSP/MT e do CPF sob o nº. 020.762.301.57, servidora no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, matriculada no DRH sob o nº 2680, a partir do dia 04/01/2021 a 03/02/2021 referente ao período aquisitivo de 2019/2020.

FRANCISCO VIEIRA NASCIMENTO, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 14104504 SSP/MT e do CPF sob o nº. 939.933.661.15, servidor no cargo de **PROFESSOR**, matriculado no DRH sob o nº 213, a partir do dia 04/01/2021 a 03/02/2021 referente ao período aquisitivo de 2020/2021.

GENIVAM PEREIRA DE SOUSA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 16148533 SSP/MT e do CPF sob o nº 804.624.481.34, servidora no cargo de **AUXILIAR EM SAUDE BUCAL**, matriculada no DRH sob o nº 1152, a partir do dia 04/01/2021 a 03/02/2021 referente ao período aquisitivo de 2020/2021.

JONAS FERNANDES BENTO, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 1788629-5 SSP/MT e do CPF sob o nº. 018.924.921.80, servidor no cargo de **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS**, matriculado no DRH sob o nº 2700, a partir do dia 05/01/2021 a 03/02/2021 referente ao período aquisitivo de 2019/2020.

JULIO CESAR LUCAS, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 0358721-5 SSP/MT e do CPF sob o nº 288.445.301.63, servidor no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, matriculado no DRH sob o nº 1092, a partir do dia 04/01/2021 a 03/02/2021 referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

LUCIA SOBOLESKI, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 10785930 SSP/MT e do CPF sob o nº. 846.693.061-20, servidora no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, matriculada no DRH sob o nº 888, a partir do dia 04/01/2021 a 03/02/2021 referente ao período aquisitivo de 2019/2020.

MIRIAN FRANCELINO DA SILVA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 91670682 SSP/MT e do CPF sob o nº015.331.681.05, servidora no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, matriculada no DRH sob o nº 2355, a partir do dia 19/01/2021 – 18/02/2021 referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 21 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 013/2021

De 21 de janeiro de 2021.

"*Dispõe Sobre Concessão de Férias, e Dá Outras Providências".*

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o Art. 69 da Lei Complementar n.º 004/2001 de 28/12/2001, ao servidor:

CHAIANE SQUENA VICENTE, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1393510-0 SSP/MT e do CPF sob o nº. 015.045.231-48, servidora no cargo de **PROFESSORA**, matriculada no DRH sob o nº 2276, a partir do dia 04/01/2021 a 24/01/2021 referente ao período aquisitivo de 2018/2019

CLAUDEMIR DA SILVA MAESTRI, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 1946028-7 SSP/MT e do CPF sob o nº. 034.205.111.32, servidor no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, matriculado no DRH sob o nº 2199, a partir do dia 04/01/2021 a 24/01/2021 referente ao período aquisitivo de 2019/2020.

Artigo. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 21 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 023/2021

De 21 de janeiro de 2021.

"*Dispõe Sobre Nomeação de Servidor em Cargo de Comissão, e dá Outras Providências".*

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º **NOMEAR** a Senhora **JOZE DO CARMO ROSA SOUZA PINTO**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 37146589-8 SSP/SP e CPF nº 059.695.126.48, do cargo de **FISCAL DE CONTRATOS**, de provimento em comissão, símbolo DAS III, lotado na Secretaria de Administração, Lei Complementar nº 069/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 04 de janeiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 21 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 012/2021

De 21 de janeiro de 2021.

"***Dispõe sobre Nomeação de Servidor em Cargo de Provimento Efetivo, e dá outras providências."***

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

Considerando a Homologação do Resultado Final e a Convocação dos Aprovados no Concurso Público n.º 01/2020,

R E S O L V E:

Art. 1º NOMEAR, o Senhor **IVANOR VENANCIO**, portador do RG nº 3.816.612 SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº 023.575.389-02, para o cargo de **OPERADOR DE MAQUINAS LEVES**, de provimento efetivo, lotado na Secretaria de Obras e criado através da Lei Complementar nº 059/2017, para o qual foi aprovado em 1º Lugar no Concurso Público n.º 01/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 21 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 011/2021

De 18 de janeiro de 2021.

"***Dispõe sobre Nomeação de Servidor em Cargo de Provimento Efetivo, e dá outras providências."***

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

Considerando a Homologação do Resultado Final e a Convocação dos Aprovados no Concurso Público n.º 01/2020,

R E S O L V E:

Art. 1º NOMEAR, o Senhor **ROBERTO PIEREZAN**, portador do RG nº 1503270-1 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 001.035.311-90, para o cargo de **OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS**, de provimento efetivo, lotado na Secretaria de Obras e criado através da Lei Complementar nº 059/2017, para o qual foi aprovado em 1º Lugar no Concurso Público n.º 01/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 18 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 010/2021

De 12 de janeiro de 2021.

"***Dispõe sobre Nomeação de Servidor em Cargo de Provimento Efetivo, e dá outras providências."***

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

Considerando a Homologação do Resultado Final e a Convocação dos Aprovados no Concurso Público n.º 01/2020,

R E S O L V E:

Art. 1º **NOMEAR**, a Senhora **MARIA APARECIDA ROCHA MACHADO**, portadora do RG nº 15.784.528 SSP/MG e inscrita no CPF sob o nº 093.386.196-64, para o cargo de **OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS**, de provimento efetivo, lotada na Secretaria Municipal de Obras e criado através da Lei Complementar nº 059/2017, para o qual foi aprovada em 2º Lugar no Concurso Público n.º 01/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 12 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE 2º ADITIVO CONTRATO Nº 007/2020

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	**LUCILENE PEREIRA DE SOUZA**, brasileira, portadora do RG nº 2924451-0 e CPF sob o nº 732.220.702-53, residente e domiciliado na cidade de Novo Mundo / MT, CEP 78. 528-000, doravante denominada LOCADORA, que em comum acordo **na forma do Procedimento de Dispensa de Licitação nº 001/2020,** amparada no art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93 e na Lei 8.245 de 1991 bem como nas demais legislações correlatadas no que lhe couber.
Objeto Aditivo	O objetivo do presente Termo Aditivo é fazer a ALTERAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELO IMÓVEL.
Justificativa	Este 2º Termo Aditivo tem como objeto a alteração do responsável legal pelo imóvel no qual a prefeitura municipal detém um contrato vigente até 31 de dezembro de 2021, a Locadora passa a ser a Senhora **LUCILENE PEREIRA DE SOUZA**, portadora do RG nº 2924451-0 e CPF nº 732.220. 702-53 residente e domiciliada na Linha Jabuti, Zona Rural no município de Novo Mundo – MT, o valor trimestral do aluguel continuará sendo o mesmo do contrato original, e a conta para pagamento passará a ser a seguinte: Banco do Brasil Agência: 1589-x Conta Corrente: 29.806-9 Lucilene Pereira de Souza.
Valor Global	O valor global para a execução do presente CONTRATO/ADITIVO para os **12 (doze) meses** é de R$6.000,00 (seis mil reais), sendo pago um valor de R$1.500,00 (um mil e quinhentos reais) trimestrais, mediante apresentação de Nota Fiscal devidamente atestada juntamente com os relatórios de monitoramento.
Prazo de Vigência	O prazo de execução do contrato é de 01/01/2021 a 31/12/2021.
Dotação Orçamentaria	446-09.001.04122.0002.2075.3390.38.00.00 Órgão: Secretaria de Transporte e Obras
	Dispensa de Licitação nº 001/2020

Novo Mundo/MT, 12 de março de 2021.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 005/2021

De 04 de Janeiro de 2021.

"Dispõe Sobre Concessão De Férias, e Dá Outras Providências".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o artigo 69 e 70 da LC n.º 004/2001 para o período de 30/12/2019 a 28/01/2020 aos servidores:

APARECIDA DA SILVA ANANIAS, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 15762181 SSP/MT e do CPF sob o nº. 004.800.731.55, servidora no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO (Zeladora)**, matriculada no DRH sob o nº 49, referente ao período aquisitivo de 01/05/2019 a 30/04/2020

BEATRIZ APARECIDA MARIANI, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 12786187 SSP/MT e do CPF sob o nº. 899.695.961.87, servidora no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO (Merendeira)**, matriculada no DRH sob o nº 848, referente ao período aquisitivo de 03/09/2019 a 02/09/2020

CRISTINA APARECIDA DA SILVA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 14603284 SSP/MT e do CPF sob o nº. 003.730.391.07, servidora no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO (Zeladora)**, matriculada no DRH sob o nº 1119, referente ao período aquisitivo de 02/05/2019 a 01/05/2020.

EDNA RODRIGUES DA SILVA PEDRETE, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 698.882 SSP/RO e do CPF sob o nº. 667.740.632.68, servidora no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO (Zeladora)**, matriculada no DRH sob o nº 1141, referente ao período aquisitivo de 02/06/2019 a 01/06/2020.

EDNEUSA DUARTE DOS SANTOS DE MORAIS, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1657987-9 SSP/MT e do CPF sob o nº. 523. 268.291.15, servidora no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO (Zeladora)**, matriculada no DRH sob o nº 904, referente ao período aquisitivo de 26/09/2019 a 25/09/2020.

INES MARIA MARMITT ENGELMANN, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 4083492431 SSP/RS e do CPF sob o nº. 977.702.050.34, servidora no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO (Merendeira)**, matriculada no DRH sob o nº 189, referente ao período aquisitivo de 02/05/2020 a 01/05/2021.

JANDRIA DE SOUZA SANDRE, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1722350-4 SSP/MT e do CPF sob o nº. 005.911.691.93, servidora no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO (Zeladora)**, matriculada no DRH sob o nº 2206, referente ao período aquisitivo de 09/07/2019 a 08/07/2020;

JOELMA CARLOS DO NASCIMENTO, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1669223-3 SSP/MT e do CPF sob o nº 979.892.741.91, servidora no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO (Zeladora)**, matriculada no DRH sob o nº 1118, referente ao período aquisitivo de 02/05/2019 a 01/05/2020.

JOELMA FEITOSA DE SOUZA ROSAS, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 13414038 SSP/MT e do CPF sob o nº. 914.584.391. 00, servidora no cargo de **TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL**, matriculada no DRH sob o nº 927, referente ao período aquisitivo de 02/10/2019 a 01/10/2020;

LENIR DE FATIMA PAIVA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1373455-5 SSP/MT e do CPF sob o nº. 005.685.901-55, servidora no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO (Zeladora)**, matriculada no DRH sob o nº 195, referente ao período aquisitivo de 01/05/2020 a 30/04/2021;

LUCIA LIDIA DOCIATI, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 3121656 SSP/SC e do CPF sob o nº. 829.053.809.00, servidora no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO (Merendeira)**, matriculada no DRH sob o nº 114, referente ao período aquisitivo de 04/03/2019 a 03/03/2020.

LUCIENE EVANGELISTA BARBOSA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 14772167 SSP/MT e do CPF sob o nº. 978.444.971.49, servidora no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO (Zeladora)**, matriculada no DRH sob o nº 1112, referente ao período aquisitivo de 02/04/2019 a 01/04/2020;

MARLI MARTELLO SOBOLESKI, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1451193-2 SSP/MT e do CPF sob o nº. 001.218.981-21, servidora no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO (Zeladora)**, matriculada no DRH sob o nº 129, referente ao período aquisitivo de 02/07/2017 a 01/07/2020;

MARIA CONSOLACAO TEIXEIRA DE SOUZA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 16693078 SSP/MT e do CPF sob o nº. 010.279. 901.69, servidora no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIO-**

NAL PROFISSIONALIZADO (Zeladora), matriculada no DRH sob o nº 846, referente ao período aquisitivo de 03/09/2019 a 02/09/2020.

MARCELIO JOSE ACOSTA MONTES, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 6.627.669-4 SSP/PR e do CPF sob o nº. 604.416.901.49, servidor no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONADO (Motorista)**, matriculado no DRH sob o nº 929, referente ao período aquisitivo de 01/10/2018 a 01/10/2019.

MARIA EDIME DE OLIVEIRA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 12519693 SSP/MT e do CPF sob o nº. 862.783.981.68, servidora no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO (Merendeira)**, matriculada no DRH sob o nº 29, referente ao período aquisitivo de 01/07/2020 a 30/06/2021;

NAIR MARIA NONNEMACHER POSSEBON, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 2018522141 SSP/RS e do CPF sob o nº. 979.892. 661.72, servidora no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO (Merendeira)**, matriculada no DRH sob o nº 128, referente ao período aquisitivo de 01/03/2020 a 28/02/2021;

NERA JORGE DOS REIS, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 9.683.626-0 SSP/PR e do CPF sob o nº. 456.861.901.78, servidora no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO (Zeladora)**, matriculada no DRH sob o nº 1140, referente ao período aquisitivo de 03/09/2020 – 02/09/2021.

ROSA MARIA ROSATO, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1003699 SSP/MT e do CPF sob o nº. 889.284.541.15, servidora no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO (desvio de função)**, matriculada no DRH sob o nº 38, referente ao período aquisitivo de 01/07/2018 a 30/06/2018;

ROSELI PEREIRA DE ARAUJO, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 15997871SSP/MT e do CPF sob o nº. 362.753.011.04, servidora no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, matriculada no DRH sob o nº 851, referente ao período aquisitivo de 03/09/2019 a 02/09/2020.

ROSINETE FERREIRA MARTINS, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 954.580 SSP/MT e do CPF sob o nº. 899.925.631.68, servidora no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO (Zeladora)**, matriculada no DRH sob o nº 88, referente ao período aquisitivo de 04/03/2019 a 03/03/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 04 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 031/2021.

De 21 de janeiro de 2021

"Dispõe sobre a nomeação de servidor de cargo em comissão e dá outras providências".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - Art. 1º. **NOMEAR** o Sr. **NELCIMAR ALVES DE LIMA**, portador da Cédula de Identidade RG: nº 9467540-5 SSP/PR e devidamente inscrito no CPF sob nº 019.948.801-04, para o cargo de **COORDENADOR DE DE SERVIÇOS URBANOS**, de provimento em comissão, símbolo DAS III, lotado na Secretaria Municipal Obras, e criado através da Lei Complementar nº 069/2019.

Artigo. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 04 de janeiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 21 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 032/2021.

De 21 de janeiro de 2021

"***Dispõe sobre Nomeação de servidor em cargo de comissão, e dá outras providências."***

O Exmo. **PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º NOMEAR o Senhor **RENATO AUGUSTO DAUFENBACH LOPES**, portador da Cédula de Identidade RG nº 21127042 SSP/MT e devidamente inscrito no CPF sob o nº 052.953.111.98, para o cargo de C**OORDENADOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL** de provimento em comissão, referência DAS I, lotado no Gabinete do Prefeito, e criado através da Lei Complementar nº 069/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 21 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 004/2021

PORTARIA Nº 004/2021

De 04 de janeiro de 2021.

"Dispõe Sobre Concessão De Férias, e Dá Outras Providências".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o artigo 69 e 70 da LC n.º 004/2001 para o período de 30/12/2020 a 28/01/2021 aos servidores:

BERNADETE DAUFEMBACK DE OLIVEIRA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 4.857.972-8 SSP/PR e do CPF sob o nº. 688.815. 849.72, servidora no cargo de **PROFESSORA**, matriculada no DRH sob o nº 868, referente ao período aquisitivo de 03/09/2019 a 02/09/2020

EDIR SALETE BENINCA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 5015806937 SSP/RS e do CPF sob o nº. 325.698.310.34, servidora no

cargo de **PROFESSORA**, matriculada no DRH sob o nº 934, referente ao período aquisitivo de 02/10/2019 a 01/10/2020;

ELIZANGELA MACHADO, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 0809920-0 SSP/MT e do CPF sob o nº. 531.785.991-34, servidora no cargo de **PROFESSORA**, matriculada no DRH sob o nº 970, referente ao período aquisitivo de 26/11/2019 a 25/11/2020;

ELYS MARINA SOUZA FONSECA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 2119974-4 SSP/MT e do CPF sob o nº. 035.822.781.07, servidora no cargo de **PROFESSORA**, matriculada no DRH sob o nº 2210, referente ao período aquisitivo de 17/07/2019 a 16/07/2020;

FRANCIELE ELEUTERIO DE OLIVEIRA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1947932-8 SSP/MT e do CPF sob o nº. 025.484.111-25, servidora no cargo de **PROFESSORA**, matriculada no DRH sob o nº 2211, referente ao período aquisitivo de 02/07/2019 a 01/07/2020;

GEISA QUITERIA RODRIGUES ALVES NITSCHI, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1275638-5 SSP/MT e do CPF sob o nº. 571.321. 271.87, servidora no cargo de **PROFESSORA**, matriculada no DRH sob o nº 869, referente ao período aquisitivo de 03/11/2018 a 02/11/2019.

HELTER ALEXANDRE BORGA DE MELLO, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 12352888 SSP/MT e do CPF sob o nº. 941.619.091.87, servidor no cargo de **PROFESSOR**, matriculado no DRH sob o nº 2213, referente ao período aquisitivo de 05/07/2019 a 04/07/2020;

IVONETE MARIA ANTÔNIO, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1503508 SSP/PA e do CPF sob o nº. 255.212.332-53, servidora no cargo de **PROFESSORA**, matriculada no DRH sob o nº 11, referente ao período aquisitivo de 14/02/2019 a 13/02/2020.

JAQUELINE MORENO, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 12462632 SSP/MT e do CPF sob o nº. 877.938.811.68, servidora no cargo de **PROFESSORA**, matriculada no DRH sob o nº 13, referente ao período aquisitivo de 14/02/2020 a 13/02/2021.

JILQUIMBERGUE HOLSBAK MOREIRA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 11289503 SSP/MT e do CPF sob o nº. 650.616.831.53, servidor no cargo de **PROFESSOR**, matriculado no DRH sob o nº 15, referente ao período aquisitivo de 01/07/2020 a 30/06/2021

JOAQUIM GOMES DA SILVA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 3081930-6 SSP/PR e do CPF sob o nº. 410.800.929-00, servidor no cargo de **PROFESSOR**, matriculado no DRH sob o nº 145, referente ao período aquisitivo de 03/03/2019 a 02/03/2020

JUZEHILDA DOS SANTOS FONSECA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 12519952 SSP/MT e do CPF sob o nº. 021.547.561. 5 650.526.501.59, servidora no cargo de **PROFESSORA**, matriculada no DRH sob o nº 79, referente ao período aquisitivo de 03/03/2018 – 02/03/ 2019.

LAUCILIA PEREIRA DUTRA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 276571241 SSP/MT e do CPF sob o nº. 167.017.278.32, servidora no cargo de **PROFESSORA**, matriculada no DRH sob o nº 127, referente ao período aquisitivo de 03/03/2020 a 02/03/2021.

LUIS CARLOS SANCHES, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 409715 SSP/RO e do CPF 355.696.202.06, servidor no cargo de **PROFESSOR**, matriculado no DRH sob o nº 24, referente ao período aquisitivo de 15/08/2020 a 14/08/2021.

LUZIA DIAS SOARES, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 6. 660.127-7 SSP/PR e do CPF sob o nº. 593.349.759.20, servidora no cargo de **PROFESSORA**, matriculada no DRH sob o nº 975, referente ao período aquisitivo de 10/12/2019 a 09/12/2020.

LUIZ AFONSO MALLMANN, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 240.510 SSP/MS e do CPF sob o nº. 019.273.518-71, servidor no cargo de **PROFESSOR**, matriculado no DRH sob o nº 23, referente ao período aquisitivo de 01/02/2020 A 31/01/2021.

MARISA FATIMA GROSS, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1003644 SSP/MT e do CPF sob o nº. 535.887.031.87, servidora no cargo de **PROFESSORA**, matriculada no DRH sob o nº 32, referente ao período aquisitivo de 14/02/2020 a 13/02/2021.

MARIZA SANCHES, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 4371500 SSP/PR e do CPF sob o nº. 390.181.802.20, servidora no cargo de **PROFESSORA**, matriculada no DRH sob o nº 84, referente ao período aquisitivo de 03/03/2020 a 02/03/2021.

MARLEI MARTELLO SOBOLESKE, brasileira, portadora da Cédula de Identidade 11288515 SSP/PR e do CPF sob o nº. 814.599.471.34, servidora no cargo de **PROFESSORA**, matriculada no DRH sob o nº 124, referente ao período aquisitivo de 03/03/2020 a 02/03/2021

MARIA CECILIA SCONHETZKI MAGNANI, brasileira, portadora da Cédula de Identidade 5.547.454-0 SSP/PR e do CPF sob o nº. 004.564.489. 69, servidora no cargo de **PROFESSORA**, matriculada no DRH sob o nº 866, referente ao período aquisitivo de 03/09/2018 – 02/09/2019

NAIR PEZZINI, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 405419 SSP/MT e do CPF sob o nº. 295.880.491.72, servidora no cargo de **PROFESSORA**, matriculada no DRH sob o nº 34, referente ao período aquisitivo de 03/03/2020 a 02/03/2021

NEUZA BERNARDO DA SILVA VILCZAK, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 789 324 SSP/MT e do CPF sob o nº. 514.544.241.68, servidora no cargo de **PROFESSORA**, matriculada no DRH sob o nº 150, referente ao período aquisitivo de 03/03/2020 a 02/03/2021

NEIVA MAFINI, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 3. 9693925-7 SSP/PR e do CPF sob o nº. 788.499.181.00, servidora no cargo de **PROFESSORA**, matriculada no DRH sob o nº 87, referente ao período aquisitivo de 03/03/2020 a 02/03/2021

ROSELI FAVA MALLMANN, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 10170880 SSP/MT e do CPF sob o nº. 366.114.681.53, servidora no cargo de **PROFESSORA**, matriculada no DRH sob o nº 107, referente ao período aquisitivo de 03/03/2020 a 02/03/2021

SILEIDE OLIVEIRA DE MATOS SANTOS, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 35526598425191 SSP/GO e do CPF sob o nº. 768.437. 691.87, servidora no cargo de **PROFESSORA**, matriculada no DRH sob o nº 42, referente ao período aquisitivo de 02/08/2020 a 01/08/2021

SILVANA PEREIRA DA SILVA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 51790367 SSP/PR e do CPF sob o nº. 559.886.011.20, servidora no cargo de **PROFESSORA**, matriculada no DRH sob o nº 43, referente ao período aquisitivo de 14/02/2020 a 13/02/2021

TAMAR AMELIA DE SOUZA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 16272793-3 SSP/MA e do CPF sob o nº. 407.522.593.34, servidora no cargo de **PROFESSORA**, matriculada no DRH sob o nº 2222, referente ao período aquisitivo de 02/07/2019 a 01/07/2020

VALDEMIR BARANOSKI, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 11343710 SSP/MT e do CPF 667.580.251.87, servidor no cargo de **PROFESSOR**, matriculado no DRH sob o nº 45, referente ao período aquisitivo de 01/07/2020 a 30/06/2021

WENDEL CARVALHO MARQUES, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 264030850 SSP/MT e do CPF 187.583.628.43, servidor no cargo de **PROFESSOR**, matriculado no DRH sob o nº 956, referente ao período aquisitivo de 01/11/2019 a 31/10/2020

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 04 de janeiro de 2021

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 033/2021

De 21 de janeiro de 2021.

"***Dispõe sobre Nomeação de servidor em cargo de comissão, e dá outras providências."***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º **NOMEAÇÃO**, o Senhor **LUIS PAULO MARQUES NUNES**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 21112282 e devidamente inscrito no CPF sob nº. 043.991.261.08, para o cargo de **COORDENADOR DE PATRIMONIO E FROTA**, de provimento em comissão, referência DAS II, lotado na Secretaria Municipal de Administração, e criado através da Lei Complementar nº 069/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04 de janeiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 21 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 003/2021

De 04 de janeiro de 2021.

"Dispõe sobre Nomeação de servidor em cargo de comissão, e dá outras providências."

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - NOMEAÇÃO, a Senhora, **LARISSA BORRE GROSS**, brasileira, portadora da RG nº 25034995 SSP/MT e CPF sob o nº 057.373.641. 35, para o cargo de **COORDENADORA DE APLIC**, de provimento em comissão, símbolo DAS I, lotado na Secretaria de Finanças, criado pelo Art. 29, Inciso VI, da Lei Complementar nº 059/2017.

Artigo. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 04 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 002/2021

De 04 de janeiro de 2021

"***Dispõe sobre nomeação de Secretário Municipal, e dá outras providências."***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º **NOMEAR** o Senhor **SEMILDO ROGÉRIO HOBOLD**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 747251 SSP/MT e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 458.868.141-91, para o cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 04 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 001/2021

De 04 de janeiro de 2021.

"*Dispõe Sobre Nomeação de Servidor em Cargo de Comissão, e dá Outras Providências".*

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º NOMEAR a Senhora **ALDRY ALVES SANTOS**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 2602763-1 SSP/MT e CPF nº 054.998.621.92, para o cargo de **ENTREVISTADOR DO CADASTRO ÚNICO E BOLSA FAMILIA**, de provimento em comissão, símbolo DAS III, lotado na Secretaria de Ação Social, Lei Complementar nº 069/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 04 de janeiro 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 035/2021

De 21 de janeiro de 2021.

"***Dispõe sobre Nomeação de servidor em cargo de comissão, e dá outras providências."***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º **NOMEAÇÃO**, o Senhor **DAHUER PEDRIEL HURTADO MARQUES NUNES**, boliviano, portador da Cédula de Identidade de estrangeiro V675066-K e devidamente inscrito no CPF sob nº. 753.658.201-34, para o cargo de **COORDENADOR DE TRANSPORTE MUNICPAL**, de provimento em comissão, referência DAS II, lotado na Secretaria Municipal de Obras, e criado através da Lei Complementar nº 069/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04 de janeiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 21 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 030/2021.

De 21 de janeiro de 2021

"***Dispõe sobre nomeação de servidor em cargo de comissão, e dá outras providências."***

O Exmo. **PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º NOMEAR o Senhor **JÚLIO CESAR LUCAS**, portador da Cédula de Identidade RG nº 03587215 SSP/MT e devidamente inscrito no CPF sob o nº 288.445.301.63, para o cargo de C**OORDENADOR DE SERVIÇOS COOPERADOS** de provimento em comissão, referência DAS I, lotado no Gabinete do Prefeito, e criado através da Lei Complementar nº 069/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 005/2020, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 21 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 036/2021

De 21 de janeiro de 2021.

Dispõe sobre Exoneração de servidor para cargo de comissão, e dá outras providências."

O Exmo. Senhor PREFEITO MUNICIPAL De Novo Mundo, Estado De Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **EXONERAR**, o Senhor **GLEISSON DOS SANTOS DUARTE**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 25224050 SSP/MT e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 061.755.871.03, do cargo de **AGENTE MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**, lotado no Gabinete do Prefeito, nos termos da Lei Complementar n.º 069/2019.

Artigo. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04 de janeiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 21 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 037/2021

De 21 de janeiro de 2021.

"*Dispõe Sobre Exoneração de Servidor em Cargo de Comissão, e dá Outras Providências".*

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º **EXONERAR** a Senhora **EDNA CARLA BELLATTO**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 14041316 SSP/MT e CPF nº 999.130.201.82, para o cargo de **COORDENADORA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**, de provimento em comissão, símbolo DAS II, lotado na Secretaria de Finanças, conforme Lei Complementar nº 069/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04 de janeiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 21 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2021
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2021

Tendo em vista o que consta dos autos do Processo de Licitação realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 004/2021, e resultados apresentados pela Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio de Licitação, **homologo** o presente certame para todos os efeitos previstos em lei. O objeto do Processo Licitatório é: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA PEQUENOS REPAROS EM PRÉDIOS PÚBLICOS E MANUNTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO MT.**

Novo Mundo – MT, em 12 de março de 2021.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 073/2021

De 15 de fevereiro de 2021.

"***Dispõe sobre Nomeação de Servidor em Cargo de Provimento Efetivo, e dá outras providências."***

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

Considerando a Homologação do Resultado Final e a Convocação dos Aprovados no Concurso Público n.º 01/2020,

R E S O L V E:

Art. 1º **NOMEAR**, a Senhora **ELIANE DOS REIS BONRUQUE**, portadora do RG nº 21126135 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 012.355.851.40, para o cargo de **ZELADORA**, de provimento efetivo, lotada na Secretaria Municipal de Ação Social e criado através da Lei Complementar nº 059/2017, para o qual foi aprovada em 1º Classificada no Concurso Público n.º 01/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 15 de fevereiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 068/2021

De 12 de fevereiro de 2021

"*Dispõe Sobre Concessão De Férias, e Dá Outras Providências".*

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o artigo 69 e 70 da LC n.º 004/2001 aos servidores:

JUCELIO RAIMUNDO FERREIRA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 1522942-4 SSP/MT e do CPF sob o nº. 001.195.941-02, servidor no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONADO (Vigia)**, matriculado no DRH sob o nº 928, a partir do dia 03/02/2021 a 04/03/2021 referente ao período aquisitivo de 2019/2020

MARIA ROSA LEITE, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 865.636 SSP/MT e do CPF sob o nº. 537.919.831-72, servidora no cargo de **PROFESSORA**, matriculada no DRH sob o nº 83, a partir do dia 01/02/2021 a 02/03/2021 referente ao período aquisitivo de 2019/2020

MARLI APARECIDA BATISTA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 20222632002-5 SSP/MA e do CPF sob o nº. 005.443.171.90, servidora no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONADO (Vigia)**, matriculada no DRH sob o nº 2255, a partir do dia 10/02/2021 a 12/03/2021 referente ao período aquisitivo de 2019/2020

OTENIEL DE JESUS SANTOS, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 4217816 SSP/PA e do CPF sob o nº. 740.979.112.87, servidor no cargo de **COORDENADOR DE PROGRAMAS PEDAGÓGICOS**, matriculado no DRH sob o nº 3540, a partir do dia 03/02/2021 a 04/03/2021 referente ao período aquisitivo de 2020/2021

ZENIL APARECIDO DE ARAUJO, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 1134411-3 SSP/MT e do CPF sob o nº. 901.337.221-04, servidor no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NÃO PROFISSIONADO (Vigia)**, matriculado no DRH sob o nº 2387, a partir do dia 29/01/2021 a 27/02/2021 referente ao período aquisitivo de 2020/2021

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 12 de fevereiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 067/2021

De 12 de fevereiro de 2021.

"*Dispõe Sobre Concessão de Férias, e dá Outras Providências".*

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o artigo 69 e 70 da Lei Complementar n.º 004/2001 de 28/12/2001, aos servidores:

ADAO EDILSON MEDINA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 16357043 SSP/MT e do CPF sob o nº. 025.607.511.51, servidor no cargo de **AGENTE DE SAUDE**, matriculado no DRH sob o nº 2180, a partir do dia 22/02/2021 a 23/03/2021 referente ao período aquisitivo de 2019/2020

ADRIANA CAMPOS, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 4403704 SSP/MT e do CPF sob o nº. 018.797.061-05, servidora no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, matriculada no DRH sob o nº 844, a partir do dia 24/01/2021 a 23/02/2021 referente ao período aquisitivo de 2019/2020

ELSON ROBERTO MUNARO, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 5055655244 SSP/RS e do CPF sob o nº. 735.761.230.91, servidor no cargo de **FISCAL DE TRIBUTOS**, matriculado no DRH sob o nº 110, a partir do dia 01/02/2021 a 02/03/2021 referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

IVO DALAZEN, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 33919409 SSP/MT e do CPF sob o nº. 554.668.539-49, servidor no cargo de **OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS**, matriculado no DRH sob o nº 179, a partir do dia 01/02/2021 a 02/03/2021 referente ao período aquisitivo de 2019/2020.

JANILSE PAGNO, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1585001-3 SSP/MT e do CPF sob o nº. 973.568.591-49, servidora no cargo de **ASSESSORA JURIDICA**, matriculada no DRH sob o nº 3428, a partir do dia 01/02/2021 a 02/03/2021 referente ao período aquisitivo de 2020/2021.

LUCIA SOBOLESKI, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 10785930 SSP/MT e do CPF sob o nº. 846.693.061-20, servidora no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, matriculada no DRH sob o nº 888, a partir do dia 16/02/2021 a 15/03/2021 referente ao período aquisitivo de 2020/2021.

LUCIDALVA EVANGELISTA BARBOSA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 19480784 SSP/MT e do CPF sob o nº. 025.266.141.98, servidora no cargo de **TECNICA DE ENFERMAGEM**, matriculada no DRH sob o nº 2202, a partir do dia 01/02/2021 a 02/03/2021 referente ao período aquisitivo de 2019/2020

VILSON CARAGNATO, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 9028260116 SSP/RS e do CPF sob o nº. 459.769.020.49, servidor no cargo de **FISCAL DE TRIBUTOS**, matriculado no DRH sob o nº 113, a partir do dia 22/02/2021 a 23/03/2021 referente ao período aquisitivo de 2018/2019

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 12 de fevereiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 019/2021

De 21 de janeiro de 2021.

"*Dispõe sobre concessão de Prorrogação de Licença-Maternidade à servidora, e dá outras providências".*

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1° - CONCEDER prorrogação de Licença-Maternidade por mais 60 (sessenta) dias, para o período de 31/12/2020 a 01/03/2021 à servidora Sr.ª **MARTA DO CARMO DE JESUS**, portadora do RG 2112579-1 SSP/MT e do CPF nº 060.317.191.50, servidora contratada no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, matriculada no Departamento de Recursos Humano sob a matricula nº 3449**.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 31 de dezembro de 2020 revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 21 de janeiro de 2020.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 022/2021

De 21 de janeiro de 2021.

"*Dispõe Sobre Exoneração de Servidor em Cargo de Comissão, e dá Outras Providências".*

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º **EXONERAR** a Senhora **JOZE DO CARMO ROSA SOUZA PINTO**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 37146589-8 SSP/SP e CPF nº 059.695.126.48, para o cargo de **FISCAL DO DAE**, de provimento em comissão, símbolo DAS III, lotado na Secretaria de Saúde, Lei Complementar nº 069/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 04 de janeiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 21 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 042/2021

De 25 de janeiro de 2021.

"Dispõe sobre concessão de Auxílio doença ao Servidor Efetivo e dá outras providências".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER**: Auxílio Doença ao servidor Sr. **MANOEL MILTON PEREIRA DE SOUZA** , brasileiro, Portador da Cédula de Identidade RG nº 13836200 SSP/MT e do CPF sob o nº 205.358.803-91, efetivo no cargo de **GARI**, devidamente matriculado sob o nº 859. conforme atestado médico e perícia.e com o Art. 9º, §§ 2º e 3º da Emenda Constitucional nº 103/2019, a partir de 12/01/2021 à 12/03/2021.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Com efeitos a partir de 12 de janeiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 25 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 043/2021

De 25 de janeiro de 2021.

Dispõe sobre nomeação de servidor para cargo de comissão, e dá outras providências."

O Exmo. Senhor PREFEITO MUNICIPAL De Novo Mundo, Estado De Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **NOMEAR**, o Senhor **JOSE VAZ DE OLIVEIRA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 998676 SSP/RO e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 776.506.971-34, para o cargo de ***AGENTE MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL***, de provimento em comissão, símbolo DAS III, lotado no Gabinete do Prefeito, Lei Complementar nº 069/2019.

Artigo. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de janeiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 25 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 044/2021

De 25 de janeiro de 2021.

"Dispõe sobre concessão de prorrogação de Auxílio Doença, e dá outras providências".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** prorrogação de Auxílio Doença à servidora Sr.ª **MARLI APARECIDA DE OLIVEIRA BARBOSA,** portadora do RG 17320569 SSP/MT e do CPF nº 615.544.991.00, efetiva no cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais,** inscrita no DRHsob a matricula nº 894, em conformidade o Processo na Comarca de Guarantã do Norte de Numeração Única 1000491-76.2019.8.11.0087 e com o Art. 9º, §§ 2º e 3º da Emenda Constitucional nº 103/2019, de 01/01/2021 a 31/12/2021.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de janeiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 25 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 045/2021

De 25 de janeiro de 2021.

"Dispõe sobre concessão de Prorrogação de Licença-Maternidade à servidora, e dá outras providências".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1° - PRORROGAÇÃO de Licença-Maternidade por mais 60 (sessenta) dias, para o período de 21/01/2021 a 22/03/2021 à servidora Sr.ª **ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS**, portadora do RG 14602555 SSP/MT e do CPF nº 009.660.971.06, servidora contratada no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, matriculada no Departamento de Recursos Humano sob a matricula nº 984.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 21 de janeiro de 2021 revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 25 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 046/2021

De 25 de janeiro de 2021.

"***Dispõe sobre Exoneração de servidor em cargo de comissão, e dá outras providências."***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º **EXONERAR**, a pedido, o Senhor **EDEMAR BIAZOTO**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade 10429425 SSP/MT e devidamente inscrito no CPF sob nº. 801.593.971.20, do cargo de **COORDENADOR DE MECANICA**, de provimento em comissão, referência DAS I, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas, e criado através da Lei Complementar nº 069/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 20 de janeiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 25 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 048/2021

De 01 de fevereiro de 2021.

"*Dispõe Sobre retorno de Afastamento de Servidor Efetivo, e Dá Outras Providências".*

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - CONCEDER, o retorno do afastamento a servidora **LUCIMAR DE FATIMA GABRIEL DE ARAUJO**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 6682243 SSP/MT e do CPF sob o nº 411.389.451.53, efetiva no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZANTE, devidamente inscrita sob a matricula funcional nº 845, retorno do afastamento sem remuneração do trabalho a partir de 04 de janeiro de 2021**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 01 de fevereiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 049/2021

De 01 de fevereiro de 2021.

"***Dispõe sobre Nomeação de Servidor em Cargo de Provimento Efetivo, e dá outras providências."***

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

Considerando a Homologação do Resultado Final e a Convocação dos Aprovados no Concurso Público n.º 01/2020,

R E S O L V E:

Art. 1º **NOMEAR**, a Senhora **LILIAN CLAUDIA PEREIRA DE OLIVEIRA**, portadora do RG nº 2184884-0 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 036. 728.641-61, para o cargo de **PROFESSOR DE PEDAGOGIA**, de provimento efetivo, lotada na Secretaria Municipal de Educação e criado através da Lei Complementar nº 059/2017, para o qual foi aprovada em 1º Lugar no Concurso Público n.º 01/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 01 de fevereiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 050/2021

De 01 de fevereiro de 2021.

"***Dispõe sobre Nomeação de Servidor em Cargo de Provimento Efetivo, e dá outras providências."***

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

Considerando a Homologação do Resultado Final e a Convocação dos Aprovados no Concurso Público n.º 01/2020,

R E S O L V E:

Art. 1º **NOMEAR**, a Senhora **DAYANE CRISTIELLE SIQUIERE**, portadora do RG nº 2066618-7 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 029.715.511-30, para o cargo de **PROFESSOR DE PEDAGOGIA**, de provimento efetivo, lotada na Secretaria Municipal de Educação e criado através da Lei Complementar nº 059/2017, para o qual foi aprovada em 2º Lugar no Concurso Público n.º 01/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 01 de fevereiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 051/2021

De 01 de fevereiro de 2021.

"***Dispõe sobre Nomeação de Servidor em Cargo de Provimento Efetivo, e dá outras providências."***

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

Considerando a Homologação do Resultado Final e a Convocação dos Aprovados no Concurso Público n.º 01/2020,

R E S O L V E:

Art. 1º **NOMEAR**, a Senhora **MONICA JESUS MUNIZ**, portadora do RG nº 1476870-4 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 971.888.401-72, para o cargo de **PROFESSOR DE PEDAGOGIA**, de provimento efetivo, lotada na Secretaria Municipal de Educação e criado através da Lei Complementar nº 059/2017, para o qual foi aprovada em 3º Lugar no Concurso Público n.º 01/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 01 de fevereiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 052/2021

De 01 de fevereiro de 2021.

"***Dispõe sobre Nomeação de Servidor em Cargo de Provimento Efetivo, e dá outras providências."***

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

Considerando a Homologação do Resultado Final e a Convocação dos Aprovados no Concurso Público n.º 01/2020,

R E S O L V E:

Art. 1º **NOMEAR**, a Senhora **ELIENE TEIXEIRA VIEIRA**, portadora do RG nº 1898125-9 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 021.792.811-02, para o cargo de **PROFESSOR DE PEDAGOGIA**, de provimento efetivo, lotada na Secretaria Municipal de Educação e criado através da Lei Complementar nº 059/2017, para o qual foi aprovada em 4º Lugar no Concurso Público n.º 01/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 01 de fevereiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 053/2021

De 01 de fevereiro de 2021.

"***Dispõe sobre Nomeação de Servidor em Cargo de Provimento Efetivo, e dá outras providências."***

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

Considerando a Homologação do Resultado Final e a Convocação dos Aprovados no Concurso Público n.º 01/2020,

R E S O L V E:

Art. 1º **NOMEAR**, a Senhora **MARILZA MELO**, portadora do RG nº 1820282-9 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 984.416.631-49, para o cargo de **TECNICO DE ENFERMAGEM**, de provimento efetivo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no Posto de Saúde Catarina Zin Mafini e criado através da Lei Complementar nº 059/2017, para o qual foi aprovada em 1º Lugar no Concurso Público n.º 01/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 01 de fevereiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 054/2021

De 01 de fevereiro de 2021.

"***Dispõe sobre Nomeação de Servidor em Cargo de Provimento Efetivo, e dá outras providências."***

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

Considerando a Homologação do Resultado Final e a Convocação dos Aprovados no Concurso Público n.º 01/2020,

R E S O L V E:

Art. 1º **NOMEAR**, a Senhora **ELIZANDRA NORMA DE SOUZA MACHACAL**, portadora do RG nº 22693041 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 039.417.161-66, para o cargo de **RECEPCIONISTA**, de provimento efetivo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no Posto de Saúde Catarian Zin Mafini, e criado através da Lei Complementar nº 059/2017, para o qual foi aprovada em 1º Lugar no Concurso Público n.º 01/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 01 de fevereiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 055/2021

De 01 de fevereiro de 2021.

"***Dispõe sobre Nomeação de Servidor em Cargo de Provimento Efetivo, e dá outras providências."***

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

Considerando a Homologação do Resultado Final e a Convocação dos Aprovados no Concurso Público n.º 01/2020,

R E S O L V E:

Art. 1º NOMEAR, o Senhor **ALISSON TIZO MALTEZO**, portador do RG nº 1889738-0 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 047.386.541-60, para o cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA**, de provimento efetivo, lotado na Secretaria de Educação e criado através da Lei Complementar nº 059/2017, para o qual foi aprovado em 1º Lugar no Concurso Público n.º 01/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 01 de fevereiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 056/2021

De 01 de fevereiro de 2021.

"***Dispõe sobre Nomeação de Servidor em Cargo de Provimento Efetivo, e dá outras providências."***

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

Considerando a Homologação do Resultado Final e a Convocação dos Aprovados no Concurso Público n.º 01/2020,

R E S O L V E:

Art. 1º NOMEAR, o Senhor **ILTON LUIS FERREIRA SANCHES**, portador do RG nº 15.720.843-8 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 010.969.521-65, para o cargo de **MEDICO CLINICO GERAL**, de provimento efetivo, lotado na Secretaria de Saúde e criado através da Lei Complementar nº 059/2017, para o qual foi aprovado em 1º Lugar no Concurso Público n.º 01/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 01 de fevereiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 018/2021

De 21 de janeiro de 2021.

"*Dispõe sobre Concessão de Prorrogação de afastamento por Benefício de Auxílio Doença, e dá outras providências".*

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art.1º CONCEDER PRORROGAÇÃO de afastamento de Auxilio Doença a Senhora **LIDIA SOBOLESKI**, portadora do RG 17732417 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 014.813.601.08, servidora contratada no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCAIONAL NÃO PROFISSIONALIZADO,**matriculada no DRH sob o nº 3485, o afastamento por auxilio doença pelo INSS, entre o período de 30/12/2020 ao dia 26/01/2021, em conformidade com a comunicação de decisão do INSS do Nº do Requerimento: 6222127090

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 30 de dezembro de 2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 21 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 017/2021

De 21 de janeiro de 2021

"***Dispõe sobre Nomeação de Secretário Municipal, e dá outras providências."***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° NOMEAR o Senhor **ALCIDES NERI VITORINO**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 0712464-3 SSP/MT e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 067.670.609-68, para o cargo de **COORDENADOR DE CONTABILIDADE** e provimento em comissão, referência DAS I, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, e criado através da Lei Complementar nº 069/2019.

Artigo 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 02 de janeiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 21 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 016/2021

De 21 de janeiro de 2021.

"Dispõe sobre Exoneração de servidor em cargo de comissão, e dá outras providências."

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - EXONERAÇÃO, a Senhora, **JULIANA FRESNEDA DOS SANTOS GOMES**, brasileira, portadora da RG nº 6123183 SSP/MT e CPF sob o nº 035.619.431.01, do cargo de **COORDENADORA DE CONTABILIDADE**, **e provimento em comissão, referência DAS I, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, e criado através da Lei Complementar nº 069/2019.**

Artigo. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 02 de janeiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 21 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 057/2021

De 02 de fevereiro de 2021.

"***Dispõe sobre Nomeação de Servidor em Cargo de Provimento Efetivo, e dá outras providências."***

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

Considerando a Homologação do Resultado Final e a Convocação dos Aprovados no Concurso Público n.º 01/2020,

R E S O L V E:

Art. 1º NOMEAR, o Senhor **ANTONIO ELIESER SOUSA ALENCAR**, portador do RG nº 833.233 SSP/TO e inscrito no CPF sob o nº 013.912.771-20, para o cargo de **PSICÓLOGO**, de provimento efetivo, lotado na Secretaria de Saúde e criado através da Lei Complementar nº 059/2017, para o qual foi aprovado em 1º Lugar no Concurso Público n.º 01/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 02 de fevereiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 058/2021

De 03 de fevereiro de 2021.

"***Dispõe sobre Nomeação de Servidor em Cargo de Provimento Efetivo, e dá outras providências."***

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

Considerando a Homologação do Resultado Final e a Convocação dos Aprovados no Concurso Público n.º 01/2020,

R E S O L V E:

Art. 1º NOMEAR, o Senhor **FELIPE MOURA PONTES**, portador do RG nº 2002010035785 SSP/CE e inscrito no CPF sob o nº 013.781.813-01, para o cargo de **ENGENHEIRO AGRÔNOMO**, de provimento efetivo, lotado na Secretaria de Agricultura e criado através da Lei Complementar nº 059/2017, para o qual foi aprovado em 1º Lugar no Concurso Público n.º 01/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 03 de fevereiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 079/2021

De 15 de fevereiro de 2021.

"*Dispõe Sobre Nomear de Servidor em Cargo de Comissão, e dá Outras Providências".*

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º **NOMEAR** a Senhora **JOCILENE INES SARTORETTO**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 4.921.347-6 SSP/MT e CPF nº 857.722.839-87, para o cargo de **COORDENADOR DE MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA**, de provimento em comissão, símbolo DAS III, lotado na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Lei Complementar nº 059/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 05 de fevereiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 15 de fevereiro de 2021

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 078/2021

De 15 de fevereiro de 2021

"Dispõe sobre transferência de lotação de servidores para adequação de fontes de recursos, e dá outras providências".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º. TRANSFERIR de lotação os servidores abaixo relacionados, conforme descrito:

Mat.	Servidor	Da:	Para:
213	Francisco Vieira Nascimento	Secretaria de Ação Social	Secretaria Municipal de Educação
978	Jozenette de Fatima Rodrigues Mendes	Secretaria Municipal de Educação	Creche Mundo Magico
2201	Edna Salomão Da Macena	Secretaria de Saúde	Ação Social

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 15 de fevereiro de 2021

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 024/2021.

De 21 de janeiro de 2021

"***Dispõe sobre nomeação de servidor em cargo de comissão, e dá outras providências."***

O Exmo. **PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º REVOGAR a Portaria n.º 005/2020, que nomeou o Senhor **JÚLIO CESAR LUCAS**, portador da Cédula de Identidade RG nº 03587215 SSP/MT e devidamente inscrito no CPF sob o nº 288.445.301.63, para o cargo de C**OORDENADOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL** de provimento em comissão, referência DAS I, lotado no Gabinete do Prefeito, e criado através da Lei Complementar nº 069/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 005/2020, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 21 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 077/2021

De 15 de fevereiro de 2021.

"*Dispõe Sobre Nomeação de Servidor em Cargo de Comissão, e dá Outras Providências".*

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º **NOMEAR** a Senhora **JOZENETTE DE FATIMA FIGUEIREDO RODRIGUES**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 131768020008 SSP/MA e CPF nº 021.426.226-56, para o cargo de **SECRETARIA DA CRECHE**, de provimento em comissão, símbolo DAS II, lotado na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Lei Complementar nº 059/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 05 de fevereiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 15 de fevereiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 076/2021

De 15 de fevereiro de 2021.

"*Dispõe Sobre Exoneração de Servidor em Cargo de Comissão, e dá Outras Providências".*

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º **EXONERAR** a Senhora **JOCILENE INES SARTORETTO**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 4.921.347-6 SSP/MT e CPF nº 857.722.839-87, para o cargo de **SECRETARIA DA CRECHE**, de provimento em comissão, símbolo DAS II, lotado na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Lei Complementar nº 059/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 05 de fevereiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 15 de fevereiro de 2021

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 075/2021

De 15 de fevereiro de 2021

"*Dispõe Sobre Nomeação de Servidor em Cargo de Comissão, e dá Outras Providências".*

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º **NOMEAR** o Senhor **FRANCISCO VIEIRA NASCIMENTO**, portador da Cédula de Identidade RG nº 14104504 SSP/MT e CPF nº 939.933.661.15, para o cargo de **COORDENADOR DE CULTURA**, de provimento em comissão, símbolo DAS II, lotado na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, criado pela Lei Complementar nº 059/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 05 de fevereiro de 2021

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 15 de fevereiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 074/2021

De 15 de fevereiro de 2021

"*Dispõe Sobre Exoneração de Servidor em Cargo de Comissão, e dá Outras Providências".*

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º **EXONERAR** a Senhora **JOZENETTE DE FATIMA FIGUEIREDO RODRIGUES**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 131768020008 SSP/MA e CPF nº 021.426.226-56, do cargo de **COORDENADORA DE CULTURA**, de provimento em comissão, símbolo DAS II, lotado na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, criado pela Lei Complementar nº 059/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 05 de fevereiro de 2021

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 15 de fevereiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 021/2021

PORTARIA Nº. 021/2021

De 21 de janeiro de 2021.

"***Dispõe sobre a Nomeação de servidor comissionado, e dá outras providências."***

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL de Novo Mundo, Estado De Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º NOMEAR a Senhora **GRACIELI DOS SANTOS DUARTE**, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 27449807 SSP/MT, CPF n.º 061.756. 251.29, para o cargo de **COORDENADOR ADMINISTRATIVO**, Lotada na Secretaria Municipal de Administração, criado pela Lei Complementar nº 059/2017, c/c. Lei nº 418/2016.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 04 de janeiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 21 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 020/2021

De 21 de janeiro de 2021

"Dispõe sobre a nomeação de servidor de cargo em comissão e dá outras providências".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° NOMEAR o Senhor **GLEISON OLIVEIRA DE JESUS**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 26272296 SSP/MT e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 056.107.001.67, para o cargo de **ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO** e provimento em comissão, referência DAS II, lotado na Gabinete do Prefeito, e criado através da Lei Complementar nº 069/ 2019.

Artigo 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 04 de janeiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 21 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 070/2021

De 15 de fevereiro de 2021.

"***Dispõe sobre Nomeação de Servidor em Cargo de Provimento Efetivo, e dá outras providências."***

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

Considerando a Homologação do Resultado Final e a Convocação dos Aprovados no Concurso Público n.º 01/2020,

R E S O L V E:

Art. 1º NOMEAR, o Senhor **EDSON LUIZ PICETI KOINOSKI**, portador do RG nº 803.347 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 537.651.681.49, para o cargo de **MOTORISTA DE CAMINHÃO**, de provimento efetivo, lotado na Secretaria de Obras e criado através da Lei Complementar nº 059/2017, para o qual foi aprovado em 2º Lugar no Concurso Público n.º 01/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 15 de fevereiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 038/2021

De 21 de janeiro de 2021.

Dispõe sobre nomeação de servidor para cargo de comissão, e dá outras providências."

O Exmo. Senhor PREFEITO MUNICIPAL De Novo Mundo, Estado De Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **NOMEAR**, o Senhor **GLEISSON DOS SANTOS DUARTE**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 25224050 SSP/MT e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 061.755.871.03, para o cargo de **COORDENADOR DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**, lotado na Secretaria de Finanças, nos termos da Lei Complementar n.º 069/2019.

Artigo. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04 de janeiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 21 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 039/2021

De 21 de janeiro de 2021

"*Dispõe Sobre Nomeação de Servidor em Cargo de Comissão, e dá Outras Providências".*

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º **NOMEAR** a Senhora **EDNA CARLA BELLATTO**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 14041316 SSP/MT e CPF nº 999.130.201.82, para o cargo de **COORDENADORA DE FISCALIZAÇÃO**, de provimento em comissão, símbolo DAS II, lotado na Secretaria de Finanças, conforme Lei Complementar nº 069/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04 de janeiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 21 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 040/2021

De 21 de janeiro de 2021.

"*Dispõe Sobre Nomeação de Servidor em Cargo de Comissão, e dá Outras Providências".*

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º **NOMEAR** a Senhora **CRISTIANE REIS BONRUQUE**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 2113552-5 SSP/MT e CPF nº 033.803. 711-06, para o cargo de **FISCAL DE CONTRATOS**, de provimento em comissão, símbolo DAS III, lotado na Secretaria de Educação, Lei Complementar nº 069/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04 de janeiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 21 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 028/2021

De 21 de janeiro de 2021.

"***Dispõe sobre Exoneração de servidor em cargo de comissão, e dá outras providências."***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º **EXONERAÇÃO**, o Senhor **DAHUER PEDRIEL HURTADO MARQUES NUNES**, boliviano, portador da Cédula de Identidade de estrangeiro V675066-K e devidamente inscrito no CPF sob nº. 753.658.201-34, para o cargo de **COORDENADOR DE PATRIMONIO E FROTA**, de provimento em comissão, referência DAS II, lotado na Secretaria Municipal de Administração, e criado através da Lei Complementar nº 069/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04 de janeiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 21 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 087/2021

De 10 de março de 2021.

"Dispõe sobre a nomeação dos membros do conselho de Cultura, e dá outras providências."

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas por lei.**

R E S O L V E:

Artigo 1º Nomear os membros do Conselho de Cultura do Município de Novo Mundo- CMC, conforme aprovado pela lei nº 164/03 de 20 de agosto de 2003.

Art. 2º O referido conselho atuará como órgão normativo, consultivo e deliberativo, de assessoramento, responsável pela conjunção entre sociedade civil e poder publico.

Art. 3º O conselho terá a seguinte composição:

Membro Nato- Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Daniela Baumgratz, CPF.026.332.071-54

1º Seguimento- representantes escolhidos pelo Chefe do poder Executivo Municipal;

1º Titular: Elena de Oliveira Guimarães, CPF. 939.914.281-72

1º Suplente: Luana Maria Lucas, CPF.016.040.291-37

2º Titular: Juzehilda dos Santos da Fonseca, CPF. 650.526.501-59

2º Suplente: Arlete de Almeida Bessa, CPF.737.539.732.72

3º Titular: Liria Kurten Wronski, CPF.796.364.979-15

3º suplente: Denise Bortolozzo Dalazen, CPF.534.183.109-82

2º Seguimento- representante dos produtores Culturais;

1º Titular: Francisco Vieira Nascimento, CPF. 939.933.661-15

1º Suplente: Nelcimar Alves de Lima, CPF. 019.948.801-04

2º Titular: Zenil Aparecido de Araujo, CPF.901337221-04

2º Suplente: Antônio Alves Lima, CPF. 011.575.541-13

3º Titular: Maria Elisangela de Almeida, CPF. 949.630.371-49

3º Suplente: Maria Rosa Leite, CPF. 537.919.831-72

3º Seguimento-representantes da sociedade civil organizada;

1º Titular: Tatiane da Silva Borré, CPF.023.568.611-57

1º Suplente: Oteniel de Jesus Santos, CPF.740.979.112-87

2º Titular: **Elizangela Ferreira Barbosa**, CPF:061.070.271-81

2º Suplente: Paulo Roberto Zancanaro, CPF.286.733.440-34

3º Titular: Maria Aparecida Ferreira Bessa, CPF.703.557.701-72

3º Suplente: Valdemir Baranoski, CPF.66758025187

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 257/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Mundo, em 10/03/2021.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 041/2021

De 25 de janeiro de 2021.

"Dispõe sobre concessão de Auxílio doença ao Servidor Efetivo e dá outras providências".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER**: Auxílio Doença ao servidor Sr. **ALCIDES DA SILVA RUELA**, brasileiro, Portador da Cédula de Identidade RG nº 318135 SSP/MT e do CPF sob o nº 253.958.741-00, no cargo de **APOIO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO MOTORISTA**, devidamente matriculado sob o nº 2319. conforme atestado médico e perícia.e com o Art. 9º, §§ 2º e 3º da Emenda Constitucional nº 103/2019, a partir de 10/01/2021 à 10/03/2021.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Com efeitos a partir de 10 de janeiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 25 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 027/2021

De 21 de janeiro de 2021.

"***Dispõe sobre Nomeação de servidor em cargo de comissão, e dá outras providências."***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º. NOMEAR, o Senhor **JANIR DOS SANTOS FONSECA**, inscrito no CPF nº 514.425.150.15 e portador da Cédula de identidade RG nº 0429959-0 SSP/MT, para o cargo de **COORDENADOR DE SERVIÇOS URBANOS**, de provimento em comissão, lotado na Secretaria de Transportes e Obras Públicas, criado através da Lei nº 059/2017.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 04 de janeiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 21 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 026/2021

De 21 de janeiro de 2021.

"***Dispõe sobre Nomeação de servidor em cargo de comissão, e dá outras providências."***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º **NOMEAÇÃO**, o Senhor **ALEXSSANDRO DA SILVA CARDOSO**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade 2026368-7 SSP/MT e devidamente inscrito no CPF sob nº. 042.194.011.56, para o cargo de **COORDENADOR DE OBRAS URBANAS**, de provimento em comissão, lotado na Secretaria de Transporte e Obras, e criado através da Lei Complementar nº 069/2019.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 21 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 066/2021

De 12 de fevereiro de 2021.

"Dispõe Sobre Licença de Interesse Particular de Servidor Efetivo, e dá Outras Providências".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere por Lei,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER,** a pedido, afastamento para tratar de Interesse Particular, sem remuneração, em conformidade com o artigo 105 da LC n. º 04/2001, ao servidor **RUDINEI JOSE GROSS,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 10982710 SSP/MT e do CPF sob o nº 969.546.710. 53, no cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, devidamente inscrito sob a matricula funcional nº 2334, pelo período de 01/02/2021 01/02/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 01 de fevereiro de 2021

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 12 de fevereiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 025/2021

De 21 de janeiro de 2021.

"Dispõe sobre a Exoneração de servidor de cargo em comissão e dá outras providências".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - Art. 1º. **EXONERAR** o Sr. **NELCIMAR ALVES DE LIMA**, portador da Cédula de Identidade RG: nº 9467540-5 SSP/PR e devidamente inscrito no CPF sob nº 019.948.801-04, do cargo de **COORDENADOR DE TRANSPORTE ESCOLAR**, de provimento em comissão, símbolo DAS II, lotado na Secretaria Municipal de Educação, e criado através da Lei Complementar nº 059/2017 e DESIGNAR para exercer a função de Fiscal de Contratos do Transporte Escolar.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 04 de janeiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 21 de janeiro de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 080/2021

De 15 de fevereiro de 2021

"Dispõe Sobre Concessão da Licença Prêmio, e dá Outras Providências".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1°- CONCEDER, Licença Prêmio, em conformidade com o § 2º do Artigo 101 da LC 04/2001 de 28/12/2001, aos servidores:

IVONETE MARIA ANTONIO, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1503508 SSP/PR e CPF sob o nº 255.212.332.53, servidora no cargo de **PROFESSORA**, matriculado no DRH sob o nº 11, para o período de 08/02/2021 a 07/04/2021, totalizando 60 dias, referente ao quinquênio de 14/02/2010 – 13/02/2015 e mais 90 dias 08/04/2021 a 08/07/2021 referente ao quinquênio 14/02/2015 a 13/02/2020

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 08 de fevereiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 15 de fevereiro de 2021.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2021 PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDIMENTO AS SECRETARIAS E UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM.

Processo Nº 11/2021 - Pregão Presencial nº 05/2021

Validade: 12(doze) meses

Pelo presente instrumento de Registro de Preços **a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM**, reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, situada à RUA CACHOEIRA DA FUMAÇA, nº 77, BAIRRO JARDIM DAS PALMEIRAS, NOVO SÃO JOAQUIM/MT, CEP: 78625-000, Fone: (66) 34479-1158, o Prefeito Municipal Sr. **LEONARDO FARIAS ZAMPA**, portador da Cédula de Identidade nº 10543619/SSP-MT e do CPF nº 709.438.261-87 representando neste ato a Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim –MT inscrita no CNPJ 03.238.581/0001-92 situada no endereço acima citado, e a empresa **H. ANDRADE JUNIO LTDA**, cadastrada no CNPJ nº 03.110.691/0001-74 e Inscrição estadual nº 13.187.166-8, situada na Av. Oscar Zaidem de Menezes nº 1651, Bairro Boa Esperança, CEP: 78625-000, cidade de Novo São Joaquim, estado de Mato Grosso – neste ato representada por seu representante legal o Sr. **HERNAN ANDRADE JUNIO**, brasileiro, empresário, portador da RG nº 1104566-3/SSP-MT e inscrito no CPF sob nº 843.421.881-04, residente e domiciliado na cidade de Novo São Joaquim, estado de Mato Grosso, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação

supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, conforme decisão alcançada às fls. 239 e HOMOLOGADA às fls. 248, ambas referente ao Pregão Presencial nº 05/2021, nas condições em que segue:

DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDIMENTO AS SECRETARIAS E UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM,** conforme especificações e condições constantes neste Ata de Registro de preços.

1.2. Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

DA VIGÊNCIA

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 **(doze) meses,** a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes. Com base no Art. 4º § 2º do Decreto 3.931/01, Normativa AGU Nº 19/2009, amparados no Art. 57 § 4º da Lei 8.666/93.

DO REGISTRO DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	ADAPTADOR USB VIA RJ 45 CABO DE REDE 10/100/1000 MB	HITTO	UND	8,00	R$ 58,00	R$ 464,00
02	BATERIA PARA NOBREAK 12V 7AH 2.1A PEÇAS ASSESSÓRIOS	UNIPOWER	UND	72,00	R$ 143,50	R$ 10.332,00
03	CABO DE FORÇA DE ENERGIA PD NOVO	HITTO	UND	24,00	R$ 21,00	R$ 504,00
04	CABO P2 1P2-MACHO - 2 RCA -MACHO 1,5 MTS	HITTO	UND	16,00	R$ 15,00	R$ 240,00
05	CAIXA DE SOM USB 3W	C3TECH	UND	12,00	R$ 54,50	R$ 654,00
06	CARTAO DE MEMORIA 64G CLASSE 10	SANDISK	UN	6,00	R$ 119,00	R$ 714,00
07	COOLER 80X80X25 MM.	C3TECH	UN	20,00	R$ 20,00	R$ 400,00
08	FILTRO DE LINHA 6 TOMADAS PD NOVO	MEGATRON	UND	16,00	R$ 48,00	R$ 768,00
09	FONTE DE ALIMENTAÇÃO ATX P/ MICRO 200W,	C3TECH	UND	24,00	R$ 132,00	R$ 3.168,00
10	FONTE NOTEBOOK LG 19,0V 3,42A	MAISMAIS	UND	4,00	R$ 92,00	R$ 368,00
11	FONTE NOTEBOOK SAMSUNG 19V 3,16A.	MAISMAIS	UN	4,00	R$ 91,00	R$ 364,00
12	HD SSD NVME 128GB	KINGSPEC	UND	12,00	R$ 309,00	R$ 3.708,00
13	HD SSD SATA 240GB	KINGSPEC	UN	12,00	R$ 405,00	R$ 4.860,00
14	MEMORIA RAM 8GB DDR3 1333MHZ	KINGSPEC	UN	4,00	R$ 358,00	R$ 1.432,00
15	MEMORIA RAM 8GB DDR4 2400MHZ	KINGSPEC	UN	20,00	R$ 398,00	R$ 7.950,00
16	MOUSE USB 800DPI SIMPLES	MULTILASER	UN	40,00	R$ 18,40	R$ 736,00
17	MOUSE USB SEM FIO NANO DE 2,4 GHZ	LONGITECH	UN	32,00	R$ 103,00	R$ 3.296,00
18	PEN DRIVE 64GB	KINGSPEC	UN	20,00	R$ 120,00	R$ 2.400,00
19	PLACA MÃE MICRO ATX P/ INTEL LGA 1151 8º E 9° GERAÇÃO CHIPSET SERIE 300	GIGABYTE	UN	8,00	R$ 693,00	R$ 5.544,00
20	PLACA MÃE MICRO ATX P/ INTEL LGA 1200 10º GERAÇÃO.	GIGABYTE	UN	12,0000	R$ 716,00	R$ 8.592,00
21	PROCESSADOR INTEL CORE I3-10100 3.6GHZ 6MB LGA 1200	INTEL	UN	20,00	R$ 1.450,00	R$ 29.000,00
22	PROCESSADOR INTEL CORE I5-10400F 2.9GHZ 12MB LGA 1200	INTEL	UN	5,00	R$ 1.680,00	R$ 8.400,00
23	ROTEADOR WIRELLES AC 1200MB 4 ANTENA GIGABYTE	MERCUCYS	UN	8,0000	R$ 315,00	R$ 2.520,00
84	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM EQUIPAMENTOS E PRODUTOS DE INFORMATICA	H&S	HORA	1.300,0000	R$ 150,00	R$ 195.000,00
TOTAL						**R$ 291.424,00**

As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Novo São Joaquim/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de preços, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente, em 02 vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Novo São Joaquim-MT, em 15, de março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LEONARDO FARIAS ZAMPA - Prefeito Municipal

H. ANDRADE JUNIO LTDA - CONTRATADA

HERNAN ANDRADE JUNIO - Responsável

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2021

PROCESSO Nº 11/2021

TIPO: Menor Preço por Item

A Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT, torna público para conhecimento dos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 05/2021, cuja abertura ocorreu às 08h00min do dia 12 de março de 2021, na sede da Prefeitura Municipal, Cujo objeto é a REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDIMENTO AS SECRETARIAS E UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM, Sagrando vencedoras as empresas abaixo descritas:

EMPRESA	CNPJ	QUANT/ ITENS	VALOR TOTAL
C.S.Z COMERCIO DE PAPELARIA LTDA	15.701.767/ 0001-15	21	R$ 40. 651,00
H. ANDRADE JUNIO LTDA - ME	03.110.691/ 0001-74	24	R$ 291. 424,00

Os autos do Processo Licitatório encontram-se à disposição dos interessados na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cachoeira da Fumaça, n° 77, Jardim das Palmeiras, Novo São Joaquim/MT.

Novo São Joaquim-MT, 12 de março de 2021.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES - Pregoeiro Oficial

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2021 PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDIMENTO AS SECRETARIAS E UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM.

Processo Nº 11/2021 - Pregão Presencial nº 05/2021

Validade: 12(doze) meses

Pelo presente instrumento de Registro de Preços **a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM**, reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, situada à RUA CACHOEIRA DA FUMAÇA, nº 77, BAIRRO JARDIM DAS PALMEIRAS, NOVO SÃO JOAQUIM/MT, CEP: 78625-000, Fone: (66) 34479-1158, o Prefeito Municipal Sr. **LEONARDO FARIAS ZAMPA**, portador da Cédula de Identidade nº 10543619/SSP-MT e do CPF nº 709.438.261-87 representando neste ato a Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim –MT inscrita no CNPJ 03.238.581/0001-92 situada no endereço acima citado, e a empresa **C. S. Z COMERCIO E PAPELARIA LTDA**, cadastrada no CNPJ nº 15.701.767/0001-15 e Inscrição estadual nº 13.644.360-5, situada na Rua Carajá nº 1097, Bairro Centro, CEP: 78600-000, cidade de Barra do Garças, estado de Mato Grosso – neste ato representada por seu representante legal o Sr. **CELSO SILVA DE QUEIROZ**, brasileiro, empresário, portador da RG nº 12.743.470/SSP-SP e inscrito no CPF sob nº 340.641.846-53, residente e domiciliado na cidade de Barra do Garças, estado de Mato Grosso, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/ 2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, conforme decisão alcançada às fls. 239 e HOMOLOGADA às fls. 248, ambas referente ao Pregão Presencial nº 05/2021, nas condições em que segue:

DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDIMENTO AS SECRETARIAS E UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM,** conforme especificações e condições constantes neste Ata de Registro de preços.

1.2. Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

DA VIGÊNCIA

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 **(doze) meses,** a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes. Com base no Art. 4º § 2º do Decreto 3.931/01, Normativa AGU Nº 19/2009, amparados no Art. 57 § 4º da Lei 8.666/93.

DO REGISTRO DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	ADAPTADOR WIRESLESS USB 300 N	TP-LINK	UND	16,00	R$ 84,15	R$ 1. 346,40
02	CABO - PARA CONEXAO DE HD, SERIAL ATA (SATA 2), COM VELOCIDADE DE ATE 1,5 GBPS.	CARPRIE	UND	16,00	R$ 10,00	R$ 160,00
03	CABO DE REDE 24AWG CAT.5E 4 PARES AZUL 100% COBRE.	ELGIN	UND	8,00	R$ 638,00	R$ 5. 104,00
04	CABO USB IMPRESSORA C/ FILTRO 1,8MTS.	EXBOM	UND	16,00	R$ 19,60	R$ 313,60
05	CARTAO DE MEMORIA 32G CLASSE 10	SANDISK	UND	8,00	R$ 77,80	R$ 622,40
06	FITA PARA IMPRESSORA MATRICIAL ORIGINAL EPSON FX-2190	MASTERPRINT	UND	32,00	R$ 36,50	R$ 1. 168,00
07	FONTE DE ALIMETAÇÃO ATX 350W REAL	BRASIL PC	UND	9,00	R$ 263,00	R$ 2. 367,00
08	GABINETE MICRO-ATX 2BAIAS C/ FONTE PS-200W.	C3 TECH	UN	3,00	R$ 248,80	R$ 746,40
09	HD EXTERNO PORTATIL USB 3.0 1TB	SEAGATE	UND	8,00	R$ 422,90	R$ 3. 383,20
10	HD SSD NVME 256GB	KINGSPEC	UN	12,00	R$ 377,90	R$ 4. 534,80
11	KIT TECLADO E MOUSE SEM FIO 2.4GHZ	MAXPRINT	UN	16,00	R$ 179,50	R$ 2. 872,00
12	MEMORIA RAM P/NOTEBOOK 4GB 1333MHZ.	KINGSTON	UN	4,00	R$ 206,80	R$ 827,20
13	MOUSE PAD C/APOIO GEL	REFLEX	UND	40,00	R$ 36,00	R$ 1. 440,00
14	MOUSE PAD PRETO PVC	REFLEX	UND	40,00	R$ 15,50	R$ 620,00
15	MOUSE USB GAMER 3200DPI ALTA PEFROMACE	MAXPRINT	UN	20,00	R$ 86,50	R$ 1. 730,00
16	PEN DRIVE 32GB	MAXPRINT	UND	16,00	R$ 71,80	R$ 1. 148,80

17	PROCESSADOR INTEL CORE I5-9400F 2.9GHZ 9MB LGA 1151	INTEL	UN	4,00	R$ 1.406,00	R$ 5.624,00
18	SUPORTES P/ GABINETES C/ RODAS PRETA AC019.	C3 TCH	UN	40,00	R$ 77,80	R$ 3.112,00
19	SWITCH 8 PORTAS 10/100 MB,	INTELBRAS	UN	8,00	R$ 93,00	R$ 744,00
20	TECLADO GAMER USB MULTIMIDEA ABNT2	OEX GAME	UN	16,00	R$ 98,00	R$ 1.568,00
21	TECLADO MULTIMIDIA USB PADRA ABNT2	BRIGHT	UN	24,00	R$ 50,80	R$ 1.219,20
TOTAL						**R$ 40.651,00**

As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Novo São Joaquim/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de preços, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente, em 02 vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Novo São Joaquim-MT, em 15, de março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LEONARDO FARIAS ZAMPA - Prefeito Municipal

C. S. Z COMERCIO E PAPELARIA LTDA - CONTRATADA

CELSO SILVA QUEIROZ - Responsável

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO 019/2021

DECRETO Nº 019/2021

DE 12 DE MARÇO DE 2021

"DECRETA A PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS ESTABELECIDOS NA LEI MUNICIPAL Nº 723/2015 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LEONARDO FARIA ZAMPA, Prefeito Municipal de Novo São Joaquim-MT, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do município de Novo São Joaquim-MT, e art. 9º da Lei Municipal nº 723/2015;

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado para o dia 31 de março de 2022 o prazo previsto para construção de imóveis nos lotes doados pela Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-Mt no denominado Jardim América, data esta que será convocada vistoria individual dos lotes doados pelo Departamento de Engenharia Municipal para comprovação de cumprimentos das etapas estabelecidas no Programa Habitacional do Loteamento Jardim América.

Parágrafo Único: Ficarão passiveis de reversão à municipalidade os lotes que em 31 de março de 2022, não comprovarem sua função social estipulado por lei e doutrina.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, mantendo-se inalterados demais dispositivos legais e administrativos.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo São Joaquim-Mt, aos doze dias do mês de março de 2021.

Leonardo Faria Zampa

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 104 DE 10 DE MARÇO DE 2021

PORTARIA N° 104 DE 10 DE MARÇO DE 2021

"NOMEAR FISCAIS DE AQUISIÇÕES, COMPRAS E SERVIÇOS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PARANATINGA-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA, NO USO E GOZO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

RESOLVE:

I- **NOMEAR** os Fiscais de Aquisições, Compras e Serviços das Secretarias do Município de Paranatinga – MT, nos termos da Lei 8.666/93, composta pelos seguintes membros:

- Gabinete do Prefeito

GUILHERME SENTCHIK RITTER - inscrito no CPF nº 091.157929-00.

- Secretaria de Agricultura

ANGELA CRISTINA DE MELO - inscrita no CPF nº 665.994.900-34. VITORIA GABRIELI LIMA CROCCO - inscrita no CPF nº 060.547.231-90.

- Secretaria de Trabalho e Assistência Social

ANGELA MARIA SANTOS DIAS - inscrita no CPF nº 039.268.121-84.

- Secretaria de Educação e Cultura

VALDIVINA RODRIGUES DOS SANTOS - inscrita no CPF nº 581.90.221-68.

- Secretaria de Finanças

VITOR CEZAR DA SILVA ANFILOFEV - inscrito no CPF nº 051.029.551-79. ROSANGELA QUEIROZ MARTINS – inscrita no CPF nº 935.633.291-68.

- Secretaria de Administração e Planejamento

MONICA DOS SANTOS ALMEIDA - inscrita no CPF nº 833.126.922-53.

- Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

DERICK SALES DUARTE - inscrito no CPF nº 038.336.361-65.

- Secretaria de Transportes

CLAUDINEI ALVES DA SILVA - inscrito no CPF nº 017.562.371-66.

- Secretaria de Educação e Cultura

JONH LENO COELHO DA SILVA - inscrito no CPF nº 027.925.961-12.

- Secretaria de Esportes e Lazer

JOÃO BOSCO ALVES DE LIMA - inscrito no CPF nº 429.332.691-04. RONALDO FERREIRA DOS SANTOS - - inscrito no CPF nº 429.332.691-04.

- Secretaria de Saúde

OSCALINO PEREIRA DE OLIVEIRA - inscrito no CPF nº 320.328.701-34.

- Assessoria Jurídica e Ouvidoria Municipal

GUSTAVO MIRANDA DE FARIA - inscrito no CPF nº 054.531.471-21.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 12 de março de 2021.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

"Carta Convite"

Nº 01/2021

O **Município de Paranatinga/MT**, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Josimar Marques Barbosa e por meio daComissão Permanente de Licitação - CPL,instituída pela Portaria nº 024/2020, de 17 de Janeiro de 2020, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicado,com obediência a Lei Federal Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Decreto 9.412 de 18/06/2018 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP e pelas normas constantes neste Edital fará realizar licitação na modalidade **"CARTA CONVITE"**, do tipo **"MENOR PREÇO POR ITEM"** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme especificações constantes no objeto deste edital e seus Anexos. **Objeto**: Constitui objeto da presente licitação a **Contratação de Empresa para a Elaboração de Projetos de Pavimentação Asfáltica e Drenagem em diversas ruas** no município de Paranatinga - MT**,** conforme proposta vinculada a **Carta Consulta nº 4113.2. 2611/2019**, junto a Caixa Econômica Federal**,** atendendo as Necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.Conforme especificações contidas neste Edital e seus Anexos. **Abertura da Sessão: Dia 22/03/2021 às 08:00 h (horário local).** Empresas Convidadas: R. N. Dias Consultoria e Projetos – ME, CNPJ: 40.600.695/0001-67. Fla Engenharia e Consultoria Eireli – ME, CNPJ: 19.522.505/0001-44. Vinicius Ferreira Fava – ME, CNPJ: 26.102.398/0001-60. Renova Engenharia e Consultoria – ME, CNPJ: 13.361.238/0001-94. O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura www.**paranatinga**.mt.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das **07 às 13h,** Informações pelo e-mail: edital.ptga@hotmail.com ou Telefone 66 3573-1329/1756. Em 12 de março de 2021. Presidente da CPL Devenilson da Silva.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 105 DE 12 DE MARÇO DE 2021

PORTARIA N° 105 DE 12 DE MARÇO DE 2021

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **NOMEAR** a **Sra. NOELY ALVES DA SILVA FERRAZ**, inscrita no CPF sob o número 032.298.331-20 e portadora do RG de número 2132399-2 SSP/MT, para responder pelo Cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE BANCO DE SANGUE E LABORATÓRIO,** nos termos da Lei n. 1402/2021

II – Esta portaria entrará em vigor na data de 01 de março do ano de 2021, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 10 de março de 2021.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 107 DE 12 DE MARÇO DE 2021

PORTARIA N° 107 DE 12 DE MARÇO DE 2021

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – NOMEAR a Servidora Pública Municipal, **Sra. VIVIANE FASSICOLO DURÃO,** inscrita no CPF sob o n° 940.776.659-49 e portadora do RG sob o n. 3114132-3 SESP/MT, para responder pelo **Cargo de Diretor Executivo do Fundo Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Paranatinga/MT**, com ônus para o Fundo Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Paranatinga/MT, nos termos do artigo 66, III, da Lei 181/2006.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 10 de março de 2021.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
ATA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAÇÃO PAGAMENTO INDENIZATÓRIO, REFERENTE AO CONTRATO Nº. 106/2019-CONTRATO DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA.

ATA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAÇÃO PAGAMENTO INDENIZATÓRIO, REFERENTE AO CONTRATO Nº. 106/2019-CONTRATO DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA.

Aos cinco (05) dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, as 15:30 horas, reuniu-se os membros da Comissão de **avaliação pagamento indenizatório, referente ao contrato Nº. 106/2019-Contrato de locação de caminhão pipa**, constituída por Presidente, secretaria e Membro, respectivamente designados pela Portaria n. 095/2021, de 03 de março de 2021, publicada no dia 04 de março de 2021, na secretaria municipal de obras, localizada na Avenida 15 de novembro, setor industrial, s/nº, neste município, aos quais foram atribuídas as responsabilidades de apurar se houve a realização e execução do item: serviços prestados pelo senhor João Inácio Moellmann 34462830130, CNPJ 27.691.585/0001-90, em novembro de 2020 (após a quebra do contrato), relativos a execução de serviço do contrato 106/2019, no valor de R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais). Assim os membros dessa Comissão em voz uníssona, declararam instalada a presente Comissão Especial, realizando a juntada dos seguintes documentos citados no termo de autuação. Diante da análise de tais documentos, foi possível observar que os processos de prestação de serviços não estão instruídos com todos os documentos exigidos pelo Artigo 63 da Lei 4.320/64, capaz de comprovar a liquidação da despesa, havendo necessidade de instrução processual, com novos elementos de prova para demonstrar a efetiva prestação dos serviços. Desta feita, decide-se: **a)** Pela identificação individual do prestador de serviços, autuando individualmente em processo administrativo, com início de numeração processual de nº. 001/2021; **b)** A notificação pessoal do prestador de serviços para apresentar:Planilha devidamente carimbada e assinada pelo prestador de serviços e mapa dos locais onde foram realizados os serviços; **c)** A comissão especial irá realizar visita enloco, no dia 06/03/2021,

para conversar com os moradores do distrito de Salto da Alegria para averiguação e se segundo os moradores houve a prestação do serviço e se houve, como que foi executado; **d)** Os citados deverão apresentar perante a comissão, por escrito, cópia dos documentos pessoais e todo e qualquer documento capaz de comprovar a efetiva prestação de serviços referentes aoCONTRATO Nº. 106/2019, que tiverem conhecimento, de maneira individual em cada procedimento administrativo, além do comparecimento perante a mesma comissão, em dia e horário designado; **e)** O prestador de serviços poderá pautar até três testemunhas, desde que residam nos locais em que foram realizadas a prestação de serviços, e/ou tenham alguma relação com a mesma. Ato contínuo, ficou decidido que os ofícios expedidos obedecerão a numeração inicial de Ofício/CE/Contrato106-2019: nº 001/2021. Por fim, a comissão voltará a se reunir no dia 29/03/2021 às 09h00min na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Paranatinga/MT, para dar prosseguimento aos trabalhos nos termos da portaria nº. 095/2021. Nada mais a tratar encerra os trabalhos de instalação da comissão em exame, pelo Presidente, me foi franqueada a palavra e aos demais membros para manifestação pessoal. Nada disseram, foi encerrada a reunião, da qual, para constar, eu Vivian Micaelli Stacke, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai pôr mim assinada e pelos demais membros.

Paranatinga, 05 de março de 2021.

DERICK SALES DUARTE
Membro
Portaria 095/2021

VIVIAN MICAELLI STACKE
Portaria 095/2021
Secretária

GEUVAIR MARQUE DE MOURA

Presidente da Comissão

Portaria 095/2021

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 106 DE 12 DE MARÇO DE 2021

PORTARIA N° 106 DE 12 DE MARÇO DE 2021

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – EXONERAR a Servidora Pública Municipal, **Sra. MÁRCIA PEREIRA DE LIMA,** inscrita no CPF sob o n° 024.416.921-78 e portadora do RG sob o nº 1935009-0SSP/MT, do **Cargo de Diretor Executivo do Fundo Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Paranatinga/MT**.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 10 de março de 2021.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PORTARIA 001/2021/SMAS - COMPOSIÇÃO DO COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DO PROGRAMA SERFAMÍLIA

DE 12 de MARÇO de 2021

Dispõe sobre nomeação de composição do Comitê Gestor Municipal do Programa SERFamília, e dá outras providências;

A Secretária Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO a Portaria nº. 158, de 24 de fevereiro de 2021, que instituiu o Comitê Gestor Municipal do Programa SERFamília;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a composição do **Comitê Gestor Municipal do Programa SERFamília;**

Art. 2º Ficam nomeados para compor o Comitê Gestor Municipal do Programa SERFamília, pelo prazo de 12 (doze) meses, com competências já disciplinadas na Portaria supramencionada, os seguintes integrantes:

Representantes do Poder Público Municipal:

a) Mírian Santana Orlato, representando a Pedra Preta/MT**,** Clice Paula Ribeiro como respectivo suplente; b) Viviane Santana Orlato, representando a Secretaria Municipal de Saúde e Andrea Passos Silva como respectivo suplente; c) Iranice Santana Cardoso representando a Secretaria Municipal de Educação e Eleine Carrijo Machado de Melo como respectivo suplente; d) Edierico da Silva Machado representando a Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Lazer e Claudio Gonçalves da Cruz como respectivo suplente;

Art. 3º As deliberações do Comitê Gestor deverão ser expressas por meio de resoluções assinadas pelo Presidente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

Pedra Preta/MT**,** em 12 de março de 2021.

Mírian Santana Orlato

Secretaria Municipal de Assistência Social

PORTARIA Nº 190/2021 - FÉRIAS REGULARES - CRISTIANO DOS SANTOS VIANA

12 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES do Servidor Público Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de **01/09/2019 à 31/08/2020.**

RESOLVE:

ART. 1º Conceder FÉRIAS regulares ao servidor **CRISTIANO DOS SANTOS VIANA**, lotado na Controladoria Geral do Município de Pedra Preta - MT, ocupante do cargo de Controlador Geral, a serem usufruídas no período de **22/03/2021 à 31/03/2021, e 20/10/2021 a 29/10/2021,** solicitando a conversão das férias em 1/3 (um terço) em abono pecuniário, conforme disposto no artigo 72 da Lei Municipal n.º 075/98 de 23 de Março de 1998.

ART.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DOZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PORTARIA Nº 191/2021 - NOMEAÇÃO - ALAN CAIK MORAES DOS SANTOS

DE 12 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre NOMEAÇÃO como Servidor Público Municipal, e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO**,** PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear**como** Servidor Público Municipal o Senhor ALAN CAIK MORAES DOS SANTOS para o cargo de Coordenador de Tesouraria para atuar junto a Secretaria Municipal de Finanças no Município de Pedra Preta – MT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DOZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PORTARIA Nº 192/2021 - NOMEAÇÃO - LILIANE ESTROZI CORREIA

DE 12 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre NOMEAÇÃO como Servidora Pública Municipal, e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO**,** PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear**como** Servidora Pública Municipal a Senhora LILIANE ESTROZI CORREIA para o cargo de Orientadora Social para atuar junto a Secretaria Municipal de Promoção e Ação Social no Município de Pedra Preta – MT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DOZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PORTARIA Nº 189/2021- FÉRIAS REGULARES-REINALDO ALVES DE OLIVEIRA

DE 12 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES do Servidor Público Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de **17/07/2019 à 17/01/2020.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder FÉRIAS regulares a servidora **REINALDO ALVES DE OLIVEIRA**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Técnico de Raio X, a serem usufruídas no período de **15/03/2021 à 03/04/2021**.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DOZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PORTARIA Nº 187/2021- DESIGNAÇÃO- NERISVAN MORAES RIBEIRO

DE 12 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre DESIGNAÇÃO de Servidora Pública Municipal, e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Servidora Pública Municipal a Senhora NERISVAN MORAES RIBEIRO, para desempenhar a função de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DOZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTÔNIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PORTARIA Nº 188/2021 - FÉRIAS REGULARES - NERISVAN MORAES RIBEIRO

DE 12 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES do Servidor Público Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de **04/02/2020 à 04/02/2021.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder FÉRIAS regulares a servidora **NERISVAN MORAES RIBEIRO**, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, a serem usufruídas no período de **16/03/2021 à 04/**

04/2021, sendo 10(dez) dias de férias em abono pecuniário, conforme disposto no artigo 72 da Lei Municipal n.º 075/98 de 23 de Março de 1998.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DOZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº 173/2021- LICENÇA PRÊMIO -NEIDELY FERREIRA LEMES

DE 02 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre LICENÇA PRÊMIO de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de Licença Prêmio protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **23/12/2003 à 23/12/2008.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder LICENÇA PRÊMIO à servidora **NEIDELY FERREIRA LEMES,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, a serem usufruídas nos períodos de **03/03/2021 à 31/05/2021.**

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DOIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº 173/2021 DE 02 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre LICENÇA PRÊMIO de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de Licença Prêmio protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **23/12/2003 à 23/12/2008.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder LICENÇA PRÊMIO à servidora **NEIDELY FERREIRA LEMES,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, a serem usufruídas nos períodos de **03/03/2021 à 31/05/2021.**

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DOIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

DECRETO N.º 026/2021

DECRETO n.º 026/2021

"Dispõe sobre a adoção de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo coronavírus (covid-19) e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA, Estado de Mato de Grosso, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 59, IV, da Lei Orgânica Municipal, com fulcro no art. 84, inciso IV da Constituição Federal,

CONSIDERANDO o crescente número de casos confirmados e suspeitos, determinando a intensificação das medidas de enfrentamento de emergência em saúde pública decorrente do COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto na Lei n 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica proibido por tempo indeterminado, ou pelo tempo que perdurar a situação de emergência em saúde pública, a venda de qualquer tipo de mercadoria por vendedor ambulante.

Parágrafo único. A fiscalização do contido neste Decreto ficará a cargo das equipes de Vigilância Sanitária e Epidemiológica, Polícia Civil e Polícia Militar.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Planalto da Serra - MT, 12 de março de 2021.

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 002/2019

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 002/2019

CONVENENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CONVENIADA: ASSOCIAÇÂO BENEFICIENCIA POCONEANA – HOSPITAL GERAL DR NICOLAU FONTANILAS FRAGELI

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

Constitui objeto do presente instrumento o acréscimo de valor ao convênio, mediante recurso próprio para atender as despesas da ala da Covid-19.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Pagamento

Ao valor global estimado para a execução do presente Convênio fica acrescido na importância de R$ 210.000,000 (duzentos e dez mil reais), *para despesas da ala da Covid-19 no Hospital Geral devido ao número de casos que aumentaram.*

Parágrafo Único: O acréscimo do objeto contratual resultará na alteração do valor do pagamento à CONVENIADA, devendo o CONVENENTE pagar em 06 parcelas mensais no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), mantendo-se as demais condições de pagamento.

Poconé/MT, 18 de fevereiro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 108/2021

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - NOMEAR o Senhor**ANTÔNIO CARLOS VAZ DE OLIVEIRA**, portador do RG nº 12.671.411 SSP/SP, inscrito no CPF nº 138.777.041-15 para exercer o cargo de DIRETOR MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONÔMICO, desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º -Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 01 de março de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO EDITAL DE CREDENCIAMENTO INEXIGIBILIDADE Nº 03 - CHAMADA PUBLICA Nº 01/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N°.39/2021.

AVISO EDITAL DE CREDENCIAMENTO INEXIGIBILIDADE Nº 03 - CHAMADAPUBLICA Nº 01/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 39/2021.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte, torna público para conhecimento dos interessados que estará aberto **CREDENCIAMENTO das empresas que tenham interesse na prestação de serviços médicos no hospital municipal para atendimento de plantões de 12 e 24 horas em dias variados (semana e final de semana – diurno e noturno)**, **INÍCIO DO CADASTRO COM ENTREGA DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APARTIR DE : 15/03/2021 ÁS 9:00 h– TÉRMINO DA ENTREGA DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO: 29/03/2021 ÁS 09:00h 00h– ABERTURA DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO: 29/03/2021 ÁS 09:00h00h Local do recebimento dos documentos e proposta :** Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte/MT. Situada Rua Tocantins nº 1173 Setor três Irmão. O Edital completo estará à disposição dos interessados gratuitamente na sede da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte /MT, no site da prefeitura, www.portoalegredonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacao@portoalegredonorte.mt.gov.br Telefone: (66) 3569 1226/ 1210.

Maria Adriane Teixeira da Silva

Presidente da CPL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
PUBLICAÇÃO DA ATA RP Nº 16 2021

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 16/2021.

FUNDAMENTO: Processo Administrativo n°. 09/2021 Pregão Eletrônico nº 06/2021

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT.

EMPRESA: RAQUEL ALVES SILVA & CIA LTDA

CNPJ: 15.962.186/0001-37

Valor total R$ 217.955,50 (Duzentos e dezessete mil e novecentos e cinqüenta e cinco reais e cinqüenta centavos).

OBJETO: Ata tem por objeto a aquisição de Gênero Alimentício, para atender a Secretaria de Educação no fornecimento da Merenda Escolar da rede Municipal de Ensino.

VIGÊNCIA: Prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma, 11/03/2021 ate 11/03/2022.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO 10/2021

CONTRATO: **10/2021**

OBJETO: **LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA PONTO DE APOIO AOS OPERADORES DA PATRULHA MECANIZADA DO CONSÓRCIO NASCENTE DO PANTANAL.**

VIGÊNCIA: 01/02/2021

VALIDADE: 02/03/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.

CONTRATADA:**GRACINDA CARVALHO AMIL CPF: 950.324.101-44**

VALOR TOTAL DE CONTRATO: **$ 800,00 (oitocentos reais)**

PORTO ESPERIDIÃO-MT, 01 de fevereiro de 2021.MARTINS DIAS DE OLIVEIRA-PREFEITO

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 003/2021

CONTATRATANTE: FUNDO MUNIICPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE PORTO ESPERIDIAO-MT

CONTRATADO: **I F CONSULTORIA ATUARIAL EIRELI**

OBJETO DO CONTRATO: PRESTACAO DE SERVIÇO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL.

PRAZO: 12/03/2021 A 12/07/2021

VALOR DO CONTRATO: 8.350,00 (Oito Mil Trezentos e Cinquenta Reais)

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE HOMOLGAÇÃO PREGÃO 06/2021

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

REGÃO PRES. REG. DE PREÇO 06/2021

A prefeitura municipal de PORTO ESPERIDIÃO torna público a **HOMOLOGAÇÃO** do Pregão Presencial Reg. de Preço 06/2021 para **AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL (BS10-BS500)**, EM FAVOR DA EMPRESA; COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS REAL LTDA, CNPJ:24.675.878/0001-95. O valor total de: 1.366.950,00 um milhão e trezentos e sessenta e seis mil novecentos e cinquenta reais.

Porto Esperidião-MT, 12 de março de 2021 – Martins Dias de Oliveira- Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD
LEI MUNICIPAL Nº 688/2021 - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTES.

Dispõe sobre a criação do DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTES e da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÃO – JARI e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Porto Estrela, tendo em vista o que dispõe o artigo 19 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal EUGENIO PELACHIM, nos termos do artigo 72 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Art. 1º Fica criado na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Porto Estrela/MT, vinculado à Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, o Departamento Municipal de Transito e Transportes.

Art. 2º Compete ao Departamento Municipal de Transito e Transportes:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;

III - implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;

IV - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas;

V - estabelecer, em conjunto com os órgãos de polícia ostensiva de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;

VI - executar a fiscalização de trânsito em vias terrestres, edificações de uso público e edificações privadas de uso coletivo, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis e as penalidades de advertência por escrito e multa, por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas no Código de Trânsito Brasileiro, no exercício regular do poder de polícia de trânsito, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar, exercendo iguais atribuições no âmbito de edificações privadas de uso coletivo, somente para infrações de uso de vagas reservadas em estacionamentos;

VII - aplicar as penalidades de advertência por escrito e multa, por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas na legislação, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar;

VIII - fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas que aplicar;

IX - fiscalizar o cumprimento da norma contida no art. 95 da Lei nº 9.503/1997, aplicando as penalidades e arrecadando as multas nele previstas;

X - implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias;

XI - arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

XII - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;

XIII - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários dos condutores de uma para outra unidade da Federação;

XIV - implantar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

XV - Promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

XVI - planejar e implantar medidas para redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com o objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;

XVII - registrar e licenciar, na forma da legislação, veículos de tração e propulsão humana e de tração animal, fiscalizando, autuando, aplicando penalidades e arrecadando multas decorrentes de infrações;

XVIII - conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana e de tração animal;

XIX - articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob a coordenação do respectivo CETRAN;

XX - fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, além de dar apoio às ações específicas de órgão ambiental local, quando solicitado.

XXI - vistoriar veículos que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação.

Art. 3º - Departamento de Trânsito e Transportes terá a seguinte estrutura:

I. Chefia/Direção/Coordenação; II. Assessoria de Engenharia e Sinalização, Fiscalização, Tráfego e Administração; III. Sessão de Educação de Trânsito, Controle e Análise de Estatística de Trânsito; IV. Junta Administrativa de Recurso de Infração – JARI.

Art. 4º A Chefia/Direção/Coordenação do Departamento de Transito e Transportes compete:

I. a administração e gestão do Departamento Municipal de Transito, implementando planos, programas e projetos;

II. o planejamento, projeto, regulamentação, educação e operação do trânsito dos usuários das vias públicas nos limites do município.

Art. 5º À assessoria de Engenharia e Sinalização, Fiscalização, Tráfego e Administração compete:

I. planejar e elaborar projetos, bem como coordenar estratégias de estudos do sistema viários;

II. planejar o sistema de circulação viária do município;

III. dar início a estudos de viabilidade técnica para a implantação dos projetos de trânsito;

IV. integrar-se com os diferentes órgãos públicos para estudos sobre o impacto no sistema viário para aprovação de novos projetos;

V. elaborar projetos de engenharia de tráfego, atendendo os padrões a serem praticados por todos os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, conforme normas do CONTRAN, DENATRAN e CETRAN;

VI. acompanhar a implantação dos projetos, bem como avaliar seus resultados.

VII. administrar o controle de utilização dos talões de multa, processamentos dos autos de infração e cobranças das respectivas multas;

VIII. administrar as multas aplicadas por equipamentos eletrônicos;

IX. controlar as áreas de operação de campo, fiscalização e administração do pátio e veículos;

X. controlar a implantação, manutenção e durabilidade da sinalização;

XI. operar em segurança nas escolas;

XII. operar em rotas alternativas;

XIII. operar em travessia de pedestres e locais de emergência sem a devida sinalização;

XIV. operar a sinalização (verificação ou deficiências na sinalização).

Art. 6º À Sessão de Educação de Trânsito, Controle e Análise de Estatística de Trânsito compete:

I. promover a Educação de Trânsito junto a Rede Municipal de Ensino, por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito;

II. promover campanhas educativas e o funcionamento de escolas públicas de trânsito nos moldes e padrões estabelecidos pelo CONTRAN.

Art. 7º O Poder Executivo fica autorizado a repassar o correspondente a 5% (cinco por cento) da arrecadação das multas de trânsito para o fundo de âmbito nacional destinado à segurança e educação de trânsito, nos termos do parágrafo único, do art. 320, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

Art. 10º Fica criado no Município de PORTO ESTRELA/MT uma Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, responsável pelo julgamento de recursos interpostos contra a penalidade imposta pelo DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTES criado nos termos desta lei, e na esfera de sua competência.

Art. 11º A JARI será composta por três membros titulares e respectivos suplentes, sendo:

I. 1 (um) integrante com conhecimento na área de trânsito com, no mínimo, nível médio de escolaridade;

II. 1 (um) representante servidor do órgão ou entidade que impôs a penalidade;

III. 1 (um) representante de entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito.

§ 1º O presidente poderá ser qualquer um dos integrantes do colegiado, a critério da autoridade competente para designá-los;

§ 2º É facultada à suplência;

§ 3º É vedado ao integrante das JARI compor o Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN ou o Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE.

Art. 12º A nomeação dos integrantes das JARI que funcionam junto aos órgãos e entidades executivos de trânsito e/ou rodoviários estaduais e municipais será feita pelo respectivo chefe do Poder Executivo, facultada a delegação.

§ 1º O mandato será, no mínimo, de um ano e, no máximo, de dois anos. O Regimento Interno poderá prever a recondução dos integrantes da JARI por períodos sucessivos.

Art. 13º A JARI deverá informar ao Conselho Estadual de Trânsito (CETRAN) a sua composição e encaminhará o seu regimento interno, observada a Resolução CONTRAN 357/10, que estabelece as diretrizes para elaboração do regimento interno da JARI.

Art. 14º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com a União, Estados, Municípios, órgãos e demais entidades públicas e privadas, objetivando a perfeita aplicação desta lei.

Art. 15º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de Março de 2021.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD
LEI MUNICIPAL Nº 689/2021 - ABRE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial no valor de R$ 816.742,33 (Oitocentos e dezesseis mil, setecentos e quarenta e dois reais e trinta e três centavos).

EUGENIO PELACHIM, PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA-MT.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo aseguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor de **R$ 816.742,33 (Oitocentos e dezesseis mil, setecentos e quarenta e dois reais e trinta e três centavos),** para **suplementação da seguinte dotação orçamentária** no Orçamento Vigente:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

05 05005 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05 05005 10 Saúde

05 05005 10 301 Atenção Básica

05 05005 10 301 0100 Gerir com Qualidade a Atenção Básica

05 05005 10 301 0100 1027 **Aquisição de Moveis, Utensílios e Equipamentos para At. Básica**

4490520000 – 0347008000 Equipamentos e Material Permanente R$ 300. 000,00

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

05 05005 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05 05005 10 Saúde

05 05005 10 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial

05 05005 10 302 0110 Ampliação e Qualidade na Media e Alta Complexidade

05 05005 10 302 0110 2077 **Manutenção e Encargos das Ações da média e Alta Complexidade**

4490520000 – 0342000000 Equipamentos e Material Permanente R$ 135. 000,00

05	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
05 .005	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10	SAÚDE	
10.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
10.122.0190	COVID 19 – ENFRENTAMENTO	
10.122.0190. 2088	**ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID19**	
3.1.90.04. 346.074	CONTRATAÇAO POR TEMPO DETERMINADO	R$ 2. 000,00
3.1.90.11. 346.074	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS û PESSOAL CIVIL	R$ 5. 000,00
3.1.90.13. 346.074	OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 2. 000,00
3.3.90.14. 346.074	DIARIAS PESSOAL CIVIL	R$ 3. 000,00
3.3.90.30. 346.074	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 124. 742,33
3.3.90.32. 346.074	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GR	R$ 30. 000,00
3.3.90.33. 346.074	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	R$ 2. 000,00
3.3.90.36. 346.074	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS û PESSOA FISICA	R$ 10. 000,00
3.3.90.39. 346.074	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS û PESSOA JURIDIC	R$ 50. 000,00
3.3.90.93. 346.074	INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 3. 000,00
4.4.90.52. 346.074	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 150. 000,00
TOTAL		**R$ 381. 742,33**

TOTAL = R$ 816.742,33

Art. 2º - Para fazer face ao crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no artigo nº 43, § 1º, I, da Lei nº 4.320/64, por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, conforme abaixo:

I – os provenientes de superávit financeiro:

R$= 300.000,00 **Fonte de Recurso 0147008000 – Atenção Básica**

R$= 135.000,00 **Fonte de Recurso 0142000000 – Transf. Recursos do Sus - Estado**

R$= 381.742,33 **Fonte de Recurso 0146074000 – Ações da Saúde p/ enfrentamento coronavírus - Covid -19**

TOTAL = R$ 816.742,33

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação na Lei 601/2017 – Plano Plurianual, Lei nº 679/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentário para exercício de 2021 e Lei Municipal nº 0685/2020 – Lei Orçamentaria para exercício de 2021.

Art. 4º - Fica também autorizado a abrir, durante o exercício de 2021, créditos suplementares para ajustes das contas abertas através da presente lei, podendo, entretanto realizar transposições, remanejamentos de recursos alocados a referida rubrica orçamentária.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Estrela- MT, 12 *de* Março de 2021.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI MUNICIPAL N.º 2.127, DE 12 DE MARÇO DE 2021.

LEI N.º 2.127/2021 Poxoréu/MT, 12/03/2021.

Autoriza o Poder Executivo Municipal adquirir dois lotes urbanos, para o fim que especifica.

NELSON ANTÔNIO PAIM, Prefeito Municipal de Poxoréu/MT, no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 57, § 3.º, inciso IV, combinado com o art. 70, IV, V e VI da Lei Orgânica Municipal, embasado, ainda, nos ditames do art. 17 c/c o inciso X, do art. 24, ambos da Lei Federal n.º 8.666/1993, correlatos à matéria, faz saber que a Câmara Municipal de Poxoréu aprovou e eu sanciono a seguinte:

L E I:

Art. 1.º O Poder Executivo Municipal de Poxoréu/MT fica autorizado a adquirir dois lotes urbanos devidamente registrados no C.R.I. da Comarca de Poxoréu/MT através das **matrículas imobiliárias de n.º 10.087 e 10.218**, abaixo qualificados:

I. Matrícula imobiliária n.º 10.087 - C.R.I. da Comarca de Poxoréu/MT: **IMÓVEL - LOTE N.º 08, da QUADRA J, COM ÁREA DE 468,75m² (QUATROCENTOS E SESSENTA E OITO VÍRGULA SETENTA E CINCO METROS QUADRADOS), SITUADO NO LOTEAMENTO JARDIM BRILHANTE, CIDADE E MUNICÍPIO DE POXORÉU-MT,** compreendido dentro dos seguintes limites e confrontações: Frente, com a Rua L-4, na distância de 12,50m; Lado Direito, com o lote n.º 09, na distância de 37,50m; Lado Esquerdo, com o Lote n.º 07, na distância de 37,50m; e, Fundos, com o lote n.º 10, na distância de 12,50m.

II. Matrícula imobiliária n.º 10.218 - C.R.I. da Comarca de Poxoréu/MT: **IMÓVEL - LOTE N.º 09, DA QUADRA J, COM ÁREA DE 468,75m² (QUATROCENTOS E SESSENTA E OITO METROS E SETENTA E CINCO CENTÍMETROS QUADRADOS), SITUADO NO LOTEAMENTO DENOMINADO JARDIM BRILHANTE, CIDADE E MUNICÍPIO DE POXORÉU-MT,** compreendido dentro dos seguintes limites e confrontações: Frente, com a Rua L-4, na distância de 12,50m; Lado Direito, com a Rua T-2, na distância de 37,50m; Lado Esquerdo, com o Lote n.º 08, na distância de 37,50m; e, Fundos, com o Lote n.º 10, na distância de 12,50m.

Parágrafo único. Firmar-se-ão Instrumentos Públicos de Compra e Venda com os proprietários dos imóveis supramencionados, qualificando-os de acordo com o que consta nas respectivas matrículas imobiliárias.

Art. 2.º Cada lote descrito no artigo anterior será adquirido pelo Município de Poxoréu/MT pela quantia individual de R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), totalizando o valor global de R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

Art. 3.º Do valor a ser repassado aos proprietários, abater-se-á toda e qualquer dívida de IPTU lançada sobre os imóveis, devidamente apurados pelo Setor de Fiscalização e Tributos da Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, observada a prescrição quinquenal.

Art. 4.º Os imóveis adquiridos com base nesta Lei ficam, desde a transferência dos imóveis ao patrimônio do Município de Poxoréu/MT, afetados à implantação de uma quadra de areia, academia ao ar-livre e parquinho infantil - bem de uso comum do povo, nos termos da Planta Baixa Simplificada apresentada pela Secretaria Municipal de Planejamento, anexa ao presente Projeto de Lei.

Art. 5.º Os valores dispendidos para o custeio dos imóveis adquiridos com base nesta Lei serão custeados pela seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas

Unidade: 001 - Gabinete do Secretário de Viação e Obras Públicas

Função: 04 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0003 - Administração Geral

Projeto/Atividade: 1031 - Aquisição de Imóveis

Natureza da Despesa: 4.4.90.61.00.00 - Aquisição de Imóveis

§ 1.º O pagamento dar-se-á em parcela única a ser repassada em conta corrente indicada pelos proprietários vendedores em até 30 (trinta) dias após o firmamento de Instrumento Público de Compra e Venda.

§ 2.º Os custos/emolumentos de transferência dos imóveis ao patrimônio do Município de Poxoréu/MT junto ao C.R.I. competente caberão ao ente público comprador.

Art. 6.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Esta Lei foi publicada por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 12/03/2021 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI MUNICIPAL N.º 2.130, DE 12 DE MARÇO DE 2021.

LEI N.º 2.130/2021 Poxoréu/MT, 12 de março de 2021.

Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo municipal para abrir crédito adicional por anulação de dotação.

NELSON ANTÔNIO PAIM, Prefeito Municipal de Poxoréu/MT, no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 57, § 3.º, inciso IV, combinado com o art. 70, IV, V e VI, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Poxoréu aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício um crédito adicional especial no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Art. 2.º O crédito citado no artigo 1.º, será aberto na seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 12 - Departamento de Água e Esgoto de Poxoréu

Unidade: 001 - Departamento de Água e Esgoto de Poxoréu

Função: 04 - Administração

Sub função: 122 - Administração Geral

Programa: 0019 - Abastecimento de Água e Esgoto

Projeto: 2125 - Apoio Financeiro a Associação dos Mini Produtores Rurais Carlos Marighella.

Elemento da despesa: 3.3.50.43.00.00 - Subvenções Sociais

Valor: R$ 25.000,00

Art. 3.º Para cobertura do crédito citado no art. 2.º, serão utilizados os recursos do cancelamento das dotações abaixo:

Órgão: 12 - Departamento de Água e Esgoto de Poxoréu

Unidade: 001 - Departamento de Água e Esgoto de Poxoréu

Função: 17 - Saneamento

Sub função: 512 - Saneamento Básico Urbano

Programa: 0019 - Abastecimento de Água e Esgoto

Projeto: 2065 - Manutenção e encargos com o DAE

Elemento da despesa: 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Valor: R$ 25.000,00

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu/MT.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 12/03/2021 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI MUNICIPAL N.º 2.131, DE 12 DE MARÇO DE 2021.

LEI N.º 2.131/2021 Poxoréu/MT, 12 de março de 2021.

Dispõe sobre inclusão, no PPA 2018/2021, na LDO 2021 e na LOA 2021, do Projeto mencionado nesta Lei e dá outras providências.

NELSON ANTÔNIO PAIM, Prefeito Municipal de Poxoréu/MT, no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 57, § 3.º, incisos IV, combinado com o art. 70, IV, V e VI da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Poxoréu aprovou e ele sanciona a seguinte:

L E I:

Art. 1.º Ficam incluídas no PPA 2018/2021, na LDO 2021 e na LOA 2021, as seguintes atividades:

Órgão: 12 - Departamento de Água e Esgoto de Poxoréu

Unidade: 001 - Departamento de Água e Esgoto de Poxoréu

Função: 04 - Administração

Sub função: 122 - Administração Geral

Programa: 0019 - Abastecimento de Água e Esgoto

Projeto: 2125 - Apoio Financeiro à Associação dos Mini Produtores Rurais Carlos Marighella.

Elemento da despesa: 3.3.50.43.00.00 - Subvenções Sociais

Valor: R$ 25.000,00

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu – MT.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Esta Lei foi publicada por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 12/03/2021 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI MUNICIPAL N.º 2.129, DE 12 DE MARÇO DE 2021.

LEI N.º 2.129/2021 Poxoréu/MT, 12 de março de 2021.

Autoriza firmar convênio com a Associação dos Mini Produtores Rurais “Carlos Marighella”, para os fins de interesse público que menciona.

NELSON ANTÔNIO PAIM, Prefeito do Município de Poxoréu, no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 57, § 3º, inciso IV, combinado com o art. 70, IV, V e VI da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Poxoréu aprovou e ele sanciona a seguinte:

L E I:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Convênio com a Associação dos Mini Produtores Rurais “Carlos Marighella”, criada em 27/09/2001, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.709.182/0001-25, com sede no Assentamento Carlos Mariguella, s/n.º, na Zona Rural do Município de Poxoréu/MT, CEP: 78.800-000, objetivando o repasse de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), em parcela única, para a aquisição e instalação de materiais hidráulicos correlatos ao abastecimento de água ao Setor III, da comunidade rural de assentados supramencionada, localizada no Pontal do Areia.

Parágrafo único. O valor mencionado no *caput* deste artigo será depositado diretamente na conta da Associação beneficiária, a saber: Agência n.º 0809 – Conta Corrente n.º 50330-4.

Art. 2.º A Associação dos Mini Produtores Rurais Carlos Marighella, fica obrigada a prestar contas da efetiva utilização do valor mencionado no artigo 1.º desta Lei, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias após o efetivo repasse, anexando na mencionada prestação de contas:

I – Cópia do CNPJ e Ata de Constituição da Associação, bem como de sua Diretoria, devidamente autenticados;

II – Cotação de preços realizada para aquisição dos produtos/serviços necessários à compra e instalação dos materiais pagos com a verba pública municipal repassada;

III – Notas fiscais que demonstrem os valores pagos e fotos do serviço concluído.

Parágrafo único. Em caso de não utilização completa dos recursos destinados por intermédio desta Lei, assim aferido pela prestação de contas, deverá a Associação dos Mini Produtores Rurais Carlos Marighella, reembolsar aos cofres públicos o saldo não utilizado no evento.

Art. 3.º É vedado o desvio de finalidade na utilização dos recursos repassados por esta Lei, sob pena de responsabilização.

Art. 4.º As despesas provenientes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, abertas no presente exercício mediante Leis específicas.

Art. 5.º Esta lei entra em vigor na data da publicação.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu/MT.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu/MT

Esta Lei foi publicada por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 12/03/2021 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI MUNICIPAL N.º 2.128, DE 12 DE MARÇO DE 2021.

LEI N.º 2.128/2021 Poxoréu/MT, 12 de março de 2021.

Altera a Lei Municipal n.º 1.874/2017, inserindo disposição acerca da jornada de trabalho mínima dos servidores ocupantes de cargos comissionados e funções de confiança e dá outras providências.

NELSON ANTÔNIO PAIM, Prefeito Municipal de Poxoréu/MT, no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 57, *caput* e § 3.º, inciso IV, combinado com o art. 70, IV, V, VI e VII da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Poxoréu aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1.º Ficam inseridos os §§ 1.º a 4.º, no artigo 13, da Lei Municipal n.º 1.874, de 14/08/2017, que vigerão com a seguinte redação:

§ 1.º *Os ocupantes de cargos ou funções previstas nesta Lei, terão que laborar, presencialmente, no departamento ou setor de sua lotação, no mínimo, 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) semanais, preferencialmente durante o período de expediente comum aos demais servidores ou de acordo com o determinado pelo Secretário da Pasta, com o aval do Chefe do Poder Executivo.*

§ 2.º *Fica a cargo de cada Secretário, no caso de seus subordinados, e do Prefeito, no caso dos Secretários e dos cargos vinculados ao Gabinete, a escolha do método de controle do cumprimento da jornada mínima de trabalho fixada nesta Lei.*

§ 3.º *O labor de ocupante de cargo comissionado ou cargo de confiança em horário superior à jornada mínima prevista neste artigo não gerará ao mesmo, sob nenhuma hipótese, o direito à percepção de adicional por horas extraordinárias, tendo em vista ser submetido ao regime de integral dedicação ao serviço, nos termos do § 1.º, do artigo 51, da Lei Municipal n.º 905/2003.*

§ 4.º *Caso advenha Decreto Municipal determinando que a jornada de trabalho de determinada repartição/setor será de 6 (seis) horas ininterruptas, os ocupantes de cargos comissionados ou funções de confiança ali lotados passarão a cumprir como jornada mínima de trabalho as mesmas 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais, até a revogação do ato.*

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu/MT.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 12/03/2021 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO DA ORDEM DE SERVIÇOS 04/2021

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, com sede na Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78.265-000, Reserva do Cabaçal-MT, torna público Errata de Publicação da Ordem de Serviço nº 04 /2021 , o qual foi publicado no dia 11 de Março de 2021, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso Nº 3.684 página 457.

Onde se lê:	Lê-se:
DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2021 **ORDEM DE SERVIÇOS 04/2021** **Objeto** Contratação de Profissional Técnico para Elaboração de Projeto de Engenharia, para atender a demanda da Secretaria Municipal de obras da Prefeitura de Reserva do Cabaçal-MT. **Prazo de execução: 60 DIAS** **Contrato** nº 13/2021 **Empresa Contratada**: **DOUGLAS RENATO NOGUEIRA RIBEIRO**, cadastrada no **CNPJ Nº: 23.234.855/0001-82**. Fica por este instrumento legal autorizado a empresa acima identificada a dar início imediato ao serviço objeto da presente ordem de serviços, em conformidade com o contrato nº 13/2021 e tomar todas as providências para sua perfeita execução. Reserva do Cabaçal-MT, 10 de março de 2021. **JONAS CAMPOS VIEIRA** **Prefeito Municipal** Ciente em:_____/_____/_____ Assinatura:_____	**DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2021** **ORDEM DE SERVIÇOS 04/2021** **Objeto** Contratação de Profissional Técnico para Elaboração de Projeto de Engenharia, para atender a demanda da Secretaria Municipal de obras da Prefeitura de Reserva do Cabaçal-MT. **Prazo de execução: 60 DIAS** **Contrato** nº 12/2021 **Empresa Contratada**: **DOUGLAS RENATO NOGUEIRA RIBEIRO**, cadastrada no **CNPJ Nº: 23.234.855/0001-82**. Fica por este instrumento legal autorizado a empresa acima identificada a dar início imediato ao serviço objeto da presente ordem de serviços, em conformidade com o contrato nº 12/2021 e tomar todas as providências para sua perfeita execução. Reserva do Cabaçal-MT, 10 de março de 2021. **JONAS CAMPOS VIEIRA** **Prefeito Municipal** Ciente em:_____/_____/_____ Assinatura:_____

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO DA DISPENSA Nº 04/2021

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, com sede na Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78.265-000, Reserva do Cabaçal-MT, torna público Errata de Publicação do Termo de Adjudicação da Dispensa nº 04 /2021 , o qual foi publicado no dia 11 de março de 2021, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso Nº 3.684, página 458.

Onde se lê	Lê-se
TERMO DE ADJUDICAÇÃO **O Processo de Dispensa nº 04/2021** objetivou a contratação direta, pelo poder Publico Municipal, da empresa **DOUGLAS RENATO NOGUEIRA RIBEIRO, cadastrada no CNPJ Nº: 23.234.855/0001-82, A contratação de profissional técnico para elaboração de projeto de engenharia, para atender a demanda da Secretaria Municipal de obras da Prefeitura de Reserva do Cabaçal-MT**. Desse modo satisfazendo à lei e ao mérito a comissão **ADJUDICA** à empresa **DOUGLAS RENATO NOGUEIRA RIBEIRO**, cadastrada no **CNPJ Nº: 23.234.855/0001-82**, nos termos da Justificativa subscrita pela Comissão de Licitação e nos Termos do Parecer jurídico. Reserva do Cabaçal-MT, 10 de fevereiro de 2021. ENIO VAGNER DE OLIVEIRA CABRAL Presidente JHONATAS MARCONDES SOARES Membra CLAUDIANA SOARES GONÇALVES Membra	**TERMO DE ADJUDICAÇÃO** **O Processo de Dispensa nº 04/2021** objetivou a contratação direta, pelo poder Publico Municipal, da empresa **DOUGLAS RENATO NOGUEIRA RIBEIRO, cadastrada no CNPJ Nº: 23.234.855/0001-82, A contratação de profissional técnico para elaboração de projeto de engenharia, para atender a demanda da Secretaria Municipal de obras da Prefeitura de Reserva do Cabaçal-MT**. Desse modo satisfazendo à lei e ao mérito a comissão **ADJUDICA** à empresa **DOUGLAS RENATO NOGUEIRA RIBEIRO**, cadastrada no **CNPJ Nº: 23.234.855/0001-82**, nos termos da Justificativa subscrita pela Comissão de Licitação e nos Termos do Parecer jurídico. Reserva do Cabaçal-MT, 10 de Março de 2021. ENIO VAGNER DE OLIVEIRA CABRAL Presidente JHONATAS MARCONDES SOARES Membra CLAUDIANA SOARES GONÇALVES Membra

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 71/2021 DE 10 DE MARÇO DE 2021

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, com sede na Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78.265-000, Reserva do Cabaçal-MT, torna público Errata de Publicação da Portaria nº 71/2021 , o qual foi publicado no dia 11 de março de 2021, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso Nº 3.684, página 457.

ONDE SE LÊ :	LÊ -SE
PORTARIA Nº 71/2021 DE 10 DE MARÇO DE 2021 **NOMEIA O SENHOR PAULO DINIZ DA SILVA COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 13/2021 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL E DOUGLAS RENATO NOGUEIRA RIBEIRO, CNPJ Nº: 23.234.855/0001-82.** **JONAS CAMPOS VIEIRA,** Prefeito Municipal de Reserva do Cabacal-MT, no uso de suas atribuições legais; **RESOLVE** Art. 1º - Nomear o senhor **PAULO DINIZ DA SILVA** cadastrado no CPF nº 572.193.201-59, responsável pela fiscalização do Contrato nº 71/2021 que tem como objeto a Contratação de Profissional Técnico para Elaboração de Projeto de Engenharia, para atender a demanda da Secretaria Municipal de obras da Prefeitura de Reserva do Cabaçal-MT. Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 10 de março de 2021. REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE **JONAS CAMPOS VIEIRA** **Prefeito Municipal**	**PORTARIA Nº 71/2021 DE 10 DE MARÇO DE 2021** **NOMEIA O SENHOR PAULO DINIZ DA SILVA COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 12/2021 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL E DOUGLAS RENATO NOGUEIRA RIBEIRO, CNPJ Nº: 23.234.855/0001-82.** **JONAS CAMPOS VIEIRA,** Prefeito Municipal de Reserva do Cabacal-MT, no uso de suas atribuições legais; **RESOLVE** Art. 1º - Nomear o senhor **PAULO DINIZ DA SILVA** cadastrado no CPF nº 572.193.201-59, responsável pela fiscalização do Contrato nº 12/2021 que tem como objeto a Contratação de Profissional Técnico para Elaboração de Projeto de Engenharia, para atender a demanda da Secretaria Municipal de obras da Prefeitura de Reserva do Cabaçal-MT. Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 10 de março de 2021. REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE **JONAS CAMPOS VIEIRA** **Prefeito Municipal**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO DA DISPENSA DE HOMOLOGAÇÃO Nº 04/2021

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, com sede na Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78.265-000, Reserva do Cabaçal-MT, torna público Errata de Publicação do Termo de Homologação da Dispensa nº 04 /2021 , o qual foi publicado no dia 11 de março de 2021, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso Nº 3.684, página 458.

Onde se lê:	Lê-se:
LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2021 **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL TÉCNICO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ENGENHARIA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DA PREFEITURA DE RESERVA DO CABAÇAL-MT.** FICA POR ESTE INSTRUMENTO HOMOLOGADO O PROCESSO LICITATÓRIO DE DISPENSA Nº 04/2021, PARA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS ACIMA MENCIONADA. RESERVA DO CABAÇAL-MT, 10 DE FEVEREIRO DE 2021. REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE **JONAS CAMPOS VIEIRA** **PREFEITO MUNICIPAL**	**LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2021** **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL TÉCNICO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ENGENHARIA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DA PREFEITURA DE RESERVA DO CABAÇAL-MT.** FICA POR ESTE INSTRUMENTO HOMOLOGADO O PROCESSO LICITATÓRIO DE DISPENSA Nº 04/2021, PARA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS ACIMA MENCIONADA. RESERVA DO CABAÇAL-MT, 10 DE MARÇO DE 2021. REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE **JONAS CAMPOS VIEIRA** **PREFEITO MUNICIPAL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

PORTARIA N° 113/2021 DATA: 10 DE MARÇO DE 2021 "NOMEIA FISCAL DE OBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA N° 113/2021

DATA: 10 DE MARÇO DE 2021

"NOMEIA FISCAL DE OBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. Nomear o Senhor **LUIZ FERNANDO FERREIRA ALVES,** brasileiro, portador do RG nº 4313115 SSP/GO, e inscrito no CPF nº 032.591.421-42, residente neste municipio de Ribeirão Cascalheira-MT, como fiscal da obra da reforma emergencial da casa da criança, com pintura em geral, troca de forros e janelas referente ao Processo Licitatório n.19/2021, Dispensa n. 09/2021.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 10 DE MARÇO DE 2021.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

PORTARIA N° 112/2021 DATA: 10 DE MARÇO DE 2021 "NOMEIA FISCAL DE OBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA N° 112/2021

DATA: 10 DE MARÇO DE 2021

"NOMEIA FISCAL DE OBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. Nomear o Senhor **RODRIGO DO CARMO DINIZ,** brasileiro, portador do RG nº 4529441 SSP/GO, e inscrito no CPF nº 016922181-40, residente neste municipio de Ribeirão Cascalheira-MT, como fiscal da obra na construção de base de concreto do reservatório da caixa de água no Distrito de Novo Paraiso, referente ao Processo Licitatório n.01/2021, Dispensa n. 01/2021.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 10 DE MARÇO DE 2021.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

DECRETO N° 2025/2021 DATA: 12 DE MARÇO DE 2021 "DISPÕES SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 2020 DE 05 MARÇO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

DECRETO N° 2025/2021

DATA: 12 DE MARÇO DE 2021

"DISPÕES SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 2020 DE 05 MARÇO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com base na lei orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o Decreto n° 2020 de 05 de março de 2021, que Regula o Processo de Atribuição de Cargos, Classes e/ou Aulas dos Profissionais da Educação Pública Municipal de Ribeirão Cascalheira – MT, para o ano letivo de 2021.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 05 de março de 2021.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 12 DE MARÇO DE 2021.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

ORTARIA N° 110/2021 DATA: 05 DE MARÇO DE 2021 "NOMEIA FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA N° 110/2021

DATA: 05 DE MARÇO DE 2021

"NOMEIA FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. Nomear o Senhor Miromar da Silva Arantes Júnior**,** brasileiro, portador da cédula de identidade RG de nº 1575254-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 006.210.351-22, residente e domiciliado neste municipio de Ribeirão Cascalheira – MT, **FISCAL DE CONTRATO FG-6(Conforme Lei Municipal n.820/2019)** para acompanhar e fiscalizar os contratos realizados pela Secretaria de Agricultura, no exercício de 2021.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrario.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 05 DE MARÇO DE 2021.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

PORTARIA N° 111/2021 DATA: 10 DE MARÇO DE 2021 "NOMEIA FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA N° 111/2021

DATA: 10 DE MARÇO DE 2021

"NOMEIA FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. Nomear o Senhor **MARCELO FERREIRA CABRAL**, brasileiro, portador do RG nº M-4.714.203 SSP/MG e inscrito no CPF 691.328.796-87, residente e domiciliado na Rua Madureira s/n. neste municipio de Ribeirão Cascalheira-MT, para acompanhar e fiscalizar os contratos realizados pelo Gabinete da Prefeita, no exercício de 2021.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrario.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 10 DE MARÇO DE 2021.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
COVID-19: AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 011/2021

(Inc. IV, do Art. 24, da Lei nº 8.666/93)

(Art.4 º da Lei Federal n.13.979/2020 alterada pela Lei 14.035/2020)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Presidente nomeada através do Decreto nº 010/GAB/PMR de 18 de Janeiro de 2021, **Torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 011/2021**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº.183/2021, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através do **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a **"Aquisição de Materiais Descartáveis, EPIs para o enfretamento do Covid-19".**

A Proposta de Preço e toda documentação poderá ser encaminhada via e-mail institucional: cpl@rondolandia.mt.gov.br no período de até 01(um) dia útil da publicação, maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente das 07h00min às 13h00min ou através do telefone 0xx (66) 3542-1177.

Rondolândia - MT, 12 de Março de 2021.

Luciene Souza dos Santos

Presidente da CPL

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 012/2021

(Inc. IV, do Art. 24, da Lei nº 8.666/93)

(Art.4 º da Lei Federal n.13.979 /2020 alterada pela Lei 14.035/2020)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Presidente nomeada através do Decreto nº 010/GAB/PMR de 18 de Janeiro de 2021, Torna Público para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 012/2021, processado nos autos do Processo Administrativo de nº.208/2021, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através do MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a "Aquisição de Cilindros Novos de Oxigênio ar medicinal para atender os serviços móvel de urgência e a unidade de pronto atendimento básico do Município de Rondolândia".

A Proposta de Preço e toda documentação poderá ser encaminhada via e-mail institucional: cpl@rondolandia.mt.gov.br no período de até 01(um) dia útil da publicação, maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente das 07h00min às 13h00min ou através do telefone 0xx (66) 3542-1177.

Rondolândia - MT, 12 de Março de 2021.

Luciene Souza dos Santos

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 21/2021

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO".

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, que através de sua Comissão Permanente de Licitação, realizará a tomada de preço em epígrafe às **09:00 horas** do dia **30 (trinta) de março de 2021**, na sala de licitações da Secretaria Municipal de Administração, a abertura dos envelopes n.º 01 e 02, contendo os documentos de habilitação e proposta comercial, respectivamente, para aquisição do seguinte objeto:**"Reforma do Posto de Saúde Três Pontes, localizado na Zona Rural de Rondonópolis - MT, conforme projeto básico e justificativa de qualificação técnica enviado pela Secretaria Municipal de Saúde, anexo ao edital".** Os interessados poderão retirar a pasta contendo o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, mediante apresentação de CD-ROM ou PEN-DRIVE, no horário das ***13:00 às 17:00 horas*** em dias úteis, ou solicitar através do licitacaorondonopolis@hotmail.com, ou retirar no site www.rondonopolis.mt.gov.br.

Rondonópolis-MT, 12 de Março de 2021.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 16/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Senhor **JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**, Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **nos termos do inciso VIII, do art. 24 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993**. **RATIFICA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 16/2021**, com fulcro na decisão administrativa proferida pelo prefeito municipal José Carlos Junqueira de Araújoque autoriza a modalidade de Dispensa de Licitação, diante da situação fática, de acordo com a Lei de Licitações, a contratação a favor da empresa: **CODER COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS**, situada na Av. Dr. Paulo de Oliveira, n° 1411, Bairro Cascalhinho, CEP: 78.720-300, Rondonópolis/MT, inscrita no CNPJ: **03.940.848/0001-99. OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTO COM MICRO REVISTIMENTO EM DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DE RONDONÓPOLIS-MT.**

VALOR TOTAL DISPENSA: R$ 8.208.272,13 (oito milhões, duzentos e oito mil, duzentos e setenta e dois reais e treze centavos).

Publique-se no átrio desta Prefeitura, no **Diário Oficial do Município – DIORONDON**, no jornal de circulação local **Jornal Estadão Mato Grosso,** no **Diário Oficial Eletrônico dos Municípios** e no **Diário Oficial de Contas,** para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 11 de Março de 2021.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2021

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO".

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público para conhecimento dos interessados que **SUSPENDE** temporariamente a Tomada de preços Nº 09/2021, cujo objeto é: **"CONSTRUÇÃO REMANESCENTE DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE LOCALIZADA NA RUA UEVERTON CARMO DE AMORIM, QUADRA 57, LOTE 02. S/N, LOTEAMENTO JARDIM LIBERDADE, RONDONÓPOLIS - MT, CONFORME PROJETO BÁSICO E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA ENVIADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ANEXO AO EDITAL".** Tal suspensão se faz imprescindível, tendo em vista a necessidade de readequação nos valores das Planilhas Orçamentárias conformeOficio nº 294/2021/DEA/SMS/ROO. Nesse sentido comunicamos que publicaremos novo Edital com as devidas adequações para participação dos interessados ao certame em epigrafe.

Rondonópolis-MT, 11 de março de 2021.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2021

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO".

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público para conhecimento dos interessados que **SUSPENDE** temporariamente a Tomada de preços Nº 08/2021, cujo objeto é: **"CONSTRUÇÃO DE CRECHE TIPO 02 PADRÃO FNDE, LOCALIZADO NA RUA BAHIA, ÁREA 13, JARDIM ITAUPÃ, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA ENVIADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ANEXO AO EDITAL",** Tal suspensão se faz imprescindível, tendo em vista a necessidade de readequação nos valores das Planilhas Orçamentárias conformeOficio nº 112/2021/ENG/SEMED. Nesse sentido comunicamos que publicaremos novo Edital com as devidas adequações para participação dos interessados ao certame em epigrafe.

Rondonópolis-MT, 11 de março de 2021.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2021

O Município de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, neste ato representado por seu Pregoeiro, torna público aos interessados, que irá realizar procedimento licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N. 04/2021, CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO GLOBAL, no dia 26 de março de 2021, Às 09:00 horas (horário local), na sede da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, situada à Avenida Otávio Costa, s/n, Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste/MT, com a finalidade: LOTE 01. REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE APOIO A FISCALIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO ITR, COM VISTAS AO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTIPULADAS PELA IN/RFB/1877/2019, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I. LOTE 02. REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA, EM APOIO A ADMINISTRAÇÃO EXECUTAR OS SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA, NA ÁREA DO ITR COM VISTAS AO CUMPRIMENTO DO TERMO DE CONVÊNIO FIRMADO COM A RFB, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I. Poderão participar deste procedimento licitatório as empresas cujo ramo de atividade esteja em consonância com o objeto e demais clausulas desta licitação. As informações poderão ser retiradas com ao Setor de Licitação, na Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, situada na Avenida Otávio Costa, s/n,

Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste/MT, por intermédio do Pregoeiro, de segunda a sexta das 08:00 às 14:00 horas, ou no telefone (65) 3356-1209 e pelo e-mail: licitacaorosario@hotmail.com e no site: www.rosariooeste.mt.gov.br.

Rosário Oeste/MT, 12 de março de 2021.

FAGNER CAMARGO SAMPAIO

Pregoeiro Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 127/2021 DE 12 DE MARÇO DE 2021

PORTARIA N.º 127/2021 DE 12 DE MARÇO DE 2021

ATRIBUI FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA, Prefeito Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições estabelecidas em Lei e,

CONSIDERANDO o disposto no Artº 2º da Lei Municipal nº 649 de 20 de Fevereiro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º. Atribuir à servidora CIDNEIA RODRIGUES BATISTA, Cargo Efetivo: AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS, Admitida na forma do Edital de Concurso nº 001/2014 e o disposto no Artigo 37, inciso II letra ``a`` da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 069/93 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para a Função Gratificada de DIRETORA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, prevista no Artigo 2º da Lei 649 de 20 de Fevereiro de 2020, com direito a percepção da Função Gratificada em seu vencimento conforme Quadro dos Cargos de provimento em comissão e funções gratificada.

Art. 2º Ficam assegurados os direitos funcionais legalmente adquiridos pela Servidora de que trata esta Portaria.

Art. 3º. Caberá aos órgãos e unidades competentes do Poder Executivo tomar providências pertinentes para o cumprimento desta Portaria, procedendo aos competentes registros.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 12 de Março de 2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 129/2021 DE 12 DE MARÇO DE 2021.

PORTARIA N.º 129/2021 DE 12 DE MARÇO DE 2021.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49 inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: a conclusão dos respectivos períodos aquisitivos e os requerimentos dos servidores abaixo relacionados;

RESOLVE:

Art. 1º. - Conceder férias regulamentares aos servidores municipais abaixo relacionados, com o respectivo período aquisitivo, bem como o período de gozo de férias especificados:

Nome do Servidor(a)	Período aquisitivo	Período de gozo de férias
Alcione Alves De Oliveira	2020/2021	01/03/2021 a 30/03/2021
Samuel Rodrigues Rosa	2020/2021	01/03/2021 a 30/03/2021
Eulália Maria Da Silva	2018/2019	01/03/2021 a 30/03/2021
Uilk da Silva Filho	2020/2021	01/03/2021 a 30/03/2021
Cleidiane Lima da Costa	2018/2019	01/03/2021 a 30/03/2021
Gisele Barbosa Guilherme	2018/2019	10/03/2021 a 07/04/2021
João vitor de Paula Almeida	2019/2020	01/03/2021 a 30/03/2021
Marcelo Valentim Fim	2019/2020	15/03/2021 a 13/04/2021
Laura Quirino de A. Ribeiro	2019/2020	01/03/2021 a 30/03/2021
Sebastião Euzébio de Santana	2020/2021	01/03/2021 a 30/03/2021
Leticya Querb Nery Da Almeida	2020/2021	01/03/2021 a 20/03/2021
Jailton Brandolfo Flores	2020/2021	01/03/2021 a 30/03/2021
Claudenice Sousa Santana	2020/2021	01/03/2021 a 20/03/2021
Paloma Ferreira Neves	2019/2020	15/03/2021 a 13/04/2021

Art. 2º - Caberá aos órgãos e unidades competentes do Poder Executivo proceder às anotações/registros pertinentes e, as providências na substituição dos Servidores acima citados, se forem imprescindíveis e inadiáveis bem como efetuar o pagamento devido, na forma da Legislação que disciplina a matéria em vigor, observando o disposto no art. 83 da Lei Municipal n.º 069, de 28 de maio de 1993, como seus parágrafos no que couber.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias no corrente exercício, suplementadas, se necessário, na forma da Legislação específica que rege a matéria em vigor.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 12 de Março de 2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

PREFEITO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 128 /2021 DE 12 DE MARÇO DE 2021

PORTARIA N.º 128 /2021 DE 12 DE MARÇO DE 2021

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR QUE MENCIONA E, DÁ PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e Art.190, inciso I, letra F da Lei 069/93 Estatuto dos Servidores públicos Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para Tratamento de Saúde a parti de 13 de Março de 2021 Sr.º **LILHA PEREIRA DA SILVA,** Cargo ZELADORA, Órgão Unidade: Na Secretaria Municipal de Saúde , conforme Atestado Médico datado em 26 de Fevereiro de 2021.

Art. 2º - Caberá aos órgãos e unidades competentes do Poder Executivo proceder às anotações/registros pertinentes e, as providências na substituição da Servidora acima citada, se for imprescindível e inadiável bem como efetuar o pagamento devido, na forma da Legislação que disciplina a matéria em vigor.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias no corrente exercício, suplementadas, se necessário, na forma da Legislação específica que rege a matéria em vigor.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 12 de Março de 2021.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

PREFEITO

JURÍDICO
LEI N. 671, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre o reajuste do salário base de determinados cargos em consonância com o salário mínimo nacional, *e da outras providencias.*

O PREFEITO DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, Sr. **MAUTO TEIXEIRA ESPINDOLA**, no uso de suas atribuições legais, fundamentadas no artigo 49 da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O salário base dos cargos e funções da Administração Pública Municipal de Salto do Céu que estiver abaixo do salário mínimo nacional, fica automaticamente reajustado para o valor de R$ 1.100,00 (mil e cem reais).

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, de acordo com a Lei Orçamentária Anual em vigência.

Art. 3º. A tabela de vencimentos prevista na Lei Municipal n. 363/2010 fica atualizada de acordo com as modificações impostas por esta Lei.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de janeiro de 2021.

Salto do Céu/MT, 12 de março de 2021.

MAUTO TEIXEIRA ESPINDOLA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0162/2021,

DE 12 DE MARÇO DE 2021.

SÚMULA: "NOMEIA SERVIDORA PARA O CARGO PÚBLICO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"..

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais considerando os resultados do Concurso Público realizado por esta Municipalidade no dia 03 de Fevereiro de 2019, cujo resultado foi homologado pelo Decreto 017/2019;

Considerando que **PATRICIA DE OLIVEIRA BITENCOURT** foi aprovado (a) e classificado (a) dentro do número de vagas disponibilizadas no referido Concurso, para o cargo de PROFESSOR PEDAGOGIA ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – SEDE;

Considerando, finalmente, que o (a) candidato (a) preenche os requisitos legais constante na Lei Municipal nº 64/2015.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada **PATRICIA DE OLIVEIRA BITENCOURT**, brasileiro (a), inscrito (a) no RG nº 2177896-5 SSP/MT e no CPF/MF sob o nº 029. 414.041-71, para ocupar o cargo Efetivo de **PROFESSOR PEDAGOGIA ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – SEDE,** integrante do Quadro de Pessoal do Município de Santa Rita do Trivelato/MT pelo Concurso Público de nº 01/2018.

Art. 2º. O (A) servidor (a) ora nomeado (a) fica submetido (a) ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Santa Rita do Trivelato, instituído pela Lei Municipal nº 64/2015, bem assim ás demais disposições legais pertinentes.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 12 de Março de 2021.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

COMPRAS E LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 0163/2020 DE 12 DE MARÇO DE 2021.

PORTARIA Nº 0163/2020

DE 12 DE MARÇO DE 2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 086/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores, para Fiscalização do **Contrato nº 086/2019**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE PRESTADORA DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE APOIO ÀS ATIVIDADES OPERACIONAIS SUBSIDIÁRIAS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES NECESSÁRIAS, NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS, resultado do PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019, cujo fornecedor é a empresa COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SORRISO – COOPERSERV'S, CNPJ Nº 02.355.192/0001-84;** conforme Pregão Presencial nº 017/2020.

CELMA REGINA MENDES DOS SANTOS (titular), inscrita no CPF nº 028.434.539-33 e **SUILLA ANTONIA FIDELIS MACEDO (suplente), inscrita no** CPF sob nº 045.576.671-12, representando a Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

MARIONEI ABRÃO NETO MARTINSportador do RG nº 17290740 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 017.864.931.79 , representando a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social;

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 23/02/2021.

Art. 3º. Revoga-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 12 DE MARÇO DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 034/2021

DE 12 DE MARÇO DE 2021.

SÚMULA: PRORROGA O PRAZO PARA A POSSE DO CANDIDATO CONVOCADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, E

Considerando o Edital nº 001/2018 de abertura do concurso público;

Considerando o Edital de Convocação nº 031/2021 de 11 de Fevereiro de 2021;

Considerando que a posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de convocação, podendo ser prorrogado por igual período a pedido do interessado, desde que seja autorizado pelo chefe do poder executivo e/ou presidente do poder legislativo, que ficará ao seu critério o deferimento ou indeferimento.

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica prorrogado o ato de posse por mais 30 (trinta) dias do candidato a seguir descritos:

CANDIDATO	CARGO	SITUAÇÃO
DARLAN DA SILVA SOARES	TECNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO - SEDE	Deferido

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 12 DE MARÇO DE 2021 .

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2021 PROCESSO DE ADESÃO N° 009/2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2021

PROCESSO DE ADESÃO N° 009/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 193/2020, ORIUNDA DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRONICO N° 023/2020 – DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **EMPRESA CONTRATA**: **REAVEL VEICULOS EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF nº 30.260.538/0001-04; VIGÊNCIA: Vigência 12/03/2021 até 12/03/2022; VALOR ESTIMADO de **R$ 84.300,00,** OBJETO: **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 193/2020, ORIUNDA DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRONICO N° 023/2020 – DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT**, conforme Processo Pregão nº 009/2021- Santa Rita do Trivelato – MT, 12 de março de 2021. EGON HOEPERS - Prefeito Municipal

---

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2021

Pregão Presencial nº 010/2021

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **EMPRESA CONTRATA**: **RUDNEI LUIZ CERON – ME (CERON CONSULTORIA)**, inscrita no CNPJ sob o n.º. 22.175.502/0001-96; VIGÊNCIA: Vigência 12/03/2021 até 12/03/2022; VALOR ESTIMADO de **R$ 84.000,00,** OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO TÉCNICO E ASSESSORIA PARA EDUCAÇÃO EM TODAS AS ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE MUNICIPAL, ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA E EDUCACIONAL, INSTRUÇÃO, TREINAMENTO E AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTO PARA OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT**, conforme Processo Pregão nº 10/2021- Santa Rita do Trivelato – MT, 12 de março de 2021. EGON HOEPERS - Prefeito Municipal

---

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA 18/2021

PORTARIA Nº. 018/2021

DE 12 DE MARÇO DE 2021.

SÚMULA: "CONCEDE FÉRIAS NORMAIS A SERVIDORA SILVANA TEREZINHA DAGANI SYPERRECK E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor**WANDERSON PEREIRA DIAS**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno da Casa.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder "Férias Normais" a servidora **SILVANA TEREZINHA DAGANI SYPERRECK** portadora do RG:4657117-7 SSP/PR, inscrita no CPF nº 031.311.759-40, cargo de Serviços Gerais de Limpeza, sendo 15 DIAS, gozados a partir 15/03/2021 á 29/03/2021, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga as demais disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, 12 de março de 2021.

WANDERSON PEREIRA DIAS

Presidente

Registre-se, Publique-se e afixe-se.

Na data supra de 12.03.2021.

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO Nº 02/2020

CONVOCAÇÃO E POSSE

EDITAL 05/2021 DO PROCESSO SELETIVO 02/2020

O Sr. **Egon Hoepers**, prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, **CONVOCA** o candidato abaixo, aprovado no **PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2020**, realizado no dia 17/01/2021 para comparecer no prazo de 02 (dois) dias após a publicação deste edital na Sede da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, para apresentar **cópias** dos documentos de habilitação abaixo relacionados para tomar posse no cargo em que foi classificado.

a) Exame Admissional.

b) Cópia da certidão de nascimento dos filhos.

c) Comprovante de escolaridade.

d) Certidão negativa de antecedente criminal.

e) Copia do CPF e RG.

f) Titulo de eleitor e ultimo comprovante de votação.

g) Certidão de nascimento ou casamento.

h) PIS/PASEP.

i) Carteira de trabalho.

j) Comprovante de residência.

k) Cópia do CPF dos dependentes.

l) Documento Militar (sexo masculino).

AGENTE DE ALIMENTAÇÃO REDE EDUCACIONAL – SEDE	CLAS
ERISNEIA SOUZA ALVES	2º

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, em 12 de Março de 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

COMPRAS E LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 105/2020

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 105/2020, REFERENTE A **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMA ADMINISTRATIVO DE AUTO GESTÃO INTEGRADA PARA O DEPARTAMENTO DE FROTAS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT**

O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob n° 04.205.596/0001-17, com sede na Av. Flávio Luiz, nº 2201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **EGON HOEPERS,** no exercício de seu mandato, e, de outro lado, a empresa **CENTRO AMERICA FROTAS EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº. 09.179.444/0001-00**, com sede na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº. 1731. Edif. Centro Empresarial Paiaguas, sala 1 e 2, bosque da saúde – Cuiabá/MT – CEP: 78.050-000, neste ato representada pelo **Sr. Jânio Correa da Silva**, portador do CNH nº 02780614050 CNH/MT CPF nº 965.048.891-04, bem como aplicar-se-ão, subsidiariamente, as normas constantes das Leis 8.666/93 e suas alterações, e das demais normas legais aplicáveis, firmam o presente Termo de Apostilamento, obedecidas as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Apostilamento tem como objeto a transferência do saldo/manutenção no sistema entre as secretarias e dotações orçamentárias para o empenho das despesas relativas ao Contrato n° 105/2020, previstas na Cláusula Sexta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas relativas ao Contrato passaram a ser empenhadas nas seguintes dotações orçamentárias, e com os respectivos saldosrelatórios em anexo:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo de Apostilamento está amparado pelo artigo art. 65, §8º, da Lei Federal n° 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas por este Termo de Apostilamento e Termos Aditivos anteriores.

Assinam o presente instrumento as partes envolvidas no processo originário, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Rita do Trivelato – MT, 02 de DEZEMBRO de 2020.

MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT

EGON HOEPERS – PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS

Pierre Francis Haubricht Maria Cilene Pereira

CPF: 014.981.911-00 CPF: 655.749.661-15

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

LICITAÇÃO E COMPRAS
ORDEM DE SERVIÇO N° 001/2021

ORDEM DE SERVIÇO N° 001/2021

A Prefeitura Municipal de Santa Terezinha-MT, inscrita no CNPJ n° 15.031.669/0001-18, autoriza a Ordem de Serviço à empresa **F A E SOARES (Construtora Dona Suli)** inscrita no CNPJ sob o n° **01.851.632/0001-21**, a dar início aos **SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNÍCIPIO DE SANTA TEREZINHA-MT, ZONA URBANA E RURAL**, no valor de R$ 485.605,76 (quatrocentos e oitenta e cinco mil seiscentos e cinco reais e setenta e seis centavos), referente aos diversos tipos de serviços que serão executados pelos preços constantes nas planilhas da contratada decorrente da tomada de preços n° 001/2021, Contrato 10/2021. Recurso da Fundação Nacional de Saúde destinado a Prefeitura Municipal de Santa Terezinha-MT, Termo de compromisso n° 0128/2007, Processo n°25100.044070/2007-57. Obra a ser executada na denominada SEDE do munícipio, nas ruas 21, 59 e 57, Setor Cleomendes, e nas Comunidades Rurais Vila Paulista do Araguaia e Porto Velho, Santa Terezinha-MT. Autorização do início do objeto autorizada pela Fundação Nacional de Saúde, através da Superintendência Estadual em Mato Grosso/FUNASA-MT – Ofício n°23/2021/SOCEC-MT/SECOV-MT/SUEST-MT-FUNASAB.

Santa Terezinha-MT, 09 de março de 2021

Prefeitura Municipal de Santa Terezinha-MT

Thiago Castellan Ribeiro, CPF: 359.215.228-99

PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Santa Terezinha-MT

Departamento de Engenharia e Fiscalização

Engª. Civil Ana Laura Alves Mendonça, CREA-MT: 50513

FISCAL DE OBRA

LICITAÇÃO E COMPRAS
TERMO ADITIVO 01/2021 TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 01/2020

TERMO ADITIVO 01/2021

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 01/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 01/2020 CELEBRADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA – MT E PELA EMPRESA CONSTRUTORA IMPERIO EIRELI-ME.EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE UMA ACADEMIA DA SAÚDE NO CANTEIRO CENTRAL DO MUNICÍPIOSANTA TEREZINHA-MT.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram o MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA**,** ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua 25 S/N - Centro, inscrita no CNPJ 19.993.533/0001-40, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **Sr. THIAGO CASTELLAN RIBEIRO ,**brasileiro, servidor publico municipal, portador do RG sob nº 445076689 ssp/sp e inscrito no CPF/MF sob n.º 359.215.228-99 , residente e domiciliado à AV 05,S/N centro, no Município de Santa Terezinha/MT, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa CONSTRUTORA IMPERIO EIRELI-ME inscrita no CNPJ:18.363.482/0001-00, estabelecida na Rua Laurindo dos Santos s/n, cidade de Confresa-MT, neste ato representa-

da pelo seu Único sócio/administrador, Sr MARCOS AURELIO SOARES COELHO, doravante designada, considerando o constante no contrato 01/2020 originado do **Processo Licitatório tomada de preços n. 01/2020**, e em observância ao disposto na Lei n. 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Aditivo nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 O presente INSTRUMENTO tem por objetivo Prorrogar a vigência do Contrato nº 01/2020, entre as partes qualificadas, relativo à prestação de serviços de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE UMA ACADEMIA DA SAÚDE NO CANTEIRO CENTRAL DO MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E MEMORIAL DESCRITIVO.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRORROGAÇÃO

2.1 Conforme analise do contrato 01/2020 e oficio nº04/2021 da empresa contrata solicitando prorrogação de prazo contratual ,ciente da necessidade da execução do objeto contratado concedemos a prorrogação deste contrato pelo período de mais 90 (noventa) dias, vigorando de 01 de janeiro de 2021 a 01 de abril de 2021, sob pena de prejuízo do interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA - INALTERAÇÃO

3.1 Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do contrato principal não alcançados pelo presente Termo Aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, e do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

CLAUSULA QUARTA DA PUBLICAÇÃO

4.1 O presente Termo Aditivo será levado à publicação no Diário Oficial da dos municípios, dentro do prazo estabelecido pelas normas em vigor.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Vila Rica (MT), para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (tres) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais.

Santa Terezinha– MT, 04 de janeiro de 2021.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

CONSTRUTORA IMPERIO

EIRELI-ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: **CPF:**	**NOME:** **CPF:**

PREFEITURA / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

AVISO DE ADESÃO Nº 002/2021

AVISO DE ADESÃO Nº 002/2021

ADESÃO AO MUNICÍPIO DE LAMBARI D`OESTE

ADESÃO Á ATA DO REGISTRO DE PREÇOS Nº016/2020

PREGÃO ELETRÔNICO 013/2020

OBJETO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº013/2021, - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 016/2020, LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA DO MUNICPIO DE SANTO AFONSO/MT.

O MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT torna público para conhecimento dos interessados, que aderiu a **ATA DO REGISTRO DE PREÇOS Nº016/2020- PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2020-**, promovido pela Prefeitura Municipal de Lambari D `Oeste através do **PROCESSO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 016/2020 OBJETO: LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA DE SANTO AFONSO/MT.** Durante toda a sua tramitação cumpriu as determinações da legislação pertinente, consoante o aceite por parte da empresa detentora da ata de registro de preços: **VB SERVICOS AUTOMOTIVOS EIRELI** e autorização da Prefeitura Municipal de Lambari D Oeste, formaliza-se a adesão de n° 002/2021, cujo valor da referida adesão atinge o montante de **R$- 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais).**

Item aderido:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	2	UNID	LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO CAMIONETE 4X4 BABINE DUPLA, 04 PORTAS COMBUSTIVEL DIESEL SEM MOTORISTA, AR CONDICIONADO, VIDRO ELÉTRICO COM AR CONDICIONADO DIREÇÃO HIDRÁULICA/ CAPOTA MARITIMA, FREIA ABS, COM SEGURO INCLUSO E ACESSORIOS EXIGIDOS PELO DETRAN, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA MARCA: VW/AMAROK OU SIMILAR-2016 OU SUPERIOR.	VW/ AMAROK	R$- 5.500,00	R$-132.000,00

Santo Afonso/MT, 12 de Março de 2021.

Luis Fernando Ferreira Falcão - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

AVISO DE LICITAÇÃO PP 004/2021-SRP

AVISO DE RESULTADOPROCESSO ADMINISTRATIVO 013/2021**PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2021 –SRP.**O Município de Santo Antônio do Leverger, através da sua Pregoeira Oficial, torna público o RESULTADO do PREGÃO PRESENCIAL-SRP Nº 004/2021 objeto o objetivando o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E/OU EVENTUAL PARA AQUISIÇÃO DE AGUA MINERAL , GELO, DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP), EM BOTIJÕES DE 13 KG (GÁS DE COZINHA), MEDIANTE SISTEMA DE TROCA E VASILHAME (BOTIJÃO VAZIO , PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER-MT, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.Na sessão pública realizada no dia às 08h00min do dia 10 de março de 2021.Nesta a MERCADO BOA COMPRA LTDA -ME inscrita no CNPJ sob o n° 07.010.186/0001-09 sagrou-se vencedora na fase de lance referente ao ITEM 01com o valor de R$ 15,85 (quinze reais cinco centavos)valor do item, ITEM 02 com o valor de R$ 10,49 (dez reais e quarenta e nove centavos)valor do item, ITEM 03com o valor de R$ 1,77 (um real e setenta e sete centavos)valor do item, ITEM 04com o valor de R$ 7,30 (sete reais e trinta centavos)valor do item, ITEM 05 com o valor de R$ 6,50 (seis reais e cinqüenta centavos) valor do item, ITEM 06com o valor de R$ 4,45(quatro reais e quarenta e cinco centavos)valor do item, ITEM 07 com o valor de R$ 114,00 (cento e quatorze reais)valor do item, ITEM 08 com o valor de R$ 169,00 (cento e sessenta e nove reais)valor do item, os licitantes abdicaram do interesse de apresentar o recurso. Santo Antônio do Leverger – MT,10 de março de 2021. Lidiane Batista de RezendePregoeiraPort. 037/GP/2021

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 005/2021-SRP

AVISO DE LICITAÇÃOPROCESSO ADMINISTRATIVO 017/2021 **PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/2021 – SRP**A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger - MT, através da sua Pregoeira Oficial, torna público aos interessados, que fará licitação na modalidade Pregão Presencial 005/2021-SRP, objetivando o R*egistro de preço para futura e eventual* contratação de empresa especializada nos fornecimentos combustíveis e óleos lubrificantes para atender a frota dos veículos da Prefeitura de Santo Antonio de Leverger, conforme as especificações contidas no Termo de Referencia deste edital e em seus anexos.A sessão será realizada às 08h00min do dia 26 de março de 2021, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal.O referido Edital encontra-se disponível na íntegra no Setor de Licitações. Os interessados poderão retirar gratuitamente no site da prefeitura municipal, através do endereço www.*leverger.mt.gov.br*, ou solicitar ao Setor de Licitações pelo e-mail *licitacao@leverger.mt.gov.br*.Santo Antonio do Leverger – MT, 12 de março de 2021. Lidiane Batista de RezendePregoeiraPortaria 039/GP/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

JURIDICO
TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE,** neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES,** doravante denominado **PERMITENTE** e de outro lado **FUNDAÇÃO ANTARES DE ENSINO SUPERIOR, PÓS GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO – FAESPE EDUCACIONAL – NOBEL DO BRASIL,** inscrita no CNPJ sob o nº 08.077.839/0001-30, com sede à Rua 17, nº 484, Setor Oeste, na cidade de Goiânia – GO, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA,** acordam e celebram o presente termo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente termo objetiva a permissão de uso de Bem Público a título precário e gratuito, da Escola Municipal Domingos Azzolini, aos sábados, das 07h00min às 17h00min., para a realização de cursos técnicos, tecnólogos e superiores no Município de Santo Antônio do Leste.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO

O presente termo terá prazo de validade por tempo indeterminado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

A presente permissão de uso é de caráter gratuito, sem qualquer ônus recíproco.

CLÁUSULA QUARTA – PROIBIÇÕES

A **PERMISSIONÁRIA** é expressamente proibido ceder no todo ou em parte o imóvel, da presente permissão de uso, bem como transferir a terceiros os direitos decorrentes do presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – RESPONSABILIDADE

A **PERMISSIONÁRIA** será responsabilizada pelos danos materiais causados aos bens municipais que guarnecem a área objeto desta permissão de uso, durante a data e horário citados no objeto deste termo.

A **PERMISSIONÁRIA** deverá:

I – Cumprir integralmente todos os protocolos sanitários, visando o controle da disseminação da COVID-19;

II – Cumprir integralmente todos os Decretos Estaduais e Municipais de combate ao COVID-19

CLÁUSULA SEXTA – RESCISÃO

O presente termo poderá ser rescindido:

I – Mediante acordo expresso e firmado pelas partes, após aviso premonitório, também expresso, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias;

II – A presente Permissão de Uso, poderá ser revogada por iniciativa do Executivo a qualquer momento, caso:

a) Encerre as atividades realizadas; b) Haja descumprimento de quaisquer das cláusulas; c) Haja inobservância dos protocolos sanitários, bem com descumprimento dos Decretos Estaduais e Municipais, relacionados à COVID-19.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Primavera do Leste, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim certos e ajustados e para que surta seus efeitos legais, as partes assinam este Termo de Permissão em duas vias de igual teor e forma, após lidas e achadas conforme.

Santo Antônio do Leste, 11 de março de 2.021

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

FAESPE EDUCACIONAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
CMDCA - CONSELHO TUTELAR - RECONDUÇÃO AO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR EXONERADO

PORTARIA Nº 293, DE 12 DE MARÇO DE 2021.

Dispõe Sobre a **Recondução** do Senhor RICARDO BRAZ DE LIMA para a Função Eletiva de Conselheiro Tutelar, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO a decisão liminar proferida nos autos de mandado de segurança (**PJE nº 1001122-02.2020.8.11.0017**), na qual determina à autoridade coatora a recondução do impetrante para o cargo de Conselheiro Tutelar, no prazo de 30 (trinta) dias.

RESOLVE:

Art.1º Reconduzir o Senhor **RICARDO BRAZ DE LIMA**, brasileiro, identidade nº 1.508.004-8 – SSP-MT e CPF nº 005.447.841-38, para a Função Eletiva de Conselheiro Tutelar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
PORTARIA Nº 263/2021, DE 02/03/2021 - NOMEAÇÃO DE ANDRE LUIS DE JESUS LAURINDO

PORTARIA Nº 263, DE 2 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre a nomeação do Senhor ANDRE LUIS DE JESUS LAURINDO, no Cargo em Comissão de ASSESSOR ESPECIAL DA CASA DO IDOSO.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor ANDRE LUIS DE JESUS LAURINDO, Brasileiro, Divorciado, Advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.519.866 - 2ª Vila - SSP-GO - Emissão em 09/10/2013, e inscrito no CPF nº 870. 750.831-04, no Cargo em Comissão de ASSESSOR ESPECIAL DA CASA DO IDOSO.

Parágrafo único. O nomeado fica obrigado ao cumprimento das determinações dispostas na Lei Orgânica Municipal, na Lei Complementar Municipal nº 114, de 22 de abril de 2019, e demais legislação aplicável.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2021.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2021.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT*, no uso de suas atribuições, torna pública a Contratação Direta:* ***PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2021****. Modalidade:* ***DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 003/2021 –*** TENDO COMO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA **CONFECÇÃO DE PROJETOS ELÉTRICOS E LUMINOTÉCNICO PARA MELHORIA EM ILUMINAÇÃO PÚBLICA** DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT "RECURSO PRÓPRIO; **POR DISPENSA DE LICITAÇÃO**". *EMPRESA* **FAVORECIDA: MP INOVAÇÕES LTDA, CNPJ: 29.994.897/0001-06** com sede a Rua 137 nº 556, QD 50 LT 01 Sala 101 Setor Marista, Goiânia – GO, **CEP:** 74170-120 **TEL (62) 98635-1156, e-mail. mp2808@gmail.com, denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sro. MARCUS PAULO SILVA ROCHA AGUIAR, Engenheiro Eletricista** com registro no CREA DF – 18676/D**, VALOR GLOBAL: R$ 1.800,00 (UM MIL E OITOCENTOS REAIS); PRAZO DE VIGENCIA: 90**(noventa) dias; ***FUNDAMENTO LEGAL****:* **ART. 24, INCISO II** da Lei Federal n.º 8.666/93, em especial o ***DECRETO Nº 9.412/2018*** *E* ***MEDIDA PROVISÓRIA Nº 961, DE 6 DE MAIO DE 2020***

São Félix do Araguaia - MT, em 12 de março de 2021.

GILMAR BARREIRA DE ALMEIDA.

Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

PORTARIA Nº 070/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR

TEMPORÁRIO 42/2019

TERCEIRO Termo Aditivo ao Contrato que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO** e **CARLA PATRICIA MOREIRA LUSTOZA.**

As partes de comum acordo resolvem alterar o contrato primitivo, conforme as condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – VIGÊNCIA - Fica aditado o Contrato de nº 42/2019 no que concerne a Cláusula Segunda alterando a vigência por mais 02(dois) meses, que passa a ser até 31 de Maio de 2021, através de termo aditivo em conformidade com legislação específica (art. 57 inciso 2º c/c parágrafo 4º da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas e condições explicitadas no Contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem de comum acordo as partes assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma em uma (01) lauda, para que produza os efeitos legais.

São José do Povo, 10 de Março de 2021.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DA HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA 02/2021.

A Comissão Permanente de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO POVO, Estado de Mato Grosso, nomeada pela portaria nº 31 de 07 de janeiro de 2021, por ondem do Senhor **IVANILDO VILELA DA SILVA,** torna público, para quem possa interessa e em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores que o julgamento do certame citado resultou vencedora**: JOSEFINA DIAS DE SOUZA,CPF; 025.906. 318-55, no valor GLOBAL de 4.800,00 (Quatro Mil e Oitocentos Reais)**

Objeto: Locação de Imóvel para Instalação da Vigilância Sanitária e vigilância epidemiológica do Município de São Jose do Povo-MT

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 11 de março de 2021.

Ivanildo Vilela da Silva

Prefeito Municipal SJ Povo.

Maria Irandi Duarte

P/Comissão de Licitação

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N° 22/2021- DE 12 DE MARÇO DE 2021

Dispõem sobre poda e a supressão de espécies de vegetais arbóreos, em áreas públicas ou privadas no Município de São José do Povo.

IVANILDO VILELA DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO , no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.

DECRETA:

Art. 1° A poda e a supressão de espécies de vegetais arbóreos, em áreas públicas ou privadas no Município de São José do Povo, serão realizadas de acordo com esse decreto.

Paragrafo único. Não serão consideradas, para efeito deste regulamento, as árvores presente em áreas de proteção ambiental.

Art. 2° Considera-se para efeitos deste decreto:

I Corte: é caracterizado pela retirada do tronco;

II Poda drástica: é a retirada de mais de 60% do volume da copa original;

III Poda de emergência: é a retirada de partes da árvore que ofereçam iminente risco à população;

Art. 3° O pedido para autorização de corte ou poda deve ser realizado por meio de protocolo, onde deve ser indicado o local, a quantidade de árvores e o motivo da intervenção.

Paragrafo único. Para a retirada do referido documento, é necessário protocolar o pedido junto ao órgão competente da prefeitura municipal (Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural).

Art. 4° Fica o requerente responsável pela remoção dos resíduos vegetais resultantes do corte e/ou poda, tais como: partes de troncos, raízes, folhas e ramos, que deverão ser transportados para local adequado, indicado pela Prefeitura Municipal, onde em nenhuma hipótese poderá ser depositado em margens de estradas, terrenos baldios ou em áreas de proteção ambiental, sob pena de incorrer em crime ambiental.

Art. 5° Não será admitida a poda ou supressão de arvores em logradouros públicos ou em áreas próximas a construções utilizando-se de técnicas que coloquem em risco a saúde da população e/ou propriedade.

Art. 6° A supressão de cada exemplar será compensada na proporção de um para um, com espécies apropriadas para áreas urbanas ou espécies frutíferas, no mesmo terreno.

Art. 7° Este decreto entrara em vigor a partir de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 12 de Março de 2021;

IVANILDO VILELA DA SILVA

Prefeito Municipal

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N°70/2021 - DE 11 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre Retorno do Afastamento do servidor efetivo a pedido e dá outras providências.

IVANILDO VILELA DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO , no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Retorno do afastamento ao Srº. ALEX SANDRO DE SOUZA, portadora do RG Nº 1192688-0 SJ/MT e do CPF: 849.250.351-34, funcionário efetivo com data de admissão em 03/04/2007, lotado na Secretaria Municipal de Educação, neste Município de São José do Povo -MT, no cargo de Vigia, conforme pedido em (anexo) formulado no ultimo dia 11 de março de 2021.

ARTIGO 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposição em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 11 de Março de 2021;

IVANILDO VILELA DA SILVA

Prefeito Municipal

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO
COVID-19: DECRETO Nº 032/2021

ALTERA O DECRETO 027, DE 4 DE MARÇO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE ADOÇÃO DE MEDIDAS EXCEPCIONAIS DE CARÁTER TEMPORÁRIO, PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DA CONTAMINAÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT.

Levi Ribeiro, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 47, IV, da Lei Orgânica do município,

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº 850, de 10 de março de 2021, do Governo do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização das medidas não farmacológicas para evitar a disseminação da Covid-19 sem olvidar da manutenção das necessidades essenciais coletivas;

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescentado o art. 4º-A ao Decreto nº 027, de 4 de março de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 3º-A** Fica autorizado o funcionamento de restaurantes e congêneres nas modalidades "take-away" e "drive-thru", até as 20h45m.

§ 1º Entende-se por "take away" a atividade de compra e venda em que o consumidor faz seu pedido antecipadamente e busca o produto no estabelecimento comercial para consumi-lo em outro local;

§ 2º Entende-se por "drive-thru" a atividade de compra e venda em que o consumidor busca o produto no estabelecimento comercial, sem sair do seu veículo, para consumir em outro local.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor no dia 12 de março de 2021, revogadas as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 12 de março de 2021.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO
COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - CODEC - EDITAL DE PUBLICAÇÃO

A Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON de São José do Rio Claro-MT, por sua Coordenadora Maria Aparecida Santiago, torna público que procedeu ao atendimento referente as Reclamações de Consumidores de Produtos e Serviços de conformidade com o Artigo 44, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078/1990).

Para Conhecimento do Cadastro das Reclamações Fundamentadas no exercício de 2020, acessar o site: www.procon.mt.gov.br, ou diretamente na Coordenadoria de Defesa do Consumidor – PROCON Municipal, sito

na Rua São Francisco, nº 412, Bairro Novo Horizonte, CEP: 78.435-000-São José do Rio Claro-MT.

São José do Rio Claro – MT, 12 de março de 2021

MARIA APARECIDA SANTIAGO

Coordenadora de Defesa do Consumidor

PROCON MUNICIPAL

São José do Rio Claro/MT.

Cadastro de Reclamação Fundamentada ANO BASE 2020				
Tipo Pessoa Jurídica				
Razão Social Nome Fantasia Problema	**CNPJ**	**ATENDIDAS**	**NÃO ATENDIDAS**	**TOTAL**
JOÃO LUIS VILAS BOAS SOARES – ME (EMPREGA & RH) (Cobrança indevida)	10767938		1	1
BRASIL TELECOM (Não cumprimento de oferta)	76535764		2	2
EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICAÇÕES (CLARO TV) (Cobrança indevida)	09132659		1	1
VIVO SA (Cobrança indevida)	02449992		2	2
SABEMI SEGURADORA (Cobrança indevida)	87163234	1	2	3
GABRIELA R. G. DA CRUZ EPP (Guia Max Publicações) (Cobrança abusiva)	26084133	1		1
ELETROMAR MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA (Martinello) (garantia)	32951535	2		2
SAMSUNG ELETRONICS DA AMAZONIA (Garantia)	00280273	2		2
PSE PRESTADORIA DE SERVIÇOS EMPRESARIAIS ONLINE LTDA (Pse online) (Cobrança Abusiva)	28958116		1	1
ACE ALIANÇA COBRANÇAS EIRELLI (Ace aliança) Cobrança Abusiva)	27604816		1	1
LS Publicações ltda (Cobrança Abusiva)	10971341	1		1
14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A (OI) (Cobrança indevida)	05423963	1		1
BANCO BRADESCO (Cobrança indevida0	60746948	1	1	1
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A (Cobrança indevida)	59438325		1	1
HUGHES TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA Vicio de qualidade (inadequado)	05206385	1		1
Companhia de Seguros Previdência Sul – PREVISUL (Cobrança indevida)	92751213		1	1
Arthur Lungren Tecidos – Lojas Pernambucanas (cobrança indevida)	06109983	1		1
Cladal Administradora e Corretora de Seguros LTDA (Cobrança indevida)	22255590	1		1
Gazin Industria e Comercio de Moveis e eletrodomésticos (Produto com vicio)	77.941.490	1		1
Centro Educacional Faseb LTDA	16921353		1	1
TOTAL DE RECLAMAÇÕES				27

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação, da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT torna público a todos os interessados que RETIFICOU a publicação do Aviso de Pregão 001/2021, no Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2021,publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Mato Grosso no dia 12 de março de 2021, pág. 473, **ONDE SE LÊ**: No Edital do Pregão de Recebimento das Propostas do dia 24/03/2021 ás 08:30min ás 09:00hrs,**LEIA-SE:**Recebimento das Propostas a partir do dia 12/03/2021 ás 08:00hrs. **ONDE SE LÊ**: Abertura e Julgamento das Propostas das 08:30min ás 09:00hrs do dia 24/03/2021,**LEIA-SE:**Recebimento das Propostas a partir do dia 12/03/2021 ás 08:00hrs.São José do Rio Claro-MT **Levi Ribeiro**– Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 028/2021

PORTARIA Nº 028/2021

DE 05 DE MARÇO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE CESSÃO DE SERVIDOR (A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Sandro José Luz Costa, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o disposto no artigo 105, inciso III da Lei complementar 007/2004, Estatuto do servidor público do Município, baixa a seguinte PORTARIA:

RESOLVE:

Art.1º - Fica concedida a cedência do servidor público municipal abaixo especificados pertencentes ao quadro da administração Direta, para prestar serviços junto a Associação dos Municípios do Araguaia-AMA em Cuiabá-MT, pelo período do deferimento até 31 de dezembro de 2024, sem ônus para o município, conforme pedido de afastamento em anexo.

MATRICULA	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**CLASSE/NIVEL**
521	Antônio Augusto Barbosa Simão	Auxiliar de Administração	A/4

Art.2º- A cedência, poderá ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer das partes, bastando comunicação por escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias.

Art.3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 05 de março de 2021.

Sandro José Luz Costa

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

COVID-19: DECRETO Nº 035, DE 12 DE MARÇO DE 2021

ALTERA O DECRETO Nº 025, DE 02 DE MARÇO DE 2021, QUE ATUALIZA AS MEDIDAS RESTRITIVAS PARA CONTER A DISSEMINAÇÃO DA COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, **Sr. JAMIS SILVA BOLANDIN**, de acordo com as atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que as medidas não farmacológicas para contenção da disseminação da Covid-19 devem ser pautadas pela razoabilidade e proporcionalidade;

CONSIDERANDO o Decreto nº 850, de 10 de março de 2021, do Estado de Mato Grosso;

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescentado o art. 3º-A ao Decreto nº 025, de 02 de março de 2021, com a seguinte redação:

"Art. 3º- A Fica autorizado o funcionamento de restaurantes e congêneres nas modalidades take-away e drive-thru somente até às 20h45m."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos - MT, 12 de março de 2021.

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

PORTARIA Nº 071/2021

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AFASTAMENTO A SERVIDORA EFETIVA DO MUNICIPIO DE SERRA NOVA DOURADA-MT E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **Elson Farias de Sousa,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Conceder afastamento nos termos da Lei Complementar Municipal 008/2009, do Art. 94 e 95, a servidora **DEUZILENE DE OLIVIERA SOUZA,** no cargo de **Digitador,** afastamento no período de 02 (dois) anos.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpre-se.

Serra Nova Dourada - MT 08 de março de 2021.

ELSON FARIAS DE SOUSA

PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO 2021-2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

REPUBLICAR

PORTARIA Nº. 134/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"LICENÇA PRÊMIO", pelo período de 90 (noventa) dias, iniciando-se em 15/03/2021 com término em 12/06/2021,* *do período aquisitivo de 28/06/2011 à 27/06/2016, sem prejuízo de sua remuneração* a Senhora **GIVANILDA MESSIAS DA SILVA** , servidora efetiva, admitida em 02/06/2008, nocargo de **Agente de Manutenção – Trabalhador Braçal** com matricula no RH nº. 1124, lotada na Secretaria Municipal de Finanças e Orçamentos desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 12 de Março de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 144/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** os Servidores abaixo relacionados, para que acompanhe e fiscalize o Termo de Contrato de Rateio discriminado:

I – Titular: LEILA COWASKI DOMINGOS, servidora Efetiva, nocargo de Agente de Apoio a Saúde II – Recepcionista admitida em 14/03/2017, com matricula no RH nº. 1696; **Suplente**: **ELISANGELA PEREIRA DA SILVA,** servidora Contratada, admitida em 24/07/2019, nocargo de Especialista da Saúde I – Assistente Social**,** com matricula no RH nº. 1890; ambas lotadas na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º. - Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização do contrato abaixo descrito:

TERMO DE CONTRATO DE RATEIO	DATA	PROPONENTE	OBJETO
01/2021	20/01/2021	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO ARINOS	Constitui objeto do presente Contrato de Rateio a consecução das ações previstas na Lei Municipal nº 1.520 de 19 de fevereiro de 2004, visando a contratação e prestação de serviços médicos nas especialidades de Cirurgia-Geral, Ginecologia/Obstetrícia, Ortopedia/Traumatologia, Neurologia, Pediatria e Anestesiologia, bem como de plantões médicos e outros serviços necessários no exercício de 2021, a ser geridos pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos, mediante o repasse de valores mensais por parte do município de Juara/MT.

Artigo 3º. – O prazo do presente contrato è até 31/12/2021, a contar da data da assinatura.

Artigo 4º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de assinatura do contrato, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 12 de Março de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTABILIDADE
BALANÇO DE GESTÃO - EXERCICIO 2020

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

002/2021

BALANÇO DE GESTÃO DE 2020

A Prefeitura Municipal de Tabaporã – MT, pessoa jurídica de direito público, torna público **o Balanço de Gestão do Exercício 2020 retificado, o qual ficará à disposição da população** na sede do Poder Executivo, localizada à Avenida Comendador José Pedro Dias, 979 – Centro na Cidade de Tabaporã – Estado de Mato Grosso, no período de 15 de Fevereiro até 15 de Abril do exercício 2021, em cumprimento ao disposto no Art. 31. §3º da Constituição Federal de 1988.

DIVULGUE -SE E PUBLICA-SE.

Tabaporã – MT em 05 de Março de 2021.

SIRINEU MOLETA

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 4.347, DE 11 DE MARÇO DE 2021.

"Nomeia os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL do Município, e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Sr. **SIRINEU MOLETA,** usando de suas atribuição legais; que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o que preceitua a Lei Municipal nº 1.170, de 04 de Junho de 2019

DECRETA:

Artigo 1º - Nomear os Membros que constituirão O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme a seguir:

- Sr. Adair José Schneider que exercerá o cargo de Presidente do Conselho.

- Sra. Genezi Córdoba de Oliveira – Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

- Sr. Valdir Candido – Representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

- Sra. Celia Niehues Soffa – Representante da Secretaria Municipal de Saúde.

- Sr. Denivaldo de Oliveira Souza - Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer.

- Sr. José Francisco de Mello – Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

- Sr. Nilson Bertinati – Representante da Coordenadoria Municipal do Meio Ambiente e Turismo.

- Sr. Paulo Severino Duarte 2º SGT PM – Representante da Policia Militar.

Artigo 2º - A Função dos membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil é considerada de serviço público relevante e não será remunerado.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpre-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabaporã – MT, em 11 de Março de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 016/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2021

O Município de Tabaporã/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 37.464.997/0001-40, com sede administrativa na Avenida Comendador José Pedro Dias, n.º 979, Centro, CEP – 78.563-000, fone (66) 3557-1505, por meio de seu Pregoeiro nomeado, pela portaria 002/2021 de 07/01/2021, no uso de suas atribuições, torna público a abertura de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do Tipo **Menor Preço Por ITEM** para o **REGISTRO DE PREÇOS** tipo "menor preço **por item", PARA REGISTRO DE PREÇOS** para a **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VEICULOS DO TIPO RETIFICA DE MOTORES, BOMBAS INJETORAS, BICOS INJETOR E TURBINAS EM GERAL PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ – MT**, conforme Termo de Referencia no **Anexo I**

Modalidade de licitação:---------- PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:---------- MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES E A LEI FEDERAL 10.520/02, Decreto Federal nº 3.555/00, Lei Complementar 147/14.

Forma de execução:---------- INDIRETA

DA ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO

Data: ---------- 25/03/2021

Horário:---------- Das 07h00minh às 08h00minh (Horário de Local-MT)

Local: ---------- Rua Tancredo Neves, nº. 1059, Centro – CEP: 78.563-000

DO JULGAMENTO

Data: ---------- 25/03/2021

Horário: ---------- Às 08h00minh (Horário de Local-MT)

Local: ---------- Rua Tancredo Neves, nº. 1059, Centro – CEP: 78.563-000

Observação 01: *O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição na Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT, no endereço eletrônico www.tabapora.mt.gov.br e (ou) via e-mail licitacao@tabapora.mt.gov.br acima citado, ou pelo telefone 66 3557 1505,* ***sem qualquer ônus****, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07h00min horas às 11h00min horas e das 13:00 min às 17:00min. horas, exceto feriados e pontos facultativos).*

Tabaporã – MT, 12 de Março de 2021.

HELIELSON TEODORO ALVES

Pregoeiro Nomeado

Portaria 002/2021

CONTABILIDADE
REPUBLICAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ
MATO GROSSO
Periodo de 01/01/2020 a 31/12/2020

Exercício: 2020

Exercício 2020

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes (I)	**39.095.250,00**	**46.818.718,72**	**48.728.122,29**	**1.909.403,57**
Receita Tributária	4.567.200,00	4.985.116,47	5.922.466,05	937.349,58
Receita De Contribuições	266.200,00	266.200,00	386.069,48	119.869,48
Receita Patrimonial	163.500,00	163.500,00	37.302,91	-126.197,09
Receita Agrupecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita De Serviços	821.500,00	821.500,00	1.089.565,70	268.065,70
Transferência Correntes	33.152.550,00	40.458.102,25	41.289.314,12	831.211,87
Outras Receitas Correntes	124.300,00	124.300,00	03.404,03	-120.895,97
Receitas De Capital (II)	**2.194.000,00**	**3.100.479,00**	**2.659.199,77**	**-441.279,23**
Operação De Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação De Bens	20.000,00	20.000,00	0,00	-20.000,00
Amortizações De Emprestimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências De Capital	2.174.000,00	3.080.479,00	2.659.199,77	-421.279,23
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	**41.289.250,00**	**49.919.197,72**	**51.387.322,06**	**1.468.124,34**
Operações de Crédito / Refinanciamento (V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINAMENTO (VI) = (IV + V)	**41.289.250,00**	**49.919.197,72**	**51.387.322,06**	**1.468.124,34**
Déficit (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	**41.289.250,00**	**49.919.197,72**	**51.387.322,06**	**1.468.124,34**
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados Para Créditos Adicionais)	0,00	4.443.554,80	4.443.554,80	0,00
Superávit Financeiro	0,00	4.443.554,80	4.443.554,80	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ
MATO GROSSO
Periodo de 01/01/2020 a 31/12/2020

Exercício 2020

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despestas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo (j) = (f-g)
Despesas Correntes (IX)	**33.148.695,00**	**45.693.125,85**	**42.572.713,72**	**42.478.762,45**	**42.231.284,45**	**3.120.412,13**
Pessoal e Encargos Sociais	16.583.580,00	21.854.872,00	20.818.307,40	20.818.307,40	20.818.307,40	1.036.564,60
Juros e Encargos da Dívida	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00
Outras Despesas Correntes	16.563.915,00	23.837.053,85	21.754.406,32	21.660.455,05	21.412.977,05	2.082.647,53
Despesas de Capital (X)	**5.754.355,00**	**6.871.916,86**	**4.488.494,92**	**3.544.133,39**	**3.544.133,39**	**2.383.421,94**
Investimentos	5.748.355,00	6.865.916,86	4.488.494,92	3.544.133,39	3.544.133,39	2.377.421,94
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Reserva de Contingência (XI)	**616.200,00**	**27.709,81**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**27.709,81**
Reserva do RPPS (XII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	**39.519.250,00**	**52.592.752,52**	**47.061.208,64**	**46.022.895,84**	**45.775.417,84**	**5.531.543,88**
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XIV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	**39.519.250,00**	**52.592.752,52**	**47.061.208,64**	**46.022.895,84**	**45.775.417,84**	**5.531.543,88**
Superávit (XVI)	**1.770.000,00**	**-2.673.554,80**	**4.326.113,42**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	**41.289.250,00**	**49.919.197,72**	**51.387.322,06**	**46.022.895,84**	**45.775.417,84**	**-1.468.124,34**

SIRINEU MOLETA
Prefeito Municipal

ALESSANDRA FERREIRA DA SILVA
CRC MS-007989O-T-0



MUNICÍPIO DE TABAPORÃ CONSOLIDADO

MATO GROSSO

Exercício: 2020

Periodo de 31/12/2020

QUADRO DA EXECUÇAO DOS RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS — **Exercício 2020**

	Inscritos					
	Em Exercícios (a)	Em 31 de Dez. (b)	Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
Despesas Correntes	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Divida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	00.000,00	0.000,00	0.000,00	00.000,00	0,00
Despesas de Capital	**302.787,85**	**1.790.386,83**	**1.301.246,21**	**1.301.246,21**	**551.010,61**	**240.917,86**
Investimentos	302.787,85	1.790.386,83	1.301.246,21	1.301.246,21	551.010,61	240.917,86
Inversoes Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizacao da Divida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**302.787,85**	**1.790.386,83**	**1.301.246,21**	**1.301.246,21**	**551.010,61**	**240.917,86**

SIRINEU MOLETA
Prefeito Municipal

ALESSANDRA FERREIRA DA SILVA
CRC MS-007989O-T-0



MUNCIPIO DE TABAPORÃ CONSOLIDADO

MATO GROSSO

Exercício: 2020

Periodo de 31/12/2020

QUADRO DA EXECUÇAO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS **Exercício 2020**

	Inscritos				
	Em Exercícios (a)	**Em 31 de Dez. (b)**	**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo (e) = (a+b-c-d)**
Despesas Correntes	**12.123,03**	**61.697,40**	**54.896,58**	**12.000,20**	**6.923,65**
Pessoal e Encargos Sociais	123,03	53.505,05	46.704,23	0,20	6.923,65
Juros e Encargos da Divida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	12.000,00	8.192,35	8.192,35	12.000,00	0,00
Despesas de Capital	**187.057,82**	**0,00**	**170.057,82**	**17.000,00**	**0,00**
Investimentos	187.057,82	0,00	170.057,82	17.000,00	0,00
Inversoes Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizacao da Divida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**199.180,85**	**61.697,40**	**224.954,40**	**29.000,20**	**6.923,65**

SIRINEU MOLETA
Prefeito Municipal

ALESSANDRA FERREIRA DA SILVA
CRC MS-007989O-T-0

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ
MATO GROSSO

Data.: 15/02/2021
Hora.: 09:31:22
Página.: 1 de 2

Periodo de 31/12/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ
BALANÇO FINANCEIRO

EXERCÍCIO: 2020

INGRESSOS

	Exercicio Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	**51.387.322,06**	**42.061.400,62**
Ordinária	23.691.636,60	28.865.482,12
Vinculada	27.695.685,46	13.195.918,50
Recursos Vinculados à Educação	12.321.268,26	8.283.671,99
Recursos Vinculados à Saúde	11.116.464,89	3.868.078,11
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Seguridade Social	559.096,25	269.249,92
Outras Destinações de Recursos	3.698.856,06	774.918,48
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**294.939,01**	**1.663,38**
Transferências Recebidas para a Execução Orcamentária	294.939,01	1.663,38
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RGPS	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	**5.913.716,27**	**5.542.319,54**
Inscrição de Restos à Pagar não Processados	1.038.312,80	1.790.386,83
Inscrição de Restos à Pagar Processados	247.478,00	61.697,40
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.627.925,47	3.690.235,31
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (IV)	**6.370.448,77**	**4.747.441,11**
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.370.448,77	4.747.441,11
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	**63.966.426,11**	**52.352.824,65**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ
MATO GROSSO

Data.: 15/02/2021
Hora.: 09:31:22
Página.: 2 de 2

Periodo de 31/12/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ
BALANÇO FINANCEIRO

EXERCÍCIO: 2020

DISPÊNDIOS

	Exercicio Atual	Exercício Anterior
Despesa Orcamentaria (VI)	**47.061.208,64**	**40.495.281,26**
Ordinaria	20.276.204,97	27.500.362,90
Vinculada	26.785.003,67	12.994.918,36
Recursos Destinados a Educacao	12.209.561,79	8.111.034,42
Recursos Destinados a Saude	10.763.592,02	3.814.249,21
Recursos Destinados a Previdencia Social RPPS	0,00	0,00
Recursos Destinados a Previdencia Social RGPS	0,00	0,00
Recursos Destinados a Seguridade Social	665.707,24	200.400,55
Outras Destinacoes de Recursos	3.146.142,62	869.234,18
Transferencias Financeiras Concedidas (VII)	**1.770.000,00**	**1.608.000,00**
Transferencias Concedidas para a Execucoes Orcametaria	1.770.000,00	1.608.000,00
Transferencias Concedidas Independentes de Execucoes Orcamentaria	0,00	0,00
Transferencias Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Transferencias Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00
Pagamentos Extraorcamentarios (VIII)	**6.163.899,95**	**3.879.094,62**
Pagamentos de Restos a Pagar Nao Processados	1.301.246,21	42.000,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	224.954,40	151.969,89
Depositos Restituiveis e Valores Vinculados	4.637.699,34	3.685.124,73
Outros Pagamentos Extraorcamentarios	0,00	0,00
Saldo para o Exercicio Seguinte (IX)	**8.971.317,52**	**6.370.448,77**
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.971.317,52	6.370.448,77
Depositos Restituiveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	**63.966.426,11**	**52.352.824,65**

Tabaporã-MT, 31 de dezembro de 2020.

SIRINEU MOLETA
Prefeito Municipal

ALESSANDRA FERREIRA DA SILVA
CRC MS-007989O-T-0

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ
MATO GROSSO

Data.: 15/02/2021
Hora.: 09:36:00
Página.: 1 de 1

Periodo de 31/12/2020

EXERCÍCIO: 2020

BALANÇO FINANCEIRO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual			Exercício Anterior		
	Receita Orçamentária (a)	Deduções da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções da Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
Ordinária	23.691.636,60		23.691.636,60	33.601.570,60	4.736.088,48	28.865.482,12
Vinculada	32.945.248,25	5.249.562,79	27.695.685,46	13.195.918,50	0,00	13.195.918,50
Recursos Vinculados à Educação	12.321.268,26	0,00	12.321.268,26	8.283.671,99	0,00	8.283.671,99
Recursos Vinculados à Saude	11.116.464,89	0,00	11.116.464,89	3.868.078,11	0,00	3.868.078,11
Recursos Vinculados à Previdência Social à RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social à RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Seguridade Social	559.096,25	0,00	559.096,25	269.249,92	0,00	269.249,92
Outras Destinações de Recursos	3.698.856,06	0,00	3.698.856,06	774.918,48	0,00	774.918,48
TOTAL	**56.636.884,85**	**5.249.562,79**	**51.387.322,06**	**46.797.489,10**	**4.736.088,48**	**42.061.400,62**

Tabaporã-MT, 31 de dezembro de 2020.

ALESSANDRA FERREIRA DA SILVA
CRC MS-007989O-T-0

SIRINEU MOLETA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ
MATO GROSSO

Exercício: 2020
Data.: 15/02/2021
Páginas.: 1 de 2

Periodo de 31/12/2020

BALANÇO PATRIMONIAL

	Exercício Atual	Exercício:2020 Exercício Anterior
ATIVO		
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	8.971.317,52	6.370.448,77
Creditos a curto prazo	899.159,37	663.658,75
Investimentos e aplicacoes temporarias a curto prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
Variaveis patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00	0,00
Total do Ativo Circulante	*9.870.476,89*	*7.034.107,52*
Ativo Não Circulante		
Realizavel a longo prazo	3.871.333,46	2.950.989,09
Creditos a longo prazo	3.871.333,46	2.950.989,09
Investimentos Temporários a Longo Prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
Variaveis patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Imobilizado	16.512.347,88	12.213.458,12
Intangivel	0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante	*20.383.681,34*	*15.164.447,21*
TOTAL DO ATIVO	**30.254.158,23**	**22.198.554,73**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ
MATO GROSSO

Exercício: 2020
Data.: 15/02/2021
Páginas.: 2 de 2

Periodo de 31/12/2020

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício:2020

	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo Circulante		
Obrigacoes trabalhistas, previdenciarias e assistenciais a pagar a curto prazo	6.923,65	53.505,25
Emprestimos e financiamentos a curto prazo	0,00	0,00
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	247.478,00	207.023,00
Obrigacoes fiscais a curto prazo	0,00	0,00
Obrigacoes de reparticao a outros entes	0,00	0,00
Provisoes a curto prazo	0,00	0,00
Demais obrigacoes a curto prazo	328,00	9.773,87
Total do Passivo Circulante	*254.729,65*	*270.302,12*
Passivo Não Circulante		
Obrigacoes trabalhistas, previdenciarias e assistenciais a pagar a longo prazo	0,00	0,00
Emprestimos e financiamentos a longo prazo	0,00	0,00
Fornecedores a longo prazo	0,00	0,00
Obrigacoes fiscais a longo prazo	0,00	0,00
Provisoes a longo prazo	0,00	0,00
Demais obrigacoes a longo prazo	0,00	0,00
Resultado diferido	0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante	*0,00*	*0,00*
Patrimônio Líquido		
Patrimonio social e capital social	0,00	0,00
Adiantamento para futuro aumento de capital	0,00	0,00
Reservas de capital	0,00	0,00
Ajustes de avaliacao patrimonial	0,00	0,00
Reservas de lucros	0,00	0,00
Demais reservas	0,00	0,00
Resultados acumulados	29.999.428,58	21.928.252,61
(-) Acoes / cotas em tesouraria	0,00	0,00
Total do Patrimônio Líquido	*29.999.428,58*	*21.928.252,61*
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**30.254.158,23**	**22.198.554,73**

Tabaporã-MT, 31 de dezembro de 2020.

ALESSANDRA FERREIRA DA SILVA
CRC MS-007989O-T-0

SIRINEU MOLETA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ
MATO GROSSO

Exercício: 2020
Data.: 15/02/2021
Páginas.: 1 de 1

Periodo de 31/12/200

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES – LEI N.º 4.320/64

Exercício:2020

	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)		
Ativo Financeiro	8.971.645,52	6.370.448,77
Ativo Permanente	21.282.512,71	15.822.872,20
Total do Ativo	*30.254.158,23*	*22.193.320,97*
PASSIVO (II)		
Passivo Financeiro	254.729,65	2.363.476,77
Total do Passivo	*254.729,65*	*2.363.476,77*
Saldo Patrimonial (I-II)	**29.999.428,58**	**19.829.844,20**

Tabaporã-MT, 31 de dezembro de 2020.

ALESSANDRA FERREIRA DA SILVA
CRC MS-007989O-T-0

SIRINEU MOLETA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ
MATO GROSSO

Exercício: 2020
Data.: 15/02/2021
Páginas.: 1 de 1

Periodo de 31/12/200

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO – LEI N.º 4.320/64

Exercício:2020

	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVOS (I)		
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres	5.844.008,64	5.455.167,80
Direitos Contratuais	4.045.257,06	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	739.327,87	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos	***10.628.593,57***	***5.455.167,80***
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (II)		
Garantias e Contra Garantias Concedidas	0,00	0,00
Obrigacoes Conveniadas e Outros Instrumentos Congeneres	5.844.008,64	198.164,16
Obrigacoes Contratuais	4.045.257,06	3.611.859,55
Outros Atos Potenciais Passivos	739.327,87	739.327,84
Total dos Atos Potenciais Passivos	***10.628.593,57***	***4.549.351,55***

Tabaporã-MT, 31 de dezembro de 2020.

ALESSANDRA FERREIRA DA SILVA
CRC MS-007989O-T-0

SIRINEU MOLETA
Prefeito Municipal

www.duralexsistemas.com.br

OR 851

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ
MATO GROSSO

Exercício: 2020
Data.: 15/02/2021
Páginas.: 1 de 2

Periodo de 31/12/200

QUADRO DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINACEIRO APURADO NO BALANCO PATRIMONIAL

Exercício:2020

DESTINAÇÃO DE RECURSOS

ESPECIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	FONTE DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
00	000000	Recursos ordinários	2.302.699,01	1.412.100,09
00	077000	Transf. rec. LC 173/2020, ART. 5º INC II, ALINEA B - LIVRE (Mitigação dos efeitos financeiros)	441.464,65	0,00
00	080000	Apoio financeiro - União aos Entes Federativos - FPM (MP nº 938, de 02/04/2	56.275,60	0,00
00	082000	Transferência de recursos da União lei Complementar 176/2020	708.387,63	0,00
01	000000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	290.954,92	426.391,98
02	000000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	300.729,56	71.600,56
12	000000	Serviços de Saúde	0,00	-11.000,00
14	000000	Transferência SUS - sem detalhamento - fonte extinta desde 2018	0,00	25.564,35
15	000000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	26.677,37	314.984,29
15	049000	Recursos do Salário Educação - FNDE	81.014,91	0,00
15	051000	Recursos do PNAE - FNDE	21.351,02	0,00
15	052000	Recursos do Transporte Escolar - PNATE	18.575,84	0,00
16	000000	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	1.023,39	8.704,95
17	000000	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	362.516,62	389.725,63
18	000000	Transferências do FUNDEB 60%	3.840,46	177.124,54
19	000000	Transferências do FUNDEB 40%	-6.202,23	-10.310,34
21	055000	Recursos de convênios dos estados destinados a assistência social	-300.000,00	0,00
22	000000	Transferências de Convênios - Educação	2.150,70	-141.129,87
22	055000	Transferências do estado de convênios e contratos de repasse da Educação	150.003,96	0,00
23	000000	Transferências de Convênios - Saúde	3.398,59	3.396,93
24	000000	Transf. Convênios - Outros (não relacionados à educ/saúde/assist. social)	291.908,69	91.718,39
24	070000	Transf. Convenios - Outros (Exceto Educ./Saúde/Assist Social) - Emendas individuais	270.000,00	0,00
25	000000	Transferências Vinculadas a Educação - Transporte escolar do Estado	186.047,50	0,00
26	076000	Transf. rec. LC 173/2020, ART. 5º INC I, ALINEA B - SAUDE (Ações de combate a pandemia)	555,68	0,00
26	078000	Incentivo Financeiro - União para Municípios - Portaria 1.857/2020 - PSE (Saúde)	5.800,20	0,00
27	076000	Transf. rec. LC 173/2020, ART. 5º INC I, ALINEA B - ASSIST. SOCIAL (Ações de combate a pandemia)	29.099,86	0,00
29	000000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	203.589,85	164.938,66
29	074000	Trans. de Rec. do FNAS para Apoio nas Ações para o Enfretamento ao COVID 19 (Portaria 369 e 378)	71.207,03	0,00
30	000000	Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	72.549,45	37,79

Páginas.: 2 de 2

DESTINAÇÃO DE RECURSOS

ESPECIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	E DESTINAÇÃO DE RECURSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
30	061000	Rec FETHAB (Transporte Escolar) - Inc. II, § 8º do art. 37 Dec. n. 1261/2000	41.210,44	1,87
33	055000	Outras Transf. de Convênios e Contratos de Repasse do Estado (Exceto Educação/Saúde/Assistencia)	474.119,51	0,00
37	000000	Transferência da União referente à Cessão Onerosa - Pré-Sal - Lei n. 13.885/2019	-3.254,93	366.262,71
42	000000	Transferência de Recursos do Sistema único de Saúde - SUS - Estado	254.191,78	87.479,95
42	008000	Transf. Estado - Atenção Primária	10.965,20	0,00
42	013000	Assistência Farmacêutica - Estado	52,73	0,00
42	021000	Atenção especializada - Estado	-3.603,19	0,00
43	000000	Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência Social	74.179,98	16.986,53
46	000000	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - União	-7.737,63	605.085,46
46	008000	Recursos para atenção básica	-3.649,88	0,00
46	013000	Transf. Sus - Assistência Farmacêutica	53,80	0,00
46	015000	Transf. SUS - Vig. em Saúde	59.903,84	0,00
46	017000	Recursos para média e alta complexidade	765,69	0,00
46	074000	Transf. União enfrentamento emergência - Covid 19	263.691,05	0,00
47	000000	Transf. fundo a fundo de Rec. do SUS proveniente do Gov. Federal - Bloco de Investimento em ASPS	6.551,59	32.186,81
47	008000	Transf Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Investimento	600.021,49	0,00
82	078000	Recursos Vinculados a Cultura para aplicação em ações emergenciais (Lei 14.017/2020)	74.603,51	0,00
		Total de Fontes de Destinação de Recursos	**7.437.685,24**	**4.031.851,28**

Tabaporã-MT, 31 de dezembro de 2020.

ALESSANDRA FERREIRA DA SILVA
CRC MS-007989O-T-0

SIRINEU MOLETA
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ
MATO GROSSO

Exercício: 2020

Data.: 15/02/2021

Periodo de 31/12/2020

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
QUADRO - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.156.565,31	6.392.800,24
Contribuições	386.069,48	378.740,76
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.090.137,59	1.024.222,68
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	328.264,73	402.225,43
Transferências e Delegações Recebidas	49.787.954,70	39.496.295,12
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	52.040,20	1.355.921,84
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	3.404,03	338.773,66
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	**58.804.436,04**	**49.388.979,73**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ
MATO GROSSO

Exercício: 2020

Data.: 15/02/2021
Página.: 1 de 2

Periodo de 31/12/2020

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
QUADRO - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		
Pessoal e Encargos	18.701.781,11	17.182.888,01
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	21.166.404,97	28.279.831,96
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	350,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	5.790.860,23	6.915.028,66
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	390.393,06	2.390.887,30
Tributárias	515.362,88	20.601,60
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Prod. Vendidos e dos Serv, Prestados	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00	13.645,00
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	**46.565.152,25**	**54.802.882,53**
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I-II)	**12.239.283,79**	**-5.413.902,80**

Tabaporã-MT, 31 de Dezembro de 2020.

ALESSANDRA FERREIRA DA SILVA
CRC MS-007989O-T-0

SIRINEU MOLETA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ
MATO GROSSO

Período: 01.01.2020 a 31.12.2020

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIO: 2020

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos		
Receitas derivadas e orginárias	*7.438.808,17*	*7.302.857,36*
Transferências correntes recebidas	*41.289.314,12*	*34.359.321,87*
Outros Ingressos Operacionais	*0,00*	*0,00*
Desembolsos		
Pessoal e demais despesas	*40.025.613,17*	*34.416.864,16*
Juros e encargos da dívida	*0,00*	*0,00*
Transferências concedidas	*2.205.671,28*	*2.101.372,68*
Outros desembolsos operacionais	*0,00*	*0,00*
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	***6.496.837,84***	***5.143.942,39***
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos		
Alienação de Bens	*0,00*	*0,00*
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	*0,00*	*0,00*
Outros ingressos de investimentos	*0,00*	*0,00*
Desembolsos		
Aquisições de ativo não circulante	*3.544.133,39*	*2.124.960,19*
Concessão de empréstimos e financiamentos	*0,00*	*0,00*
Outros desembolsos de investimentos	*0,00*	*0,00*
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	***-3.544.133,39***	***-2.124.960,19***
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos		
Operações de Crédito	*0,00*	*0,00*
Integralização do capital social de empresas dependentes	*0,00*	*0,00*
Transferências de capital recebidas	*2.659.199,77*	*399.221,39*
Desembolsos		
Amortização /Refinanciamento da Dívida	*0,00*	*0,00*
Outros desembolsos de financiamentos	*0,00*	*0,00*
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	***2.659.199,77***	***399.221,39***
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	***5.611.904,22***	***3.418.203,59***
Caixas e Equivalentes de caixa inicial	*6.370.448,77*	*4.747.441,11*
Caixas e Equivalentes de caixa final	*8.971.317,52*	*6.370.448,77*

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ
MATO GROSSO

Período: 01.01.2020 a 31.12.2020

QIADRO 1 DFC - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS

	EXERCÍCIO: 2020	
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
Receita Tributária	*5.922.466,05*	*5.436.668,17*
Receita de Contribuições	*386.069,48*	*378.740,76*
Receita Patrimonial	*37.302,91*	*124.406,55*
Receita Agropecuária	*0,00*	*0,00*
Receita Industrial	*0,00*	*0,00*
Receita de Serviços	*1.089.565,70*	*1.024.268,22*
Remuneração das Disponibilidades	*0,00*	*0,00*
Outras Receitas Derivadas e Originárias	*3.404,03*	*338.773,66*
Total das Receitas Derivadas e Originárias	***7.438.808,17***	***7.302.857,36***

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ
MATO GROSSO

Período: 01.01.2020 a 31.12.2020

QUADRO 2 DFC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

EXERCÍCIO: 2020

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Intergovernamentais	***34.074.208,71***	***28.253.061,18***
da União	*17.271.366,13*	*12.622.513,19*
dos Estados e Distrito Federal	*16.802.842,58*	*15.630.547,99*
dos Municípios	*0,00*	*0,00*
Intragovernamentais	***0,00***	***0,00***
Outras Transferências Correntes Recebidas	***7.215.105,41***	**6.097.260,69**
Total das Transferências Recebidas	***41.289.314,12***	***34.350.321,87***

TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Intergovernamentais	***0,00***	***0,00***
a União	*0,00*	*0,00*
a Estados e Distrito Federal	*0,00*	*0,00*
a Municípios	*0,00*	*0,00*
Intragovernamentais	***2.117.069,28***	***2.037.292,68***
Outras Transferências Concedidas	***88.602,00***	***64.080,00***
Total das Transferências Concedidas	***2.205.671,28***	***2.101.372,68***

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ
MATO GROSSO

Período: 01.01.2020 a 31.12.2020

QUADRO 3 DFC - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

	EXERCÍCIO: 2020	
FUNÇÃO DE GOVERNO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Administração	*5.165.096,37*	*4.872.887,74*
Assistência Social	*1.225.010,25*	*1.223.051,41*
Saúde	*11.057.862,14*	*8.235.560,99*
Educação	*10.547.207,14*	*9.585.517,97*
Cultura	*30.755,00*	*78.258,80*
Urbanismo	*2.997.873,98*	*2.629.809,54*
Saneamento	*1.508.280,35*	*804.100,28*
Gestão Ambiental	*96.887,34*	*159.195,22*
Agricultura	*1.300.548,42*	*1.035.102,53*
Comércio e Serviços	*89.923,29*	*79.690,70*
Energia	*385.236,45*	*87.203,00*
Transporte	*4.419.141,38*	*5.135.231,53*
Desporto e Lazer	*712.508,78*	*491.254,45*
Encargos Especiais	*489.282,28*	*0,00*
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	**40.025.613,17**	**34.416.864,16**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ
MATO GROSSO

Período: 01.01.2020 a 31.12.2020

QUADRO 4 DFC - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	EXERCÍCIO: 2020	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Juros e Correções Monetárias da Dívida Interna	*0,00*	*0,00*
Juros e Correções Monetárias da Dívida Externa	*0,00*	*0,00*
Outros Encargos da Dívida	*0,00*	*0,00*
Total dos Juros e Encargos da Dívida	**0,00**	**0,00**

TabaporÃ-MT, 31 de dezembro de 2020.

ALESSANDRA FERREIRA DA SILVA
CRC MS-007989O-T-0

SIRINEU MOLETA
Prefeito Municipal

www.duralexsistemas.com.br

PORTARIA Nº. 142/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – **CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL COM ELEVAÇÃO DE CLASSE** a Senhora **MARTA GOTTARDI DE OLIVEIRA,** servidora efetiva, admitida em 21/02/2008, nocargo de **Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo,** com matrícula no RH nº. 1070, **lotada na Secretaria Municipal de** Assistência Social desta Prefeitura **da Classe B – Nível 13 para perceber na Classe C – Nível 13, correspondente ao valor de R$: 3.293,98 (Três Mil, Duzentos e Noventa e Três Reais e Noventa e Oito Centavos),** por preencher os requisitos do Art. 48, Inciso II, alínea "C", e do Art. 50, ambos da Lei Municipal nº. 840/2011.

Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 12 de março de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO N.º 4.346, DE 11 DE MARÇO DE 2021.

"Nomeia os membros da COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL COMPDEC do Município, e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Sr. **SIRINEU MOLETA,** usando de suas atribuição legais; que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o que preceitua a Lei Municipal nº 1.170, de 04 de Junho de 2019

DECRETA:

Artigo 1º - Nomear os Membros que constituirão a COMPDEC – Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil de Tabaporã, conforme a seguir:

I. Coordenador Executivo

PAULO KATSUMI TAKEDA

II. Secretario Administrativo

VICTOR HUGO BORK BARBOSA

III. Setor Técnico

NEWTON TOLEDO BRESSAN JUNIOR

IV. Setor Operacional

MARCELO EDUARDO CAVALIERI

Artigo 2º - A Função dos membros da COMPDEC é considerada de serviço público relevante e não será remunerado.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpre-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabaporã – MT, em 11 de Março de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

REPUBLICAR

PORTARIA Nº. 133/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*LICENÇA PRÊMIO", pelo período de 90 (noventa) dias, iniciando-se em 22/03/2021 com término em 19/06/2021, do período **aquisitivo de 28/06/2011 à 27/06/2016, sem prejuízo de sua remuneração,*** o Senhor ***ANTONIO CARLOS CANDIDO*,** servidor efetivo, admitido em 02/06/2006, com matricula no RH nº. 742, no cargo de **Agente da Administração Pública – Mestre de Obras**, **lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura**, de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando se as disposições em contrario.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 12 de Março de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

REPUBLICAR

PORTARIA Nº. 135/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*LICENÇA PRÊMIO FINAL", pelo período de 60 (sessenta) dias, iniciando-se em 05/04/2021 com término em 03/06/2021, do período aquisitivo de 28/06/2011 à 27/06/2016, sem prejuízo de sua remuneração* o Senhor ***ORLANDO BONTEMPO*,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 231, no cargo de **Agente da Administração Pública III – Tratorista, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura**, de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 12 de Março de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

REPUBLICAR

PORTARIA Nº. 143/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER ELEVAÇÃO DE NÍVEL, da Senhora **ANGELITA APARECIDA LIMA,** servidora efetiva, com matrícula no RH nº. 282, admitida em 05/04/2004, nocargo de **Apoio Administrativo Educacional Nutrição, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer desta Prefeitura**, da **Classe B – Nível 04,** para perceber na categoria da **Classe B – Nível 05, correspondente ao valor de R$: 2. 993,80 (Dois Mil, Novecentos e Noventa e Três Reais e Oitenta Centavos),** *nos termos do Art. 46, §2º. c/c o Parágrafo único, inciso II, do Art. 76, da Lei Municipal nº. 1.080/2017 e ainda, de acordo com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 12 de Março de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SAMAE
CONTRATO N. 004/2021/SAMAE

CONTRATO N. 004/2021/SAMAE

TIPO	**Contrato n. 004/2021/SAMAE – Pregão Eletrônico n. 004/2021/SAMAE.**
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral Sr. **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA.**
CONTRATADA	**ALTALE INDÚSTRIAL E INFRA ELETROMECÂNICA LTDA,** inscrita no CNPJ: 23.258.440/0001-49, representada por **BRUNO ALVES BRANCO.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente Contrato tem por objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE TUBULAÇÕES E CONEXÕES PARA CONFIGURAÇÃO DE BARELETE E PARA INSTALAÇÃO DAS BOMBAS ELEVATÓRIAS DE ESGOTO NAS ESTAÇÕES DO JARDIM DO SUL E JARDIM BARCELONA DO SAMAE, TANGARÁ DA SERRA/MT.** Com supedâneo nas Leis 8.666/93. **R$ 127.200,00 (CENTO E VINTE E SETE MIL E DUZENTOS REAIS).**
PRAZO	**Vigência: 12 (doze), meses, a contar da data de assinatura. Tangará da Serra – MT, 12 de fevereiro de 2021.**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021

AVISO DE RESULTADO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021. A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra do Estado de Mato Grosso, depois de analisado o parecer jurídico e considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo à licitação, modalidade de Pregão Eletrônico nº 003/2021, do tipo: **REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E MATERIAIS PERMANENTES, A FIM DE ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO,** conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos**,** torna público o resultado e homologação do certame acima referido, o qual também poderá ser acessado, através do link: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/.Tan-

gará da Serra-MT, 12.03.2021. Janine Cristina Gruber Nogueira – Chefe do Departamento de Licitações e Contratos. Portaria nº 271/2021.

SAMAE
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 004/2021/SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 004/2021/SAMAE

TIPO	Ata de Registro de Preços n. 004/2021/SAMAE – PREGÃO PRESENCIAL N. 002/2021/SAMAE
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA.**
CONTRATADA	**RENATO RODRIGUES DE MORAES ME – EPP (REI DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS)**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.579.163/0001-94, localizada na Rua Manoel Dionizio Sobrinho, nº 1067-S, Jardim Shangri-lá, em Tangará da Serra/MT, CEP: 78300-000, representada por **RENATO RODRIGUES DE MORAES.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES (MARMITEX), PARA OS FUNCIONÁRIOS DOS DEPARTAMENTOS: TÉCNICO, GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E OPERACIONAL DO SAMAE.** Com supedâneo na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. **R$ 129.911,40 (CENTO E VINTE E NOVE MIL, NOVECENTOS E ONZE REAIS E QUARENTA CENTAVOS).**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 11 de março de 2021, ao dia 11 de março de 2022.**

SAMAE
CONTRATO N. 003/2021/SAMAE

CONTRATO N. 003/2021/SAMAE

TIPO	Contrato n. 003/SAMAE/2021 – PREGÃO PRESENCIAL N. 11/2020/SAMAE (Extração da Ata de Registro de Preços 026/SAMAE/2020)
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON.**
CONTRATADA	**NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob o nº 25.165.749/0001-10, localizada na Alameda Rio Negro, nº 503, 18º andar, sala 1803, Alphaville Industrial, em Barueri/SP, CEP: 06454-000, representada por JOÃO LUIS DE CASTRO.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente Contrato tem por objeto:**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E MÁQUINAS, AFIM DE ATENDER À DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.** Com supedâneo nas Leis 8.666/93 e Lei 10.520/02. **R$ 7.350,00 (SETE MIL, TREZENTOS E CINQUENTA REAIS)**
PRAZO	**09 de março de 2021 até 09 de março 2022.**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 500 DE 09 DE MARÇO DE 2021

PORTARIA Nº 500 DE 09 DE MARÇO DE 2021

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o MEMO 064/GP/2021 E MEMO 612/SAD/2021;

CONSIDERANDO a Revogação do antigo Diretor Geral do SAMAE mediante a Portaria 498/2021;

RESOLVE

Art. 1º DESIGNAR, a partir desta data, o senhor**HELITON LUIZ DE OLIVEIRA**, portador do RG nº 728153 SSP/MT, para a função de **DIRETOR GERAL DO SAMAE daAutarquia Municipal SAMAE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto)** conformeLei Municipal nº 3739/2012 de 16/02/2012, com atribuições do cargo de acordo com as expressas no art. 9º e visando a execução dos serviços previstos na Lei nº 2100/2003 de 29/12/2003, com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais, e disponibilidade que as atribuições do cargo requer.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se o presente ato.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, 44º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br

ARIELZO DA GUIA E CRUZ

Secretário Municipal de Administração

TERMO DE POSSE

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, na presença do Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, senhor **VANDER ALBERTO MASSON**, compareceu o senhor, **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA**, portador do RG nº 728153 SSP/MT, **para a** função de **DIRETOR GERAL DO SAMAE daAutarquia Municipal SAMAE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto)**,conformeLei Municipal nº 3739/2012 de 16/02/2012, com atribuições do cargo de acordo com as expressas no art. 9º e visando a execução dos serviços previstos na Lei nº 2100/2003 de 29/12/2003, com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer, nomeado mediante a Portaria nº 500/2021**,** o qual, declarado Empossado, comprometeu-se a cumprir fiel e honradamente os deveres inerentes ao Cargo de Diretor Geral do SAMAE.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, 44º aniversário de Emancipação Político - Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

HELITON LUIZ DE OLIVEIRA

Diretor Geral do SAMAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 08/20201

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERRA NOVA DO NORTE,

No uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 22, de 09 de

Novembro de 1992, e de acordo com a Reunião Ordinária de 2014.

Considerando, que o marco legal do SUS e as leis correlatas, LC141/2012 Art. 34, Lc 101/2000 Art. 35, Parágrafo 3º - Art.165 da CF. Art. 36, item I, II, III e os Parágrafos 1º ao 5º.

Considerando, o que dispõe a Lei Orgânica nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 sobre as condições de saúde para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 22, de 09 de novembro de 1992 sobre a organização, a regulamentação, a fiscalização e o controle das ações e dos serviços de saúde no município;

Considerando a Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012, sobre a criação, reformulação, estruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde;

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 Regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.

Considerando o decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012, regulamenta os procedimentos das transferências de recursos provenientes das receitas de que tratam o inciso II do caput do art. 158, as alinias “a” e “b” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 da CF, dispõe sobre os procedimentos de suspensão e restabelecimento das transferências voluntarias da união.

Considerando, a lei municipal n° 1.407/2018 à qual dispõe sobre a reformulação do Conselho Municipal de Terra Nova do Norte e dá outras providências.

A assembleia resolve.

RESOLVE:

Artigo 1º- Aprovar em reunião ordinária do mês de março de 2021 o recebimento de duas emendas parlamentares no valor de duzentos mil reais cada emenda.

Artigo 2º - Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Registra- se e cumpra- se.

_____

Luciano de Abreu

Presidente do CMS – TNN

Terra Nova do Norte – MT 11 de março de 2021.

AV. MATO GROSSO -Nº 276 – CENTRO – FONE/FAX: (66) 3534-1400

CEP 78.505- 000 – TERRA NOVA DO NORTE – MATO GROSSO

E-MAIL: cmstnn@hotmail.com

Blog: http://cmstnn.blogspot.com/

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 06/20201

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERRA NOVA DO NORTE,

No uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 22, de 09 de

Novembro de 1992, e de acordo com a Reunião Ordinária de 2014.

Considerando, que o marco legal do SUS e as leis correlatas, LC141/2012 Art. 34, Lc 101/2000 Art. 35, Parágrafo 3º - Art.165 da CF. Art. 36, item I, II, III e os Parágrafos 1º ao 5º.

Considerando, o que dispõe a Lei Orgânica nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 sobre as condições de saúde para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 22, de 09 de novembro de 1992 sobre a organização, a regulamentação, a fiscalização e o controle das ações e dos serviços de saúde no município;

Considerando a Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012, sobre a criação, reformulação, estruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde;

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 Regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.

Considerando o decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012, regulamenta os procedimentos das transferências de recursos provenientes das receitas de que tratam o inciso II do caput do art. 158, as alinias “a” e “b” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 da CF, dispõe sobre os procedimentos de suspensão e restabelecimento das transferências voluntarias da união.

Considerando, a lei municipal n° 1.407/2018 à qual dispõe sobre a reformulação do Conselho Municipal de Terra Nova do Norte e dá outras providências.

A assembleia resolve.

RESOLVE:

Artigo 1º- Aprovar em reunião ordinária do mês de março de 2021 o relatório anual de gestão (RAG).

Artigo 2º- Após as análises e considerações feitas no decorrer do RAG, o CMS observou que a diretriz 1, objetivo 1.1 e meta 1 não foi atingida por motivo relacionados a pandemia, quanto a diretriz número 3, objetivo 3.1 e metas 10 foi concluído apenas 1 dos 6 ciclos mínimo de 80% de cobertura dos imóveis visitados para o controle vetorial do dengue. Com isso, notamos que é um risco assumido e que em meio a um período pandêmico não se pode dar brechas ao mosquito. Contudo, solicitamos que seja revista a maneira de contratar pessoal para essa atividade, pois o problema está na falta de profissionais. Observado que na meta 11 da mesma diretriz existe a falta de preenchimento dos agravos relacionado ao trabalho motivado por questões de conscientização dos mesmos profissionais.

Artigo 3º - Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Registra- se e cumpra- se.

_____

Luciano de Abreu

Presidente do CMS – TNN

Terra Nova do Norte – MT 11 de março de 2021.

AV. MATO GROSSO -Nº 276 – CENTRO – FONE/FAX: (66) 3534-1400

CEP 78.505- 000 – TERRA NOVA DO NORTE – MATO GROSSO

E-MAIL: cmstnn@hotmail.com

Blog: http://cmstnn.blogspot.com/

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 07/20201

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERRA NOVA DO NORTE,

No uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 22, de 09 de

Novembro de 1992, e de acordo com a Reunião Ordinária de 2014.

Considerando, que o marco legal do SUS e as leis correlatas, LC141/2012 Art. 34, Lc 101/2000 Art. 35, Parágrafo 3º - Art.165 da CF. Art. 36, item I, II, III e os Parágrafos 1º ao 5º.

Considerando, o que dispõe a Lei Orgânica nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 sobre as condições de saúde para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 22, de 09 de novembro de 1992 sobre a organização, a regulamentação, a fiscalização e o controle das ações e dos serviços de saúde no município;

Considerando a Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012, sobre a criação, reformulação, estruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde;

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 Regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.

Considerando o decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012, regulamenta os procedimentos das transferências de recursos provenientes das receitas de que tratam o inciso II do caput do art. 158, as alinias “a” e “b” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 da CF, dispõe sobre os procedimentos de suspensão e restabelecimento das transferências voluntarias da união.

Considerando, a lei municipal n° 1.407/2018 à qual dispõe sobre a reformulação do Conselho Municipal de Terra Nova do Norte e dá outras providências.

A assembleia resolve.

RESOLVE:

Artigo 1º- Aprovar em reunião ordinária do mês de março de 2021 a estratégia de vacinação contra o covid-19.

Artigo 2º - Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Registra- se e cumpra- se.

_____

Luciano de Abreu

Presidente do CMS – TNN

Terra Nova do Norte – MT 11 de março de 2021.

AV. MATO GROSSO -Nº 276 – CENTRO – FONE/FAX: (66) 3534-1400

CEP 78.505- 000 – TERRA NOVA DO NORTE – MATO GROSSO

E-MAIL: cmstnn@hotmail.com

Blog: http://cmstnn.blogspot.com/

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 02/20201

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERRA NOVA DO NORTE,

No uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 22, de 09 de

Novembro de 1992, e de acordo com a Reunião Ordinária de 2014.

Considerando, que o marco legal do SUS e as leis correlatas, LC141/2012 Art. 34, Lc 101/2000 Art. 35, Parágrafo 3º - Art.165 da CF. Art. 36, item I, II, III e os Parágrafos 1º ao 5º.

Considerando, o que dispõe a Lei Orgânica nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 sobre as condições de saúde para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 22, de 09 de novembro de 1992 sobre a organização, a regulamentação, a fiscalização e o controle das ações e dos serviços de saúde no município;

Considerando a Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012, sobre a criação, reformulação, estruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde;

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 Regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.

Considerando o decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012, regulamenta os procedimentos das transferências de recursos provenientes das receitas de que tratam o inciso II do caput do art. 158, as alinias “a” e “b” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 da CF, dispõe sobre os procedimentos de suspensão e restabelecimento das transferências voluntarias da união.

Considerando, a lei municipal n° 1.407/2018 à qual dispõe sobre a reformulação do Conselho Municipal de Terra Nova do Norte e dá outras providências.

A assembleia resolve.

RESOLVE:

Artigo 1º- Aprovar em reunião ordinária do mês de fevereiro de 2021 de forma intempestiva na intenção de formalizar as diretrizes e metas de 2019 de maneira à possibilitar a continuidade do preenchimento de dados no sistema digisus..

Artigo 2º - Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Registra- se e cumpra- se.

_____

Luciano de Abreu

Presidente do CMS – TNN

Terra Nova do Norte – MT 10 de fevereiro de 2021.

AV. MATO GROSSO -Nº 276 – CENTRO – FONE/FAX: (66) 3534-1400

CEP 78.505- 000 – TERRA NOVA DO NORTE – MATO GROSSO

E-MAIL: cmstnn@hotmail.com

Blog: http://cmstnn.blogspot.com/

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 03/20201

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERRA NOVA DO NORTE,

No uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 22, de 09 de

Novembro de 1992, e de acordo com a Reunião Ordinária de 2014.

Considerando, que o marco legal do SUS e as leis correlatas, LC141/2012 Art. 34, Lc 101/2000 Art. 35, Parágrafo 3º - Art.165 da CF. Art. 36, item I, II, III e os Parágrafos 1º ao 5º.

Considerando, o que dispõe a Lei Orgânica nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 sobre as condições de saúde para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 22, de 09 de novembro de 1992 sobre a organização, a regulamentação, a fiscalização e o controle das ações e dos serviços de saúde no município;

Considerando a Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012, sobre a criação, reformulação, estruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde;

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 Regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.

Considerando o decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012, regulamenta os procedimentos das transferências de recursos provenientes das receitas de que tratam o inciso II do caput do art. 158, as alinias “a” e “b” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 da CF, dispõe sobre os procedimentos de suspensão e restabelecimento das transferências voluntarias da união.

Considerando, a lei municipal n° 1.407/2018 à qual dispõe sobre a reformulação do Conselho Municipal de Terra Nova do Norte e dá outras providências.

A assembleia resolve.

RESOLVE:

Artigo 1º- realizar eleições para o biênio de 2021 até 2023 no dia 10 de março de 2021 dos novos membros da mesa diretora do Conselho Municipal de Terra Nova do Norte

Artigo 2º - sobre as regras para que possa transcorrer a eleição conforme o regimento interno em seu art. 36. Parágrafos 1º e numeral 1,2,3,4,5,6,7,8,9, e parágrafo 2º. Assim sendo, a eleição acontecerá no dia 10 de março de 2021 e serão empoçados os eleitos na próxima reunião ordinária em 14 de abril terá validade por 2 anos iniciando em 14 de abril de 2021 e finalizado em 14 de abril de 2023, os candidatos serão todos os membros titulares. O candidato que estiver interessado deverá informar à secretária do conselho de sua candidatura com prazo de antecedência de 15 dias da eleição.

Artigo 3º - Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Registra- se e cumpra- se.

_____

Luciano de Abreu

Presidente do CMS – TNN

Terra Nova do Norte – MT 10 de fevereiro de 2021.

AV. MATO GROSSO -Nº 276 – CENTRO – FONE/FAX: (66) 3534-1400

CEP 78.505- 000 – TERRA NOVA DO NORTE – MATO GROSSO

E-MAIL: cmstnn@hotmail.com

Blog: http://cmstnn.blogspot.com/

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 05/20201

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERRA NOVA DO NORTE,

No uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 22, de 09 de

Novembro de 1992, e de acordo com a Reunião Ordinária de 2014.

Considerando, que o marco legal do SUS e as leis correlatas, LC141/2012 Art. 34, Lc 101/2000 Art. 35, Parágrafo 3º - Art.165 da CF. Art. 36, item I, II, III e os Parágrafos 1º ao 5º.

Considerando, o que dispõe a Lei Orgânica nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 sobre as condições de saúde para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 22, de 09 de novembro de 1992 sobre a organização, a regulamentação, a fiscalização e o controle das ações e dos serviços de saúde no município;

Considerando a Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012, sobre a criação, reformulação, estruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde;

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 Regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.

Considerando o decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012, regulamenta os procedimentos das transferências de recursos provenientes das receitas de que tratam o inciso II do caput do art. 158, as alinias “a” e “b” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 da CF, dispõe sobre os procedimentos de suspensão e restabelecimento das transferências voluntarias da união.

Considerando, a lei municipal n° 1.407/2018 à qual dispõe sobre a reformulação do Conselho Municipal de Terra Nova do Norte e dá outras providências.

A assembleia resolve.

RESOLVE:

Artigo 1º- Aprovar em reunião ordinária do mês de março de 2021 o terceiro quadrimestre de 2020.

Artigo 2º - O CMS solicitou à secretária para que atendesse ao pedido do informe do DIGISUS quanto as informações pertinentes a produção da atenção básica.

Artigo 3º - Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Registra- se e cumpra- se.

_____

Luciano de Abreu

Presidente do CMS – TNN

Terra Nova do Norte – MT 11 de março de 2021.

AV. MATO GROSSO -Nº 276 – CENTRO – FONE/FAX: (66) 3534-1400

CEP 78.505- 000 – TERRA NOVA DO NORTE – MATO GROSSO

E-MAIL: cmstnn@hotmail.com

Blog: http://cmstnn.blogspot.com/

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 04/20201

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERRA NOVA DO NORTE,

No uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 22, de 09 de

Novembro de 1992, e de acordo com a Reunião Ordinária de 2014.

Considerando, que o marco legal do SUS e as leis correlatas, LC141/2012 Art. 34, Lc 101/2000 Art. 35, Parágrafo 3º - Art.165 da CF. Art. 36, item I, II, III e os Parágrafos 1º ao 5º.

Considerando, o que dispõe a Lei Orgânica nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 sobre as condições de saúde para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 22, de 09 de novembro de 1992 sobre a organização, a regulamentação, a fiscalização e o controle das ações e dos serviços de saúde no município;

Considerando a Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012, sobre a criação, reformulação, estruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde;

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 Regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.

Considerando o decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012, regulamenta os procedimentos das transferências de recursos provenientes das receitas de que tratam o inciso II do caput do art. 158, as alinias “a” e “b” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 da CF, dispõe sobre os procedimentos de suspensão e restabelecimento das transferências voluntarias da união.

Considerando, a lei municipal n° 1.407/2018 à qual dispõe sobre a reformulação do Conselho Municipal de Terra Nova do Norte e dá outras providências.

A assembleia resolve.

RESOLVE:

Artigo 1º- Aprovar em reunião ordinária do mês de março de 2021 os novos membros para a mesa diretora do Conselho Municipal de Saúde que atuarão nos próximos dois anos.

Artigo 2º - Ficou eleito para presidente Marcia Freitas L. dos Reis, vice-presidente Luciano de Abreu, primeira secretária Daiane Lezan, segunda secretária Scheila Daghetti.

Artigo 3º - Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Registra- se e cumpra- se.

_____

Luciano de Abreu

Presidente do CMS – TNN

Terra Nova do Norte – MT 11 de março de 2021.

AV. MATO GROSSO -Nº 276 – CENTRO – FONE/FAX: (66) 3534-1400

CEP 78.505- 000 – TERRA NOVA DO NORTE – MATO GROSSO

E-MAIL: cmstnn@hotmail.com

Blog: http://cmstnn.blogspot.com/

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 09/20201

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERRA NOVA DO NORTE,

No uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 22, de 09 de

Novembro de 1992, e de acordo com a Reunião Ordinária de 2014.

Considerando, que o marco legal do SUS e as leis correlatas, LC141/2012 Art. 34, Lc 101/2000 Art. 35, Parágrafo 3º - Art.165 da CF. Art. 36, item I, II, III e os Parágrafos 1º ao 5º.

Considerando, o que dispõe a Lei Orgânica nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 sobre as condições de saúde para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 22, de 09 de novembro de 1992 sobre a organização, a regulamentação, a fiscalização e o controle das ações e dos serviços de saúde no município;

Considerando a Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012, sobre a criação, reformulação, estruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde;

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 Regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.

Considerando o decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012, regulamenta os procedimentos das transferências de recursos provenientes das receitas de que tratam o inciso II do caput do art. 158, as alinias “a” e “b” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 da CF, dispõe sobre os procedimentos de suspensão e restabelecimento das transferências voluntarias da união.

Considerando, a lei municipal n° 1.407/2018 à qual dispõe sobre a reformulação do Conselho Municipal de Terra Nova do Norte e dá outras providências.

A assembleia resolve.

RESOLVE:

Artigo 1º- Aprovar em reunião ordinária do mês de março de 2021 o adiamento da pauta de planejamento anual de saúde 2021, que será apresentada na próxima reunião ordinária.

Artigo 2º - Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Registra- se e cumpra- se.

_____

Luciano de Abreu

Presidente do CMS – TNN

Terra Nova do Norte – MT 11 de março de 2021.

AV. MATO GROSSO -Nº 276 – CENTRO – FONE/FAX: (66) 3534-1400

CEP 78.505- 000 – TERRA NOVA DO NORTE – MATO GROSSO

E-MAIL: cmstnn@hotmail.com

Blog: http://cmstnn.blogspot.com/

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 01/20201

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERRA NOVA DO NORTE,

No uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 22, de 09 de

Novembro de 1992, e de acordo com a Reunião Ordinária de 2014.

Considerando, que o marco legal do SUS e as leis correlatas, LC141/2012 Art. 34, Lc 101/2000 Art. 35, Parágrafo 3º - Art.165 da CF. Art. 36, item I, II, III e os Parágrafos 1º ao 5º.

Considerando, o que dispõe a Lei Orgânica nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 sobre as condições de saúde para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 22, de 09 de novembro de 1992 sobre a organização, a regulamentação, a fiscalização e o controle das ações e dos serviços de saúde no município;

Considerando a Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012, sobre a criação, reformulação, estruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde;

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 Regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.

Considerando o decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012, regulamenta os procedimentos das transferências de recursos provenientes das receitas de que tratam o inciso II do caput do art. 158, as alinias “a” e “b” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 da CF, dispõe sobre os procedimentos de suspensão e restabelecimento das transferências voluntarias da união.

Considerando, a lei municipal n° 1.407/2018 à qual dispõe sobre a reformulação do Conselho Municipal de Terra Nova do Norte e dá outras providências.

A assembleia resolve.

RESOLVE:

Artigo 1º- aprovar o calendário de reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Saúde para 2021.

Artigo 2º - Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Registra- se e cumpra- se.

_____

Luciano de Abreu

Presidente do CMS – TNN

Terra Nova do Norte – MT 10 de fevereiro de 2021.

AV. MATO GROSSO -Nº 276 – CENTRO – FONE/FAX: (66) 3534-1400

CEP 78.505- 000 – TERRA NOVA DO NORTE – MATO GROSSO

E-MAIL: cmstnn@hotmail.com

Blog: http://cmstnn.blogspot.com/

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

PORTARIA Nº 91/2021.

PORTARIA Nº 91/2021

“Dispõe sobre a Retificação da Portaria de Nº 80/2021 e dá outras providências ”

THIAGO TIMO OLIVEIRA, Prefeito Interino Municipal de Torixoréu-MT, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei.

RESOLVE:

Retificar a Portaria de Nº 80/2021 do dia 01 de Março de 2021.

Onde se lê:

Art.1º - Nomear **JONATHAS DOS SANTOS SOARES** nocargo de **SECRETÁRIO DE ASSUNTOS RURAIS, FUNDIÁRIOS E DO AGRONEGÓCIO** da **SECRETARIA DE ASSUNTOS RURAIS, FUNDIÁRIOS E DO AGRONEGÓCIO** e no cargode **SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS** da **SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS.**

Leia se:

Art.1º - Nomear **JONATHAS DOS SANTOS SOARES** nocargo de **SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS** da **SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia **01 de Março de 2021**, revogando-se todas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, ao 12 de Março de 2021.

THIAGO TIMO OLIVEIRA

Prefeito Interino Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

DECRETO Nº 1.311, DE 12 DE MARÇO DE 2021.

Acrescenta os incisos III e IV, ao § 1º, do art. 2º, do Decreto nº 1.307 de 03 de Março de 2021, definindo horário de funcionamento para estabelecimentos que comercializam produtos alimentícios e para restaurantes, e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 69, VI, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o atual crescimento de casos de contaminação pelo novo coronavírus (Covid-19) no município de União do Sul;

CONSIDERANDO também a necessidade de se adotar medidas de controle da disseminação da Covid-19;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam acrescentados os incisos III e IV, ao § 1º, do artigo 2º, do Decreto Nº 1.307 de 03 de março de 2021, que atualiza medidas restritivas para conter a disseminação do coronavírus (Covid-19) no âmbito do Município de União do Sul, com a seguinte redação:

“Art. 2º - .....”

“§ 1º - .....”

“I - .....”

“II - .....”

“III – Aos sábados está autorizado o funcionamento de estabelecimentos que comercializam produtos alimentícios até as 19 horas;”

“IV – Fica autorizado o funcionamento de Restaurantes aos sábados e domingos até as 14 horas.”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de expedição, sendo publicado por afixação e nos meios oficiais de divulgação do município.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, Estado de Mato Grosso, em 12 de março de 2021.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

RESOLUÇÃO Nº. 015/2021/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 4.303/2017 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art. 1º - Renovar a Autorização para o Funcionamento da 1ª Etapa da Educação Básica - Educação Infantil - Creche e Pré-Escola, através do Processo Nº 49/2020/CME/VG, o **Colégio Evolução**, mantido **por Colégio Evolução LTDA**, situada à Rua Patronal, Quadra 39, Nº 20, no Bairro Parque do Lago, CEP: 78.120-670, neste Município.

Art. 2º- O presente ato terá vigência por 05 (cinco) anos no período compreendido de 01/01/2021 a 31/12/2025.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 03 de março de 2021.

Eva de Paulo Vieira Santos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande.

RESOLUÇÃO Nº. 014/2021/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 4.303/2017 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art. 1º - Renovar a Autorização para o Funcionamento Educação Básica na Etapa da Educação Infantil, através do Processo Nº 048/2020/CME/VG da **EMEB Professora Maria Joana da Silva Almeida,** mantida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, situada , à Rua B, Quadra 5, S/N, Bairro: Unipark, CEP: 78.120-830, neste Município.

Art. 2º - O presente ato terá vigência por 05 (cinco) anos no período compreendido de 01/01/2020 a 31/12/2024.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 03 de março de 2021.

Eva de Paulo Vieira Santos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande.

RESOLUÇÃO Nº. 007/2021/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 4.303/2017 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art.1º - Credenciar, através do Processo Nº 036/2020/CME/VG, a EMEB Alino Ferreira de Magalhães, mantida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, situada à Avenida Maracanã, Nº 401, Bairro Maringá II, CEP: 78.120-500, neste Município.

Art.2º - O presente ato terá vigência a partir 2020.

Art.3° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 03 de março de 2021.

Eva de Paulo Vieira Santos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Silvio Aparecido Fidélis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande.

RESOLUÇÃO Nº. 013/2021/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 4.303/2017 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art. 1º - Renovar a Autorização para o Funcionamento da 1ª Etapa da Educação Básica - Educação Infantil, através do Processo Nº 46/2020/CME/VG, a **Escola Objetivo do Saber**, mantida por Floresvaldo Fúrio, situada à Rua O, Quadra 13, Lote 08 no Bairro Jardim Paula I, neste Município.

Art. 2º- O presente ato terá vigência por 05 (cinco) anos no período compreendido de 01/01/2020 a 31/12/2024.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 03 de março de 2021.

Eva de Paulo Vieira Santos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande.

RESOLUÇÃO Nº. 008/2021/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Di-

retrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 4.303/2017 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar o Funcionamento da Educação Infantil - Pré-Escola e Ensino Fundamental, Anos Iniciais, através Processo Nº 037/2020/CME/VG, da **EMEB Alino Ferreira de Magalhães**, mantida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, situada à Avenida Maracanã, Nº 401, Bairro Maringá II, CEP: 78.120-500, neste Município.

Art. 2º - Fica declarada a Convalidação dos Estudos realizados pelos estudantes matriculados no Ensino Fundamental, nos anos letivos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, conforme listas nominais arquivadas na secretaria da Unidade Escolar em epígrafe.

Art. 3º- O presente ato terá vigência por 05 (cinco) anos, no período compreendido de 01/01/2020 a 31/12/2024.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 03 de março de 2021.

Eva de Paulo Vieira Santos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Silvio Aparecido Fidélis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande.

PORTARIA N°0059/2021/GAB/SMECEL/VG/MT

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais torna público a relação nominal dos servidores públicos em gozo regulamentar de férias, consoante a Lei Complementar n/º3.797/2012.

EXERCÍCIO – 2016/2017					
MATR	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**LOTAÇÃO**	**Período Gozo**	**DIAS**
87175	MARCOS ANTONIO DE ALMEIDA	TSAE - TSM	EMEB BIANKA LORENA DA ROCHA CAPILE	28/01/21 A 26/02/21	30
EXERCÍCIO – 2017/2018					
MATR	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**LOTAÇÃO**	**Período Gozo**	**DIAS**
87175	MARCOS ANTONIO DE ALMEIDA	TSAE - TSM	EMEB BIANKA LORENA DA ROCHA CAPILE	05/03/21 A 03/04/21	30
37882	ORDILEY BATISTA DA SILVA	TSAE - TSM	EMEB MAMED UNTAR	01/04/21 A 30/04/21	30
EXERCÍCIO – 2018/2019					
MATR	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**LOTAÇÃO**	**Período Gozo**	**DIAS**
38078	OSWALNEIDE APARECIDA GUIMARAES ZAFFNI	TSAE - TN	EMEB ANA FRANCISCA DE BARROS	08/03/21 A 06/04/21	30
EXERCÍCIO – 2019/2020					
MATR	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**LOTAÇÃO**	**Período Gozo**	**DIAS**
10015	DAVI ALDEMIR BALBUENA	ADES	CASA DE ARTE E CULTURA	04/02/21 A 05/03/21	30
84065	JOSE APARECIDO DE ARAUJO	TSAE - TSM	CMEI SENADOR JONAS PINHEIRO	10/03/21 A 08/04/21	30
30746	MARCELO DE MORAES	TSAE - TSM	EMEB ANA ROSA DA SILVA	01/04/21 A 30/04/21	30
EXERCÍCIO – 2020/2021					
MATR	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**LOTAÇÃO**	**Período Gozo**	**DIAS**
1610	ALENIL ALMEIDA DE ARRUDA E SILVA	PROFESSOR	EMEB MANOEL JOAO DE ARRUDA	15/03/21 A 13/04/21	30
82090	EDINEIDE EMILIA DE ALMEIDA CRUZ	PROFESSOR	EMEB MANOEL JOAO DE ARRUDA	15/03/21 A 19/03/21	5
17980	GISELE CRISTINE DE CAMPOS XAVIER	PROFESSOR	CMEI ALBELLA CURVO DE MORAES	08/03/21 A 12/03/21	5
27622	LICINIO CASSIO DE ALMEIDA	TSAE - THM	SMECEL - PATRIMONIO	08/03/21 A 10/03/21	3
40203	ROBERTO VANDES DA SILVA	TSAE - TSM	EMEB EUNICE CESAR DE MELLO	01/04/21 A 30/04/21	30

Várzea Grande,12demarço de 2021.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Charles Fabiano Araújo Quadro

Coordenador de Gestão de Pessoas/SMECEL-RH

RESOLUÇÃO Nº. 012/2021/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 4.303/2017 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar o Funcionamento da Educação Infantil - Pré-escola e Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Finais, Educação de Jovens e Adultos - I e II segmentos, através do Processo Nº 041/2020/CME/VG, da **EMEB Bianka Lorena da Rocha Capilé,** mantida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, situada na Agrovila São Miguel – PA – Sadia III, S/N, CEP 78.163.899 – Zona Rural, neste Município.

Art. 2º - Fica declarada a Convalidação dos Estudos realizados pelos alunos matriculados no Ensino Fundamental, nos anos letivos de 2019 e 2020, conforme listas nominais arquivadas na secretaria da Unidade Escolar em epígrafe.

Art. 3º - O presente ato terá vigência por 05 (cinco) anos no período compreendido de 01/01/2021 a 31/12/2025.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 03 de março de 2021.

Eva de Paulo Vieira Santos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Silvio Aparecido Fidélis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DA CIDADE CONCIDADE

DIA 16 DE MARÇO DE 2021

O Presidente do Conselho da Cidade, nos termos da Lei Municipal nº 4. 151/2016, que dispõe sobre o Conselho da Cidade de Várzea Grande, **CONVOCA** os integrantes do Conselho da Cidade - CONCIDADE a fazerem-se presentes na 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA, a se realizar no dia 16 de março de 2021, às 08:30horas, por meio de **VÍDEO-CONFERÊNCIA**, em cumprimento ao Decreto Municipal nº 29/2021, para tratar da seguinte Ordem do Dia:

Apreciação do projeto de Estudo e Relatório de Impacto de Vizinhança - EIV/RIV, pertinente à empresa MRV – Prime Incorporações Ltda., para instalação de dois residenciais verticais multifamiliares denominados "**RESIDENCIAL CHAPADA DAS CEREJEIRAS**" com previsão de 496 unidades habitacionais e "**RESIDENCIAL CHAPADA DAS MANGABEIRAS**" com previsão de 528 unidades habitacionais, localizados na Rua Agrícola Paes de Barros, no Bairro Costa Verde, em Várzea Grande/MT; 2. Entre outros assuntos correlatos ao Conselho da Cidade - Concidade.

Várzea Grande-MT, 12 de março de 2021

João Carlos Cardoso

Presidente do Conselho da Cidade

RESOLUÇÃO Nº. 011/2021/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 4.303/ 2017 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art.1º - Credenciar, através do Processo Nº 040/2020/CME/VG, a EMEB Bianka Lorena da Rocha Capilé, mantida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, situada na Agrovila São Miguel – PA – Sadia III, S/N, CEP 78.163.899 – Zona Rural, neste Município.

Art.2º - O presente ato terá vigência a partir 2020.

Art.3° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 03 de março de 2021.

Eva de Paulo Vieira Santos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Silvio Aparecido Fidélis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande.

EDITAL DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS COMDEMA-VG

Várzea Grande, 12 de março de 2021.

EDITAL DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DASREUNIÕESORDINÁRIAS

COMDEMA-VG

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável do Município de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe garantem a Lei Nº 3.546, faz saber que:

CONSIDERANDO a edição pelo Ilustríssimo Senhor Prefeito do Munícipio de Várzea Grande, do **DECRETO Nº 22 DE 02 DE MARÇO DE 2021**, que: *"Altera o Decreto Municipal n.º 06/2021, o qual dispõe sobre atualização das medidas de combate ao Coronavírus - COVID-19 no âmbito da administração pública municipal direta e indireta, ante a declaração da Organização Mundial de Saúde – OMS de pandemia do Coronavírus - COVID-19, e dá outras providências.*

Ficam suspensas, enquanto vigente o Decreto Municipal nº 22 de 02 de Março de 2021, por tempo indeterminado ou até que se restabeleça as condições sanitárias aptas, as reuniões Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Várzea Grande – COMDEMA.

Atenciosamente;

CÉLIO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Rural Sustentável - PMVG-MT

RESOLUÇÃO Nº. 010/2021/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 4.303/ 2017 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar o Funcionamento para oferta da Educação Infantil – Pré Escola e Ensino Fundamental – Anos Iniciais, através Processo Nº 039/ 2020/CME/VG, da **EMEB Professor Antônio Salústio Areias**, mantida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, situada Av. Leôncio Lopes de Miranda, S/N, bairro Capela do Pissarão, neste Município.

Art. 2º - Fica declarada a Convalidação dos Estudos realizados pelos estudantes matriculados no Ensino Fundamental – Anos Iniciais nos anos de 2014 a 2019 e dos alunos matriculados no 6º ano do Ensino Fundamental nos anos de 2016 e 2017, conforme listas nominais arquivadas na secretaria da Unidade Escolar em epígrafe.

Art. 3º- O presente ato terá vigência por 05 (cinco) anos no período compreendido de 01/01/2020 a 31/12/2024.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 03 de março de 2021.

Eva de Paulo Vieira Santos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Silvio Aparecido Fidélis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande.

RESOLUÇÃO Nº. 009/2021/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 4.303/2017 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art.1º - Credenciar, através do Processo Nº038/2020/CME/VG, aEMEB-Professor Antônio Salústio Areias, mantida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, situada Av. Leôncio Lopes de Miranda, S/N, bairro Capela do Pissarão, neste Município.

Art.2º - O presente ato terá vigência a partir 2020.

Art.3° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 03 de março de 2021.

Eva de Paulo Vieira Santos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Silvio Aparecido Fidélis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande.

RESOLUÇÃO Nº. 005/2021/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 4.303/2017 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art.1º - Credenciar, através do Processo Nº 032/2020/CME/VG, o Colégio Diretriz, mantido por GS DA COSTA SILVA, situado a Rua Miguel Leite, Nº 1.420, Bairro Centro, CEP: 78.110-044, neste Município.

Art.2º - O presente ato terá vigência a partir 2020.

Art.3° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 03 de março de 2021.

Eva de Paulo Vieira Santos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Silvio Aparecido Fidélis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande.

RESOLUÇÃO Nº. 006/2021/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 4.303/2017 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Art. 1º - Autorizar o Funcionamento da I Etapa da Educação Básica, Educação Infantil – Creche e Pré-Escola, através do Processo Nº 033/2020/CME/VG, do Colégio Diretriz,mantido por GS DA COSTA SILVA, situado a Rua Miguel Leite, Nº 1.420, Bairro Centro, CEP: 78.110-044, neste Município.

Art. 2º- O presente ato terá vigência por 05 (cinco) anos no período compreendido de 01/01/2020 a 31/12/2024.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 03 de Março de 2021.

Eva de Paulo Vieira Santos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande.

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N. 01/2021

Processo n° 709026/2020. Objeto: seleção da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa de engenharia para execução da obra de Reforma e Ampliação da EMEB "APOLÔNIO FRUTUOSO DA SILVA", atendendo aos critérios do padrão SMECEL/VG, com intervenção em área aproximada de 1.309,28m², contemplando os serviços de demolição, fundações e superestruturas, fechamentos em alvenaria, cobertura, esquadrias, pintura interna e externa, revestimentos, instalações hidrossanitária e elétricas, calçamento e a extensão de rede 13,8kV e implantação do posto de transformação de 112,5kVA, incluindo fornecimento de materiais e mão de obra, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.Com previsão de realização de sua sessão **dia 16 de março de 2021**, às **09h00min** (horário local), encontra-se **SUSPENSO**. Os motivos determinantes de sua suspensão se dá à necessidade de adequação das planilhas orçamentária. Logo que os motivos forem sanados, a Administração Pública Municipal de Várzea Grande estará publicando a Reabertura do certame licitatório. **O presente documento encontra-se disponibilizado no** site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande - MT, 12 de março de 2020. **Silvio Aparecido Fidelis -** Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

DECRETO Nº 024/2021

10 DE MARÇO DE 2021.

FIXA PARA O EXERCÍCIO DE 2021, DATA DE VENCIMENTO, DESCONTO EM COTA ÚNICA CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 1.273/2014- CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E O VALOR DE TARIFA DE EXPEDIENTE PARA LANÇAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO DO BAIRRO SÃO PEDRO.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições estabelecidas em Lei, e de acordo com dispositivo no Art.152 da Lei Complementar N. 2 1.273 de 17 de Dezembro de 2014- Código Tributário Municipal.

DECRETA:

Art. 1 º - Os lançamentos e a arrecadação dos Impostos, Predial e Territorial Urbano, serão efetuados através do Documento de Arrecadação Mu-

nicipal, no qual estarão indicados, entre outros elementos necessários à perfeita identificação do imóvel do contribuinte e dos tributos e seus elementos constitutivos.

Art. 2º - Os Impostos, Predial e Territorial Urbano, serão lançados e arrecadados em um DAM - Documento de Arrecadação Municipal especifico.

Paragrafo Único - O Contribuinte que optar pelo pagamento em cota única terá o beneficio, como citado abaixo;

a) 5% (cinco por cento), com pagamento em cota única até a data do vencimento;

b) 15% (quinze por cento), como abono de adimplência com os tributos municipais, conforme estabelecido no § 2º do Art. 172 da Lei Complementar nº 1.273 de 17 de Dezembro de 2014 - Código Tributário Municipal, ou em 3 (três) parcelas do valor integral, conforme datas abaixo:

BAIRRO SÃO PEDRO

I- Cota Única até 16/04/2021.

I.I- Primeira parcela em 16/04/2021.

III- Segunda parcela em 17/05/2021.

IV- terceira parcela em 16/06/2021.

Art. 3º - Os tributos não pagos na data do vencimento, terão seus valores atualizados e acrescido de multas e juros de mora, de conformidade com o Art. 88 estabelecido na Lei Complementar n 1.273/2014- Código Tributário Municipal.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, a partir de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2021

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021

DO OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de materiais de consumo de laboratório para suprir as necessidades da população do munícipio usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), nos ESF'S relacionado aos exames e correlatos prescritos a esse público, bem como dar suporte para o atendimento médico hospitalar 24 horas realizado no Pronto Atendimento Municipal.

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado à CONTRATADA em até **10 (Dez)** dias úteis, contados do recebimento dos itens bem como, da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal devidamente designado para esse fim.

DATA: Vila Rica/MT, 12 de Março de 2021.

ASSINANTES / VALOR:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA - Prefeitura Municipal de Vila Rica – Contratante.

MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS E PESQUISAS LTDA EPP (04.724.729/0001-61) - R$ 116.476,85 – Contratada

PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI – ME (29.700.587/0001-23) – R$ 15.223,85 – Contratada

FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP (25.034.906/0001-58) – R$ 27.957,20 – Contratada

W.N. DIAGNOSTICA EIRELI EPP (09.100.467/0001-88) – R$ 240,00 - Contratada

PORTARIA Nº 091/2021

05 DE MARÇO DE 2021.

ABMAEL BORGES SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **MATEUS JOÃO SIGNORINI DACHERI**, inscrito no CPF sob o nº 024.442.291-50, para atuar como fiscal do contrato nº 019/2021, celebrado pelo Município de Vila Rica - com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta execução do objeto dos termos contratuais realizados para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instalação e configuração de sistema de gravação de imagens, para atender a demanda do Paço Municipal.

Art. 2º. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE REAJUSTE DA EMPRESA CIENTIFICA MÉDICA HOSPITALAR

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE REAJUSTE Á ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°044/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2020

DO OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a REAJUSTE do preço inicialmente pactuado na Ata de Registro de Preço anexo ao Processo Licitatório n° 105/2020 na modalidade Pregão Eletrônico n° 035/2020 de acordo com a planilha abaixo:

LOTE PRODUTO VALOR REGISTRADO % DE REAJUSTE VALOR FINAL

79 Ivermectina - concentração/dosagem de 6mg, forma farmacêutica comprimido, forma de apresentação em comprimido, via oral. 0,71 115,50% R$ 1,53

DAS DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem inalteradas.

DATA: Vila Rica/MT, 12 de Março de 2021.

ASSINANTES:

ABMAEL DA SILVEIRA – PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA – CONTRATANTE

SIDNEY DE CASTRO PEREIRA- CIENTÍFICA MÉDICA HOSPITALAR

(07.847.837/0001-10) - CONTRATADA

DECRETO Nº 025/2021

10 DE MARÇO DE 2021.

FIXA PARA O EXERCÍCIO DE 2021, DATA DE VENCIMENTO, DESCONTO EM COTA ÚNICA CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 1.273/2014- CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E O VALOR DE TARIFA DE EXPEDIENTE PARA LANÇAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO DO BAIRRO SETOR OESTE.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições estabelecidas em Lei, e de acordo com dispositivo no Art.152 da Lei Complementar N. 2 1.273 de 17 de Dezembro de 2014- Código Tributário Municipal.

DECRETA:

Art. 1 º - Os lançamentos e a arrecadação dos Impostos, Predial e Territorial Urbano, serão efetuados através do Documento de Arrecadação Municipal, no qual estarão indicados, entre outros elementos necessários à perfeita identificação do imóvel do contribuinte e dos tributos e seus elementos constitutivos.

Art. 2º - Os Impostos, Predial e Territorial Urbano, serão lançados e arrecadados em um DAM - Documento de Arrecadação Municipal especifico.

Paragrafo Único - O Contribuinte que optar pelo pagamento em cota única terá o beneficio, como citado abaixo;

a) 5% (cinco por cento), com pagamento em cota única até a data do vencimento;

b) 15% (quinze por cento), como abono de adimplência com os tributos municipais, conforme estabelecido no § 2º do Art. 172 da Lei Complementar nº 1.273 de 17 de Dezembro de 2014 - Código Tributário Municipal, ou em 3 (três) parcelas do valor integral, conforme datas abaixo:

BAIRRO SETOR OESTE

I- Cota Única até 30/04/2021.

I.I- Primeira parcela em 30/04/2021.

III- Segunda parcela em 28/05/2021.

IV- terceira parcela em 30/06/2021.

Art. 3º - Os tributos não pagos na data do vencimento, terão seus valores atualizados e acrescido de multas e juros de mora, de conformidade com o Art. 88 estabelecido na Lei Complementar n 1.273/2014- Código Tributário Municipal.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, a partir de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO PE Nº 007/2021

RESULTADO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 018/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 856138

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015, leva ao conhecimento dos interessados o Resultado do Processo Licitatório nº 018/2021 na modalidade Pregão Eletrônico nº 007/2021 Registro de Preço para futura e eventual aquisição de materiais de consumo de laboratório para suprir as necessidades da população do munícipio usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), nos ESF'S relacionado aos exames e correlatos prescritos a esse público, bem como dar suporte para o atendimento médico hospitalar 24 horas realizado no Pronto Atendimento Municipal, onde foram declaradas vencedoras as empresas:

EMPRESAS DECLARADAS VENCEDORAS	VALOR TOTAL (R$)
MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS E PESQUISAS LTDA EPP (04.724.729/0001-61)	R$ 116.476,85
PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI – ME (29.700.587/0001-23)	R$ 15.223,85
FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP (25.034.906/0001-58)	R$ 27.957,20
W.N. DIAGNOSTICA EIRELI EPP (09.100.467/0001-88)	R$ 240,00

OS LOTES 07(CARDIAC); 33(BOLSA PARA GELO); 50(DIVERSOS); 55(BRAÇADEIRA) foram **desertos porque não houve empresas interessadas nesses lotes.**

OS LOTES: 01(AST/GTO); 03(TRIGLICERIDEOS); 04(IMÃ MAGNÉTICO); 05(ALICATE); 13(RECIPIENTE PARA MATERIAIS PERFUROCORTANTES); 14(SISTEMA INTEGRADO PARA PARASITOLOGIA); 15(TUBO CAPILAR); 16(PONTEIRA PLASTICA); 17(PONTEIRA), 18(ALICATE); 20(SCALP); 21(LANCETA DESCARTAVEL); 23(CRONOMETRO); 31(MALETA PARA COLETA); 36(MINI VIDA BLUE); 38(REAGENTES); 43(SELADORA); 45(MICROPIPETA); 46(CAIXAS) foram fracassados porque o valor dos lotes ficou acima do valor estimado no edital.

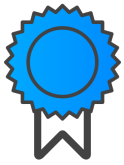
Vila Rica – MT, 12 de Março de 2021.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Sun Mar 14 23:31:08 UTC 2021
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)